NA ROTA DOS ARQUEÓLOGOS DA AMAZÔNIA

NA ROTA DOS ARQUEÓLOGOS DA AMAZÔNIA

13 MIL ANOS DE SELVA HABITADA

Solange Bastos

Prefácio de Eduardo Neves

família BASTOS EDITORA

1ª. edição
Teresópolis / RJ
2015

Projeto e Realização
FAMÍLIA BASTOS PRODUÇÕES

Capa e Projeto Gráfico
JULIANA COLUSSI

Editoração Eletrônica e Tratamento de Imagem
JULIANA COLUSSI

Revisão do Texto
RAQUEL BOECHAT
SOLANGE BASTOS

Tradução do inglês
VERA PORTES

Tradução do francês e espanhol
SOLANGE BASTOS

Transcrição das Fitas
VERA PORTES
SOLANGE BASTOS

Filmagem da Pesquisa
SOLANGE BASTOS
MIGUEL VIVEIROS DE CASTRO

B327 BASTOS, Solange. Na rota dos arqueólogos da Amazônia, 13 mil anos de selva cultivada. Pref. de Eduardo Góes Neves. Teresópolis: Família Bastos Editora , 2015. 680 p., il., 23 cm.

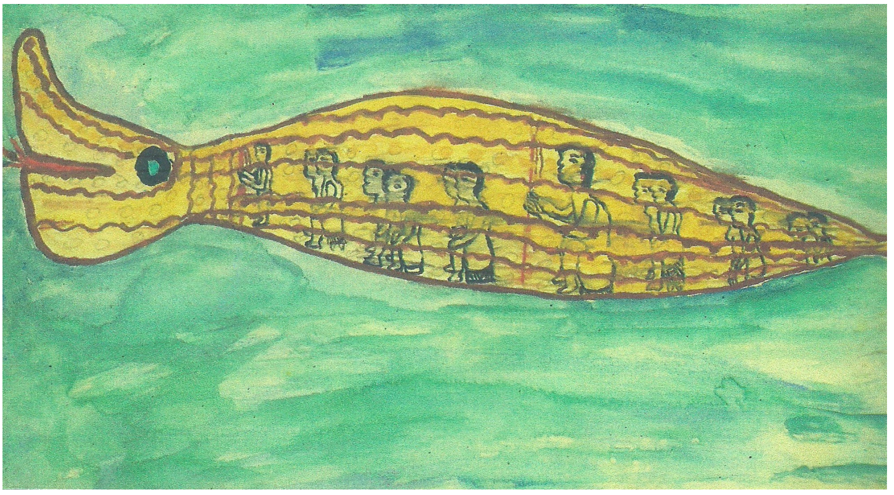
Inclui um DVD com o documentário "Mundurukânia, Na Beira da História", de Miguel Viveiros de Castro.
Apoio do LAVAI – Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem – PAA/UFOPA (Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste da Pará), Santarém – PA.

ISBN 978-85-89853-07-1

1. Arqueologia – Amazônia. 2. Arqueólogos – Amazônia. 3. Sítios arqueológicos – Brasil. I. Título.

CDD 930.1

paginas_iniciais.indd 4 27/08/2015 15:09:45



Segundo conta o desana Tolamãn Kenhíri, do Alto Rio Negro, essa é a cobra-canoa, navegando no rio-leite, que leva em seu ventre os primeiros homens. Nesse mito pan-amazônico, assim é o começo da longa viagem da criação.

Dedico esse livro aos irmãos indígenas que tanto têm a nos ensinar. E aos bravos arqueólogos que se esforçam para reconstruir essa história.

Que nossa viagem possa ser longa.

A autora
Setembro de 2015.

paginas_iniciais.indd 5 27/08/2015 15:09:45

paginas_iniciais.indd 6 27/08/2015 15:09:45

SUMÁRIO

paginas_iniciais.indd 8 27/08/2015 15:09:45

paginas_iniciais.indd 10 27/08/2015 15:09:45

paginas_iniciais.indd 11 27/08/2015 15:09:46

paginas_iniciais.indd 12 27/08/2015 15:09:46

Escavando no Amazonas

ANEXOS

MAPAS

FIGURAS

paginas_iniciais.indd 17 27/08/2015 16:22:35

paginas_iniciais.indd 18 27/08/2015 15:09:46

PREFÁCIO



Eduardo Góes Neves
Professor Titular de Arqueologia Brasileira
Laboratório de Arqueologia dos Trópicos
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo

NA ROTA DE SOLANGE PELA AMAZÔNIA

As pessoas costumam pensar que arqueólogos estudam o passado, o que não é verdade. Arqueólogos estudamos coisas no presente – sítios arqueológicos e coleções de museus, por exemplo – para tentar entender o que ocorreu no passado.

No caso do que é hoje o Brasil, esta tarefa se constrói pela escavação dos inúmeros sítios arqueológicos que representam antigos lugares de habitação e festa, de caça, pesca, guerra e cemitérios, de cultivo, abrigo e contemplação e também de expressão artística dos povos indígenas que ocuparam esta parte do mundo desde milhares de anos atrás até o presente.

Em muitos desses contextos, de povos que não tinham ou não têm a escrita, a arqueologia é um instrumento poderoso para o entendimento de histórias que normalmente não são registradas em documentos escritos. Esse mesmo princípio se aplica também a outros povos “sem história” no Brasil, como quilombolas, afro-brasileiros, ribeirinhos, seringueiros, sertanejos e tantas outras populações que têm ainda pouco espaço nas narrativas sobre o nosso passado.

Jornalista, militante e com sua própria e rica história, que passa pela resistência à ditadura militar, exílio, passagens pela grande imprensa, viagens pelo mundo e curiosidade e disposição inesgotáveis, Solange tem em si muito de arqueóloga, o que explica este livro e suas outras incursões sobre o tema. Arqueólogos, como quaisquer

paginas_iniciais.indd 19 27/08/2015 15:09:46

outros cientistas, têm que ter viva a chama da curiosidade: sem ela, e sem o medo de errar, não se faz pesquisa, não se produz conhecimento. Solange é assim, curiosa e atirada, sempre presente nos congressos, grandes e pequenos, e também nas etapas de campo.

Minha primeira reação ao receber o convite para escrever este prefácio foi de dúvida: meu trabalho e de meus colegas é aqui revelado com uma intimidade de quem conosco andou, literalmente, para cima e para baixo por toda a Amazônia. Não seria eu suspeito de romper, ao escrevê-lo, uma certa barreira recomendável de objetividade, algum distanciamento crítico necessário para a credibilidade da obra? A leitura do livro e conversas com a própria Solange me asseguraram que não: a objetividade pode ser o refúgio da idiotice, de uma neutralidade medrosa, que não se compromete com nada e que não tem nada a ver com este livro e sua autora.

Arqueólogos temos um trabalho maravilhoso que a todos interessa e que pode ter relevância na construção de nossa história. Temos uma profissão que nos absorve muito, às vezes ao custo de nossa vida pessoal. Somos, principalmente os mais jovens, bastante entusiasmados pelo que fazemos. No entanto, no que se refere à divulgação de nossas pesquisas, temos feito, com poucas exceções, um péssimo trabalho. Este livro pode ajudar a preencher esta lacuna ao apresentar um quadro sobre a arqueologia da Amazônia e, principalmente, mostrar como arqueólogos trabalham e chegam a suas hipóteses.

A arqueologia da Amazônia vive um momento contraditório: há duas décadas contava-se nos dedos das duas mãos o número de arqueólogos ativos nessa imensa região. Atualmente, devido aos projetos de infraestrutura que ali se desenvolvem – muitos deles polêmicos e com impactos negativos às populações locais – nunca se viram tantos arqueólogos atuando na Amazônia. Tenho minhas dúvidas se tais atividades, resultantes de imposições legais, resultarão em um proporcional aumento do conhecimento do passado amazônico. O patrimônio cultural arqueológico da Amazônia nunca esteve tão ameaçado.

Este livro pode ter um papel importante em divulgar esse conhecimento além dos limites da academia. Obrigado, Solange. Te espero na próxima etapa de campo em algum lugar da Amazônia!

INTRODUÇÃO

POR QUE A AMAZÔNIA?

- Puxa, precisamos de um livro assim sobre a arqueologia da Amazônia...

O comentário espontâneo foi da arqueóloga paraense Edithe Pereira ao folhear a "boneca", como chama o projeto gráfico de uma publicação, dos três primeiros capítulos do meu livro sobre a Serra da Capivara, àquela altura ainda inédito[1]. Nós aguardávamos o embarque no Aeroporto de Teresina, ao final do Congresso Internacional de Arte Rupestre, que aconteceu em São Raimundo Nonato, no Piauí, em junho e julho de 2009. O evento foi promovido pela Fundação Museu do Homem Americano, dirigida por Niède Guidon, cujo trabalho foi o assunto do livro.

Uma das maiores conhecedoras da arte rupestre da Amazônia, Edithe ficou encantada com o formato visualmente atrativo e a linguagem acessível ao público leigo, ainda que o livro seja rigoroso nas informações científicas. Arqueóloga do Museu Paraense Emilio Goeldi, ela mergulhou no estudo dos petroglifos – que chama petróglifos mas prefere gravuras rupestres – por influência sobretudo de Anne-Marie Pessis, uma das responsáveis pela descoberta do tesouro rupestre da Serra da Capivara, ao lado de Niède Guidon e Gabriela Martín.

- Então precisamos escrevê-lo! – respondi prontamente.

Minutos depois embarcamos no mesmo avião, ambas a caminho das respectivas conexões em Brasília. Só então pude pensar a respeito. Quando nos cruzamos de novo em terra, comentei:

- Sabe que a tua ideia é mesmo interessante? Vamos manter contato.

Dois meses depois desembarquei de câmera em punho em Belém do Pará para o XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira,

1 BASTOS, Solange. O Paraíso é no Piauí, A Descoberta da Arqueóloga Niède Guidon. Com o DVD do filme Piauí Entocado, de Miguel Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Família Bastos Produções, 2010.

decidida a iniciar a pesquisa para o livro sugerido, antes mesmo de publicar o do Piauí, o que só ocorreria no ano seguinte.

Naquele momento eu não poderia imaginar o gigantismo da tarefa a que me propunha. Até ali eu só tinha precisado, para iniciar a pesquisa, do faro e da audácia de repórter, além da preciosa ajuda de Edithe, que me conseguiu hospedagem na casa de um professor amigo da Universidade do Pará, Silvio Figueiredo, com quem ela estava participando de um projeto de musealização de sítios arqueológicos.

Eu também não tinha ideia do tamanho do desafio que sempre constituiu a Amazônia para os mais variados estudiosos: não adianta vir com uma teoria pronta que não se consegue aplicar. Fatalmente vai falhar em algum lugar ou época, porque a região sempre se caracterizou pela diversidade e pela alteridade. Os habitantes bem sucedidos desenvolveram um profundo conhecimento de suas características, passando a tirar vantagem delas. Chegaram, cresceram, andaram, sumiram, chegaram outros, conviveram, casaram, trocaram, guerrearam, e assim foi através dos milênios. Não tivemos reinos, nem pirâmides, nem grandes cidades de pedra. Mas muitas das culturas que aí se desenvolveram deixaram suas marcas na paisagem, nos palmeirais, nos castanhais, nas plataformas de terra.

Em setembro de 2009, eu não sabia nada disso.

Duas semanas depois de chegar a Belém, eu acompanharia Silvio, turismólogo, e uma equipe de arqueólogos em uma visita a sítios incríveis no Amapá, por trilhas em que pensei que iria desistir definitivamente do meu propósito, tal o número de tombos que levei pela mata, cruzando terrenos inundados, o mal-estar com o calor intenso e úmido, a velocidade da caminhada, a perda dos óculos, depois miraculosamente encontrados...

E tudo isso era só o começo! Nessa primeira viagem, foram cerca de dois meses em que saí de Belém, fui a Marajó, depois ao Amapá, a Rondônia e ao Acre. Entre esses dois estados, fiz mais de uma viagem para conseguir encontrar meus arqueólogos. E teve as incursões ao interior, atrás dos sítios importantes. Do Acre eu dei um pulinho à Bolívia, em Cobija, ali na fronteira com Brasileia, as duas cidades separadas apenas pela ponte sobre o rio Acre. Eu ainda voltei a Belém nessa mesma viagem, para seguir Vera Guapindaia em Trombetas, no Oeste do Pará.

Mal eu tinha chegado de volta, descubro que Anna Roosevelt estava escavando em Santarém, ao lado de Denise Schaan, de quem eu tinha desencontrado nos geoglifos do Acre. Lá fui eu de novo, já no finalzinho de 2009, aproveitando para conhecer Monte Alegre e suas pedras pintadas.

A viagem seguinte foi para acompanhar o sítio-escola em Silves, no Baixo Urubu, quase na divisa dos estados do Amazonas e do Pará, coordenado pela professora Helena Lima. Ela e Anne Rapp Py-Daniel, professoras em Manaus, estavam montando com Eduardo Neves o II Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, que ocorreria ainda em 2010.

Tentei contatar o máximo de arqueólogos em trabalho de campo no Amazonas, como Claide Moraes, que estava no Baixo Madeira. Em Tefé, consegui falar com Jaqueline Gomes, mas o Instituto Mamirauá não me deixou entrar na reserva onde estão os sítios, mesmo eu já estando lá pertinho. Raoni Valle, que na época era do INPA, de Manaus, estava fechando a tese de doutorado e não me atendeu de jeito nenhum. Fui vê-lo no II EIAA e, já em 2014, na entrevista gravada por meu filho, Miguel Viveiros de Castro, para o documentário que acompanha este livro.

Aproveitei para voltar a Balbina, onde estive pela TV Manchete em 1989, logo depois que mataram Chico Mendes. Fui a Presidente Figueiredo conhecer as cachoeiras e à Gruta do Batismo ver as primeiras pinturas documentadas no estado. Na volta para casa, aproveitei para dar uma paradinha em São Luís, no Maranhão, e conhecer o museu dirigido pelo Deusdédith Leite, que escavou o centro histórico de Belém, ao lado de Fernando Marques. Eu desencontrei dos dois em Rondônia, quando pensava em alcançá-los no Forte Príncipe da Beira, na distante Costa Marques, às margens do Guaporé.

Registre-se que eu viajei sempre sozinha, produzindo e filmando eu mesma, tirando fotos, carregando as baterias à noite, lavando a roupa debaixo do chuveiro dos hotéis modestos em que me hospedava, mandando emails quando a internet ajudava, para produzir a etapa seguinte. Eu nem mesmo conhecia os arqueólogos a quem deveria entrevistar, antes de começar a viagem. Nos fins de semana era aquele branco, não tinha a quem procurar. Foi assim que peguei um monte de ônibus para atravessar as cidades, fui ao cinema quando existia, ou aos mercados, à beira dos rios. Procurei conhecer as cidades por onde

passei, andei muito, visitei os museus que encontrei, puxei conversa com as pessoas na rua. Bem, isso foi o mais fácil, eu adoro conversar.

Aí teve uma parada. Eu ainda gravaria com Marcos Albuquerque, em Recife, aproveitando uma viagem familiar. Mas chegou a hora de publicar meu livro sobre o Piauí, e fui obrigada a tirar a Amazônia da cabeça.

Não foi só publicar o livro sobre a Serra da Capivara. Além de que eu fiz tudo, do orçamento da gráfica aos mapas do livro, resolvi lançá-lo em grande estilo por todo o interior do Piauí. Coloquei os exemplares na caçamba da minha L-200, comprei um projetor e saí pelo interior do Piauí exibindo o filme *Piauí Entocado*, do meu filho Miguel, nas praças e escolas que consegui contatar. O DVD do filme vem encartado no livro, como agora o desse livro da Amazônia. Às vezes conseguia vender alguns exemplares, mas dei muitos. As pessoas me agradeciam por dizer que o paraíso é no Piauí, emocionadas. Entendiam que eu estava valorizando a terra delas. Foi uma experiência e tanto. Até hoje o livro vende muito bem nas várias lojas da Cerâmica Serra da Capivara, tanto em São Raimundo Nonato, onde é a sede da FUMDHAM, quanto nas outras lojas nos parques do Piauí e em Teresina. E pela internet, comigo mesma.

Aí a vida foi acontecendo e eu perdi o embalo em relação à Amazônia. De vez em quando eu lembrava que era um absurdo ter cerca de 100 horas gravadas em vídeo, por mim mesma, entre entrevistas e imagens, e manter isso guardado, sem fazer nada. Uma aventura que, em si, já valia um livro.

Quando foi em 2011, uma viagem aos Estados Unidos permitiu que eu procurasse Betty Meggers em Washington. Sem acreditar muito na minha chance de sucesso, lá fui eu. E gravei possivelmente uma de suas últimas entrevistas, pois ela viria a falecer nove meses depois. Percebi o valor histórico do que tinha em mãos, aí não dava mais para voltar atrás.

Resolvi voltar a morar em Teresópolis, na serra próxima ao Rio, e retomar o projeto. Minha incansável amiga Vera Portes começou o longo trabalho de transcrição das fitas. Sem ela, esse livro não existiria. Nós temos um vínculo impossível de ser desfeito: ambas somos apaixonadas pela nossa neta, que ajudamos a criar, já que nossos filhos eram muito jovens ao tê-la. Meus agradecimentos de público à sua infindável boa vontade, competência e amizade.

Mas só voltei a me "impregnar" de Amazônia em 2014, quando me organizei para ir ao encontro da SAB Norte, em Macapá. Foi o suficien-

paginas_iniciais.indd 24 27/08/2015 15:09:46

te para reaquecer a memória e os contatos. E aqui estou. Também em 2014, voltei à região de Santarém, onde, de certa forma, estão concentradas as grandes questões da arqueologia amazônica: tanto pela importância dos sítios tapajônicos como pela ameaça de sua destruição, assim como das terras indígenas e ribeirinhas, a serem inundadas pelo planejado complexo de hidrelétricas do Tapajós. Esse é o cenário em que o documentarista Miguel Viveiros de Castro, com experiência no registro de movimentos sociais e em arqueologia, ambientou o filme que acompanha o livro, *Mundurukânia*, *Na Beira da História*.

Foi difícil atualizar o que cada personagem fez depois da entrevista inicial, reencontrar a muitos, mergulhar no conteúdo dos trabalhos e das polêmicas, sem ter a formação acadêmica de arqueóloga. Mas sempre se brinca que o jornalista é um "especialista em generalidades", obrigado a se inteirar dos mais variados assuntos para não dizer bobagem. E foi o que tentei fazer nesse livro, perguntando a cada um e enviando os originais, para que corrigissem meus erros. Nem todos puderam responder, mas agradeço de coração aos que tiveram esse trabalho. Espero estar contribuindo para escrever a rica história da Arqueologia na Amazônia.

Alguns me perguntaram, como Denise Schaan: e você, por que se interessou pela Arqueologia? Bem, descobri que tenho algo em comum com grande parte dos arqueólogos: fomos leitores atentos de Monteiro Lobato! É incrível como isso foi citado nas entrevistas. Ganhei a coleção completa quando fiz oito anos e li quase todos os volumes em dois meses. Alguns eu achei chatos, como o Poço do Visconde ou a Gramática da Emília. Mas os outros foram devorados. Lobato e sua Emília conseguiram atiçar minha curiosidade e eterna vontade de sair atrás das estórias, o que me tornou uma repórter, depois de muitos caminhos percorridos por aí. Daí para escavucar o passado desconhecido e misterioso, não é difícil de imaginar. E foi ao que eu resolvi me dedicar quando pude escolher o que fazer, ao topar com Niède Guidon durante uma viagem de férias da família: contar as estórias desses incríveis cientistas que partem de quase nada, às vezes, um caquinho, uma curva na paisagem, um risco na rocha, uma terra mais escura, para descobrir a história de povos no passado, muitos deles sobreviventes entre nós e em nós.

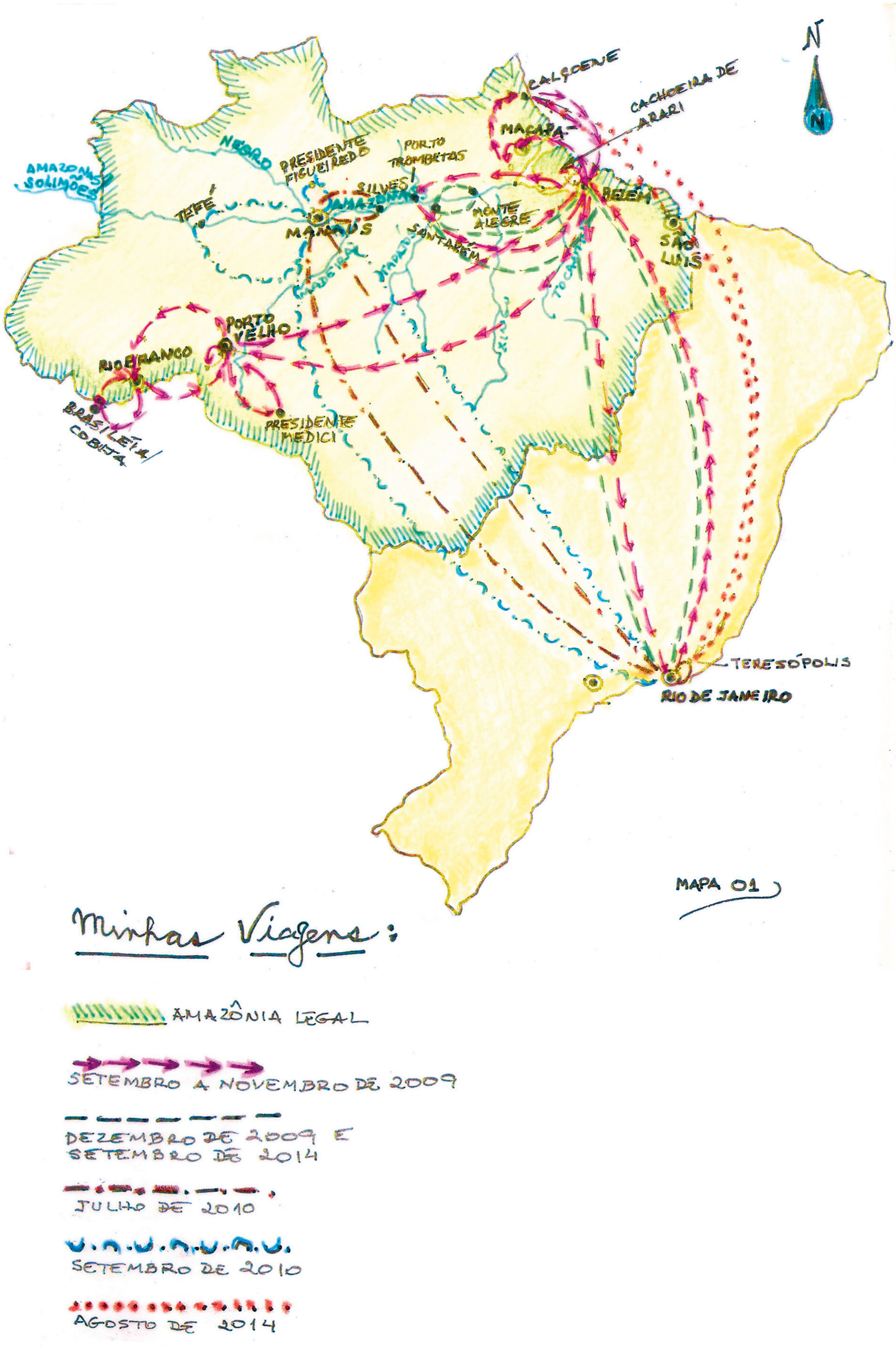
A Amazônia sempre mexeu com a imaginação das pessoas de todos os tempos: Eldorado, terra das amazonas, inferno verde, mundo das águas, paraíso ilusório, pulmão do mundo, celeiro de riquezas,

não terminam o encanto e o temor dos que pensam ser a região aquele tapete verde, uniforme, que se vê do avião. Com as áreas desmatadas cada vez maiores, é claro. Quase sempre são esquecidos os que vivem e viveram na Amazônia. É como se não existissem ou fizessem parte da paisagem, um detalhe a ser ignorado. Pois assim foram tratados os povos que nela viviam, quando não eram sumariamente capturados ou dizimados como simples obstáculos à predação colonial. Infelizmente a situação não mudou muito, quando se pretende, a exemplo dos anos de chumbo dos militares, implantar projetos megalômanos a qualquer custo, já que a Amazônia está lá mesmo para ser explorada e ponto final.

Seguindo a rota dos arqueólogos da Amazônia, tive uma chance maravilhosa de percorrer caminhos pouco explorados, vislumbrar passados ainda desconhecidos, conhecer os habitantes de hoje interessados na história de seus ancestrais. Mas o que mais me fascinou foram os arqueólogos em si. É uma gente tão variada, de tantas nacionalidades e idades, com especialidades que vão do estudo do solo à interpretação iconográfica, que escolhe sair das salas de aula e dos gabinetes refrigerados para mergulhar na floresta quente e úmida, grudenta, cheia de mosquito, com risco de doenças graves; muitas vezes com poucos recursos para a pesquisa ou, modernamente, com a pressão dos empreendimentos para que liberem o mais rápido possível os sítios a serem destruídos.

Essas pessoas tão interessantes estão hoje com o grave dilema de como se posicionar diante dos desafios da arqueologia de contrato. Nesse livro, acompanhei várias dessas pesquisas, todas com indiscutível valor científico. Procurei retratar seu difícil cotidiano, seus sonhos e aspirações, suas disputas, em alguns casos. Não tenho a pretensão de ter registrado todos os arqueólogos atuando na Amazônia, apenas aqueles a quem consegui acompanhar. Que me desculpem os que não encontrei. Quem sabe numa próxima viagem. Não estive em Roraima, por exemplo, porque só tive notícia de pesquisa em andamento no finalzinho, do Raoni Valle com o Jaime Wai Wai, atrás das pinturas rupestres, talvez dos ancestrais dos Wai Wai. Do Maranhão, conto o que ouvi do Deusdédith no encontro de Macapá, assim como do Ashley falando dos sambaquis de São Luís. Também não fui a Tocantins, não encontrei rastros que me levassem até lá.

Mas conto do que encontrei e ouvi falar. É uma longa história, desde tempos muito, muito antigos. Quem sabe tudo o que temos a aprender com eles. Era uma vez...



paginas_iniciais.indd 27 27/08/2015 15:09:47

1



cap1_final.indd 28 27/08/2015 15:10:28

BETTY MEGGERS, A LENDA EM CARNE E OSSO

NA CAPITAL DO IMPÉRIO

Washington, D.C. Finalmente localizei o National Museum of Natural History no amplo National Mall, a alameda entre o Capitólio e o Monumento a George Washington, no coração administrativo da capital norte-americana. Nessa longa praça com jardins e monumentos estão os 19 museus e alguns dos centros de pesquisa do **Smithsonian Institution**.

SMITHSONIAN INSTITUTION

O Instituto Smithsoniano foi fundado em 1846 pelo governo dos Estados Unidos, graças à herança deixada pelo cientista britânico James Smithson, que morreu em 1829. Instituição financiadora de importantes pesquisas, como as que iniciaram a arqueologia científica nos Estados Unidos e no Brasil, também teria servido a investigações de interesse estratégico para os EUA durante o período da guerra fria.

Na recepção, pedi para falar com alguém da equipe da doutora Betty Meggers. Expliquei que eu era uma escritora brasileira e gostaria de deixar um exemplar do meu livro[1] para a pesquisadora, naturalmente como um pretexto para conhecê-la. Imaginei que pela sua importância e idade avançada seria uma missão impossível, mas eu precisava tentar. Afinal, Meggers foi praticamente a "mãe" da arqueologia no Brasil, especialmente na Amazônia, por ter coordenado de 1965 a 1970 o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o **PRONAPA** e, de 1976 a 1994, o **PRONAPABA**, da Bacia Amazônica.

1 BASTOS, Solange. *Op. cit.*

PRONAPA

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), com financiamento do Smithsonian Institution – graças a Clifford Evans Jr. e Betty Meggers – surgiu de um seminário que reuniu os poucos e então jovens estudiosos de arqueologia do Brasil em Paranaguá, no Paraná, em outubro de 1964. A foto registra, em 1968, a visita da equipe ao Sítio do Pacoval, na Ilha de Marajó, escavado vinte anos antes por Meggers e Evans. De pé, ao fundo, de camisa aberta, está Eurico Miller (RS). Na fileira em pé, da esquerda para a direita: 1) Igor Chmytz (PR); 2) José Brochado (RS); 3) Mário Ferreira Simões (PA, com seu chapéu de cowboy característico); 4) Valentín Calderón (BA); 5) Alfredo Teodoro Rusins (SC); 6) José Wilson Rauth (PR); 7) Walter Fernando Piazza (SC). De cócoras: 1) Nássaro Nasser (RN); 2) Silvia Maranca (SP); 3) Celso Perota (ES); 4) Conceição Gentil (PA); 5) Ondemar Ferreira Dias Jr. (RJ); 6) Betty Meggers. Todos eles, pioneiros da Arqueologia no Brasil.



PRONAPABA

Com a mesma metodologia a partir da análise dos vestígios cerâmicos, criou-se em 1976 o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA), que prosseguiu sob o comando de Betty Meggers, mesmo após o falecimento de seu marido e parceiro. De indiscutível importância científica, o programa foi alvo de duras críticas por dificultar a pesquisa de estudiosos com visões divergentes e nunca divulgar seus resultados, constituindo um quase monopólio de informação que perdurou até os anos 1990.

Ela e o marido, Clifford Evans Jr., sempre acreditaram no determinismo ambiental que supõe ser impossível a existência de sociedades complexas na Amazônia, região de solos pobres impróprios para a agricultura intensiva. Alunos dedicados de Julian Steward[2], Meggers e Evans foram duros defensores do modelo de ocupação *standard* na região amazônica,





Betty Meggers num sítio da fase Rupununi (séculos XVIII-XIX) na ex-Guiana Inglesa, em 1952.

Betty Meggers e Clifford Evans em 1952, na antiga Guiana Inglesa (atual República da Guiana), no Alto Essequibo, entre índios Wai Wai, cujas aldeias tinham de 20 a 40 pessoas e mudavam frequentemente de lugar.

2 STEWARD Julian H. General editor. "Culture Areas of the Tropical Forest", *Handbook of South American Indians*, Vol. 3, *Tropical Forest Tribes*. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1948.

cap1_final.indd 31 27/08/2015 15:10:30

de **"cultura de floresta tropical"**. Nem a descoberta feita por eles próprios de novos vestígios culturais sofisticados na foz do Amazonas os convenceu de que essa teoria não poderia ser aplicada mecanicamente, o que alimentou uma guerra de décadas entre os estudiosos.



Dois anos antes dessa visita a Washington eu tinha conhecido, em Belém do Pará, um dos primeiros opositores a Betty Meggers, o antropólogo Robert Carneiro.

Robert Carneiro em nossa conversa em Belém, durante o XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

A CULTURA DE FLORESTA TROPICAL

Em 1948, Julian Steward e Robert Lowie criaram o conceito de Cultura de Floresta Tropical, em que procuravam aplicar a ecologia à antropologia para explicar os traços comuns das culturas das terras baixas da América do Sul em contraste com os cacicados do Circuncaribe e, sobretudo, com as culturas andinas, que seriam as mais "sofisticadas". Os grupos pré-cerâmicos, anteriores à cultura de floresta tropical, foram chamados de "grupo marginal". Essa visão da história pré-colonial da Amazônia foi, assim, caracterizada pela ausência de determinados marcadores culturais, como a existência de impérios complexos, a arquitetura monumental e a metalurgia refinada, concedendo à região um papel periférico no continente.

Steward e Lowie identificaram etnograficamente a agricultura de queimada e derrubada, o uso da mandioca, a relativa ausência de segmentação social, a prática do xamanismo, o uso de redes e canoas, entre outros. Tais características, que na verdade revelavam uma perfeita adaptação à floresta tropical, foram consideradas oriundas da região circuncaribenha. O determinismo ambiental pressupunha que tais culturas, ao chegarem à floresta tropical, teriam sofrido uma inexorável decadência. Mais tarde, Meggers e Evans defenderam que sua origem poderia ter sido nas terras baixas adjacentes aos Andes Orientais. Esse modelo padrão (*standard*) de ocupação, com origem externa e curta duração, foi também aplicado à análise dos "horizontes" cerâmicos definidos pelo PRONAPABA, posteriormente transformados em "tradições".

Apesar da nacionalidade norte-americana, Carneiro é filho de um galego e nasceu em Cuba, o que permitiu nossa conversa em espanhol, para meu alívio. Originalmente da Universidade de Michigan, mas trabalhando há muitos anos no American Museum of Natural History, de Nova York, ele era o grande homenageado do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, ocorrido em setembro de 2009, em Belém, onde brilharam alguns de seus alunos e seguidores.

Foi Carneiro quem sugeriu a Michael Heckenberger, da Universidade da Flórida, a pesquisa em território Kuikuro, no Alto Xingu, onde ele próprio estivera[3]. Michael, considerado um brilhante arqueólogo dessa geração que seguiu a Meggers e Carneiro, passou longas temporadas no Xingu e se convenceu de que as plataformas de terra que escavou foram construídas pelos antepassados dos Kuikuro, do grupo linguístico Arawak, num claro indício de manejo ambiental sofisticado. Por volta do ano 1000 da nossa era, os Kuikuro teriam ocupado grandes aldeias cercadas por valas defensivas e interligadas por verdadeiras estradas[4].

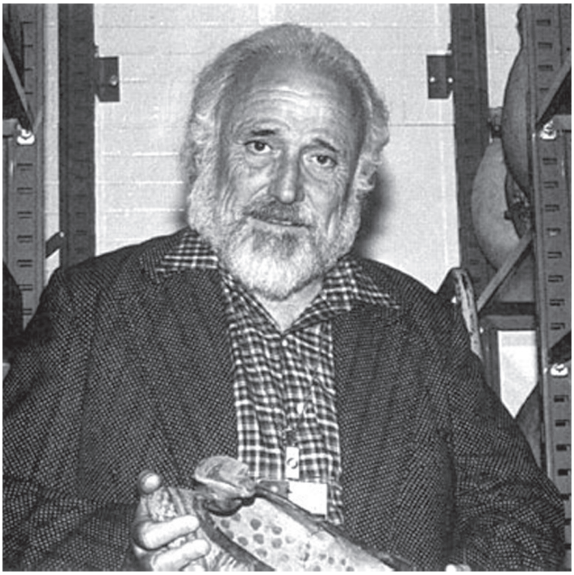
IMPORTÂNCIA DA MANDIOCA SEPARA MEGGERS E CARNEIRO

Em dezembro de 1959, na reunião no México da American Anthropological Association, Robert Carneiro defendeu que o cultivo da mandioca poderia ter sustentado aldeias de até 2 mil pessoas. Em um passado mais distante, as aldeias talvez tivessem sido ainda maiores, garantindo uma ocupação contínua de um mesmo lugar por até noventa anos. Essa teoria originou o primeiro conflito com Betty Meggers, que acreditava na grande mobilidade como única solução de ocupação condizente com a floresta tropical "hostil".

Carneiro me contou que ela ficou *disgusting*, apresentou suas objeções verbalmente, mas não quis que seus comentários fossem publicados nos anais do congresso. Posteriormente, razões não ambientais foram levantadas para a alta mobilidade dos índios Kuikuro, como as relações de parentesco e disputas políticas a nível local (Eduardo Neves, 1995).

3 CARNEIRO, Robert L. "Slash-and-Burn Cultivation Among the Kuikuru and Its Implications for Cultural Development in the Amazon Basin", *Native South Americans*, ed. by Patricia J. Lyon, págs. 122-132. Boston: Little, Brown and Company, 1974 (originalmente publicado em 1961).

4 HECKENBERGER, M.J. *War and peace in the shadow of empire: sociopolical change in the Upper Xingu of southeastern Amazonia, ca. A.D. 1400-2000*, ph.d. dissertation, University of Pittsburgh, Annn Arbor, UMI, Inc., 1996.



Apesar de grande opositor a Meggers, Lathrap chegou a pedi-la em casamento.

Talvez o mais ferrenho opositor de Meggers e Evans tenha sido Donald W. Lathrap, falecido precocemente em 1990, em consequência de uma cirurgia. Formado pela Universidade de Berkeley, Lathrap também estudou em Harvard e se aventurou em diferentes campos da antropologia, da arqueologia e da etnobotânica. Mas sua paixão foi a Amazônia peruana e brasileira[5], apesar de nunca ter conseguido escavar em nosso país pela obstrução deliberada dos parceiros de Meggers e Evans, segundo relato dele próprio ao colega brasileiro Walter Neves, como eu conto mais adiante.

Lathrap formou dezenas de alunos tão entusiasmados quanto ele, que acreditavam ser a região da atual cidade de Manaus, onde se encontram os rios Negro e Solimões, formando o Amazonas, um importante centro de dispersão e difusão dos povos do tronco linguístico Tupi. Esse modelo, chamado cardíaco, seria o responsável pela "irradiação" da Tradição Polícroma da Amazônia ao longo da calha do grande rio e de seus principais afluentes. Os dados etnográficos e linguísticos associados a novas descobertas arqueológicas mostrariam que esse quadro é bem mais complexo.

EDUARDO NEVES E O PAC

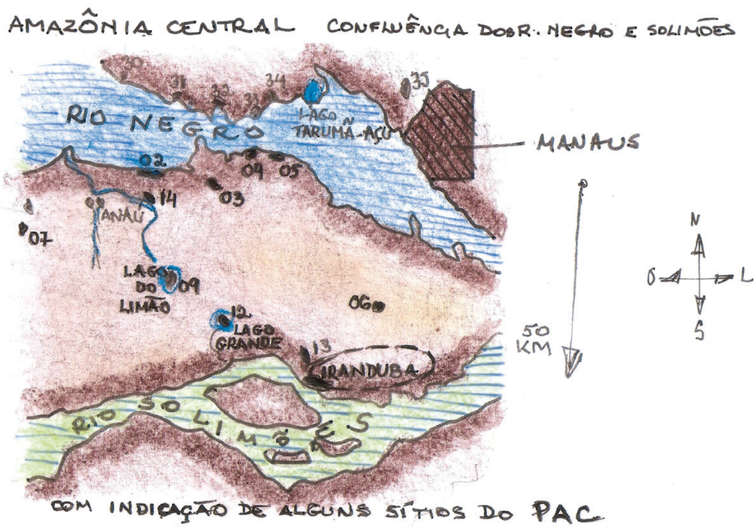
Para testar o modelo de Lathrap, o brasileiro Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), montou em 1995 o **Projeto Amazônia Central**, junto com Michael Heckenberger, que ele conheceu através de Robert Carneiro, e James Petersen, da Universidade de Vermont. Durante quase dez anos eles buscaram evidências desse centro irradiador de culturas, onde os vestígios teriam que ser forçosamente mais antigos.

5 LATHRAP, Donald W. *El Alto Amazonas*. Lima (Peru): Chataro Editores, 2010. Título original: *The Upper Amazon*. New York: Praeger Publishers Inc., 1970.

PROJETO AMAZÔNIA CENTRAL

O Projeto Amazônia Central (PAC) começou no município de Iranduba, localizado a cerca de 30 km da capital do Amazonas, Manaus, na faixa de terra entre os rios Negro e Solimões, que formam o Amazonas a partir dali, no pitoresco encontro das águas pretas e brancas (barrentas). Durante cerca de dez anos, alunos e profissionais de várias especialidades e instituições pesquisaram nos ricos sítios arqueológicos identificados, bastante variados, comprovando a presença de diferentes grupos humanos ao longo de pelo menos dois mil anos.

Em torno do ano 1.000 DC[6] as ocupações chegaram a ter uma estrutura mais complexa, com um mesmo chefe para várias aldeias, mas em períodos que intercalavam com outros de aparente dispersão. Próximo à chegada dos europeus, quase desapareceram. Os estudos na Amazônia Central deram lugar a várias frentes de pesquisa arqueológica, tanto a montante quanto a jusante do rio Amazonas e seus principais afluentes, como o Juruá e o Madeira. Para dar sequência ao PAC, Eduardo Neves criou e coordena o Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.



6 DC é Depois de Cristo, assim como AC é Antes de Cristo. Optei por padronizar em maiúsculas sem ponto, como em AP, Antes do Presente, ou AD, *Anno Domini* (ano do Senhor, o mesmo que DC). Ainda surge a abreviatura EC, Era Comum, que corresponde a DC, adotada pelos que não querem usar o nascimento de Cristo como referência cronológica.

cap1_final.indd 35 27/08/2015 15:10:33

A hipótese de Lathrap era que à medida que a população foi crescendo, nos primórdios da ocupação da região, os grupos humanos mais fortes teriam empurrado os mais fracos afluentes acima. Originalmente agricultores da várzea, os que se viram obrigados a migrar teriam se adaptado como caçadores--coletores à região de terra firme, na contramão do que se acreditava até então. Lembremos que o modelo *standard* defendido por Meggers pressupunha a difusão cultural e migração a partir das encostas dos Andes.

Curiosamente, Neves não conseguiu confirmar o modelo cardíaco de Lathrap, já que os vestígios encontrados na Amazônia Central não eram os mais antigos. Ele próprio renovou, portanto, a legitimidade do que um seguidor de Meggers no PRONAPABA, o gaúcho Eurico Miller, defende desde aquela época: a possível origem dos povos tupi-guarani no atual estado de Rondônia, entre as cabeceiras do Madeira e do Guaporé, tendo ao norte o rio Aripuanã – região que Miller designa como **Mesopotâmia** – onde agora Eduardo Neves quer aprofundar as pesquisas. Não se confirmou a hipótese de Lathrap de que vários desenvolvimentos culturais teriam tido origem na Amazônia Central, como a cerâmica e a agricultura. Mas certamente a domesticação da mandioca e da pupunha teria sido feita pelos Proto-Tupi-Guarani, exatamente na Mesopotâmia de Miller[7], entre 7 mil e 4.300 AP.

A MESOPOTÂMIA DE RONDÔNIA

Mesopotâmia, segundo a etimologia em grego, significa "terra entre rios", como a região do atual Iraque, entre os rios Tigre e Eufrates, parte do "Crescente Fértil" da Antiguidade e berço de antigas civilizações. A nossa "mesopotâmia", entre os rios Guaporé-Madeira e Aripuanã, no estado de Rondônia, foi assim chamada pela primeira vez em 1958, pelo linguista Aryon Rodrigues.

Ao identificar na região seis das dez famílias linguísticas do tronco Tupi, Aryon concluiu ser aí a terra natal desses povos. Já em 1913, o marechal Cândido Rondon tinha encontrado falantes de tupi-guarani no alto rio Ji-Paraná, do que deixou registros etnohistóricos. O arqueólogo Eurico Miller juntou essas informações com sua experiência no Mato Grosso e Rondônia desde 1974, designando como Proto-Tupi-Guarani seus remotos habitantes.

7 MILLER, Eurico Th. "A cultura cerâmica do Tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia", *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, vol. 1, nº. 1, julho de 2009.



POSSÍVEL BERÇO
DOS PROTO-TUPI-GUARANI

O OUTRO NEVES, O DA LUZIA

O arqueólogo **Walter A. Neves**, colega de USP do outro Neves, do qual não é parente, acha que Eduardo “é prudente o suficiente para não dizer, como Heckenberger, que a Amazônia teve **sociedades complexas** [por volta do ano 1.000 DC]. Seria uma complexidade emergente ou uma complexidade instável. Concordo – diz ele – que havia sociedades muito mais complexas do que se imaginava. Mas não **estados amazônicos**. Talvez cacicados, muito instáveis. Nesse sentido, evoluiu-se muito do que se tinha a partir dos estudos dos Evans”, opina W. Neves.

WALTER NEVES, O PADRINHO DA LUZIA

O bioarqueólogo Walter Alves Neves foi quem "batizou" a brasileira mais antiga de que se tem notícia, a Luzia, de cerca de 11.200 anos, encontrada por Annette Emperaire em 1977, na Lapa Vermelha, em Minas Gerais. A partir de um minucioso estudo comparativo de crânios humanos antigos encontrados desde o século XIX, entre eles os que o dinamarquês Peter Lund achou nas cavernas de Minas Gerais, Neves concluiu que os traços da Luzia não eram mongoloides, como os dos ancestrais diretos de nossos índios atuais e, sim, semelhantes aos australo-melanésios, que mais parecem os de origem africana.

Neves foi demitido da USP em 1985, junto com Solange Caldarelli, hoje diretora da Scientia Consultoria, pelas críticas que ambos faziam à arqueologia fundada no estruturalismo francês, descritiva demais ao ver deles, que eram da escola processualista[8]. Depois de participar, em 1986, dos primeiros estudos preventivos na região da atual hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, Neves criou e coordenou, entre 1986 e 1992, o Programa de Biologia e Ecologia Humana no Museu Paraense Emilio Goeldi, em Belém, voltado para o estudo das sociedades caboclas amazônicas[9].

Desde então se dedica à origem do homem nas Américas, no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos que criou na Universidade de São Paulo, onde é Professor Titular do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biologia.



Walter A. Neves e a reconstituição da Luzia, com traços negroides

8 Ver Anexo I - Escolas de Arqueologia Influentes no Brasil, pág. 567

9 NEVES, W.A. (org.) *Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. Em 2002, com o apoio da FAPESP e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Walter Neves foi o anfitrião na USP do workshop que deu origem ao livro: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

cap1_final.indd 38 27/08/2015 15:10:35

CACICADOS, SOCIEDADES COMPLEXAS E ESTADOS AMAZÔNICOS

Em 1955, o antropólogo Karlevo Oberg criou o conceito de **cacicado** para descrever um dos tipos de organização política da América do Sul e Central[10], no período pré-colonial. Eram unidades tribais constituídas de várias aldeias com um chefe supremo único e uma hierarquia de chefes locais. Estes tinham autonomia para resolver disputas e punir culpados até com a morte. Podiam requisitar ao chefe supremo homens e mantimentos para a guerra. A sociedade marajoara, em torno do ano 400 de nossa era, estaria organizada em cacicados.

As tribos circuncaribenhas, destacadas por Julian Steward das demais culturas de floresta tropical, seriam cacicados, segundo Robert Carneiro. Para este autor, que se dedica ao estudo da Teoria do Estado, as sociedades andinas, essas sim, seriam **estados**. O grau de complexidade na organização de uma sociedade estaria diretamente subordinado à disponibilidade de recursos. A disputa por estes estaria na origem das guerras. No caso da Amazônia, diz Carneiro, a fertilidade das várzeas ribeirinhas, em oposição às terras mais altas, firmes, seria a causa da subordinação obrigatória dos vencidos aos vencedores, para continuarem a ter acesso aos recursos.

Mais tarde, Carneiro defenderia o conceito de circunscrição social em lugar da ambiental, ou seja, de limitação dos vencidos por injunções sociais. Em nossa conversa em 2009, Carneiro me explicou que no caso da Amazônia ainda havia muita terra disponível, ao contrário dos Andes, onde não havia opção de outras terras férteis a ocupar.

Como veremos, no final dos anos 1980 Anna Roosevelt entrou nessa discussão sobre as sociedades amazônicas, concordando que o fluxo populacional estaria relacionado às guerras.

De fato, Eduardo Neves propôs mais recentemente (2008) um novo cenário a partir de suas pesquisas na Amazônia Central: as sociedades do período pré-colonial mais tardio seriam cíclicas, com períodos alternados de centralização e descentralização política. Segundo citação de Cristiana Barreto, "para explicar porque, em algumas áreas, como em Santarém e no alto Xingu, as sociedades parecem ter passado por um alto grau de centralização e hierarquia social, deixando vestígios de

10 OBERG, Karlevo. "Types of Social Structure Among the Lowland Tribes of South and Central America", 1955. Citado em CARNEIRO, Robert F. "A Base Ecológica dos Cacicados Amazônicos" (s. d.). Tradução de Denise Schaan. *Revista de Arqueologia,* 20, págs. 117-154, 2007.

enormes assentamentos quase urbanos, enquanto que em outras, como ao longo da costa das Guianas, não foram registradas quaisquer evidências de formação de cacicados complexos"[11].

ANNA ROOSEVELT COMPRA A BRIGA COM MEGGERS

Ainda em 1980, uma aluna de Donald Lathrap na Universidade de Chicago, Anna Curtenius Roosevelt, tomou o bastão dessa disputa teórica, levando ao grande público a polêmica com a "primeira-dama da Amazônia".

Depois de trabalhar na Venezuela ao longo do rio Orinoco, a bisneta de Theodore Roosevelt convenceu-se da existência de grandes cacicados na Amazônia, sustentados pelo cultivo intensivo de milho[12]. Nos anos seguintes, depois de escavar na Ilha de Marajó e no Baixo Amazonas, ela afirmou que os cacicados de Marajó poderiam ter reunido mais de 100 mil pessoas, abarcando milhares de quilômetros quadrados, ainda que a base da alimentação não fosse o milho, como acreditava inicialmente.



Em 2009, Anna Roosevelt escavou pela última vez no Brasil, no porto de Santarém, sítio com rica camada de terra preta.

Além da divergência acadêmica, Roosevelt acusou a rival de ter colaborado com a CIA (*Central Intelligence Agency*), mesmo sem apresentar provas. Ela me diria pessoalmente que, de fato, não tinha provas contra Meggers, mas que era indiscutível a vinculação com a CIA do então parceiro equatoriano de Meggers e Evans, Emilio Estrada. Roosevelt acredita que os governos militares no Brasil, instalados a partir do golpe de 1964, teriam

11 BARRETO, Cristiana N.G.B. "Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia Antiga". Tese de doutorado, MAE-USP, 2008. Citando NEVES, Eduardo G. "Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-term History and Political Change in the Amazonian Floodplain". *Handbook of Souh American Archaeology,* editado por Helaine Silverman e Willian Isbell, págs. 359-379. Nova York: Springer, 2008. As referências aos enormes assentamentos se reportam a Roosevelt, 1999 e Heckenberger e outros em 2008. Quanto às Guianas, a referência é a Boomert, Rostain e Versteeg, trabalhos de 2004.

12 ROOSEVELT, Anna C. *Parmana: Prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco.* New York: Academic Press, 1980.

MUSEU NACIONAL TAMBÉM APOIOU MEGGERS E EVANS

Além do Museu Paraense Emilio Goeldi[13] principal anfitrião dos Evans durante o PRONAPABA, a outra instituição que viabilizou a pesquisa do casal norte-americano no Brasil foi o Museu Nacional, hoje da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graças à diretora Heloísa Alberto Torres, que ocupou o cargo de 1938 a 1955.

Em 1930, Heloísa ganhou notoriedade internacional ao dar a conhecer as peças de cerâmica marajoara que trouxe de uma expedição à ilha. Depois do Museu, Heloísa presidiria o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI, criado por Rondon, até 1967, quando o órgão deu lugar à Fundação Nacional do Índio, a FUNAI.

O casal contou também com o apoio do Museu do Amapá, mais tarde Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva.

facilitado as pesquisas do casal Meggers-Evans, financiadas por uma instituição, o Smithsonian, do governo dos EUA[14], como já mencionamos.

A DUPLA DE ARQUEÓLOGOS EM TEMPOS DE GUERRA FRIA

Evans era pesquisador do Departamento de Antropologia do National Museum of Natural History, enquanto Meggers, inicialmente doutoranda do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, tornou-se pesquisadora associada do Smithsonian apenas após a morte precoce do marido, em 1981. Quando estiveram pela primeira vez no Baixo Amazonas, em 1948, ambos eram bolsistas do Viking Fund.

Meggers sempre foi a cabeça pensante da dupla, enquanto Evans era um batalhador que viabilizava suas pesquisas. Segundo Eurico Miller, "Evans era o político, o homem que tinha influência dentro do governo e conseguia recursos. Infelizmente ele morreu do coração, quando tentava interceptar um contrabando de artigos arqueológicos que vinha do Peru para os Estados Unidos. Ele infartou, no carro. Quando a polícia o encon-

13 Ver box à página 45 deste capítulo.

14 Para FUNARI, Pedro Paulo A., em "Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências", *Ciência e Cultura*, vol. 65, nº. 2, São Paulo, Abril/Junho 2013, "o Pronapa estabeleceu um programa de levantamento ativo por todo o país, particularmente preocupado com áreas estratégicas, contribuindo para o esforço de controle do território no contexto da Guerra Fria."

trou, parado no acostamento de uma *freeway*, já não tinha mais condição de se recuperar."

Cabe lembrar que durante a Segunda Guerra Mundial tornou-se de alcance estratégico a exploração da borracha na Amazônia que, no Brasil, levou à campanha dos **Soldados da Borracha**. Eu viria a conhecer um deles, pessoalmente, vivendo em cima de um geoglifo no Acre. Mas isso eu conto depois.

SOLDADOS DA BORRACHA

Foram os brasileiros pobres alistados, em sua maioria nordestinos, durante a Segunda Grande Guerra, no período de 1943 a 1945. O governo lhes oferecia a alternativa de ir lutar na Itália ou extrair borracha na Amazônia, com a falsa promessa de que retornariam à sua terra ao final da guerra. Tudo isso pelo esforço de abastecer os Estados Unidos, impedidos pelo inimigo Japão de acessar sua fonte de borracha na Indonésia.

Sem dinheiro para voltar ou devendo aos donos dos seringais, a maioria que sobreviveu às doenças da selva teve que continuar na Amazônia, particularmente no Acre. Apenas em 2014 o Congresso Nacional aprovou um valor único de reparação para os poucos soldados da borracha ainda vivos, na condição de ex-combatentes, de 25 mil reais.

Nas selvas da Amazônia Peruana, onde os ingleses já tinham cometido barbaridades e um verdadeiro genocídio em nome do "progresso"[15], o governo norte-americano bancou o levantamento das *highland communities*, as **comunidades das terras altas**. Desde 1945, ao final da 2ª Guerra Mundial, quando os Estados Unidos iniciaram sua hegemonia na América Latina, o antropólogo Harry Tschopik (1915-1956) ocupava o posto em Arequipa de representante no Peru do Institute of Social Anthropology, exatamente do Smithsonian Institution. Tschopik viria a falecer subitamente em 1956, logo depois de iniciar o trabalho de campo em Pucallpa, no estado peruano de Ucayali. Segundo Rowe, quem lhe deu continuidade foi seu orientando Donald Lathrap[16].

15 O peruano Mario Vargas Llosa, Prêmio Nobel de Literatura, romanceia essa tragédia real em seu livro *El Sueño del Celta*, publicado em 2010 (Alfaguara, Buenos Aires, Argentina).

16 Curioso que Robert Carneiro menciona na entrevista comigo ter ele próprio substituído Tschopik na pesquisa no Peru, quando este morreu. Possivelmente, houve um lapso de tempo entre o período em que Carneiro e Lathrap trabalharam no Ucayali.

Na biografia de Tschopik no *American Anthropologist*[17] consta, com todas as letras, que em 1942, portanto durante a guerra, Tschopik prestou serviço de inteligência para o governo dos EUA, vindo a ocupar esse posto estratégico em Arequipa pouco depois. O Smithsonian, nessa época, era dirigido por Julian H. Steward, o "guru" de Meggers e Evans. As pesquisas para o estabelecimento de um quadro comparativo entre as culturas das 14 comunidades visitadas no Peru Central permitiram a Tschopik a descoberta de duas cavernas com ferramentas líticas da época pré-cerâmica, sobre cujas escavações publicou em 1947 – o que certamente melhor acobertou seu trabalho de inteligência.

A veterana Sílvia Maranca[18], pioneira da Serra da Capivara, no Piauí, e participante durante quatro anos do PRONAPA, em que pesquisou

TERRAS ALTAS E TERRAS BAIXAS DA AMAZÔNIA

As terras altas são as andinas, incluindo parte das encostas, e as baixas o restante, como toda a nossa Amazônia. As *highland communities*, comunidades das terras altas, sofreram um massacre tão ou mais violento que o dos nossos índios das terras baixas, com a chegada dos europeus. A exploração em grande escala da borracha, sobretudo para a florescente indústria automobilística, como também a extração de metais preciosos, demandaram uma produção muito mais intensa e cruel que a dos séculos de extração das drogas do sertão nas terras baixas. As "novas especiarias", como o cacau, a canela, a baunilha, o guaraná, o urucum e a castanha, eram alvo de intenso contrabando desde o século XVII, o que apressou o projeto de ocupação militar portuguesa da região com a construção de fortes, sobretudo na foz do Amazonas.

A visão de que no período pré-colonial as terras baixas das várzeas foram notavelmente mais ocupadas que as terras altas, longe dos rios, começa a ser relativizada pela descoberta de extensas áreas de Terra Preta de Índio, indicadora de ocupação humana por longos períodos, em regiões hoje cobertas por florestas, longe das margens dos rios, como na Floresta Nacional de Tapajós, perto de Santarém, no Pará, como veremos no Capítulo 9.

---

17 ROWE, John Howland. "Harry Tschopik, Jr." em *American Anthopologist,* vol. 60, págs. 132-140. Washington, D.C.: American Anthropological Association - AAA, fevereiro de 1958.

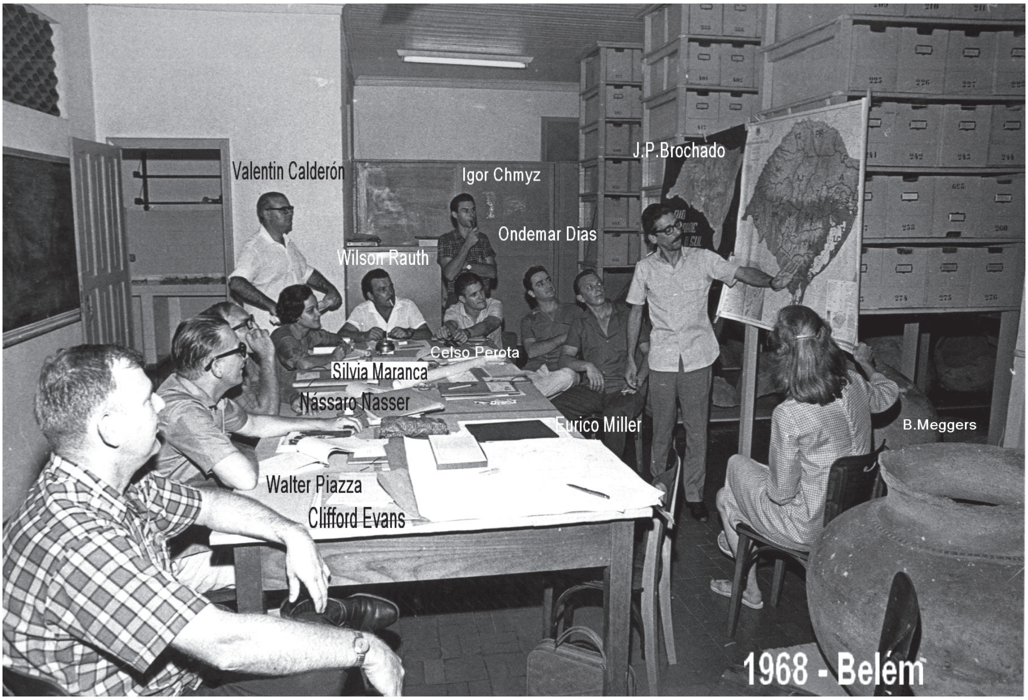
18 Professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, onde me deu essa entrevista.

o Baixo e Médio Tietê (SP), foi amiga de toda a vida de Betty Meggers, a quem atribui o mérito, junto com Evans, de unificar a terminologia e ajudar a criar a arqueologia científica no Brasil.

– Nós nos chamávamos de irmãos. Eu era a única irmã... Até então, cada um era rei no seu reinado, usava a terminologia e o método que queria. Como eu pesquisava no Tietê, vinha gente perguntar se podia pesquisar na "minha" área... E era assim: o Igor [Chmyz] no Paraná, o [Valentín] Calderón na Bahia, o [Eurico] Miller no Rio Grande do Sul, o Ondemar [Dias] no Rio e Minas, o [Celso] Perota no Espírito Santo, o [Mário] Simões no Pará... Cada um era "dono" de sua área de pesquisa. A Amazônia tornou-se da Betty.



Silvia Maranca em 2010, no jardim do MAE-USP



Em reunião do PRONAPA em Belém, em 1968, José Brochado explica a pesquisa no Rio Grande do Sul, com Silvia Maranca entre os colegas atentos.

Sílvia acha absurda a acusação de Anna Roosevelt de que o casal fosse ligado à CIA. Chamada pelo **Museu Paraense Emilio Goeldi** para ser a contrapartida brasileira da pesquisa de Anna Roosevelt nos anos 1980, ela acompanhou o trabalho da americana em Taperinha e Marajó, onde estranhou a escavação apenas nos locais detectados pelos sensores remotos. Mas Silvia pediu para se desvincular da pesquisa de Roosevelt por considerar antiética a crítica aos antigos parceiros, sem provas:

– A Betty nunca foi da CIA! Nem o Clifford! Se você tivesse conhecido eles... não tinham nada de espiões. Eles deram, sim, colaboração ao CNPq [então Conselho Nacional de Pesquisas], porque eram pesquisadores conhecidos. (...) Fiquei um ano com eles no Smithsonian, em Washington, nunca se falou de política. Pode ser que eu seja uma idiota! – completa Silvia, com seu exagero napolitano. E acrescenta: – Será que a Roosevelt quis aparecer criticando alguém já famoso? Não sei...

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

No século XIX, a Amazônia despertava o interesse de naturalistas de toda a Europa, que passaram a explorar nossas florestas com a abertura dos portos por D. João VI, em 1808. Buscavam-se as novas fronteiras do conhecimento e do mundo físico, afirmavam-se as identidades nacionais e fechava-se o jogo de disputa de colônias pelas potências europeias. Nesse tabuleiro, o Brasil era um país idílico, ainda que povoado por mestiços "inferiores", que merecia um "branqueamento" com o estímulo à imigração de europeus, como nosso imperador D. Pedro II providenciou. A visão eurocêntrica era tão "natural" que até o evolucionista Charles Darwin acreditava na superioridade civilizatória do "Velho Mundo".

O Museu Paraense foi então criado em 1871, tendo como primeiro diretor Domingos Soares Ferreira Penna. Em 1888, um ano antes da proclamação da República, ele morreu e o museu fechou. Mas os positivistas[19] no comando da recém-criada Província do Pará, como o presidente Lauro Sodré, até então afastados do centro político do país, o Rio de Janeiro, entenderam o alcance político-cultural de um grande centro de pesquisa e conhecimento na região. Convidaram, então, o naturalista suíço Emilio Goeldi, recém demitido do Museu Nacional, no Rio, para

19 O positivismo, concebido pelo francês Auguste Comte (1798-1857), acreditava na "regeneração social e moral" da sociedade através da "Ordem e Progresso", lema que foi parar na nossa bandeira, já que os militares que deram o golpe da Proclamação da República, não por coincidência, eram positivistas.

abandonar os negócios do sogro em Teresópolis e assumir o Museu a que daria nome, anos depois[20].

Não apenas Goeldi criou a maior instituição de pesquisa sobre a Amazônia, como se desemcumbiu muito bem da missão política de pesquisa e informação sobre a região de litígio com a França, na Guiana Brasileira, o hoje estado do Amapá. Não foi a primeira nem a última vez que arqueólogos desempenharam importantes missões político-estratégicas para o governo no exercício da profissão.

O ANTIAMERICANISTA ALBUQUERQUE CONTRA O DIFUSIONISMO

Outro arqueólogo daquela época que não acredita na vinculação dos Evans com a CIA é o pernambucano Marcos Albuquerque, um dos pioneiros da arqueologia histórica no Brasil, ao lado de Oldemar Blasi, do Paraná, e Margarida Andreatta, do **Museu Paulista**. Apesar de ter recusado participar do PRONAPA, para o qual foi convidado pessoalmente pelo casal na passagem deles por Recife no começo do projeto, o professor da Universidade Federal de Pernambuco, onde criou e chefia o Laboratório de Arqueologia, destaca a excelência do levantamento arqueológico feito por eles.

– Minha geração era antiamericanista: "Como vou passar dados para os americanos, mapas, etc.?" – conta Albuquerque, numa conversa na praci-



Albuquerque ao lado de Andreatta, em 2002, quando Meggers recebe título de Doutora Honoris Causa no Paraná, na foto entre Ondemar Dias e Maria Beltrão.

20 Ver SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917), A Ventura de um Naturalista entre a Europa e o Brasil. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2009.

cap1_final.indd 46 27/08/2015 15:10:40

MUSEU PAULISTA

Fundado em 1895 como Museu de História Natural, foi um marco da independência e da história do país, ficando também conhecido como Museu do Ipiranga. Em 1946, no pós-guerra, assumiu a Seção de Antropologia do museu o etnólogo alemão antinazista Herbert Baldus, que se naturalizou brasileiro. Considerado um dos fundadores da Antropologia no Brasil, Baldus tornou-se diretor e foi professor de brasileiros famosos como Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda e Niède Guidon, de quem Margarida Andreatta foi colega. O Museu Paulista pertence hoje à USP. Em 1989, seu acervo arqueológico foi transferido para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP).

nha em frente à sua casa, em Recife, onde chegou a bordo de um *Land Rover*. – Fui mais ligado à escola francesa, de Annette Emperaire, fiz curso com ela, inclusive fui à França. Lembro de uma conversa na casa dela [de Emperaire], em Carnac, ela manifestando a preocupação de como a arqueologia poderia contribuir para um mundo com tanta gente passando fome...



Marcos Albuquerque escavou a Fortaleza de Macapá, sendo um pioneiro da Arqueologia Histórica.

O professor Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque foi o responsável pelas escavações em três dos fortes portugueses construídos na Amazônia, inclusive o maior deles, a Fortaleza de São José do Macapá. Pela sua familiaridade com a matemática, que lecionou durante seis anos – ele diz que já tinha até decorado o livro do Ary Quintella, sabia o número da página e a resposta dos problemas de cor... – conseguiu estabelecer uma **seriação** exemplar dos fragmentos que encontrou na escavação do primeiro ponto de desembarque português em Pernambuco, em 1516, o que encantou Meggers e Evans ao apresentar os resultados numa reunião em Belém, em 1967.

Recebeu, inclusive, um convite do casal para estudar em Washington: “Mas eles eram extremamente **difusionistas**, foram longe demais quanto à síntese da Amazônia” – critica.

O PROFESSOR DE MATEMÁTICA EXPLICA A SERIAÇÃO

Para tornar claro como se aplica o método de seriação, o professor Marcos Albuquerque dá um exemplo concreto. No caso, interessa analisar os fragmentos de cerâmica encontrados num determinado sítio, segundo duas categorias de antiplástico (tempero) utilizadas na cerâmica, se areia ou cauixi, que é um tipo de esponja de água doce:

– Inicialmente encontro, por exemplo, 80% de fragmentos com areia e 20% de cauixi. Vou alinhando os resultados por camadas ou sítios, através de barras lado a lado: uma representa a porcentagem com areia, a outra com cauixi. A soma da linha horizontal dá sempre 100%. No caso da primeira linha, se somamos 80 + 20, encontramos 100 e assim por diante. Obtenho, então, duas pirâmides de bases inversas, daria uma curva bimodal, porque na medida em que um dos componentes vai diminuindo proporcionalmente, o outro, forçosamente, vai aumentando. Essa é a base da seriação do método Ford. Se fossem grãos de milho nos meus bolsos, seria o mesmo: à medida que passo os grãos de um bolso para o outro, e represento as quantidades por barras, chegarei às pirâmides de bases inversas – conclui.



Aula de Seriação de Betty Meggers no curso de 1964, no Paraná. Da esquerda para a direita: Walter Piazza (SC), Meggers, Ondemar Dias (RJ), Padre Alfredo Rohr (SC), Valentín Calderón (BA), Nássaro Nasser (RN).

DIFUSIONISMO

É a teoria segundo a qual traços culturais semelhantes são difundidos a partir de uma origem comum, ainda que suas manifestações estejam afastadas no tempo e no espaço. Pressupõe a incapacidade de mudança do grupo que teria absorvido por difusão determinados traços, como foi considerado o caso dos nativos americanos por antropólogos e arqueólogos do final do século XIX. Para Meggers e Evans, a cerâmica marajoara seria fruto de difusão cultural da cerâmica equatoriana Napo (século XIII ao XVII DC), o que se demonstrou impossível com a comprovação de que a cultura marajoara era muito mais antiga. Em outro momento, Meggers mencionou a semelhança da cerâmica marajoara com a de Valdivia, no litoral equatoriano, que existiu há 5 mil anos, sempre em busca de uma explicação intrusiva para as descobertas feitas na Ilha de Marajó.

O especialista em líticos Eric Boëda, chefe da missão francesa na Serra da Capivara, no Piauí, que sucedeu a Niède Guidon, menciona um bom exemplo de convergência tecnológica entre grupos que não mantiveram contato, portanto entre os quais seria impossível a difusão cultural. Em entrevista em Paris para o livro *O Paraíso é no Piauí*, em 2008, Boëda me falou de como a técnica Levallois de fabricação de ferramentas líticas, utilizada por grupos de *Homo erectus* há 300 mil anos, na Europa, também foi identificada em ferramentas encontradas na Patagônia, no extremo da América do Sul, por Joseph e Annette Emperaire, com datações de apenas alguns milhares de anos, certamente fabricadas por *Homo sapiens*.

DISPUTA ACADÊMICA QUASE VIRA "BARRACO"

O fato é que a disputa entre Meggers e Roosevelt extrapolou do mérito acadêmico. Enquanto Roosevelt acusava Meggers de bloquear qualquer um que quisesse pesquisar no "feudo" da Amazônia, Meggers se queixou do "tom polêmico" e das "pretensões extravagantes" da colega, ao divulgar seu relatório sobre Marajó em 1992, em The Journal of Field Archeology, considerando-a cada vez mais "desagradável": "*She likes to be a sensationalist*", alfinetou à época. E acrescentou: "Ela pensa que é intocável, por ser uma Roosevelt".

Em maio de 1988, um *workshop* em Belém, promovido por Walter A. Neves, gerou a coletânea de artigos mencionada na nota 9 deste capítulo[21],

21 Op. cit., págs. 103-142.

publicada em 1991. Entre os participantes, Anna Roosevelt se destacou pela revisão teórica do determinismo ecológico, que direcionou o trabalho de gerações de antropólogos e arqueólogos sobre a Amazônia, segundo ela por fatores etnocêntricos, raciocínios ahistóricos e neocoloniais. Roosevelt deixa claro, sem citar nomes, que profissionais norte-americanos, frequentemente com vínculos muito próximos ao Governo americano, através da OSS[22], da CIA e do Departamento de Estado, exerceram grande influência sobre pesquisadores brasileiros, através de programas de cooperação entre os dois governos – no caso do Brasil, governos militares durante 20 anos.

A discussão se tornou ainda mais intrigante quando consideramos a defesa apaixonada de Meggers e Evans pelos antropólogos Darcy e Berta Ribeiro, notórios intelectuais de esquerda perseguidos pela ditadura brasileira e grandes amigos dos colegas americanos desde que se conheceram no Museu Goeldi, em Belém. Foi Darcy quem escreveu a apresentação da edição brasileira de *Amazônia, a Ilusão de um Paraíso*, de Betty J. Meggers, de 1987, pela Editora da Universidade de São Paulo[23]. Ele não economizou elogios: "Além de ser um livro sábio, é um livro belo, sentido e solidário", referindo-se à tristeza manifestada pela autora "ao ver as pobres e precárias formas de vida humana que a civilização fez surgir nas florestas mais exuberantes da Terra".

DIANTE DA LENDA

Pois ali estava eu, em Washington, diante da recepcionista de um dos principais museus do Smithsonian, quando percebo, mal podendo acreditar, que era Betty Jane Meggers em pessoa quem respondia ao telefone! Em seguida fui informada que ela já estava descendo, como se fosse a coisa mais normal do mundo, ainda por cima para alguém com 90 anos de idade! Dali a pouco chegou uma senhora caminhando devagar mas firmemente, pouco mais alta que o balcão – a idade deve ter-lhe roubado alguns centímetros de altura, porque parecia alta nas fotos – cabelos brancos penteados exatamente como na juventude, olhos muito azuis como a blusa tricotada de linha sobre a camisa branca, um colar fantasia de pérolas e uma calça comprida marrom. Ali mesmo me apresentei, mal acreditando tê-la assim diante de mim, sem complicações, uma lenda viva da arqueologia da Amazônia.

22 O Office of Strategic Services – OSS é considerado o precursor da CIA, fundada em 1947.

23 O original em inglês, *Amazonia, Man and Culture in a Counterfeit Paradise*, foi publicado pelo Smithsonian Institution em 1971.



Betty Meggers em sua sala no National Museum of Natural History, em Washington, em 17.10.2011.

Vale dizer que há meses me dedicava a estudar inglês para enfrentar esse momento, derradeira tentativa de vencer um velho bloqueio, que só posso entender como político-emocional-familiar. Afinal, desde a mais tenra idade ouvia falar que os Estados Unidos, além de produzirem fofos e deliciosos bolinhos de chocolate – que meu pai, piloto da Varig, trazia dos primeiros voos da ponte Rio-Nova York de *Super-Constellation* – era a terra do famigerado Tio Sam, execrado pelos quatro costados na minha casa, "antro" de reuniões sindicais e estudantis. Às vésperas do golpe civil-militar de 1964, meu pai, líder sindical do Comando Geral dos Trabalhadores, ouviu do presidente João Goulart que o embaixador Lincoln Gordon ligava para ele querendo dar ordens, ameaçando com a frota de porta-aviões norte-americanos ao largo da costa brasileira[24]. Além das funestas e notórias consequências do golpe, meu pai viu-se obrigado ao exílio, o que foi um rude golpe na família. Não preciso dizer que minha antipatia pelo Grande Irmão do Norte só podia aumentar...

Após meu bravo esforço pedagógico, digamos que a leitura em inglês tornou-se razoavelmente viável, mas a capacidade de diálogo continuava aquém do desejável, sobretudo para uma jornalista que sequer marcou a entrevista... Mas é a tal história, sem cara-de-pau não há notícia muitas das vezes, e lá fui eu. Por sorte, lembrei de abordá-la de forma afetiva: falei de Darcy e Berta Ribeiro, de quem me considerava filha adotiva, e do livro dela, Meggers, que Berta me deu com uma carinhosa dedicatória logo depois de publicado no Brasil. Bem, disse para ela, aqui está o livro que escrevi sobre o trabalho de Niède Guidon, no Piauí. Se a senhora concordar, gostaria de entrevistá-la para o livro que estou escrevendo sobre a Amazônia.

Um hesitante olhar circular me fez pensar que ela não queria dar a entrevista. Talvez marcar para outro dia, ou num horário mais conveniente. Não, ela estava procurando o segurança para me conseguir um crachá.

24 Ver MELLO BASTOS, Paulo. *A Caixa Preta do Golpe de 64, a República Sindicalista que Não Houve*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2006.

Saiu no mesmo passinho resoluto para a sala da segurança, onde, com um gesto, mais do que com as palavras, comunicou que eu iria subir com ela. Subimos de elevador. Peguei minha pequena câmera, recém comprada exatamente para me atrapalhar menos nessas horas, daquelas que grava até "apesar" do operador, e pedi licença para usá-la. Balbuciei um pedido de desculpas pela falta de jeito, possivelmente incompreensível, dizendo que era repórter e não *camerawoman*.

As primeiras imagens atestam minha confusão: armários cinzentos, chão, um relance da cabeleira branca... vamos, Solange, comece a conversar que é o que você sabe fazer. Como a senhora fez para se comunicar no Brasil? Ah, eu estudei português... sabia um pouco de espanhol... Bem, ao menos ela entende o meu drama.

NÃO TENHA INVEJA DE MIM, TRABALHE!

Chegamos a uma sala grande e bem iluminada, onde uma pesquisadora equatoriana fala ao telefone. Paulina, se apresenta. Algumas mesas, muitas estantes, armários com escaninhos e caixas de fichas, cartas encadernadas. Plantas – orquídeas, outras espécies tropicais. Uma arara decorativa. Uma parede coberta por diplomas e homenagens. Uma placa em português adverte "NÃO TENHA INVEJA DE MIM, FAÇA COMO EU, TRABALHE!"

Darcy abre a apresentação do livro de Meggers exatamente com a descrição dessa sala:

> *"Em sua sala de trabalho em Washington, uma mulher inquieta medita sobre o destino de nossos mundos amazônicos. Não é, como costuma ocorrer ali, uma conspiradora da CIA, arquitetando ações preventivas de contrainsurgência. Tampouco é uma estrategista hudsoniana, planejando apoderar-se de recursos escassos para a eventualidade de futuras guerras. É tão somente uma antropóloga, que aprendeu a cultivar e exercer a ciência como um meio de ver mais longe, mais claro e, sobretudo, para sentir mais fundo seu sentimento de gente entre gentes. Falo de minha amiga Betty Meggers."*

Da janela próxima à sua mesa, a visão do Capitólio. Ao lado, uma máquina de escrever elétrica, aparentemente Olivetti. Computador, só na

mesa em frente. Livros e papéis distribuídos em pequenos montes atestam que ela se mantém ativa. À medida que conversamos, levanta-se e procura com precisão os textos a que se refere, ora na estante, ora numa gaveta. Um deles é a referência bibliográfica a um recente artigo sobre o impacto físico-químico esperado pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Alto Xingu[25]. "O problema é que os jovens de agora *don't pay attention for this*", repetiria ela muitas vezes, referindo-se à nova geração de arqueólogos, num claro questionamento ético da arqueologia de contrato, obrigada a se sujeitar aos cronogramas apressados dos grandes empreendimentos, em detrimento da preservação e estudo aprofundado dos sítios arqueológicos. E, claro, porque não querem dar ouvidos à opinião dela sobre a vulnerabilidade da floresta amazônica.

CHEGADA DO HOMEM ÀS AMÉRICAS

Pergunto se ela acredita na hipótese do Homem ter chegado às Américas por mais de uma via, e não apenas pelo Estreito de Behring, como supôs Niède Guidon para explicar a ocupação do Piauí há pelo menos 60 mil anos. "*Well*, especialistas falam principalmente da origem [da ocupação] pela extremidade norte do continente..."

Rapidamente ela conduz a resposta para a cerâmica, apontando a rota num mapa do seu livro[26].

– Homens primitivos entraram por aqui... A questão que não sabemos e que me intriga, com relação à cerâmica e outros indícios, é que hoje é bastante evidente que o homem percorreu este caminho descendo pela costa. As pesquisas mostram evidências disso no litoral, mas se penetramos no continente para o leste, essas evidências são mais tardias. Hoje se admite que possam ter descido a partir do Caribe, ao invés de pelo continente.

Continuando a indicar sobre o mapa: "Aqui 24 mil... [aponta para a costa leste dos Estados Unidos], mais antigo que aqui... [indica o Novo México]."

Betty Meggers certamente se refere a Meadowcroft Rockshelter, na Pensilvânia, onde James Adovasio encontrou em 1977 vestígios de 22 mil

25 COE, M.T. "The effects of deforestation and climate variability on the streamflow of the Araguaia River, Brazil", *Biogeochemistry*, 2011.

26 MEGGERS, Betty J. *Prehistoric America, An Ecological Perspective (Third Expanded Edition)*. Transaction Publishers, New Brunswick, New Jersey. Originalmente publicado em 1972. Smithsonian Institution, Autographed Copy. No exemplar que me deu, ela acrescentou "*with very best wishes. October 17, 2011*".

SÍTIOS MAIS ANTIGOS DAS AMÉRICAS

Ventos e correntes, possíveis vias migratórias



Os ventos e correntes marítimas por si só são capazes de transportar uma balsa ao longo da costa ou, mesmo, através do oceano Atlântico, como foi demonstrado inúmeras vezes, desde que o navegante acidental sobreviva às frequentes tempestades em alto mar.

O mapa reunindo os sítios mais antigos conhecidos e os possíveis "caminhos" marítimos para as Américas do Norte, Central e do Sul permite visualizar que não é razoável insistir na exclusiva hipótese de ocupação via Beríngia, mesmo que em navegação costeira (de cabotagem).

cap1_final.indd 54 27/08/2015 15:10:42

SÍTIOS MAIS ANTIGOS , INDICADOS NO MAPA ,
DE NORTE A SUL :

1. Meadowcroft , Pensilvânia, EUA – Adovasio, 1977 – 22 mil AP

2. Clóvis, Novo México, EUA – vários, 1939 – 12 mil AP

3. Tlapacoya, vale do México – Mirambell e Lorenzo, 1970 – 22.200 a 33.500 AP

4. El Toro e El Túnel, Yucatán, México – López, 1980 – 11 mil a 21 mil AP

5. Taima-Taima, Falcón, Venezuela – Ochsenius e Gruhn, 1979 – 11.860 a 14.200 AP

6. Tibitó, Cundinamarca, Colômbia – Correal, 1978 – 11.800 AP

7. Pedra Pintada, Monte Alegre, Pará/Brasil – Roosevelt, 1996 – 11.200 AP

8. Quebrada Jaguay e Pachamachay, norte do Peru – Rick, 1980 – 11.800 AP

9. Boqueirão da Pedra Furada, Piauí/Brasil – Guidon e Delibrias, 1986 – 32 mil AP –

Valladas et al., 1998 – 100 mil AP

10. Pikimachay, Ayacucho, Peru - Mac Neish, 1980/1983 – 11 mil a 30 mil AP

11. Santa Elina, Cuiabá, Mato Grosso/BR – Vialou e Vialou, 1996 – 10.120 a 25 mil AP

12. Toca da Esperança, Central, Bahia/BR – Lumley, 1987 – 20 mil AP e Beltrão, 1991 –

204 a 295 mil AP

13. Lapa do Boquete, vale do Peruaçu, Minas Gerais/Brasil – Prous, 1998 – 12 mil AP

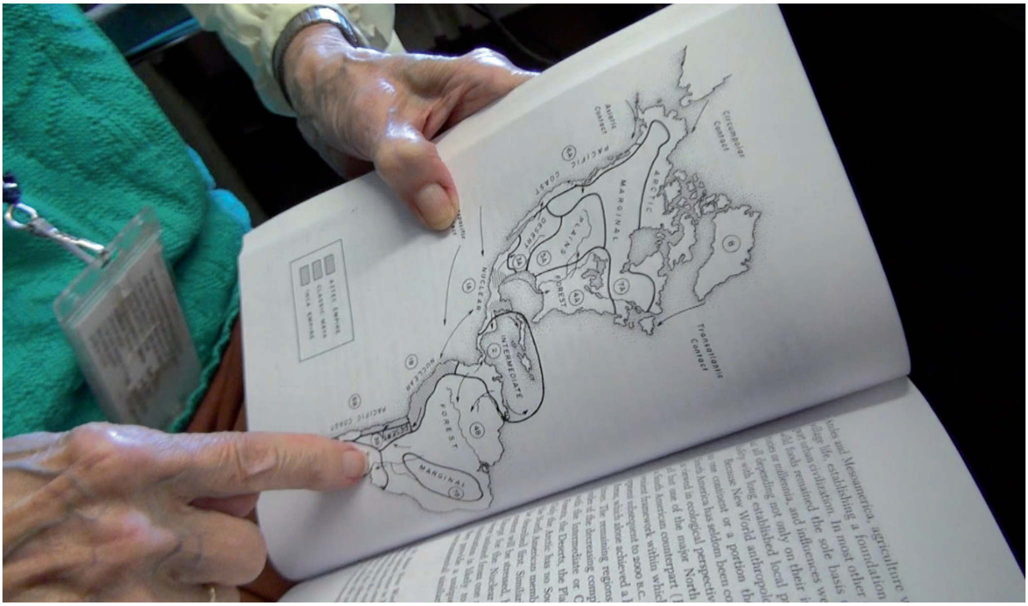
14. Lapa Vermelha, Lagoa Santa, Minas Gerais/Brasil – Emperaire, 1976 e Neves, 1991

(Luzia) – 11.500 AP

15. Alice Boer, Rio Claro, São Paulo/Brasil – Beltrão, 1974 – 14.200 AP

16. Monte Verde, Puerto Montt, Chile – Dillehay e Collins, 1988 – 14.200 a 15.100 AP

17. Los Toldos, Santa Cruz, Argentina – Paez et al., 1998 – 12.600 AP



Meggers indica a rota de entrada do Homem nas Américas, pelo Estreito de Behring.

anos Antes do Presente[27]. Quanto ao Novo México, trata-se, sem dúvida, da famosa descoberta de pontas de projéteis em Clovis – daí se denominarem clovistas os que asseguram serem esses vestígios os mais antigos do continente, datados a partir de 1932, por vários autores, em cerca de 12 mil anos AP. Quando mencionei a datação tão recuada do Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí[28], ela se limitou a comentar: “Isto é discutível” – como costumam dizer os arqueólogos norte-americanos, independente do grau de evidência encontrado, desde que o autor do achado não seja norte-americano.

A menção à convicção da origem circuncaribenha para a chegada do homem na Amazônia, já que esta é a porta norte da América do Sul, estaria se sobrepondo, então, para Meggers, à hipótese de migrações andinas, que teriam involuído ao chegar em Santarém ou Marajó, como ela preferiu sustentar ao longo de todos esses anos. Ela destacava, inclusive, a semelhança da cerâmica marajoara com a de Valdivia, no litoral do Equador, e desta com a cerâmica milenar japonesa.

27 ADOVASIO J.M., GUNN J.D., STUCKENRATH, R. 1978. “The Meadowcroft Rockshelter, 1977: An overview”. *American Antiquity*, 43 (4): págs. 632-651. **Antes do Presente** (AP) refere-se ao ano de 1950, quando se criou essa convenção, depois que foi descoberto o método do Carbono-14 para datação, pelo químico Willard Libby, em 1947.

28 Guidon e Delibrias, 1986 – 32 mil AP; Valladas et al., 1998 – 100 mil AP.

TESE DA DEGENERAÇÃO É COLONIALISTA

Segundo alguns autores[29], um claro ranço colonialista transcenderia da posição de Meggers sobre a pré-história da América, ao explicar, ainda que não justificar, pelo **determinismo ecológico**, as presentes desigualdades regionais do continente. Seria uma versão suavizada do que no século XIX se considerou a degeneração de nossos índios, "incapazes de perpetuar uma tradição civilizada", como se dizia. A sofisticação da cerâmica marajoara, ainda no século XIX, para Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888), seria uma "ilha de civilização", substituída em solos mais recentes por peças "rudes".

A arqueóloga Denise Schaan[30], gaúcha radicada na Amazônia, acredita que os dois tipos de cerâmica não se sucederam, mas ocuparam espaços sociais e físicos diferentes, ritualístico e signo de status alguns, utilitários outros. A mesma Schaan destaca que a análise dos objetos cerâmicos e líticos feita por Meggers e Evans (1957) é a mais completa até hoje, além de terem dado uma importante contribuição com a descrição dos padrões de assentamento, práticas funerárias e rituais.

OS PRIMEIROS TEMPOS DO PRONAPA

– Lembro-me do Mário Simões – afirma Meggers com ênfase, quando pergunto sobre os primeiros tempos na Amazônia. Ele era o responsável pela arqueologia no Museu Paraense Emilio Goeldi, instituição que a recebeu na Amazônia, e acabaria "herdeiro" de Meggers.

Uma discípula de Simões, Edithe Pereira, que se tornou uma autoridade em arte rupestre na Amazônia, está na origem deste livro, como conto na Introdução.

E prossegue Meggers:

– Eram muitas as pessoas quando comecei, hoje arqueólogos conhecidos, na época a maioria era iniciante. Com essas pessoas encontramos terra preta nas margens dos rios – conta ela, despretensiosa.

---

29 NOELLI, Francisco Silva e FERREIRA, Lúcio Menezes. "A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira", *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 14, n° 4. Rio de Janeiro: Outubro/Dezembro de 2007.

30 SCHAAN, Denise Pahl. *A LInguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara. Um Estudo da Arte Pré-Histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400 – 1300 AD).* Coleção Arqueologia no. 3. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

DETERMINISMO AMBIENTAL OU ECOLÓGICO

É a base do modelo da Cultura de Floresta Tropical, que seria atrasada e menos complexa do que a dos povos dos Andes e da América Central. Nesse modelo, a pobreza dos solos para a agricultura, a escassez de recursos proteicos de origem animal e a dispersão das fontes alimentares abundantes gerariam uma "timidez evolutiva" nas culturas indígenas.

Na verdade, essa é uma explicação um pouco simplista, já que o pioneiro Julian Steward (1902-1972) trouxe para a antropologia elementos evolucionistas e difusionistas, combinando processos adaptativos locais e influências externas. A Antropologia Ecológica, para Walter Neves, seria uma retomada mais madura do método da Ecologia Cultural de Steward, em que o meio ambiente pode funcionar como fator gerador no processo de mudança cultural. O determinismo ambiental seria, portanto, "a tese segundo a qual o comportamento humano, individual e/ou social, é fruto das características do meio ambiente".[31]

LEMBRANÇAS DO DISCÍPULO FIEL

Um dos mais jovens da equipe do PRONAPA era Ondemar Ferreira Dias Jr., fundador, em 1961, do Instituto de Arqueologia Brasileira, o IAB, no município de Belfort Roxo, no Rio de Janeiro, que no PRONAPABA trabalhou no Acre e no Amazonas. Então professor assistente da UFRJ, Ondemar se sente honrado de ter participado desse marco na história da arqueologia brasileira. Não por acaso, ele manteve o vínculo pessoal e científico com Betty Meggers ao longo de toda a vida. Em Washington, ela me recomendaria: você precisa conversar com o Ondemar Dias.

Pois só em 2015, às vésperas de fechar o texto do livro, finalmente entrevistei o professor Ondemar. Foi um verdadeiro *rallye* para chegar ao IAB, já que a prefeitura de Belfort Roxo nada faz para melhorar o acesso à instituição que, até hoje, tem oficialmente a guarda de todo o acervo do PRONAPA e parte do PRONAPABA.

Para quem não conhece, Belfort Roxo fica na Baixada Fluminense, município onde só tem coleta de lixo no centro e nenhum sistema de esgotos, inclusive nos conjuntos habitacionais recém-construídos pelo governo fede-

31 NEVES, Walter Alves. *Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. 2a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ral, é um escândalo. Apesar disso, as instalações do IAB são excelentes, numa grande chácara, com laboratórios, museu com parte do acervo e ao ar livre, local preparado para educação patrimonial e alojamentos para estudantes, como os do curso de especialização em Arqueologia.



Ondemar Dias no pátio do Instituto de Arqueologia Brasileira, onde é oficialmente guardado o acervo do PRONAPA.

– Foi o Simões que conseguiu criar o PRONAPABA, com o apoio do CNPq. A Betty e o Cliff foram depois convidados para coordenar o projeto – revela Ondemar.

Ele não esconde um certo despeito com a preferência manifesta dos mestres:

– A Betty era uma mãezona, mas o filho querido era o Miller, ele conseguia tudo o que queria. Inclusive eles o ajudaram a se especializar porque, quando surgiu no PRONAPA, era um amador.

Pois foi ele mesmo, Ondemar Dias, o escolhido para homenagear sua antiga mentora científica e amiga, Betty Meggers, na abertura do Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, em Belém, em 2009. Ele lembra da falta de Cliff na vida e no trabalho de Betty, que se tornou um pouco mais séria depois da morte do companheiro, mas preservando a meiga suavidade. Ressaltando que o espanhol Valentin Calderón e o "Major Simões" eram os únicos da mesma idade do casal, eles igualmente eram advertidos por Cliff quando o grupo estava buliçosamente desatento, num tom baixo mas incisivo: "Quietos, por favor... *Bedi* vai falar".

Ondemar conta vários episódios carinhosos na relação de Betty com a equipe em geral e com ele, em particular. Segundo ele, foi uma incansável batalhadora por bolsas de estudo e oportunidades acadêmicas para os colegas e amigos latino-americanos. Silvia Maranca também destacou a generosidade da amiga, de quem ela revela a profunda timidez. Testemunhei a rica correspondência que ela continuava a manter com amigos e alunos, trocando artigos, remetendo revistas e livros.

TERRA PRETA PARA UNS E OUTROS

Com simplicidade, Meggers toma de um lápis e risca o que seria uma mancha de terra preta na beira de um rio, me explicando:

– Encontrávamos grandes manchas de **terra preta** nas margens dos rios. Então fizemos escavações estratigráficas assim – buracos de tanto em tanto, usando procedimentos como seriação, para entender se os vestígios se estendiam para cá ou para lá.

TERRA PRETA DE ÍNDIO (TPI)

Até recentemente se discutia se a formação da chamada Terra Preta de Índio seria casual ou proposital, ou seja, se seria resultado de fatores naturais associados à ocupação humana ou algum tipo de manejo do solo buscando a sua fertilidade para utilização na agricultura. Os deterministas ecológicos, como Meggers, se negaram a reconhecer que a TPI seria um indício evidente de ocupação duradoura de um mesmo local. Mas um conterrâneo dela, Nigel Smith, publicou ainda nos anos 1980 que a Terra Preta era um indiscutível sinal da numerosa presença humana na Amazônia, ainda que de uma forma que, hoje se supõe, teria sido irregular e cíclica.

A TPI é encontrada na Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela, além do Brasil, em manchas descontínuas, geralmente próxima a rios. É resultante da intensa decomposição de material orgânico como cinzas, resíduos de peixes, conchas, dejetos humanos, restos de cerâmica e ossos. O interessante é que possui grande estabilidade de seus componentes químicos, mesmo sujeita a fortes chuvas, o que a torna muito fértil. Supõe-se que os cacos de cerâmica misturados contribuam para tal característica.

Um dos discípulos de Meggers, o gaúcho Eurico Theofilo Miller, me contou que, para localizar terra preta, basta identificar na paisagem onde tem a palmeira "urucuri" (ouricuri), garante ele, porque essa palmeira gosta de terra fértil. Da mesma forma a palmeira buriti só cresce em terra úmida, portanto a presença de várias delas, geralmente num baixio, indica uma nascente ou uma reserva natural de água.

A classificação por seriação, associada à estratigrafia, compõe o eixo do **método Ford** de análise de vestígios materiais, em que se transforma em porcentagens a frequência dos achados, ao longo do tempo, tabulando o resultado em números e chegando a uma estatística. Silvia Maranca destacou que o método é até hoje usado ao se fazer tipologia. Mas ressalta:

"Hoje já não se examina cada fragmento no microscópio, é por amostragem." Em homenagem a Betty Meggers, que trouxe o método para o Brasil e formou uma geração de arqueólogos com a sua utilização, o discípulo Ondemar Dias formalizou a designação do método como Ford-Meggers.

SOBRE O MÉTODO FORD DE SERIAÇÃO

O arqueólogo norte-americano James Alfred Ford (1911-1968) desenvolveu seu método de classificação de cerâmica arqueológica a partir de estudos que fez no Peru, nos anos 1940, quando o casal Evans o conheceu. Era evidente a necessidade de uma sistematização nos processos de análise quantitativa, criando uma base uniforme de dados que permitisse a comparação entre os achados dos vários pesquisadores.

No manual de Meggers e Evans "Como interpretar a linguagem da cerâmica"[32], os autores sistematizaram, à luz do método Ford, uma "terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica". Depois dos primeiros trabalhos de campo na Amazônia, ainda nos anos 1940, eles aplicaram a mesma metodologia na Guiana, no Equador e na Venezuela.

Segundo Gabriela Martín, outra importante veterana do Piauí e professora da Universidade Federal de Pernambuco, "tem-se acusado o sistema quantitativo de J. Ford de depender de critérios perigosamente subjetivos na escolha e seleção de tipos cerâmicos e de seus atributos para a realização de seriações. Nesse caso, como já observou o arqueólogo Ondemar Dias [...], o responsável não é o método e, sim, o pesquisador que o utiliza."[33]

O resultado das cronologias relativas entre os fragmentos cerâmicos encontrados seria mais satisfatório caso se fizesse uma escavação estratigráfica extensiva, lembra a professora Gabriela. Mas o problema, lembramos nós, é que se acusou a dupla norte-americana de inferir classificações também de escavações não suficientemente extensivas, como veremos ao longo do livro.

32 MEGGERS, Betty e EVANS, Clifford. "Como interpretar a linguagem da cerâmica". Tradução datilografada da publicação do Smithsonian Institution, Washington D.C., 1970, págs. 101 e 102. Citado por BOECHAT, Raquel M. Manuscrito de trabalho do curso de pós-graduação em Arqueologia Brasileira do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), professor Ondemar Dias. Belfort Roxo/RJ: março de 2012.

33 MARTÍN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. Recife: Universitária UFPE, 5a. ed., 2008, pág. 162.

Minha ilustre entrevistada prossegue na explicação sobre as manchas de terra preta:

– Eles [os antigos habitantes] nunca reocupavam o mesmo local, porque enterravam seus mortos no chão das casas. Então ali era um cemitério, e eles se mudavam. Ao longo de centenas de anos, esses sítios se tornavam maiores, com muita terra preta, não que fosse uma ocupação contemporânea de todo esse território, mas ao longo de vários anos. Demonstramos que isso era verdade, só que as pessoas que chegaram depois não deram atenção ao que dissemos. Mas eu publiquei – e sorri.[34]

Na discussão com Roosevelt, Meggers dizia que era um erro de principiante confundir um lugar habitado muitas vezes, por grupos pequenos e instáveis, com uma sociedade única e durável. Como os diferentes tipos de cerâmica decorada não mudavam tanto com o tempo, segundo ela, era possível descobrir um monte de fragmentos e supor que ali tinha havido um grande assentamento. Pessoas inexperientes, naturalmente.[35]

TERRA PRETA É SINAL DE MUITA GENTE

– Em 1980 publiquei meu primeiro artigo sobre terra preta[36], que eu vinha estudando desde 1976, quando comecei a trabalhar no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – lembra o veterano Nigel Smith, da Universidade da Flórida, um norte-americano de origem inglesa que nasceu e passou a infância na Venezuela. Smith é um apaixonado pela Amazônia desde os tempos de estudante de Geografia, quando veio pela primeira vez à região, trazido pelo professor brasileiro Hilgard O'Reilly Steinberg, da Universidade de Berkeley.

Encontrei o etnobotânico Nigel Smith em agosto de 2014 em Macapá, no segundo encontro da Regional Norte da SAB, a Sociedade de Arqueologia Brasileira, de onde partiria para o Baixo Xingu, a participar de um projeto do Museu Goeldi perto de Carrazedo, às margens do Amazonas. Prossegue ele:

34 MEGGERS, B.J., DIAS O.F., MILLER E.T. E PEROTA, C. "Implications of archaeological distributions in Amazonia", in HEYER, W.R. VANZOLINI, P.E. (eds.), *Proceeding of a workshop on neotropical distribution patterns*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, págs. 275-294, 1988.

35 MANN, Charles C. *1491. Uma nueva historia de las Américas antes de Colón*. México: Santillana Ediciones Generales, 2ª. reimpr., 2008.

36 SMITH, N.J.H. "Anthrosols and Human Carrying Capacity in Amazonia". *Annals of the Association of American Geographers* 70, págs. 553-566, 1980.



O etnobotânico Nigel Smith é um fotógrafo apaixonado da natureza e da gente da Amazônia. Foto Washington Post.

– Enfrentei a ideia de Betty Meggers de que na Amazônia não podia ter muita gente, TINHA muita gente – frisa ele num português impecável, apesar do sotaque. – Deve ter tido muita gente aqui para criar todos esses sítios. Encontrei grande quantidade de terra preta não apenas ao longo dos rios mas também nos interflúvios, junto a igarapés, sempre com muita cerâmica e machados de pedra. Colhi amostras e mandei para análise da Embrapa, que quantificou cálcio, fósforo, atestando a sua grande fertilidade. Terminei meu artigo dizendo que a mata era uma cobertura escondendo o passado do homem aqui na Amazônia. E é o que vem se descobrindo nos últimos trinta anos – garante o simpático professor, que preferiu se aposentar aos 65 anos para ter liberdade de viajar. Apaixonado por gente, constatei em nossa visita a alguns sítios no Amapá como fotografa o tempo todo os ribeirinhos e os detalhes do cotidiano amazônico.

Nigel Smith explica que seus estudos visam entender como o homem muda a natureza, não necessariamente destruindo, mas mudando a natureza. Hoje estuda o uso de frutas silvestres, como as pessoas vão modificando a mata ao redor das comunidades, como modificaram o entorno dos sítios arqueológicos. O professor ressalta que os enormes castanhais certa-

mente têm origem antrópica, inclusive porque o sistema de roça por coivara (corte e queima da mata), paradoxalmente abre espaço para as mudas de castanheiras: "Nunca vi uma muda de castanheira na mata fechada", diz ele. E não hesita em afirmar: – Eu não gostava do trabalho da Meggers. Uma vez a encontrei em Washington, no Smithsonian Institution. Eu a admirava por colocar suas ideias em debate, mas não a sua tentativa de "cercar" a Amazônia e não deixar entrar ninguém de quem discordasse, como o Lathrap e seus alunos. Isso é um tipo de ditadura acadêmica.

SCHAAN ENTRA NA BRIGA

Denise Pahl Schaan[37] entende que as terras pretas são, em sua maioria, "resultado do descarte de matéria orgânica produzida por sociedades pesqueiras e coletoras", ou seja, são lixo e, não, solos intencionalmente modificados para a agricultura, como creem alguns autores – hipótese que, para ela, necessitaria de outro tipo de dados para ser comprovada. Preocupada com o que hoje se chama arqueologia da paisagem, Schaan não acredita que aqueles povos simplesmente se adaptaram às dificuldades que a vida na floresta envolve – calor, mosquito, falta de alimento, como é a visão dos deterministas ecológicos.

O confronto de visões bastante diferentes fica explícito quando comparamos o enfoque contemporâneo de Denise Schaan, referindo-se à Ilha de Marajó, com o neoevolucionista e difusionista de Meggers e Evans, expresso na publicação de 1970:

> *"A existência de sequências seriadas completas cobrindo a totalidade do período de existência de povos ceramistas em um número de regiões adjacentes, ou mesmo em uma única região, fornece a base para inúmeras outras espécies de investigações. Um exemplo clássico de sua aplicabilidade ao estudo de evolução do urbanismo foi dado por Willey (1953) em seu trabalho no Vale do Viru [costa noroeste do Peru], o qual teria sido impossível sem a datação relativa fornecida pela sequência seriada da cerâmica,*

37 SCHAAN, Denise P. "Manejo Ecológico e o Desenvolvimento de Sociedades Complexas na Ilha de Marajó, Brasil" in *Marajó: Arqueologia, Iconografia, História e Patrimônio – textos selecionados*. Erechim/RS: Habilis Editora, 2009. Artigo originalmente publicado em *Pueblos y Paisajes Antiguos de la Selva Amazónica*. Editado por Morcote, Gaspar; Mora, Santiago; Franky, Carlos, pág,.349-365. Bogotá, Washington: Taraxacum, 2006.

realizada por Ford. (...) A prospecção de caráter nacional, agora em progresso no Brasil (...) fornecerá a base para a investigação de migrações, difusões, adaptação cronológica, e muitos outros aspectos da situação cultural pré-europeia (sic). *Em resumo, o potencial da análise quantitativa será realizado, de um modo total, somente depois de se adquirirem sequências seriadas em grande quantidade de todas as partes do Novo Mundo."* [38].

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

– Estou muito interessada nas transformações que esses povos fizeram na paisagem, como aproveitavam os recursos naturais, as coisas que eles construíam. Eles modificaram seu entorno – me garante Denise Schaan, quando finalmente consegui entrevistá-la em Santarém. Ela trabalhava, naquele momento, dezembro de 2009, ao lado de Anna Roosevelt, no salvamento arqueológico de uma profunda área de terra preta que seria ocupada por instalações da Cargill. A multinacional norte-americana, processadora de grãos, instalaria novos silos na vizinhança do porto, canal de escoamento da soja e do arroz do cerrado brasileiro. Denise estava participando também da implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, onde seria iniciado em 2011 mais um curso de graduação em Arqueologia.

"Hoje em dia se discute se é possível ou não a regeneração da floresta em determinadas áreas, o que é o uso sustentável de recursos naturais, enfim, são coisas que podemos aprender com a arqueologia, como esses povos viveram milênios aqui nessa região, como eles desenvolveram sociedades complexas" – explica Schaan sobre o manejo ancestral da região.



Denise Schaan integra seus estudos de Marajó, dos geoglifos do Acre e da região de Santarém para entender as alterações da paisagem pela mão do Homem.

38 MEGGERS, B. e EVANS, C. *Op. cit.*, pág. 105.

ÔNUS DO MONOPÓLIO ACADÊMICO

Apesar de reconhecer o pioneirismo e a importância do trabalho científico desenvolvido por Meggers & Evans, Denise Schaan explica o que seriam os ônus do quase "monopólio" do estudo da Amazônia:

– Eles [os jovens arqueólogos do PRONAPABA] meio que endeusavam a Meggers, seguiam aquilo que ela dizia como se fosse uma Bíblia, porque ela é uma pessoa muito firme, muito convincente, então criou-se em torno dela esse mito. Ela também conseguia financiamento para a pesquisa no Brasil, isso gerava um certo compromisso com ela.

Silvia Maranca discorda de qualquer ideia de manipulação dos arqueólogos formados pela dupla no PRONAPA e no PRONAPABA:

– Eu, que seria uma "utilizada" por eles, tive discussões horrorosas, nunca fui tratada como uma prestadora de serviço; nós vivíamos discordando, sem problema. Se não entendíamos alguma coisa, eles explicavam, sobretudo a Betty. O Clifford era o "monstro", não queria que ocupássemos a Betty.

A geração pronapiana, da qual Silvia foi uma ilustre integrante, se estendeu aos anos 1970 e 1980. Para seus críticos, a rapidez exigida no trabalho de campo por conta do programa de atividades determinado por Evans e Meggers em 1965, em seu Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil, obrigava os arqueólogos pronapianos a colher evidências na superfície ou em pequenos poços-teste, com o que "não criaram as condições para perceber contextos regionais, realizar estudos de adaptação/manejo ambiental e de antropologia física, pesquisas de cultura material ou enfrentar questões sociológica e politicamente dirigidas, dentre as diversas possibilidades de pesquisa arqueológica".[39]

Enquanto Donald Lathrap trabalhava na Amazônia peruana, boliviana e venezuelana – onde, inclusive, Anna Roosevelt começou – não se conseguia entrar para trabalhar na Amazônia brasileira. Segundo Denise Schaan, "havia a dificuldade de conseguir contatos, mas depois foi realmente pela influência da Betty Meggers e das pessoas com quem ela trabalhou, que essa possibilidade foi totalmente fechada para qualquer outro estrangeiro".

---

39 NOELLI, F. S. "Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar", *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento 3, págs, 285-302. São Paulo, 1999.

FATOS CONTRADIZEM TEORIA

Meu amigo Walter Neves, que teve a gentileza de ler este capítulo, anotou à margem do parágrafo anterior: "Isto o Lathrap me confirmou por telefone em meados dos anos 80. Ele me disse que a Meggers e o Simões [com uma referência, digamos, pouco elogiosa a este...] impediram a entrada dele na Amazônia Brasileira!" Como vimos, Nigel Smith também confirmou o fato.

O próprio Ondemar Dias também o confirma, ressaltando, porém, que o territorialista seria Mário Simões. Até com ele, Ondemar, Simões brigou quando este levou um colega, durante o Projeto Rondon, para pesquisar em Manacapuru, no Amazonas. Ninguém podia entrar na Amazônia sem ser através dele, Simões.

Ondemar Dias ainda faria uma revelação desconcertante: segundo ele, todos do PRONAPABA que foram a Washington nos anos 80 – ele não sabe precisar o ano – ficaram sabendo que Donald Lathrap simplesmente pedira Betty Meggers em casamento! Ela ficou indignada, conta Ondemar, que achou natural, já que Lathrap sempre admirou a adversária.

– Ainda havia o problema de que muitos dos dados coletados em campo nunca chegavam a ser publicados. A Betty Meggers pegava os dados, fazia uma síntese, publicava alguns artigos, mas o grosso das pesquisas nunca era publicado. O Mário Simões, por exemplo, teve um artigo dele que ele foi lá para os Estados Unidos para escrever com ela – afirma Denise. Ondemar confirma que, mesmo em 2015, ainda não tinham sido publicados os dados do PRONAPABA. Mas ele fala com muita naturalidade sobre isso, "porque quando nos reunimos em Washington [em 1983], nem todos tinham concluído sua pesquisa". Calderón viria a falecer pouco depois, Simões se aposentou do Goeldi.

O mais grave, para Schaan, era a manipulação dos dados brutos: – Eu consultei no Museu Goeldi todo o material coletado em campo, todas as anotações de laboratório e comparei com os artigos finais. Eles mudaram os dados no artigo final, eles esconderam dados para poder comprovar aquilo que queriam dizer.

Denise Schaan se refere ao modelo de seriação Ford, que nem sempre encaixava com a realidade: – Eles tinham construído um modelo de fases e de sucessão dessas fases, e os dados que o Simões tinha coletado em campo não entravam direito nesse modelo. Ele tinha, por exemplo, duas fases que estavam juntas num sítio em que elas não poderiam estar, a Mangueiras e a

SCHAAN DESCOBRE QUE SIMÕES OMITIU DADOS DIVERGENTES[40]

Pela classificação de Betty Meggers e Clifford Evans, citada por Schaan, as populações da Iha de Marajó pertenceram a diferentes "fases cerâmicas", numa linha cronológica que vai de 1.500 antes de Cristo até o século XVIII, algumas delas tendo sido contemporâneas umas da outras: Ananatuba, Mangueiras, Formiga, Marajoara, Acauã (não datada) e Aruã.

A fase Mangueiras seria de cerca de 1.000 AC a pouco depois de 500 AC, enquanto a Marajoara teria começado apenas próximo a 500 DC e teria sobrevivido até algo depois de 1.500 DC. Portanto, as duas fases não poderiam estar reunidas, segundo essa classificação, e por isso os dados contraditórios simplesmente não foram mencionados no artigo, segundo Schaan.

Marajoara. Elas deviam estar separadas em mais de mil anos e lá estavam juntas num mesmo sítio. Esse tipo de coisa eles omitiram.

ROOSEVELT FURA BLOQUEIO DA AMAZÔNIA

Em 1991, Anna Roosevelt afirmou que "seus métodos [de Meggers e Evans] de escavação e análise combinavam materiais de períodos diferentes, comprimindo artificialmente a sequência arqueológica."[41] Ela foi a primeira arqueóloga norte-americana a conseguir pesquisar na Amazônia depois de Betty Meggers, graças ao convite do então diretor do Museu Goeldi, José Seixas Lourenço[42], que reestruturou o Museu após a instituição se tornar, em 1983, uma unidade autônoma do então Conselho Nacional de Pesquisas, desvinculando-se do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). O geofísico Lourenço estava interessado na utilização dos sensores remotos na pesquisa arqueológica.

40 Ver Anexo II - Classificação da Cerâmica Marajoara, à pág. 575

41 ROOSEVELT, A. C. "Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia" em W. A. Neves (Org). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia,* págs. 103-141. Belém: SCT/CNPq/Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

42 José Seixas Lourenço foi Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal do Oeste do Pará até dezembro de 2013.

Anna Roosevelt começou a pesquisar no Teso dos Bichos, em Marajó, com essa tecnologia, escavando apenas nos locais em que os aparelhos indicavam uma densidade diferenciada, indício de peças enterradas. Mas já não encontrou sepultamentos: o sítio não tinha mais três metros de sua camada superior, consequência de várias escavações. Ela pôde, no entanto, analisar não só os fragmentos cerâmicos e líticos encontrados como os vestígios paleobotânicos e de fauna. Depois ela ainda usou a mesma tecnologia no Teso do Guajará[43]. Nos anos seguintes, de 1990 a 1992, Roosevelt se dedicou à região de Monte Alegre, no Baixo Amazonas, onde encontrou vestígios de até 11.200 AP na Caverna da Pedra Pintada, o que ela publicou em 1996. No sambaqui da Taperinha, na região ribeirinha próxima, fragmentos de cerâmica foram datados em 7.500 anos, dos mais antigos de toda a América.

MEGGERS ACHA QUE TAPERINHA VEIO DA COLÔMBIA

Betty Meggers pisca seguidas vezes quando menciono as datações encontradas por Anna Roosevelt:

– É, na Taperinha... ela diz que é a cerâmica mais antiga... Mas não é verdade. A Taperinha é um sambaqui. A metade inferior era amorfa, sem estruturas íntegras, poucas peças de cerâmica mais na superfície. Todas as datações são da parte inferior, claramente era cerâmica pré-colombiana de sambaqui abandonada lá. Pescadores moraram ali e abandonaram o lugar. Outra população chegou, com cerâmica, e ocupou o local abandonado pelos pescadores. Ela [Roosevelt] identificou somente três técnicas de decoração, nenhuma delas existentes na área amazônica. São as técnicas mais comuns aplicadas às cerâmicas pré-colombianas da costa norte da Colômbia. Onde os rios descem da Colômbia para o Orinoco e as áreas amazônicas, obviamente acontecia de famílias descerem e se estabelecerem sobre os sambaquis. Não tiveram sucesso em introduzir a cerâmica no seu entorno.

Sem qualquer ironia aparente, ela acrescenta:

– O que temos são cerâmicas mais antigas na costa e provamos isso. Devido à publicação do artigo da Anna Roosevelt na *Science*[44], todos pensaram que aquilo tinha que ser verdade e não prestaram atenção...

---

43 BEVAN, Bruce W.; ROOSEVELT, Anne C. "Geophysical exploration of Guajara, a prehistoric earth mound in Brazil. *Geoarchaeology:* an International Journal, v. 18, n. 3, págs. 287-331, 2003.

44 Roosevelt, A.C.; Housley, R.A.; Imazio da Silveira, M.; Maranca, S. e Johnson, R. "Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon". *Science*, 254, págs. 1621-1624, 1991.

BACIAS DOS RIOS ORINOCO E AMAZONAS ESTÃO LIGADAS

Betty Meggers certamente se refere à possível migração pela ligação da bacia do Orinoco com a do Amazonas, através do canal Cassiquiare, que vai do rio Orinoco ao rio Negro. Acredita-se que esse rio foi descoberto por Francisco Orellana em sua viagem pioneira em 1542, quando desceu o Amazonas da nascente até a foz, tendo percorrido vários afluentes do "mar Dulce", também conhecido na época por "Rio Grande" ou "Rio da Canela".

Essa ligação das duas bacias foi negada ao longo do século XVIII pelos cartógrafos, que a omitiam em seus mapas. Finalmente, em 1800, o cientista Alexandre de Humboldt confirmou a sua existência, com precisas medições.

Lembremos que informações geográficas de tal alcance estratégico eram consideradas segredos de Estado.



Os rios da margem norte do Amazonas, como o rio Negro, onde deságua o canal de Cassiquiare, têm as chamadas águas pretas, por causa da formação geológica do Escudo das Guianas, muito antigo. Os rios da região amazônica podem ter ainda as águas brancas, barrentas, como o Madeira, ou águas claras, bem transparentes, como o Tapajós.



O canal de Cassiquiare é uma ligação natural de 326 km entre as bacias dos rios Orinoco e Amazonas, as duas maiores do mundo. Fica na Venezuela, perto da fronteira com a Colômbia. Betty Meggers acreditava que essa via de comunicação teria sido usada por culturas do litoral da Colômbia para chegarem à calha do Amazonas, explicação que ela me deu para a ocorrência de cerâmica no sambaqui fluvial de Taperinha com até 7.500 anos, no Baixo Amazonas, descoberta por sua rival Anna Roosevelt nos anos 1990.

cap1_final.indd 71 27/08/2015 15:10:49

Como já mencionamos, Betty Meggers acreditava na hipótese de seu colega equatoriano, Emilio Estrada, que viu semelhança entre as cerâmicas belamente decoradas de Valdivia, na costa do Equador, com a cerâmica japonesa do período Jomon, conhecida como a mais antiga do mundo, e que chega a ter 14 mil anos.

ARQUEOLOGIA RECENTE NÃO MUDOU CABEÇA DE MEGGERS

Tento esclarecer em quê as recentes descobertas podem ter alterado sua teoria de "dispersão" de culturas sofisticadas, que teriam involuído ao chegar na Amazônia. Mas depois de reiterar a convicção de que "houve um movimento tardio pela costa, é o que estudamos bastante", ela começou a divagar sobre o conhecimento tradicional dos grupos indígenas da flora e da fauna, como até as crianças reconhecem os vestígios na floresta, como são capazes de manter sua vida sustentável. E como é triste a forma como esses povos estão abandonando sua maneira tradicional de viver porque aspiram a ter telefone celular e dinheiro.

Em um artigo póstumo homenageando a antiga adversária[45], Robert Carneiro pondera que "Meggers teria tido o infortúnio, no começo de sua carreira, de montar o cavalo errado e nunca ter sido capaz de desmontá-lo. (...) Ela o conduziu valentemente até o final". Carneiro acredita que nas primeiras leituras de Meggers sobre a Amazônia, ela não teria conhecido o relato de Carvajal sobre a expedição de Orellana pelo Amazonas[46], em 1542, que descreve a intensa ocupação das margens do rio pelo povo Omágua, um florescente cacicado que explorava as terras baixas da várzea. Para Carneiro, no capítulo 4 – "Adaptação indígena à várzea" do livro de Meggers de 1971, aqui citado em sua tradução para o português publicada em 1987, ela teria se retratado, de certa forma, ao mencionar a fertilidade dessas terras inundáveis, densamente povoadas antes da chegada dos europeus.

Mas ela considerou que o cronista deu uma referência geográfica "imprecisa", já que mencionava dias necessários de viagem em

45 CARNEIRO, Roberto L. "Reminiscences of a Stalwart Adversary", *Andean Past 11*. Boston: Cornell Latin American Studies, págs. 7-14, 2013.

46 CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande de las Amazonas* [c. 1542], editado por Jorge Hernández Millares. Biblioteca Americana. Serie de cronistas de Indias. Apéndice documental y bibliografía, págs. 121-156. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

lugar de medidas de distância, por exemplo. E que por sua "vulnerabilidade", esse ou esses povos foram totalmente dizimados nos 150 anos que se seguiram à sua descoberta. Contudo, lá está no próprio livro de Meggers, citado com razoável precisão, na legenda do mapa à página 175:

> *"Quando Carvajal desceu o Amazonas em 1542, observou que os Omágua habitavam a região entre o rio Japurá e a parte situada entre as confluências do Coari e do Purus. Notou, também, que os arredores da foz do Tapajós eram densamente povoados, mas não mencionou os habitantes pelo nome"* [47].

PAI DE MEGGERS COLECIONAVA ARTEFATOS ANTIGOS

Procuro saber um pouco da sua história pessoal.

– Bem, meu pai era médico, de Wisconsin. Quando foi para Washington conheceu minha mãe, se casaram e foram morar no campo. Meu pai colecionava artefatos como machados antigos e coisas assim. Quando visitávamos a família em Wisconsin parávamos para visitar sítios arqueológicos no caminho. Fiquei então interessada nisso e me tornei voluntária aqui no Smithsonian quando ainda estava no secundário (*high school*). Ao entrar na Universidade, pensei em estudar História. Depois de me formar, havia um curso de Museologia em Michigan, onde tive contato com o evolucionismo cultural, que me fascinou. Havia uma pequena coleção de Marajó, e me perguntaram se eu gostaria de descrevê-la, o que fiz.

Betty Meggers se levanta mais uma vez e pega numa gaveta um quase folheto:

– É minha primeira publicação – diz com um sorriso, enquanto me dá um exemplar: "*The Beal-Steere Collection of Pottery from Marajo Island, Brazil*", de 1945.[48]

47 MEGGERS, B.J. *op. cit*., pág. 175.
48 MEGGERS, Betty J. "The Beal-Steere Collections of Pottery from Marajó Island, Brazil. Michigan: *Papers of the Michigan Academy of Sciences, Arts and Letters*, vol. XXXI, 1945. Published 1947.

MEGGERS FAZ PARALELOS ENTRE MARAJÓ E SANTARÉM

Depois de examinar outras coleções amazônicas, Betty J. Meggers define o que considerou os dois principais centros culturais do vale amazônico: Marajó e Santarém. Ela se baseou no estudo das 48 peças coletadas por Joseph B. Steere, em 1871, quando ele esteve em Marajó com Ferreira Penna, nas primeiras explorações do Pacoval e do Teso dos Bichos, próximos ao lago Arari. Meggers estabeleceu uma distribuição e sequência cronológica das cerâmicas, indicando importantes conexões entre os dois grandes núcleos culturais.

O pioneiro no estudo de Marajó, porém, foi o sueco-finlandês Erland Nordenskiöld[49] que, em 1930, analisou o acervo do Museu Etnográfico de Gotemburgo e registros fotográficos de várias coleções, convencendo-se da influência do Peru e da América Central na difusão dos estilos na cerâmica amazônica.

PARTINDO PARA O CAMPO

Meggers retoma o relato:

– Quando resolvi que queria ser arqueóloga e, não, ficar trabalhando nas coleções, fui para uma Universidade na Colômbia onde conheci meu marido, Clifford Evans Jr., estudando arqueologia, depois de ter voltado da guerra. Ele foi para a costa do Peru como professor, onde conhecemos James Ford, o inventor do processo de seriação. Ficamos noivos antes de ele ir para o Peru e casamos quando ele voltou [em 1946]. Daí ele esteve no Sudeste do Peru. Percebemos então que precisávamos levantar fundos para nossa pesquisa e ir para o Brasil por uns anos. Conseguimos e fomos para a Amazônia[50]. Na parede tem fotos dessa época... No Museu Goeldi tem uns selos.

Pergunto sobre o começo do PRONAPA:

– Bem, o programa foi desenvolvido depois de um *workshop* com arqueólogos de vários lugares do Brasil. Foi no Paraná, passamos algumas

49 NORDENSKIÖLD, Erland. Ars Americana. L'Archéologie du bassin de l'Amazonie. Paris, 1930.

50 O casal vem para o Brasil em 1949, com financiamento da Fundação Wenner-Gren, escavando nas ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana, e posteriormente no Amapá.

semanas lá. O Smithsonian tinha verba excedente disponível e achamos que era uma boa oportunidade para conseguirmos fundos, daí escrevemos e conseguimos essa verba para a Amazônia[51].

FORMAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS NO BRASIL

Segundo o arqueólogo gaúcho Pedro Ignácio Schmitz[52], Evans e Meggers foram inicialmente convidados em 1954 para dar treinamento a arqueólogos brasileiros na Universidade Federal do Paraná, onde surgiu o primeiro curso de Arqueologia no Brasil. O autor do convite, José Loureiro Fernandes, seria dois anos mais tarde o criador do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR).

Dez anos depois, em outubro de 1964, "após muitas negativas e dificuldades, ocorreu um grande seminário ministrado pelo casal americano. Nascia daí o PRONAPA. (…) Sua fundamentação teórica foi o modelo histórico-cultural em voga na escola norte-americana, alicerçado basicamente em coletas superficiais e cortes estratigráficos, criando um primeiro modelo sobre o conhecimento pré-colonial brasileiro."

Entre 1954 e 1956 outro casal ilustre, esse francês, tinha estado no Paraná, o geógrafo Joseph e a arqueóloga Annette Laming-Emperaire, responsáveis pelas primeiras datações no Brasil por Carbono-14, nos sambaquis paranaenses. Annette – que, na verdade, era russa de nascimento – retomaria anos depois as escavações em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde descobriria o crânio de Luzia (1975), como veio a ser batizada pelo arqueólogo Walter Neves a brasileira mais antiga de que se tem notícia, com cerca de 11 mil anos[53], como já me referi no quadro sobre "o padrinho da Luzia", no começo desse capítulo.

Na entrevista que me deu em 2015, Ondemar Dias me garantiu que Clifford Evans e Betty Meggers eram de esquerda e críticos do imperialismo norte-americano. O fato dessa reunião em Paranaguá ter ocorri-

---

51 Betty Meggers parece ter confundido o começo do PRONABA, em 1965, que surgiu depois desse *workshop* no Paraná, e o do PRONAPABA, para a Amazônia, que só aconteceu em 1976.

52 SCHMITZ, Pedro Ignácio. Editor responsável. *Arqueologia do Rio Grande do Sul*, *Brasil*. *Documentos 10*. São Leopoldo/Rio Grande do Sul: Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, pág. 15, 2005.

53 Em meu livro *O Paraíso é no Piauí, a Descoberta da Arqueóloga Niède Guidon*, o capítulo 2 (págs. 26-45) é "O que Luzia tem a ver com o Piauí?", em que relato as escavações de Walter Neves na região de Lagoa Santa no começo dos anos 2000 e sua teoria das linhagens paleoíndia e mongoloide para a ocupação das Américas.

do pouco depois do golpe de 1964 nada tem a ver com os Evans, garante ele. Na verdade, foi Paulo Duarte, do então Instituto de Pré-História, que iniciou as articulações do encontro ainda em 1954 em São Paulo, durante o Congresso Americanista. Duarte viria a ser cassado pelo AI-5, em 1969, considerado *persona non grata* pela ditadura brasileira.

Ondemar menciona que, nessa época, a formação dos arqueólogos era feita por professores estrangeiros convidados, como os Evans e os Emperaire. Ele teve oportunidade de estudar tanto a escola americana como a francesa, a primeira mais extensiva e a segunda mais intensiva, valorizando os detalhes. Conseguiu ser aceito para estudar no Paraná graças a uma carta de recomendação nada menos que de Darcy Ribeiro, que viria a ser Ministro da Educação de João Goulart, e que fora seu professor em 1958 no curso de História, da Universidade do Brasil, no Rio. "Você tem que estudar índio vivo, que besteira estudar índio morto!" – conta ele sobre os conselhos do irreverente professor Darcy, que o queria antropólogo. Mas ele estava fascinado com a possibilidade de desenterrar o passado, como fazia desde criança na própria chácara da família, onde encontrou muitos cacos e vestígios históricos de um antigo engenho. Já maiorzinho, Monteiro Lobato, sempre ele, acabou de conquistá-lo, com a "História do Mundo para Crianças". Ondemar passou a dar aulas para os coleguinhas e não parou mais.

COMEÇO DO PRONAPA

– Conseguimos o dinheiro e eles designaram três áreas ao longo de rios – lembra Meggers. – A cada ano nos encontrávamos para comparar nossos achados, trocar informações e avaliar. No fim do PRONAPA chegamos a uma cronologia geral da distribuição das cerâmicas. O pessoal de agora já fez diversas viagens e não olha essas coisas. O que eles fazem é verificar a distribuição que nós sugerimos. **Igor Chmyz** estava no Paraná, alguns estiveram na Amazônia, Miller, Dias, **Perota,** foram para diferentes partes para conhecer.

Ondemar conta que, no PRONAPA, a verba de cada pesquisador era dois mil dólares por ano. Ele foi preso duas vezes, os militares acharam muito suspeito aqueles caras de mochila nas costas, andando no mato. Só podiam ser guerrilheiros:

– Graças a essa prisão, nos levaram para a Base Aérea de São Pedro da Aldeia e descobrimos um sítio enorme!



No Seminário em Jazidas Cerâmicas, na UFPR, em 1964, da esquerda para a direita: 1) Mário Simões (de terno claro); 2) Nássaro Nasser (RN); 3) Ondemar Dias (RJ); 4) Padre Alfredo Rohr (SC); 5) Valentín Calderón (BA); 6) Heloísa Fenelon (Museu Nacional – RJ); 7) Igor Chmyz (PR); 8) Betty Meggers; 9) Reitor da UFPR; 10) Clifford Evans; 11) José Loureiro Fernandes (diretor do CEPA-UFPR); 12) Maria Lúcia Fleury (PR); 13) Maria Helena ? (RJ); 14) Fernando Altenfelder (SP).

OUTROS PIONEIROS DO PRONAPA

Igor Chmyz é professor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR). Antes mesmo da estruturação do CEPA, o Paraná já era um estado pioneiro nos estudos arqueológicos, como anfitrião de arqueólogos estrangeiros e encontro de brasileiros. Em 1968, no contexto do PRONAPA, Chmyz propôs a definição de duas tradições cerâmicas no sudeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Misiones, na Argentina: Itararé e Casa de Pedra. **Eurico Miller** proporia acrescentar a Taquara. As três designações foram aprovadas por Betty Meggers e passaram a definir os achados de toda a região sul.

Celso Perota foi do Museu de Arqueologia da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo se aposentado como professor do Departamento de Ciências Sociais da UFES, em 1995. No PRONAPA, pesquisou os

sambaquis do litoral capixaba. No PRONAPABA, foi responsável pelo estudo da área de confluência do rio Iriri com o Xingu, abaixo de Altamira, no Pará, região agora afetada pela Hidrelétrica de Belo Monte.

Já no PRONAPABA não tiveram esse problema. Primeiro precisavam de mapas e iam perguntando. Eles até corrigiram mapa do IBGE, havia uma cidade marcada perto de Manacapuru de Cima que, simplesmente, não existia. Ondemar lembra que sempre acampavam nos seringais, no princípio usando rede de selva, que é uma espécie de tenda sobre a rede, muito incômoda, segundo ele. Mas preferiram a rede amazônica, com mosquiteiro, que não deixa entrar bicho nenhum. A verba melhorou, tornou-se dez mil dólares anuais:

– Com esse dinheiro a gente alugava barco de gado, daqueles grandes, pagava os trabalhadores. A gente mesmo não recebia nada, levava o salário da instituição em que cada um trabalhava. Teve um ano em que fui para Cruzeiro do Sul, daí para o Juruá, o Amazonas, trabalhamos em Tefé, em Coari. Aí voltamos de avião, eu, o Divino de Oliveira e o Marcos Zimmermann.

Apesar da técnica "extensiva", como chamou, que inicialmente só localizava os sítios, eles voltaram duas vezes ao sítio Itamaraty, no rio Juruá:

– O Itamaraty é o último sítio da tradição Policroma, onde identificamos 4 ou 5 ocupações diferentes. O material está pronto para publicar – garante Ondemar, em 2015. – Publicamos alguma coisa do Acre, mas nada do Amazonas. Do Itamaraty para cima, são as "tradições acreanas", provavelmente até Lábrea. No Juruá, até Carauari. É a fase Quinari, associada às estruturas de terra; e a Japiim, associada às tradições andinas.

No acervo do IAB, Ondemar me mostrou as lindas peças dessa fase, um vaso em forma de anta e um belo exemplar de vaso-careta, também existente na Bolívia, disse ele.

Sobre os geoglifos – até ele já chama assim, mas prefere plataformas de terra – Ondemar Dias não se estendeu muito. As primeiras estruturas foram encontradas ainda em 1977, quando eles atuavam nas bacias dos rios Acre (ou Aquiri) e Yaco, afluentes do Purus, e na do rio Abunã, tributário



Ondemar Dias mostra peças do acervo do IAB, como o vaso em forma de anta da tradição Quinari, do Acre, encontrado durante o PRONAPABA.

do rio Madeira. Destacou que o pioneiro no Acre não foi ele, mas Oldemar Blasi, que escavou o geoglifo Los Angeles e nada publicou:

– Nosso material sobre o Los Angeles nós publicamos – ressalta ele. – Não descobrimos a função das plataformas de terra, é problemático. Elas não podem ser para defesa, se o interior é mais baixo. A teoria do Marcos [Zimmermann] é que o interior do valão era habitado, porque há muitos vestígios. O fato é que elas estão em área de campo, mas achamos também dentro da floresta.

Antes de ir embora, Ondemar me presenteou com um livro seu, que citaremos no capítulo do Acre.[54]

54 DIAS, Ondemar; CARVALHO, Eliana; ZIMMERMANN, Marcos (Orgs.) *Estudos Contemporâneos de Arqueologia*. Palmas-TO: Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS)/Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), 2006.

DESPEDIDA COM EMOÇÃO

Depois de lembrar dos velhos companheiros de PRONAPA, Betty Meggers começa a tossir, arrasta a cadeira e bebe um gole de água. Surge um tique nervoso no olho direito. Só então percebo que conversamos há quase duas horas e que avançamos pela hora do almoço. Pedi desculpas e disse que estava ótimo. Mas antes ela me levou até outra sala, onde ficava a máquina de xerox, e tirou ela mesma as cópias dos artigos que mencionou:

– Prefere frente e verso? – me surpreende ela. Tive que rir, logo eu que me atrapalhava toda quando era secretária e tinha que fazer cópias! Prefiro. Resolutamente, apertou ela mesma um botão da máquina e me entregou as cópias.

Ao me despedir de Betty Meggers na porta do elevador, emocionei-me diante daquela pequena grande senhora que possivelmente não voltaria a ver. De fato, ela viria a falecer nove meses depois, em julho de 2012.

Em seus últimos artigos, ela destacou que a Amazônia poderia ser destruída se os arqueólogos admitissem que, no passado, a região pôde sustentar grandes populações. Essa preocupação tem sido levantada pela nova geração, assustada com o avanço dos grandes empreendimentos no sul da Amazônia ameaçando extensas regiões ainda não estudadas.

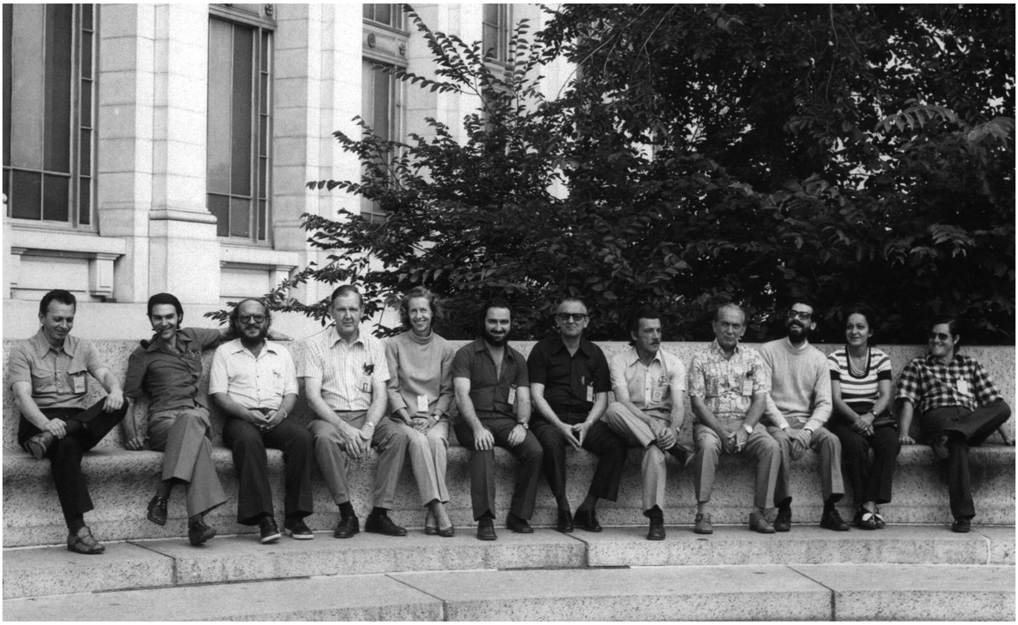
Em setembro de 2009, Eduardo Neves me destacou que foi Meggers quem colocou na pauta arqueológica a questão da sustentabilidade, de quais eram os modos de vida compatíveis com os ambientes amazônicos: “Ela é uma mulher de esquerda, foi perseguida pelo macarthismo nos anos 1950” – garante um dos principais arqueólogos em atividade na Amazônia, o que seria confirmado por Ondemar Dias, como já contei.

Em bom português, agradeci a ela a entrevista, chapoletei duas beijocas na velhinha e saí de olhos úmidos. Ela só me fez um pedido:

– Se você não disser que a Amazônia foi densamente povoada eu já fico *very grateful*!

– Garanto à senhora que vou ser o mais honesta possível!

Pois lá vamos nós, brava pioneira.



Reunião final do PRONAPA, em Washington, em 1973. Da esquerda para a direita: 1) Eurico Miller; 2) Igor Chmyz; 3) Nássaro Nasser; 4) Clifford Evans; 5) Betty Meggers; 6) Ondemar Dias; 7) Walter Piazza; 8) Wilson Rauth; 9) Mário Simões; 10) José Brochado; 11) Silvia Maranca; Celso Perota.

2



cap2.indd 82 27/08/2015 15:11:10

BELÉM, PORTA DA AMAZÔNIA

MARÉ SUSTENTÁVEL

Janeiro de 1989. O barquinho a motor avança pelo igarapé, com as margens de vegetação densa cada vez mais próximas uma da outra. Nós estamos a caminho da ilha de Cumbu, a meia hora de Belém, na confluência da Baía do Guajará com os rios Moju, Acará e Guamá, uma região de várzeas férteis no estuário do Amazonas. Viemos conhecer um projeto pioneiro do Museu Paraense Emílio Goeldi, em que biólogos e engenheiros florestais estão reproduzindo as técnicas tradicionais dos caboclos para estudar sua viabilidade ecológica e a segurança alimentar dessa população ribeirinha. Estou com uma equipe da Rede Manchete de Televisão, filmando um especial sobre a Amazônia de Chico Mendes, assassinado um mês antes, em Xapuri, no Acre.[1]

Desde o ano anterior, 1988, um outro projeto pioneiro do Museu Goeldi, também no Cumbu, consagrava a Arqueologia Histórica na

PROJETO PIONEIRO DE SUSTENTABILIDADE

Uma então jovem engenheira florestal, Anna Fânzeres, me explica o objetivo do projeto, que se pretende exemplar. Descubro que ela agora, quase 30 anos depois, é uma respeitada consultora de meio ambiente para agências internacionais, como a ONU, tendo coordenado o movimento de florestas do Greenpeace, em defesa das matas amazônica e atlântica.

O ribeirinho Oscar Quaresma, que agora deve ser bem idoso, sobe com destreza num pé de açaí, principal produto da região. A folha serve para cobrir as casas; o fruto, para se comer e vender; a seiva, travosa, é cicatrizante:

1 BASTOS, Solange. *Amazônia, Paraíso em Perigo*. Documentário (1 h). Fotografia de José Ventura. Rio de Janeiro: Manchete Vídeo, 1989.

cap2.indd 83 27/08/2015 15:11:11

- Tem que cortar uma *álvore* dessa de açaí pra receber 100 cruzados[2] pelo palmito. E é só uma vez. Numa safra, a gente ganha mais de 2 mil cruzados [vendendo o fruto]. E a *álvore* fica.

instituição e na região amazônica. O propósito era aplicar a tecnologia dos engenhos coloniais movidos a maré para a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos. A ideia foi do geógrafo Scott Anderson, da Universidade de Chicago, que trabalhou com o arqueólogo e arquiteto Fernando Marques em Igarapé-Miri, a 60 km de Belém.[3] Com o uso de uma microturbina, acionada pela roda d'água, era possível gerar 300 KW por dia, suficientes para dar algum conforto à casa dos caboclos e permitir o uso da máquina processadora do açaí. O projeto foi em conjunto com a Universidade Federal do Pará e financiado pela Fundação Ford, durando até 1995.

A descoberta do uso da tecnologia maremotriz nos engenhos se deu a partir dos vestígios de madeira encontrados à margem de um igarapé, no inte-



Foto do acervo pessoal de Fernando Marques, nos tempos do Cumbu.

---

2 O cruzado substituiu o cruzeiro em fevereiro de 1986, quando foi instituído o Plano Cruzado; em 1989 foi substituído pelo Cruzado Novo, depois pelo Cruzeiro novamente, até 1994, quando criaram o Real. Nem dá para calcular esses valores pequenos em moeda atual.

3 ANDERSON, Scott e MARQUES, Fernando. "Engenhos movidos a maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de igarapé-Miri, Pará". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 8, no. 2, págs. 295-301. Belém: MPEG, 1992.

rior de Igarapé-Miri. Um velho morador, seu Antonio Costa, com 89 anos à época, chegou a ver um engenho desses funcionando, o Engenho de São José, e contou aos pesquisadores que aquilo era o que sobrou da antiga barragem das marés. Como era marceneiro, seu Antonio fez uma maquete em madeira para explicar como a água represada era conduzida por um canal, uma calha, de até 500 metros, até chegar à roda d'água a que estava ligada a moenda. A maré, que nessa região sobe até quatro metros na preamar, empurrava as comportas, automaticamente fechadas no refluxo da vazante.

ABERTURA POLÍTICA TAMBÉM NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Em 1985, depois da derrota da campanha das diretas, um Colégio Eleitoral escolheu Tancredo Neves o primeiro presidente civil depois de 20 anos de ditadura militar. Sua morte dramática e substituição pelo vice José Sarney empanaram o brilho da reconquista democrática, mas não impediram que a sociedade organizada começasse a se movimentar.

Enquanto o chamado "partido sanitário" de Sérgio Arouca e tantos outros criaram os agentes de saúde, que revolucionaram o atendimento preventivo à população jamais assistida anteriormente[4], o Plano Cruzado levou a carne à mesa do trabalhador, que até hoje pode usufruir de um bom churrasco como principal forma de lazer.

Nas ciências sociais, estudiosos de várias áreas introduziram os saberes tradicionais na reflexão acadêmica, descobrindo a transculturação de índios, caboclos e demais excluídos do discurso oficial. No caso da Arqueologia, fortaleceu-se a escola do pós-processualismo, valorizando os papéis do poder social, da ideologia e do gênero, como demarcadores dos significados simbólicos das sociedades que os produziram.[5] O incremento nos estudos interdisciplinares criou pontes ligando os territórios até então firmemente demarcados entre escolas de pensamento e especialidades.No final de 1985, Fernando Marques, Vera Guapindaia e Edithe Pereira fizeram o primeiro levantamento arqueológico histórico da Amazônia, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, numa residência em Soure, na Ilha de Marajó, no Pará.

4 **Partido Sanitário** foi uma designação de início pejorativa para o movimento pela reforma sanitária. Com a aprovação da nova Constituição, em 1988, consagrou-se o direito universal à saúde, "direito do cidadão e dever do Estado".

5 ÂNGELO, Hélder B. P. "A Arqueologia Histórica no Museu Paraense Emílio Goeldi" em *Revista de Arqueologia Pública,* no. 8, dezembro de 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

Nos séculos XVIII e XIX, a zona estuarina do Amazonas, com sua riqueza de rios, furos[6] e igarapés, permitiu a instalação de dezenas de engenhos de cana-de-açúcar, dos mais simples aos mais complexos, movidos exclusivamente pelas marés. Alguns chegaram a ter rodas d'água com oito metros de diâmetro, como lembra seu Antonio Costa. Em Portugal essa tecnologia já era usada no século XIV para a moagem de cereais, em alguns casos com a roda horizontal. Mas a sua utilização na Amazônia brasileira, aproveitando a dinâmica do estuário e a fertilidade das várzeas para o plantio da cana, levou à criação no ano 2000 do projeto "Arqueologia e História de Engenhos Coloniais no Estuário Amazônico", do Museu Paraense Emílio Goeldi, coordenado por Fernando Marques.



Fernando Marques me mostra a maquete feita por Antonio Costa do engenho movido a maré.

Em 2002 foi inaugurada a Alça Viária do Pará, um complexo de estradas e pontes interligando a região metropolitana de Belém ao interior. O estudo sobre o impacto da construção permitiu à equipe do Museu Goeldi conhecer a magnitude de engenhos como o Murutucu, Jaguarari, Uriboca e Mocajuba. No total, foram estudados 13 antigos engenhos. A análise do ambiente, características arquitetônicas e do comércio em torno dessas unidades ampliou o cenário conhecido de como se deu o contato entre as diferentes personagens sociais da produção canavieira da região[7].

As ruínas do Engenho Murutucu ainda existem nos arredores de Belém, onde desde 1937 é um terreno da EMBRAPA[8]. A casa grande foi totalmente destruída em 1995 por um operário no comando de uma retroescavadeira, em busca de pedras para a reforma da estrada de acesso à Ceasa. A empresa responsável foi obrigada a financiar o estu-

6 Furo é um pequeno canal de ligação entre igarapés, como um atalho aquático, que surge na época da cheia.

7 MARQUES, Fernando Luiz Tavares. "Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX". Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC/RS, 2004.

8 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

do e a restauração do que sobrou, como as paredes da antiga capela do engenho.

– Eu quis te trazer aqui para mostrar o que sobrou da capela reformada pelo arquiteto Antonio Landi[9], de quando o engenho foi comprado, em meados do século XVIII – me explica Fernando, referindo-se à capela de Nossa Senhora da Conceição que ali existiu.

O engenho pertenceu anteriormente à Ordem Mercedária e foi um dos mais ricos da região. Segundo um inventário de 1840, ele possuía casa de vivenda, capela, casa de engenho, rancho de pretos, roda d'água, moendas de ferro, alambique de cobre, serpentinas de ferro, batelão e canoas.

– Estamos exatamente onde foi a senzala – prossegue meu "guia" arqueólogo. – Agora a vegetação cobriu a maior parte, mas existem os vestígios da antiga talha, onde ficava assentada a roda d'água. Como em mais de 40 engenhos aqui na região, ela foi toda construída em alvenaria de pedra bastante robusta, com abóbada em tijoleira[10], muito bem acabada – revela ele, um pouco preocupado com a nossa segurança naquele lugar ermo, com índices preocupantes de **violência**.



Fernando na entrada do que sobrou da capela

9 O arquiteto italiano Antonio José Landi chegou à Amazônia em 1753, logo depois que Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri (1750). A Coroa Portuguesa o contratou para ajudar na demarcação dos limites das respectivas colônias. Landi se adaptou tão bem à região que viveu anos em Barcelos e outras cidades, inclusive no Engenho Murutucu.

10 Tijoleira é o tijolo maciço, característico da construção romana.

VIOLÊNCIA NAS RUÍNAS

Lembremos que Belém é a capital do estado, o Pará, que mais sofreu com as investidas desenvolvimentistas, desde os tempos do "Brasil Grande" da Hidrelétrica de Tucuruí, da Transamazônica e do projeto Grande Carajás, nos anos 1970. Que o digam os índios Xikrin e Parakanã, diretamente atingidos. O estado pagou com o maior índice de desmatamento da Amazônia, agora tristemente superado por Mato Grosso, com o avanço da soja e da pecuária.

A miséria e a violência na cidade são o triste reflexo dos empreendimentos feitos a qualquer custo, que desalojaram a população ribeirinha, com sua sabedoria, tornada inútil, do viver na floresta. Nos últimos anos assistimos a retomada desse processo em Rondônia e, mais uma vez, no Pará, com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, e a ameaça de várias outras no rio Tapajós (ver capítulo 9).

Exatamente no local da talha foi construída depois uma chaminé, que serviu ao engenho quando este passou a ser movido a vapor. Ao chegar às ruínas do Murutucu, em 1992, Fernando e sua equipe se surpreenderam com um chão de tijoleira na vertical, sustentado pelas raízes de um enorme apuizeiro tombado. Essa árvore é chamada de "polvo da floresta", porque envolve tudo que suas raízes encontram.

Não sabemos se a árvore caiu naturalmente. Mas o fato é que o engenho foi um dos locais destruídos pelo movimento da **Cabanagem**, em que morreram mais de 40 mil pessoas entre 1835 e 1840. Certamente um símbolo da estrutura injusta contra a qual lutavam.

FELIZ LUSITÂNIA

– Depois da Cabanagem, o Ministério da Guerra resolveu demolir o que sobrou do Forte São Pedro Nolasco para construir o primeiro cais da cidade – conta Fernando Marques, que participou em 1989 das escavações coordenadas pelo gaúcho Klaus Hilbert, que orientaria seu doutorado na PUC do Rio Grande do Sul. Ainda nesse capítulo falo desse importante arqueólogo, filho de um lendário pioneiro da arqueologia amazônica.

Em 1995 e 1996, Fernando Marques participaria das obras de recuperação do Palácio Episcopal, que veio a abrigar o Museu de Arte Sacra, quando descobriu os vestígios do antigo Colégio dos Jesuítas. Essa obra

SOMOS TODOS CABANOS

A "miserável revolução das classes infames" – título do livro do historiador Décio Freitas – foi talvez o mais bem sucedido levante popular de nossa história. Por mais de um ano o movimento controlou o governo do Pará, até ser dizimado pelas disputas entre seus líderes e uma sangrenta repressão de Portugal e Inglaterra. Enquanto soldados desfilavam com colares de orelhas de cabanos, como eram conhecidos os revoltosos, a selvageria generalizada vitimou cerca de um terço da população do Pará, na época. Tribos indígenas foram praticamente exterminadas, como a dos mura.

Pela primeira vez na região, todos os pobres e excluídos se juntaram para questionar o poder do Império, em que a elite portuguesa continuava a reinar, mesmo após a Independência, que pouco mudou a relação da Corte com a distante província do Norte. Escravos, índios e brancos pobres, mesmo estrangeiros, todos eram cabanos, vivendo sob o teto frágil dos que nada tinham a perder, "a não ser suas cadeias", como pontificaram Marx e Engels.

Em meio à fome e às doenças, Belém ficou entregue às mulheres, velhos e crianças. A duração da resistência, mesmo quando os combatentes recuaram para a floresta, deveu-se em boa parte ao apoio feminino nas cidades.

Em Belém, o Fortim São Pedro Nolasco, baluarte em forma de coração construído em 1665, foi destruído pelos cabanos. Já o Forte do Presépio tornou-se o quartel-general do movimento, ao ser abandonado pelas tropas. Também a Igreja do Carmo e a Igreja das Mercês abrigaram os revoltosos.

Meio século depois, o apogeu da borracha (1890 a 1920) daria uma nova cara à cidade, que ainda assim continuou a dar as costas para sua principal artéria, o rio Amazonas, que insiste em lhe fornecer água mas também lhe serve até hoje de esgoto.

seria o ponto de partida para um projeto mais ambicioso de recuperação do centro histórico de Belém, iniciado em 2001[11]. Agora Fernando me mostra o que foi encontrado do antigo baluarte, construído em 1665, enquanto visitamos o sítio restaurado:

11 MARQUES, F. L. T. "Investigação arqueológica na Feliz Lusitânia" em PARÁ - Secretaria Executiva do Estado (Org.). *Feliz Lusitânia/Forte do Presépio - Casa das Onze Janelas - Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém: SECULT-PA, vol. 4, págs. 147-190, 2006.

cap2.indd 89 27/08/2015 15:11:13

– O forte tinha esse nome em homenagem ao patrono da **Ordem Mercedária**, que cedeu o terreno para os militares. A construção estava indicada nas antigas plantas de Belém, mas parece que foi de propósito que quiseram apagá-la do mapa. Na escavação, conseguimos encontrar as fundações desses três ambientes, em forma de "T".

Os arqueólogos descobriram que o forte foi cortado ao meio pelo muro do cais, tanto que do lado do rio não encontraram nada, foi tudo limpo para permitir que as embarcações atracassem. E continua Fernando:

– Depois localizamos um mapa que mostra uma linha férrea passando por cima do Forte, para trazer aterro para o cais. Para nós da arqueologia histórica foi importante, porque o aterro é área de descarte, uma verdadeira memória da cidade. Surgiu aqui o primeiro quarteirão da cidade de Belém, a orla avançou quase 100 metros a partir da rua da praia, a XV de Novembro.

O mesmo arquiteto Antonio Landi, da capela do Murutucu, foi o responsável pelo plano urbanístico de Belém e seus principais prédios e monumentos, inclusive finalizando a Catedral Metropolitana. O forte ficava nos fundos do **Convento Mercedário**, que no período pombalino foi adaptado para se tornar a Alfândega. Os sobrados que podem hoje ser admirados são do século XIX.

A Feliz Lusitânia, como os portugueses chamaram os primórdios de Belém, surgiu sobre antigas aldeias indígenas[12]. Em todas as escavações na cidade velha encontram-se vestígios de seus primeiros habitantes. No entorno da área do fortim foram encontrados material lítico, material lascado e cerâmica pintada, semelhante à da cultura marajoara, "o que não é surpresa pela proximidade da Ilha de Marajó", comenta Fernando.

Nas camadas mais recentes, surgiram balas, fivelas, botões de fardamentos militares, moedas. Muitas garrafas também, algumas de formas curiosas, ovoides, e garrafas de grés – um material cerâmico resistente que vinha da Europa, sobretudo da Inglaterra, também chamado de *stoneware*. Eram muito usadas para bebidas, como a água de Genebra – uma espécie de aguardente feita de vinho e plantas aromáticas. A louça utilitária "chique" era inglesa. Fernando aponta peças de higiene e obje-

12 COSTA, Diogo. "Arqueologias Históricas: Um Panorama Espacial e Temporal". *Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*, vol. 4, no. 2, págs. 176-200. Belo Horizonte: 2010; e MARQUES, F.L.T. "Um Sítio Indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas Recentes em Arqueologia Urbana, em Belém do Pará" em SIMONIAN, Ligia T.L. (Org.). *Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Vol. 1, págs. 49-58. Belém: Editora do NAEA, 2010.

cap2.indd 90 27/08/2015 15:11:13

MERCEDÁRIOS TAMBÉM EXPULSOS

A Ordem das Mercês foi fundada no século XIII pelo catalão Pedro Nolasco, depois canonizado, para resgatar cristãos cativos das mãos dos muçulmanos de Al-Andalus, a Espanha muçulmana.

Já de posse de muitas terras, os mercedários chegaram ao Brasil em 1639, instalando-se em Belém e, mais tarde, no Maranhão. Em 1759, os jesuítas (Companhia de Jesus) foram expulsos de Portugal e de suas colônias pelo futuro Marquês de Pombal, em nome das ideias iluministas. No século seguinte, em 1855, os Mercedários foram também expulsos do Brasil, tendo retornado apenas em 1920. Entre as questões políticas envolvidas, havia o controle do sistema educacional pelas ordens religiosas.

Em seu retorno ao Brasil, os mercedários, a cuja ordem pertencia o Papa Bento XV, ganharam uma prelazia no sul do Piauí, em Bom Jesus do Gurgueia. Mas a viagem até lá foi tão custosa – os últimos 300 km em lombo de burro, desde Floriano – que o bispo desistiu e ficou em São Raimundo Nonato.

Hoje Diocese, a cidade recebeu o primeiro curso de Arqueologia de uma universidade pública no país, a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, graças ao trabalho de 40 anos de Niède Guidon, criadora da Fundação Museu do Homem Americano.

tos curiosos, que nos dão ideia do cotidiano do final do século XVIII, início do XIX:

– Urinóis, escarradeiras, algumas chaves, um relógio de algibeira, relógios de bolso, botões de osso, escova de dentes. Aqui é uma placa que parece ter sido de um enterramento indígena, secundário, e que foi descartada. Você vai ver que tem peças de todos os tempos históricos, por isso eu falo de globalização – comenta ele, mostrando o pequeno acervo no Palácio Episcopal, que ilustra as escavações.

O Forte do Presépio, também conhecido como Forte do Castelo, nunca participou de combates com inimigos externos. Foi fundado em 1616 pelo Capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, por isso ganhou o nome de Castelo. Mas é do Presépio porque a expedição que o fundou saiu de São Luís do Maranhão no dia 25 de dezembro. Hoje abriga o Museu do Encontro, uma homenagem aos que construíram essa região, ainda que a ferro e fogo.

CUNHADISMO E ESCRAVISMO INDÍGENA: JUNTOS E MISTURADOS

Como nos conta o antropólogo Darcy Ribeiro[13], os europeus que aqui chegaram no início da colonização se tornaram, muitos deles, "parentes" dos índios, ao aceitarem se acasalar com uma ou várias *temericós*. Em Assunção do Paraguai, padres espanhóis registraram com horror a existência de europeus com mais de 80 *temericós*, o que lhes garantia uma multidão de irmãos, cunhados, sogros, etc., a quem punham a lhes servir, tanto para conforto pessoal quanto para a produção de mercadorias. O cunhadismo gerou, assim, um criatório de mestiços "mamelucos", mão de obra gratuita e, ainda por cima, agradecida pelas ferramentas e bugigangas que rapidamente se tornaram essenciais.

A exploração mais sistemática das "drogas da mata" e o plantio intensivo da cana-de-açúcar, no caso da região do estuário amazônico, demandou mais índios do que os que era possível aliciar. Entradas para a preação (captura) de índios e aldeamentos-reduções de malocas inteiras criados à força por missões religiosas foram algumas das medidas violentas que escravizaram as tribos, obrigadas a se tupinizarem na fala da língua geral criada pelos portugueses, o nheengatu. Até hoje essa língua ainda é falada entre tribos no rio Negro, no Amazonas, cuja ocupação indígena nada teve de tupi em sua origem.

O fato de assentar o povoamento dos europeus sobre antigas aldeias indígenas teria sido por razões estratégicas, de navegação, defesa e facilidade para a subsistência e relação com os índios. Já comentamos como tal ponto de vista é bastante relativo. Alguns arqueólogos interpretam a pouca frequência de louça portuguesa e a grande incidência de cerâmica indígena encontradas como um possível indício de aproximação entre as duas comunidades. Verdade ou não, o Museu do Encontro é a tentativa de construção da memória dos povos nativos, com o registro do contato entre europeus e indígenas.



O Forte do Presépio, hoje restaurado, foi o berço de Belém, no século XVII.

13 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Editora Schwarcz, 1995.

– Aqui é um poço seco – explica Fernando, mostrando o que seria o fosso de um castelo medieval. – O poço seco oferecia mais dificuldade ao inimigo do que o poço aquático, dizem os especialistas. Nós fizemos prospecções aqui, não encontramos indícios de ter sido cheio de água, o lençol freático está muito abaixo. Foi também uma área de descarte. E existia também dois fornos de cal. Nos séculos XVIII e XIX, os fornos de cal eram para a produção de argamassa para a construção dos edifícios da cidade.

Pergunto se não teriam queimado alguns sambaquis:

– Com certeza – concorda. – A grande quantidade de sítios de sambaquis de que se tem conhecimento nas proximidades do estuário certamente contribuiu para esses fornos de cal aqui no Forte do Presépio.

A PERSPECTIVA AMERÍNDIA DOS PRIMEIROS CONTATOS

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro[14], que cunhou o conceito de perspectivismo ameríndio, refere-se ao desespero manifestado pelo Padre Antônio Vieira em seu Sermão do Espírito Santo, de 1657, que não via como aqui deitar raízes ao Evangelho: "No Brasil [ao contrário dos pagãos do Velho Mundo], a palavra de Deus era acolhida alacremente [alegremente] por um ouvido e ignorada com displicência pelo outro. O inimigo aqui não era um dogma diferente, mas uma indiferença ao dogma, uma recusa de escolher. Inconstância, indiferença, olvido". E agora citando Vieira: "A gente destas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo".

Essa inconstância não se ateve apenas à fé religiosa. Como disse Viveiros de Castro, "ela passou a ser um traço definidor do caráter ameríndio, consolidando-se como um dos estereótipos do imaginário nacional. (...) A inconstância é uma constante da equação selvagem."

Não é difícil identificar tais traços na cultura brasileira em que somos imersos. Talvez seja esse o "encontro", digamos que a resistência sobrevivente ao rolo compressor de que nossos antepassados foram vítimas.

14 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros Ensaios de Antropologia*. 5a. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. O nome completo do ensaio que dá título ao livro é "O Mármore e a Murta: sobre a Inconstância da Alma Selvagem", que aqui citamos, das páginas 185 a 187.

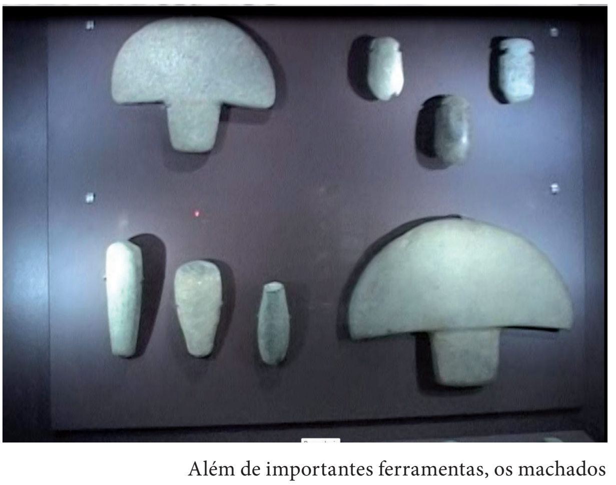
ACERVO ABERTO AO PÚBLICO

É realmente didática uma visita ao Forte. Na sala do museu, instalado no antigo armazém do forte, um buraco no chão, envidraçado, revela as diferentes camadas encontradas na escavação. No fundo, um velho casco de tartaruga, deixado pelos indígenas. O arte-educador e artista plástico Jean-Pierre Gonçalves Dias, técnico em gestão cultural, me explica o acervo. Ele trabalha justamente na parte de projetos educacionais dentro do espaço do museu. Aqui estão reunidos objetos de diferentes origens, a maioria não datada, mas compondo uma coleção de peças belíssimas, que aqui podem ser admiradas e fotografadas. Quando visitei o acervo do Museu Goeldi não pude fazer o mesmo, já que me proibiram de fotografar ou filmar, o que me obrigou a rabiscar anotações para não esquecer o que vi. Confesso que não entendi o porquê, mas soube que isso é comum nas reservas técnicas dos museus, por causa do direito de imagem dos fotógrafos oficiais. Fica aqui meu questionamento a respeito, já que poderiam exigir uma autorização de uso da imagem, mas de um objeto que é patrimônio público.



No chão do museu, pode-se observar um antigo enterramento indígena, onde se encontrou um casco de tartaruga.

Lindos machados semilunares, furadores, raspadores. Uma pequena pedra esférica, furadinha, foi utilizada para fazer fogo, me explica Jean-Pierre. As peças mais antigas são de rochas vulcânicas e têm uma idade aproximada de seis mil anos.



Além de importantes ferramentas, os machados de pedra polidos eram objetos de prestígio, possivelmente valiosos para troca.

– A proposta do museu começa exatamente trabalhando com os povos que ocuparam a Amazônia há pelo menos 6 mil anos, no período neolítico. Aqui são objetos da cultura marajoara, um grupo humano que ocupou a Ilha de Marajó e desapareceu uns 200 anos antes da chegada dos europeus colonizadores. O que se sabe sobre eles é a partir da interpretação da icono-

grafia do que eles deixaram. Ali em cima são objetos pessoais, estatuetas, normalmente com função religiosa. Aqui embaixo são as urnas funerárias.

Comento que elas são pequenas, em relação a outras que já vi.

– O sepultamento era secundário, primeiro sepultavam o morto para entrar em decomposição, pegavam os ossos, pintavam de vermelho e faziam então a deposição dos ossos nessas urnas, para o chamado sepultamento secundário.

ANDROGINIA NA CERÂMICA

Jean-Pierre me explica com o mesmo didatismo as estatuetas em forma de falo que, ao mesmo tempo, representam a figura feminina e masculina; os vasos de gargalo, usados para a inalação de substâncias alucinógenas, nos rituais religiosos; as tangas de cerâmica, que se supõe terem tido uso ritual, talvez de iniciação feminina. Muitas foram encontradas dentro de urnas. Meu guia ainda me brindaria com explicações sobre a técnica de incisão e excisão na cerâmica, criando desenhos como lagarto, cobra, escorpião. Em outras, as figuras são em alto relevo, modeladas.

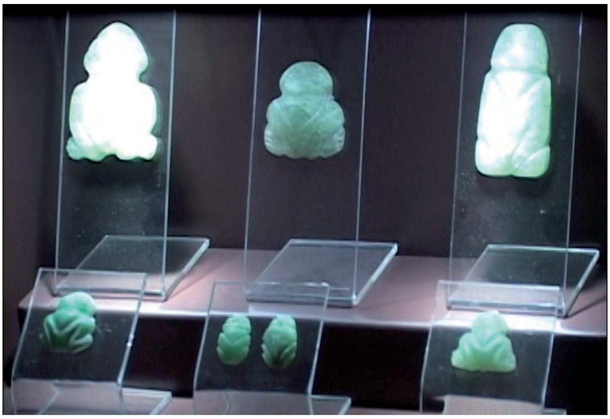
Um grande gráfico reconstitui o aparecimento dos vários grupos humanos, de caçadores-coletores de 9 mil AC a 5 mil AC, depois os sambaquieiros de 1.500 AC a 500 AC, depois os horticultores, até as sociedades complexas. Bem, agora se sabe que não foi tão linear assim, mas fica mais fácil de explicar.



Estatuetas em forma de falo, muitas delas ocas e com pedrinhas dentro, que as transformam em chocalho, são encontradas na ilha de Marajó e na região de Santarém. Estas são do tipo "Maracá", diz a placa.

SANTARÉM

Alguns belos muiraquitãs – talismãs em forma de sapo – têm furinho dos dois lados, mostrando que serviam para adereço, e o texto menciona que podiam ser de nefrita (os da região do Nhamundá-Trombetas) ou de jadeíta, actinolita ou amazonita (pedras verdes). No caso das peças de Santarém, também havia amuletos de esteatita, quartzito e granito.



Os muiraquitãs em pedra verde eram os mais valiosos.



Os vasos de cariátides e os de gargalo são típicos da cultura do Tapajós, da tradição Inciso Ponteada.

Certamente os muiraquitãs eram símbolos de prestígio, e foram trocados ou transmitidos entre as elites dos cacicados e entre os grandes chefes, como formas de pagamento não-comerciais, tanto nas várzeas do Amazonas e do Orinoco como em redes de trocas na terra firme[15].

Mas voltando ao Museu do Encontro, mais adiante havia objetos da cultura tapajônica, de Santarém, com figurinhas humanas, as cariátides, que parecem estar carregando a parte de cima do vaso, como as homônimas da Antiga Grécia. São desenhos rebuscados, segundo Jean-Pierre, porque os tapajônicos tiveram contato com os europeus e devem ter sido influenciados pelo barroco, quando na Europa já se vivia o momento neoclássico. Uma pequena escultura que parece de uma criança levando o pé à boca é bem emblemática, outra de olhos fechados, que os arqueólogos chamam de olhos de café, porque parecem grãos. Comentei depois com Denise Schaan que me parecem búzios, como nas estatuetas africanas de culto aos ancestrais, os eguns. Quem sabe...

PERÍODO COLONIAL

E vem a parte histórica, com moedas de ouro, cobre, bronze, de 1641 a 1776. Seguem cerâmicas lisas, que ele explica:

---

15 BOOMERT, A. "Gifts of the amazons: 'green stone' pendants and beads as items of ceremonial exchange in Amazonia and the Caribbean" in *Anthropologica*, v. 67, págs. 33-54, Caracas, 1987.

cap2.indd 96 27/08/2015 15:11:15

– São cerâmicas caboclas, com função utilitária. Foram feitas utilizando um torno, já por influência dos europeus. A cerâmica marajoara era feita com a técnica de roletes superpostos e depois alisados, tudo a mão.

O diretor do Forte, Samuel Sóstenes, nos acompanha na parte externa. Entusiasmado com as escavações de que participou, conta que cada descoberta era uma festa:

– Aqui descobrimos essa rampa, que serviu para levar os canhões até a bateria, ela já aparecia na planta de 1750. Ali no centro do pátio, aquela estrutura redonda, foi a casa de pólvora. Depois temos essas três outras rampas, que já são posteriores, de 1860, 1870. Achamos balas ao redor delas, foi muito interessante a descoberta dessas rampas.

Debaixo do famoso Restaurante do Círculo Militar, que existiu até há poucos anos, foi encontrada a bateria, a estrutura de alvenaria com as canhoneiras, onde se encaixavam os canhões. Estavam nas fundações, no aterro.

– Aqui do lado, justamente, nessa inflexão da bateria, nesse ângulo, existiu a capela de Santo Cristo, no exterior do Forte, desde 1622 – conta o arqueólogo Fernando Marques. – Nós cavamos e encontramos os alicerces dessa capela, mas foram novamente recobertos porque estavam muito destruídos, não permitiam uma leitura, a não ser que se fizesse uma total reconstrução, o que não foi indicado. Por ser uma área militar em uso, ao longo dos anos foi sendo muito modificada: construção de cisternas, fossas. Optamos por deixar esse painel explicativo, para as pessoas entenderem o que existiu aqui. A antiga construção, muito sólida, tem vestígios de conchas na argamassa. De um antigo sambaqui.

EDITHE PEREIRA COMO ANFITRIÃ

Em 2009, no dia em que cheguei a Belém, para iniciar o projeto deste livro, a arqueóloga Edithe Pereira fez as honras da casa, levando-me para almoçar com outros arqueólogos e estudantes na **Estação das Docas**. O projeto é muito bonito, até aproveitaram um antigo guindaste sobre trilhos, que servia ao deslocamento das cargas no armazém do porto, para receber conjuntos musicais, que dessa forma “pairam” sobre o público sentado às mesas. Também foram preservados galpões de ferro inglês do século XIX, certamente da mesma origem que o antigo Mercado Ver-O-Peso.

Em lugar dos conhecidos pato no tucupi e maniçoba – prato esse à

ESTAÇÃO DAS DOCAS, A GENTRIFICAÇÃO DE BELÉM

Onde ficavam os armazéns do Porto de Belém foi inaugurado, no ano 2000, o complexo turístico Estação das Docas, com restaurantes, bares, terminal fluvial, cine-teatro e um centro de convenções, com salão de exposições. Muitos criticam o projeto por ser excludente da antiga população do bairro, é o chamado processo de **gentrificação**.

Bairros inteiros considerados decadentes passam por um "enobrecimento urbano", portanto são valorizados do ponto de vista imobiliário, enquanto que a população pobre deslocada se vê obrigada a ir para a periferia, longe dos serviços urbanos essenciais. É o processo gerado pela especulação imobiliária, que está ocorrendo em todas as grandes cidades do mundo. Em geral, sem consulta à população diretamente interessada.[16]

base de folhas da mandioca, muito consumido durante a festa do Círio de Nazaré – fui aconselhada a provar algum dos deliciosos peixes, em receitas sofisticadas com os produtos típicos. Se não me engano pedi um filhote ao molho de cupuaçu com risoto de castanha-do-pará...



A arqueóloga Edithe Pereira se especializou em arte rupestre da Amazônia.

A conversa foi igualmente agradável. Ali conheci Marcos Magalhães, responsável por uma das mais importantes descobertas arqueológicas na região da Serra de Carajás, na Gruta do Gavião. Curiosamente, foi na mesma época em que visitei Carajás, pela primeira vez, para uma reportagem pela TV Manchete, em 1984. A Estrada de Ferro de Carajás ainda estava em construção, percorremos os 500 km até então prontos que iam dos arredores de Marabá até o porto de Itaqui, em São Luís, destino do minério de ferro extraído. Enquanto isso, Marcos e outros arqueólogos

16 VIDEOHACKERS. A *Tornallom*. Documentário (1 h). Valencia, Espanha: Família Bastos Produções, 2004. O filme premiado de Miguel Viveiros de Castro retrata a luta de uma tradicional comunidade na periferia de Valencia que é expulsa em nome da expansão do porto da cidade.

do Museu Goeldi, como a própria Edithe, Maura Imázio e Daniel Lopes, iniciavam o salvamento de importantes vestígios de cerâmica e líticos, no chamado sítio PA-AT-69: Gruta do Gavião[17].


Reprodução de foto de Edithe Pereira da Gruta do Gavião, durante os trabalhos em 1985.

A Gruta do Gavião se revelaria "o primeiro sítio pré-cerâmico da Amazônia cujo contexto poderia ser estudado", evidenciando a existência de grupos paleolíticos, com a possibilidade de se estabelecer idades relativas entre os achados. A datação por Carbono-14 foi de 8.140 ± 130 AP a 2.900 ± 90 AP. Mais tarde seriam encontrados vestígios ainda mais antigos na região do Baixo Amazonas. Mas ali, em Carajás, foi possível acompanhar "a formação da Cultura Neotropical", segundo Marcos.

ARQUEÓLOGOS PIONEIROS EM CARAJÁS

– Trabalhei de 1983 a 1987 em Carajás, morando em Belém, como bolsista, eu e o Marcos Magalhães, selecionados pelo Ondemar Dias, do IAB, que foi meu professor na Faculdade de Arqueologia[18] – revela Maura Imázio da Silveira, que se formou ainda em 1979. Maura trabalhou com Alfredo Mendonça no Instituto Superior de Cultura Brasileira, no Rio, e com o especialista em líticos Tom Miller, no Museu Câmara Cascudo, em Natal. Lá também conheceu o casal de arqueólogos Laroche, ele francês e ela brasileira. Sheila Mendonça, viúva de Alfredo, é médica, bioarqueóloga e hoje paleopatologista da Fiocruz.


Encontrei Maura Imázio na casa de meus pais, no Rio.

17 MAGALHÃES, Marcos Pereira. *A Arqueologia de Carajás, A Presença Pré-histórica do Homem na Amazônia*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1994.

18 A Faculdade de Museologia e Arqueologia Marechal Rondon, no Rio de Janeiro, ofereceu o primeiro curso no Brasil de graduação em Arqueologia. Foi comprada pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá, ainda nos anos 1970, tendo funcionado até 1996, quando o curso foi extinto por não ser considerado lucrativo.

Conversei com Maura no Rio de Janeiro, onde descobrimos serem nossas famílias quase vizinhas. Ela tinha terminado os últimos relatórios sobre os salvamentos arqueológicos na região do Projeto Salobo, também em Carajás.[19] Maura foi uma parceira constante de Anna Roosevelt, com quem gostou muito de trabalhar, inclusive no Congo. De fato, Maura parece ser uma pessoa de fácil convívio, muito simpática. Nossa conversa foi tão animada que teve muito de história pessoal. Para ela, a arqueologia da Amazônia pode ser dividida em antes e depois de Anna Roosevelt, como voltarei a falar no capítulo sobre Marajó.

– Na área em que trabalhamos, ao longo do Itacaiúnas e Parauapebas, dois importantes afluentes do Tocantins, tinham vivido os índios Xikrin – lembra Maura, sobre Carajás. – Quem tinha trabalhado lá eram os antropólogos Protásio Frikel e o Napoleão Figueiredo, colega do Simões que, inclusive, tinha classificado a fase Itacaiúnas da cerâmica local. Não havia estradas, nosso acesso era todo pelos rios, passávamos uns dois meses no campo, duas vezes por ano. Lembro de mais de cinquenta sítios cerâmicos, da cultura tupi-guarani, com terra preta. Esse tupi ia desde o ano 300 [AD], por aí, até 1500, 1600. Lá no caldeirão na beira do Itacaiúnas, se não me engano, datamos 380 AD. Agora com o Salobo, que é um morro de cobre e o nome de um igarapé, encontramos outros tipos de sítios, menores, nos interflúvios, o que devem ter sido acampamentos, alguns muito antigos, de 5.800 AP. Achamos uma cerâmica parecida com a de Tapajós. Olhando no mapa, não é longe, há rios que descem do Tapajós e chegam naquela área, possivelmente houve contato, alguma troca, de objetos ou de gente. Tanto o Salobo como Carajás são áreas de castanhais, certamente manejados – destaca ela.

SALOBO E GAVIÃO

Maura conta que no Salobo o trabalho começou com a área praticamente intacta, só havia o acampamento dos geólogos. Em alguns sítios, tinham que sair de manhã cedinho, caminhar três horas, trabalhar o dia todo e voltar mais três horas caminhando, com todo o material de escavação. Mas valeu a pena, acha Maura, pelo pioneirismo: começou em 2003, vinte anos depois do início de Carajás. Naquela época, no começo

19 SILVEIRA, Maura Imazio; OLIVEIRA, Elisangela R. & RODRIGUES, Maria Christina Leal F. *Sexto Relatório do Projeto Salvamento Arqueológico na Área do Projeto Salobo/PA (Sítios Abraham, Orlando e Edinaldo, Ocorrências Castanheira, Nascente e Cinzento)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, junho de 2008.



N
O
L
S
ILHA DE MARAJÓ
BELÉM
BR-010 BELÉM-BRASÍLIA
Xingu
Belo Monte
Altamira
PARÁ
RIO XINGU
RIO TOCANTINS
PA-150
Mapa 05
TUCURUÍ
SERRA DOS CARAJÁS
Área Ind. Parakanã
RIO ITACAIÚNAS
TOCANTINS
Marabá
SALOBO
Vila de Carajás
RIO PARAUAPEBAS
Curionópolis
PA-257
Eldorado de Carajás
RIO ARAGUAIA
Área Ind. Xikrin do Cateté
Parauapebas
PA-150
Região de Carajás

dos anos 1980, ela chegou a brigar com um diretor da Vale, por causa do atendimento médico a um bebê com um tumor na cabeça, que o médico da Vale se recusava a atender. Ela criou tal confusão que conseguiu salvar a criança e nunca mais pisar na região. E toda a população da área foi expulsa, diz ela. A Gruta do Gavião, o sítio mais antigo da Amazônia até então, foi explodido, não existe mais:

– Também não tinha sentido, a gruta ficava a mais de 800 metros de altura, com tudo devastado em volta, só teria sentido preservar se pudéssemos preservar também o contexto. E em volta era a mina de ferro, então... Ainda tem um monte de cavernas, tem Serra Norte, Serra Sul, Serra Leste, tem muito trabalho de arqueologia para ser feito e muita coisa para se entender naquela região.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO AMEAÇADO DE NOVO

Em 2014, o arqueólogo Renato Kipnis, da Scientia Consultoria, responsável pela arqueologia preventiva nas cavernas de Carajás, da Vale, me contou que a empresa pretende retomar a exploração mineral na região. A questão é tão delicada, que até para a revista norte-americana *Times*, a Vale exigiu o controle total da entrevista.

O jornalista só pôde entrevistar o arqueólogo por *email*, com as respostas devidamente revisadas pela assessoria de comunicação da empresa. Impossível prova mais eloquente de que é questionável a exploração mineral a qualquer custo, inclusive destruindo um patrimônio arqueológico dos mais antigos da região amazônica.

Em 2015, reencontrei Kipnis em São Paulo, na IV Semana Internacional de Arqueologia do MAE-USP. Ele me comentou ter datado sítios ainda mais antigos que a Gruta do Gavião. Todos eles, no alto de montanhas de ferro que estão sendo exploradas.

Marcos Magalhães, que conheci em Belém, é carioca e mora no Pará desde 1985, quando passou a trabalhar no Museu Goeldi. Edithe Pereira é sua companheira de inúmeras aventuras arqueológicas, como o levantamento de arte rupestre no Baixo Amazonas, que iniciou com outra amiga profissional e de fé, Vera Guapindaia, também do Museu Goeldi, em 1989.

O BOM HUMOR DE GUAPINDAIA

Quando as conheci, Vera era a curadora do acervo arqueológico do Museu e estava batalhando pela expansão da sua área de pesquisa na região de Porto Trombetas, no Pará, num projeto de salvamento arqueológico da Mineração Rio do Norte, produtora de alumínio e bauxita. Dois meses mais tarde, eu teria oportunidade de acompanhar um pouco do trabalho de campo da Vera em plena floresta, onde a mineradora pretendia abrir nova estrada de serviço. Lá também conheci Cristiana Barreto, arqueóloga-museóloga que eu voltaria a encontrar. Kica, como é carinhosamente chamada, foi curadora da maior exposição já feita no exterior sobre a arqueologia amazônica, *Unknown Amazon*, no British Museum, em 2001, ao lado de Eduardo Neves e Colin Mc Ewan.

No congresso da SAB em Belém, em 2009, Eduardo Neves mencionou em sua palestra que durante as comemorações dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil, no Museu Paraense Emilio Goeldi, os arqueólogos saíram para almoçar num único carro, um Fiat Uno. Vera Guapindaia, bem humorada, alertou o motorista: "Dirige devagar porque se bater esse carro acaba a arqueologia amazônica!"

ARTE RUPESTRE NO BAIXO AMAZONAS: A TRADIÇÃO AMAZÔNICA

Edithe Pereira conta, divertida, como naquela época do levantamento de arte rupestre tinham que escolher entre pagar a comida ou a hospedagem com a diária curta do financiamento do CNPq[20], em tempos de hiperinflação, enquanto desciam de Oriximiná até a Prainha. Para quem não viveu essa época, vale esclarecer que a inflação era tão alta que ao final do mês o dinheiro valia a metade, as pessoas corriam para o mercado para estocar alimentos assim que recebiam o salário. Pela margem esquerda do Amazonas – lembra Edithe – vem Oriximiná, Óbidos, Curuá, Alenquer, Monte Alegre e Prainha, depois já é Almeirim, fronteira com o Amapá.

– Em Óbidos visitamos um sítio que foi relatado, ainda no século XIX: a Serra da Escama. A literatura conta que tinha sete pedras com gravuras, nós percorremos toda a área e das sete pedras só encontramos três. Como lá foi construído um forte, provavelmente algumas dessas pedras foram utilizadas para a construção do forte... – lastima a arqueóloga.

20 Então Conselho Nacional de Pesquisa, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.



Eu mesma veria amoladores – pedras que serviram para amolar – no leito do rio Madeira, na cachoeira de Teotônio, em Rondônia, que hoje estão submersas ou destruídas pelas obras da Hidrelétrica de Santo Antônio.

O curioso é que Edithe iniciou seu trabalho de pesquisa sobre a arte rupestre da Amazônia tendo como base apenas fontes bibliográficas. Ela supunha uma possível influência das tradições de arte rupestre do Nordeste na Amazônia, a partir da área de transição ambiental na região do Bico do Papagaio, hoje fronteira dos estados de Tocantins, Pará e Maranhão. Comprovou que não existiu essa correlação.

Os motivos geométricos parecem ter se generalizado na calha do Amazonas, talvez quando tenha ocorrido uma grande dispersão demográfica. Por outro lado, manifestações apenas em algumas regiões, muitas delas representando animais, podem ter sido feitas por pequenos grupos, antes de haver um intercâmbio cultural ao se criarem grandes redes de trocas. Essa impressão foi comentada pelo arqueólogo Raoni Valle na entrevista que deu a Miguel Viveiros de Castro para o documentário que acompanha esse livro, baseado em sua experiência sobretudo no Alto Rio Negro. Raoni participou também de pesquisas ao lado de Edithe Pereira, quando visitaram juntos a Gruta do

cap2.indd 104 27/08/2015 15:11:19

AS TRADIÇÕES RUPESTRES AMAZÔNICAS[21]



Em sua tese de doutorado, Edithe Pereira identificou três tradições rupestres no noroeste do Pará. A primeira delas é a chamada **tradição amazônica**, caracterizada por grafismos em que se podem reconhecer figuras humanas e de animais ou outras não reconhecidas mas bem elaboradas, arredondadas.

A **tradição Monte Alegre** tem o predomínio de motivos zoomorfos e a característica de uso de várias cores, como preto, vermelho, branco, amarelo, como no painel acima. Já a **tradição Alenquer** é monocrômica e os grafismos não são reconhecidos.

Batismo, em Presidente Figueiredo, em 2011, e contataram que os murais com registros rupestres haviam sido destruídos por saqueadores.[22]

As primeiras viagens de campo visando o levantamento *in situ* dos sítios com arte rupestre da região do baixo Amazonas foi com Marcos Magalhães e Vera Guapindaia, quase todas de ônibus, por estradas em

21 PEREIRA, Edithe. *Las pinturas y grabados rupestres del noroeste de Pará, Amazônia, Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Arqueologia e Pré-História, Universidad de Valencia, Espanha, 1996.

22 Raoni Bernardo Maranhão Valle foi do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA. Em dezembro de 2012 defendeu o doutorado na USP com a tese "Mentes graníticas e mentes areníticas: fronteira geo-cognitiva nas gravuras rupestres do baixo rio Negro, Amazônia Setentrional", orientado por Eduardo Neves e em cuja banca estavam Edithe Pereira e Cristiana Barreto. Atualmente é professor de Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA. Em 2014 viajou a Roraima para o estudo de registros rupestres naquele estado, conforme comunicação pessoal de seu aluno Jaime Waiwai, que o acompanhou, assim como Marta Cavallini.

condições deploráveis. No trecho Alenquer-Monte Alegre, recorda, ela reparou, durante uma parada, em como os pneus do ônibus estavam completamente carecas. Interpelado, o motorista nem se abalou: o dono só trocava o pneu "quando já não prestava mais"... Mais adiante, um cidadão, de mudança, queria embarcar com um bode e um macaco. "O bode não foi, mas o macaquinho seguiu viagem com a gente...".

– Em Monte Alegre visitamos as serras cujas pinturas foram reportadas pelo **Wallace** e pelo **Hartt**, no final do século XIX. Além daquelas pinturas, visitamos outros sítios que já tinham sido encontrados por espeleólogos e moradores da região.

WALLACE E HARTT, PRECURSORES NA AMAZÔNIA

Alfred Russel Wallace é o naturalista galês que humildemente pediu por carta o parecer de Charles Darwin sobre a sua teoria da evolução, o que levou Darwin a tomar coragem e apresentar, junto com suas próprias descobertas, a teoria de ambos à Linnean Society of London, em 1858, causando uma revolução na ciência.

Nessa época Wallace fazia pesquisa nas ilhas Molucas, na Indonésia, depois de viajar longamente pela Amazônia entre 1848 e 1852, de cujas observações tiraria os fundamentos do que veio a ser a biogeografia, da qual é considerado um fundador. Mas vale registrar o azar do brilhante cientista, não só pela sombra que Darwin fez sobre suas descobertas mas por ter perdido grande parte de sua coleção amazônica e anotações num incêndio no navio em que voltava para a Inglaterra!

"Entre essas anotações estavam os desenhos que ele havia feito das pinturas rupestres de Monte Alegre", comenta Edithe Pereira, ao ler o original do capítulo.

O geólogo canadense **Charles Frederick Hartt** acompanhou a expedição do naturalista Louis Agassiz à Amazônia em 1865 e 1866. Em 1870 participou da Expedição Morgan pelo Baixo Amazonas, percorrendo a região de Monte Alegre e do Ererê.

Em 1871 publicou "Brazilian rock inscriptions", *American Naturalist 5* (3), págs. 139-147. Esse artigo foi publicado no Brasil em 1895 com o título de "Inscripções em rochedos do Brasil" pela *Revista do Instituto Archeológico e Histórico Pernambucano*, Recife, nº 47, págs. 301-329, 1895. [23]

23 Informação pessoal de Edithe Pereira, que a registrou em PEREIRA, E. "Análise Preliminar das Pinturas Rupestres de Monte Alegre – PA". Belém: *Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi, Ser. Antropologia*, Vol. 8, nº1, págs. 5-24, jul. 1992.

cap2.indd 106 27/08/2015 15:11:20

Ela se empolga ao falar da Prainha:

– Para mim a Prainha é o grande espetáculo, um município extremamente pobre e uma arqueologia totalmente desconhecida. Foi uma surpresa descobrir uma grande concentração de gravuras de representação humana, com rostos e expressões faciais exuberantes como essa que se tornou a logomarca do Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica (EIAA). Aquela figura que é um rosto e do contorno da cabeça sai um voluta [forma em espiral], é uma coisa maravilhosa!

Depois Edithe voltou à região e trabalhou basicamente com Monte Alegre, para o doutorado, decalcando em plástico aplicado diretamente sobre a rocha os 14 sítios identificados até então, técnica tradicional chamada em francês de *relevé*, única a ser usada até surgir o scanner. Ela ainda levou 7 ou 8 anos se dedicando à arte rupestre, fazendo levantamentos, pesquisando os sítios, fazendo a documentação e a análise desses grafismos.

CANAÃ DOS CARAJÁS: O COBRE DA VALE

Edithe Pereira conta que precisou deixar o trabalho em Monte Alegre um pouco de lado em 2001, por causa de um salvamento em Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, onde a Vale começou a exploração do cobre. Quando os arqueólogos chegaram, os sítios já estavam muito alterados pelo processo de ocupação da área. Um que ainda estava intacto foi parcialmente destruído por uma ponte que a empresa construiu, apesar das advertências, ligando a mina à estrada de acesso à cidade. A mineradora foi forçada a bancar o salvamento:

– Eram dois terrenos particulares – lembra ela. – Num deles, o proprietário fez um aterro de um metro com o bota-fora da estrada, o



"Pinturas em rochedos do Ererê", região de Monte Alegre / PA, por Charles Hartt, em 1895. Reproduzido por Edithe Pereira

que pelo menos preservou esse pedaço do sítio. Trabalhamos no outro terreno, em que o proprietário foi muito gentil e ajudou no que pôde, inclusive não deixando que alguém entrasse e perturbasse o sítio. Na primeira viagem já achamos duas urnas e, como o sítio estava preservado, utilizamos métodos da geofísica, para ajudar na escolha dos locais de escavação.

Edithe detalha o trabalho da equipe multidisciplinar:

– O magnetômetro faz a leitura do solo e detecta alterações no subsolo, como a presença de ferro, mas também da argila queimada. O geólogo interpreta o mapa gerado pelo aparelho e sugere áreas a serem verificadas pela escavação. Uma das áreas indicadas pela geofísica apresentava um solo acinzentado, não muito escuro. Quando delimitamos o sítio, passamos por essa área que nos pareceu sem material algum, não iríamos escavar ali. O mapa da geofísica, no entanto, acusava uma grande anomalia. De início não encontramos nem um caquinho, de repente começou a aparecer uma mancha escura e, abaixo dela, surgiram 4 urnas alinhadas. Foi um resultado superpositivo. No total, abrimos no sítio 340 unidades de um metro por um metro.

Juntaram-se ao grupo vários outros profissionais, antropólogos físicos, pedólogos (que estudam o solo), palinólogos (estudam os pólens). O sítio parecia tipicamente tupi-guarani, pela forma e decoração corrugada dos vasilhames. Numa das urnas havia restos esqueletais, em outras duas havia restos de dentes, que foram identificados como de crianças entre 2 e 5 anos. Essa área dos enterramentos parecia ser uma área central da pequena aldeia, provavelmente uma área de circulação, limpa, onde só foram encontrados os enterramentos, sem outros materiais.

Só que encontramos também enterramentos na área de terra preta. Observando o perfil da escavação, você vê a peça enterrada na camada de terra clara, acima uma terra escura e, entre uma e outra, você vê que houve uma movimentação da terra preta, foi deslocado e depois enterrado. Eu suponho que fosse uma área privilegiada, inclusive porque eram urnas grandes, talvez um indício de diferenciação social. Os resultados da análise palinológica do sedimento de dentro das urnas mostrou uma quantidade muito grande de indicadores de fibra, possivelmente os enterramentos foram feitos com o defunto acomodado em algum tipo de trançado – explica ela.

Marcas de esteios sugeriram a localização das casas e, atrás delas, uma área de terra preta com uma grande concentração de fragmentos, certamente de lixeira. Surgiu também um almofariz com um batedor sobre ele,

tendo à volta grande quantidade de sementes de inajá, uma palmeira típica do Pará que dá um excelente palmito.

– As datações por Carbono-14 deram de 600 a 1.200 da nossa era. Mas o material lítico estava associado a uma camada cuja datação indica ser uma ocupação anterior, de 1.500 anos Antes do Presente, na camada de solo mais claro e mais profundo – destaca Edithe Pereira, que depois desse trabalho de salvamento retomou o estudo da arte rupestre. Ela observa que este é um campo abraçado por poucos arqueólogos, "como o Raoni Valle, a Shirlei Santos[24], de Roraima, o Marcus Vinícius...". O Marcus eu viria a conhecer em Manaus, em 2010 (ver capítulo 8).

Em 2014, Edithe da Silva Pereira estava na banca de mestrado na USP da arqueóloga italiana Marta Sara Cavallini, ao lado de Eduardo Neves, que aprovou a tese "As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu: Levantamento e Análise Gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara – Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização", sob supervisão de Marcia Angelina Alves. Conheci Marta de passagem, em Manaus, quando ela e o marido estavam de partida para o trabalho de campo, em 2010. Ela concluiu que os petroglifos do sítio AM-IT-31:Caretas, o mais rico da região, estava no mesmo contexto do sítio cerâmico com terra preta AM-IT-30: Pedra Chata, onde encontrou datações do Holoceno Recente. O marido, Filippo Stampanoni Bassi, reencontrei em Macapá, em 2014, onde ele apresentou um trabalho sobre a tradição Saracá daquela região, tema da sua tese de doutorado também na USP, com Eduardo Neves.

COMO SURGIU A ARQUEÓLOGA EDITHE

A menina que brincava de acampar debaixo da goiabeira no quintal, com um lençol e dois cabos de vassoura, aficionada das culturas andinas e do Antigo Egito na adolescência, tornou-se discípula do arqueólogo Mário Simões, no Museu Emilio Goeldi, ainda estudante de História, ao lado de Vera Guapindaia. Lembremos que o Museu Goeldi foi a instituição brasileira que recebeu Betty Meggers e Clifford Evans na Amazônia, nos anos 1960, o que fez de Simões o herdeiro natural de Meggers.

24 Shirlei Martins dos Santos é professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima, a UFRR. Fez arquitetura na UNISINOS/ RS e mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco, dedicando-se a projetos de extensão voltados à educação patrimonial e à pesquisa-ação do alunado do ensino médio em sítios arqueológicos de Roraima. No I EIAA apresentou o trabalho "Arqueologia e Turismo nos sítios da Cultura Rupununi", do nordeste de Roraima.

– Quando fui estagiar com o Dr. Simões, fui apresentada à arqueologia amazônica, que não tinha nada daquele glamour dos filmes, daquelas cidades fantásticas. Eu tinha era um monte de caco de cerâmica para lavar e analisar. E a gente se perguntava para quê isso, para quê essa seriação?

Até hoje há mesas e mesas compridas cobertas de cacos nos laboratórios do Museu Goeldi. Quando visitei a Reserva Técnica, explicaram que boa parte era da coleção Protásio Frikel, um missionário franciscano e antropólogo alemão que percorreu o Pará e o Amazonas entre 1938 e 1974, reunindo 51 mil objetos. Ele foi um dos primeiros a estudar a região do Nhamundá-Trombetas, percorrida pouco depois por outro alemão, Peter Paul Hilbert, esse um companheiro de trabalho de campo de Meggers e Evans nos primeiros tempos de Marajó e no Smithsonian. Hilbert voltaria em 1975 à região, depois estudada por Vera Guapindaia, com o filho que se tornou arqueólogo, Klaus, e juntos identificaram, na cerâmica encontrada, a fase Pocó, a mais antiga, e a Konduri, mais sofisticada, ambas ribeirinhas.

Testemunhei uma conversa de Vera com Klaus, por ocasião do Congresso em Belém, em que combinavam trabalhar juntos para explicar os últimos achados de Vera, que confundiram a hipótese com que trabalhava até então, baseada nos Hilbert. Vera encontrou cerâmica Konduri também na região de interflúvio, além de correlacionar a Pocó com a Açutuba da Amazônia Central, o que a obrigava a repensar todo o modelo anterior, um problema recorrente na arqueologia[25].

HILBERT & HILBERT

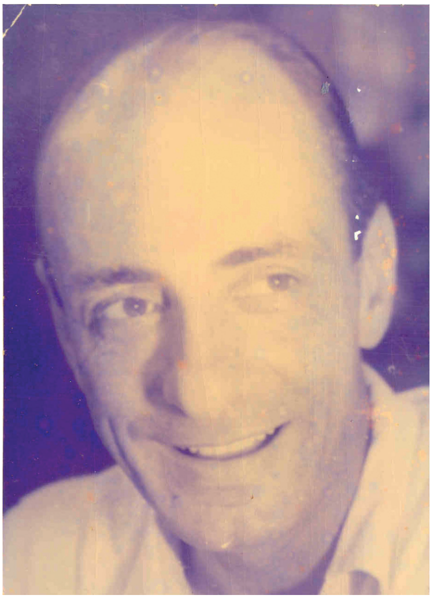
Klaus Hilbert conta que tentou fugir do destino de arqueólogo:

– Quem tem um pai que é arqueólogo, dificilmente quer fazer a mesma coisa. [Ele primeiro se formou em Educação Física.] E meu pai era especialista em cerâmica, na Amazônia. Então quando eu fiz arqueologia, procurei outra região e outras coisas. Estudei em Colônia [na Alemanha], fiz Paleolítico Superior, lascamento de pedras, líticos – conta

25 Em setembro de 2013, a conferência de Eduardo Neves no III EIAA, realizado em Quito, no Equador, foi "A Tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas". Eduardo G. Neves, Vera L. C. Guapindaia, Helena Pinto Lima, Bernardo L. S. Costa, Jaqueline Gomes; conforme original que ele gentilmente me passou em Macapá, em 2014, e que voltaremos a comentar. O trabalho de Guapindaia no Nhamundá-Trombetas está no capítulo 9.

Klaus, professor de Pré-História da PUC do Rio Grande do Sul, orientador de importantes arqueólogos da Amazônia, como o paraense Fernando Marques e a dupla gaúcha que se radicou no Amapá, João Saldanha e Mariana Cabral, que conheceremos no capítulo 4.

Hoje Klaus busca fugir da rigidez metodológica, "uma procura de ideias como aventura", da mesma forma que o pai buscou aventura na África e na floresta amazônica. "Ele sempre dava uma reviravolta humanística, cultural, ele não seguia essa lógica das seriações da Meggers, apresentando listas e números, acho que não dá", critica o filho de Peter Paul Hilbert, que aos sete anos já ajudava o pai identificando os cacos de cerâmica com tinta nanquim, como se pode constatar no traço infantil feito a pena, nos anos 1950, quando se escrevia diretamente no caco, sem passar antes esmalte transparente para unhas[26].



Peter Hilbert, em foto cedida por Fernando Marques.



Em foto tirada por Peter Hilbert e cedida por Fernando Marques, o menino Klaus está com cara decidida no colo da mãe, Eva, enquanto o irmão Hans, ainda bebê, chora em outro colo.

Peter Paul Hilbert, o pai, foi escritor, etnólogo e arqueólogo autodidata, que serviu no exército alemão, fugiu de um campo de prisioneiros no Marrocos, viajou pela África e finalmente chegou a Belém, onde começou a trabalhar com a coleção africana do Museu Goeldi e acabou conhecendo o casal Evans, com quem viajou para

26 HILBERT, Klaus. "Uma biografia de Peter Paul Hilbert: a história de quem partiu para ver a Amazônia" em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas,* v. 4, no. 1, págs. 135 a 154. Belém: MPEG, janeiro/abril de 2009.



Muito parecido com o pai, Klaus Hilbert orientou como professor vários dos arqueólogos da Amazônia.

Marajó em 1949. A vida rocambolesca alimentou o boato de que teria sido um espião nazista. O filho o descreve como "um aventureiro, procurava a relação com a natureza, combinado com o fascínio da ciência. Ele estava sempre buscando motivos para contar histórias, ele gostava de contar histórias. Além daquela vida acadêmica, científica, ele escrevia livros". E ainda desenhava, registrando o cotidiano das pessoas simples que conhecia. Morreu cedo, de câncer, depois de voltar para a Alemanha e muito viajar pela Amazônia, conforme o trajeto das caronas que conseguia com comerciantes subindo os rios, ou com geólogos que naquela época buscavam petróleo.

Foi também o Museu Goeldi que trouxe Klaus Hilbert de volta ao Brasil, arqueólogo formado, depois de obter uma bolsa do CNPq com o apoio institucional do Goeldi, em 1988, graças à ajuda do antropólogo Napoleão Figueiredo, que hoje dá nome ao Laboratório de Antropologia da UFPA. Klaus estava casado com a colega uruguaia Liliane, que conheceu ao acompanhar o pai numa escavação de Niède Guidon no Uruguai[27]. Por isso, aceitou com prazer, algum tempo depois, a oportunidade de ir para o sul, trabalhar na PUCRS. Os filhos têm inconfundíveis nomes indígenas da região, Yamandu e Lautaro, esse em homenagem ao arqueólogo chileno Lautaro Nuñez. Tive notícia do Lautaro em 2014, em Santarém, quando conheci o orientador do seu doutorado, o arqueobotânico José Iriarte, da Universidade de Exeter, na Inglaterra, que estava trabalhando numa equipe multidisciplinar com Denise Schaan, nas terras pretas do Tapajós.

Klaus Hilbert é sobrinho de Harald Sioli, o diretor do Instituto Max Planck de Limnologia até 1966, que cunhou a expressão "pulmão verde do mundo" para a Amazônia, ainda que a tenham interpretado erroneamente, como hoje já está difundido: a floresta é um sistema fechado que consome o próprio oxigênio que produz. Sioli também resgatou da fala cabocla as designações "água branca", "água negra" e "água clara" para os rios amazônicos,

27 Missão de Resgate Arqueológico de Salto Grande, financiado pela UNESCO, em 1976. Foram escavados diversos sítios de caçadores-coletores do final do Pleistoceno, material que serviu à tese de doutorado de Klaus Hilbert. *Op. cit.*

estudando a relação da qualidade da água com a química dos solos. Pois foi na casa dos tios que o menino Klaus morou com a família, quando foram para a Alemanha, em 1960. Estava escrito: ele teria que voltar à Amazônia, o que estava fazendo mais uma vez, pelas mãos de Vera Guapindaia. Quando perguntei a posição dele na discussão sobre o determinismo ecológico, Klaus revelou seus questionamentos semiológicos da arqueologia:

– Acompanhei esse debate Meggers, Roosevelt, Lathrap e tinha posições que mudaram ao longo dos anos. Aquela velha guarda fazia uma arqueologia endógena, muito pequenininha, muito relacionada ao seu próprio ambiente. Agora tem muito mais troca, muito mais mobilidade. Hoje não sei te dizer o que penso sobre o determinismo ambiental, porque não vejo o ambiente como algo vazio que tem que ser preenchido pelas pessoas. Nós, humanos, entendemos a natureza através de metáforas, como se ela fosse uma espécie de corpo humano. Damos nomes aos rios e pensamos em veias, então a natureza faz parte de nosso corpo e nós fazemos dela. Acredito muito mais nessa relação de troca e não apenas no que a natureza nos dá e que queremos dominar. Bem, isso é muito filosófico, a realidade é que estão desmatando e queimando, o bicho-homem predador está dominando. Mas tem muita gente nova preocupada com isso, sejamos otimistas!

CANSADA DOS CACOS

Edithe Pereira também não se contentou com o estudo dos cacos de cerâmica e descobriu como se libertar da rigidez do método Ford, herdado do PRONAPA e do PRONAPABA. Quando foi para o mestrado, vislumbrou outros vestígios que poderiam dar informação arqueológica, como os registros rupestres.

– Não tem sentido falar mal da Betty Meggers [quanto à rigidez do seu modelo]. Acho que tem que discernir a importância daquele trabalho que congregou vários arqueólogos, em prol de um objetivo, com método comum e cujos resultados ainda são usados. Hoje em dia cada um trabalha de um jeito, com uma metodologia, com um objetivo, o que dificulta a comparação dos resultados. Por isso, Eduardo Neves e eu sempre brincamos que seria interessante um “new PRONAPABA”.

Eduardo comentaria, por ocasião da morte de Betty Meggers, em julho de 2012: “Ela perdeu essa guerra de corações e mentes por causa de sua rigidez”[28].

28 Citado por Claudio Ângelo em “Mãe da Arqueologia Amazônica”, necrológio na Folha de São Paulo de 12.07.2012.

Autora da principal obra de referência sobre Arte Rupestre na Amazônia[29], Edithe Pereira conseguiu financiamento para a tradução para o português da obra histórica do antropólogo alemão Theodor Koch-Grünberg[30], que viveu dois anos com as tribos do Alto Rio Negro entre os anos de 1903 e 1913, em várias viagens à Amazônia. Ao lado, mais uma vez, de Vera Guapindaia, organizou os dois volumes com o resultado do I Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica[31], realizado pelo Museu Goeldi, em Belém, em 2008.

Depois disso, Edithe se dedicou ao mapa arqueológico do Pará e à contextualização dos sítios rupestres na região de Monte Alegre, um dos quais confirmou ser um dos mais antigos de toda a Amazônia, com 11 mil anos[32]. O projeto que coordena atualmente dará subsídios à estruturação do Parque Estadual de Monte Alegre e ao arqueoturismo na região.

PROJETO PREMIADO

Em 2012, Edithe publicou *A Arte Rupestre de Monte Alegre - Pará, Amazônia, Brasil*, pelo MPEG, em parceria com o IPHAN e com patrocínio da Petrobras. Em dezembro de 2013 o projeto Criar Amazônia, que reúne designers e artesãos para a confecção de produtos sustentáveis inspirados na exposição Visões: A Arte Rupestre de Monte Alegre, a convite de Edithe Pereira, em parceria com o Museu Goeldi, ganhou um dos quatro prêmios Destaque Nacional de Boas Práticas, do Ministério do Turismo, o único prêmio concedido à Região Norte.

Tive o prazer de conhecer algumas peças do lindo artesanato inspirado em motivos arqueológicos, que estavam à venda em Macapá, em 2014, por ocasião da reunião da Regional Norte da Sociedade de Arqueologia Brasileira, a SAB.

29 PEREIRA, Edithe. *Arte Rupestre na Amazônia – Pará*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2003.

30 KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Petróglifos Sul-Americanos*. Organizado por Edithe Pereira. Tradução de João Batista Poça da Silva. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010.

31 PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera, organizadoras. *Arqueologia Amazônica 1 e 2*. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010.

32 Em entrevista a Miguel Viveiros de Castro em outubro de 2014, comentou que não questiona a datação do sítio mas, sim, a da pintura rupestre, baseada na datação do sedimento contíguo a um resíduo enterrado da tinta. Comunicação pessoal de M. V. de Castro.

GERAÇÃO DOS ANOS 80

A atual geração de arqueólogos da Amazônia, da qual Edithe é uma representante nascida e formada na região, começou a surgir em meados dos anos 1980, por causa do salvamento do grande projeto Xingu, de construção das usinas hidrelétricas de Kararaô e Babaquara, hoje Belo Monte. Já lá estavam Walter Neves, Renato Kipnis, Eduardo Neves, Marisa Coutinho, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos Santos, Paulo Jobim, num projeto coordenado por Solange Caldarelli e Fernanda de Araújo Costa, pela Scientia Consultoria Científica, uma das empresas precursoras da chamada arqueologia de contrato.

A maioria vinha do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, o MAE, da USP, e se somou aos arqueólogos do Museu Goeldi. Pode-se dizer que aí começou a declinar o peso da influência de Meggers sobre os rumos da arqueologia da Amazônia. Mas, simultaneamente, a exemplo do Projeto Amazônia Central, novas linhas de pesquisa tiveram que ser repensadas.

DOCUMENTO E SCIENTIA: COMEÇO DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO

Em 2009, ao entrevistar Erika Robrahn-González, diretora da Documento Patrimônio Cultural, então responsável pelo salvamento arqueológico na área da Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, ela destacou ser a Documento a empresa de arqueologia pública mais antiga, atuando desde 1987. De fato, a Scientia começou um pouco depois, em 1989.

Ambas se consolidaram nesse tipo de pesquisa com a regulamentação, em 2002, da lei federal de 1961, que protege o patrimônio arqueológico.

Até então, 2002, a lei não tinha "pegado", como se costuma dizer no Brasil. A partir dessa data, no entanto, o IPHAN obrigou as empresas a patrocinarem o estudo do impacto patrimonial e arqueológico dos grandes empreendimentos, além do impacto ambiental, estudado pelo EIA-RIMA.[33]

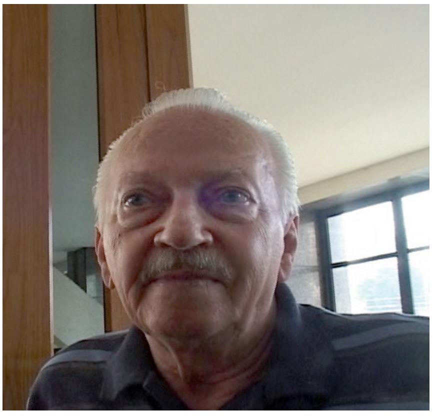
33 Lei Federal 3924/61, Portaria IPHAN 230/02, Resolução CONAMA 4012/09. Ver BOECHAT, Raquel M. "A Arqueologia Brasileira na Tragédia dos Comuns e a responsabilidade patrimonial do Estado". Trabalho de conclusão de Especialização em Arqueologia Brasileira, Faculdades Redentor e Instituto de Arqueologia Brasileira. Belfort Roxo / Rio de Janeiro: 2013.
Manuscrito inédito.

Durante aquele congresso em Belém, em 2009 – em que Denise Schaan passou o bastão da presidência da Sociedade de Arqueologia Brasileira para Eduardo Neves – formou-se a regional SAB Norte, expressão do crescimento em progressão geométrica da arqueologia amazônica. No ano seguinte, a regional Norte se reuniria, pela primeira vez, em Manaus, por ocasião do II Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia.

O DESAGRAVO A EURICO MILLER

Em Belém estavam alguns dos personagens marcantes dessa história, os precursores do PRONAPABA, como Eurico Miller e Ondemar Dias. Naquela época, acostumados ao trabalho de campo carregando mochilões com ferramentas pesadas em longas caminhadas, os jovens recrutados para o projeto estranharam a estrutura oferecida pelos norte-americanos. Miller se lembra, divertido, de que, timidamente, pediram um jipe, em vez de uma bicicleta para cada um, que dividiriam entre os vários municípios a serem pesquisados. Betty e Clifford desataram a rir: “Vocês querem um jipe? Não, cada um vai receber uma Rural Willys chaveada”, conta ele. “Chaveada”, claro, é com chave na ignição, ou seja, pronta para o uso, algo inimaginável na precariedade reinante entre aqueles jovens pioneiros.

Ainda sem dimensionar a importância de cada um deles e totalmente ignorante sobre tantas guerras surdas acadêmicas e pessoais, caí por acaso numa pequena sala do congresso. Fui testemunha da primeira troca direta de informações entre a jovem e a velha guarda da arqueologia amazônica, sob os olhares admirados de estudantes que não acreditavam estar assistindo a tal debate, tão civilizado. Mesmo sem saber de nada, captei o clima do encontro, promovido por Maria Lúcia Pardi, então arqueóloga do Centro Nacional de Arqueologia, o CNA, do IPHAN, em Brasília, que, de alguma forma, estava ali reabilitando o trabalho de décadas de Eurico Miller, veterano do PRONAPA e do PRONAPABA. Peguei minha câmera e fiz algumas tomadas. Foi o único registro desse momento histórico, depois cedido para o IPHAN a pedido de



O gaúcho Eurico Miller foi o pioneiro da arqueologia em Rondônia, onde acredita ter sido o berço Tupi.

Maria Lúcia[34]. Algum tempo depois ela passou para a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, onde se dedica a políticas públicas, particularmente na gestão de bens arqueológicos e preservação de patrimônios.

O PROBLEMA ARQUEOLÓGICO EM JIRAU

Assisti a explanação de Ondemar Dias sobre o começo do salvamento arqueológico em Jirau, a maior hidrelétrica então em construção no rio Madeira, que durante sete meses ficou a cargo do Instituto de Arqueologia Brasileira – o IAB, de Ondemar –, identificando 60 sítios. Um silêncio respeitoso e interessado da plateia majoritariamente jovem acompanhou a explanação do velho arqueólogo, com seus inconfundíveis suspensórios e gravata borboleta. Encontrou-se rico material na beira-rio, com formas simples mas bem decoradas. Não se encontrou corrugado, mas inciso com acanalado[35].

Por motivos elegantemente omitidos ali, o trabalho em Jirau foi assumido pela Documento Patrimônio Cultural, dirigida por Erika Robrahn-González, ausente naquele momento. Renato Kipnis, que dirige a Scientia Consultoria Científica com Solange Caldarelli, falou do salvamento rio abaixo, no canteiro da Hidrelétrica de Santo Antonio. Da geração do MAE/USP, que foi assumindo o estudo na região amazônica, ao lado dos arqueólogos do Museu Goeldi, Kipnis fez questão de ressaltar a semelhança, em relação à do IAB, da metodologia que usou em Santo Antonio – a tradagem, prospecção por amostragem a partir de furos feitos a distâncias regulares – e a convergência



Em 1994, Ondemar Dias recebeu no Calundu (RJ) os companheiros de PRONAPA Betty Meggers, Celso Perota, um fotógrafo que não identifico e, à sua direita na foto, Eurico Miller e Silvia Maranca.

34 Com minha autorização, Maria Lúcia Pardi publicou trechos da entrevista com Eurico Miller no seu site “Arqueologia Brasilis”. *www.youtube.com/watch?v=WskoC-oKNlo*

35 **Corrugado** é com rugas, cristas, obtidas com a pressão dos dedos na emenda dos roletes de barro, característica dos tupi-guarani. **Inciso** é o resultado do corte feito com instrumento aguçado. **Acanalado** é com sulco alongado feito com a pressão do dedo. Ver Anexo III sobre Classificação da Cerâmica Amazônica, à pág. 579

cap2.indd 117 27/08/2015 15:11:23

de pontos de vista com Eurico Miller, até então "dono" da arqueologia de Rondônia, pelo PRONAPABA.

As oito datações encontradas em Santo Antônio, entre 4 mil e 5.070 anos AP, confirmaram o trabalho de Miller, que afirmara existirem aldeias na região há pelo menos 5 mil anos, com cerâmica corrugada. Àquela altura teria ocorrido um *optimum* climático que causou um crescimento populacional, desencadeador da dispersão para o sul, segundo Miller. Ondemar também escavou em Rondônia naquela época, mas se concentrou no Acre, onde foi o primeiro a relatar a existência de plataformas de terra, hoje conhecidas por geoglifos, como chamaram Denise Schaan e o paleontólogo Alceu Ranzi quase trinta anos depois.[36]

SEM PAPAS NA LÍNGUA

– Tem muita sujeira na arqueologia, interesses de grupos acadêmicos, rivalidade entre as instituições – explicou-me Eurico Miller, que estava ali em sua primeira aparição num congresso de arqueologia depois de muitos anos, cansado de tantas brigas. Ele se refere ao primeiro encontro a que compareceu, em 1961, o II Encontro Intelectual de São Paulo, coordenado por Paulo Duarte, criador do Instituto de Pré-História – que no ano seguinte passaria à Universidade de São Paulo – onde se discutiu a origem do homem americano:

– Eu era um rapazote e fui lá, no meio dos figurões da antropologia, estudando as migrações. Eu ali, de boca aberta. Quando vi que eles brigavam que nem gato e cachorro, desmoronou o pedestal em que eu punha essa gente. Eu tinha levado algumas pontas de projétil arrumadas assim como se fossem joias, num veludo vermelho. (...) Dei minha palestra, suava numa fatiota azul-marinho, aí o Paulo Duarte, que estava presidindo a mesa com os grandes lá na frente, me disse: "Dom Miller, o senhor não desejaria deixar essa coleção aqui na exposição permanente do Ibirapuera?" Eu disse assim: "Doutor, o senhor me desculpe, mas os índios lá no Rio Grande do Sul não tinham molde para fazer as pontas, então são únicas, não posso deixar. Estão registradas no Instituto de Arqueologia do Nordeste do Rio Grande do Sul." Era a pequena sede que tínhamos criado, a gente se reunia lá para bater papo, armar uma escavaçãozinha, umas caminhadas para descobrir...

36 SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; PARSINEN, Marti. A *Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre*. Belém: EDUFPA, Rio Branco: Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008.

O gaúcho Eurico Theófilo Miller, geógrafo de formação e professor de desenho técnico de máquinas, colecionava artefatos encontrados no campo desde os três anos de idade, quando frequentava a fazenda da família, em Rodeio Bonito, “coisas de bugre”, explicavam a ele. Acabou montando esse museu em Taquara, cidade a 70 km de Porto Alegre, a meio caminho da Serra Gaúcha[37].

Conheceu os Evans através do padre Schmitz, do Instituto Anchietano de Pesquisas da UNISINOS, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo. Enquanto Schmitz se manteve fora do PRONAPABA, mas seguindo a mesma metodologia, Miller integrou o que ele disse que chamavam de “grupo dos onze”, numa alusão bem humorada aos grupos de resistência armada que o então proscrito Leonel Brizola teria organizado pelo Brasil.

Miller acrescenta à lista de Silvia Maranca, dos integrantes do projeto, o arqueólogo **José Brochado** – de quem ele tem uma profunda mágoa porque diz que ele, Brochado, só escutava o que os outros falavam nos seminários e tomava nota, tendo publicado tudo depois na tese de doutorado dele[38]. O fato é que Miller é acusado de pouco ter publicado sobre os mais de 30 anos de pesquisa em Rondônia, além dos relatórios para os coordenadores do PRONAPABA e os que era obrigado a escrever para seu empregador durante todos esses anos, a Eletronorte.

BROCHADO, O ALUNO DE LATHRAP

Seguindo a teoria de seu orientador Donald Lathrap, inimigo figadal dos Evans, Brochado defendeu a origem na Amazônia Central da Tradição Polícroma Amazônica, cerâmica que seria associada ao tronco linguístico Tupi, enquanto os grupos falantes do tronco Arawak estariam associados à tradição Barrancoide ou Incisa-Modelada.

Em sua tese de 1984, Brochado teria refinado o modelo de expansão dos Tupi-Guarani pelo leste e sul do Brasil: a tradição Guarani, dos que desceram a bacia do Prata e subiram o litoral; e a Tradição Pedra do Caboclo, que teria se expandido pela foz do Amazonas e depois pelo litoral, adotada por difusão por grupos Macro-Jê, que viriam a ocupar o Planalto Central.

37 Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – Marsul, fundado em 1966.
38 BROCHADO, José Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de Doutorado. University of Illinois, 1984.
39 HECKENBERGER, M. J., NEVES, E. G. e PETERSEN, J. B. “De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central” em *Revista de Antropologia*, vol. 41, no. 1. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1998.

Um aluno de Brochado, por sua vez, Francisco Noelli (1996), teria aprofundado as implicações etnográficas das recentes descobertas arqueológicas, como mencionado no artigo de Heckenberger, Neves e Petersen, de 1998, assunto a que voltaremos no capítulo 8, sobre o Amazonas.

– O Brochado se bandeou para o lado do maior inimigo dos Evans, pessoal e teoricamente [referindo-se a Donald Lathrap], alegando que eles não chegavam no social, ficavam só na cultura material. Ele queria uma análise mais ampla, mas aproveitou todos os nossos dados.

Miller possivelmente refere-se às associações com os troncos linguísticos, que ele mesmo, Miller, utiliza em sua análise, citando o linguista Aryon Rodrigues. E prossegue:

– E essa turminha aí fora [os arqueólogos da USP] fazendo a apoteose do Brochado, quando tudo que ele disse foi roubado de nós! Ele fez o inverso, disse que o tupi-guarani nasceu no Amazonas. Ontem eu não gostei quando o Eduardo [Neves, criador do projeto Amazônia Central] disse: "É, isso é resultado do que o Brochado dizia, na Amazônia Central". Ele está dizendo que Rondônia é Amazônia Central, que a ideia brilhante foi do Brochado, que nunca esteve em campo na Amazônia! Quem conhece a história, han... – disparou Miller, com um muxoxo irritado.

Apesar de admirador de Brochado, Eduardo Neves me diria, meses depois, que o projeto Amazônia Central desmentiu definitivamente a tese de Donald Lathrap, defendida pelo discípulo. Sob orientação de Eduardo[40], jovens arqueólogos participam de várias pesquisas, agora num raio bem mais amplo da Amazônia Central, procurando entender a expansão dos diversos povos agrupados na chamada Tradição Policroma da Amazônia (TPA), como veremos ao longo deste livro: no Alto Rio Negro, Baixo, Médio e Alto Madeira, rio Urubu, nas proximidades de Tefé, e mais recentemente no rio Guaporé, em Rondônia, onde ele próprio coordena, desde 2014, uma equipe que está escavando um sambaqui fluvial descoberto por Miller há mais de 30 anos.

40 Em 2014, Eduardo Góes Neves tornou-se o primeiro professor titular em Arqueologia Brasileira da Universidade de São Paulo, fazendo justiça à dedicada formação de dezenas de jovens arqueólogos na graduação, mestrado, doutorado e pós, agora à frente do ARQUEOTROP, Laboratório de Arqueologia Tropical, que criou e dirige no MAE, dando continuidade ao Projeto Amazônia Central.

RONDÔNIA, BERÇO ANCESTRAL

Na região de Presidente Médici, centro-sudeste de Rondônia, a riqueza de vestígios arqueológicos, inclusive petroglifos[41], levou à criação, em 2007, do Museu Regional, hoje Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, coordenado pela professora Maria Coimbra. Ela e o marido, o professor José Garcia, são os fundadores do museu, com o apoio do IPHAN, através de Maria Lucia Pardi, em Brasília, e Beto Bertagna, então do IPHAN de Porto Velho. O casal também estava presente no histórico debate durante o congresso em Belém e me receberia meses depois em Presidente Médici, como veremos no capítulo 6, sobre Rondônia.

DESTRUIÇÃO DO POSSÍVEL BERÇO TUPI

Todo o sudeste de Rondônia sofreu um desmatamento selvagem por sucessivos e equivocados incentivos do governo federal, como o plantio de cacau nos anos 1970 e a posterior transformação das terras em pasto para o gado. A destruição continua em ritmo alarmante com a ação de madeireiros ilegais e as queimadas, que chegam a impedir a visibilidade aérea na época da seca.

É também a região diretamente afetada pela construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio Madeira, de consequências ecológicas e sociais irreparáveis[42]. No mínimo é curiosa a omissão, nos noticiários sobre a cheia recorde do rio Madeira, em 2014, da possível relação com a construção das hidrelétricas que alteram o curso do rio. Sem falar que a energia gerada em Rondônia não é utilizada na própria região, mas serve ao sistema interligado do Centro-Sul, como foi atestado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por ocasião dos últimos apagões.

Para Porto Velho, fica o ônus do crescimento desordenado. Basta acompanhar o assustador incremento da violência na cidade, onde desaguam todos os ribeirinhos que foram desalojados e os demitidos dos canteiros das usinas, todos refugiados da enchente de 2014, já que os bairros populares são os primeiros a serem atingidos.

Lembro-me de ter conhecido um arqueólogo, então com uma vasta cabeleira escura, num laboratório em Porto Velho, no começo de 1989, quando aí estive com uma equipe da TV Manchete registrando o

41 Assim como geóglifo e megálito, a palavra dicionarizada é petróglifo, mas usaremos a forma consagrada no cotidiano.

42 Veja documentário [http://coletivocarranca.cc/belo-monte-anuncio-de-uma-guerra/].

salvamento na região inundada pelo lago da Hidrelétrica de Samuel, com datações de até 8 mil anos[43]. O chamado salvamento da fauna silvestre era um horror, uma caçada improvisada que conseguia apreender alguns animais estressadíssimos, para soltar depois na floresta. Não chegamos a gravar entrevista com o arqueólogo, mas me recordo da referência aos ricos vestígios nas cabeceiras dos rios da região. Era Eurico Miller. Quando, em 2014, comentei essa lembrança em Calçoene, no Amapá, numa mesa rodeada por jovens arqueólogos, brincaram com a antiguidade da minha experiência...

MÁGOAS DO VELHO ARQUEÓLOGO

Além de Brochado, Miller também faz duras críticas ao francês André Prous, da Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG, que, para ele, "acha que todo mundo tem que ceder os direitos sobre suas descobertas para que ele publique a história da arqueologia brasileira".[44]

O francês André Prous, radicado há décadas no Brasil, onde chegou a convite de Annette Emperaire, cuja equipe da Missão Francesa em Lagoa Santa ele integrou, estava presente quando foi descoberto o crânio que viria a ser conhecido como Luzia. Prous é autor de várias obras que permitem o acesso de estudiosos e do público leigo ao que é feito no Brasil no campo da arqueologia.

Entre as mágoas, Eurico Miller inclui também Darcy Ribeiro, a quem foi apresentado por Betty e Cliff no XXXIX Congresso Internacional de Americanistas, em 1970, no Peru. Dali saiu a ideia de criar um museu arqueológico na Universidade de Brasília. Darcy estava exilado àquela altura dos acontecimentos, e naturalmente só poderia ajudar anos depois, de volta ao Brasil. Com a mordacidade habitual, Miller comenta que Darcy, conhecido mulherengo, cantou a Betty na frente do próprio Cliff...

– Ele [Darcy] chega ao Brasil e se dirige ao Brizola, para as escolas, os Cieps. E a Betty sempre cobrando dele, que seria o museu da capital federal, que o Smithsonian ajudaria muito, como ajudou o Museu Arqueológico de Taquara, que era apelidado de "elefante branco". Sempre tem os invejosos, que depreciam o trabalho dos outros. (...) Anos depois Darcy se torna

43 BASTOS, *Solange. Amazônia, Paraíso em Perigo*. Doc. já citado.
44 PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

senador e a Betty voltou ao assunto. Ele estava inclinado a ajudar, mas aí teria descoberto o câncer.[45]

Ainda do "grupo dos onze" do PRONAPA, citado por E. Miller, fariam parte "alguns argentinos para pesquisar Llanos de Mojos [Bolívia], onde tinha aqueles aterros enormes".

Um dos acusadores de Betty Meggers como tendo ligação com a CIA acusou também Eurico T. Miller de ter trabalhado com um ex-engenheiro da indústria aeronáutica nazista[46]. O alemão Jesco von Puttkamer, já falecido, com quem Miller realizou alguns trabalhos, teria sido fotógrafo particular de Hitler, segundo essa acusação. É possível que tenham confundido o fotógrafo Puttkamer, que inclusive deu nome a um museu etnográfico na PUC de Goiás, e outro Puttkamer também famoso, engenheiro de aviação, que trabalhou na NASA[47]. Na nossa entrevista, o próprio Miller puxou o assunto e disse que o autor dessa calúnia "um dia vai ter que se retratar, não vale a pena dizer o nome". O arqueólogo goiano Claide Moraes, discípulo de Eduardo Neves e professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, me manifestou indignação quanto a essa confusão, aparentemente proposital.

REENCONTRO HISTÓRICO DOS GAÚCHOS SCHMITZ E MILLER

Pois estávamos nós no lobby do hotel em que acontecia o Congresso da SAB, em Belém, gravando a entrevista com o Miller, quando se aproxima ninguém menos que o Padre Pedro Ignacio Schmitz, fundador do Instituto Anchietano, de São Leopoldo, a caminho do elevador. Ele simplesmente foi quem apresentou Eurico Miller a Betty Meggers e Clifford Evans nos primórdios do PRONAPABA, como já contei. É mais uma figura antológica da arqueologia brasileira.

É como eu digo, brincando com os colegas: precisa acender todo dia uma velinha para Nossa Senhora da Reportagem, para garantir a indispen-

45 Darcy Ribeiro foi vice-governador do primeiro governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, de 1983 a 1987, quando criou os Centros Integrados de Educação Popular, chegando a construir cerca de 370 Cieps, depois praticamente desativados pelo governo Moreira Franco. Elegeu-se Senador em 1991 e exerceu o mandato até sua morte, em 1997.

46 STEGLICH, Júlio Meirelles. "Arqueologia e imperialismo ianque na Amazônia", *A Nova Democracia*. Ano 1, nº. 7, março de 2003. www.anovademocracia.com.br.

47 Ver quadro sobre o sítio Abrigo do Sol, à pág. 125 reportado por Jesco Puttkamer.



Sorridente, Padre Schmitz responde ao cumprimento do velho companheiro Eurico Miller.



Duas lendas da arqueologia brasileira: Pedro Schmitz e Eurico Miller, no reencontro histórico em Belém

sável dose de sorte. Gravei o seguinte diálogo, depois de anos em que os dois não se encontraram:

– Herr Schmitz! – exclama Miller. – Está correndo da arqueologia? – provoca, referindo-se ao fato de Schmitz ter deixado a diretoria do Instituto criado por ele em 1957.

– Cansei um pouco, já tenho 80... Fico trabalhando, não é que eu tenha fugido da raia... mas é um prazer vê-lo! Ainda no campo?

– Toda a vida! Só vou parar nos sete palmos... Estou lá em Rondônia, o pessoal não larga do meu pé.

– Não estava em Brasília? – surpreende-se Schmitz.

– Morando. Em Rondônia controlando os meninos lá na arqueologia.

– É uma coisa incrível! – comenta ironicamente Schmitz – Parece que vão nascendo pelo mato, como está nascendo arqueologozinho por aí, por tudo que é lado! Esse congresso, por exemplo, é inacreditável, eu vim para olhar...

– Pois eu vim dar uma péssima notícia – responde Miller, no mesmo tom do interlocutor. – O Tupi nasceu no alto do rio Ji-Paraná, há 5.200 anos, por enquanto. A Betty [Meggers] é que não está aceitando... Apresentei na segunda-feira...

– Não vi não... Então nasceu lá? Com cerâmica e tudo?

– 5.200 anos com cerâmica, aldeia, terra preta, tudo que você quiser, urnas funerárias. Estamos com oito datas entre 5.200 e 4.000 [AP].

Eurico Miller externa todo o prazer que sente em pormenorizar suas descobertas ao rival e colega, sabendo que, evidentemente, o outro conhece de sobra o seu trabalho de anos. Convido o padre Schmitz a se sentar. E Miller prossegue:

– É ali um pouquinho abaixo da cidade de Ji-Paraná, até depois de Pimenta Bueno, pega um pouco Comemoração, são dois formadores do Ji, mais na parte baixa. Em 1974 e 1975 eu já tinha feito descobertas em Marco Rondon, no sítio Corrugado, e no **Abrigo do Sol**, em Mato Grosso, mas na época minha função não era encontrar o Tupi-Guarani [referindo-se à busca dos vestígios cerâmicos do projeto PRONAPABA]. Encontrei índios tupi, mas aculturados, nem faziam mais cerâmica.

ABRIGO DO SOL (MT) E SERRANÓPOLIS (GO): PALEOÍNDIOS DESCOBERTOS POR MILLER E SCHMITZ

O **Abrigo do Sol** fica próximo ao rio Galera, no sudoeste do estado do Mato Grosso, no sul da bacia amazônica. É um abrigo arenítico com arte rupestre, registrado pela primeira vez pelo fotógrafo-etnólogo Jesco Puttkamer em 1979[47] e por Miller em 1987[48].

Segundo relato de Anna Roosevelt[49], "o pouco controle estratigráfico durante a escavação e os grandes distúrbios ocorridos no sítio fazem com que a associação entre datas, evidências líticas e atividade humana permaneça nebulosa".

Mesmo com essas ressalvas, ela conta que as camadas pré-cerâmicas do sítio produziram diversas datações radiocarbônicas entre 10.000 e 7.000 AC, tendo sido registrado um carvão de 12.500 AC num dos níveis mais altos da estratigrafia. O fato é que foram encontrados artefatos líticos lascados por percussão, em níveis inferiores, bem como material cerâmico nos níveis superiores.

Entre os utensílios, havia "machadinhas toscas, núcleos, lascas e raspadores de superfície plana, aparentemente para a confecção de gravuras rupestres: círculos rajados, faces humanas estilizadas ou máscaras, triângulos púbicos femininos, pés humanos, quadrúpedes, motivos geométricos, cavidades para trituramento e raspagem".

Roosevelt ainda destaca que a cobertura de pedra que protege o sítio preservou restos dissecados de vegetais comestíveis, cascas de caracóis, ossos e fragmentos de arcos e flechas.

---

48 PUTTKAMER, W. J. van, "Man in the Amazon: Stone Age present meets Stone Age past", *National Geographic Magazine*, 155, págs. 60-85, 1979.

49 MILLER, E. T. "Pesquisas Arqueológicas Paleoindígenas no Brasil Ocidental" em NUÑEZ, L. e MEGGERS, B. (Orgs.). *Investigaciones paleoindias al sur de la linea ecuatorial*, págs. 37-61. San Pedro de Atacama: Estudios Atacameños, no. 8, 1987.

50 ROOSEVELT, A. C. "Arqueologia Amazônica" in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*, págs. 53-86. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

cap2.indd 125 27/08/2015 15:11:25

Em nossa conversa, Eurico Miller me disse que os vestígios de ocupação no Abrigo do Sol foram datados por C-14 em até 20 mil anos, mas que "havia muitos metros de sedimentos ainda não escavados e com restos". Segundo ele estimou, nesse sítio um centímetro correspondia a 100 anos de ocupação.

Também em 1987, Pedro Ignacio Schmitz[50] publicou sobre sítios pré-cerâmicos no sul de Goiás, com datações entre 8.000 e 4.000 AC. , na região de **Serranópolis**. Foram encontrados vários utensílios unifaciais de quartzo com fortes marcas de uso num dos lados ("lesmas"), muitos ossos de animais e restos de plantas que denotavam clima mais frio que o atual. No período a partir de 6.000 AC, a dieta teria incluído uma maior quantidade de animais menores, com pontas de projéteis com pedúnculos e aletas.

Schmitz encontrou ferramentas líticas semelhantes na região da represa de Itaparica, em Pernambuco, o que deu nome à Tradição Itaparica, também encontrada e estudada em Goiás e no sudeste do Piauí[51].

Miller se empolga com o ouvinte tão especial e se estende nas comparações entre os achados ao longo do Ji-Paraná com o corrugado encontrado no Sul, no alto rio Uruguai, que ele classificou como fase Irapuã, com 3.900 anos. Teve um achado, em meio à mata de pinheiros, que é dos mais antigos, segundo ele, pois junto ao rio são os mais recentes, que tinha 3.970 anos.

– Mas não foi aceita [a datação]. Eu pensei: já que tem 5.200 anos lá [em Rondônia], possivelmente essa aqui é resultado de uma das migrações, porque coincidentemente tem só 2% de corrugado. Eu resolvi chamar de prototupi para não confundir com o tupi amazônico, que está

51 SCHMITZ, P.I. "Prehistoric Hunters and gatherers of Brazil" em *Journal of World Prehistory*, págs. 53-126, 1987.

52 BASTOS, Solange. *O Paraíso é no Piauí*, op. cit., págs. 246-265. Em dezembro de 2010, em meio a uma forte e insólita nevasca em Paris, tive o prazer de assistir a defesa de tese, em Nanterre (Paris X), do brilhante aluno de Eric Boëda, Antoine Lourdeau, sobre as "limaces"(lesmas) da tradição Itaparica, também encontradas em São Raimundo Nonato, no contexto das pinturas rupestres da Serra da Capivara. Diante da banca de que fazia parte Águeda Vialou, Lourdeau ganhou a nota máxima com louvor. LOURDEAU, A. *Le Technocomplexe Itaparica - Définition techno-fonctionnelle des industries à pièces façonnées unifacialement à une face plane dans le centre et le nord-est du Brésil pendant la transition Pleistocène-Holocène et l'Holocène ancien*. Tese de Doctorat d'Etat. Université Paris Ouest Nanterre La Défense - Paris X. Nanterre, França: 2010.

na faixa costeira. Eu tinha que dar um nome pro bicho, provisório – justifica ele.

– Está certo! – concordou Schmitz.

– Só que lá não é só tupi, são 10 famílias do tupi. Uma já se conhece bem graças ao Rondon, que esteve lá com os etnólogos da época e registrou tudo bonitinho. Depois dizem que eu não nasci virado pra Lua...

– Você nasceu lunático. Você é um grande desbravador, precisa arrumar uma estátua de bronze... Continue assim até os 99! – encerra Schmitz, na esgrima verbal que se estabeleceu.

Puxo papo com ele, que lembra ter trazido a octogenária Betty Meggers para um simpósio em Porto Velho, dois anos antes, como estímulo para os jovens que começariam o novo curso de Arqueologia:

– Eles vêm tirar fotografia com a gente, viramos vovô...

Padre Schmitz fala do projeto que aprovou para começar em janeiro do ano seguinte, em São José do Cerrito, a 60 Km de Lajes, em Santa Catarina, onde foram encontradas 11 casas subterrâneas, com túmulos, de 1.200 AP.[53]

Na localidade de Boa Parada, onde seria encontrado um complexo de 5 sítios com presença de 25 estruturas subterrâneas, 3 montículos e 3 estruturas anelares, foram feitas datações radiocarbônicas de 830 a 370 AP. E numa camada possivelmente de uma ocupação anterior do mesmo grupo, pré-cerâmica, uma fogueira foi datada em 2.600 AP[54].

– Quem tem esperança, alcança – filosofa Eurico Miller.

– Quem caminha, encontra – pontua Pedro Ignacio Schmitz, já entrando no elevador.

---

53 SCHMITZ, P.I. *A ocupação indígena do Oeste Catarinense*, 2011; _______ & ROGGE, J.H, 107 *'casas subterrâneas' no povoamento inicial do Jê Meridional em Santa Catarina*, 2011.

54 ROGGE, Jairo H. e BEBER, Marcus Vinicius. Arqueologia das Estruturas Subterrâneas do Sul do Brasil", Revista *Tempos Acadêmicos*. Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, no. 11. Criciúma, Santa Catarina: 2013.

3



cap3.indd 128 27/08/2015 15:12:31

MARAJÓ, O COMEÇO DA JORNADA

“Sim, a terra não é visível, mas ela está lá!, disse o capitão, estendendo a mão em direção ao oeste. Que terra?, perguntou o segundo contramestre. A terra da América, a terra onde corre o Amazonas, o único rio que tem uma corrente tão forte que consegue dessalgar o oceano até a vinte milhas da foz. (...) A terra está lá! Nós sentimos! O vento nos leva até lá!”
(*Le Chancellor*, Jules Verne, folhetim de 1874)

O POVO DAS ÁGUAS

Será que os ventos do oceano eram mesmo irresistíveis para os que se aproximavam da ilha de Marajó numa jangada improvisada, como os náufragos do navio *Chancellor* imaginados por Jules Verne e que assim salvaram a vida? O genial francês nunca pisou na Amazônia mas compartilhava do fascínio de sua época por essa região em que, acreditava-se, a “civilização” iria domar a “barbárie”. Ele se baseou nas dezenas de relatos de aventureiros e naturalistas que tudo descreviam, enumeravam e classificavam, financiados pelas potências que apostavam nas vantagens políticas e econômicas de tais conhecimentos. O Brasil, por sua vez, esperava aumentar seu controle sobre o território quase despovoado com essas expedições. Na prática, a maioria dessas incursões eram improvisadas e tinham como principal objetivo coletar peças para os museus, destruindo preciosos sítios arqueológicos, como seria lamentado no futuro.

Talvez assim, com os ventos, tenham chegado os primeiros ocupantes da grande Ilha de Marajó, do arquipélago de mesmo nome, que divide o rio-mar Amazonas em seu encontro com o oceano Atlântico. Até a independência do Brasil chamava-se Ilha Grande de Johannes, mas já era conhecida por Marajó ou Marayo. No braço que corre a nordeste, o rio passa pelas ilhas Caviana e Mexiana, até se formar a pororoca do encontro das águas, fenômeno ainda mais grandioso nos três dias que antecedem a

cap3.indd 129 27/08/2015 15:12:31

lua nova e a lua cheia. O braço que segue para o leste, pelo estreito de Breves, sofre marés mais regulares. Depois de receber as águas do Tocantins, o Amazonas chega à foz do Guamá, onde foi fundada a cidade de Belém, na baía de Guajará. Para o antropólogo William Farabee, norte-americano que esteve na região em 1916, a visão num mapa faz Marajó parecer um ovo na boca de uma serpente, que seria o rio Amazonas.



Saí de Belém para Marajó no barco Otávio Ávila, que peguei no Cais 10 das Docas, no chamado Terminal Hidroviário. Há dois barcos por dia que levam cerca de três horas para chegar a Porto Camará, em Salvaterra, na Ilha de Marajó. Não há muito tempo, em 2013, naufragou o Iate Leão do Norte, que fazia a rota de Chaves, no rio Arari (Marajó), até Belém, morreram 13 pessoas.[1] Mas a nossa viagem foi sem sobressaltos. Ao desembarcar havia ônibus e vans esperando para levar os passageiros a Salvaterra, Soure e Cachoeira do Arari, o meu destino, onde cheguei depois de mais duas horas de viagem. A época da chuva acabou em julho, estamos em outubro, tudo secando. O “inverno” aqui, ou seja, a época das chuvas, só deve começar de novo em dezembro. Ainda assim, no caminho atravessamos um rio de balsa. A ilha é bem grande, mais de 40 mil quilômetros quadrados – maior que a Bélgica, por exemplo – mas é meio inútil falar em

1 Em 19/04/2013. O barco estava fazendo a curva do Tujá, na foz do rio Arari, saindo do Marajó para Belém, e levava cerca de 60 passageiros, o dobro de sua lotação normal, num trajeto que costuma durar 12 horas nesse tipo de embarcação. Havia quatro crianças entre os mortos. Infelizmente são frequentes os naufrágios em toda a região amazônica.

cap3.indd 130 27/08/2015 15:12:32

quilômetros ou velocidade, porque aqui tudo depende das águas. Há pântanos, rios, lagos, savanas a leste e florestas a oeste.

Cheguei na cidadezinha, uma das 15 de Marajó, em dia de festa: era a inauguração da fábrica de gelo, reivindicação antiga da população, que para armazenar o peixe tinha que trazer gelo de Belém, o que significa 8 a 10 h de barquinho. Estamos perto do lago Arari, muito piscoso, mas que nessa época está completamente seco. Os políticos, claro, estão "faturando" a inauguração, tem palanque e discurso, bem em frente do prédio da "Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanal de Cachoeira do Arari". A concordância no nome ficou meio estranha, mas gostei da preocupação com o gênero, quem será que inventou isso aqui?



Vizinhas comentam o movimento diferente em Cachoeira do Arari.

O bairro chama-se Petrópolis, tem também o Centro e o bairro da Rua Nova. É tudo muito simples, as casinhas no alto, feitas de tábua, todas a cerca de um metro do chão, inclusive o lugar para a lata de lixo. Mas a altura mínima dos tesos[2], que eu conheceria no dia seguinte, é de dois metros. Perguntei a uma senhora sentada na porta de casa, dona Laurinda, se ela não ia para a inauguração: "Não posso deixar minha casa sozinha", respondeu. Fiquei pensando: não há de ser por



Rua principal do bairro Petrópolis, em dia de festa.

2 Segundo o dicionário de Antonio Houaiss, em Marajó **teso** é o "aterro superficial, que se faz em terrenos alagadiços, para a construção de cemitério ou de moradias".

risco de ladrão, num lugar tão pequeno em que todos se conhecem. Talvez seja assim como cuidar de um animal de estimação. Também pode ser desculpa para não aturar discurso. Ela e a vizinha, Jacirene, passam a tarde "apreciando o ventinho". E, claro, vigiando a água, mas não nessa época.

Aos poucos vai-se conhecendo um pouco do viver dessa gente, que se move no ritmo das águas. Estamos agora no "tempo da lama", antes de secar tudo. Até a água de beber fica barrenta, muitos preferem tomar chocolate em vez de café, porque disfarça melhor o gosto. Roupa branca, nem pensar. E no auge do "verão" ainda é pior, seca tudo, ficam só os torrões de terra. Para caminhar no campo é incômodo, o chão é todo irregular por causa das patas dos bois e dos búfalos que moldam a lama, antes de secar. No livro dos recordes, o Guiness, dizem que o rebanho de búfalos de Marajó é o maior do mundo.

Quando vem a chuva, aí é para valer. Os campos enchem, as ruas viram rios, o deslocamento é em casquinho, uma das dezenas de nomes para as pequenas embarcações, que de tão importantes têm até sexo: "Barco é homem, lancha é mulher". Dependendo das características, podem chamar montaria, casco, canoa, bote, penque-penque e por aí vai. Os nomes próprios não ficam atrás, variando de nome de gente, de santo de todo tipo, de animais e plantas: Vitória-Régia, Periquito, Acapuzinho, Peixe-Agulha, Mururé... ou da inspiração do momento, como Eu te amo, Paquerinha, Raposa do deserto, Vence Tudo, Ela voltou.

Um profundo conhecedor de Marajó e sua cultura foi o padre Giovanni Gallo, que passou seus últimos anos no meio do povo da ilha, vivendo com eles "no galho de pau", saindo para "lanternar pássaros" e pescar na lama, rezando missa mas conhecendo pajelança e visagem[3]. Jesuíta natural da Sardenha, recusou um cargo em Estocolmo e preferiu vir para o Brasil, primeiro para um bairro pobre de São Luís do Maranhão e por fim Marajó, onde morreu em 2003.

O Museu do Marajó, criado por ele, funciona até hoje em Cachoeira do Arari, apesar de todas as dificuldades. Começou criando o "computador caipira", um sistema de portinholas com cartões informativos muito engenhoso, tudo feito a mão, interativo. O visitante é estimulado a mexer nas janelinhas de madeira: "A peça mais antiga é da era mesozoica, período jurássico. Confira a idade na escala da história da Terra". Daí tem a esca-

3 GALLO, Giovanni. *Marajó, a Ditadura da água*. 3a. ed. Cachoeira do Arari, Pará: Edições O Museu do Marajó, 1997. Coletânea de artigos publicados nos jornais "O Liberal" e "O Estado do Pará".

la do tempo geológico onde se vê outra janelinha, com o desenho de um peixe fóssil de 190 milhões de anos. “É o tatatatataravô da nossa traíra” – explica a funcionária Rosélia.

Padre Gallo foi juntando os cacos de cerâmica, objetos típicos, bichos embalsamados. Seu olhar antropológico não deixou escapar a riqueza arqueológica da ilha, criando uma coleção de grande valor, sobretudo por ser mantida na própria ilha, e que inclui enormes igaçabas, que podem ter sido usadas para armazenar água e/ou como urna funerária. Muitas são lindamente decoradas, o que atiçou o interesse de contrabandistas desde os tempos do Império. Há painéis explicativos sobre as escavações na ilha, uma bela coleção arqueológica de tangas de cerâmica e também de caretas, como chamam as carinhas em relevo que decoravam os vasos.

Logo ao chegar na pousada conheci um arqueólogo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), José Luís dos Santos Peixoto, que



Representações de pessoas e animais se misturam nos apliques, às vezes com rica decoração em cores.



Essa urna é decorada com um lagarto com cara de gente, além de ricos motivos geométricos excisos.



As tangas de cerâmica eram de uso ritual e identificavam o clã da sua portadora, talvez entrando na puberdade.

veio conhecer Marajó, aproveitando o congresso em Belém. Comentou que achava um absurdo tão poucos congressistas terem se interessado por visitar a ilha onde praticamente começou a arqueologia amazônica e sobre a qual se deu a grande polêmica entre os especialistas, com os Evans e seus seguidores, de um lado, e Lathrap, Carneiro, Roosevelt e Schaan, do outro[4]. Trata-se, até hoje, da discussão sobre se existiram ou não sociedades complexas na Amazônia, o que seria atestado, entre outros fatores, pela existência de cerâmica sofisticada como a marajoara.

4 Marajó representou um desafio para mais de duas dezenas de estudiosos desde o século XVII. Citados por Denise Schaan, reuni as seguintes referências, que não esgotam a lista: Padre Antônio Vieira (1659, publicado em 1992), Charles Frederick Hartt (1871), Ferreira Penna (1877), Orville Derby (1879), Ladislau Netto (1885), Julian Steward (1948), Helen Palmatary (1950), Peter Paul Hilbert (1952), Meggers & Evans (1957), Robert Carneiro (1961), Donald Lathrap (1970, 1985), Mário Simões (1967, 1971), Charlotte Otten (1971), Claude Lévi-Strauss (1978), Nigel Smith (1980, 1995, 2002), Anna Roosevelt (1980, 1987, 1991, 1997, 1999), Eric Hobsbawn (1983), J. Hemming (1983), Clifford Geertz (1983), Berta Ribeiro (1987), William Balée (1989, 1993), Darell Posey (1989), Timothy Earle (1990), Meggers (1992, 2001), Antonio Porro (1994), Patricia McAnany (1995), a própria Denise Schaan (1999, 2004, 2007, 2009), além de vários outros contemporâneos entrevistados nesse livro.

O POMO DA DISCÓRDIA DOS ARQUEÓLOGOS

– Não houve **uma** cultura de floresta tropical, mas **muitas** diferentes culturas, em diferentes lugares, durante um **longo** período de tempo – afirma Anna Curtenius Roosevelt, a primeira norte-americana a conseguir escavar na Amazônia após a chegada de Betty Meggers e Clifford Evans, que escavaram nas ilhas Caviana e Mexiana ainda nos anos 1940.

Roosevelt chegou a Marajó pela primeira vez em 1983[5], a convite do então diretor do Museu Goeldi, o geofísico José Seixas Lourenço, com quem escavou também em 1985. Depois, com outros parceiros, Anna voltou em quatro temporadas entre 1986 e 1988[6]. Ela explica por que a Ilha de Marajó é especialmente interessante do ponto de vista teórico: há mais de 100 anos vários estudiosos vêm identificando abundantes vestígios cerâmicos da elaborada cultura pré-histórica de construtores de aterros, os chamados tesos, vestígios esses caracterizados como do Horizonte Cultural Policrômico:

– Para os modernos arqueólogos que defendiam a teoria do determinismo ecológico limitante, os vestígios [marajoaras] constituíam um considerável desafio para a teoria ser aplicada na Amazônia – ironiza Roosevelt, referindo-se claramente a Meggers e Evans. – Se os solos eram tão ruins, como tal cultura teria florescido? Só poderia ter sido introduzida por invasores das civilizações agrícolas dos Andes, e que rapidamente teriam decaído no indesejável ambiente da floresta úmida tropical. Os próprios aterros seriam centros cerimoniais vazios, não habitados – segue ela, discordando com veemência.

Roosevelt quis testar em Marajó a teoria que se aplicava no Médio Orinoco, na Venezuela, onde o milho teria substituído a mandioca em importância como fonte de alimento, ainda que combinado com pesca, caça de pequenos animais e outros vegetais nativos. Naquela região caribenha, o cultivo intensivo de milho, nos últimos tempos pré-históricos, teria coincidido com um significativo aumento da população e dos vestígios de habitação. A antiga cerâmica de motivos geométricos e zoomorfos teria passado a privilegiar a figura huma-

5 ROOSEVELT, A. C. "A historical memoir of archaeological research in Brazil (1981-2007)" em *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Arqueologia amazônica: hisória e identidades,* v.4 nº. 1, janeiro/abril de 2009, págs. 155-170.

6 Entre os parceiros destas e das escavações no Baixo Amazonas estão Guilherme de la Penha e Adélia de Oliveira Rodrigues, ambos tendo dirigido o Museu Goeldi em diferentes momentos.

na feminina, que Roosevelt especula ter relação com a reprodução e a agricultura. Enfim, uma sociedade complexa, que poderia ser chamada de cacicado[7].

Ao não encontrar em Marajó os vestígios de milho que esperava, Roosevelt lançaria mão do conceito de heterarquia para explicar a organização política que teria existido na ilha: um sistema onde não haveria um controle centralizado vertical, mas consensual. Ela é categórica ao sustentar que não encontrou sinais de uma hierarquia política centralizada.

Anos depois, Denise Schaan concordaria com os questionamentos de Roosevelt ao modelo determinista mas proporia um outro modelo de ocupação, em que o manejo ambiental da pesca, e não o milho, teria garantido a sobrevivência de sociedades complexas por cerca de 1.000 anos, como veremos nesse capítulo. Hierarquizadas.

HIERARQUIA OU NÃO

Segundo Denise Schaan, vários estudiosos antes dela já haviam constatado a existência de uma hierarquia entre os aterros, definida pela área, altura e tipo de cultura material, inclusive com a presença de objetos líticos que indicava a troca a longas distâncias, pois na ilha não havia rochas. Só que os Evans explicavam a origem dessas sociedades como resultado de difusão de uma cultura que veio de outro lugar e teve que se adaptar aos recursos locais, como o consumo de amido da palmeira buriti, segundo Meggers publicou em 2001[9]. Para eles, a impossibilidade de uma agricultura intensiva teria levado essa cultura ao declínio.

Ao ter a gentileza de ler os originais desse capítulo, Cristiana Barreto sugere que aqui se destaque a posição de Eduardo Neves. Para ele e toda uma nova geração de arqueólogos da Amazônia, esse papel atribuído à

7 ROOSEVELT, A. C. "Interpreting Certain Female Images in Prehistoric Art" em MILLER, V. E. (Ed.) *The Role of Gender in Precolumbian Art and Architecture*, págs. 1-34. Lanham: University Press of America, 1998.

8 ARNOLD, J. E. (ED.). *Emergent Complexity: The Evolution of Intermediate Societies*. Archaelogical Series, 9. Ann Arbor: International Monographs in Prehistory, 1996; e EHENREICH, R. M.; CRUMLEY, C. L.; LEVY, J. E. (Eds.). *Heterarchy and the analysis of complex societies*. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, no. 6. Arlington: American Anthropological Association, 1995.

9 MEGGERS, Betty J. "The Mistery of the Marajoara: an ecological solution", *Amazoniana* XV, págs. 421-440, 2001.

agricultura, como condição para o surgimento de sociedades mais complexas, é uma visão eurocêntrica que não corresponde à realidade amazônica, com sua abundância de recursos naturais. A agricultura teria se intensificado na região apenas na época da colonização.



Eduardo Neves explica a Anna Roosevelt sobre os sítios que escavou na Amazônia Central, próximos a Manaus, após o II Encontro Internacional de Arqueólogos da Amazônia, em 2010.

Denise Schaan acredita que houve diversos cacicados na ilha – não apenas um – cujos aterros são próximos a lagos e cabeceiras de rios, localização que difere dos sítios das fases anteriores e que são de alta produtividade de recursos aquáticos. Essa característica é explorada até hoje pelas populações nativas nos 70% da área inundada de savana durante a estação chuvosa[10].



Conheci Denise Schaan como parceira de Anna Roosevelt em Santarém, no Pará, em 2009.

Roosevelt declarou em 2007, no artigo já citado, que Schaan seria a parceira ideal para aprofundar as pesquisas em Marajó, buscando a organização econômica, social e ritual dos sítios. Particularmente quanto aos cemitérios, ela, Anna, gostaria de explorar a organização por gênero e idade, comparar a saúde dos indivíduos com diferentes culturas materiais, entre outros. Quando conheci as duas, em 2009, elas eram parceiras em Santarém, na foz do Tapajós, onde importante cultura floresceu depois de Marajó. Mas algum tempo depois desfez-se a dupla. Ambas são brilhantes cientistas e de personalidade forte, pena que se afastaram. Perdeu a arqueologia da Amazônia. Ainda falarei bastante das duas, que encontrei em mais de uma ocasião nessa minha rota atrás dos arqueólogos.

---

10 Ver Anexo III - Períodos do desenvolvimento cultural de Marajó, segundo Denise Schaan, à pág. 579

ATERROS, TESOS, CERRITOS E *LLANOS*

Foi justamente a proximidade de vários tesos, como o Teso dos Bichos, escavado por Anna Roosevelt, que levou nós dois, o professor José Luís Peixoto, por um lado, e eu, por outro, à escolha de Cachoeira do Arari para a visita à ilha. Além, é claro, do Museu do Marajó, reorganizado por Denise Schaan e mantido por alguns de seus antigos colaboradores.

Peixoto me explica que no Pantanal há planícies de inundação semelhantes às de Marajó e, como aqui, existem aterros artificiais de manejo ambiental, lá chamados de *aterros*, enquanto aqui são os *tesos*. No sul, conta ele, essas mesmas construções são chamadas de *cerritos*. Peixoto é gaúcho, formou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi aluno de Arno Kern e de Pedro Schmitz, com quem trabalhou oito anos no Pantanal. Ele também visitou Llanos de Mojos, na Bolívia, mais uma planície de inundação, e fez um paralelo entre essas regiões.

A hipótese de trabalho do professor gaúcho é que a ocupação do Pantanal teve origem na Bolívia, ideia que ele vem amadurecendo de uns anos para cá. Ele deixou de olhar para Assunção, ao sul, ou para a Amazônia, ao norte, e passou a olhar para o oeste, onde o planalto boliviano está bem mais próximo, cerca de 500 km do rio Paraguai até lá. Em tempos históricos, aquela região era ocupada pelas missões jesuítas conhecidas por Chiquitanias, quando o lugar ainda era habitado por muitos grupos diferentes: paiaguases, guaitós, guaicurus e tobas, entre outros.

Tempos depois eu conheceria em Manaus o norte-americano Clark Erickson, da Universidade da Pensilvânia, grande estudioso de Llanos de Mojos, e iria até Cobija, capital de Pando, a província boliviana vizinha do Acre, também amazônica, como conto nos capítulos 7 e 8.

- Aqui os sítios são um pouco mais recentes, entre mil e mil e poucos anos atrás – retoma o arqueólogo da UFMS. – Lá no Pantanal temos de 3.000 a 1.000 anos AP, mas o modo de ocupar a planície é bem semelhante. Muda, obviamente, o material cerâmico, os remanescentes de fauna que eles caçavam, etc. Mas lá eles construíram em áreas topograficamente mais elevadas por natureza, e utilizaram essas áreas para fazerem seus acampamentos, suas aldeias mais permanentes. Eles não interferiram diretamente na questão hidráulica, como comprovadamente era feito em Llanos de Mojos. Pelos estudos da Denise Schaan, parece

que também aqui em Marajó eles teriam feito esse tipo de manejo, construindo represas em algumas áreas próximas aos tesos. Eu quis observar isso aqui pessoalmente.

Segundo Denise Schaan, ao cavar para formar o teso, formam-se naturalmente os "tanques" que serviriam para represar os peixes quando a água baixa. Alguns dos aterros, construídos no leito de pequenos rios, teriam funcionado inicialmente como barragens. A observação das "baixas" junto aos tesos já tinha sido feita por antigos viajantes[11], mas para Schaan os aterros não são para escapar das cheias sazonais e, sim, um sistema de manejo hidráulico.

Pelo modelo ecológico-econômico que apresentou, Schaan acredita que os cacicados surgiram nas cabeceiras dos rios, inicialmente com base na cooperação de várias famílias, interconectando construções como barragens, lagos, aterros e caminhos elevados. O poder acumulado pela garantia de recursos aquáticos o ano todo e o seu excedente teria gerado a formação de uma elite, controladora desses recursos e, consequentemente, detentora de um poder político e religioso.

CONTRIBUIÇÃO DE ROBERT CARNEIRO

Já em 1960, quando o antropólogo Robert Carneiro chegou ao sudeste do Peru para estudar os Amahuaca, da **família linguística Pano**, ele notou a existência de trincheiras com cerca de 2 km de extensão e uns dois metros de profundidade, e que pareciam cercar uma península. Era na região fronteiriça com o Brasil, na altura do Acre, onde hoje os geoglifos estão sendo estudados até por *drones*.

Carneiro conta que esse projeto no sudeste do Peru foi para dar continuidade à pesquisa de Harry Tschopik, etnólogo que morreu de repente, em 1956, no meio da missão junto aos Kampa, como já falamos no capítulo 1. É o próprio Carneiro quem detalha a história da coleção peruana que foi parar no American Museum of Natural History, dando origem a esse projeto de pesquisa. Um certo guarda civil peruano, Raul de los Ríos, vendeu uma coleção da região dos rios Ucayali e Madre de Dios, sabe-se lá obtida de que forma, para um ricaço norte-americano, da New York Staff Exchange. Provavelmente o ricaço a encaminhou ao museu. Foi essa coleção que desencadeou o trabalho arqueológico nessa região do Peru.

11 DERBY, Orville. "The artificial mounds of the island of Marajo". *American Naturalist* 13:224-229, 1879. Citado por Denise Schaan, op. cit., 2009.

ARQUEOLOGIA E LINGUÍSTICA

Em outubro de 2011 houve em Brasília o Encontro Internacional de Arqueologia e Linguística Histórica das Línguas Indígenas Sul-Americanas, Pelas Terras Altas e Baixas da América do Sul. A iniciativa foi da Pontificia Universidad Católica del Peru e da Universidade de Brasília, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, e do CNPq, do Ministério de Ciência e Tecnologia.

A própria realização do evento foi mais um passo para consolidar a cooperação entre as várias instituições de pesquisa e favorece o desenvolvimento de ideias interdisciplinares referentes à pré-história linguística e cultural do nosso continente.

Entre os participantes, lá estava o veterano Aryon Dall'Igna Rodrigues, linguista que deu os fundamentos para a hipótese do arqueólogo Eurico T. Miller quanto à origem dos Proto-Tupi-Guarani no sudeste de Rondônia, como já mencionamos.

No caso da **família linguística Pano**, por exemplo, foi discutido que nessa família linguística existe uma característica designada por "concordância do participante". Pode-se supor, portanto, que esse traço seja oriundo do Proto-Pano.

A diversidade linguística impressionante no nosso continente parece ser um sinal da riqueza de soluções de sobrevivência encontradas pelos vários grupos ancestrais de nossos indígenas, que, a exemplo da especiação na biologia, acabam desenvolvendo características culturais próprias.

Em 1992, Anna Roosevelt criticou o determinismo ecológico ao dizer que a um mesmo ambiente não corresponde apenas uma única adaptação ecológica cultural. Diferentes interações com outras sociedades e diferentes impactos humanos no habitat devem ter contribuído para diferentes adaptações através do tempo. Talvez possamos entender as línguas como produtos culturais desse processo.[12]

O antropólogo começou também a estudar as características do cultivo da mandioca, como sua produtividade e o tempo que uma mesma roça pode ser cultivada. A partir de uma fórmula que criou, como ele mesmo me explica, calculou que era possível que a mandioca sustentasse

12 ROOSEVELT, A. C. "Secrets of the Forest: An Archaeologist Reappraises the Past – and Future – of Amazonia". *The Sciences,* págs. 22-28, novembro-dezembro de 1992.

cap3.indd 140 27/08/2015 15:12:43

uma aldeia de pelo menos duas mil pessoas, tese que iniciou a briga com Betty Meggers.

– Lathrap e Roosevelt pensaram, como eu, que a selva podia ter dado lugar a culturas complexas – explica Carneiro.

ORIGEM DA CERÂMICA E DO ESTADO

O grande antropólogo e arqueólogo Robert Carneiro me revelou uma "teoria" sua, que ele jamais escreveu, disse ele, sobre a origem da cerâmica:

– Nessa época não havia agricultura. Os povos eram caçadores, coletores, pescadores. E seguramente comiam muitos mariscos. Mas precisavam cozinhá-los. Como se cozinha? Bem, isso é só uma ideia... – justifica ele, com um gesto vago. – Fizeram então um buraco na areia, mas como a água iria desaparecer, forraram o buraco com barro. Fizeram um fogo, que endureceu o barro, colocaram pedras aquecidas e então acrescentaram a água, que ferveu e, por fim, os mariscos. Ficaram com uma vasilha muito tosca de barro cozido, que podia conter água. Então pensaram: se no final ficou assim, vamos começar desse jeito, podemos dar melhor forma. E assim teria começado a cerâmica – conclui ele, com um sorriso[13].

Robert Carneiro, que tinha 82 anos quando o entrevistei em Belém (2009), me explicou como seus estudos etnoarqueológicos o levaram a formular uma tese sobre a origem do Estado[14]. Ele começou a trabalhar, no Alto Xingu, no Brasil, com os descendentes dos três maiores troncos das línguas da Amazônia, o Tupi-Guarani, o Arawak e o Karib.

Como veremos ao longo do livro, vários traços culturais, como a cerâmica, são associados aos troncos linguísticos, mas sempre com muita cautela por parte dos estudiosos de cada especialidade. Ao que parece, é tudo muito "móvel", os grupos interagiram de diferentes formas em diferentes períodos em relação a diferentes características.

Só para se ter uma ideia da complexidade desse quadro, quando Caldeira Castelo Branco chegou ao Pará para fundar a capitania, no século

13 Segundo André Prous, "os sambaquianos do litoral catarinense cavavam pequenas fossas nas acumulações de concha, que revestiam de argila para torná-las impermeáveis. Dessa forma, podiam usá-las como recipientes para receber líquidos e até ferver a água, jogando nela pedras quentes." *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país* , pág. 37. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

14 CARNEIRO, Robert L. "A theory of the origin of the State". Science, vol. 169: págs. 733-738. 1970.

XVII, a ilha de Marajó teria nada menos que 29 tribos, falando línguas absolutamente diferentes umas das outras, como citou o Padre Antônio Vieira, referindo-se a algumas das tribos: Anajás, Aruans, Mapuas, Pancacas, Guajarás e Pixipixis. Já o Padre Bettendorf mencionou apenas 7 tribos, que não entendiam umas as línguas das outras e viviam em guerra, como os Sacacas e os Joanes, que viriam a dar nome à ilha inteira.

Carneiro ficou tão impressionado com a riqueza de vestígios, que sempre dizia que um jovem arqueólogo poderia fazer toda uma carreira escavando apenas no Xingu. Esse arqueólogo seria Michael Heckenberger, que se dedicou aos índios Kuikuro – cuja ascendência mais marcante seria do grupo linguístico Arawak, construtores de plataformas de terra – e foi parceiro de Eduardo Neves no projeto Amazônia Central, como já mencionamos. Carneiro foi de sua banca de doutorado, em Pittsburgh.

– A tese dominante sobre a origem do Estado era que a agricultura permitia a geração de um excedente e assim alguns se divorciavam da produção de comida para se dedicar a outras atividades, como a metalurgia, etc.[15]

Nunca me agradou essa tese. E eu via os Kuikuro, com a cultura da mandioca, que rendia mais que a agricultura dos Incas, com uma aldeia autônoma de duas mil pessoas, enquanto os Incas tinham um império de 12 mil pessoas. Não era só a agricultura que fazia a diferença.

O contraste entre a Amazônia e os Andes levou Robert Carneiro a formular a teoria em que três fatores são decisivos para explicar a revolução política: o ambiente, a pressão demográfica e a guerra.

– Guerras existiam tanto na Amazônia como nos Andes. Por três milhões de anos a humanidade viveu em agrupamentos autônomos, foi difícil superar essa etapa. Na Amazônia, as aldeias sempre eram autônomas. Já nos Andes, sobretudo na costa, isso não era possível. Os que perdiam na guerra forçosamente tinham que se submeter aos vencedores, não havia para onde fugir, como na floresta. E se formaram, pela primeira vez, múltiplas aldeias, unidades políticas interligadas. Posteriormente, eu aplicaria esse mesmo modelo para explicar outras culturas, como ao longo do rio Nilo ou do Tigre. Assim surgiram os Estados.

15 Tese marxista expressa na obra de Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicada em 1884. Engels baseou-se nos estudos do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan sobre tribos indígenas do estado de Nova York – em seu livro *A Sociedade Antiga* – para fazer uma análise materialista de como a sociedade é movida pela necessidade de se reproduzir, fisica e economicamente, através do trabalho e da família. Segundo Morgan, ao Estado Selvagem, seguiriam a Barbárie e, então, a Civilização, com correspondentes estruturas familiares.

cap3.indd 142 27/08/2015 15:12:43

ROOSEVELT EM MARAJÓ

Carneiro conta um detalhe sobre o financiamento da pesquisa de Anna Roosevelt, que era do National Museum of the American Indian, de Nova York. Como esse museu estava para fechar, por falta de recursos, foi absorvido pelo Smithsonian. Só que Roosevelt brigou com o diretor Roland Force, a quem ela acusou de ineficiente numa carta para um jornal. Claro que foi mandada embora pelo diretor criticado.

– Ela já estava pesquisando em Marajó e tinha uma verba da National Science Foundation – revela ele. – Foi meu chefe, Craig Morris, que a tornou pesquisadora associada do Museu [American Museum of Natural History], para que ela pudesse receber essa verba –. E acrescenta: – Roosevelt não é tímida. Se pensa algo, diz logo e escreve.

A própria Anna Roosevelt se descreveu numa antiga entrevista ao New York Times: "Sou temperamental, franca e dura. Mas a maioria de meus colegas gosta de mim e acredita que eu faço um trabalho interessante".[16]

Anna foi gentilíssima comigo durante todo o tempo em que acompanhei seu trabalho no porto de Santarém, por cerca de 15 dias. Eu ainda a reencontraria em Manaus, no ano seguinte, no II Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia, em 2010.

Foi a única vez em que efetivamente participei de uma escavação: ela me incentivou a diretamente ajudar a desenterrar uma urna funerária, num local que deveria ser liberado a curto prazo para a ampliação do terminal de exportação de cereais do porto. Também me explicou em detalhes como registrava em seu laptop Mac o diário da escavação. Aliás, ela e os alunos (americanos e ingleses) tinham cada um o seu Macintosh, manuseado no próprio sítio, numa grande mesa e, claro, bem sujinhos. Fez questão de incluir o meu nome nos trabalhos daquele dia. Ela mesma, munida de uma pequena colher de arqueólogo, demonstrou como era a escavação por nível natural e, não, por decapagens de 10 centímetros:

– Ali naquele canto, onde tem aquela mancha, é uma feição que pode ser um fogão, por exemplo. Então vamos adiante, para caracterizar a sua forma, não vamos cortar o nível explicou-me ela, numa tradução livre que faço agora. Aliás, ambas fazíamos um esforço de comunicação, misturando inglês e português.

---

16 *"I'm temperamental, outspoken and tough. But most of my colleagues like me and think I do interesting work."* Entrevista a John Noble Wilford, do New York Times, publicada em 23.04.1996.



Com uma écharpe prendendo o chapéu, Roosevelt se protege do sol enquanto escava na terra preta do Porto de Santarém.

Sempre com um chapéu de abas grandes e luvas, especiais para filtrar os raios UV, além da camisa de manga comprida, nem por isso ela se poupava das muitas horas de trabalho ao sol. A pele muito branca e os olhos azuis justificavam os cuidados. Entre os que trabalharam vários anos com ela, como eu vou apresentar no capítulo sobre Santarém, todos são agradecidos pelo que aprenderam e pelo respeito e carinho com que sempre foram tratados. Mas sei que o contato acadêmico com os colegas não foi tão tranquilo. Anna é firme, séria no trabalho, ecológica nas preocupações, inclusive da própria alimentação. Levava lanchinhos nutritivos e saudáveis para o campo, que nos oferecia. À noite, se recolhia cedo em seu quarto no hotel em que estavam todos, para escrever e descansar.

Ela conta que se interessava por Arqueologia e História Natural desde que se lembra. Chegou a estudar Grego e Latim, e um pouco de Hebreu e Aramaico. Até "descobrir" o Novo Mundo. Trocou a Universidade da Pensilvânia pela Columbia, para estudar a América do Sul, e foi curadora do Museum of American Indian, que tornou-se o National Museum of the American Indian.

Até hoje acha que o milho poderia ter sido cultivado intensamente na várzea tropical, como no vale dos rios Nilo e Ganges ou no cinturão do milho dos Estados Unidos. Comprovou o seu cultivo no vale do Médio Orinoco (delta do rio Apure), na Venezuela, onde escavou em 1974 com Irving Rouse, Fred Olson e José Cruxent. Em 1981 e 1982 mergulhou no estudo das coleções amazônicas do museu em que trabalhava, constatando as contradições entre os vestígios encontrados e suas interpretações. Convenceu-se de que houve muitas fases de ocupação antiga de caçadores-coletores, que certamente também eram pescadores e coletores de mariscos. E muitas fases formativas culturalmente complexas. Até descobrir o "caminho das pedrinhas" para escavar na Amazônia brasileira, quando conheceu o diretor do Museu Goeldi.

– Lourenço e eu recrutamos, cada um, vários colaboradores – conta ela – sendo vários geofísicos da Universidade Federal do Pará (UFPA),

como Bruce Bevan dos Estados Unidos, e arqueólogos como John Douglas, Linda Brown, Fernanda Arauz, Kitty Machado, Maura Imazio da Silveira, Dirse Kern e Marcos Magalhães. A sondagem geofísica computadorizada[17] foi de uma ajuda inestimável por nos dar uma visão da estrutura e conteúdo dos tesos antes mesmo da escavação.

Não se tratava apenas de conhecer a natureza física dos tesos, mas era a chance de datá-los, assim como todos os artefatos materiais, identificando a comida e demais vestígios do ambiente, destaca Roosevelt. Convenceram-se de que os tesos tiveram longas ocupações, desde o início da nossa era[18] até por volta de 1100 ou 1200 EC. Já as culturas sub-andinas do Equador, de onde supostamente teria vindo a cultura da fase marajoara, teriam começado apenas depois que esta desapareceu, conforme as datações radiocarbônicas, apesar de serem consideradas do mesmo Horizonte Policrômico.

– Além disso – acrescenta ela –, assim como os antigos pesquisadores que estiveram nos sítios que escavamos, encontramos muitas feições domésticas, como fogões, pisos e lixeiras, além de enterramentos e vestígios de banquetes. Ou seja, os tesos também eram locais de habitação. Concluímos que os recursos disponíveis eram suficientes para manter uma substancial atividade doméstica bastante elaborada.

Anna Roosevelt ainda discordaria dos deterministas ecológicos quanto à classificação da Ilha de Marajó como terra firme tropical, isto é, característica dos interflúvios. Para ela, conforme aparece nas imagens de radar, Marajó é uma região de várzea, de planície inundável. Ainda assim, Roosevelt ressalta que algumas regiões de interflúvio na Amazônia também têm ricos solos agricultáveis, como na própria Amazônia Equatoriana.

Nos anos seguintes, ela escavaria em outros sítios do Baixo Amazonas, tendo descoberto as mais antigas datações da região no sambaqui fluvial da Taperinha, em Monte Alegre, e inscrições rupestres hoje submersas no Curuá, além do salvamento arqueológico no sítio do Porto, em Santarém, onde a conheci. Todas elas são assunto do capítulo 9.

---

17 ALVES, J. A. e LOURENÇO, J. S. "Métodos geofísicos aplicados à arqueologia no Estado do Pará". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - série Geologia*, v. 26, págs. 1-52, 1981; BEVAN B. W. e ROOSEVELT, A. C. "Geoarchaeological Exploration of Guajara. A Prehistoric Earth Mound in Brazil" em *Geoarchaeology*, v. 18, no. 3, págs. 287-331, 2003; e ROOSEVELT, A. C. "Geophysical Archaeology in the Lower Amazon: A Research Strategy" em EL BAZ, F. e WISEMAN, J. R. (Eds.) *Remote Sensing in Archaeology,* págs. 435-467. New York: Springer, 2007.

18 Como já mencionamos, "nossa era", ou Depois de Cristo (DC), também é chamada EC (Era Comum).

A TRADIÇÃO PANTANAL E OS NÍVEIS DE INUNDAÇÃO

Pergunto ao professor Peixoto, em nossa conversa em Cachoeira do Arari, se ele acredita que tenha havido sociedades complexas no Pantanal.

- Nossa pesquisa é relativamente recente, vem desde 1990 - explica ele. - É muito pouco tempo para entrar nessa discussão se houve ou não sociedades complexas. Quero entender como esses grupos ocupam uma determinada planície, como eles vivem e como se relacionam. Talvez nos próximos 20 ou 30 anos se possa entrar nessa discussão. É uma região muito grande, praticamente metade do Pantanal, já identificamos mais de trezentos sítios, mas decidimos escolher alguns para aprofundar o estudo. Atualmente trabalhamos nas lagoas da borda oeste do Pantanal, bem próximo da Bolívia, são oito grandes lagoas cujo entorno foi densamente ocupado pelos grupos mais antigos do Pantanal. Acredito que se estivéssemos empenhados em localizar novos sítios, seriam mais de mil ao longo de 500 ou 600 km de rio.

O professor Luiz Peixoto me explica que a região estudada por ele, a Lagoa de Cancela, tem vários tipos de aterros associados à altura da inundação. O profundo domínio de conhecimento que esses povos tinham sobre o regime de cheia e de seca deve-se à ocupação das planícies de inundação há cerca de 5.000 anos. Mesmo a maior cheia registrada pela Marinha nos últimos 100 anos não inundou os aterros mais altos, de 3 e 4 metros de altura. A maioria dos aterros, como em Marajó, tem de 2 a 4 metros.

- Voltei agora de uma visita a um teso com 5 ou 6 metros, é dos tesos mais altos. Lá no Pantanal, os colegas que trabalham com remanescentes de fauna conseguiram caracterizar como a sobrevivência era ligada à água, muitos peixes, moluscos. Eram pescadores, coletores e caçadores. Identificamos uma diferenciação de sítios, mas não temos escavações de grande superfície, são sítios de 4 m^2, 12 m^2. Em alguns, que chamamos de sítios centrais, temos escavações maiores, onde obtivemos datações de algumas centenas de anos, às vezes 1.000 anos, com sepultamento primário, secundário, muita cerâmica.

Lembremos que o sepultamento primário é o que a cultura judaico-cristã costuma fazer, o enterramento puro e simples do defunto, que pode ser dentro de um caixão. Naquele tempo, numa urna. O enterramento secundário pressupõe o descarnamento do morto, cujo corpo é depositado com esse fim num jirau ou provisoriamente enterrado. No momento

seguinte, faz-se algum tratamento e/ou decoração dos ossos para então enterrá-los dentro de uma urna menor, cuja complexidade da decoração indica o prestígio do falecido.

Do ponto de vista da cultura material, José Luiz Peixoto denominou de tradição Pantanal a do grande grupo distribuído ao longo do rio Paraguai, sobretudo na região das oito grandes lagoas. Mais ao sul da cidade de Corumbá, por exemplo, tem uma diferenciação na decoração plástica, mais ao norte é uma cerâmica mais simples, mais alisada. Mas aí há também objetos de adorno, como colares, em sepultamentos. "Estamos ainda estudando se são grupos distintos ou de povos que participam da mesma identidade étnica".

O professor Peixoto destacou a importância do trabalho arqueológico nesses aterros, resultado de um manejo ambiental tão singular:

- Quando se estudam sítios ocupados por milhares de anos você tem ali verdadeiros bancos de dados para o futuro. Porque a planície de inundação é muito dinâmica, com informações de 100 anos talvez não se possa entender seu funcionamento, é necessário estudar sobre muito mais tempo. Foi extremamente inadequada a introdução do gado no Pantanal e do búfalo aqui, eles mudam totalmente a dinâmica do sistema.

DESENHANDO OS PADRÕES MARAJOARA

No dia seguinte eu conheceria de perto o nível de destruição de vários tesos, pisoteados pelo gado bovino e bubalino – os búfalos, introduzidos há décadas na ilha. Justamente porque não inundam, esses pontos mais altos são um refúgio natural quando a água começa a subir. Fomos num velhíssimo *Land Rover,* conduzido por Paulo da Gama Câmara, que na ocasião exercia o cargo de Secretário de Ação Social de Cachoeira do Arari. Paulo trabalhou com o padre Giovanni Gallo durante quase dez anos, acabando por desenhar os vários motivos da cerâmica marajoara em papel quadriculado, para serem reproduzidos em bordado de ponto cruz pelas mulheres da região.

Antes dele, dois outros rapazes tinham iniciado esse trabalho, o Celso e o Cássio, contou Paulo. Um detalhe curioso: o padre era daltônico, e achava que as cores das cerâmicas eram só preto, vermelho e branco, como se tornou difundido. Mas tanto Paulo como Cláudia, sua esposa, costureira e hoje dona de uma confecção de roupa bordada com os motivos marajoa-

cap3.indd 147 27/08/2015 15:12:43



Paulo desenhou os motivos marajoaras que sua mulher, Claudia, borda no ateliê de costura.



Claudia na varanda da casa da família e ateliê

ras, convenceram o padre que havia os outros tons, como o marrom, o laranja, o ocre, o creme[19].

Denise Schaan acrescenta que as nuances são resultado também da dificuldade em controlar a cor final, o ceramista quer fazer um vermelho, por exemplo, mas pode ficar meio rosa ou alaranjado: "O próprio engobo branco nunca é bem branco, às vezes é creme ou acinzentado. Fizemos uma experiência com ceramistas que nós levamos para o campo. Coletamos argila do local e eles encontraram uma argila cinza que quando queimou ficou branca. Mas há peças em que tem uma pinturinha laranja, amarelada, com contorno vermelho. Então aí fica clara a intenção de fazer a diferenciação."

- Graças ao padre Giovanni, a gente começou a se enxergar - explica Paulo. - A gente começou a descobrir o Marajó, entender a importância que a nossa terra tinha para o mundo. Eu tinha 18, 19 anos, comecei como voluntário num grupo de ação comunitária que organizava eventos no município e também ajudava no museu. Aí ele precisou de alguém para trabalhar direto com ele, contratado pela prefeitura, e o prefeito me indicou. A gente brigava muito, mas acabamos amigos, ele me entendia. Pena que não realizamos outro dos seus projetos, que seria desenhar as caretas, as expressões faciais que os marajoaras colocavam nos adornos dos vasilhames.

Depois que o padre morreu, Paulo se tornou diretor do Museu. Graças ao estímulo do padre Giovanni, Paulo fez vários cursos, formou-se ceramista e restaurador e se tornou um administrador. O conhecimento com Denise Schaan foi por acaso, conta ele.

19 GALLO, Giovanni. *Motivos Ornamentais da Cerâmica Marajoara, modelos para o artesanato de hoje.* Belém: SECULT, 1996. Os modelos exclusivos do Ateliê Arari, da Claudia, são de fino acabamento, não se vê um nó pelo avesso. Quando visitei o ateliê, ela estava fazendo uniformes para os funcionários da Secretaria de Ação Social, bordados a mão, em ponto cruz, com motivos marajoaras.

DENISE SCHAAN EM CACHOEIRA DO ARARI

- A Denise veio fazer um trabalho técnico no museu e começou a fazer o trabalho de campo. O motorista do carro dela era o meu irmão, João de Deus, que é mecânico. Um dia o carro deu problema aqui perto e ele trouxe ela e a filha aqui em casa, para tomar uma água, um café. Ficamos amigos e ela passou a pedir para a gente quando precisava de alguma coisa, medir uma peça do museu, coisas assim. A Denise fez um projeto e convidou a Claudia, minha mulher, para coordenar o **ponto de cultura** do município, e eu ajudei. A partir daí a gente começou a ir para o campo. Cada vez que um vaqueiro amigo vem me contar que viu alguma coisa interessante eu vou lá checar e digo para a Denise. Ela espera o verão ou, se interessar muito, vem assim mesmo e vai olhar os sítios. Quando marca uma expedição com os alunos dela, sou eu que faço toda a infraestrutura aqui, providencio o alojamento, etc.

PONTOS DE CULTURA, PROMESSA DE REVITALIZAÇÃO

Os **Pontos de Cultura** foram criados em 2003 no mandato de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, para estimular o fazer cultural onde ele realmente acontece, onde as pessoas vivem. Foi um indiscutível marco da inclusão social. Instalados em garagens ou casas das pessoas, os pontos de cultura se interligavam com o salão da igreja, a associação do bairro e assim por diante, ganhavam um mínimo de estrutura do governo, como um computador ou uma ilha de edição de vídeo, e com isso se integravam a uma verdadeira rede social. O de Cachoeira do Arari funcionou no Museu do Marajó.

Chegaram a existir mais de 3.000 pontos de cultura no país, até em tribos indígenas e comunidades quilombolas, mas depois foram se desestruturando. Em 2014 criou-se formalmente a Política Nacional de Cultura Viva, com a proposta, entre outras, de reativação dos Pontos de Cultura, priorizando a Cultura Inclusiva, os Pontos de Mídia Livre, a Cultura de Redes, a Acessibilidade Cultural e a Cultura LGBT. É ver para crer.

Chega uma amiga, Ianê Seabra, assistente social. Ela entra na conversa, que está acontecendo na varanda da casa de Paulo e Claudia. Ianê confirma que quando era criança não tinha nem noção da existência da cerâmica marajoara. O padre Giovanni Gallo, antes de se instalar em Cachoeira do Arari, morou em Santa Cruz do Arari, mais para o interior, a cinco horas

de barco. Quando chegou em Cachoeira – já veio corrido de Santa Cruz pelos poderosos do lugar – ele trouxe o museu. O atual prédio estava abandonado, Ianê lembra que brincavam de correr e de esconder dentro dele, era uma fábrica falida de beneficiamento de peixe.

- O padre era muito comunicativo, havia um grande carinho entre ele e a comunidade - descreve Ianê. - A gente sempre conversava. Quando me casei e tive uma filha, ela sempre brincava lá [no museu], desde pequena. Ela nasceu em 1983, com cinco anos já conversava com o padre. Quer dizer, já cresceu tendo ideia do povo que existiu no Marajó e que deixou algo para ser estudado e chegar ao conhecimento da população.

Ianê trabalha no museu há cinco anos. Para os nativos, explica ela, os que fizeram aquela cerâmica eram os seus antepassados:

- A Denise ministrou vários cursos sobre Educação Patrimonial, Valorização da Cultura, eu participei de todos. Com esse conhecimento passei a entender melhor o que o padre queria. Hoje eu também estou na luta pela preservação e conservação disso tudo, porque como cidadã e filha de Cachoeira aprendi a valorizar a cultura que é nossa.

Claudia concorda:

- A cultura marajoara nós herdamos dos índios, que quando nascemos já não existiam. Mas essa herança sempre vai estar com a gente, é importantíssimo o trabalho do padre Giovanni e depois o da Denise, que trouxe muitas oportunidades para o município. Graças a ela, através do projeto financiado pela Petrobras, foi criada a reserva técnica, e foi feita a revitalização do museu.

TESO DOS BICHOS E O CAMPO NA SECA

O velho *Defender* 110 avança sobre o campo, onde não há estrada, porque tudo isso inunda na cheia. São os campos de várzea, ou campos da Hileia, característicos dessa região e de outros pontos do estado do Pará. O chão é irregular, o solo é de piçarra, argiloso e compacto, meio pedregoso. A paisagem é desolada, aqui e acolá um pequeno morrote tem alguma vegetação meio rasteira, árvores pequenas ressequidas, muitas arrancadas, as raízes à mostra. No verão se formam as terroadas, fendas profundas no solo. Passamos por peões a cavalo, conduzindo uma manada.

Depois de rodar uma meia hora, paramos na Fazenda São José. Não se vê movimento. Dentro da casa, no alto, não há móveis. Paredes e chão

são de tábuas. Embaixo da casa, uma canoa no seco. Passamos por dois quartos que dão para o corredor, com algumas coisas penduradas à parede, redes. Na cozinha o fogo está aceso no fogão a lenha, feito de adobe, dona Neuzinha cozinhando o feijão. Duas galinhas estão chocando num canto da cozinha. Não há armários, tudo é pendurado, inclusive a tampa das panelas, seguras à parede por um barbante esticado.



As árvores nem sempre resistem à época da cheia e ao pisoteamento do gado no tempo da lama.

Ela passa os dias assim, sozinha, os empregados da fazenda só voltam à noite. Os filhos, três, estão em Cachoeira estudando, já são grandes. Imagino quando o campo está inundado, aí mesmo que o isolamento é total. Da casa se vê um pequeno teso, com uns bois debaixo das pequenas árvores. Fico pensando nos desalojados das enchentes Brasil afora, se tivessem casas como essa não teriam o que perder. Sobretudo se as matas não tivessem sido destruídas nem os rios assoreados, mas isso já é outra história.

O Teso dos Bichos não é muito diferente. Descubro que o irmão do Paulo, João de Deus, também trabalhou como motorista de Anna Roosevelt, nos anos 1990. O teso tem a designação técnica de PA-JO-21: Teso dos Bichos[20].

Em 1991, Roosevelt publicou não ter encontrado evidências para o cultivo do milho, mas de uma economia baseada na pesca sazonal e na coleta. Anos mais tarde, em 1999, ela propôs que todos os aterros seriam funcionalmente parecidos e que as sociedades marajoaras não seriam centralizadas – sistema de heterarquia –, como já falei no começo do capítulo.

Ouvimos agora a descrição do Paulo, segundo o que o irmão lhe contou, de como foi a escavação no Teso dos Bichos, que mudaria a história da arqueologia amazônica:

20 Todo sítio arqueológico cadastrado no IPHAN tem uma designação em que as duas primeiras letras são as que identificam o estado, as seguintes são escolhidas pelo arqueólogo, para designar a região – no caso, JO de Johannes – e o número é o da sequência em que foi registrado, portanto o Teso dos Bichos deve ter sido o 21º. a ser escavado. Seguem dois pontos e o nome pelo qual é conhecido na região. No começo de 2015, constava na página virtual do IPHAN a existência de 19.000 sítios cadastrados no país.

- Fizeram alguns buracos de um metro por um metro e colocaram sondas, muitas sondas. Eles conseguiam enxergar através da ultrassonografia o que estava ao redor. Daí detectavam onde era o cemitério, onde era a cozinha.

A ESTRATIGRAFIA NATURAL DE ANNA ROOSEVELT

- Foi a Anna Roosevelt que me segurou na Amazônia, porque eu não aguentava mais aquela catação de cacos da metodologia do PRONAPABA - confessa Maura Imázio, até hoje arqueóloga do Museu Goeldi, em Belém. Maura descreve como era o trabalho, segundo o manual de Meggers e Evans:

- Era fazer aqueles buraquinhos de dois por dois metros e catar caco, catar caco, analisar caco e pronto. Usava-se uma estratigrafia artificial, de 10 em 10 centímetros, não importa se tem diferença de cor, se mudou de camada, vai misturando tudo, é 10 em 10 e catar caco. Quase não tinha lítico, porque também eles não reconheciam e aí não coletavam, a não ser que fossem objetos polidos.

Como já contei, vi Anna Roosevelt trabalhando diferente disso em Santarém. Explica Maura:

- A Anna coleta tudo, trabalha com superfícies mais ampliadas, é muito legal trabalhar com ela, fiquei encantada! E ainda tem toda a tecnologia: o que agora se está começando a utilizar, ela já usava em 1983, todos os aparelhos de geofísica, a topografia, a gente passava por todas as etapas da pesquisa. Então comecei trabalhando no Marajó, depois fomos para Santarém, depois Taperinha, aí Monte Alegre.

Maura Imázio certamente foi a arqueóloga brasileira mais constante ao lado de Anna Roosevelt. Acompanhou a norte-americana em escavações até na República Centro-Africana, mais um país africano dilacerado pelo colonialismo europeu e ditaduras corruptas, bem no coração da África. Roosevelt queria fazer um paralelo entre as formas de ocupação pré-históricas da floresta tropical lá e cá. Foi obrigada a interromper a pesquisa pelos graves conflitos na região.

- Trabalhar com a Anna Roosevelt foi o que me manteve na arqueologia – reconhece Maura. – Aí fiz o mestrado em Carajás, com o material da Gruta do Gavião, trabalhei com zooarqueologia.

Como o sítio era pré-cerâmico, só tinha líticos e ossos, Maura escolheu estudar os ossos.

– E a tese de doutorado foi aqui em Saquarema, no Rio de Janeiro, no Sambaqui do Moa - lembra ela.

Tanto o mestrado como o doutorado de Maura foram sob a orientação de Silvia Maranca, com quem ela chegou a escavar também na Serra da Capivara, do Piauí, na Toca do Meio, sítio com datações pleistocênicas como as do Boqueirão da Pedra Furada.[21]

ACHADOS NO TESO DOS BICHOS

- Quando a Anna chegou em Marajó, começou pelo Teso dos Bichos. Aí foi uma briga danada, o Simões não queria que ela entrasse. E ela entrou porque era o Lourenço o diretor do Museu e foi ele quem convidou, ele era geofísico. Usavam vários aparelhos para a leitura da subsuperfície, radar, magnetômetro, sismógrafo, medidores de radioatividade, condutividade. Cada um detecta um tipo de anomalia, elas formam uma assinatura com a sobreposição dos mapas. Então determinado tipo de assinatura quer dizer que é uma urna, outro tipo de assinatura revela um forno, ou um fogão, ou uma fogueira, ou um enterramento. Aí a questão é você escavar e ver a recorrência daquele tipo de assinatura. No futuro não vai precisar escavar porque já se vai saber que ali está assinalada determinada evidência.

Maura não economiza elogios:

- Foi Anna Roosevelt quem deu impulso à arqueologia amazônica, até então era só Betty Meggers quem reinava. Anna foi a única que a desbancou. Depois vieram o Michael Heckenberger, o Eduardo Neves, a Denise Schaan, aí vem todo mundo, mas primeiro foi ela. Com toda a tecnologia que ela desenvolveu, nos sítios que escavou ela encontrou um monte de coisas que a Meggers passava por cima, os fogões de Marajó, os pisos, o que só é possível com a decapagem por níveis naturais. Acho que foi uma grande contribuição que ela deu, essa maneira de entender a Amazônia, porque a ideia da Betty era que tudo começou nos Andes e veio se acabar na floresta, esse lugar terrível, inóspito! E é justamente o contrário, Taperinha tem a cerâmica mais antiga de todas as Américas, 8 mil anos! Ainda falta muita pesquisa, mas já sabemos que existiu um grande contingente populacional na Amazônia, sim, e bem antigo.

21 Ver meu livro *O Paraíso é no Piauí, a Descoberta da Arqueóloga Niède Guidon*, *op. cit.* Lembremos que pleistocênicas são datações de, no mínimo, 11.500 anos, época em que começou o Holoceno.

No Teso dos Bichos, com 2,5 hectares e altura de até 7 metros, parcialmente erodidos, Roosevelt encontrou vestígios de cerca de 20 grandes habitações, cada uma com 6 a 12 fogueiras, dispostas em torno de uma praça oval, com marcas de postes que seriam de cobertura vegetal, o que a levou a calcular que o teso teve entre 500 e 1.000 habitantes. Esse cálculo estima quantas pessoas se reúnem em torno de cada fogueira, em média. Fazendo uma analogia etnográfica com o Xingu, por exemplo, que também tem grandes casas comuns, cada unidade familiar tem a sua própria fogueira.

No oriente do teso, ela identificou cerca de 12 estruturas alongadas de fogões, com 1 x 0,50 m cada no sentido leste-oeste, contendo cinzas, restos carbonizados de pequenos peixes mas também de pirarucu, numerosas sementes e frutas silvestres. Grandes superfícies estéreis foram interpretadas como plataformas cerimoniais, mas vários conjuntos de enterramentos com até 15 m de diâmetro reuniam centenas de urnas, em até três camadas sobrepostas. As mais antigas eram maiores, com ossos de indivíduos saudáveis, a maioria homens, robustos, alguns crânios com achatamento deliberado, “em mitra”[22].

Roosevelt supõe ainda que a existência de tangas e estatuetas fálicas femininas celebrariam a dominação mítica das mulheres, fundadoras de linhagens matrilineares[23]. A ocupação foi contínua ao longo de séculos, concluiu Roosevelt, com visível evolução da decoração cerâmica, que desapareceu após seu apogeu, ao contrário da hipótese de decadência feita por Meggers, Evans e Simões.

Vale ressaltar que, em meados do século XX, ainda prevalecia a visão dos primeiros exploradores de Marajó, amplamente divulgada por Charles Frederick Hartt[24], Ferreira Penna[25] e Ladisláu Neto[26]. A partir das primeiras

22 **Mitra** é um grande turbante usado pela alta hierarquia das igrejas cristãs, inclusive o Papa, que tem duas faces achatadas. Alguns povos da América pré-colonial tinham o costume de achatar a cabeça das crianças com o uso contínuo de duas tábuas, como os Maias (América Central) e os Omágua (Amazônia Ocidental).

23 Cf. PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. Matrilinear é a transmissão do parentesco pela linhagem materna, ou seja, de mãe para filha ou de mãe para nora, se ela só tiver filho homem.

24 HARTT, Charles Frederick. “The Ancient Indian Pottery of Marajó”. *American Naturalist*, vol. 5. Salem: 1871.

25 FERREIRA PENNA, Domingos S. “Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, vol. II. Rio de Janeiro: 1877.

26 NETO, Ladisláu. “Investigações sobre a Arqueologia Brasileira”. *Arquivos do Museu Nacional*, vol. VI. Rio de Janeiro: 1885. Alagoano, formado na Sorbonne e durante anos naturalista do Jardin des Plantes, em Paris, foi considerado o “pai da arqueologia brasileira” por ter sido o primeiro a estudar de forma sistemática a cerâmica de Marajó.

descobertas no teso do Pacoval, ainda chamado de "ilha", todos concordavam que a cerâmica enterrada em camadas parecia decair em qualidade técnica e ornamentação quanto mais rasa estivesse. Daí concluíram que essa rica cultura viveu um processo de inexorável decadência até desaparecer, "recaindo nos domínios da barbária", segundo Penna.

SOB AS PATAS DOS BÚFALOS

O aspecto do Teso dos Bichos é desolador. Muitas gerações de saqueadores já passaram por ali, mas a quantidade de cacos é impressionante. Num lado do teso, com cerca de dois metros de altura, um local cavado revela cacos ricamente decorados com desenhos excisos, numa cerâmica avermelhada. A terra meio enegrecida sugere que ali se fazia fogo. Do outro lado, Paulo me revela que tiraram grandes igaçabas coloridas.

- Aqui parece que foi uma área de descarte – diz Paulo. - Eles faziam muita cerâmica e a perda era grande. Eles jogavam fora e os cacos iam se misturando com o solo. Esse aqui, por exemplo, é um pedaço de tanga... - diz ele pegando um caco abaulado, referindo-se às tangas de cerâmica decoradas que se supõe terem tido uso cerimonial, como possivelmente a cerimônia de entrada das meninas na puberdade.

Fábio e Nilton, amigos de Paulo, nos acompanharam, vão providenciar o almoço. Também estão conosco duas crianças, o Fabrício e o João, filho do Paulo. Paramos na



A técnica da pesca de arrasto deve ser a mesma dos velhos tempos.



Os búfalos se banham na mesma água enlameada em que é pescado o nosso almoço.

lagoa Taperebá, ou o que sobrou dela a essa altura da seca. Os dois rapazes entram rapidamente na água enlameada, cada um segurando um varão com que esticam a malhadeira – como chama esse tipo de rede – verticalmente, e vão caminhando para fazer o arrasto. Já não há muitos peixes, eles desenroscam os poucos que se prenderam na rede, e que são mortos com pancadas na cabeça. Um pouco mais longe, quatro ou cinco búfalos parecem ignorar a nossa presença, nem se mexem de dentro da mesma água enlameada em que nosso almoço está sendo pescado.

Incrível a eficiência dos rapazes. Rapidamente aparecem o óleo, o sal, o fósforo, um junta a lenha da fogueira enquanto outro limpa o peixe, claro que na mesma água enlameada da lagoa. O peixe é assado com escama e tudo, dentro da fogueira. Aparecem pratos de alumínio e gentilmente me oferecem um peixe pronto. Além de remover o couro, tem a ciência de como se livrar das espinhas. O tempero é o molho de pimenta que eles trouxeram, e que eu recusei delicadamente. O peixe não tem muito gosto e confesso que tanta lama me tirou um pouco o apetite... Lembrei do padre Giovanni contando que saía com os homens para pescar, sem água para beber, levando uma semana para voltar com o peixe já salgado, mas todo mundo se divertindo.

DENISE SCHAAN É FISGADA POR MARAJÓ

Denise Pahl Schaan também se apaixonou por Marajó. Ainda em Porto Alegre, onde nasceu – a família é de Taquara, mesma cidade de Eurico Miller – Denise se interessou pela Amazônia, através de um artigo de Anna Roosevelt, indicado por uma colega, que falava das sociedades complexas da região. Ela resolveu fazer o mestrado de Arqueologia mapeando as viagens dos grandes exploradores desde o século XVI, só que esse trabalho já tinha sido feito. Mas na PUC do Rio Grande do Sul havia uma linha de pesquisa em Arqueologia Amazônica, onde estavam Klaus Hilbert e J.P. Brochado, aluno de Donald Lathrap.

– Conversando melhor com o Brochado, ele falou que tinha uma coleção de cerâmica marajoara na Universidade de Santa Catarina, era de um dentista que começou a escavar na ilha de Marajó por conta própria e foi reunindo um museu na casa dele, que acabou na universidade quando ele morreu. Chamava-se Tom Wild, o acervo estava lá meio que jogado num depósito. Passei um mês lá olhando as peças, fazendo desenho. E foi assim que tudo começou.

DECIFRANDO OS LABIRINTOS

"A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara" teve um grande impacto não só no meio acadêmico, lembra Denise, também sobre as pessoas em geral, os artesãos, os ceramistas. Segundo ela, Brochado conta que havia vários desenhos na parede do laboratório e ele ficava lá olhando, tentando adivinhar o que significavam: "Um dia o Lathrap disse pra ele tirar aquilo tudo dali porque só estava dando dor de cabeça". Pois Denise fez a mesma coisa ao chegar em casa e cobrir as paredes da sala com seus desenhos. Para descrever essa experiência, certamente intensa, ela começa a falar usando o tu, como gaúchos e paraenses têm o costume:

– Eles faziam uma decoração muito complicada na cerâmica, realmente às vezes tu olhas, aquilo te cansa, tu não consegues ver as coisas direito, é meio labiríntico. Mas quando tu começas a desenhar aquilo, tu és obrigado a reproduzir, tu começas a ver a lógica do desenho, porque eles fizeram pra cá e pra lá, as coisas que são feitas repetidas, mais ou menos parecidas ou não.

Posso imaginar o encantamento da antropóloga ao intuir a decodificação daquela linguagem:

– Comecei a perceber que tinha figuras que eles apresentavam de forma realista: a cobra, o jacaré, o escorpião. E tinham as de forma simplificada, como se fossem só as linhas, digamos assim, e eu comecei a ver esses elementos, o que seria uma estrutura do desenho do animal, uma forma de expressão não realista, mais iconográfica. Quando eu falei isso para o Brochado e mostrei para ele, falou: "Poxa! É mesmo!" E aí foi legal porque a gente sozinha pensa se não está "viajando"... Daí eu fui adiante.

Na síntese feita por André Prous[27], existem vários estilos regionais de cerâmica dentro da subtradição Marajoara da tradição Policroma (alguns autores dizem Polícroma). Por exemplo, o de Camutins e o de Pacoval do Arari, e os elementos gráficos teriam evoluído com o tempo. Cada tipo apresenta uma decoração dominante, sendo que as urnas funerárias, as igaçabas, eram antropomorfas e os ossos dos mortos eram pintados de vermelho, após o descarnamento.

As de tipo "Joanes pintado" têm a forma globular e figuram uma cabeça humana, com uma face de cada lado do vaso. Os olhos, grandes e redondos, parecem os de uma coruja (= noite, morte), e Prous os

27 PROUS, André, *op.cit.*, pág. 114 e segts.







O acervo do Museu do Marajó revela a riqueza dos vários estilos marajoaras.

compara ao deus mesoamericano Tlaloc. A boca, descarnada, pareceria a dos seres do inframundo dos maias. E entre as orelhas inseria-se um ser fantástico, com olhos parecidos a escorpiões (Para Roosevelt, o seu veneno representaria o poder das mulheres-pajés, que poderiam matar feiticeiros em seus transes).

Já as urnas de tipo "Pacoval inciso" representam um corpo feminino completo, com olhos de escorpião e cabeça de urubu-rei (ligado ao descarnamento), associada a uma cobra (a cobra-grande, a cobra-canoa), por vezes substituindo os braços. A superfície dessas urnas é sempre coberta por um engobo[28] esbranquiçado

28 **Engobo**, do francês *engober*, significa "envolver de terra", a peça de cerâmica "para disfarçar a cor natural", segundo Houaiss. É a cor de fundo, esbranquiçado ou avermelhado, sobre a qual se faz a decoração por pintura, incisão ou excisão. É obtido por um banho da peça na argila diluída com tintura.

cap3.indd 158 27/08/2015 15:12:52



Os olhos da coruja podem ser em "grão de café˜, que mais parecem búzios africanos, símbolo dos ancestrais.

e decorada por linhas espiraladas, incisas ou pintadas, que poderiam representar pinturas corporais, sempre segundo Prous.

As tangas triangulares, recobertas por engobo vermelho, às vezes têm fundo branco sobre o qual aparecem delicados desenhos geométricos ou zoomorfos, traçados com linhas vermelhas. Para Schaan, seriam desenhos identificativos talvez do clã de sua portadora. A representação, geralmente simétrica, do rabo do jacaré ou lagarto nas tangas, seria o tabu do contato das mãos masculinas, já que o jacaré é o senhor do lago, o dono da pesca, que protege as mulheres[29]. Prous destaca que a representação animal para elementos do corpo humano (olho = escorpião; braço = cobra, etc.), assim como a complementaridade entre os dois sexos na arte marajoara como um todo, seguiria a mesma concepção de várias culturas andinas, de **Chavín** até **Paracas**.

CHAVÍN E PARACAS: ORIGEM AMAZÔNICA?

Julio C. Tello, considerado o pai da arqueologia peruana, descobriu Chavín de Huántar em 1919 e Paracas em 1925, ambas culturas pré-incaicas complexas, com uma elite formada por militares e religiosos. Chavín foi de 1.500 a 500 AC e Paracas de 700 AC a 200 DC.

Donald Lathrap, o defensor do modelo "cardíaco" de irradiação cultural a partir da Amazônia Central, acreditava que a origem da cultura de Chavín fosse amazônica. De fato, a sua localização é voltada para a Amazônia, já que duas cordilheiras a isolam do Pacífico e as águas que a banham desembocam no Marañon, formador do Amazonas. Foi um ponto de ligação importante entre a costa, a cordilheira e a selva.

29 Schaan citando a antropóloga Silvia Maria Schmuziger de Carvalho, em seu artigo "O Duplo Jacaré", de 1975.

Seu descobridor, Tello, convenceu-se de que foi o berço da cultura peruana. Posteriormente, foram descobertos vestígios ainda mais antigos que reforçam a convicção de uma origem autóctone para as diferentes culturas que se desenvolveram no Peru pré-colonial, em lugar da tese difusionista. O principal deus de Chavín era um ser antropomorfo com feições e garras de jaguar.

A cultura de Paracas teve hábitos fúnebres bem peculiares, como as tumbas subterrâneas em forma de garrafa e os fardos funerários cônicos, envolvendo o defunto em várias mantas, ricamente tecidas em algodão, em cores vivas, com figuras antropomorfas e motivos geométricos. Eles faziam trepanações, cirurgias cranianas bem sucedidas. A elite buscava se diferenciar com os crânios em forma de mitra.

SOBRE AS TANGAS E OS FRACTAIS

Em 2014, o pós-graduando em arqueologia do MAE-USP, Emerson Nobre da Silva, apresentou no encontro da SAB-Norte em Macapá um trabalho sobre a Iconografia das Tangas Polícromas. Citando a tipologia feita por Cristiana Barreto, que informalmente orienta a sua tese, Emerson usou a noção de **pessoa fractal**[30] para interpretar as tangas.

O QUE É FRACTAL

Existe uma figura de linguagem que ilustra a noção de fractal: é a sinédoque, quando se toma a parte pelo todo. Quando se diz, por exemplo, "braços para a lavoura", evidentemente nos referimos às pessoas que irão trabalhar a terra, e não apenas aos seus braços. Através da parte, os braços, estamos falando de um todo, que é o indivíduo do qual os braços fazem parte.

A pessoa fractal não é um indivíduo nem um grupo, mas uma "entidade" cujas relações com os outros são parte integrante dela própria, subvertendo a oposição indivíduo-sociedade.

30 WAGNER, Roy. "The Fractal Person" em STRATHERN, Marilyn e GODELIER, Maurice (Orgs.). *Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

cap3.indd 160 27/08/2015 15:12:53

O interessante da noção, ainda que inspirada numa sociedade do outro lado do planeta, na Melanésia – fica na Oceania – é a possibilidade de mudar a perspectiva, como estamos aprendendo a fazer com nossos indígenas, através do perspectivismo ameríndio. Mas por ora voltemos às tangas.

Elas, as tangas, seriam imagens fractais das mulheres a que pertencem. No contexto amazônico, seria a representação de uma mulher compreendida como um agregado de pessoas, muitos corpos existindo num só. Ela é uma linhagem inteira, indiscutivelmente matrilinear. É o fim da dicotomia entre o indivíduo, no caso, a mulher, e a ancestralidade.

Todas as tangas possuem três partes no desenho:

1ª) Assemelha-se à borda das urnas;

2ª) É um motivo replicado, talvez sugerindo a duplicidade; e

3ª) Seria a "cara" da tanga, bem personalizada, ainda que algumas se pareçam.



Essa tanga do Museu do Marajó é pintada em laranja sobre engobo branco.

A TANGA DE BARRO DO PACOVAL

Em tempos em que éramos nós, brasileiros, considerados como "povo situado pouco acima dos negroides, abaixo dos amarelos, infinitamente distanciados dos brancos", tempos do Estado Novo fascista, ditatorial e nacionalista (1937-1945), impunha-se a necessidade de uma "firme diretriz americana, com o sentido de amor à terra, de compreensão e de valorização do índio, seu legítimo dono". Essas são palavras de Angyone Costa, militar erudito autor de *Indiologia*, obra publicada pela Biblioteca Militar em 1943.[31]

No ensaio "As confusas origens da Tanga", depois de longas considerações etimológicas que chegam ao sânscrito, Costa garante que os índios do Brasil andavam totalmente nus. Afirma ele que à tanga marajoara não cabem as antigas designações de *avental de pudicicia*, *folium vitis*, *babala* ou *babal, saia* ou *dragona*:

"A tanga de Marajó é artefato de barro ligado ao ritual, em conexão com o culto falolátrico [idolatria ao falo] que com ele coexistia na ilha. Prende-se ao período do matriarcado e interpõe-se a sua cultura entre as culturas andinas anteriores ao período do cacicazo [cacicado]. Não tem nenhuma ligação com a questão do pudor, que não existe entre tais grupos".

É conhecido o exemplo dos Pano (Oeste da Amazônia) em que as meninas usavam tangas de cerâmica durante o ritual de passagem para a condição de mulher, quando ficavam recolhidas.

SIGNIFICADOS NO CONTEXTO MARAJOARA

Denise Schaan ressalta[32] que "a unidade biológica e mental da humanidade faz com que os seres humanos utilizem símbolos similares para expressar suas emoções estéticas particulares, mesmo vivendo em locais distantes no espaço e no tempo". É o que Carl Jung chamou de "inconsciente coletivo".

31 COSTA, Angyone. *Indiologia*. Coletânea de ensaios. Biblioteca Militar, volume LXVI e LXVII. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1943. Professor de arqueologia brasileira no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, o autor foi um ardoroso defensor do olhar autóctone nas disciplinas agrupadas no chamado "americanismo", de enfoque europeu.

32 SCHAAN, Denise Pahl. *Cultura Marajoara*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009. Edição trilingue português/espanhol/inglês, págs. 233 e segts.





No Museu do Marajó encontrei essas estatuetas e apliques. Na foto reproduzida do acervo do Museu Goeldi dá para notar os detalhes dos olhos e da boca em escorpião, o sexo feminino e a pintura corporal em espiral, símbolo da cobra mítica.

No entanto, destaca a arqueóloga, "não vale a pena buscar as semelhanças nas representações em diversas culturas, mas compreender quais os significados que uma sociedade em particular atribui aos símbolos que seleciona."

Depois de considerar a existência de subestilos, cuja persistência demonstraria a reprodução de um determinado grupo social, ela define os que considera mais clara-

mente regionais no Marajó: as urnas funerárias do teso Pacoval, por um lado, e as urnas policrômicas dos tesos do Camutins e de Monte Carmelo, no rio Anajás, por outro.

Segue o detalhamento das técnicas decorativas – excisas, incisas, com apêndices – e as técnicas pictóricas – pintura e engobo, normalmente combinadas.

A autora se refere à pintura de áreas e de linhas, às formas das vasilhas, à riqueza na figuração de humanos e animais. Ora de forma naturalista ora estilizada, é frequente a representação de personagens híbridos. Quase sempre existe simetria e prevalece a forma plástica do suporte na representação do corpo humano, por exemplo.

"Existe forte simbolismo sexual, com a representação frequente de formas fálicas, como no caso das estatuetas e de apêndices de vasilhas, assim como de órgãos e características sexuais femininas", estas predominantes nas representações antropomorfas. Outras particularidades recorrentes são mencionadas, como "sobrancelhas e nariz unidos em T ou Y, pintura facial, adorno labial, adorno auricular, olhos circundados por escorpiões".

Schaan lembra algumas interpretações de outros autores, como a de Anna Roosevelt, de representação de espíritos canibais para a aplicação de cabeças ou faces sobre o abdômen de figuras humanas; ou o "endocanibalismo", também visto por Roosevelt, na representação de uma ou duas mãos enfiadas dentro da boca – ou seja, a prática de se comerem os parentes em rituais funerários, o que não chegou a ser comprovado.

A mesma autora sugeriu a forte sexualidade representada pelos pontilhados correspondendo aos pelos pubianos, já que os índios amazônicos costumam raspar os pelos. O antropólogo inglês Walter Roth (1861-1933) teria constatado essa característica simbólica especialmente em espíritos, evocados por índios da Guiana.

De um modo geral, diz Denise Schaan, entre as representações da fauna há predomínio das cobras, ligadas ao princípio da criação, associado a ambos os sexos, como antas e macacos. Ligados ao princípio feminino, estariam a tartaruga, o jacaré e a coruja; escorpião e onça seriam masculinos. A cobra, concluiu Denise, seria o ser mitológico mais importante da cosmogonia (universo mítico) daquele povo. A explicação seria porque, na mitologia amazônica, a cobra é associada à reprodução dos peixes. Portanto, a sua utilização simbólica pelo sistema religioso e ideológico seria

uma garantia de abundância dos recursos aquáticos e justificativa do seu controle pela elite dominante.

A GAÚCHA PARAENSE

Em 2004, Denise casou-se com o paraense André, que conheceu quando já tinha decidido se radicar no Norte, onde chegou como bolsista do CNPq no Museu Goeldi. Além do interesse acadêmico pela região, ela adora o clima, diz que só vai ao sul visitar a família quando não está frio. A filha, Ana Paula, postou nas redes sociais o orgulho de representar a mãe ao receber o prêmio de Destaque Científico do Ano de 2013 da FAPESPA, a Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Estado do Pará.

A oportunidade de iniciar o trabalho de campo em Marajó surgiu em 1997, era o salvamento arqueológico onde pretendiam construir um canal, bem no centro da ilha. Para continuar a pesquisa, conseguiu um financiamento do Earthwatch Institute, organização que financia projetos de pesquisa enviando voluntários previamente selecionados:

– Vem voluntário de lugares que você nem pode imaginar, da Austrália, do Egito, da Inglaterra, de vários lugares dos Estados Unidos. Aquela fauna se reúne, você pega uma equipe brasileira que não fala inglês, é algo! – diverte-se Denise. – Daí joga todo mundo lá no meio do mato em Marajó, onde não tem nada, nem água, nem eletricidade, olha, era divertidíssimo! O pessoal curtia muito, os brasileiros adoravam! Fiz isso dois anos, em 2000 e 2001.

Também em 2004 Denise tornou-se PhD em Antropologia Social pela Universidade de Pittsburgh, na Pensilvânia (EUA), com a tese "O Cacicado dos Camutins: Emergência e Desenvolvimento de Complexidade Social na Ilha de Marajó, Amazônia Brasileira". Baseado em cinco anos de pesquisa de campo, o trabalho desenvolve o modelo ecológico-econômico que explica como surgiram os cacicados marajoaras, a partir do estudo de caso do alto rio Anajás.

NOVAS FASES MARAJOARAS

Apesar de utilizar a tipologia originalmente criada por Meggers e Evans quanto à cerâmica, Denise estabelece fases de ocupação segundo o seu contexto. A fase marajoara teria quatro períodos: incipiente (70

cap3.indd 165 27/08/2015 15:12:56

AC a 400 DC); expansionista (400 a 700 DC); clássico (700 a 1100 DC) e declínio (1100 a 1300 DC). A fase posterior, Cacoal, de 1300 a 1600 DC, não seria caracterizada por um tipo específico de cerâmica, reunindo vários deles[33].

Os tesos mais importantes, para Denise, com funções cerimoniais, se localizavam na cabeceira dos rios, enquanto os utilizados apenas para habitação seriam os da parte baixa, divisão essa fruto da estratificação social. Mas esse processo só teria começado no período expansionista, quando surge a cerâmica mais sofisticada e as casas de chão batido sobre os tesos, em lugar das palafitas. Ela chega a aventar a hipótese da existência de escravos no período seguinte, que ela chamou de clássico, quando teriam surgido pequenos cacicados rivais. Na fase de declínio, talvez em consequência de mudanças climáticas ou da invasão dos Aruãs, alguns tesos teriam sido abandonados, as aldeias, fragmentadas, e as urnas se tornaram menores, com restos cremados.

Denise concordou com Carneiro (1981) quanto à origem não agrícola da base econômica dos cacicados (no caso, pesca intensiva graças ao manejo ambiental), e concordou com Roosevelt (1991) e Meggers (2001) quanto às fontes complementares de alimentação, seja a coleta de frutos e plantas silvestres e domesticadas, seja o palmito do buriti.

Com seu dom para traduzir em palavras simples uma teoria complexa, ela explica porque discorda de Betty Meggers e Clifford Evans ao associarem um povo com uma determinada cultura material, de forma rígida:

– Seria a mesma coisa que alguém entrar na tua casa e ver que tu tens dois conjuntos de louça, uma louça para o dia a dia e tens a louça de festa, e dizer que então ali tem duas famílias morando. A gente tem diferenças na nossa cultura material relacionadas à função dos objetos e as coisas podem mudar através do tempo. Tu podes ganhar mais dinheiro e comprar outra louça mais chique, podes aumentar a tua casa, são muitas as variáveis.

No caso de Marajó, Denise considera que inicialmente houve várias ocupações em que não se vê uma agregação entre várias populações, são vilas aqui e ali com cerâmicas parecidas mas com peculiaridades locais. A partir de um certo momento, começa a construção dos tesos: “A gente

33 Ver Anexo III - Períodos do Desenvolvimento Cultural de Marajó, segundo Schaan, à pág. 579

34 PALMATARY, Helen C. *The pottery of Marajo Island.* Filadélfia: American Philosophical Society, New Series, Volume 39, Part 3. 1950.

MARAJÓ, UM CENTRO COSMOPOLITA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Marajó foi uma área cosmopolita, na qual pequenos grupos com diferentes origens se estabeleceram, fizeram guerras, comércio e casamentos entre si, misturando, gradualmente, suas numerosas técnicas e tradições.

Pela multiplicidade da louça, essa foi uma das conclusões da norte-americana Helen C. Palmatary[34] (1884-1976), autora do mais completo estudo tipológico até então realizado sobre a cerâmica marajoara. Depois de quinze anos analisando o material do Museu de Gotemburgo, na Suécia, dos museus dos Estados Unidos e do Brasil, bem como coleções particulares pelo mundo, publicou em 1939 um livro sobre a cerâmica dos Tapajó e, em 1950, outro sobre a de Marajó.

Um grande mapa de correlações entre essas duas importantes áreas arqueológicas do Baixo Amazonas levou em conta também manuscritos inéditos de William Farabee, do University Museum, da Pensilvânia e correspondência do italiano Antônio Mordini, que escavou nos tesos dos Gentios e das Panelas, em Marajó.

Apesar da variedade, Palmatary encontrou alguma homogeneidade na cerâmica, como se uma "ideologia comum prevalecesse e insígnias religiosas gerais fossem aceitas". A cultura marajoara precisou de uma tempo bastante longo para aperfeiçoar as contribuições de fora e formar com elas "um todo de relativa uniformidade".

Os estudos posteriores e as datações radiocarbônicas confirmaram a duração de quase 1.000 anos da chamada cultura marajoara.

vê que se espalha pela ilha toda uma cerâmica muito parecida em todos os lugares. Tão parecida que pelo menos na cerâmica mais rústica não se consegue distinguir a de um lugar da do outro".

COMIDA, DIVERSÃO E ARTE

– Já com relação à cerâmica decorada existem certas variações regionais. Tem um determinado tipo de decoração que fazem em torno do lago Arari, que é uma superfície branca com incisões, e dentro de algumas incisões mais grossas é feita uma pintura vermelha, são peças ultra elaboradas. Esse tipo de decoração na cerâmica não encontrei lá no Alto Anajás.

O que Denise imagina é que determinadas áreas que já vinham sendo exploradas para a pesca se revelaram muito boas e permitiram, portanto, um aumento da população por causa da abundância de alimento. Os tesos surgiriam nas cabeceiras como uma forma de aproveitar esse recurso o ano inteiro, com o consequente domínio de um determinado território.

– Eles pescavam, faziam farinha de peixe, guardavam peixe seco, tinham proteína para o ano inteiro e daí podiam plantar mandioca em pequena escala, trocar mandioca com outras populações e viver de outras coisas. Feijão, abóbora e açaí, por exemplo, que é um alimento bem completo, tem proteínas e aminoácidos semelhantes aos que se encontram no ovo.

Quanto à organização social, ela ressalta:

– Esses povos não precisam, necessariamente, ter falado a mesma língua, podem ter sido povos que viviam na ilha antes e que, naturalmente, já deveriam ter relações de troca, com casamentos entre eles, mas que poderiam manter sua autonomia regional. Imagino que foi isso o que aconteceu em Marajó: vários pequenos cacicados que partilhavam uma cultura comum mas com suas peculiaridades. Quando encontramos sepultamentos de urnas funerárias semelhantes num determinado local, aquele cemitério certamente era da mesma família, da mesma linhagem. E isso só é possível observar no trabalho de campo, porque no museu as urnas estão todas misturadas, não conhecemos a procedência.

DIVERGÊNCIAS DE SCHAAN E ROOSEVELT EM MARAJÓ

Sobre o trabalho de Anna Roosevelt em Marajó, Denise lembra que ela começou sua pesquisa na Venezuela, onde se explicou a complexidade social surgida com o crescimento populacional, acompanhado da sedentarização, graças à introdução do milho.

– Ela veio para o Marajó querendo provar a mesma teoria, só que não encontrou isso. Aqui se tem notícia, inclusive, de que se plantava milho e mandioca, há os relatos etno-históricos. Mas a mandioca sozinha só tem caloria, não tem proteína. A fonte proteica da caça e da pesca é sazonal, uma sociedade precisa produzir alimento para estocar. Ela teve que admitir que eles viviam em cima da pesca intensiva e da coleta generalizada, aí ela tentou diminuir a importância da complexidade. No início ela tinha dito que era um enorme cacicado, um poderoso e grande cacicado. Depois ela já disse que não, que era uma sociedade toda fragmentada, com vários níveis, que tinha mais uma coisa de igualdade como se fossem sociedades menores,

a já referida estrutura heterárquica. É engraçado porque ela associa um tipo de organização social com uma certa economia e quando ela não encontra aquela economia ela descarta aquele tipo de organização social.

Anna Roosevelt pesquisou intensamente dois dos tesos-cemitério da fase marajoara, o Teso dos Bichos, onde estive, e o Guajará, publicando sobre eles em 1991. Ela descobriu que esses tesos-cemitério também tinham estruturas domésticas, sendo, portanto, locais de residência daquela elite, que assim mantinha proximidade com seus antepassados.

Schaan considera que Roosevelt subestimou ou não se deteve na análise da relação entre esses tesos e outros menores e mais numerosos, onde não havia uma cerâmica decorada nem enterramentos sofisticados. Daí, segundo Denise, ela concluir erradamente que a sociedade marajoara não seria hierárquica.

PALEOÍNDIOS E PAISAGEM

Quando conversei com Anna Roosevelt, em Santarém, ela estava mais preocupada em correlacionar os achados nas várias regiões, inclusive quanto à antiguidade dos vestígios, que remontariam a 11 mil anos AP, no caso da Pedra Pintada, em Monte Alegre, no Baixo Amazonas. Seriam os períodos paleoíndio e arcaico, entre 11 mil e 7 ou 8 mil anos AP, quando a floresta era muito mais fechada do que hoje. Ela também se entusiasmou ao descrever suas pesquisas no Congo, no coração da África, em que procurava estabelecer outros paralelos sobre a adaptação humana à selva equatorial.

Acabou se interessando profundamente pelo assassinato, em 1961, do líder da luta pela independência do Congo Belga, Patrice Lumumba, que foi de responsabilidade da CIA, ao lado dos governos da Bélgica e do Reino Unido. Anna Roosevelt usou o peso de seu nome para denunciar em vários artigos, indignada, a participação no crime do serviço de espionagem de seu próprio país.

Anos depois, Denise Schaan diversificaria seus interesses na Amazônia com a região de Santarém e os geoglifos do Acre, inicialmente sem se desligar de Marajó. Hoje, procura interligar o estudo desses diferentes povos sob a ótica da arqueologia da paisagem, que é a compreensão da paisagem como uma construção humana, em que o ambiente natural é modificado pelo social do homem. Ao longo do livro, encontraremos vários arqueólogos com diferentes formações buscando esse olhar sobre a floresta, que não seria virgem nem prístina (intocada) mas, sim, nativa. Cultivada pelos ancestrais dos nossos índios.

MARAJÓ E SANTARÉM: O QUE OS VELHOS ESTUDIOSOS DIZIAM

Encontrei num livro editado em 1952, de Frederico Barata[35], a curiosa comparação entre as cerâmicas de Marajó e Santarém. Como até então todos os estudiosos estavam convictos das teses difusionistas, chamava-lhes a atenção a sofisticação de ambas as cerâmicas, assim como as de Maracá e Cunani, do Amapá. E mais: estava em voga a ideia de que os motivos das cerâmicas teriam surgido a partir da cestaria, tese essa defendida por Heloisa Alberto Torres, aplicando a Marajó as conclusões de Max Schmidt[36].

Justamente porque na de Tapajós não se identificaram tais supostos vestígios de origem na cestaria, o autor concluiu que a arte de Santarém teria intenção sobretudo estética, sem a finalidade funerária das grandes igaçabas marajoaras, "como se ali o homem das selvas já sentisse a necessidade de cercar-se de objetos que lhe proporcionassem prazer aos sentidos".

Barata registraria que os ceramistas de Santarém, ao contrário dos marajoaras e muitas outras tribos "de nível inferior" ao longo dos rios Madeira, Oiapoque e Negro, não usavam técnicas de decoração cerâmica como a de *champ levé* (alto relevo), que Clifford Evans preferiu chamar de excisa. Trata-se da técnica de cavar o barro à volta do traçado do desenho. Tal diferenciação entre essas duas importantes culturas o fez supor terem elas origens diferentes. Pensava-se anteriormente que ambas teriam origem Arawak. Ferreira Penna, no final do século XIX, afiançou que os primeiros ceramistas, tanto de Marajó como de Maracá e Cunani, seriam Karib.

É interessante constatar que o universo acadêmico em que Meggers e Evans se moveram era unanimemente convencido de que a única explicação para vestígios culturais sofisticados na Amazônia era a intrusão de elementos de uma cultura exógena, como nos conta Frederico Barata.

35 BARATA, Frederico. *Arqueologia. As Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituição Larragoiti, 1952. Jornalista, crítico de arte, arqueólogo e colecionador, Barata criou o primeiro conglomerado de comunicação no Pará, nos anos 1950, ligado aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Reuniu importante coleção arqueológica, sobretudo da cultura dos Tapajó, que hoje integra o acervo do Museu Goeldi e foi estudada por Vera Guapindaia.

36 **Heloisa Alberto Torres**, como já dissemos em nota, foi diretora do Museu Nacional e a primeira mulher a ser professora da Divisão de Antropologia do Museu, tendo feito famosa expedição a Marajó em 1930. **Max Schmidt** é mais um alemão que optou por se radicar na América do Sul, no caso dele no Paraguai, onde viveu de 1931 até sua morte, 20 anos depois. Originalmente da Universidade de Berlim, Schmidt foi pioneiro em vários estudos etnológicos, particularmente na região pantaneira, tanto do Brasil como do Paraguai.

A civilização de Santarém era vista como de agricultores que, assim como os criadores de gado, "não necessitam de grandes dotes de observação e habilidade para ganhar a subsistência, ao contrário do caçador, que tem de descobrir e estudar a caça". Desde já, registramos o paradoxo, já que reconheciam na cerâmica de Santarém grandes qualidades estéticas, o que não corresponderia, segundo essa visão, ao estágio cultural de "agricultores".

Adiante: "Entre os caçadores, (...) a tarefa principal compete ao homem, [enquanto] a mulher era a oleira ou ceramista." Segue uma espantosa afirmativa: "Torna-se natural que lhe sobrasse o tempo necessário para se aprimorar na confecção dos seus trabalhos", referindo-se ao esmero artístico possível às mulheres em meio ao "nada" das atribuições domésticas, claro. Com o incremento da agricultura, função essencialmente feminina, a mulher iria abandonando a meticulosidade na cerâmica, mas esta "vai sendo suprida por uma liberdade interpretativa cada vez maior".

Aproveito para registrar uma interessante questão de gênero, que talvez esteja por trás da desvalorização em nossa cultura da função de plantar e colher, ter uma horta no fundo do quintal, comer do que se plantou. Tudo isso é visto como "coisa de pobre", último recurso de quem não tem dinheiro para comprar comida no mercado, como qualquer pessoa com vivência no campo pode constatar. Para plantar ser "coisa de homem", só se for em grande escala, como no agronegócio, imagino eu. Corresponderia à "caçada", algo grande, digno de um eficiente provedor.

Frederico Barata reconhece que nenhuma dessas regras pode ser aplicada rigorosamente a Marajó ou Santarém, "mesmo porque nas tribos ou nações indígenas do Brasil foram muito menos nítidas as posições [numa suposta escala civilizatória], não tendo os nossos silvícolas chegado a um ciclo propriamente de civilização agrícola e, sim, tão somente, ao de povos caçadores que já praticavam a agricultura."

Ele cita ainda o relato do padre Bettendorf, que registrou em sua *Crônica*, na segunda metade do século XVII, que existia entre os Tapajós uma certa Maria Moacara que "era princesa, desde seus antepassados, de todos os Tapajós, e chamava-se Moacara, que quer dizer fidalga grande, (...) a qual consultam em tudo como um oráculo, seguindo-a em seu parecer". Além dessa figura feminina proeminente, o padre registrou que os Tapajós falavam uma língua "própria e diferente", o que o obrigou a escrever um catecismo "na língua dos Tapajó".

O QUE ACHAM AS ARQUEÓLOGAS DE HOJE

Pergunto a Denise se ela vê correlação entre as culturas de Marajó e a de Santarém:

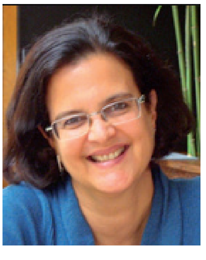
– Acho que elas foram parcialmente contemporâneas, certamente deve ter havido contatos. As estatuetas femininas, por exemplo. Tanto as de Marajó como as de Santarém têm uma base semilunar, são pessoas sentadas como se estivessem acocoradas com as pernas formando a meia-lua.

Denise ainda destacaria outra importante semelhança, a representação de cobras, recorrente em toda a cerâmica amazônica.

"Denise Schaan tem gerado muitas das ideias e hipóteses retrabalhadas na minha tese", destaca Cristiana Barreto, nos agradecimentos de sua tese de doutorado no MAE, "Meios Místicos de Reprodução Social: Arte e Estilo na Cerâmica Funerária da Amazônia Antiga", defendida em 2008.

OS POÇOS DE MEMÓRIA E A FASE POCÓ-AÇUTUBA

Conheci Cristiana Barreto, ou Kica, como é carinhosamente chamada, no meio da floresta fechada do rio Trombetas, no Baixo Amazonas, escavando ao lado de Vera Guapindaia, em 2010. Ali ela começou a elaborar o conceito de "poço de memória" para os bolsões com cerâmica ricamente decorada e diversificada, como um mostruário, o que lhe sugeriu terem sido enterrados propositalmente.



Cristiana Barreto descobriu os "bolsões de memória"

Essa hipótese teve eco junto aos arqueólogos de toda a Amazônia que lidavam com horizontes de cerâmicas mais antigas, que Eduardo Neves está chamando de pocó-açutuba[37], como veremos no capítulo 8. Tais bolsões de memória, feitos pelos autores das cerâmicas ou pelos seus sucessores, querendo enterrar os vestígios do povo que ali esteve antes, também foram descobertos em Santarém, no sítio Aldeia (Gomes, 2011), no sítio Hatahara, em Iranduba (Neves, 2008) e no sítio Boa Esperança, em Tefé (Costa, 2012).

Depois estive com Cristiana Barreto em sua casa, em São Paulo, e a reencontrei no Amapá, em 2014, quando finalmente consegui gravar uma

37 Ver BARRETO, Cristiana. "Modos de figurar o corpo na Amazônia pré-colonial" em ROSTAIN, Stéphen (ed). *Antes de Orellana - Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: IFEA, Flacso Ecuador, 2014.

entrevista (cometi o imperdoável lapso de esquecer a câmera ao procurá-la em São Paulo...). Ela se tornou uma especialista em cerâmica amazônica ao fazer a curadoria de importantes exposições mundo afora, a começar pela Unknown Amazon, em 2001.

Como boa parte de sua geração, Cristiana sonhou com a arqueologia ao ler Monteiro Lobato, particularmente "Os Doze Trabalhos de Hércules". Os pais, cientistas sociais, acharam lindo a filha querer ser arqueóloga. Apresentaram-na, então, a Ulpiano Bezerra de Menezes, que terminou sendo seu orientador de mestrado. Professor difícil, diz ela, mas que a ensinou a ser criteriosa.

O jeito meigo esconde uma grande erudição. É talvez a arqueóloga que melhor conheça o acervo da pré-história amazônica em todo o mundo, por ter visitado todos os museus da Europa, Estados Unidos e os da América do Sul. Privilegiando o estudo de objetos inteiros, de grande valor estético, ela se dedicou a trabalhar o estilo, as intenções e a "agência" dos objetos, isto é, "investigar a capacidade destes objetos de intermediarem ações sociais, o que ele, objeto, 'faz' e como 'age' na rede de relações sociais destas antigas culturas", explicou ela em sua tese. Assim como Denise Schaan, trabalhou com as imagens Marajoara, mas menos interessada no que elas representam, e mais em como elas agem.

A REPRESENTAÇÃO DO CORPO

– Passamos esse tempo todo analisando os potes abertos, os potes fechados, os potes do ponto de vista funcional, e nunca do ponto de vista simbólico – conta Cristiana, em nossa conversa nos jardins do Museu Sacaca, em Macapá, num intervalo das apresentações do encontro da SAB Norte, organizado em agosto de 2014 pela competente dupla João Saldanha e Mariana Cabral, que vamos conhecer no próximo capítulo.

Na sua tese, ela volta a olhar as urnas funerárias "do ponto de vista dos recursos imagéticos, empregados pelos artesãos marajoaras, para controlar a experiência sensorial, a maneira como as pessoas interagiam com estes objetos, no uso ritual funerário". Acabou por identificar duas tradições bem distintas de compor essas imagens rituais, e que talvez estejam associadas a dois universos cosmológicos de matrizes ancestrais bem diversas na Amazônia: a dos povos Arawak, que compõe corpos ancestrais e a dos povos Tupi, com uma iconografia de emblemas. Com isso, propõe que talvez as mudanças que levaram ao declínio da fase marajoara tenha a ver com processos de expansão dos povos Tupi por toda a bacia amazônica atingindo Marajó, com um *ethos* mais Arawak.

cap3.indd 173 27/08/2015 15:12:58

No projeto de pós-doutorado, também no MAE, Cristiana Barreto escolheu comparar duas sociedades diferentes, de contextos e épocas diferentes, mas que parcialmente se sobrepõem na cronologia, que são Santarém e Marajó, como mencionou Denise Schaan. Cristiana destaca que toda a etnologia ameríndia na Amazônia alerta para a importância do corpo como lugar de identidade; como os corpos são "cultivados" desde o nascimento até a morte para fazer com que os indivíduos se tornem parte integrante de uma identidade compartilhada pelo grupo. Diz ela:

– Existem elementos em comum entre as duas, tem um fluxo estilístico. Ambas são muito elaboradas e contamos com muitas estatuetas, inteiras, o que permite trabalhar com a concepção de corpo para cada uma. A forma de representar partes do corpo é muito semelhante. Nas estatuetas marajoaras, percebi toda uma linguagem metafórica, a forma fálica entrando em simbiose com a de um corpo em transformação, como o próprio pênis pode se transformar. Até a morfologia, o chocalho, seria uma analogia ao sêmen (referindo-se às pequenas pedras que provocam o som de chocalho dentro do oco das estatuetas fálicas). A divisão da composição do corpo, o que é cabeça, o que é tronco, o que são membros, bate também com a constituição do órgão sexual masculino. Aqui, é a capacidade de transformação corporal que é reiterada nas estatuetas.

Já as estatuetas de Santarém, Cristiana considera que têm um modo de representação de corpos muito mais "canônico", são modelos reproduzidos:

– Você tem uma diferenciação muito menor, são estatuetas femininas, sempre na mesma posição. Ou tem aquela clássica, semilunar, ou com aquele olho arregalado, ou ainda com aquele olho "chapadão", que eles chamam de grão de café, inchado, com o risquinho no meio (eu já disse que parece mais um búzio africano). Uma outra forma canônica é a mulher em pé, com a mão na cintura e cara de brava. São modos de representar tão repetitivos que devem ser personagens mitológicas, com suas características básicas representadas. É uma maneira muito mais naturalista de representar o corpo, e também mais narrativa, como se conta uma história. Na cerâmica Santarém, tem uma visão mais perspectivista, aquela coisa dos apêndices dos vasos de



A figura feminina da estatueta de Santarém está na mesma posição semilunar característica das de Marajó.



Já o vaso de gargalo, que pode ser para inalação ritual, tem a representação de um jacaré e de um urubu-rei.



Esse vaso de cariátides tem os apliques representando o urubu-rei.

cariátides[38], que se você olha de um lado é um urubu, se olha do outro vê uma pessoinha. Então, aqui o tema da transformação também aparece, mas é tratado mais pela forma como você vê do que como a coisa é

38 Cariátides são originalmente figuras humanas femininas que, na Antiguidade Grega, substituíam colunas ou pilares na arquitetura, como em vários templos. Na cerâmica tapajoara, elas são como alças que, na superfície do vaso, parecem sustentar o seu peso nas costas.

concebida. Acho que essa é uma diferença importante que se relaciona a diferentes tradições de figuração do mundo.

Cristiana considera que a arqueologia amazônica deixou de ser dominada por estrangeiros, como Meggers e Roosevelt, quando era uma guerra de modelos:

– Com essa nova geração que está vindo agora, com as pesquisas da Denise Schaan e seus alunos, com as pesquisas do Eduardo Neves e seus alunos, que são muitos, com as pesquisas do Goeldi – também com a geração pós-Simões – só agora começamos a ter dados empíricos para fazer o mapa dessa arqueologia e repensar esses modelos. Acho que a coisa virou, estamos partindo da empiria para construir novos modelos, acho que não vamos mais voltar aos antigos – conclui Cristiana Barreto.

AS COBRAS DE ANTES

Em 1783, o explorador Alexandre Rodrigues Ferreira esteve em Marajó e registrou a fala de um índio. Segundo o relato de Denise Schaan, ele contou a seguinte história:

> *"No começo, a ilha não tinha esse labirinto de rios. No meio da ilha, vivia um monte de cobras. Por causa de uma seca muito grande, as cobras resolveram sair e ir para a baía buscar água. Quando elas começaram a ir em direção da baía, o corpo delas era tão pesado que elas foram cavando até chegar na baía. Depois, quando choveu, esses caminhos de cobra se encheram de água e viraram os rios."*

– Outro dia um amigo meu historiador veio me contar: "Denise, tu não podes imaginar, tem a história da cobra entre a população quilombola do Marajó!" Ele então me falou do livro "Três Casas e um Rio", de Dalcídio Jurandir, em que uma negra velha explica a razão da seca. Ela diz que é a cobra que está indo embora do rio, com ela leva os peixes e a água e o rio vai secando. Como sempre acontece no verão, a água começa a secar nas cabeceiras, a água vai rareando e eles têm que fazer barragens senão eles ficam sem água. Chega um momento em que fica muito difícil, porque a pouca água que resta é salobra. O depoimento dessa negra é da década de 1950.

Uma aluna de Denise da pós-graduação na UFPA está fazendo uma

pesquisa junto a uma comunidade quilombola que foi expulsa de uma fazenda pelo atual proprietário. Os quilombolas se referem às mudanças que estão acontecendo na ilha:

> *"O rio hoje está bem mais baixo porque antes viviam duas cobras lá dentro, e uma delas foi embora. Quando as cobras respiravam, a maré enchia e quando as cobras expiravam a maré ia embora. Porque uma das cobras foi embora o rio agora está mais baixo."*

Sempre as cobras. Será muito difícil entender a sabedoria dessa explicação mítica para recuperar esse rio e tantos outros?

4

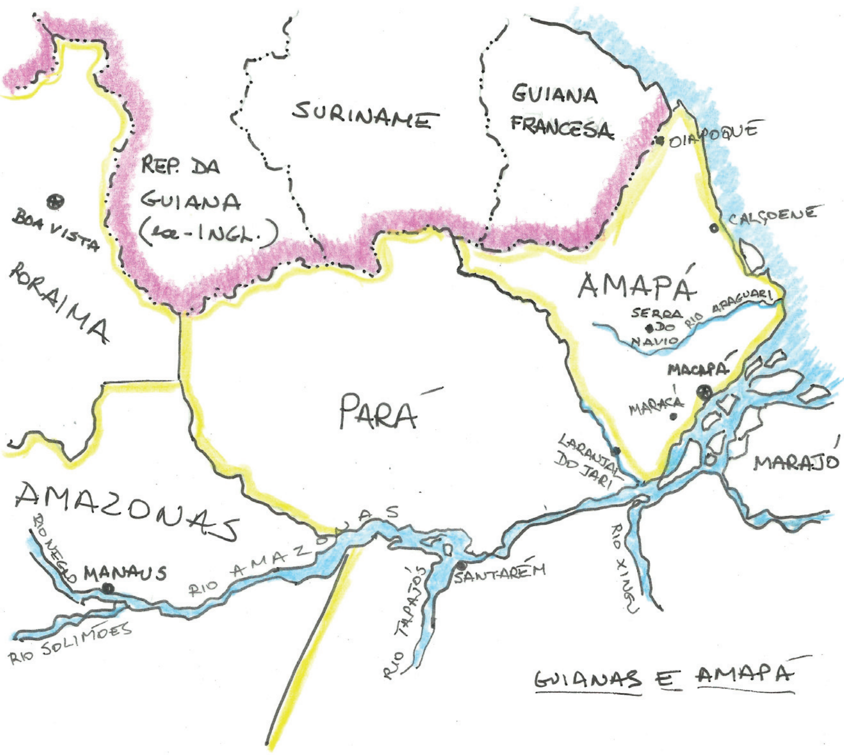


cap4_2.indd 178 27/08/2015 15:15:00

AMAPÁ, A GUIANA BRASILEIRA

DISPUTAS HISTÓRICAS

Do Oiapoque ao Chuí: assim aprendi na escola o tamanho da pátria Brasil, quando a gente se emocionava ouvindo o Hino Nacional e era proibido por lei usar a bandeira em canga de praia. Mas o Amapá, em tempos históricos, já teve mais da metade do seu território contestada como pertencente ao Brasil. Não só a sua posição ao norte da foz do Amazonas o transformou em região estratégica, mas também as suas riquezas minerais, particularmente o ouro e, tempos depois, o manganês.



O que pouca gente sabe é que pertinho do Oiapoque, em Calçoene, existe o Sítio Rego Grande, com **megalitos**[1] pré-históricos arranjados em círculo, que remetem à inevitável comparação com **Stonehenge**, na Inglaterra, como eu mesma teria oportunidade de conhecer. O zoólogo Emilio Goeldi, diretor do museu paraense a que deu nome, também

STONEHENGE, O REGO GRANDE DA INGLATERRA

Stonehenge significa "eixo de pedra", nome do alinhamento circular de enormes pedras (**megalitos**) arrastadas de longe para formarem um monumento, construído entre 5.000 AP e 4.000 AP no sul da atual Inglaterra, na planície de Salisbury. No século XVIII foi erradamente atribuído aos druidas, que só surgiram depois de 300 AC.

Inicialmente apenas uma vala circular com um santuário de madeira, onde foram encontrados restos humanos cremados, o lugar parece ter servido como cemitério de famílias ilustres, possivelmente da maior aldeia neolítica do Reino Unido, a de Durrington, entre 2.600 e 2.500 AC.

Desde os anos 1950, os estudos da Arqueoastronomia contribuíram com a descoberta de alinhamentos astronômicos de determinados megalitos, observados do centro do círculo, que indicam os pontos em que o Sol nasce no solstício de Verão e de Inverno, além de fases da Lua, etc. Tais referências teriam importância para o ciclo da agricultura, marcado com festas, na época do plantio e da colheita, em várias culturas pré-históricas.

No entanto, já se lembrou que tanto o plantio como a colheita, nessa região, são feitos em épocas que não coincidem com os solstícios. A importância desse alinhamento seria, portanto, simbólica, para rituais religiosos. Em 2013, os arqueólogos conseguiram confirmar que o monumento tinha sido, realmente, um círculo completo.



Monumento megalítico na Inglaterra, com alinhamentos astronômicos como o de Calçoene, no Amapá.

1 A palavra dicionarizada é megálito, proparoxítona mas, assim como geóglifo, o uso consagra a forma paroxítona, escrita sem acento, como adotamos.

esteve na região em 1895, quando fez importantes achados arqueológicos. Seus relatórios seriam decisivos na conquista definitiva da fronteira atual do Amapá com a Guiana, negociada pelo Barão do Rio Branco no começo da República.

Pelo Tratado de Tordesilhas, que dividiu o mundo em 1494 entre Portugal e Espanha com uma linha longitudinal imaginária, o Amapá seria da Espanha. Em abril de 1500 foi um espanhol, Vicente Pinzón, que primeiro registrou ter navegado pelo rio Oiapoque e pelo litoral do Amapá, onde aportou para uma aguada do navio, tendo matado algumas dezenas de índios Aruãs e aprisionado outros 30 para vendê-los como escravos. A vingança da terrinha foi o pânico provocado na tripulação pelo fenômeno da pororoca, o que os levou muito mais rápido de volta à Espanha.

A Nueva Andaluzia, como passaram a chamar o vale do rio Amazonas, continuou pouco conhecida, mesmo depois de Francisco Orellana descer das nascentes no Peru até a foz, em 1542. Três anos depois ele tentou voltar à região, pelo mar, mas morreu no litoral do Amapá. Orellana tinha "conquistado" o Peru anos antes ao lado de Francisco Pizarro, e desceu o rio Amazonas com o irmão deste, Gonzalo Pizarro. Dizem que o rei Carlos V soube por ele da surra que os espanhóis levaram das icamiabas, mulheres guerreiras, por isso chamadas pelo rei de **amazonas**, como as da mitologia grega.

AS AMAZONAS SERIAM MULHERES CARIBES VIÚVAS

O próprio Orellana teria nomeado as mulheres guerreiras de amazonas, segundo o cientista francês Charles-Marie de La Condamine, que fez o mesmo trajeto pelo rio entre os anos de 1735 a 1745. A viagem de La Condamine foi pela Academia de Ciências da França para medições no hemisfério sul que precisassem a elipse da Terra. Ele fez também minuciosos registros astronômicos, cartográficos, da flora e da fauna amazonense[2].

Para o naturalista Alexander von Humboldt[3] (1769-1859), a lenda das Amazonas se originou da bravura das mulheres caribes que continua-

2 LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Voyage sur l'Amazone*. Paris. Éditions La Découverte, 2004.

3 HUMBOLDT, Alexander von. Voyages dans l'Amérique équinoxiale. Paris: Maspero, 1980.

cap4_2.indd 181 27/08/2015 15:15:02

ram a luta dos maridos massacrados pelos espanhóis: "*C'est dans ces luttes sanglantes que les femmes caribes, après la mort de leurs maris, se défendirent avec un tel désespoir qu'on les prît ... pour des peuplades d'Amazones*[4]*.*"

MUIRAQUITÃS DAS AMAZONAS

O folclore garante terem sido as amazonas mulheres que só se acasalavam para a reprodução uma vez ao ano, quando davam aos parceiros um amuleto geralmente em forma de sapo, feito de pedra verde, o muiraquitã.

Segundo alguns relatos, os amuletos seriam feitos de um barro especial do fundo de um lago sagrado, o Jaciuaruá, que significa Espelho da Lua. Eles seriam talhados em noites de lua cheia, o que lhes aumentaria o poder mágico, principalmente medicinal[5]. Especula-se que esse lago estaria no vale do rio Jamundá. Segundo a versão do barro, os amuletos se tornariam duros como pedra em contato com o ar. Acredita-se que essa explicação servisse para justificar a perfeição artesanal dos muiraquitãs. O escritor Mário de Andrade cita essa lenda no livro *Macunaíma,* de 1928. Mas os muiraquitãs são de fato encontrados no Baixo Amazonas, particularmente na região do Nhamundá-Trombetas, próximo a Santarém, como atestaram os arqueólogos Peter Paul Hilbert e Vera Guapindaia, entre outros.

Segundo o arqueólogo Claide de Paula Moraes, desde 2011 professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, em Santarém, há evidências de uma rede de trocas na região do Baixo Amazonas. Ele acredita que o comércio fosse também da matéria-prima dos muiraquitãs mais valiosos, como a pedra esverdeada jadeíta.

No trabalho que apresentou no encontro da SAB-Norte em Macapá[6], Claide relata ter descoberto microvestígios dessa pedra, que seriam resultantes da fabricação de objetos como muiraquitãs. Atualmente a jadeíta tem origem reconhecida apenas na Guatemala, mas Claide menciona a existência de jazidas em Minas e no Nordeste, sendo que Eurico Miller

---

4 "Foi nessas lutas sangrentas que as mulheres caribes, depois da morte de seus maridos, se defenderam com tal desespero que se pensou tratar-se de uma população de Amazonas".

5 ABREU, Aurélio Medeiros Guimarães de. Culturas Indígenas do Brasil. São Paulo: Traço Editora, 1987.

6 MORAES, Claide de Paula. "Além da Cerâmica: A Diversidade da Indústria Lítica dos Tapajó, Santarém - PA" em SAB-Norte, Macapá/AP, agosto de 2014.

acredita que também tenha uma jazida em Rondônia, como comentou com Claide.

O arqueólogo Aurélio de Abreu, cujo livro já citado teve o prefácio escrito pelos irmãos Villas Boas, afirma terem descoberto pedreiras de jadeíta na Serra da Preguiça, no então território do Rio Branco (Roraima), "bem como em algumas regiões dos estados de Mato Grosso e Bahia".

MATRIARCADO NA AMAZÔNIA

Abreu acredita que as amazonas (icamiabas) efetivamente existiram, como uma tribo matriarcal, "que pontificou durante alguns séculos no interior do país", citando o professor e amigo Fernando G. Sampaio[7]. Como vestígio desse tempo, segundo o pesquisador, na festa do Iamuricumá, em tribos de origem arawak do Xingu, durante os três dias da festa as mulheres contrariam o patriarcalismo reinante e tomam uma posição de mando, com posturas normalmente privativas dos homens: usam o caritá, adorno de penas para a cabeça, dançam com arco e flecha e fazem lutas corpo a corpo, ao fim presenteando os visitantes com grandes panelas.

Orlando Villas Boas, o primeiro a registrar essa festa, garante que o ritual não provoca qualquer represália masculina, o que, para Sampaio, significa que certamente está baseado numa forte tradição que não pode ser desobedecida.

Registre-se que o rio Jamundá, onde desde Barboza Rodrigues foram encontrados diversos muiraquitãs, é um dos tributários do Xingu, onde a festa foi descoberta.

OCUPAÇÃO MILITAR DOS PORTUGUESES

Tordesilhas, o tratado, se esfumou quando as coroas de Portugal e Espanha se uniram de 1580 a 1640, depois da morte sem herdeiros do rei D. Sebastião, formando a União Ibérica. Rapidamente os portugueses procuraram ocupar a estratégica região do estuário do Amazonas, construindo o Forte do Presépio, em 1616, que se tornaria a cidade de Belém.

Enquanto isso, os ingleses e holandeses incursionavam pelo Amapá e iam construindo fortificações, juntando-se a eles os franceses vindos da vizinha Caiena. Os "homens de fala macia", como os índios Tucuju

7 SAMPAIO, Fernando G. *As Amazonas*. São Paulo: Editora Aquarius, 1976.

se referiam aos franceses, levaram vantagem em relação aos portugueses, ao oferecerem presentes e tratarem bem os índios, que lhes mostraram as minas de ouro. Em troca, os índios foram se mudando para a Guiana e até Paris, acabando por desaparecer. Mas o Amapá chegou a ser conhecido como a Província dos Tucujus, ainda que houvesse os índios Palikur, Mayé, Itutan, Maraon, Galibi, Waiãpi, Karipuna, Waina, Tirió, Kaxuiana.

Tanto interesse pela região fez os portugueses se empenharem em sua ocupação militar. Já em 1713 os franceses reconheceram pelo Tratado de Utrecht que as terras entre os rios Araguari e Oiapoque pertenciam a Portugal. Mas esses limites ainda seriam motivo de muita disputa. Quando os espanhóis abriram o olho e quiseram discutir fronteiras, já estava tudo dominado: o Tratado de Madri, de 1750, que revogou oficialmente o de Tordesilhas, consagrou o *uti possidetis*, a posse na prática dos portugueses das terras entre o rio Amazonas e o Oiapoque. Onze fortificações portuguesas foram construídas na Amazônia, sendo a maior delas, a Fortaleza de São José de Macapá, inaugurada em 1782.

A FORTALEZA MÃE DE TODAS

Hoje a Fortaleza, restaurada, é motivo de orgulho para os amapaenses. As escavações iniciadas em 1997 revelaram que ela tinha o dobro do tamanho que se pensava, como destacou o arqueólogo Marcos Albuquerque, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ele e sua equipe escavaram primeiro o Forte de Óbidos – “foram 80 metros de profundidade e dois quilômetros de largura”, contou ele – , depois São José de Macapá, a vigia de Curiaú (um posto avançado da Fortaleza no rio Curiaú) e a cidade de Mazagão.



A planta original ajudou a descobrir o verdadeiro tamanho da fortaleza de Macapá.

Essa foi uma colônia de povoamento, como Macapá, que se originou de uma cidadela portuguesa no Marrocos, transplantada para a Amazônia por decisão do rei D. José, depois que foi cercada pelo sheik local, em 1770. A equipe de Marcos Albuquerque, responsável pela escavação do maior número de fortes de toda a América do Sul,

cap4_2.indd 184 27/08/2015 15:15:02

lembra ele, ainda trabalharia rio acima, na Vila Vistosa da Madre de Deus, também no Amapá.

– Os holandeses estiveram na Amazônia muito antes do que aqui em Pernambuco, lá é um verdadeiro manancial para a pesquisa. Em Araguari, no Amapá, encontramos uma colônia militar do tempo de D. Pedro[8]. Existe o registro histórico de que houve uma **República do Cunani**, com bandeira e tudo, na região contestada pela Guiana. Seria muito interessante escavar na região. Há material para trabalhar mais do que uma vida inteira – destaca o professor pernambucano, que começou a trabalhar com arqueologia histórica quando a especialidade "nem era considerada arqueologia", segundo ele. O professor Albuquerque está levantando todos os locais, no Brasil, por onde passaram os holandeses, projeto financiado pela Holanda. – Nosso maior forte aqui em Recife cabe dentro de apenas um baluarte da Fortaleza de Macapá, ela é enorme.

REPÚBLICA DO CUNANI, A GUIANA INDEPENDENTE

A República do Cunani, como ficou conhecida a proclamada República da Guiana Independente em 1885 pelo francês Jules Gros, existiu durante dois anos com o velado apoio do governo francês, que reivindicava autoridade sobre a região do Contestado Franco-Brasileiro, ou seja, entre os rios Oiapoque e Araguari.

A existência de ouro e a distância dos centros decisórios fez da região um polo de atração de escravos fugidos, criminosos, desertores e aventureiros de várias nacionalidades, cerca de 600 deles habitando o vilarejo de Cunani por ocasião da iniciativa de J. Gros, a quem apoiaram.

Em 1894, Cunani voltaria ao centro das disputas entre Brasil e França, quando tentaram proibir o acesso dos brasileiros aos garimpos, o que gerou sangrentos combates. Somente em 1897 a Suíça foi escolhida para arbitrar o litígio, quando entrou em cena o diplomata José da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco. As informações do naturalista suíço Emílio Goeldi, a serviço do governo brasileiro, foram decisivas a favor do Brasil nessa disputa[9].

No interior da Fortaleza funcionava, em 2009, a Superintendência do Iphan no Amapá, que até então era uma coordenação regional subordinada

8 Sítio arqueológico AP-AR-30: Colônia Militar Dom Pedro II (1840).

9 Ver RODRIGUES DOS SANTOS, Fernando. *História do Amapá*, 7a. ed. Belém: Grafinorte, 2006.

ao Pará. As escavações revelaram o espaço extra-muralha que não existe na maioria das outras fortificações. A que mais se assemelha, o Real Forte Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé, em Rondônia, inaugurado na mesma época, 1783, tem quatro baluartes pentagonais e servia para proteger a fronteira com a Bolívia. Foi o marechal Rondon que o redescobriu, em 1914, tomado pela floresta, e aí instalou um destacamento militar.

O arqueólogo paraense Fernando Marques, do Museu Goeldi, foi quem conduziu as escavações no Príncipe da Beira ao lado do colega maranhense Deusdédith Carneiro Leite Filho, diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e de Arqueologia do Maranhão. Foram encontradas cerca de 40 mil peças nas escavações, como parte do Projeto de recuperação de fortificações do IPHAN.

Eu os conheci em Belém, onde tinham escavado o centro histórico e vários engenhos. Reencontrei os dois em Macapá, em 2014, Fernando coordenando o simpósio sobre Arqueologia Histórica do encontro, quando alguns alunos apresentaram trabalhos sobre o Engenho Murutucu e documentos históricos em Belém. Fernando destacou em seus comentários que os engenhos foram espaços onde ocorreram interações complexas entre europeus, escravos africanos e indígenas, ao longo de mais de 300 anos.

No caso do Amapá, destacou ele, foram encontradas urnas funerárias Maracá com contas de vidro incrustradas, possivelmente venezianas, revelando o contato com o europeu.

HOLANDESES PREFERIRAM A MANDIOCA AO MILHO

Também no capítulo das interações em tempos históricos, o etnoarqueólogo holandês Martijn van den Bel, da Leiden University e do Institut National de Recherches Archéologiques Préventives (INRAP), da Guiana Francesa, analisou a produção e o consumo da mandioca e do milho no leste das Guianas, durante o período colonial.

Ele disse acreditar que o milho diminuiu de importância por causa da preferência dos navegadores europeus pelo beiju e a farinha de mandioca, de maior durabilidade para as longas travessias.

Martijn relata que em 1640 os holandeses introduziram na região o assador e o ralador de ferro para a mandioca, que até então era esmagada com uma pedra.

Louríssimo e de sandálias de dedo, falando um português fluente, Martijn animou a reunião da SAB-Norte com a presença de dois lindos meninos, seus filhos, com cara de pestinhas.

AS ESTEARIAS DO MARANHÃO

Ainda no encontro em Macapá, no simpósio "Fronteiras e Territórios Espaciais e Temporais na Amazônia", o professor Deusdédith Carneiro falou das sociedades lacustres das estearias do Maranhão, cujos vestígios, os esteios, se tornam mais evidentes nos períodos de seca.

Apesar de ser objeto de estudo desse maranhense há mais de 20 anos, o IPHAN do estado deu a licença de pesquisa sobre as estearias para o recém-chegado professor Alexandre Guida Navarro, que em 2014 estava montando o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão. Alexandre também apresentou seu trabalho no simpósio, em que citou Deusdédith como fonte teórica.

Com 20 sítios mapeados e muitos datados, o professor maranhense localiza no primeiro milênio de nossa era as ocupações. Seriam grupos Arawak tardios, ou seja, de migração mais recente do que em outras regiões: o sítio Casca de Coco, o mais antigo, foi ocupado de 200 a 300 AD; Lontra, de 600 a 800 AD; Formoso, de 800 a 900 AD. Deusdédith acredita que tenham chegado pelo mar.

Tive o prazer de conhecer o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, dirigido por Deusdédith, numa das vezes em que voltava da Amazônia e, de propósito, fiz escala em São Luís. Localizado no lindíssimo centro histórico da cidade, o prédio restaurado abriga interessante acervo que comprova a presença paleoíndia no Maranhão, tanto no interior, caso do Sítio Ranchada, de Joselândia, como nos estuários, manguezais e praias.

Os concheiros ou sambaquis de São Luís são conhecidos desde o começo do século XX, pesquisados pelo arqueólogo e geógrafo Raimundo Lopes. Hoje ameaçados pela especulação imobiliária, os sambaquis maranhenses são os únicos da Amazônia com vestígios cerâmicos, além do sambaqui fluvial da Taperinha, no Pará, datado em cerca de 8.000 AP.

Os objetos cerâmicos têm apliques e alças tipicamente amazônicos, com motivos em forma de morcego, sapo, cobra, coruja, urubu-rei, com pintura preta e, mais raramente, vermelha.

Nas estearias foram encontradas lâminas de machado de pedra polida, cunhas, almofarizes, rodelas de fusos de tecelagem. Segundo datação feita por pesquisadores do Museu Goeldi, seriam de 1.500 AP.

O professor Deusdédith acredita que a construção das casas sobre esteios foi uma engenhosa solução para enfrentar as enchentes ocasionadas pelos períodos longos de chuva e, provavelmente, para proteção contra ataque de grupos rivais[10].

VISITA À FORTALEZA, VIAGEM NO TEMPO

Mas voltemos aos tempos históricos no Amapá, em cuja capital, Macapá, a fortaleza é um impressionante cartão postal, referência turística mais conhecida até que o Marco Zero, que registra a passagem da linha do Equador pela cidade.

– A Fortaleza São José de Macapá é um complexo composto de um núcleo para aquartelamento, cercado de praças de guerra com baluartes. No entorno, o fosso seco garante o reforço à defesa. Aqui nós temos a entrada coberta. Na linguagem militar, coberta quer dizer protegida do inimigo – explica o historiador Hermano Araújo, responsável pela preservação e conservação da Fortaleza, diante da cópia da planta original, à entrada da capela, abobadada como as celas ao longo da muralha.

O professor Hermano revela um profundo conhecimento da estrutura da construção e de como o espaço era utilizado. Ouvi-lo nessa visita guiada é como enxergar os soldados se deslocando por essa construção que só a água venceu, pois não precisou travar uma guerra. Mas um de seus baluartes, o de São José, começou a cair por causa do terreno encharcado do antigo lago de Macapá, que havia secado com o crescimento da vila, ainda no século XVIII.



O fosso seco representava uma defesa muito mais efetiva do que os fossos inundados dos castelos europeus, segundo os historiadores.

O fosso seco é delimitado, de um lado, pela escarpa e, do outro, pela contraescarpa [do lado da esplanada] – detalha o professor, de

10 CARNEIRO LEITE FILHO, Deusdédith e GASPAR, Eliane. *Arqueologia do Maranhão*. Publicação para Educação Patrimonial. São Luís/MA: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, 2008.

cabelos lisos presos num rabo de cavalo e um brinco daqueles que aumentam o furo da orelha, alargador, tipicamente indígena. – O fosso seco era uma área de circulação militar. O contingente de infantaria saía aqui nessa direção, assumia a passagem coberta, passava pelo redente... aqui é o revelim[11], aqui são duas baterias baixas. Também eram acessadas por um portão leste, subia uma rampa e tomava conta aqui do prédio. Na parte norte também temos um portão que dá acesso aos equipamentos.

ARQUEÓLOGOS EM BUSCA DO COTIDIANO

– A História é escrita pela classe dominante, os documentos e a iconografia registram a vida do comandante do forte, do senhor de engenho. Ao passo que a Arqueologia encontra igualmente o esqueleto do soldado e o do comandante – ressalta o arqueólogo Marcos Albuquerque. – Temos condições de acessar o cotidiano através dos elementos materiais da cultura (não gosto de chamar cultura material). Eles indicam idade, classe, profissão, têm uma historicidade contida. Se você pensar, você toma banho sempre da mesma forma, primeiro ensaboa o braço, por exemplo. É isso que o arqueólogo busca, o "normal", e não é isso que entra para a História.

Albuquerque exemplifica com um achado nos Guararapes, hoje na proximidade do Aeroporto Internacional de Recife:

– Encontramos mais de cem esqueletos de soldados brasileiros, todos com uma pecinha atada à cintura que parecia um dedal. Fora de contexto, seria um dedal. Mas ali, entre os esqueletos de combatentes, concluímos que só podia ser uma medida de pólvora. Era a forma de municiar as armas.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: A CORRUPÇÃO VEM DE LONGE

"Se uma sociedade não conhece o seu passado, não tem perspectiva de futuro". Esse é o lema do Laboratório de Arqueologia criado pelo professor Albuquerque, que foi obrigado a se aposentar em 2012, por completar 70 anos de idade. Mesmo assim, ele continua a coordenar o laboratório e a dar aula na pós-graduação da UFPE.

11 Segundo o Dicionário Houaiss, **redente** é um recorte de pedra em forma de dente; **revelim** é uma obra avançada de forma angular, para defesa de um forte, por exemplo.

O professor dá um exemplo de como o conhecimento do passado, com a criação de uma visão crítica, pode contribuir para aperfeiçoar o futuro:

– Veja a corrupção, que está assolando o país. Séculos atrás, por que um baú vinha com três chaves? Porque senão chegaria vazio. Dá o que pensar.

PREPARADOS PARA UMA GUERRA DE CERCO

Agora estou ali na praça central da Fortaleza de São José de Macapá, imaginando o cotidiano naquele lugar há mais de duzentos anos, enquanto ouço as explicações do professor Hermano Araújo:

– Aqui temos dois prédios que atendem ao aquartelamento. Daí nós temos a casa de oficial de baixa patente, a casa de oficial de alta patente, a capela, a casa do médico e a casa do capelão. Ali, a casa do comandante e os armazéns: armazém de munição de boca, armazém de munições de guerra, armazém de munição de pólvora. Esse armazém de munição de pólvora é circundado por um muro de proteção que, no caso de explosão, dirige a explosão para o alto. Aqui embaixo temos 26 celas nas casamatas. Temos a casamata leste e a casamata sul, treze em cada conjunto.

Aprendo que os canhões eram chamados de bocas de fogo, e que hoje, na artilharia, existem ainda os foguetes e os mísseis. As celas não são para prisão, são divisões de espaço, abrigos subterrâneos à prova de bombardeio.

– Nessa casamata tem outras fortificações e foi encontrada a canhoneira, a artilharia. Porém nessa aqui somente encontramos abrigos, onde tem cozinha e dormitório. É uma estrutura para uma guerra de cerco, também chamada de guerra de acesso. De qualquer ponto que o inimigo viesse, seria possível atirar sobre o invasor.

DESTINO DOS DEJETOS: SOBRE O INIMIGO

Numa cela, cujo espaço parece o da capela, tem a latrina coletiva ao fundo. Havia uma madeira com os buracos individuais. “Para a limpeza, o soldado trazia água e fazia a varrição, o escoamento dos dejetos. Aqui [em cima] é uma entrada de ar.”

Lembrei das muralhas árabes, como a de Girona, na Espanha, em que havia buracos de latrina em guaritas específicas para esse fim, no alto da muralha. Assim os dejetos caíam do lado de fora da fortificação, de muitos metros de altura. O mesmo destino deviam ter as sobras da cozinha. Direto na cabeça dos inimigos.

– Aqui estamos em obra em quatro celas da casamata leste. Em cada cela cabia um pelotão de 20 pessoas. – E novamente ao ar livre: – Esse é o prédio das baterias baixas. Aqui há dois armazéns, armazém de munição e alojamentos. Ali é o primeiro baluarte a ser construído, o baluarte de São Pedro, que guarda o portão leste. Em cada ponto vulnerável da fortaleza existia uma construção externa de reforço da defesa.

Segundo o professor Hermano, a Fortaleza de São José de Macapá é o oitavo modelo do estrategista francês Sébastien le Prestre, marquês de Vauban, que foi Marechal de França nomeado por Luís XIV e deixou dezenas de projetos de fortificações no chamado estilo Vauban. Do lado de fora, o professor me mostra o desaguadouro, que é usado até hoje.

– Quanto ao abastecimento de água potável, segundo uma documentação que não é a original, mas que a gente considera, haveria um poço ao pé de cada rampa. Foi feito um trabalho de prospecção e encontrou-se terra afofada, de aterro, no pé da rampa Nossa Senhora da Conceição. Mas a base do muro, o contorno e a borda do poço não foram encontrados. O arqueólogo se limitou a dizer que precisava de uma pesquisa mais aprofundada.

Tive a impressão de captar mais uma sutil rivalidade.

NA LINHA DO EQUADOR

A Fortaleza fica às margens do Amazonas, junto a um parque e bem no centro de Macapá. No meio do dia, as ruas ficam desertas como em boa parte da Amazônia, por causa do sol a pino que aqui não é brincadeira. Mas em Macapá há uma brisa quase permanente balançando a palha dos açaizeiros, o que alivia bastante o calor. É a única capital brasileira a que se tem acesso, do lado do Brasil, apenas pelo ar ou pela água, não há estrada para Macapá.

Saindo de Belém de avião, em minha primeira visita em 2009, optei por antecipar minha ida para aí assistir o Círio de Nazaré, tradição trazida do Pará, estado de que o Amapá fez parte durante todo o período colonial.

O motivo foi de ordem prática: em Belém são pelo menos dois milhões de pessoas na rua, nada abre, é impossível achar um restaurante.

O CÍRIO EM MACAPÁ

Foi uma bela oportunidade de ver o povo na rua, as fitas, as flores, os guarda-sóis coloridos, os ex-votos de casas levados sobre a cabeça para agradecer à santa, as criancinhas vestidas de anjo como manda a tradição. Pude observar as famílias sentadas diante de casa para assistir à procissão, ao lado de altares especialmente montados. Algumas puseram faixas se identificando, onde os nomes portugueses se referiam a pessoas tipicamente caboclas, sem dúvida descendentes daqueles primeiros imigrantes. Sindicatos e entidades também levaram faixas saudando a santa, e caminhões distribuíam água e até picolés para a multidão.

Depois que a santa chegou na Matriz, as pessoas se espalharam pela praça, onde ambulantes vendiam tacacá, batata e macaxeira frita, espetinhos de carne e linguiça, bolos de milho e de mandioca. No final, ficaram as montanhas de copos e garrafas de plástico vazias, entulhando as valetas onde, em muitas ruas, corria o esgoto a céu aberto.

A falta de saneamento também me chamou a atenção na beira do rio, onde famílias se banhavam na praia de areia escura, com a água barrenta e muito lixo aparecendo na maré baixa.

O FUTILAMA NA BEIRA DO RIO

Aqui existe a modalidade de esporte "futilama", futebol na lama, como explicaria minha amiga Marilda Lacerda, paraense radicada com a família no Amapá e que me recebeu carinhosamente em 2014, em sua casa no Pacoval, casada com meu velho amigo Luiz Henrique Teixeira, com quem trabalhei numa produtora no Rio.

Não é difícil perceber o despejo do esgoto dos bares e restaurantes diretamente no rio, pelas galerias pluviais. É realmente revoltante atravessar as administrações municipais e estaduais que não resolvem esse problema, num estado que não chega a dois milhões de habitantes, com a maioria esmagadora da população concentrada na capital. Quem sabe o fim do império Sarney traga novos ares ao estado, depois de quatro mandatos consecutivos do maranhense no Senado.

O ANTIGO MUSEU DO AMAPÁ

Ainda no centro da cidade, o prédio bem cuidado da antiga Intendência abriga desde 1990 o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, onde pude apreciar belas urnas funerárias oriundas das regiões de Maracá, Cunani, Cupixi e bairro do Pacoval, em Macapá.

Eu descobriria depois que as urnas Cupixi lembram o estilo Caviana, considerado atualmente híbrido, como mais uma das classi-



A urna antropomorfa feminina, procedente de Porto Grande, é conhecida como Cupixi, mas não tem classificação oficial.



Essa urna antropomorfa é totalmente diferente, foi encontrada em Curiaú e classificada como do estilo Caviana, segundo Stephen Rostain. Todas são do acervo do Museu Histórico.



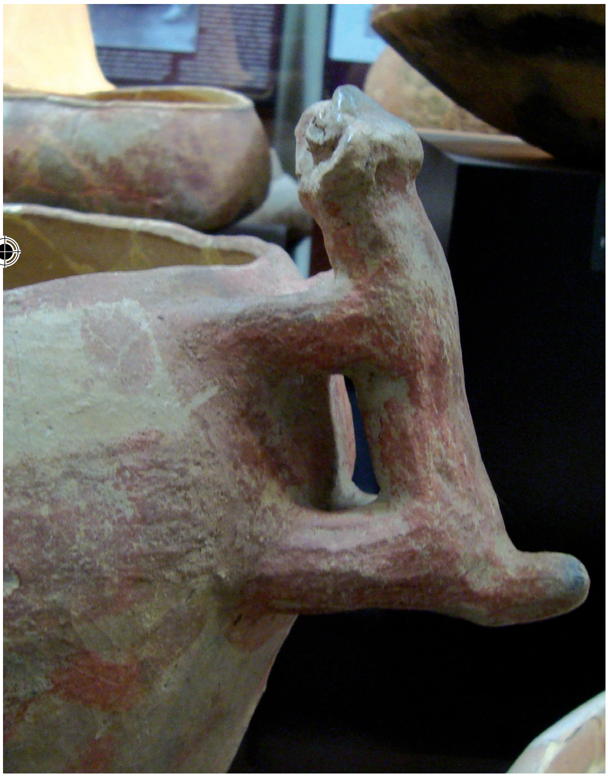
A outra urna antropomorfa é Maracá, com as típicas mãos apoiadas nos joelhos; a zoomorfa que se vê mais atrás foi encontrada em Itaubal e é da fase Aristé, a que teve maior duração.

cap4_2.indd 193 27/08/2015 15:15:05

ficações hoje incertas no extremo Baixo Amazonas. A cerâmica Kalina, de origem Karib, com datações entre 750 e 1.500 DC, passou a ser considerada como derivada da Koriabo, uma cerâmica voltada para a troca e, por isso mesmo, associada a cerâmicas de diferentes origens. Para Arie Boomert (2004), citado por Cabral (2011) a Koriabo é próxima da Tradição Polícroma, especialmente da Aristé e Mazagão.

A região do rio Maracá, no município de Mazagão, foi a primeira a ser conhecida por sua riqueza arqueológica, pois foi explorada ainda em 1872 pelo naturalista Ferreira Penna, e que eu teria a oportunidade de visitar.

OS POÇOS EM FORMA DE BOTA DOS CUNANI



Aplique zoomorfo em urna Aristé encontrada em Cunani, município de Calçoene.

Os poços Cunani, como ficaram conhecidos os descobertos por Emílio Goeldi em 1895, no município de Calçoene, próximos ao rio Cunani, ficam no Monte Curu, no igarapé do Holanda, tributário da margem esquerda do rio Cunani. São ao todo 19 as urnas funerárias encontradas por Goeldi, todas no acervo do museu paraense. Elas foram minuciosamente descritas pelo tenente-coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes, que acompanhava Goeldi na expedição[12].

Abaixo das lajes circulares com cerca de metro e meio de diâmetro, que cobriam a entrada do túnel vertical de 2,5 metros, havia uma câmara lateral em semicírculo, formando uma espécie de bota, em que estavam depositadas urnas funerárias e várias peças com oferendas, que continham restos de ossos humanos.

12 GOELDI, Emílio A. *Excavações em 1895 executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guyana Brasileira entre o Oyapock e o Amazonas.* Pará, Brasil, 1900. Citado em BARATA, Frederico. *Op. cit.*, 1952.

Mais tarde, elas seriam classificadas como da fase **Aristé**, como me explicariam depois.

Para Goeldi, as "cavernas artificiais" do Monte Curu seriam uma adaptação a condições topográficas e geológicas diferentes, do mesmo povo que, em Maracá, usava as grutas naturais para os enterramentos.

Desde 1883 o explorador Henri Coudreau[13] já tinha assinalado a existência das urnas Cunani. Segundo Goeldi, os vasos maiores são "zonários", termo que ele adotou para explicar a divisão em zonas ou gomos superpostos, duas ou três por vaso, dando-lhe uma silhueta sinuosa.

Trinta anos depois, Nimuendaju recolheria fragmentos parecidos aos Cunani no Oiapoque, perto de Ulakte-Uni. Outras ainda semelhantes foram encontradas em cavernas do monte Copaibal, à margem esquerda do rio Curipi, afluente do Uaçá, também no Oiapoque.

FASE ARISTÉ NO PACOVAL

Da mesma fase Aristé são as peças encontradas no bairro do Pacoval, em 1985, quando cavavam os alicerces para a construção de uma casa. A arqueóloga Edithe Pereira participou desse salvamento, pelo Museu Goeldi. Já as urnas Cupixi foram descobertas em 1997, também acidentalmente, por um agricultor que cavava uma fossa séptica. No local, Retiro do Bidu, em Porto Grande, encontraram 14 urnas antropomorfas completas, sob uma laje, mas apenas uma parte delas, já bastante deteriorada, chegou ao museu Joaquim Caetano.

Em 1992, o responsável pela seção de Arqueologia do Museu, Edinaldo Nunes Filho, que em 2009 era professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), fez uma parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi para a restauração de algumas peças. Na época, a arqueóloga Ana Lucia Machado, do Goeldi, agora aposentada, criou um projeto para retomar os estudos realizados no século XIX sobre a cultura Maracá.

FERREIRA PENNA E HARTT NO MARACÁ

Em 1872, Domingos Soares Ferreira Penna, diretor do Museu Paraense, declarou-se impressionado com a imponência das urnas antro-

13 COUDREAU, Henri Anatole. *La France Equinoxiale: Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel Aîné, 1887.

pomorfas que acabara de recolher na expedição ao rio Maracá, afluente da margem norte do Amazonas, um pouco acima da extremidade ocidental da ilha de Marajó, na então Guiana Brasileira:

> *"A cor cúprea-escura, suas formas tubulares, e as cabeças envoltas em toucas ou turbantes, deixando só aparecer o rosto, às vezes bicolorido, fizeram-me recordar as figuras imponentes dos caribes, tão belamente descritas por Humboldt, cujos corpos altos, tintos de urucum, meio cobertos até uma das espáduas por um pano azul escuro, assemelhavam-se a estátuas de bronze que se erguiam ao céu no meio das estepes*[14].

No acervo do Museu Goeldi, lá estão várias urnas antropomorfas pintadas, em que se destaca a decoração em linhas zigue-zague paralelas, parecendo simbolizar o raio. As litogravuras do suíço Henri Besson, encomendadas por Emílio Goeldi anos depois, para um trabalho que não chegou a publicar, registram fielmente a pintura em branco, preto, amarelo e vermelho.

Também em 1872, o naturalista canadense-americano Charles F. Hartt – que em 1875 passaria a chefiar a Comissão de Geologia do Império do Brasil – publicou uma detalhada descrição dos três tipos de urnas do Maracá, encontradas em pequenas grutas ou cavernas naturais, como a que eu visitaria em 2009. Em todos eles, foi feito um sepultamento secundário de um esqueleto completo:



Mariana Cabral mostra os olhos de uma urna antropomorfa no acervo do IEPA, em Macapá.

1º. tipo: Urnas cilíndricas, com tampa, sem ornamentação;

2º. tipo: Urnas antropomorfas, de vários tamanhos, com o corpo representado por cilindro oco, com pernas e braços, sentado em banco, com o sexo representado; tampa figurando a cabeça, como um cone truncado; uma delas tinha as tais contas de vidro europeias presas com resina;

14 FERREIRA PENNA, Domingos S. "Apontamentos sobre os cerâmios do Pará". *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II, 1877. Citado por BARATA, Frederico, Op. cit., 1952. Tomei a liberdade de modernizar a grafia.

3º tipo: Urnas zoomorfas, que para Ferreira Penna representavam um jaboti, que para Hartt era uma onça. A interpretação como onça (jaguar) era importante para explicar a possível origem da cultura Maracá no Caribe.

EQUIPE DO MUSEU GOELDI NO MARACÁ

– Graças ao apoio logístico da Secretaria de Cultura, conseguimos começar o trabalho de campo em 1995, com um levantamento da região de Maracá – lembra o professor Edinaldo, que me recebeu em sala de aula no campus da UNIFAP. Tempos depois, ele partiria para Portugal para uma pós-graduação.

E prossegue:

– Trabalharam conosco o José Limeira, o Adervan Lacerda, Brasilina, o professor Pedro Sales, técnicos lá do museu. A diretora era a professora Fátima Pinheiro. O projeto envolvia todo o município de Mazagão. Encontramos novas cavernas, grutas, bastante material, que coletamos. Em 1996, criou-se a Fundação Estadual de Cultura do Estado do Amapá, a FUNDECAP, através da qual voltamos à região e, graças aos contatos que tínhamos feito no ano anterior, chegamos a novas cavernas.

De 1997 a 2003, Edinaldo Nunes Filho se afastou do museu, período em que fez o mestrado em pré-história na Universidade Federal de Pernambuco. Em 2005 entrou na UNIFAP, onde ajudou a criar o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá, o CEPAP, do qual tornou-se diretor.



O professor Edinaldo participou do levantamento da região de Maracá ao lado da equipe do Museu Emílio Goeldi, nos anos 1990.

IEPA CONTRATA A DUPLA GAÚCHA

Nesse mesmo ano, 2005, o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), também em Macapá, contratou uma dupla de arqueólogos gaúchos, João Darcy de Moura Saldanha e Mariana Petry Cabral, para criarem uma Gerência de Pesquisa Arqueológica no Instituto, depois Núcleo de Pesquisa Arqueológica.

Até então o IEPA só contava com algumas peças arqueológicas, que estavam aos cuidados do Centro de Pesquisas Aquáticas, na época coordenado pela geóloga Odete Silveira. Também pertencente ao IEPA, o Museu Sacaca, hoje Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca, ganhou esse nome em homenagem a um importante curandeiro amapaense, e continua a ter uma farmácia que produz medicamentos segundo os princípios da sabedoria popular. Um dos destaques do Sacaca é um circuito expositivo a céu aberto, que retrata as comunidades tradicionais do estado.

– As pessoas que vêm de fora chegam com arrogância e acham que aqui tudo é índio, que ninguém é capaz, passam até por cima do que já foi feito – protesta Edinaldo. – Depois que esse casal chegou aqui, nós tivemos uma reunião em 2006, quando estávamos fazendo uma disciplina do doutorado da Universidade Federal do Pará (UFPA), cujas aulas são realizadas aqui, no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Veio dar uma palestra o Secretário [de Estado] Alberto Goes, que apresentou um projeto lá no Calçoene. Já chegou dizendo que tinham descoberto um mega-sítio, isso e aquilo. Aí eu fui fazer uma contestação com a minha experiência. Afinal, eu já tinha mais de dez anos na arqueologia, trabalhando no estado. Louvei que o governo financiasse um projeto no sítio cerimonial de Calçoene. Só que esse sítio megalítico já era conhecido desde a década de 1920, por Nimuendaju[15].

Edinaldo se refere à iniciativa do governo do Amapá de patrocinar os primeiros estudos do sítio cerimonial de Calçoene, feitos por João Saldanha e Mariana Cabral. Como o próprio Edinaldo relata, o máximo que já tinha sido feito no Amapá eram levantamentos ou expedições que vieram coletar o precioso acervo arqueológico, levado para instituições fora do estado, coleções particulares ou mesmo para o exterior. Ele não esconde o despeito por não ter participado dessa iniciativa histórica, de escavação científica, que trouxe importantes revelações para a ciência.

O STONEHENGE BRASILEIRO

A arqueóloga Mariana Petry Cabral assim nos comentou, no próprio sítio, a emoção vivida em Calçoene:

– Quando estivemos aqui [em Calçoene] na nossa primeira missão, em 2005, foi emocionante constatar que tinha fundamento a intuição de

15 Curt Nimuendaju (1883-1915) é o nome guarani-ñandeva adotado pelo etnólogo alemão Kurt Unckel ao se naturalizar brasileiro, que viveu 40 anos entre várias tribos do Brasil.



O conjunto de megalitos do Sítio Rego Grande, em Calçoene, foi um importante local ritual, cercado de outros conjuntos menores de megalitos.



um meteorologista do IEPA, o José Elias Ávila, que tinha estado aqui com um grupo de geólogos. Como ele adora astronomia e costuma observar a posição do Sol aqui perto do equador, ele olhou para esse bloco e disse: "Esse bloco está numa posição que parece o solstício de dezembro" – conta ela.

Nós estávamos com a equipe que preparava a musealização do sítio, como Edithe Pereira já tinha mencionado. E continua:



Mariana mostra como um determinado alinhamento dos megalitos indica onde nasce o sol no solstício de dezembro.

– Quando fizemos a escavação, em 2006, pudemos observar a mudança da posição do Sol durante o ano. Percebemos que a ponta desse bloco aqui, quando se alinha com a ponta daquele outro, indica o lugar no horizonte em que vai nascer o Sol no solstício de dezembro. Se tu te colocares aqui na posição de vê-lo só um palito, sem sombra, quando tu perdes a dimensão dele, é a linha do Sol, do solstício.

Lembremos que o solstício de inverno acima do equador, em 21 ou 23 de dezembro, marca o início da estação chuvosa, e é o dia em que o sol, ao meio-dia, atinge seu ponto mais baixo no céu, sendo o dia mais curto e a noite mais longa do ano. Começa o plantio. No solstício de verão, em 21

cap4_2.indd 199 27/08/2015 15:15:09

ou 23 de junho, dá-se o inverso, é o dia mais longo e a noite mais curta do ano. É a época de colher o milho, por exemplo, para os festejos de São João.

O que o então secretário Alberto Goes alardeou foi essa descoberta do significado astronômico do alinhamento de alguns dos megalitos, imediatamente adotado por esotéricos. Mariana e João garantem jamais terem se apresentado como descobridores do sítio de Calçoene, muito conhecido pela população local, mas efetivamente foram os responsáveis pela sua escavação, descobrindo então os poços funerários.

ARQUEOLOGIA CRESCE NO AMAPÁ

– Na arqueologia não existe isso, há trabalhos que levam décadas para você chegar a alguma afirmação. Essa foi uma forma ousada, há toda uma situação política por trás – critica o professor Edinaldo, que não perdoa ter sido ignorado pelas novas autoridades, segundo ele, por motivos políticos.

Ele pode ter razão quando critica a falta de continuidade na pesquisa, o que implica também na preservação dos achados, como no caso de Mazagão Velho, onde Marcos Albuquerque resgatou sepulturas, fez exumações, e o material estaria depositado, segundo Edinaldo, numa instalação sem segurança, mal acondicionado.

Desde 2007 foi criado o Museu de Arqueologia e Etnologia do Amapá, que funcionava numa sala do Museu Joaquim Caetano. Recentemente o museu ganhou sede própria, a antiga “Casa da Floresta”, e o seu gerente, Adervan Dias Lacerda, luta para receber de volta o acervo arqueológico do Amapá guardado pelo Museu Paraense Emilio Goeldi, já que o estado não tinha instalações apropriadas até então.

LABORATÓRIO DO IEPA PRESTIGIA PIONEIRO

Reencontrei João Darcy de Moura Saldanha e Mariana Petry Cabral na sede do IEPA, em Macapá, onde havia vários estudantes de diferentes cursos, estagiando com eles nas instalações em reforma do núcleo que criaram. A reforma estava sendo feita com financiamento obtido por eles junto a uma mineradora que atua no estado, a MMX, graças a um Termo de Ajustamento de Conduta mediado pelo Ministério Público Federal, em função de falhas do processo de licenciamento. O Governo do Estado entrou também com alguns recursos, cerca de um quinto do total, já que

no prédio funcionam outros setores do IEPA, como esclareceu Mariana, ao ter a gentiliza de ler os originais do capítulo.

No ano seguinte, eles inaugurariam o Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert, desde a sua criação voltado para a socialização da reserva técnica, baseado na visão de que a gestão patrimonial deve expandir o conhecimento para todos os setores da sociedade. Também em 2010 foi criado o curso de Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia, na Universidade Estadual do Amapá.

Eu os conheci no congresso em Belém, da SAB, em 2009, onde apresentaram vários trabalhos baseados em sua pesquisa no Amapá: uma reflexão sobre a relação com os não-arqueólogos do entorno dos sítios, a divulgação do potencial ainda pouco conhecido da arqueologia no estado, a construção de monumentos megalíticos e a utilização de formações rochosas naturais com fins ritualísticos e/ou funerários, característicos da costa norte do Amapá.

Mariana também apresentou uma comunicação com outros colegas sobre os artefatos líticos encontrados em área de floresta equatorial do estado, onde os vestígios cerâmicos estão associados à fase Koriabo, no trabalho de arqueologia preventiva do projeto Ferro Amapá, no município de Pedra Branca do Amapari. João estudou os artefatos cerâmicos encontrados no mesmo projeto, seguindo a metodologia de Denise Gomes[16] (2002) para identificar as áreas de atividade dentro do sítio.

Em 2010, João coordenou uma escavação num sítio arqueológico de quatro hectares, a cerca de dois quilômetros da comunidade quilombola do Curiaú, na zona norte de Macapá. Descobriram várias câmaras mortuárias, com urnas para sepultamentos simultâneos. A matéria da revista dizia que elas corresponderiam aos grupos que deram origem aos atuais Palikur, do grupo linguístico Arawak, que teriam habitado a região entre os anos 1000 e 1300 da nossa era. "É a primeira vez que encontramos diversas câmaras laterais onde foram encontradas as urnas", declarou João na entrevista[17].

Em 2012, eles participariam, ao lado de Fernando Marques, do Museu Goeldi, e historiadores da UNIFAP, das escavações do Forte do

---

16 GOMES, Denise Maria Cavalcante. *Cerâmica arqueológica da Amazônia. Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

17 Revista de História da Biblioteca Nacional, n° 108, setembro de 2014.

Cumaú, no Igarapé da Fortaleza, distrito de Santana, financiadas pelo IPHAN, quando conseguiram identificar as muralhas do forte, totalmente diferentes da fortaleza de Macapá. Nesse mesmo ano, o trabalho de ambos foi reconhecido com a entrega pelo IPHAN do Prêmio Nacional Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico, com a ação intitulada "Arqueologia e Socialização na Implantação de um Centro de Pesquisa no Amapá".

TRADIÇÕES POLICRÔMICAS NA AMAZÔNIA

No congresso da SAB em 2013, em Aracaju, João apresentou um trabalho em que discute a existência de mais de uma tradição policrômica na Amazônia. Saldanha diferencia a anteriormente definida como Tradição Polícroma, associada a ocupações do alto e médio Amazonas, portanto da Amazônia Ocidental, dos vários estilos policrômicos oriundos da região das Guianas, mais orientais, como o atual Amapá.

O conhecido "intervalo" em que não se encontra cerâmica policrômica ao longo do curso do Amazonas seria, então, um indício de diferentes origens para as policromias a leste e a oeste dessa região de transição, *grosso modo* em torno do atual limite entre os estados de Pará e Amazonas, onde talvez se possa falar de Médio Amazonas.

Recentes dados arqueológicos permitiriam evidenciar uma grande diversidade cultural na região [da Amazônia Oriental] por volta de 1.000 AP, "nos fazendo pensar a área como uma arena altamente contestada, onde diferenças em estilos cerâmicos e centros cerimoniais podem ter sido utilizados para marcar fronteiras sociopolíticas[18]."

Mariana, por sua vez, discutiu o papel do conhecimento arqueológico na construção do passado, a partir de um trabalho feito junto aos índios Wajãpi, um grupo tupi das Guianas[19].

Cada vez mais os arqueólogos passaram a ser atores na construção da memória indígena daqueles que sobreviveram ao massacre colonial.

---

18 SALDANHA, João D. M. "A Emergência e Contextos de cerâmicas polícromas na região da Guiana Oriental". Caderno de Resumos do XVII Congresso da SAB, realizado de 25 a 30 de agosto de 2013 em Aracaju/SE, "Arqueologia sem Fronteiras". www.xviicongresso.sabnet.com.br

19 CABRAL, Mariana P. "Sobre o tempo dos avós e antes deles: arqueologia e simetria na floresta": a compreensão da arqueologia "como prática de construção de narrativas sobre o passado com base nas materialidades encontradas no presente". *Ibidem*.

Mariana teria forte atuação no encontro em que foi anfitriã, pelo IEPA, da regional Norte da SAB, em 2014, no questionamento do papel dos arqueólogos: ela defendeu, com o aval de sua orientadora no doutorado e presidente da SAB, Marcia Bezerra, que "somos todos arqueólogos". Desse encontro sairia um apelo formal aos arqueólogos para que não participassem dos estudos arqueológicos previstos por lei para a construção das hidrelétricas do Tapajós, de funestas consequências, como veremos no capítulo 9[20].

DO CHUÍ AO OIAPOQUE



Meus anfitriões João e Mariana em Calçoene, durante a visita ao Sítio Rego Grande.

João e Mariana saíram em 2005 de Porto Alegre, onde se formaram em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e fizeram mestrado em Pré-História com Klaus Hilbert, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

– A professora que foi nossa orientadora antes do mestrado chama-se Silvia Moehlecke Copé, é professora do Núcleo de Pesquisa Arqueológica, o NuPArq/UFRGS – esclarece Mariana. – O João foi orientando dela por toda a graduação. Eu iniciei na arqueologia com a orientação de outra professora da UFRGS, Adriana Schmidt Dias, mas quando ela saiu para fazer o doutorado, fiquei como orientanda da Silvia.

Eles aceitaram o convite para se radicarem no Amapá feito pelo governo através da arqueóloga Maria Lúcia Pardi, então no IPHAN, em Brasília, que participou diretamente do fortalecimento do Instituto por toda a Amazônia, na fase de criação das superintendências, em cada estado, como eu testemunhei pessoalmente.

À medida que fui viajando pela Amazônia, vi surgindo o IPHAN no Amapá e no Acre, até então subordinados ao Pará e Amazonas, respectivamente, e cursos de graduação em Arqueologia que então começavam

20 Ver no Anexo VI a Nota da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Norte, aprovada em Macapá em 27 de agosto de 2014, "Solidariedade com os povos da Bacia do Tapajós", à pág. ...

em Porto Velho e em Santarém, por universidades federais. Em Silves, no Amazonas, acompanhei um sítio-escola da primeira turma do curso de Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, como conto no capítulo 8.

Como bons gaúchos, João e Mariana me receberam em Macapá com um churrasco em casa, quando tive o prazer de conhecer vários outros jovens profissionais "forasteiros" que aceitaram o desafio de "fazer a Amazônia", essa região que só pela extensão já é um desafio para ser estudada. Fui seduzida pela simplicidade alegre do casal, João um grande gozador que não perde a oportunidade de uma piada.

Mariana é loura, de olhos azuis, enquanto João é moreno, de cabelos e olhos castanhos. Fiquei pensando como sairia um filhinho dos dois. Mas, pelo menos por enquanto, não está nos planos, eles trabalham muitíssimo e estão construindo a arqueologia científica no estado, já com dezenas de alunos e orientandos. João é mais cartesiano, Mariana é mais subversiva na abordagem teórica. É muito engraçado ver os dois discordando publicamente, mas em perfeita harmonia nos resultados. Uma dupla incrível, quando os reencontrei em 2014 parecia que éramos velhos amigos.

A CAMINHO DE MARACÁ

Mas voltando a 2009, dias depois do churrasco de boas vindas, partimos para Maracá, acompanhando a equipe de musealização de alguns sítios arqueológicos. Além de João e Mariana, estavam conosco meu anfitrião em Belém, o turismólogo da UFPA Sílvio Lima Figueiredo, e a arqueóloga da UFPA Marcia Bezerra, responsável pela parte de Educação Patrimonial. Esse projeto era coordenado pela arqueóloga Edithe Pereira e contemplava também o Sítio Rego Grande, em Calçoene, o dos megalitos, e o de Monte Alegre, no Baixo Amazonas.

A Vila Maracá, no município de Mazagão, fica no km 136 da estrada Macapá-Jari. A vila propriamente dita é só uma rua larga, de terra, com algumas casas de madeira. Uma das maiores é a sede da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Assentamento Maracá, a ATEXMA, criada em 1991 e que reúne 1.250 famílias, assentadas em 530 mil hectares de floresta. A principal produção é a de castanha, que agora chama castanha-do-brasil, em parte beneficiada no próprio local, como os deliciosos bombons de castanha que pudemos comprar.

CASTANHA-DO-PARÁ OU CASTANHA-DO-BRASIL

O fruto da castanheira, a *Bertholletia excelsa*, era conhecido como castanha-do-pará, pois era beneficiada exclusivamente nesse estado, também único exportador do produto. Era assim chamada para diferenciar da castanha portuguesa.

Acontece que o maior produtor de castanha é o estado do Acre, além dos demais estados da Amazônia, que antes só a exportavam *in natura*. Mudando esse quadro, atualmente existem no Acre 5 empresas beneficiadoras da, agora, castanha-do-brasil, ou *Brazil nuts*.

Justiça se faça à acreana Marina Silva, que em sua militância política ajudou a emplacar a mudança no nome da castanha.

Como curiosidade, acrescentemos que os arqueobotânicos estão convencidos do papel consciente do homem na multiplicação dos castanhais, já que o duro fruto da castanha só é quebrado por duas espécies de animais: a cotia e o homem.

AGROEXTRATIVISMO E TURISMO ARQUEOLÓGICO

A coleta da castanha dura só três meses por ano: quando ainda está chovendo, em fevereiro, o pessoal começa a ir para os castanhais abrir os igarapés (tirar os paus que caem, fechando o caminho) e fazer os barracões que vão abrigá-los durante a colheita. O assentamento produz também açaí e farinha, em regime de agricultura familiar. A região do Ajuruxi é uma das que mais produz farinha no estado do Amapá. Perto do lago é possível ter algumas cabeças de búfalo, mas o plano de utilização do assentamento só permite 30 cabeças por família.

Somos recebidos pelo secretário da ATEXMA, Rogério Flecha, e pelo seu Vavá, Evaristo de Morais. Na sala estão reunidas várias crianças, que escutam Mariana Cabral com atenção.

EXPLICANDO O PASSADO

– Há muito tempo atrás, gente que morava nessa região pegava o corpo dos mortos, deixava primeiro em algum lugar para desmanchar a carne e ficarem só os ossos, depois fazia aqueles potes em forma de pessoas e colocava os ossos ali dentro, guardando nas cavernas. Então as caver-

nas eram uma espécie de cemitério. Uma arqueóloga que trabalhou aqui [Vera Guapindaia] descobriu que os índios, quando colocavam as urnas na caverna, organizavam numa roda, como se eles estivessem conversando. Engraçado, né? – conta ela.

Mariana explica para crianças e adultos que Vera Guapindaia desenhou as 22 urnas que estavam na caverna, nos anos 1990[21]. Naquele ano de 2009, quando voltaram ao local, Mariana e os outros arqueólogos só encontraram 10, assim mesmo quase todas quebradas. Vera tinha levado muito material para o Museu Goeldi e reconheceu que na época das pesquisas faltou ter a comunidade mais envolvida, não só para assumir a própria história como para ajudar na preservação. As urnas que ela levou para Belém estão preservadas, poderiam voltar para um museu na vila, lembra Mariana.

SAQUES DO PATRIMÔNIO

– Mas aí é como você disse, primeiro o IPHAN, ele pode, a comunidade não pode... – diz uma moça, de nome Irene. – Aí fica assim, quem poderia guardar o próprio patrimônio, guardou. Várias pessoas como muitos professores da UNIFAP entraram, levaram, tudo isso a gente está sabendo. Qual foi o retorno que ficou pra comunidade? Nenhum. A gente não tem controle.

Pergunto para outra moça, Vanilza da Silva, o que ouviu falar da riqueza arqueológica do lugar.

– Só que lá na caverna tem várias peças que são valiosas, mas eu não sei quais porque eu nunca fui lá, nunca vi. Geralmente o pessoal trazia pra cá, embalava e levava pra fora. Muitas peças, não sei quantas.

MEDO DAS GRUTAS DOS ANTIGOS

Não é só Vanilza que nunca foi nas grutas. Os mais velhos têm medo, acham esquisito, isolado, lugar de defunto. Já os mais jovens foram levados em excursão da escola pelos professores. Eles viram “o monte de risquinhos lá de tinta vermelha, feito pelos índios”, como disse Ronielson Ferreira de Aragão, de 14 anos. Passo para Mariana a pergunta: quantos anos têm aquelas pinturas?

21 GUAPINDAIA, Vera L. C. e MACHADO, Ana L. C. “O Potencial Arqueológico da Região do Rio Maracá, Igarapé do Lago (AP)”. *Boletim do MPEG, Antropologia*, vol. 13. Belém: julho de 1997, n° 1, págs. 67-102.



O castanheiro Nonato Soares lidera os que querem guardar o patrimônio de Maracá na própria região.

– Na década de 1980, um arqueólogo [Klaus Hilbert] foi fazer pesquisa lá, não tinha nem estrada aqui naquela época. Ele escavou e encontrou pedaços de pedra quebrada para servir de ferramenta e, junto, encontrou restos de uma fogueira, restos antigos de gente que andava ali por aquele lugar. Dessa fogueira ele tirou o carvão, e o carvão é muito importante para o arqueólogo porque a gente consegue descobrir quando que aquela madeira foi queimada. Se o carvão está junto das peças, a gente descobre quanto tempo têm as peças. Daí ele conseguiu descobrir que há 3 mil anos atrás tinha gente morando lá – explica ela.

Nonato Soares é o presidente da Associação dos Castanheiros do Assentamento Maracá, fundada em 2006. Ele apoia a ideia de fazer um museu local e destaca que no alto Maracá há muitas cavernas ainda não exploradas, "castelos de pedra", como diz. "Lá no Pires, braço do Maracá, lá em cima, tem uma lagoa que não seca, dá inverno, dá verão. Lá existe essa igrejinha natural, feita de pedras, acho que ali já foi habitado, não se sabe de que forma, mas foi. Chama caverna da Lagoa. Tem também essa cachoeira grande, chamada Tutunga, com dez metros de largura, uma altura imensa. Sobe nessa cachoeira e chega numas cavernas muito lindas" – garante Nonato.

FORMAR GUARDIÕES LOCAIS

– Eu acho que os bens daqui, em primeiro lugar, não devem ser levados. O Maracá pode ficar de herança também para os turistas, pessoas estrangeiras que puderem vir visitar nossos bens. A gente toma conta – afirma o castanheiro, acostumado a buscar as castanheiras onde só dá para chegar na cheia, para passar as cachoeiras, de voadeira. Aqui se chama cachoeira desde a corredeira até a grande queda d'água, que para subir tem que levar o barco pela margem.

O castanhal do seu Nonato é o Itapeuá, do tempo em que quase ninguém morava no Maracá. Apesar de ser evangélico, ele destaca a importância de se respeitar as cachoeiras, lugar de devoção onde aparece "encanto". Muito sério, ele conta quando viu duas mulheres da cachoei-

ra, morenas de cabelo liso, que disseram a ele e ao amigo que ficassem tranquilos, que não iam "deixar nada acontecer. E sumiram". Agora seu Nonato está confiante em que os bens do lugar vão voltar, certamente um sinal de respeito aos antigos.

Irene fabrica biscoitos de castanha e tem uma ideia muito clara de como o turismo organizado pode trazer benefícios à população:

– Tem muitos jovens aqui que terminaram o colégio e estagnaram. Podem ser guias turísticos, fazer um curso de línguas, tudo isso trará desenvolvimento pra nossa comunidade. Por enquanto tem o seu Vavá que sempre acompanha pessoas que vão pro alto Maracá. Mas a comunidade precisa estar organizada, com espaço para guardar [as peças] com segurança, ou então trabalhar o sítio para que as pessoas só possam olhar sem tocar. As crianças precisam aprender isso.

ARQUEOLOGIA PARA QUEM

Sílvio Figueiredo toma a palavra e apresenta a equipe que iria se ocupar da musealização, a pedido do IPHAN. A arqueóloga Marcia Bezerra, da Universidade Federal do Pará, é uma das coordenadoras do projeto, fazendo a parte de Educação Patrimonial.

Em 2013, Marcia seria eleita presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira, a SAB, onde já ocupou vários cargos e tem atuação marcante. Em junho de 2012 seria cedida pela UFPA para o Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN, em Brasília, mas pouco tempo depois voltou para o Pará. Na universidade, lidera o grupo de pesquisa do CNPq sobre Arqueologia Pública com K. Anne Pyburn, da Indiana University, e orientou o doutorado de Mariana Cabral[22]. Ela ainda participa de entidades internacionais e colabora em publicações especializadas. Não é por coincidência que o encontro da SAB em 2015 seria chamado "Arqueologia para quem?"[23].

22 "No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta". Tese de doutorado na UFPA, aprovada com elogios em 2014, poucos dias depois que se encerrou o II Encontro da SAB-Norte, em Macapá, organizado com muito trabalho por Mariana e a equipe do IEPA. João também participou, coordenando o simpósio sobre Estruturas Negativas na Amazônia Pré-Colonial: Deposições, Contexto e Significado, tema relacionado ao seu doutorado em curso no Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, do MAE-USP.
23 XVIII Congresso da SAB, de 27 de setembro a 02 de outubro de 2015, na PUC-Goiás, em Goiânia, aí realizado em comemoração aos 35 anos de fundação da SAB, nessa cidade.

– Eu queria saber de vocês qual é a melhor maneira para os turistas não causarem destruição, para que outras pessoas que souberem dessa riqueza do patrimônio, como vocês mesmos falaram, não venham aqui para destruir. O que poderia ser feito junto com esse projeto? – pergunta Marcia ao grupo de moradores reunidos pela ATEXMA em Maracá, em 2009.



A arqueóloga Marcia Bezerra visitando os sítios arqueológicos do Amapá.

O secretário da entidade, Rogério, toma a palavra:

– De tudo que há no Amapá, madeireira, mineradora, a menina dos olhos é Maracá. A gente sabe, pelos projetos econômicos que já pintaram, que daqui mais uns anos a população vai inchar. O negócio é capacitar pessoas daqui da comunidade para guardar os tesouros arqueológicos e também para conduzir o povo e ajudar na segurança da própria comunidade. Mais ou menos isso a gente pensou, é um projeto nosso, pode se encaixar no projeto do IPHAN.

Várias pessoas resolvem falar ao mesmo tempo: a prefeitura podia treinar a comunidade, toda semana ir alguém no sítio pra ver como está, se levaram peças. Outro diz que eles entram de dia, de noite é mais difícil. Pode ir às 6 da manhã, voltar para casa à tarde. Uma mulher fala da importância de se ter um espaço próprio para oficinas de artesanato, em que os turistas pudessem ver as pessoas trabalhando.

Depois de muita discussão, Marcia lembra que não basta guardar o patrimônio em segurança, como estão as peças lá em Belém, e que ninguém pode ver. Tem que ter um museu que seja cuidado, que todo mundo possa entrar e visitar:

– E que seus bisnetos também possam ver essas peças, que daqui a 100 anos elas estejam aqui – disse Marcia, destacando que o patrimônio deve permanecer com a comunidade de origem.

DEDICADA À ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Marcia Bezerra formou-se em 1984 nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, no primeiro curso de graduação, no Brasil, em

cap4_2.indd 209 27/08/2015 15:15:10

Arqueologia, curso esse que foi fechado nos anos 2000. Em 2015, já eram 13 os cursos de graduação – 12 em universidades públicas e um em instituição privada – e 9 cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), em entidades públicas. Fez mestrado na UFRJ e em 2003 obteve o título de doutorado na USP com a tese "O Australopiteco Corcunda: As Crianças e a Arqueologia em Um Projeto de Arqueologia Pública na Escola".

Como companheira de viagem, ela é divertida e animada. Adora o lado aventureiro da profissão e é consumidora de *gadgets* para esportes radicais, muito úteis para os arqueólogos em campo. Pergunto o que a emociona numa escavação.

– Olha, eu ingressei na Arqueologia muito cedo, aos 17 anos, então várias escavações me emocionaram muito no início. Lembro-me de uma, no Malhada, em Cabo Frio (RJ). Este sítio foi pesquisado durante anos pelo IAB [Instituto de Arqueologia Brasileira, dirigido por Ondemar Dias], tinha uma camada de ocupação de três metros, chegava a 4000 anos Antes do Presente. A equipe encontrou uma quantidade significativa de esqueletos humanos, quase cem enterramentos, que me fizeram perceber a grande responsabilidade do que eu estava fazendo na arqueologia. Outra ocorreu na Gruta do Gentio, em Unaí (MG), onde participei de duas missões do IAB. O sítio também tinha muitos enterramentos e o teto repleto de pinturas. Quando escavamos a última camada do sítio, nós chegamos na rocha base, onde os primeiros ocupantes haviam pisado há milhares de anos. Aí nós notamos um pequeno vestígio de cor escura, era um pingo de tinta! O indivíduo que pintou o teto deixou cair. Era como se estivéssemos vendo aquela cena, o pingo de tinta caindo e manchando a pedra, que foi sendo coberta por sedimentos ao longo de 8 ou 9 mil anos, até ser encontrado por nós naquela tarde. Foi uma experiência inesquecível!

Segundo Marcia, o sítio era bem antigo. Foi utilizado primeiro por caçadores-coletores e, depois, por grupos que tinham algum tipo de manejo, de agricultura, horticultura. Encontraram vários enterramentos, muitos com fragmentos de pele, unhas e um corpo mumificado naturalmente de uma criança, de 8 ou 9 anos, com vestígios de cabelo. Ela estava envolta numa tecelagem e ainda conservava restos de alimentação e fezes fossilizadas no abdômen. Ela integra o acervo do IAB, onde está exposta numa vitrine fechada, no museuzinho da sede, em Belfort Roxo, no Rio de Janeiro.

E depois de uma pausa:

– Tem muitos outros casos. Mas te digo, o que é emocionante mesmo é que nós podemos aqui no presente construir... imaginar, *mas com méto-*

do, o passado. E isso acontece em todas as escavações, Solange, eu diria que é a nossa emoção cotidiana. E eu hoje compartilho isso com as pessoas que moram nas proximidades dos sítios. Essa é uma outra categoria de emoção, trocar essas experiências sensíveis com os moradores locais, esse é o meu trabalho hoje.

BANHO DE RIO E REDE NA VARANDA

A tarde vai caindo e chegou a hora do nosso banho no rio. Deixamos as mochilas na sede da Polícia Ambiental, onde iríamos passar a noite, e caminhamos até o pequeno cais, no final da rua. O rio, aqui, tem uns 30 metros de largura e a água clara. Uma delícia depois desse calor todo. Armamos nossas redes na varanda do segundo andar do posto policial. Aprendo como colocar uma varinha de cada lado da rede para abrir o mosquiteiro próprio para rede, que comprei em Macapá, com os punhos que abraçam os da rede. Também lembrei de trazer um lençol, porque de noite esfria muito, vamos dormir ao ar livre. Os policiais estão encantados com a nossa presença e são muito atenciosos.

Eu não poderia imaginar o que nos aguardava no dia seguinte, dormi na maior paz.

URNAS MARACÁ

A região do rio Maracá foi alvo do interesse de pesquisadores desde 1872, como já mencionamos, quando Domingos Soares Ferreira Penna localizou três sítios arqueológicos. Ele encontrou urnas funerárias de cerâmica, depositadas em abrigos sob rocha e de pé, embaixo de lapas próximas ao Igarapé do Lago[24]. Cinco anos depois ele voltou à região e recolheu mais urnas, duas delas contendo crânios humanos que enviou para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Todo o resto do acervo foi para o Museu Paraense, que ele dirigia.

O próprio Emilio Goeldi visitaria o Maracá em 1895 com uma equipe do museu, mas as grandes descobertas dessa expedição foram no rio Cunani, com as cavernas artificiais funerárias em forma de bota. As cavernas do Monte Curu, na então Guiana Brasileira, foram alvo de detalhado

24 CRESCENCIO, Genival (UFPA). "A Proto-História da Espeleologia na Amazônia", *Anais do 31° Congresso de Espeleologia*. Ponta Grossa-PR: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 21-24 de julho de 2011. www.cavernas.org.br

estudo do Goeldi quanto à disposição das peças, certamente de significado simbólico, como ele publicaria em 1900. Enterramentos semelhantes foram feitos na região de Calçoene, que visitaríamos depois.

Vera Guapindaia cita que em 1915 foi a vez do etnólogo alemão Curt Nimuendaju visitar a região do Maracá/Igarapé do Lago, quando registrou cinco sítios e coletou 248 fragmentos de cerâmica em área de terra preta. No ano seguinte, 1916, o americano William Farabee, da Universidade de Filadélfia, encontrou vestígios semelhantes aos de Ferreira Penna e Lima Guedes (da equipe de Emilio Goeldi), isto é, urnas antropomorfas em cavernas.

Em 1953 chegou ao Maracá o etnólogo Peter Hilbert, que hoje dá nome ao Laboratório de Arqueologia do IEPA. Num abrigo sob rocha chamado Buracão do Laranjal – uma cavidade natural chamada de caverna na região – ele encontrou pinturas rupestres, mas não chegou a publicar sua descoberta. Passaram-se 25 anos até seu filho Klaus Hilbert escavar o sítio, acompanhado por Mauro Barreto, que eu viria a conhecer em 2014, em Macapá.

– Numa viagem de nove dias ao todo, eles só conseguiram trabalhar meio dia nesse sítio, porque não havia acesso até aqui. O Klaus e o Mauro conseguiram fazer uma trincheira de três metros por um metro. No fundo dessa trincheira ele obteve uma datação de material lítico de cerca de 3.700 anos[25] – explica João Saldanha, ao chegarmos ao Buracão do Laranjal, depois de rodarmos cerca de meia hora de caminhonete, saindo da vila de Maracá.

JOÃO FIGURINHA

Klaus foi professor de João e Mariana em Porto Alegre e o principal responsável por torná-los arqueólogos. João já tinha tido um contato na infância com a arqueologia, quando o arqueólogo gaúcho Sérgio Leite chegou na sua cidade natal, Dom Pedrito (quase fronteira com o Uruguai), e convocou a criançada para ajudá-lo na escavação de uns cerritos.

Como já falamos no capítulo 3, comparando com os tesos de Marajó, os cerritos são aterros produzidos pela ação humana, arredondados, que chegam a 100 m de diâmetro e 7 m de altura, geralmente na proximidade de lagoas, banhados e várzeas ao longo dos rios, típicos

25 HILBERT, Klaus e BARRETO, Mauro V. "Relatório de Viagem do Projeto de Levantamento de Sítios Pré-cerâmicos no rio Maracá - AP". Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 43 págs. (Relatório Interno - Datilografado), 1998.

do sul do Rio Grande do Sul e Uruguai e semelhantes aos tesos da ilha de Marajó.

Lá em Dom Pedrito, eram sítios de caçadores-coletores, pré-cerâmicos, não havia muito mais do que lascas, mas João adorou a sensação de procurar o desconhecido. Ele tinha 11 anos e a mania de colecionar tudo, figurinha, chapinha, só coisinhas miúdas, segundo ele, o que lhe rendeu o apelido de "João Figurinha".

BURACÃO DO LARANJAL

Ali no Buracão do Laranjal pudemos observar alguns grafismos bem simples. Consigo distinguir uma rodinha vermelha. Um outro lembra de longe um lagarto. Estão conosco o Rogério, secretário da ATEXMA, e o filho do presidente da associação, o Francisco, que é conselheiro tutelar. Estão curiosíssimos, agora que têm ideia da importância dos sítios arqueológicos.

– Que interessante! Tanto tempo aqui no Maracá e eu não conhecia. Me sinto privilegiado de ter aqui um patrimônio desse que muito município, muito país não tem! – surpreende-se Francisco. E acrescenta: – Eu trabalhei num projeto de resgate da história do Amapá, para o CNPq, em que eu aplicava questionários nas comunidades. Nunca deu para eu vir [no sítio], essa é a primeira oportunidade.

Rogério parece mais mobilizado com o aspecto institucional:

– Aqui é uma área de APP[26], além de ser também uma área em torno do sítio arqueológico – explica ele.

Klaus Hilbert e Mauro Vianna Barreto fizeram o relatório datilografado para o Museu Goeldi, mas não publicaram o resultado. Eles registraram pinturas em vermelho nas paredes, lascas, núcleos e restos de fogão, entre 35 e 50 cm de profundidade, atribuindo-os a grupo não-ceramista. Em 2000, Guapindaia e Machado divulgaram o resultado da datação de 3.750 ± 110 AP (BETA 30746)[27].

26 Segundo o atual Código Florestal, Lei n° 12.651/12, Art. 3°: II - "Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".

27 O Laboratório Beta Analytic é especializado em espectrometria de massa para datação radiocarbônica e fica em Miami, nos Estados Unidos.

CHMYZ NO AMAPÁ NOS ANOS 1990

O arqueólogo gaúcho Igor Chmyz, do CEPA/UFPR, que participou do PRONAPABA, relata as escavações em quatro sítios no Amapá, entre 1991 e 1995[28], um deles na região do Buracão do Laranjal, o AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracuá, que também apresentava pinturas em vermelho.

"Formado por figuras isoladas de antropomorfos, pegadas e círculos concêntricos, o conjunto mostra semelhanças com os registrados por Edithe Pereira (2003: 135) na Serra do Ererê, no município paraense de Monte Alegre."

Chmyz afirma serem sítios relacionados a grupos ceramistas, e que encontraram um fragmento de hematita[29] com a mesma tonalidade das pinturas junto aos fragmentos de cerâmica, o que lhe permitiu inferir serem contemporâneos os vestígios do solo do abrigo e as pinturas, de 3.350 ± 70 AP (BETA 77363).

Em 1995, Ana Lúcia Machado esteve pela primeira vez no Maracá, voltando no ano seguinte com Vera Guapindaia, que continuaria a pesquisa em 1997 e 1999.

SIMÕES TAMBÉM BARROU CHMYZ NA AMAZÔNIA

Lembremos que Igor Chmyz é um dos iniciadores da Arqueologia no Brasil, sendo fundador do importante CEPA[30], da Universidade Federal do Paraná, anfitrião do encontro em 1964 onde foi idealizado o PRONAPA.

Com tal qualificação, Chmyz foi convidado em 1967 pelo presidente do IPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, para que o CEPA fizesse as prospecções nos sambaquis maranhenses, o Projeto Pericumã-Pindaré.

Chmyz simplesmente não pôde fazer a pesquisa por causa do protesto feito pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, que considerou "uma ingerência de uma instituição não pertencente à região".

---

28 CHMYZ, Igor. "Abordagens Arqueológicas na Amazônia", *Arqueologia,* v. 9, págs. 1-16. Curitiba: 2006.

29 Hematita é o mineral óxido de ferro, Fe_2O_3, usado na pintura rupestre para tonalidades que vão do vermelho ao amarelo.

30 Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR).

cap4_2.indd 214 27/08/2015 15:15:11

O curioso é que tampouco o Museu Goeldi pôde levar a pesquisa adiante, por falta de recursos. Só em 1971, "Mário Ferreira Simões, responsável pela Divisão de Arqueologia do Museu Goeldi, coordenou o Projeto São Luís e Cajari, enfocando os sambaquis da capital maranhense e as estearias do lago Cajari."

Finalmente em 1975 o CEPA pôde realizar um projeto acadêmico na Amazônia, a partir do campus avançado da Universidade Federal do Paraná na cidade maranhense de Imperatriz, que funcionou como base de apoio na região.

CAVERNA DO VEADO: A TRILHA INFERNAL

A Caverna do Veado, na serra de mesmo nome, só foi descoberta e explorada em dezembro de 1986, por um integrante do Grupo Espeleológico Paraense. Em 2009, quando fomos visitá-la, o acesso continuava bem difícil.

Depois de deixar a caminhonete onde começava o campo inundado, cruzamos vários trechos sobre troncos de buriti onde mal e porcamente eu conseguia me equilibrar, desde logo encharcando as botas, claro. Onde a água estava mais funda, só mesmo de barco. Mais troncos para desembarcar.

E aí começava a trilha pela floresta. A tiracolo, eu ainda levava minha câmera de vídeo, uma brava Sony PD-150 de muitas batalhas, que parecia ter o peso multiplicado quanto mais subíamos e descíamos pela trilha. O pior era a velocidade da caminhada: sem poder ficar para trás, não podia me deter observando muito o chão, com as folhas caídas escondendo as raízes das árvores, onde tropecei dezenas de vezes. Ainda no trajeto de ida, perdi meus óculos de grau. Somem-se a isso os insetos, o calor infernal, a sede que a pouca água do cantil, morna, não saciava. Eu nem estava aí para alguma cobra, as mazelas eram tantas que eu nem pensei nisso.



Depois de me equilibrar nos troncos de palmeira, ainda com os óculos e carregando minha câmera de vídeo.

Desisti de fazer qualquer imagem do trajeto, o que exigiria eu me adiantar ao grupo para fazer uma tomada de frente, dando uma corridinha, depois deixá-los passar… impossível. Apesar da experiência em trabalho de campo como repórter, inclusive percorrendo cerca de 20 mil km na Amazônia, cruzando a região de um lado a outro para um especial em 1989, convenhamos que vinte anos depois as minhas condições físicas não eram as mesmas.

Nem acreditei quando chegamos junto à caverna. Não sei dizer que distância percorremos. O tempo me pareceu longuíssimo. Confesso que achei meio decepcionante.

No espaço escuro, algumas urnas, quase todas quebradas, não mantinham sequer a arrumação original em semicírculo. Nosso grupo se sentou à entrada, observando as urnas e descansando. Apesar do estrago, dava para observar a peculiaridade das urnas Maracá, com as figuras humanas, homens e mulheres, sentadas sobre um banquinho, com os braços torcidos para fora e apoiados nos joelhos, as pernas bem grossas, a cabeça representada na tampa da urna. Ferreira Penna falou do banquinho em forma de tartaruga, que Hartt achou que era uma onça. Bem, seja como for, bem achatadinha.

As que vimos tinham cerca de 50 cm de altura, mas elas alcançam de 20 a 85 cm. Interessante que as urnas de Cupixi também tinham a cabeça na tampa da urna, encaixada sobre o corpo. Só que os traços são diferentes e os braços são só representados, colados junto ao corpo. As descrições das urnas Maracá registram vários desenhos em cores, que identificam certamente a origem importante daqueles cujas cinzas ali estão. Sem dúvida, mereciam respeito. Quem sabe o projeto de musealização poderia restaurar a dignidade daquele culto aos ancestrais, pensei depois.

O propósito da nossa ida era justamente coordenar as ações necessárias para a visitação guiada ao sítio. Eu diria que é uma trilha de dificuldade média, não recomendada para a terceira idade... Nem preciso me estender sobre o trajeto de volta, foi uma catástrofe para mim. O mais grave foram os tombos consecutivos que levei, três ao menos foram espetaculares. No último, sofri o que parecia ser uma fratura no dedo da mão, ao se chocar com uma pedra quando eu "aterrisei".

Na etapa seguinte da viagem, em Calçoene, consegui ser examinada pelo único médico do local, um ginecologista, que não dispunha de raio-X, mas foi muito atencioso e me imobilizou o dedo. Mariana me disse que nunca viu alguém cair daquele jeito, voando e pousando como um saco de batatas...

A QUASE DESISTÊNCIA

Realmente estava me sentindo muito mal, devo ter feito uma crise hipoglicêmica, desidratação, cansaço, ou tudo isso junto, sei lá. Deu vontade de desistir de toda a viagem, do livro. Mas finalmente consegui atravessar de volta o campo inundado e chegar numa "casa" sem paredes, onde morava uma família há cerca de um ano. O banheiro, sem teto, era um cercadinho de tábuas, a água era de balde.

Lembrei do garimpo de Pau Grosso, em Roraima, às margens do rio Uraricoera, na fronteira com a Venezuela, onde pernoitei em 1989, porque o avião monomotor não podia decolar à noite. Essa solução de casa sem paredes é ótima para a ventilação. Pude descansar numa rede, enquanto o grupo fazia uma reunião de trabalho. Como consolo, um dos rapazes encontrou meus óculos à margem da trilha, quase por milagre.

Tempos depois, novas urnas foram roubadas da Gruta do Veado. Algumas urnas foram apreendidas numa coleção particular na Guiana e repatriadas pela polícia francesa, que as entregou à Polícia Federal na fronteira do rio Oiapoque. Hoje estão sob a guarda do IEPA, em Macapá. Esse tipo de saque normalmente é feito por encomenda de colecionadores. Já não havia muito o que visitar. Atualmente o turista pode ir aos jardins do Museu Sacaca, em Macapá, onde existe uma reconstituição da Gruta, com uma cópia das urnas originais.

GARRAFINHA, O GUARDIÃO DOS MEGALITOS

O Sítio Arqueológico Rego Grande, em Calçoene, não sofre o mesmo risco, ele tem um guardião: Garrafinha, assim conhecido porque era muito doente quando criança e sempre andava com uma garrafinha de remédio, possivelmente para asma.

Ele é nascido e criado aqui, a quase 400 km de Macapá e próximo à fronteira da Guiana. Por volta de 1964, quando tinha 13 anos, Lailson Camelo da Silva, pois este é seu nome, topou com as peculiares estruturas de pedra, os megalitos, sob densa vegetação, quando caçava porco do mato. Anos depois ele foi



O guardião Lailson Camelo da Silva, o Garrafinha

contratado para desmatar o local, transformado em pasto de búfalos, revelando, então, a estrutura circular, que hoje se acredita ter sido um centro cerimonial entre possivelmente 2.000 e 1.000 AP.

Estruturas semelhantes, menores, foram encontradas nas proximidades, sempre perto de rios. O do Rego Grande, o maior, é claramente o mais importante. Seriam dos antepassados dos índios **Palikur**, hoje cerca de 2.000 indivíduos, espalhados em torno da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Outros observatórios astronômicos foram identificados na América Central – de aztecas e maias – e na América do Sul, da civilização inca.

PALIKUR: DONOS DOS SEGREDOS DOS MEGALITOS?

Segundo a antropóloga da USP Lux Boelitz Vidal, os índios Palikur são um grupo Arawak, que no século XVII envolveu-se em um longo conflito com os Galibi, um grupo Karib que vivia mais ao norte. Os Galibi-Marworno, por sua vez, habitam uma ilha no rio Uaçá e são descendentes de várias etnias, essencialmente Karib. Ver mais em “Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá”.

– Quando em vim trabalhar aqui, chamava-se Fazenda Milhão. O dono tinha uma filha chamada Emília, então botou o nome de Fazenda Milhão. Quando chegou aqui a primeira rês, já fui eu quem trouxe – garante Garrafinha, cioso da sua importância, ao lado dos cachorros, Plutão e Mig.

Ele ajudou os arqueólogos a localizarem vários outros megalitos na região, hoje tem até o Sítio Garrafinha, onde foram encontrados pedaços de cerâmica à superfície[31]. Ele continua:

– Com o conhecimento que eu vou tendo, com meus dois professores que são o seu João e a dona Mariana, onde eu vir hoje [fragmentos] eu já conheço que isso tudo faz parte desse ser humano que esteve aqui. Com a ajuda deles, eu fui fazer o curso para guarda-parque e hoje estou mais feliz ainda, porque estou ajudando a proteger a natureza e o que é nosso.

31 O sítio AP-CA-38: Garrafinha é próximo ao grande sítio de megalitos AP-CA-18: Rego Grande e fica às margens do rio Rego Grande. É igualmente um sítio Aristé, da tradição Borda Incisa/série Barrancoide, associado com populações Arawak, como cita Rapp Py-Daniel em sua tese de doutorado, de 2014, em que analisa as práticas funerárias a partir desses dois sítios do Amapá, além do Laranjal do Jari.

cap4_2.indd 218 27/08/2015 15:15:12

CHEGADA AO SÍTIO DO REGO GRANDE



Da esquerda para a direita:
Josiel Guedes, Raimundo Araújo, Marcia Bezerra, Marcondes Araújo, Silvio Figueiredo, Mariana Cabral, João Saldanha, Garrafinha.

Logo que chegamos ao sítio, a poucos quilômetros da cidade de Calçoene, encontramos o Garrafinha. A antiga fazenda foi desapropriada e deve se tornar um parque estadual. Um dos problemas para a conservação dos megalitos é o risco permanente de incêndio, que lasca as pedras, nas queimadas provocadas nos pastos próximos. É como conta Garrafinha:

– Quando seu João chegou mais dona Mariana, eu fui procurado por causa da área que tinha desmatado, né, pelo conhecimento que eu tinha daquelas pedras, a diferença que tinha de dentro da mata para a *desmatação* que foi feita, que mudou. No tempo da mata era uma coisa, depois elas [as pedras] foram se quebrando mais, né, por causa de pau e fogo.

Ao voltar ao sítio em 2014, cinco anos depois da primeira visita, dessa vez com vários participantes do encontro da SAB-Norte, reencontrei Garrafinha morando no mesmo lugar, agora acompanhado da esposa. Alegre e impostando a voz, recitou-nos de sua autoria:

> *"Vocês estão vendo essa casa / Ela foi feita pra mim / Pois eu estou muito feliz / Por morar no ramal / Que vai para o Cunani. // Se você não quer ir lá / Fica à minha espera*

/ Que eu lhe levo numa pedra / Que embaixo tem uma caverna. / Quando você vir de lá / Vá no sítio visitar. / Tem uma pedra furada / Aonde o sol vai entrar. / Se você observar, / Você vai ficar sabendo / Que isso tudo faz parte / Da nossa grande história / Do estado do Amapá. // Você quer morar feliz, / More na terra praiana / Que eu agradeço a Deus / Ao João e à Mariana. // (...) Quando alguém aqui passar / Todo mundo vai lembrar / Que tudo que aqui tinha / Quem cuidou foi o Garrafinha!"

A EXPERIÊNCIA DO GARIMPEIRO

Foi ele quem solucionou o problema de como deslocar os pesadíssimos blocos de granito que cobrem os poços funerários, quando iniciaram as escavações em 2006. Quem conta é Mariana:

– Graças à experiência do Garrafinha, que já trabalhou em garimpo, aprendemos a técnica do uso de embaúbas, que têm uma gosma debaixo da casca, o que ajuda a deslizar os blocos. Com isso, umas dez pessoas conseguimos mover o bloco, praticamente sem danificar nada em volta. E isso que a gente só moveu para o lado, imagine trazer de longe.

A arqueóloga Maria Lúcia Pardi, "madrinha" da dupla gaúcha e presente à visita de 2014, não resistiu à piada:

– No próximo congresso podemos fazer uma sessão de arqueologia experimental, de como construir um megalito...

OBSERVATÓRIOS SÃO TAMBÉM CEMITÉRIOS COM POÇOS

Os blocos de granito, apesar de abundantes na região e naturalmente lascados, em muitos casos precisaram ser trabalhados e movidos de suas jazidas, a pelo menos uma hora de barco a remo, no leito do Rego Grande ou do Calçoene, como revelam as cicatrizes nesses locais.

Ainda em 2006, eles escavaram um conjunto de megalitos bem menor, na outra margem do rio. Encontraram cerâmica globular, mais simples do que as antropomorfas do sítio principal.

Desde o início constataram a enorme diversidade de formas e características dos poços, às vezes com câmaras laterais, às vezes só o poço, às

vezes com ossos fora de urnas, às vezes ainda com sinais de que foram remexidos e reutilizados[32].

João acredita que um sítio próximo à sede do parque, com vestígios de ferramentas líticas e pouca cerâmica, pode ter sido de preparação de alimentos para cerimônias no conjunto principal, o de notória utilidade astronômica. Mariana não concorda muito com essa hipótese. De qualquer maneira, os ocupantes da região não moravam junto a esses sítios, de uso cerimonial, mas nos arredores.

PREPARAÇÃO DO SÍTIO PARA VISITAÇÃO

O turismólogo Josiel Rodrigues Guedes é paraense e radicado no Amapá. Na minha primeira visita a Calçoene, em 2009, ele me explicou que estavam topografando a área e verificando onde o público não deveria ter acesso direto, por causa do alto grau de fragilidade, que também limitaria o número possível de visitantes. Em princípio, o interior do círculo deveria ser interditado.

– Há uma época do ano em que alaga isso tudo aqui – mostra Josiel. – Os arqueólogos já viram que tem muito material a ser escavado, não se pode causar impacto [na área do círculo dos megalitos]. A equipe vai sugerir algumas estruturas para facilitar o acesso do público [o que ainda não ocorrera em 2014].

Todo mundo participou das observações. O motorista da L-200 do IPHAN chama-se Raimundo Pinto de Araújo. Ele acabou se afeiçoando à dupla gaúcha de arqueólogos, que transporta desde a chegada deles ao estado:

– Desde o começo eu andei com eles pra cá e ficava junto, acompanhando a escavação. Eles cavaram e descobriram aqueles vasos. Tinha um buraco lá que tinha bem uns cinco, um em cima do outro. Todos cheios de terra. Tinha uns com aquele pó branco dentro, eu acho que era osso, só aquele pó. Tinha uns que tinham umas pinturas, né, uns desenhos. Eles acharam uns com umas carinhas, tipo uns bichos. Eu achei muito legal. Eles gostaram de mim também, eu gostei do trabalho deles. Gostei deles

32 Na escavação do sítio AP-CA-18: Rego Grande foram delimitadas 4 áreas: a 1 e a 2 com os alinhamentos de pedras; a 3 e a 4 revelaram grande concentração de material cerâmico, caracterizando uso residencial. A colina em que existe o círculo com os megalitos tem 150 x 80 x 30 metros. Os poços sob lajes apresentaram diferentes processos de intervenção e usos. Alguns foram claramente reutilizados, com urnas e contextos remexidos no passado, como conta Rapp Py-Daniel.

terem vindo de fora pra descobrir uma coisa aqui, esse sítio aqui. É muito bonito isso aqui.

O outro motorista em 2009 era o Marcondes Araújo, que alugou o carro para caber toda a equipe. Ele é baiano mas mora no Amapá há 20 anos. Adorou o Sítio do Rego Grande, "a gente percebe que é algo meio sobrenatural, fica imaginando como colocaram aquela pedra enfiada ali, é muito bonito. Eu já estou imaginando aqui quando é que vou voltar, quando vão colocar em prática todo esse projeto, para trazer amigos, familiares, para conhecer. Porque é estranho, é místico e ao mesmo tempo é bonito, interessante".

Marcondes foi meu anjo da guarda no dia do sufoco no Maracá. Todos dormimos na casinha de madeira com sala, dois quartos, cozinha e banheiro, onde mora o Garrafinha. Preferi pendurar minha rede dentro de um dos quartos, senti frio no Maracá, do lado de fora. No dia seguinte, Marcondes se meteu na cozinha, fez ovos mexidos com salsicha para todo mundo e coou o café.

TRADIÇÕES INCISO PONTEADA E POLICRÔMICA NO AMAPÁ

– No Amapá temos duas tradições, segundo as classificações já conhecidas. São elas a tradição Inciso Ponteada, da qual fazem parte as



Vaso zoomorfo da fase Aristé, encontrado em Tartarugalzinho.



Vaso antropomorfo da fase Mazagão.

fases Koriabo e Mazagão, e a tradição Policrômica, que seria a fase Aristé, onde se enquadra Calçoene – explica João Saldanha, em 2009, antes de se convencer que a Aristé nada tem a ver com a Polícroma da Amazônia Ocidental. – A fase Maracá, classificada por Mário Simões, é uma fase flutuante, ainda não encaixada em nenhuma dessas tradições. A gente conhece muitos sítios-cemitérios mas não conhece as aldeias. As urnas funerárias são sempre aquilo, a cerâmica antropomorfa com aquele joelhinho, as mãos sobre os joelhos, a cabeça é a tampa, aquilo que vimos na Gruta do Veado.

ARISTÉ É PALIKUR

– Na fase Aristé, a cabeça é no próprio vaso – destaca Mariana. – Há uma série de detalhes para se classificar como Aristé. O tempero [antiplástico] é de quartzo, misturado com caco moído, por exemplo.

Os objetos rituais, altamente decorados, são sem uso, claramente fabricados para esse fim, como em Calçoene. São da chamada pré-história tardia, em torno de 1.000 AP, época de grandes mudanças em toda a região das terras baixas amazônicas, como ainda veremos.

Segundo o historiador amapaense Edgar Rodrigues, a fase Aristé seria a mais antiga e mais duradoura, além de ser a melhor conhecida, por já ter sido estudada por Goeldi e Nimuendaju (rio Uaçá). Os sítios característicos dessa fase foram encontrados nos municípios de Amapá, Macapá e Calçoene. Na época desses pesquisadores, ainda viviam na região os índios Palikur, Galibi e Karipuna. Recentemente teria se descoberto uma associação entre a tradição oral Palikur, ainda existente na região habitada por eles desde o século XVI, e os locais dos sítios Aristé[33], como revelou Stéphen Rostain[34].

REGO GRANDE É CAMINHO MÍTICO PARA PALIKUR

Em 2014, conheci o documentarista norte-americano David Green, filho de linguistas, que cresceu até os 6 anos entre os Palikur, no rio Urucauá, falando perfeitamente a sua língua. Ele já fez várias transcrições para o inglês e para o português dos mitos Palikur. Atualmente David está empenhado em associar os megalitos de Calçoene ao caminho mítico e histórico do personagem Kaomé ou Kaumá, visível no Google Earth, como ele me mostrou: tem 1,5 km de extensão por 40 metros de largura e, para David, a mesma orientação da linha indicada pelos megalitos de Calçoene para o solstício.

Ele me explica que a primeira constelação a aparecer no horizonte durante o solstício é a que os Palikur chamam de Sucuriju de duas cabeças, formada pelo Cruzeiro do Sul, Centauro e Escorpião, com poderes míticos de cura. Segundo David, a cerâmica Aristé é mais associada a um dos clãs Palikur, o do Lagarto. E a figura do lagarto realmente é encontrada em várias das urnas, inclusive as do Rego Grande.

Depois de pernoitarmos em Calçoene, alguns em pousadas, outros em redes num prédio da prefeitura, David seguiu viagem para a Guiana, de ônibus, que ele ficou esperando numa parada da estrada, onde o deixamos. Eu tinha cogitado de fazer essa viagem até Caiena, já que ali se está a só

33 http://edgar-amapa.blogspot.com.br/2014/01/achados-arqueologicos-no--amapa.html

34 Ver Anexo IV - Tradições e Fases da Cerâmica da Amazônia, associadas a padrões de Ocupação, Grupos Linguísticos e Práticas Funerárias, à pág. ...

100 km da fronteira, mas desisti diante das exigências burocráticas para se tirar um visto, ainda por cima muito caro.

PASSADO HISTÓRICO: A BASE AÉREA DOS AMERICANOS

No trajeto de volta, ainda visitamos a antiga Base Aérea do Amapá, construída pelos norte-americanos durante a guerra, escala importante para o abastecimento dos aviões a caminho da Europa. Depois a base foi transferida para a FAB e nela morou o arqueólogo paraense Mauro Vianna Barreto, filho de um sargento da Aeronáutica que ali trabalhou como meteorologista.

Integrante do nosso grupo, Mauro ciceroneou a visita à base semi-abandonada, emocionado por rever o cenário da infância. Só agora, no momento em que escrevo, percebo que Mauro é o mesmo que escavou o Buraco do Laranjal com Klaus Hilbert, conforme relatório ao Museu Goeldi em 1998. Professor de Arqueologia, Mauro lançou um livro didático em 2010, que ele estava vendendo, pessoalmente, no encontro em Macapá[35].

PETROGLIFOS DA PEDRA DO ÍNDIO

Na ida para Calçoene já tínhamos feito outra visita, à Pedra do Índio, que tem gravuras rupestres ainda não estudadas. Num grande lajedo granítico, parcialmente coberto por musgos e líquens, notam-se muitos desenhos de espirais, volutas e cruzes, que serão documentados pela equipe do IEPA. Tive a impressão de que ali já correu água, sobretudo porque no nível mais baixo do local há um grande buritizal, indício de umidade.

O arqueólogo italiano Filippo Stampanoni, que participou da visita, comentou que o sítio tem um outro universo estilístico em relação à tradição amazônica de registros rupestres, predominante de Manaus até próximo à Prainha (Monte Alegre), no Baixo Amazonas. Lá predominam as figuras antropomorfas, sobretudo as caretas, enquanto aqui, na Pedra do Índio, parece estar relacionado a alguma tradição peculiar dos afluentes do lado norte do Amazonas. Possivelmente Arawak, imagino eu.

35 BARRETO, Mauro. *Abordando o Passado, uma Introdução à Arqueologia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

CLASSIFICAÇÕES QUE NÃO SERVEM

João e Mariana se queixam do eterno problema das classificações, muitas vezes subjetivas, cuja aplicação rígida em tradições e fases não contempla a preocupação moderna com um leque maior de análise, como o estilo da cerâmica ou a sua funcionalidade. Ainda no laboratório de arqueologia, em Porto Alegre, alunos de Klaus Hilbert, os dois analisaram o acervo do Museu Arqueológico de Taquara, organizado por Eurico Miller, com metodologia do PRONAPA. Por isso eles consideram que caíram um pouco de paraquedas nessa discussão se existiram ou não sociedades complexas na Amazônia.

– Na verdade, somos de uma escola diferente, do Rio Grande do Sul. Mas trabalhando com o material daqui, começamos a encaixar o Amapá nessas discussões – continua João. – Quando chegamos, a grande briga era a questão dos cacicados ou não cacicados na Amazônia. De um lado, os que colocavam que existiam grandes contingentes populacionais que fizeram grandes monumentos e, de outro, o grupo mais ligado à Betty Meggers, que considerava a Amazônia impossível de sustentar uma sociedade complexa e, se houvesse, deveria vir de fora. Aí quando começamos a trabalhar com os megalitos, dissemos: "olha, a gente tem complexidade no Amapá também!"

SOCIEDADES COMPLEXAS NO AMAPÁ

Aprofundando a pesquisa, João e Mariana descobriram a monumentalidade das estruturas de pedra, mas sem indícios da existência de uma hierarquia de assentamentos, porque as habitações eram pequenas.

Sem dúvida o sítio do Rego Grande era mais importante do que os outros, menores, identificados à sua volta. Quando foram ao encontro seguinte da SAB, puderam constatar, aliviados, que havia uma convergência entre o que estavam descobrindo no Amapá e o que Eduardo Neves, por exemplo, estava pensando sobre a Amazônia Central: "Temos monumentos na Amazônia mas nada que seja parecido com os dos incas" [citando Neves], portanto não necessariamente grandes cacicados, grandes contingentes populacionais", conclui João.

DESCRIÇÃO DO OBSERVATÓRIO E CEMITÉRIO DE CALÇOENE

O círculo de megalitos do Rego Grande tem cerca de 30 metros de diâmetro, com 127 blocos de granito, alguns com 3 metros de altu-

ra, podendo pesar algumas toneladas. Os blocos foram retirados de uma pedreira a cerca de 5 km do local, e possivelmente aí talhados.

O alinhamento das pedras que indicam a posição do solstício de dezembro parece confirmar que o conjunto foi um observatório astronômico, talvez algum tipo de calendário solar. Os arqueólogos escavaram quatro poços funerários, com várias urnas e vários potes, com decoração policrômica, alguns enterrados e outros que eram utilizados para oferendas, em grutas e lajedos dos arredores. Ainda ficaram poços identificados e não escavados no Rego Grande, segundo a leitura atenta da Mariana.

Algumas aldeias podem ter sido habitadas por até quatro mil pessoas, por longos períodos, acreditam. "Algumas dessas antigas aldeias eram circundadas por fossos para reforçar a defesa contra invasores", dizia um texto no Museu Sacaca, referindo-se aos habitantes da costa norte do Amapá. Acredita-se que a região é habitada há pelo menos 6 mil anos.

A PONTE DO NADA PARA COISA NENHUMA

No começo dos anos 2000, projetou-se uma ponte sobre o Oiapoque, unindo o Brasil à Guiana. Meu filho Ernesto Viveiros de Castro, biólogo, analista ambiental lotado à época na Fiscalização do IBAMA, aí esteve para definir parâmetros dos futuros estudos de impacto ambiental do projeto. Ele aproveitou para atravessar o rio a nado, de água barrenta, recorda-se.

Um pouco mais de um século antes, aí esteve o zoólogo Emílio Goeldi, a mando do governador do Pará Lauro Sodré, tetravô do meu filho, por parte de pai. A missão de Goeldi era claramente política, com simultâneo interesse para a ciência, já que as informações detalhadas que forneceu sobre a ocupação da região serviram de prova da antiguidade portuguesa no seu povoamento. Como já mencionamos, a Suíça foi o país árbitro na contenda do Brasil com a Guiana Francesa[36], decidindo a fronteira definitiva no rio Oiapoque.

ESTUDOS PREVENTIVOS

Eduardo Neves esteve na região, estudando os índios Palikur, mas o salvamento arqueológico foi feito por João e Mariana, em 2008, nas

36 SANJAD, Nelson. *Emílio Goeldi (1859-1917): a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2009.

margens afetadas pela construção da ponte estaiada ligando Oiapoque, no Brasil, a Saint-George de l'Oyapock, na Guiana. Apesar de concluída, até hoje faltam as instalações necessárias do lado brasileiro, como Vigilância Sanitária, Alfândega e uma estrada decente de acesso.

Além das empreiteiras, que estariam "revendo o valor" no DNIT, há 400 postos de trabalho em jogo, numa área de fronteira frequentada por mão de obra clandestina, traficantes, garimpeiros e contrabandistas. Os catraieiros, que controlam o transporte de um lado para o outro do rio com seus barquinhos, também não têm interesse na liberação da ponte. E lá está a enorme e cara obra, sem uso, ligando uma área pouco habitada ao exterior, enquanto o Amapá continua isolado por terra do resto do Brasil.

DESBRAVANDO O AMAPÁ

João fala do entusiasmo dele e da Mariana com a oportunidade que estão vivendo no Amapá:

– A gente chegou no momento exato em que o estado está começando a crescer, é algo que dá para perceber. Apesar de não sermos muitos, contando com o apoio do IPHAN é possível um trabalho diferenciado. Monitorando obras que possam atingir o patrimônio, podemos nos antecipar à sua destruição. É um privilégio como arqueólogos. Por outro lado, é difícil fazer as pessoas perceberem a ligação delas com esses vestígios, grande parte da população é de imigração recente. Tentamos mostrar o potencial de geração de renda no futuro, com o crescimento do turismo arqueológico. Claro que sempre falamos da importância histórica. Se estamos aqui, o que é dessa terra de certa forma nos pertence. Temos que lidar com esses dois lados, às vezes não é fácil.

ENCONTRO DA REGIONAL NORTE DA SAB

Em 2014, o II Encontro da SAB-Norte reuniu cerca de 150 participantes, apesar de Macapá ser considerada distante e contramão: forçosamente os voos fazem escala em Belém e, muitas vezes, também em Brasília, ou Manaus, com espera de algumas horas em cada aeroporto.

O maior impacto do encontro foi a quantidade de jovens estudantes e profissionais arqueólogos, apresentando com firmeza o andamen-

to de suas pesquisas na Amazônia. Do lado de fora, uma talentosa artesã, Lídia, vendia seus trabalhos com inspiração nas pinturas rupestres de Monte Alegre e das cerâmicas do Amapá, integrante do coletivo “Criar Amazônia”, que surgiu graças ao projeto premiado de Edithe Pereira em Monte Alegre.

A conferência de abertura foi uma agradável surpresa: Dominique Tilkin Gallois, professora da USP de origem belga, radicada há muitos anos no Brasil, falou sobre “O que uma antropóloga espera da arqueologia”. Ela própria grande conhecedora de grupos indígenas do Amapá e norte do Pará, como os Zo’é, constatou as transformações ocorridas nesses grupos nos últimos 40 anos, de valor inestimável para os arqueólogos que agora aprofundam o conhecimento da região. Ela ressaltou a oposição entre abordagens estetizantes com as contextualizantes.

O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO

O que me pareceu mais interessante em sua fala foi a noção de que festa é semelhante a política: a busca de aliados ou de mulheres, propiciada pelas festas, pode ser mais importante do que a busca de recursos, como a noção dita civilizada de “progresso”.

Na chamada visão pan-amazônica, assim qualificada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional, eles manejam relações entre gentes, pessoas e, não, recursos.

No perspectivismo ameríndio, os mundos são múltiplos, existe a gente-onça, a gente-anta, até a gente-pedra, o humano é aquele que observa. Cultura e natureza não se opõem, ensinam esses povos. O que é ocupar um território? O que é território? Como são as relações de ocupantes humanos e não-humanos?

Não há, necessariamente, uma relação linear entre passado e presente, não é uma relação cronológica, são conexões de outras ordens. Por exemplo, para os Wajãpi, estudados por Mariana junto com ela, Dominique, todo recurso tem um dono, nada está disponível naturalmente.

Precisamos saber quem plantou e quem cuida. A arqueologia e a antropologia devem se somar, enriquecendo os respectivos conhecimentos, garante. Como a leitura das pinturas corporais, reproduzidas nas cerâmicas, nos tecidos, nas cestarias, de tradições ancestrais.

cap4_2.indd 229 27/08/2015 15:15:15

ARQUEOLOGIA DA MEMÓRIA

Marcia Bezerra, debatedora do simpósio sobre "Arqueologia no Presente: Relações com as Populações Vivas", afirmou que "estamos fazendo uma arqueologia da memória".

E radicalizou:

– Todos nós temos nossa própria forma de arqueologia. Como diz Mariana, somos todos arqueólogos, então estamos fazendo a arqueologia da arqueologia dos outros. Não se pode ter uma visão estritamente técnica dos sítios arqueológicos – alerta. – Por isso não dá para ficar longe da antropologia. Qual seria o limite ético da responsabilidade do arqueólogo? – levanta Marcia.

ARQUEOLOGIA, ATIVISMO E ÉTICA

Bruna Cigaran da Rocha, professora contratada em 2014 pela UFOPA, que fez graduação e pós em Londres, destaca que muitos vezes o arqueólogo só chega ao sítio graças à população local. O compromisso com as comunidades é intrínseco à relação do pesquisador com elas, é necessário o ativismo associado à atividade acadêmica, sustenta Bruna.

Helena Lima, cujo trabalho de campo acompanhei em Silves, no Amazonas, justamente em sítios arqueológicos que continuam habitados, também destaca a tarefa do arqueólogo de conhecer como a comunidade vê o vestígio arqueológico: "os sítios continuam em construção", diz ela.

Anne Rapp Py-Daniel ressalta que "não bebemos apenas na fonte da antropologia, não somos subalternos das outras ciências".

E Claide Moraes amarra as ideias com um pensamento do professor Eduardo Neves: "Ao fazermos arqueologia na Amazônia estamos fazendo história indígena de longa duração". E isso não é ativismo, é ética, conclui.

OS ARQUEÓLOGOS DA AMAZÔNIA SE DESLOCAM

Em Macapá, revi alguns personagens de peso desse livro, como Eduardo Neves, que até agora só falei de raspão, mas onipresente quando se trata de arqueologia amazônica.

Além de conhecê-lo em Belém, em 2009, de onde ele saiu presidente da SAB, reencontrei-o em 2010, em Manaus, no II Encontro Internacional de Arqueólogos da Amazônia, o EIAA II. Ao final do encontro pude visitar,

cap4_2.indd 230 27/08/2015 15:15:16

ciceroneada por ele e Claide Moraes, alguns sítios do Projeto Amazônia Central e o curso de arqueologia que ele ajudou a fundar em Iranduba, próximo a Manaus. Infelizmente o curso não contou com o apoio institucional necessário, e só tinha entrado mais uma turma, depois daquela que conheci.

Também por falta de concurso para efetivar professores, os alunos de Eduardo, que já estavam radicados em Manaus, viram-se obrigados a partir, como Helena Lima, que foi para o Museu Goeldi, Claide Moraes, Anne Py-Daniel, Raoni Valle e Lilian Rebellato, que foram para a UFOPA, em Santarém.

O próprio Edu mudou suas pesquisas para os extremos ocidentais da Amazônia brasileira, próximo a Tefé e no antigo sambaqui do Monte Castelo, no Guaporé, já na fronteira de Rondônia com a Bolívia, descoberto há quase 30 anos por Eurico Miller.

Voltei a encontrar Eduardo Neves em 2011 por um acaso incrível em Nova York, no saguão do hotel em que ambos estávamos hospedados, eu a caminho de Washington, para entrevistar Betty Meggers, e ele já de volta de um evento científico. Ainda nos reveríamos em Macapá, em 2014 e em São Paulo, em 2015. Portanto chegarei a ele nesse livro, quando falarmos do Amazonas. Eu ainda percorreria alguns milhares de quilômetros antes de chegar lá.

5

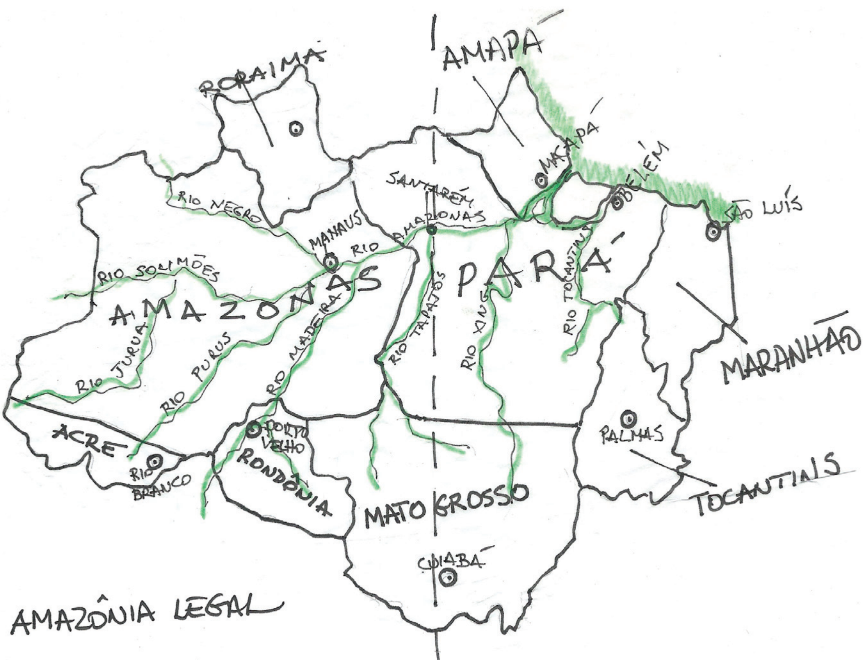


cap5.indd 232 27/08/2015 15:15:42

AS VÁRIAS AMAZÔNIAS DE BERTHA BECKER

ABRINDO O MAPA

Estou agora a caminho de Porto Velho, em Rondônia, saindo de Macapá, no Amapá, portanto vou cruzar a Amazônia numa diagonal de Nordeste para Sudoeste. Num trajeto imaginário, em linha reta, seriam cerca de 1.800 km. Só que terei que fazer uma conexão em Brasília, o que mais que duplica minha rota, vou percorrer 4.400 km! Se abaularmos um pouco a tal rota em linha reta, seria exatamente o traçado do Arco do Desmatamento da Amazônia, agora chamado de Arco de Povoamento Concentrado, abrangendo o sul do Pará, norte do Mato Grosso, sul e sudeste de Rondônia.



Antes de seguir viagem aqui no livro, imagino que o leitor precise entender melhor o que é essa história de Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Amazônia Central. Onde são essas divisões? Onde termina o Alto Amazonas e começa o Médio ou o Baixo Amazonas? Na verdade não existem essas divisões, cada pesquisador foi usando sua classificação e elas se embaralharam, para dizer a verdade.

Quem é paraense chama a região de Carajás de Sudeste do Pará. Consideram todo o curso do rio Amazonas no estado como Baixo Amazonas. Quem olhar Santarém e o rio Tapajós como um possível meridiano, pode considerar essa linha imaginária a divisão para o Médio Amazonas, de quem sobe o curso do rio, região essa que iria até a foz do Madeira. Já o pessoal que trabalhou na região de Manaus, chamou a região do encontro do Solimões com o Negro de Amazônia Central, por causa do modelo cardíaco de Lathrap. Para os brasileiros, só aí em Manaus o rio ganha o nome de Amazonas, mas para os peruanos ele já vem batizado lá do país vizinho.

– Você precisa procurar a geógrafa Bertha Becker, ela é que inventou essa nomenclatura de Amazônia Oriental e Ocidental, pergunte a ela – me recomendou em 2009 a professora Raimunda Monteiro, então vice-reitora, depois reitora *pro tempore* e finalmente reitora eleita da recém-formada Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém.

Para a professora Raimunda, que foi orientanda de Becker, "ela é a maior geógrafa, maior conhecedora e a cientista que mais influenciou políticas públicas para a Amazônia".

A PILHAGEM DO PARAÍSO

– A história da Amazônia é uma história de pilhagem e pirataria, com ingleses, franceses, holandeses [e portugueses] entrando até o coração florestal, caçando índios, tirando as drogas do sertão. Não foi à base de uma ocupação estável, tanto que a população só cresceu com o ciclo da borracha. Manaus, em 1850, tinha pouco mais de dois mil habitantes – dispara a geógrafa Bertha Becker, que dedicou 40 anos a entender essa região que é mais da metade do território nacional.

Ela foi a grande defensora do "coração florestal" da Amazônia, criminosamente cortado pela BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. A estrada foi aberta nos anos 1970 e hoje é um verdadeiro *rallye* percorrê-la, já que o licenciamento ambiental para recuperá-la está empacado. Mesmo defensora do desenvolvimento sustentável, Berta era inflexível quanto à necessida-

de de se preservar totalmente esse “coração” de mata fechada, ainda pouco destruído pelo homem branco. Não há argumento econômico imediatista que anule a importância de se estudar esse grande tesouro natural, verdadeira reserva de informação e riqueza ainda desconhecida.

PROCURANDO BECKER

A carioca Bertha Koiffmann Becker, filha de mãe ucraniana e pai romeno, formou-se em Geografia e História pela Universidade do Brasil, foi docente livre-doutora em Geografia e depois professora emérita da UFRJ, pós-doutora pelo Massachusetts Institute of Technology, membro da Academia Brasileira de Ciências, doutora *Honoris Causa* pela Université de Lyon III, ganhadora de vários prêmios e medalhas, além de consultora de instituições científicas e de políticas públicas sempre que se fala em geopolítica da Amazônia.

– Mas onde vou encontrá-la? – perguntei. – Ah, ela mora no Rio de Janeiro... – respondeu-me a professora em Santarém.

Pois encontrei Bertha Becker a meio quilômetro da minha casa, em Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. Ela foi passar o fim do ano de 2009 com a família na Granja Comary, onde sempre teve casa, pertinho de onde se concentra a seleção brasileira de futebol.

A grande surpresa foi descobri-la mãe da Lídia, do Paulo e da Bia, todos três meus amigos por diferentes caminhos da vida. A Lídia eu não revi, na verdade há muitos anos fomos do movimento estudantil, que depois mergulhou na clandestinidade e eu a perdi de vista, no começo dos anos 1970. A Bia, Beatriz Becker, foi minha colega na TV Manchete, também repórter, e depois fez carreira acadêmica na UFRJ, onde cheguei a dar uma palestra para seus alunos, a convite dela. O Paulo eu conheci há alguns anos, como editor, além de psicanalista, e participamos juntos do projeto editorial de um livro sobre 1968, de Vladimir Palmeira e José Dirceu, em que ajudei nas entrevistas[1].



Entrevistei Bertha Becker no raiar de 2010, em Teresópolis.

1 PALMEIRA, Vladimir e DIRCEU, José. *Abaixo a Ditadura*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

A conversa com Bertha Becker foi, portanto, um evento afetivo, onde cheguei com um amigo comum também dos velhos tempos, Álvaro Lemos, e da qual participaram a irmã dela, também geógrafa, Fanny e, em boa parte da entrevista, os filhos. Todo mundo dando palpite...

NEM PARAÍSO NEM INFERNO VERDE

– As pessoas gostam de fazer a polarização: ou a Amazônia é o paraíso na Terra ou é o inferno verde, da Betty Meggers. Eu acho que essa coisa de inferno verde é por razão geopolítica, contra o Brasil – critica Bertha Becker, ao ironizar a posição de que os nossos índios, da "selva baixa" (em oposição aos da "selva alta", das culturas andinas), "eram nômades, não tinham civilização, pobrezinhos, não tinham nada"...

O estilo da geógrafa é contundente e polêmico. Mas o respaldo acadêmico das suas opiniões a impôs até ao Banco Mundial, com quem se bateu no grupo de representantes dos sete países mais ricos do mundo, o G-7, de 1993 a 2004, quando se discutia o **sequestro de carbono**, integrado a projetos agroflorestais.

POR QUE PRECISAM SEQUESTRAR O CARBONO?

A expressão refere-se ao consumo de gás carbônico (CO_2) da atmosfera pela fotossíntese dos vegetais. As plantas verdes, sob o efeito da luz solar, são capazes de transformar o dióxido de carbono em glicose, água e oxigênio, liberado na atmosfera. Por isso elas são a principal fonte de energia da biosfera.

Quando se derruba a floresta ou se queima combustível fóssil, como o petróleo, ou até o lixo, aumenta-se a quantidade de gás carbônico na atmosfera, contribuindo assim para o aquecimento global. Este, por sua vez, entre outros efeitos, altera o equilíbrio entre as águas superficiais e profundas dos oceanos, que são uma grande reserva natural de gás carbônico.

Em 2014, segundo dados divulgados pela Agência Internacional do Clima, pela primeira vez em 40 anos estagnou a emissão de carbono sem que houvesse recessão econômica, pois nesse ano a economia global cresceu 3%. Espera-se que o fato seja um impulso para um acordo climático em Paris em dezembro de 2015.

No entanto, no começo de 2014 a Secretaria de Assuntos Estratégicos demitiu os responsáveis pelo estudo "Brasil 2040", que apontavam para

o risco do aquecimento global sobre o potencial de geração de energia das hidrelétricas, um dos aspectos que deveriam embasar políticas públicas de adaptação nos setores de energia, infraestrutura, agricultura e recursos hídricos.

Em 2003, Bertha deu consultoria para o Plano Amazônia Sustentável, quando Mangabeira Unger era Ministro Extraordinário e Marina Silva Ministra do Meio Ambiente. Segundo ela, o plano era tão avançado que foi engavetado por 5 anos, só aprovado em 2008. Aí ela fez questão de fazer algumas alterações, particularmente quanto à viabilidade de implantação da estrada BR-163, Cuiabá-Santarém, então sendo asfaltada. De uma estrada sugerida como sustentável, ela passou a defender a ferrovia para esse trajeto.

Nada do que foi sugerido foi implementado, disse ela. A estrada é um grande desastre ecológico e social, cortando reservas florestais, terras indígenas, escoando a produção de cereais do cerrado e abrindo caminho para a exploração ilegal da madeira.

A estrada Cuiabá-Santarém acompanha o curso do rio Tapajós, o mais lindo da bacia amazônica, com suas águas claras. Eu e Miguel, meu filho, voltaríamos à região em 2014, para acompanhar o trabalho de campo de uma equipe multidisciplinar em que estavam Denise Schaan e vários estrangeiros. Miguel passaria duas temporadas na região, em 2014 e 2015, para filmar o documentário que acompanha esse livro[2]. A região do Tapajós, hoje como ontem, é uma síntese dos desafios e desastres da Amazônia. Nossos arqueólogos são personagens importantes desse cenário conturbado.

EIXO DO TAPAJÓS AMEAÇADO

Àquela altura dos acontecimentos, Bertha preferiu designar esse eixo de franca ocupação acelerada como "Amazônia Central", a mais vulnerável, demandando uma firme política de conservação. Com a ameaça das futuras hidrelétricas, a vulnerabilidade foi potencialmente elevada.

2 VIVEIROS DE CASTRO, Miguel. *Mundurukânia, Na Beira da História*. Documentário. Teresópolis / RJ: Família Bastos Produções, 2015.

Registremos a superposição de denominações: para Becker, Amazônia Central é o eixo do Tapajós, de fato uma linha divisória que chamei de meridiano. Mas lembremos que Eduardo Neves batizou seu PAC de Amazônia Central.

Perguntei a ela exatamente sobre esse eixo divisório das chamadas Amazônia Ocidental e Oriental, se seria um "meridiano" passando por Santarém, próximo à fronteira do Pará com o Amazonas. A cidade foi a "capital" dos Tapajó, povo de cultura material sofisticada, ainda encontrado pelos europeus ao chegarem à Amazônia.

SANTARÉM ONTEM E HOJE

A cerâmica de estilo Santarém-Aldeia, característica desse cacicado, foi copiada por várias comunidades do Baixo Amazonas. Os estilos de Influência Santarém têm semelhanças com o original na forma (vasos com gargalo e cariátides, aquelas figuras femininas que "apoiam" o vaso, como já expliquei); no antiplástico (cauixi e caco); na decoração e também na iconografia, sobretudo zoomorfa, associada a uma possível simbologia guerreira, como propôs Anna Roosevelt.

Lembremos também que a Tradição Inciso Ponteada se faz presente no Médio e início do Baixo Amazonas. Já a denominada por Meggers Tradição Policroma, encontra-se tanto na foz como na direção das nascentes do Amazonas. Esse "miolo" entre o Tapajós e o Madeira teve a tal tradição Saraca, de transição, que veremos no capítulo 8. A síntese das tradições e fases da cerâmica amazônica está no Anexo IV.

Mas é claro que essas considerações se referem à arqueologia amazônica, sem necessariamente uma correlação com a geopolítica moderna da região.

AMAZÔNIA ORIENTAL E OCIDENTAL

– Eu mesma fui a primeira a fazer essa distinção de Amazônia Ocidental e Oriental, na década de 1970, quando abriram a Cuiabá-Santarém. Eu estava estudando a política de ocupação do território. Até então só se falava em região Norte, ninguém falava em Amazônia Legal. Por que eu fiz essa diferenciação? Porque a Amazônia Oriental era a área das estradas, da migração, o povo chegando com incentivo fiscal, minera-

ção, depois Carajás e Tucuruí [anos 1980]. Todo o Projeto de Integração Nacional do governo militar foi feito nessa região oriental. Mas não havia uma fronteira clara, havia a Belém-Brasília [anos 1950], cortada pela Transamazônica [anos 1970].

O que é conhecido como Arco de Desmatamento, ela prefere chamar de Arco de Povoamento Consolidado, nomeado "Adensado" pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS). Hoje não é apenas desmatado, mas tem o cultivo da soja, a pecuária, a indústria do couro, Carajás.

DESMATAMENTO VIROU POVOAMENTO CONSOLIDADO

A abrangência do Arco é especificada no Plano Amazônia Sustentável - PAS[3], citando Berta Becker[4]:

> *"Cerca de 80% do total desmatado se localiza em um grande arco que se estende do leste do Maranhão e oeste do Pará até o Acre, passando pelo sudeste do Pará, norte do Tocantins, norte do Mato Grosso e Rondônia".*

O Plano, de fato, é bastante avançado, pelo menos no papel:

> *"As estratégias para o desenvolvimento sustentável da região devem ser elaboradas e aplicadas de acordo com as particularidades ambientais, econômicas, sociais e culturais dos territórios aos quais se destinarem, evitando incorrer no erro da generalização e da padronização, responsáveis, em grande medida, pelos fracassos do passado. Algumas questões relativas ao planejamento regional podem ser tratadas em grandes agregados, mas outras, especialmente quando exigem a participação dos atores locais, demandam recortes específicos em espaços menores.*

---

3 *Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República*. – Brasília: MMA, 2008.

4 BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio.* Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

cap5.indd 239 27/08/2015 15:15:44

E referindo-se aos limites da Amazônia Legal:

> *"As ações do Estado brasileiro para a Amazônia, em geral, adotam como área de abrangência a Amazônia Legal, estabelecida inicialmente pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, para definir a área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Os limites da Amazônia Legal variaram, desde então, de acordo com alterações ocorridas na divisão política do país, e, atualmente, observando-se a Lei Complementar nº 124, de 2007, que recriou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e à porção do estado do Maranhão a oeste do meridiano 44º."*

PATA DO GADO EMPURROU A MATA

Berta Becker começou a estudar a Amazônia acompanhando a fronteira móvel da agropecuária, ainda na década de 1960, na região sudeste:

– Descobri os pecuaristas do oeste de São Paulo e do Triângulo Mineiro indo abrir mata no norte de Goiás. Era o começo da abertura das matas na Amazônia.

Em 1972, em pleno "milagre brasileiro" de Garrastazu Médici, ela aceitou o cargo de professora de Geopolítica no Instituto Rio Branco, do Itamaraty, onde se formavam os diplomatas. Por sua insistência, criaram o Projeto Cisne, usando um avião da FAB, para levar os alunos a conhecerem o país que iriam representar.

– Corumbá já tinha migração – lembra ela dessa primeira viagem. – Depois fomos a Guajará-Mirim, do lado brasileiro e boliviano. Conhecemos o Forte Príncipe da Beira, o mais distante dos fortes portugueses. Fomos a Rio Branco e Cruzeiro do Sul, onde tinha um Projeto Rondon fascista. Depois fomos a Manaus e Brasília. Preparei os meninos, falei de **centro e periferia**, segundo a teoria de John Friedman.[5]

5 FRIEDMAN, John. "General Theory of Polarized Development" in HANSEN, Niles (Ed.) *Growth Centers in Regional Economic Development*. New York: Free Press, 1972.

FMI QUER PERIFERIA PRIVATIZANDO PARA CRESCER

Segundo a teoria de **centro e periferia** de John Friedman, os países ou regiões da periferia estão sempre dependentes do centro de desenvolvimento, que controla os sistemas de inovações em larga escala.

Na agenda dos países periféricos, segundo as condicionantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que adotaram a teoria, é fundamental a reforma do Estado, que amplia a esfera privada em detrimento da pública. É a política neoliberal que conhecemos, em que tudo deve ser privatizado.

Simultaneamente, pensadores marxistas evoluíam da teoria da dependência desenvolvimentista para a compreensão do mundo globalizado, do *Império* de Antonio Negri, cuja consequência atual é a proposta de se saltar do centro para a periferia, como única possibilidade de real inovação.

SÓ TINHA RÁDIO DE CUBA E DE MOSCOU

Bertha Becker relembra o impacto que todos tiveram com esse mergulho na periferia brasileira:

– Foi muito mais do que podíamos imaginar. Chegamos lá e descobrimos que ninguém ouvia rádio brasileira, só a Voz da América, de Cuba, e a Rádio de Moscou, que eram de ondas curtas. As rádios nacionais não tinham alcance.

Ela conta que foi o suficiente para mudar o rumo de suas preocupações acadêmicas, definitivamente fisgada pela fronteira desconhecida:

– Pronto, nunca mais deixei a Amazônia!

ESTRADAS DE ONTEM E DE HOJE NOS INTERFLÚVIOS

Do mesmo jeito expansivo, Bertha explica a diversidade da vegetação:

– Sabe o que é extraordinário? Que os grandes eixos rodoviários foram feitos na mata aberta. Porque é difícil construir na mata densa, que ficou, em grande parte, preservada. Os interflúvios, que estão agora sendo melhor conhecidos, são da mata aberta. Inclusive a Transamazônica, acredita nisso? A rodovia de Brasília até o Acre é na mata aberta – e sorri.

cap5.indd 241 27/08/2015 15:15:44

Ela se refere à diferenciação de mata aberta e mata densa, ou mata ombrófila densa, isto é, sombria, com árvores de mais de 100 anos, troncos com um diâmetro fantástico. Essa é a mata que ela chama de "coração florestal":

– Vindo do norte para o sul, é a continuação da Amazônia sul-americana no território brasileiro, é uma diagonal que vai até o Amapá, passando pelo sul do Pará. Depois vem a mata ombrófila aberta, numa faixa em torno dessa diagonal, formando um arco em torno dessa mata densa, pega o Acre, Rondônia. Depois dessa floresta aberta, vem a floresta de transição, depois então o cerrado. O pedaço do Maranhão é mata de transição para a caatinga. O estado do Tocantins e o Mato Grosso são cerrado, com mata perto dos rios. O Pará era originalmente mata densa e mata aberta. Desde a época da borracha, uma parte da mata densa foi desmatada. A província mineral de Carajás é mata densa e aberta.

Vale registrar que também em outros tempos as estradas surgiram na mata aberta, nos interflúvios, como estão descobrindo na pesquisa dos geoglifos do Acre.

FLORESTA DENSA TEM OCUPAÇÃO PARECIDA COM CARIBE

Com uma vivacidade invejável em seus quase 80 anos, ela emenda:

– Uma coisa que estou estudando agora é que a Amazônia Florestal é muito mais próxima da história do Caribe do que o resto do interior do Brasil. Porque no resto do país a ocupação se deu por *plantation* [como na monocultura da cana e do café] e pecuária, no campo e no cerrado, o que não existiu na floresta densa. A pecuária é na margem dos rios ou nos campos. A floresta densa teve o ciclo das drogas do sertão, com a exploração das especiarias. A borracha de melhor qualidade é na mata aberta, tanto que foi no Acre a área mais importante de extração da borracha. Castanha tem tanto na mata densa quanto na aberta, é diferente.

BOTAR PASTAGEM É PIOR QUE A SOJA

Por isso Bertha Becker destaca o risco da expansão da fronteira da pecuária para a mata densa. "Botar pastagem" era um conceito novo na década de 1960, o gado nunca tinha ocupado a mata:

cap5.indd 242 27/08/2015 15:15:45

– Hoje há três frentes de expansão: uma vindo pelo sudeste do Pará, outra pela Cuiabá-Santarém e outra que já está no sul do Amazonas. Considero o eixo da Cuiabá-Santarém o mais vulnerável, pelo avanço do povoamento, por essas frentes de expansão. Essa área, que eu chamei de Amazônia Central, mereceria uma atenção redobrada de conservação. Em 2003 era a soja a grande bomba, mas de lá para cá o que mais impulsionou o desmatamento foi a pecuária. A soja encontrou limites ecológicos nesse arco. O Brasil se tornou um grande produtor de carne e foi avançando pela Amazônia.

A AMAZÔNIA DE CARAJÁS

Como consultora do PAS, a preocupação de Bertha era fazer o macrozoneamento da Amazônia Legal:

– Mas há diferenciações muito grandes dentro de cada região. No próprio arco que circunda a mata densa, por exemplo, no estado do Pará, tem a área em que a Vale domina, com exploração mineral, tem as capitais Belém e São Luís, tem muito projeto de assentamento. Depois disso tem aquela área de Marabá (PA), de Araguaína (TO), com o polocentrismo de várias cidades interagindo, com os frigoríficos do sudeste do Pará, o transporte do ferro, tem todos os pequenos produtores que consomem e estimulam essas cidades. Isso é só um exemplo.

A FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SUL-AMERICANA

Ela lembra em seguida a situação de Rondônia:

– O estado está se tornando um enorme polo logístico de integração com a Amazônia sul-americana. Por quê? Em Rondônia tem o complexo hidrelétrico do rio Madeira, com Santo Antonio, Jirau e mais a hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari. Depois você tem a estrada de integração, que passa por Rio Branco e vai ligar com o Pacífico. Aquela fronteira do Acre é o caos, com as cidades-gêmeas com a Bolívia, com movimentos fortíssimos sociais, eu até nem sei se é da CIA, se é popular, aquilo não é brincadeira.

Eu teria oportunidade de conhecer a fronteira de Brasileia, no Acre, com Cobija, na Bolívia, onde visitei um assentamento popular e assisti a uma assembleia de povos indígenas, cobrando seus direitos do governo popular de Evo Morales, ele próprio de origem indígena, como conto no capítulo 7. Não vejo por quê seria da CIA. Prossegue ela:

ESTRADAS QUE CORTAM O CORAÇÃO

– Tem também o gasoduto Coari-Manaus, Urucu-Porto Velho e Manaus-Porto Velho, mais dois gasodutos, a turma ambientalista grita mas está lá nos planos do governo. E para completar, a estrada Porto Velho-Manaus, que atravessa o coração da floresta! Não pode abrir estrada no coração!

Bertha Becker torna-se particularmente enfática ao falar dos riscos dessa estrada cortando a mata densa:

– Quando se derruba a mata densa, você destrói coisas importantes, você cria blocos no meio da floresta que é una. Quando você secciona, abre no meio, você cria a vulnerabilidade. Em seguida, atrai a migração brutalmente. Junto com a migração, vem a especulação da terra, a criação, grilagem, acabou-se. Na Cuiabá-Santarém, tentamos uma coisa muito bonita, fazer áreas protegidas em torno da floresta, como unidades de conservação e terras indígenas demarcadas. Mas não adiantou.

A TRAGÉDIA ANUNCIADA

No final de 2013, no trecho da Transamazônica que corta a reserva indígena Tenharim, próximo a Humaitá, no Amazonas, a morte suspeita do filho de um cacique da nação Tenharim – houve dúvida se foi mesmo um acidente de moto – teria sido a causa do desaparecimento de três homens brancos que cruzavam a região numa caminhonete. Dois meses depois, uma megaoperação policial prendeu 5 índios tenharim que estariam envolvidos no assassinato dos três homens.

O noticiário não explicou a origem da enorme tensão entre os fazendeiros – que protagonizaram cenas dignas da racista Klu-Klux-Klan americana atrás de índios – e estes que provavelmente mataram por represália os 3 homens da caminhonete. Humaitá está próxima da intercessão da Transamazônica com a BR-309, a condenada Porto Velho-Manaus que atravessa o coração florestal. Na mata densa é também onde se encontram as últimas tribos indígenas com pouco ou nenhum contato com a nossa chamada civilização. Os choques só tendem a se agravar.

A FARMÁCIA DE PÉ

– Mas então como criar desenvolvimento sustentável? – pergunto.

A velha geógrafa fixa em mim seus olhos azuis:

– Sou a favor de manter a floresta em pé, é preciso se atribuir valor econômico a essa floresta. Não se trata de protegê-la imobilizada, porque isso não gera trabalho nem renda. Temos que produzir sem destruir. Depois dos índios, jamais a Amazônia teve um projeto adequado ao que ela é, uma preciosidade. O Brasil tem imensas disputas, a soja, a pecuária, e não se dá valor ao que a Amazônia tem, a enorme potencialidade de todo tipo de recurso.

A proposta de Bertha Becker é que a ciência contribua para se conhecer a fundo cada área da Amazônia e descobrir o quê e como produzir em cada lugar. Não é só querer produzir algo que vem de fora para dentro.

Ela considera que a indústria farmacêutica teria um grande potencial, a partir da biodiversidade da floresta. Cerca de 1/3 do estoque genético do planeta vive na região, com mais de 60 mil espécies de plantas, sendo umas 2.500 espécies de árvores, 2,5 milhões de espécies de artrópodes, como insetos e aranhas, 2.000 espécies de peixes e 300 de mamíferos. A bacia hidrográfica amazônica é a maior da Terra, grande parte dela no Brasil, mas que inclui Guianas (Francesa e ex-Inglesa), Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru.[6]

ENTRE O ESCUDO DAS GUIANAS E O PLANALTO CENTRAL

É importante destacar que 40% do solo amazônico é muito antigo, do período pré-cambriano, dos mais antigos do planeta.

O rio Amazonas corre entre o escudo das Guianas, onde fica o pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil, em Roraima, e o Planalto Central Brasileiro.

Só quando levantou a Cordilheira dos Andes, há uns dez milhões de anos, fruto da fricção das placas tectônicas no lento processo em que a América do Sul se separou da África, é que o rio Amazonas passou a correr para leste. Até então a bacia amazônica era ocupada por um grande mar que ia do Caribe ao Uruguai, pode-se dizer assim. Na calha do grande rio formaram-se as planícies aluviais, áreas inundáveis periodicamente.

6 ALBAGLI, Sarita. "Amazônia: Fronteira Geopolítica da Biodiversidade". *Revista Parcerias Estratégicas,* n. 12, p. 6, set. de 2001. Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

cap5.indd 245 27/08/2015 15:15:45

O rio Madeira, por sua vez, principal afluente do Amazonas, é a fronteira hídrica entre antigos depósitos aluviais, a oeste, formando um grande triângulo da bacia do Alto Amazonas, e as terras altas antigas, que são terra firme, a leste. Ele próprio, o Madeira, é um rio "novo", de "águas brancas" (barrentas), que desbarranca as margens usualmente, encachoeirado até a proximidade de Porto Velho, com grande quantidade de sedimentos e altamente piscoso.

O nome, Madeira, se deve à grande quantidade de troncos que costumava descer por suas águas, de árvores arrancadas das margens. Não é uma coincidência que em suas nascentes possivelmente esteja o berço dos tupi-guarani. Nem só os bagres do rio estão sentindo as consequências das obras das hidrelétricas do PAC.

BERTHA CRITICA COOPERATIVAS EXTRATIVISTAS

– Chico Mendes que me perdoe, conseguiu conter a pecuária só no sul do estado – lastima Bertha. – O Acre hoje vive dos recursos vindos da pecuária. O resto é um miserê terrível. Sou obrigada a dizer, não que eu queira que seja assim. As cooperativas extrativistas são uma proposta, mas já estão há 20 anos e não renderam, estão cheias de problemas. A fábrica de camisinhas com a borracha das cooperativas só funciona porque é totalmente subsidiada.

Eu mesma estive na fábrica e no Seringal Cachoeira, de Chico Mendes, para conhecer essas experiências de perto. A fábrica não é propriamente subsidiada. O governo federal compra toda a produção, ainda assim longe do que o Ministério da Saúde precisa para distribuir gratuitamente nas campanhas de prevenção da Aids. E o Seringal tem a sua própria pousada, mantida pela comunidade. Mas eu voltarei a falar disso no capítulo 7.

CERTIFICAÇÃO QUASE IMPOSSÍVEL DA MADEIRA

Ela também se desiludiu com o manejo da madeira, diz que é muito complicado e caro, nem tem gente gabaritada suficiente para certificar, imagine-se numa comunidade paupérrima conseguir que eles respeitem cotas de árvores a serem derrubadas.

Segundo dados citados no Programa Amazônia Sustentável, até 1980 tinham desmatado 6% do território da região. Na primeira década do atual milênio, intensificou-se esse ritmo, atingindo, em julho de 2007, 15% de

toda a Amazônia. Apesar de diminuir o ritmo da destruição na região como um todo, ela aumentou no estado de Mato Grosso. No total, cerca de 760 mil km2 estavam desmatados no começo de 2014, ou o correspondente à metade da área do estado do Amazonas durante os últimos 25 anos, segundo dados do sistema Deter, Desmatamento em Tempo Real, do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

VALOR DA FLORESTA EM PÉ

– Acho que a Amazônia tem que ser *high tech*, alta tecnologia para valorizar o que ela tem. Por natureza ela tem que ser inovadora, não há modelo para copiar. A grande novidade são os serviços ambientais. Ela dá serviços em água, em biodiversidade, e isso ainda nem está bem estudado, os economistas estão suando para atribuir valor aos serviços ambientais.

Bertha Becker garante que a grande novidade histórica seria a mercantilização das funções dos ecossistemas:

– A floresta tem mil funções. Tem a função da vida, é a natureza que sustenta a vida. Vida da floresta em si, dos seres que nela vivem, dos humanos também. Tem a função de beleza, de lazer. Tudo isso é atribuir valor à floresta em pé, isso deve ser calculado.

MANAUS CIDADE MUNDIAL

Algum tempo depois de nossa conversa, Bertha Becker formalizaria a proposta de transformar Manaus numa cidade mundial, um dos centros de comando da globalização baseada na organização de serviços especializados de tipo único, os serviços ambientais.

– A Amazônia é um dos três eldorados naturais contemporâneos – disse Bertha Becker em uma de suas últimas entrevistas. – O primeiro é a **Antártida**, que já está dividida entre as potências; o segundo são os fundos marinhos, não regulamentados juridicamente ainda; e o terceiro é a Amazônia sul-americana, o único eldorado sob soberania de Estados. Eu quero mesmo o desenvolvimento [em resposta à crítica de ambientalistas], não o que destrói a natureza, mas que consiga melhorar as condições de vida da população. Enquanto não se atribuir valor à floresta, ela não vai conseguir competir com as *commodities*.

ANTÁRTIDA NÃO ESTÁ DIVIDIDA ENTRE POTÊNCIAS[7]

O Tratado da Antártica, assinado por 29 países membros consultivos, entre eles o Brasil, garante a internacionalidade do território de 14 milhões de quilômetros quadrados. Cada país membro deve manter uma base de pesquisa científica na região, em cooperação com os demais países e abstendo-se de qualquer atividade militar ou de exploração econômica, pelo menos até 2048, quando o tratado será renovado.

Em dezembro de 1983, na Operação Antártica III do Brasil, eu fui a primeira repórter mulher a chegar à Base Brasileira Comandante Ferraz, na ilha rei George, a bordo do navio Barão de Teffé[8], estando presente à sua inauguração.

Nos anos seguintes, tive oportunidade de retornar nas Operações V e VI, pela Rede Globo (programas Globo Repórter e Fantástico). Da última vez foi durante o inverno, em 1987, quando chegamos de helicóptero vindo da Base Chilena de Marsh, a 11 km da base brasileira. O motor não podia ser desligado, por risco de congelamento, e o anúncio de brusca mudança no tempo nos obrigou a pouco permanecer na base. Ainda assim, assistimos a um impressionante pôr de sol austral com todo o céu manchado de vermelho e amarelo, um deslumbramento.

Em fevereiro de 2012, Ferraz sofreu um incêndio que destruiu as antigas instalações e causou duas mortes. Foram instalados módulos temporários e a pesquisa foi retomada.

CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA PARA A AMAZÔNIA

– E qual seria a contribuição da arqueologia?

– Estou sabendo de Santarém, com a cerâmica mais antiga das Américas [descoberta de Roosevelt na Taperinha, com 9 mil anos], os tesos de Marajó, que se pensava terem sido construídos pelo rio e na verdade são grandes construções humanas, as descobertas mais recentes do Heckenberger no Xingu, mostrando que a civilização desenvolvida ali tinha caminhos, estradas... E floresceu justamente por causa da migração

7 Antártida é o nome correto, mas todos os veteranos antárticos a chamam de Antártica.

8 BASTOS, Solange. *Antártica, a Última Fronteira*. Documentário (50'). Rio de Janeiro: Manchete Vídeo, 1984. *www.**youtube**.com/watch?v=N45eQ5xdq_I*

de vários povos, inclusive do Caribe, que se misturaram com grupos daqui, gerando essa civilização fantástica.

A velha geógrafa valoriza o manejo ancestral da floresta, que está sendo descoberto pelos arqueólogos:

– Sabemos que boa parte da vegetação amazônica não é a original, mas tinha um limite de uso, uma forma adequada de uso. Talvez você possa destruir um pouco e em outros lugares ter que plantar. É a economia diversificada da floresta. A arqueologia pode ajudar a mostrar que já existiram civilizações incríveis na Amazônia, que floresceram com base na floresta.

Berta Becker morreu de câncer pouco mais de três anos depois de nossa conversa, aos 82 anos, em 13 de julho de 2013.

Fica aqui a minha homenagem a essa brava guerreira por um futuro digno para todos nós.

6



cap6.indd 250 27/08/2015 15:18:46

RONDÔNIA: A ÚLTIMA CEIA ÀS MARGENS DO MADEIRA

NA CACHOEIRA DOS MACACOS

Seu João e dona Marluce

O caju está uma beleza, a manga está começando a dar, mas só de uma banda do pé, tem ano que ela dá completa, me explica seu João. A cebola já está boa para tirar do canteiro, no alto, onde também tem temperinho, tudo assim cercado com pano de rede para a galinha não ciscar. A casa de tábuas, o chão bem varrido, tem os pertences pendurados nas paredes e umas divisórias de pano: “Eu queria dividir dois quartos, sala e cozinha, mas tem ano que fica um mundaréu de gente aqui tudo por cima um do outro”. Dona Marluce, a esposa, acrescenta: “Se dividisse os quartos ia ficar muito apertado”. Embaixo da casa “é só um canto sombreado pra quando tem gente demais, isso aí alaga tudo” – continua João Freitas da Silva, 59 anos vividos aqui, no Sítio Nova Vida, na Cachoeira dos Macacos, uma das 55 comunidades diretamente atingidas pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, às margens do rio Madeira, em Rondônia.



João Freitas da Silva, nosso anfitrião, me oferece deliciosos cajus do seu quintal, que seria inundado.

Nós estamos em 2009 e hoje é dia de festa, de merenda na comu-

nidade. É quase uma despedida, pois todos serão removidos, conforme previsto no documento final do Processo Participativo do **Projeto Madeira**, publicado em julho de 2007, pelo Consórcio de Furnas Centrais Elétricas e Construtora Odebrecht[1].

PROJETO MADEIRA

O Complexo Hidrelétrico Rio Madeira, como passou a ser chamado em 1998 quando foi incorporado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi concebido ainda nos anos 1980, para suprir a demanda crescente de energia, sobretudo da região Sudeste.

Compreende as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio, com geração prevista de 3.150 MW; a UHE de Jirau, com capacidade de gerar 3.300 MW, ambas com sérios problemas de toda ordem, como veremos ao longo do capítulo; e ainda a usina projetada de Esperanza, no lado boliviano, que iria gerar mais 1.000 MW.

Com a forte estiagem no Sudeste e as cheias históricas de 2014 e 2015, o consórcio construtor de Santo Antônio anunciou que em novembro de 2016 as "cinquenta" turbinas da usina estariam com capacidade de gerar a potência total de 3.568 MW, quando só estão autorizadas 44 turbinas.

Queriam escola e ambulancha

Há 10 comunidades entre Fortaleza de Abunã e o Jirau, 18 comunidades entre o Jirau e Santo Antônio, 27 comunidades e 3 Associações Comunitárias atingidas. Os moradores de Cachoeira dos Macacos, onde estamos, junto com Ilha de Teotônio, Trata Sério e Bela Vista, têm o seguinte "entendimento da proposta", segundo a linguagem tecno-sociológica do documento, que habilmente não se compromete com o seu cumprimento:



O canteiro com temperos, no alto e cercado para as galinhas não comerem, é obrigatório na casa ribeirinha.

1 http://www.aneel.gov.br/hotsite/hotsite_ver2/HTM%20textos/142PROC48500_000103_2003_91_SANTO_ANTONIO_FINAL_V02.pdf

cap6.indd 252 27/08/2015 15:18:48

"Solicitam ser reassentados em áreas férteis e próximas da localidade onde vivem, garantindo melhoria na qualidade de vida e requalificação de suas atividades econômicas e de subsistência. Na proposta se referem a 13 famílias. A proposta explicita a necessidade de que a população participe do processo de reassentamento de Cachoeira dos Macacos e Ilha de Teotônio."
(...)
Solicita-se escola para o ensino fundamental e médio com a finalidade de melhorar o acesso aos serviços públicos de educação e saúde. A comunidade solicita que a Escola e o Posto Médico estejam em locais de fácil acesso a todas as comunidades da região, com "ambulancha" (ambulâncias fluviais) e transporte fluvial para as crianças da escola.
(...)
As comunidades de Ramal do Arrependido, Jaci-Paraná, Zeca Gordo, Morrinhos /Joana D'Arc I - Ribeirinho, Cachoeira dos Macacos /Ilha de Teotônio, Padre Eterno, Santo Antônio, Linha 101 e Linha 105 elaboraram nove propostas que abordam questões referentes à assistência técnica. As propostas desenvolvidas pelas comunidades encontram embasamento técnico no "Programa de Remanejamento da População Atingida" previsto no Estudo de Impacto Ambiental que tem como orientação básica, para definição das ações a serem implementadas, a 'manutenção ou melhoria da qualidade de vida da população em termos de ocupação e renda'.
(...)
A comunidade de Morrinhos, Cachoeira dos Macacos/Ilha de Teotônio, Santo Antônio e Engenho Novo/São Domingos solicitam que os pescadores recebam assistência técnica para poderem se adaptar às alterações que o rio Madeira sofrerá com a implantação dos reservatórios."

O peixe já sumiu

– Encheu isso tudo nas enchentes de 82, de 84, de 96. A de 82 foi a menor, a de 84 foi a maior. Eu entrava com o motor funcionando por aqui lá pra dentro – aponta seu João em direção à mata. É para lá que fica o igarapé onde a família toma banho e pega água de beber, a do Madeira



Seu Raimundo e os dois vizinhos fizeram uma proteção de palha para o flutuante onde chegavam as canoas.

é barrenta. – Ano passado eu cansei de sair daqui à noite para pescar, passava a noite todinha no rio, quando eu chegava era dois, três peixes que eu trazia. Tinha semana que eu levava 500, 600 quilos [para vender em Porto Velho]. Hoje tem duas semanas e eu só peguei uma pirarara. De 30 quilos. Aí fica difícil a situação da gente – lastima seu João, comentando o desaparecimento dos peixes.

O vizinho Raimundo Nonato Alves Silva, 45 anos, que eu encontrei arrumando uma "groseira" de pesca junto de casa, um tipo de espinhão com vários anzóis, detalhou a explicação:

– Depende da enchente e da seca. Quando seca mais, o peixe chega mais cedo aqui. Esse ano encheu muito, não secou no nível que era pra secar pro peixe chegar aqui. Nem a água limpou direito, o peixe pega a água suja e daí ele já volta. Mas chegou aqui o barba-chata, o filhote.

Isso que em 2009 a obra estava só no começo.

Hospitalidade continuou a mesma

O terreiro da casa de seu João e dona Marluce está bem limpo, varrido. A grande mesa debaixo da cobertura de folhas de palmeira trançadas já começa a se encher dos pratos trazidos pela vizinhança. Escolheram a casa deles para a merenda porque tem esse espaço do lado de fora e muito parente ao redor. Irmãos, filhos, à medida que vão casando, vão ficando cada um no seu canto, uns mais para cá, outros mais para lá.

A mãe do seu João, dona Sebastiana, está com 82 anos e mora logo ali rio acima, foi quem fez o mingau de milho. Dona Elvira fez o mingau de banana verde, carro-chefe do cardápio local. Elvira Alves da Silva tem 59 anos, 10 filhos paridos, 7 vivos, 12 netos, todos criados aqui perto. Ela me conta o segredinho de raspar a banana comprida com a colher para ficarem os pedacinhos. Só depois de tomar ponto no fogo, a banana misturada com o açúcar, é que acrescenta o leite da castanha, feito pelo seu Jobe, o marido. Primeiro descasca a castanha, lava bem, aí raspa no ralinho. Então espreme no pano e joga fora o bagaço. É muito gostoso. Fiquei com pena do bagaço jogado fora, daria um biscoito e tanto.

Os que já chegaram nos barcos vão se instalando nas redes de pesca penduradas para se deitar, nos bancos de tábua, nos tocos de palmeira que servem de bancos individuais. Há muitas crianças, uma mulher grávida sorridente, bebês.

O clima é mesmo festivo, a alegria em nos receber é sincera. Seu João colhe alguns cajus com uma pequena rede atada a um bambu e me oferece, o sorriso largo. Dona Marluce não aparenta que está com tanta visita, na maior calma. Os cachorros também nem estão aí, continuam a cochilar no chão batido, entre as velhas raízes das árvores que dão uma sombra gostosa. Todo mundo de sandália rasteira, de dedo, ou descalço. De sapato e bota, só os de fora, todos funcionários da Scientia Consultoria, que contratou a equipe para a educação patrimonial e o levantamento sócio-cultural das comunidades atingidas pelo empreendimento, parte do estudo de impacto das usinas, que inclui o salvamento dos sítios arqueológicos.

Salvamento do patrimônio imaterial: as receitas

O cientista social Luiz Fernandes de Oliveira Neto, câmera na mão, me explica que o consórcio vai financiar a publicação do livro de receitas dos ribeirinhos, considerado "patrimônio imaterial". O estudante Ronne Charles Chaves, que reencontrei no ano seguinte em Manaus, já fazendo pós-graduação em Arqueologia, me manifestou então o profundo incômodo com esse trabalho. Quando conversei com Ronne em 2010, seu João e dona Marluce deviam ser mais uma família ribeirinha desenraizada, na periferia de Porto Velho.

A experiência anterior dos desalojados pela construção da Hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari, que ficou pronta nos anos 1990, não é nada animadora: segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, a obra transformou 650 famílias de uma antiga colônia de pescadores em favelados miseráveis em torno da capital.

O trabalho que Ronne e Luiz apresentaram no XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Belém, em 2009, "Arqueologia Histórica, Cultura Imaterial e Educação Patrimonial: uma proposta de integração", é assim resumido:

> *"A constituição histórica e das tradições do vale do rio Madeira tem estreita ligação com sua colonização e organização econômica. A exploração e exportação de matéria-prima é*

ponto chave para investimentos na região. Com a demanda de trabalho, grandes contingentes populacionais migraram em busca de melhores condições de vida, em geral, relacionada à extração da borracha. Posteriormente, à extração do ouro e, atualmente, à usina hidrelétrica. Essas elevações econômicas, apesar de cíclicas, motivaram o surgimento da antiga Vila de Santo Antônio, dos seringais, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de Porto Velho e dos garimpos. Essa história faz parte da sociedade rondoniense e é um dos temas abordados pela Educação Patrimonial da UHE Santo Antônio, no município de Porto Velho/RO. É com a interface Educação Patrimonial – Arqueologia Histórica – Cultura Imaterial que se pretende relacionar conceitos de política de preservação do patrimônio a mecanismos de pesquisa arqueológica, e vice-versa[2]."

Só salvam as lembranças

– De lembrança vou levar só minhas plantas, minhas galinhas, mais nada – me conta dona Sebastiana. – Vou levar só o que tem dentro de casa mesmo. A casa vai ficar porque não tenho dinheiro para desmanchar. Tem muita madeira que está boa, só vou tirar um "brasilit" novo que eu botei, aquele eu vou tirar. Levar mais umas tabuazinhas que estão novas pra fazer um canteiro, um galinheiro, o problema é esse –. A velha senhora dá um olhar em volta: – Uma vida boa a que a gente leva aqui, sossegada, sem preocupação. Agora, em Porto Velho, só estou imaginando duma hora ser assaltada. E a quentura que é demais lá? Não tem quem aguente...

– Aqui não carece de ventilador – concorda a nora, dona Marluce. – Você dorme sem ventilador, vai pro igarapé, anda até o igarapé, lá não, lá é tudo dentro de casa. Aqui é muito bom, você tem espaço pra andar, lá é meio que viver preso, você fica dentro de casa o dia todo ali.

Pergunto se não há a alternativa de escolher um lote, em vez de ir para a cidade.

– O negócio é que o lote que tem está muito longe e nós não queríamos ir para muito longe não. Aí o que tem pertinho eles estão pedindo muito dinheiro, é muito caro – responde seu João.

2 SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Livro de Resumos. XV Congresso - Arqueologia e Compromisso Social: Construindo Arqueologias Multiculturais e Multivocais* – 20 a 23 de setembro de 2009 – Hotel Sagres, Belém, Pará, pág. 107.

cap6.indd 256 27/08/2015 15:18:48

Ao lado do filho de 23 anos, Ademir Brasil da Silva, do genro de 37, Antônio Aurélio Neves Neto, e do sobrinho de 34, Ronaldo Brasil, seu João surpreende pela tranquilidade com que resume a opinião geral sobre a construção das usinas:





Em 2009, os ribeirinhos Manuel de Souza e Maria Nazaré Carvalho não sabiam para onde iriam se mudar.

– Eu acho que é um empreendimento que o povo [de fora] acha que é bom. Para uns, para muitos eu acho que não é não. Pra nós não é. Se nós tivéssemos poder mesmo, nós não tínhamos aceitado fazer essa usina aí [refere-se à de **Santo Antônio**, cujo lago irá inundar onde estamos conversando]. Um, que não vai servir pra nós e vai prejudicar, tirar nós duma sobrevivência que nós vivemos a vida inteirinha e até hoje estamos aqui. Criamos filhos e estamos criando netos às custas daqui. Sair pra outro canto que ninguém sabe nem que espécie de vida a gente vai ter, isso ai é que é o problema. **Mas os grandes querem, a gente não pode fazer nada**, quem manda é os grandes mesmo, a senhora sabe que pobre não tem nada. A sobrevivência nossa aqui mais é peixe, hoje peixe não tem mais. Eles estão tampando lá a cachoeira, os canais da cachoeira, e os peixes estão tendo dificuldade pra subir e não estão subindo. Antes era muito peixe, agora pra pegar um é difícil.

USINA DE SANTO ANTONIO: "OS GRANDES QUEREM"

Em julho de 2011, o jornalista Claudio Ângelo, do caderno Ciência da Folha de São Paulo, assim se referiu à inauguração da UHE Santo Antônio:

"(...) Quando a presidente Dilma apertou o botão que abria as comportas da usina hidrelétrica de Santo Antônio, condenou ao afogamento centenas de petróglifos (murais gravados em pedra pelos índios na pré-história). Em Santo Antônio, uma empresa contratada por R$ 10 milhões levou 60 arque-

ólogos ao canteiro de obras e registrou 52 sítios. 'O que conseguimos fazer lá não seria possível na academia', disse à Folha *Renato Kipnis, pesquisador da USP e arqueólogo da empresa* Scientia, *que coordenou o resgate em Rondônia. Nem todos os sítios têm a mesma sorte. O Iphan frequentemente recebe denúncias de empreendedores que, espremidos pelo calendário das obras, atropelam o trabalho dos arqueólogos"*[3].

A matéria ainda destacaria que em 20 anos o número de escavações arqueológicas no país cresceu quase 200 vezes. Graças ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do governo federal, apenas naquele ano seriam concedidas mais 1.300 licenças de pesquisa arqueológica.

Em 2014, em matéria publicada pelo Coletivo Carranca, a jornalista Raquel Boechat, com especialização em Arqueologia pelo IAB, relativiza os ganhos para a ciência das pesquisas feitas a toque de caixa nos sítios destruídos pelos grandes empreendimentos, como as hidrelétricas. Ainda que em Santo Antônio os construtores tenham alegado "baixo impacto ambiental", considerando a relação de capacidade instalada e dimensões do reservatório, Boechat relaciona, entre o que foi destruído, vestígios pré-ceramistas de dez mil anos, pinturas rupestres pré-históricas e sítios históricos de várias épocas: povoamentos coloniais a partir do século XVIII; de seringueiros entre o final do XIX e o começo do XX; e do período da 2a. Guerra Mundial[4].

A cheia histórica

Em março de 2014, aconteceu a cheia do século do rio Madeira, que subiu mais de 25 metros, ultrapassando o dobro do normal. Segundo o **Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM**, a cota excepcional atingida se deveu à intensidade das chuvas no sul do Peru e na Bolívia, nas nascentes do Madeira e do Guaporé, fenômeno decorrente da Alta da Bolívia, um bloqueio atmosférico que não deixou as chuvas chegarem ao centro do Brasil.

Cerca de 30.000 pessoas foram afetadas apenas em Rondônia, 15 distritos alagados, 4 municípios decretaram situação de emergência, inclusive Porto Velho. Na região de Humaitá, no sul do Amazonas, a catástrofe

3 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1007201101.htm

4 BOECHAT, Raquel. "Arqueologia sob ameaça - A (dita) nova Instrução Normativa e as Portarias 230/2002 e 28/2003 do IPHAN", publicado em 04/09/2014 em Coletivo Carranca (http://coletivocarranca.cc/arqueologia-sob-ameaca/).

CLIMA NA AMAZÔNIA INTERESSA À SEGURANÇA NACIONAL

O **Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM** é a parte civil do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, criado em 1997 no governo Collor e implantado em 2002 no governo Fernando Henrique Cardoso, para o controle do tráfego aéreo e o monitoramento ambiental da Amazônia.

Do ponto de vista dos militares, o interesse foi ter uma rede de dados que permitisse o controle não só do espaço aéreo mas da defesa da chamada soberania nacional. Enquanto as fronteiras são verdadeiras "peneiras" para todo tipo de tráfico ilegal, como de armas e drogas, ainda há a pretensão norte-americana de tornar "internacional" a Amazônia brasileira, como se evidenciou em mapas escolares daquele país.

Ao custo de US$1,4 bilhão, a empresa norte-americana Raytheon Company, a maior fabricante de material bélico dos EUA, tornou-se a fornecedora dos equipamentos para o projeto, sem licitação. A história rocambolesca do SIVAM passa por escutas telefônicas da concorrente francesa feitas pelo serviço de espionagem National Security Agency – NSA e envolvimento de diplomatas e militares brasileiros no lobby bilionário. A denúncia do escândalo deu origem a uma CPI no Congresso que não concluiu nada.

Oficialmente, o SIPAM visa o intercâmbio entre instituições governamentais e não-governamentais atuantes na Amazônia Legal Brasileira, criando um "cinturão de defesa ambiental".

atingiu mais de um terço da população. O transbordamento do rio Araras isolou Guajará-Mirim e Nova Mamoré, que ficaram sem alimentos, água potável, gás de cozinha e gasolina.

Uma operação militar foi montada para levar socorro aéreo às cidades isoladas, inclusive à capital do Acre, Rio Branco, por causa do alagamento da BR-364, também pela cheia do rio Acre. Só passavam as carretas muito altas, e com o fluxo controlado para evitar que o asfalto submerso cedesse de vez. No ano seguinte, 2015, o rio Acre encheria ainda mais. No noticiário, ninguém mencionou qualquer explicação.

O porta-voz do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, coronel Gregório, sem citar qualquer parecer técnico, garantiu à imprensa que não havia relação entre a cheia no estado e as usinas do rio Madeira.

Cientistas denunciam irresponsabilidade

Em março de 2014, o historiador, doutor em ciências sociais e professor universitário Marco Antônio Domingues Teixeira acusou os estudos de impacto das hidrelétricas do Madeira como, no mínimo, "imperfeitos e sem respostas a apresentar[5]". Citou pareceres dos cientistas **Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)** e Jorge Molina, do Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH) da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), "sendo cada um de um lado da fronteira representada pelo rio Madeira, que nasce nos Andes e deságua no Amazonas". Em 2009, Marco Teixeira era chefe de gabinete do reitor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e acabava de fundar o curso de Arqueologia que então iniciava a primeira turma naquela universidade.

Para Fearnside, "esta cheia excepcional e o que aconteceu nos últimos três ou quatro anos anteriores, como a erosão que Santo Antônio provocou em Porto Velho, colocam em dúvida muitas coisas: os estudos e os projetos das duas usinas, a operação dos reservatórios, os níveis d'água de inundação reais, as verdadeiras consequências do impacto destes projetos no Brasil e na Bolívia, e o que pode ocorrer no futuro. (...) O vertedouro da barragem modificou as correntezas em frente à cidade, jogando mais água contra a orla, como foi demonstrado em 2011-2012 quando cerca de 300 casas foram derrubadas ou condenadas. (...) No caso de Jirau, deve estar contribuindo para a inundação na Bolívia no trecho logo acima do final do reservatório propriamente dito em Abunã, na divisa entre Brasil e Bolívia."

– Nós, da Amazônia em geral, e mais especificamente de Rondônia, seguimos sendo tratados como colonos e degredados de um regime autoritário que nos remete às próprias políticas colonialistas metropolitanas de Portugal para com o Brasil – ressalta o professor Marco Teixeira, indignado. – Brasília e mesmo o Palácio Rio Madeira [sede do governo estadual] nos tratam da mesma forma. Jogam o lixo nacional nesse imenso quintal, de onde retiram célere e irresponsavelmente a riqueza possível. Infraestrutura e investimentos duráveis? Só os estritamente



O professor Marco Teixeira foi o fundador do curso de Arqueologia na Universidade Federal de Rondônia, a UNIR.

5 http://www.rondoniaovivo.com/noticias/artigo-o-rio-madeira-e-a-enchente-do-seculo-por-marco-teixeira/112422#.UzSY8V6Xu2w

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZÔNIA

O INPA foi criado em 1952 para o estudo da fauna e da flora da Amazônia, sendo a segunda mais antiga instituição de pesquisa da região, depois do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Hoje ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, o INPA é um importante polo criador de conhecimento, fundamental para o uso sustentável dos recursos da região, tendo se tornado uma referência mundial em Biologia Tropical.

Em 1989, o zoólogo e ecólogo **Philip Fearnside** já era pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, quando o entrevistei para a TV Manchete. Hoje, além de membro da Academia Brasileira de Ciências, coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) dos Serviços Ambientais da Amazônia. Em 2007, foi um dos cientistas ganhadores do Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), entre outros prêmios recebidos. Hoje é o segundo cientista mais citado no mundo quando o assunto é aquecimento global.

necessários para a sangria de riquezas. Foi assim com as drogas do sertão, passando pela borracha, poaia [planta medicinal], madeira, ouro, cassiterita e, agora, energia elétrica.

A AMAZÔNIA AFRICANA DE MARCO TEIXEIRA

O professor iniciado

Quando cheguei em Rondônia, vinda diretamente do Amapá de avião, via Brasília, tive oportunidade de entrevistar o professor Marco Teixeira, na casa dele, no bairro de Nova Floresta.

Mineiro de Juiz de Fora criado em Porto Velho, o professor é fundador da Universidade Federal de Rondônia, surgida junto com o estado, em 1982, onde criou o Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Afro-Amazônicos e o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História.

Em 2009, era também o responsável pelo curso de especialização em Arqueologia da Faculdade São Lucas. Estava empenhado no projeto de

criação do Museu Etnográfico, que seria o Museu do Homem Amazônico, conforme projeto do arquiteto João Costa, que ele me mostrou entusiasmado, e que surgiria ao lado do prédio da Fiocruz em Rondônia, feito por Oscar Niemeyer, perto da Embrapa.

Marco Teixeira estudou com Ary Tupinambá, Yêdda Borzacov e Abnael Machado, intelectuais rondonienses apaixonados pela história e o patrimônio do então território, pessoas com quem conviveu mais tarde na Academia de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Formou-se historiador no núcleo da Universidade Federal do Pará que funcionava em Porto Velho.

Na pós-graduação em Pernambuco – onde foi aluno da arqueóloga veterana do Piauí Gabriela Martín – tornou-se um dedicado pesquisador sobre a Amazônia e um batalhador pela criação de uma identidade e consciência regionais. Por um lado, aprofundou-se no problema da escravidão e da negritude, sendo o "descobridor" dos quilombos de Rondônia. Por outro, teve despertada a paixão pela arqueologia.

Sua tese de doutorado foi sobre os Quilombolas de Santo Antônio do Guaporé. Ele acabou se iniciando na umbanda maranhense radicada em Porto Velho, de origem jêje, trazida por Esperança Rita, de Codó. Segundo o professor, os escravos levados para Rondônia no século XVIII eram de origem banto, designação linguística que reúne mais de oitocentos povos da África Ocidental[6].

Vodu na Madeira-Mamoré

No século XIX, os ingleses trouxeram barbadianos para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Apesar de se declararem protestantes, os negros de Barbados praticavam a religião afro-caribenha – o vodu e a *santería* – de origem também jêje.

Duas tentativas de construção da Madeira-Mamoré falharam, ainda no século XIX, pela morte de milhares de trabalhadores, vítimas das doenças tropicais e das péssimas condições de trabalho.

Em 1907, o projeto foi retomado e fundaram as cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho, extremidades da ferrovia finalmente inaugurada em 1912. A epopeia da sua construção foi lembrada na obra do escritor acreano Márcio Souza, "Mad Maria", que se transformou numa série da TV Globo.

6 LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2003.

cap6.indd 262 27/08/2015 15:18:50

A construção da ferrovia foi a contrapartida para a Bolívia da anexação do Acre pelo Brasil, concretizada em 1903, pelo Tratado de Petrópolis.

O professor Marco Teixeira, junto com outro mineiro radicado em Rondônia, o professor Dante Ribeiro da Fonseca, escreveu a História Regional (Rondônia), publicada pela primeira vez em 1998 e reeditada várias vezes, onde conta essa e muitas outras histórias que constituem um marco pioneiro para o estudo da região, livro didático obrigatório[7] no estado.

Em outubro de 2009 acompanhei uma visita de escolares ao Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM, em Porto Velho, como parte da educação patrimonial promovida pelo consórcio construtor da UHE Santo Antônio.

As Três Marias

Em frente à velha estação, há três caixas d’água instaladas em 1910, que garantiram o fornecimento de água tratada à cidade até os anos 1950. Carinhosamente chamadas de Três Marias, são o símbolo da cidade de Porto Velho, um dos poucos elementos arquitetônicos preservados. As grandes edificações públicas são a Catedral e o palácio de governo, chamado Presidente Vargas, que data dos anos 1950 e é de estilo eclético, com aquele jeitão de governo militarizado e positivista.

A reitoria da Universidade funciona no antigo Porto Velho Hotel, prédio barroco com traços modernistas, parecendo a fachada do Instituto de Educação, do Rio de Janeiro, com uma suntuosa escadaria. O prédio é do tempo da criação do território, no governo Getúlio, quando havia a preocupação de monumentalidade e da **Marcha para o Oeste**, ainda que a cidade só tivesse três mil habitantes.

A MARCHA PARA O OESTE

No início do governo ditatorial de Getúlio Vargas, em 1938, conhecido como Estado Novo, foi lançado o projeto da Marcha para o Oeste, com a intenção de integrar as regiões pouco povoadas e isoladas do Centro-Oeste e, posteriormente, da Amazônia.

7 TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro. *História Regional (Rondônia)*, 4a. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, havia a preocupação com a ocupação do território e a consolidação do chamado sentido de "brasilidade".

O Correio Aéreo Nacional – o CAN, que formalmente surgiu em 1941, da fusão do Correio Aéreo Naval e do Correio Aéreo Militar, do Exército, foi um importante instrumento dessa missão.

Meu pai, Paulo de Mello Bastos, com 97 anos em 2015, era piloto da recém-criada FAB e foi pioneiro do CAN. Ele conta de forma saborosa as suas experiências e não esqueceu da importância que tinha para aquela gente simples poder receber um remédio encomendado meses antes ao próprio piloto, ou da vacinação dos índios pelo sanitarista Noel Nutels, a quem conduziu inúmeras vezes.[8]

Maçonaria e muita cor

Andando pelo centro de Porto Velho, encontrei um prédio antigo em ruínas, onde funcionou a Câmara Municipal, e duas lojas maçônicas, que identifiquei pelos símbolos na fachada. Por todo lado, como nas cidades amazônicas em geral, cores vibrantes nas paredes e um certo ar de formigueiro no comércio popular, com muitas barraquinhas de comida na rua. Não falta a banana salgada frita, em fatias fininhas, que eu pensava ser uma especialidade cubana. Quem sabe foram os barbadianos quem trouxeram...

No Museu da Madeira-Mamoré, antigos ferroviários conversaram com os estudantes, que puderam dar uma voltinha no pátio na velha locomotiva, a "Mad Maria". Àquela altura, falava-se em restaurar todo o complexo da estação e o prédio do relógio, revitalizando o Museu de Geologia e o do Estado de Rondônia, em frente à estação. Diziam também que a locomotiva voltaria a funcionar no trecho de sete quilômetros até a vila de Santo Antônio. Na prática, esse pátio seria inundado, em 2014, assim como os arquivos da velha ferrovia, que foram destruídos. E o museu continuava aguardando a anunciada revitalização.

Memória histórica também destruída

Em 2012, a professora e escritora Sandra Castiel denunciou os danos causados ao que restou do patrimônio histórico da Madeira-Mamoré pela

8 MELLO BASTOS, PAULO. *Salvo-Conduto, Um Voo na História*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2a. ed., 2003.

construção da hidrelétrica. Segundo ela, foi aberto um valão ameaçando de erosão as estruturas da ponte metálica sobre o rio Jacy, que, assim como a do Mutum-Paraná, foi importada dos Estados Unidos no início do século XX, "relíquias emblemáticas de uma obra grandiosa que ceifou muitas vidas e deu origem à cidade de Porto Velho, capital do estado. O mesmo descaso foi dispensado ao histórico Marco Rondon, cuja localização era nas proximidades da barragem, a jusante do empreendimento. O **Marco Rondon** simplesmente desapareceu."

BANZEIRO LEVA MARCO RONDON

O pequeno obelisco de cerca de dois metros de altura foi colocado pelo próprio Rondon em 1911, marcando a antiga fronteira dos estados do Amazonas com o Mato Grosso, quando Rondônia era o Território de Guaporé. Servia também para separar a jurisdição dos entrepostos fiscais.

Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) foi militar e sertanista, idealizador do Parque Nacional do Xingu e criador do Serviço de Proteção ao Índio. Ele consagrou a frase "morrer se preciso for, matar um índio, nunca", quando esse pensamento não era de forma alguma dominante.

O marco ficava a cerca de 40 metros do rio Madeira, que foi criando muitos banzeiros (marolas) desde a abertura das comportas da Usina de Santo Antônio, o que acabou tragando o marco. Depois da indignação geral, a UHE Santo Antônio conseguiu resgatar da lama pedaços do antigo monumento. Mas o lugar onde ele ficava já estava também destruído.

O sertanista amigo dos índios e dos diamantes

Lembremos que o nome do estado é em homenagem ao marechal Rondon, que o percorreu no começo do século XX construindo a linha telegráfica. Pelos registros minuciosos que fez dos povos indígenas que encontrou, foi possível conhecer a existência na região de pelo menos 10 diferentes línguas do tronco tupi, característica que contribuiu para a hipótese de aí se localizar o berço da nação tupi no Brasil, a que já me referi no capítulo 2.

Em mais uma expedição na região, em 1914, o então coronel Cândido Rondon acompanhou o ex-presidente norte-americano Theodore

Roosevelt descendo o desconhecido e perigoso rio da Dúvida, hoje rio Roosevelt, aventura brilhantemente reconstituída pela jornalista Candice Millard[9], que trabalhou na National Geographic.

Segundo Teixeira, foi possivelmente nessa expedição que Rondon encontrou as minas de diamante de Urucumacuã, as jazidas diamantíferas do rio Roosevelt, maiores que as da África do Sul, e que Rondon chegou a registrar em cartório como sendo dele. Hoje estaria havendo um intenso contrabando das pedras, com a participação do poder público, segundo o professor, e a correspondente devastação dos índios Suruí, apesar da reserva estar demarcada.

– O patrimônio arqueológico de Rondônia é um patrimônio vasto e de muita importância. Infelizmente Rondônia sempre viu saírem daqui coleções inteiras, desde a expedição de **Alexandre Rodrigues Ferreira**, no século XVIII, até o século XX. As maiores coleções sobre Rondônia estão em Moscou, do **Langsdorff.** Há alguns anos trouxeram uma parte da coleção Langsdorff ao Brasil, esteve em Manaus mas o governo daqui não aceitou receber – reclama Marco Teixeira.

TESOUROS DE RONDÔNIA ACABAM EM LISBOA, PARIS E MOSCOU

Alexandre Rodrigues Ferreira foi um naturalista luso-brasileiro que, a mando da rainha Maria I, de Portugal, empreendeu de 1783 a 1792 uma Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Ao final, embarcou para Lisboa todo o resultado de seu inventário sobre a natureza, as comunidades indígenas, além de mapas e avaliações das potencialidades econômicas da região.

Parte desse material foi levado para a França quando Portugal foi ocupado por Napoleão, tendo sido entregue ao naturalista Geofrey Saint-Hilaire, que teria usado, inclusive, as observações de campo como sendo dele próprio. O legado de Alexandre Ferreira só se tornou conhecido do grande público quase dois séculos depois, com boa parte da coleção definitivamente perdida[10].

Também parte da coleção da Expedição Langsdorff (1824-1829) foi parar em Paris. Mas os diários do alemão naturalizado russo Georg

9 MILLARD, Candice. *O rio da Dúvida, a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

10 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá,* 2a. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

Heinrich von Langsdorff, o **barão de Langsdorff**, são uma importante fonte de pesquisa etnográfica, biológica e antropológica de grande parte do território brasileiro no século XIX.

O barão esteve várias vezes no Brasil, onde foi cônsul e embaixador da Rússia. Aprendeu a falar fluentemente o português. Médico e naturalista autodidata, fez várias viagens de estudo pelo país, sendo que foi do Mato Grosso ao Pará entre os anos de 1826 e 1829. Seus diários só foram recuperados em 1930 e hoje estão publicados pela Casa de Oswaldo Cruz, da Fiocruz[11].

Padrinho da arqueologia em Rondônia resgata Miller

O professor Teixeira foi o anfitrião do encontro “Arqueólogos de Rondônia”, quando compareceram alguns dos veteranos do PRONAPA e do PRONAPABA, inclusive Betty Meggers, em 2007.

– Ela [Betty Meggers] fez um trabalho maravilhoso, conhece Rondônia muito bem, é um amor de pessoa. Com todas as críticas que se queira fazer ao PRONAPA, fizeram a arqueologia brasileira, não há como não tirar o chapéu para eles.

Naquele momento, em 2007, decidiu-se criar o curso de arqueologia em Rondônia, o que ocorreu em 2009, como constatei. O professor Marco Teixeira revela que em duas oportunidades anteriores houve tentativas de diálogo da Universidade Federal de Rondônia com Eurico Miller. Envergonhado, ele conta da desfeita que fizeram ao “pai” da arqueologia em Rondônia:

– O Eurico Miller foi desprezado pela Universidade, não recebeu o tratamento meritório que merecia. Considero uma das grandes vergonhas da Universidade ter tratado com tão pouco caso um intelectual do porte do Eurico Miller. Foi um traço de uma época, do desconhecimento das pessoas quanto à arqueologia – enfatiza o professor. – Quando começamos a trabalhar seriamente no projeto de arqueologia, falavam que era o curso do Marco Teixeira. Na verdade era inspiração da Betty Meggers, do Eurico Miller e outros. A ideia foi clara: salvar o que se podia salvar e preservar esse patrimônio de Rondônia, que é o centro de dispersão da língua tupi,

11 SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff.* Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.



Na foto com Carlos Augusto da Silva, o "Tijolo", o arqueólogo Eduardo Neves escava o sambaqui RO-PN-08: Monte Castelo, descoberto há mais de trinta anos por Eurico Miller no Pantanal do Guaporé.

que é o centro de domesticação da mandioca e da pupunha. Rondônia tem muito a pensar sobre si própria e sobre a própria identidade.

Marco Teixeira ficou encantado com a explanação que Miller fez para ele, na companhia do assistente Josuel Ravani, fiscal da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia que acompanha Miller há uns 30 anos:

– Ele me falou do padrão cerâmico muito antigo que encontrou no Guaporé. Depois ele encontrou esse mesmo padrão cerâmico nos Andes, com uma datação ainda mais antiga, depois abaixo dos Andes, no litoral do Pacífico, mais antigo ainda, e depois ele achou a mesma cerâmica nos arquipélagos japoneses[12]. Ele ainda contou que numa exposição em Lima, no Peru, ele colocou algumas cerâmicas encontradas no Guaporé misturadas com outras vindas do litoral do Pacífico, e ninguém desconfiou...

O novo curso de Arqueologia

O campus da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) fica no começo da BR-364, a estrada que liga Porto Velho a Rio Branco, no Acre, e cuja continuação vai até a costa do Pacífico. A primeira aula do dia no recém-criado curso de Arqueologia é sobre Fundamentos de Ecologia, com o professor Almeida Andrade Casseb. Este biólogo experimental estudou no mestrado as hemoglobinopatias, como a que causa a anemia falciforme, em populações periurbanas e ribeirinhas. No doutorado, Casseb pesquisou a distribuição de marcadores genéticos em área endêmica de malária.

12 Essas descobertas, endossadas por Betty Meggers e Clifford Evans, justificaram a teoria de "dispersão" de uma cultura mais avançada de origem no Pacífico para explicar a cerâmica marajoara, como já falamos no capítulo 1.

O professor Almeida, acreano crescido em Rondônia, participou da pesquisa de Marco Teixeira no vale do Guaporé, região de quilombos a partir de 1720, onde descobriu **marcadores asiáticos (alelos)** em populações caracteristicamente negras, denotando uma grande mistura étnica na região.

QUANDO O DNA VIROU SAMBA E ENCANTOU NA AVENIDA

Em 2004, o carnavalesco Paulo Barros, estreante à frente da escola de samba Unidos da Tijuca, uma das principais do carnaval carioca, criou um carro alegórico que revolucionou os desfiles a partir de então. A alegoria era composta por 127 pessoas sobre uma estrutura de ferro, com movimentos coreografados, representando a dupla hélice de uma molécula de DNA, a chamada "molécula da vida".

O **DNA** – sigla em inglês para o ácido desoxirribonucleico, que é ADN em português – contém as instruções genéticas de todos os seres vivos e dos vírus. É uma fita dupla em espiral, onde duas cadeias de açúcares e fosfatos estão ligadas de determinada forma por uma sequência de bases nitrogenadas, que são compostos cíclicos contendo nitrogênio. Elas podem ser de quatro tipos: adenina, citosina, guanina e timina, e se complementam duas a duas.

Os **genes** são porções do DNA que servem de molde para formar determinada proteína ou característica a ser transmitida.

Os **cromossomos** são o DNA altamente condensado. Na espécie humana, cada célula tem 23 pares de cromossomos, ou seja, 46 no total. As exceções são as células sexuais, óvulos e espermatozoides, que têm a metade de cromossomos porque, juntas, irão constituir uma única célula, o "ovo", de um novo indivíduo.

Os **alelos** são os genes que ocupam o mesmo lugar em cromossomos do mesmo par, mas que têm uma pequena diferença entre si, ocorrida acidentalmente, por mutação. Esses "erros" têm a chance de ocorrer em 1 para 100 mil. Os "erros" bem sucedidos, que melhoram as condições de sobrevivência de seu portador, acabam sendo reproduzidos e, dessa forma, levam à evolução.

A população onde se disseminou determinada mutação pode ser identificada geneticamente por essa característica, por isso esses alelos diferentes são chamados de **marcadores.**

No caso da Unidos da Tijuca, o diferencial do carro do DNA não foi suficiente para fazê-la ganhar o desfile da Beijaflor de Nilópolis, para quem perdeu por 3 décimos. Não interessa se foi "marmelada" a favor da favorita da TV Globo. Entrou para a história.

GENÉTICA, ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DE MÃOS DADAS

Em 2011, o professor Almeida Casseb assumiu a presidência da Comissão do Parque Tecnológico da Fundação Universidade Federal de Rondônia, um importante passo na concretização do projeto científico da UNIR. Como Teixeira, é um entusiasta da construção de um saber regional.

– Estamos montando um laboratório de Genética Humana que nos permitirá estudar a origem das populações amazônicas, por meio da análise do DNA dessas pessoas – explica Almeida Casseb, em nossa conversa em outubro de 2009. – O professor Ondemar Dias, do Instituto de Arqueologia Brasileira [que iniciou o salvamento arqueológico em Jirau] , cedeu algumas urnas encontradas na área de construção da usina e pretendemos extrair material genético dos ossos encontrados nessas urnas.

O professor comentou, com justificado orgulho, o pioneirismo dessa pesquisa na Amazônia:

– Tem um grupo no Pará com quem ainda estamos estabelecendo contato. Já contamos com a cooperação do Departamento de Genética da USP, através do Dr. Aguinaldo Simões, e o apoio de duas instituições estrangeiras, uma americana e outra alemã.

O professor Almeida se ocupa particularmente da imunogenética, ou seja, a associação entre o indivíduo e a doença, a capacidade do indivíduo de se proteger contra essa doença. No caso do estudo para o mestrado, ele se deteve na correlação entre a anemia falciforme, quando as hemácias do sangue têm a forma de foice, não são redondinhas, e a malária falcípara, a forma mais grave da doença.



O professor Almeida Casseb busca na genética a confirmação da origem em Rondônia dos povos do tronco linguístico Tupi.

– O DNA é uma grande mala de informações – continua o professor. – Em algum momento da divisão celular, ele se transforma em pequenas malas [gens] e, sob pressão, sofre modificações nas informações que contém. Quando se modifica uma estrutura em determinado ponto do DNA [por mutação], isso pode ocasionar uma doença, como a anemia falciforme.

Casseb explica que a deformação do eritrócito [hemácia ou glóbulo vermelho] vai alterar a sua capacidade em transportar oxigênio para os tecidos. Vão ocorrer, então, crises anêmicas, com a possível falta de alimentação em alguns tecidos. Essa falta de oxigenação vai ocasionar desde problemas leves, como dores no corpo, até ulcerações, são os quadros clínicos da anemia falciforme. Tudo por causa de uma pequena modificação do DNA. Mas o indivíduo portador desse tipo de anemia tem uma proteção natural contra o plasmódio da malária, que não consegue entrar nas hemácias alteradas.

Tupi or not tupi

Entre outras linhas de pesquisa, o professor Almeida está empenhado em sequenciar o genoma das amostras obtidas junto a grupos Tupi remanescentes em Rondônia para compará-lo com a observação dos marcadores já feitos por outros pesquisadores no mundo todo, sobre as migrações de grupos humanos, e assim definir realmente a origem desses indivíduos. É a genética buscando comprovação da hipótese da origem tupi na mesopotâmia rondoniense.

Peço para ele explicar melhor o que são marcadores genéticos.

– Por exemplo, em algumas populações da África, existem comunidades que não pegam malária *vivax*. Através de alguns estudos, descobriu-se que a maioria das pessoas desse grupo não tinha uma determina proteína, chamada de “Duffy”. Foram então classificadas como “Duffy negativo”. Então o marcador dessa comunidade era esse Duffy deletado, ausente, negativo. É como uma etiqueta de uma determinada população, que a protegia desse tipo de malária.

– E já se conhecem os marcadores da população tupi?

– Aí é que está – anima-se o professor. – Alguns estudos populacionais das comunidades indígenas demonstram alguns alelos característicos de algumas populações. Olha bem, um marcador é uma etiqueta e dentro de um marcador nós temos alelos. Os alelos são as formas alternativas do mesmo gene, alguns com dominância sobre outros. Os alelos vão definir a variabilidade dessas populações.

O professor explica que estas são as variáveis fenotípicas, como a cor dos olhos, o tipo de cabelo, a forma de nariz ou do queixo. E exemplifica:

– A família real brasileira, por exemplo, tem o “queixo de querubim” [são “queixudos”], é uma marca da família real. A característica genética corresponde a determinado alelo. Numa determinada população tupi, por exemplo, pode corresponder ao alelo 7, 9, de um determinado marcador. Em outra região indígena, pode ser o alelo 1, 4. Nesse caso, totalmente diferente da característica da população tupi, portanto com outra possível origem. Então é isso que vamos fazer, capturar esses alelos característicos de regiões indígenas e comparar.

Busca do Ancestral Zero

Em outras palavras, a pesquisa conduzida pelo professor Almeida Casseb está em busca do ancestral zero: onde existiu menos mistura originalmente seria o berço dessa população, que se supõe estar no sul-sudeste do atual estado de Rondônia. Nesse estudo, o grupo do professor conta com o apoio da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que tem um levantamento muito antigo de várias populações indígenas da Amazônia.

– Para definir o ancestral zero precisa-se de uma fórmula matemática que permite saber qual a distância do ancestral zero até o exemplar considerado. Na população inglesa, por exemplo, de cerca de 60 milhões de habitantes, através de uma fórmula associada a um logaritmo – de segunda potência, em que o indivíduo homem é 1 e o indivíduo mulher é 2 – do zero até o indivíduo atual calcula-se que levou, no máximo, 40 gerações, e isso que é uma população até antiga[13]. É um pouco complexo falar disso, mas é o que queremos descobrir sobre a população tupi, definir qual seria o ancestral zero tupi.

Penin se torna nome de evento na USP

A aula seguinte é com um arqueólogo paulista que conheci em Belém e aceitou “desbravar” o ensino de arqueologia em Porto Velho, André Penin. Graduado em História e Direito, André Penin Santos de Lima fez mestrado e doutorado na USP, especializando-se em coleções líticas. Quando conversamos, Penin estava terminando o doutorado sobre patrimônio, a partir

13 **Logaritmo** de um número é o expoente a que um outro valor fixo, a base, deve ser elevado para produzir esse número. Exemplo: o logaritmo de 1.000 na base 10 é 3, porque 10 ao cubo é 1.000. A aplicação dos logaritmos a cálculos complexos é possível a partir do conhecimento de suas leis matemáticas e de cálculos previamente feitos na base 10, a tábua de logaritmos.

cap6.indd 272 27/08/2015 15:18:54


Em 2009, o professor Penin estava empolgado com as perspectivas de pesquisa em Rondônia.

de sua experiência no IPHAN de São Paulo e Santa Catarina, depois do mestrado sobre os sambaquis fluviais do Vale da Ribeira, em São Paulo, com Paulo De Blasis.

– Em Rondônia minha ideia é desenvolver um trabalho de pesquisa de docência, tentar melhorar o curso, aperfeiçoar a grade curricular. Uma vez o curso bem estruturado, com um laboratório para trabalhar, quero começar a pesquisar também – revela Penin sobre seus planos. – A arqueologia de Rondônia tem tanta coisa! Pegar a Amazônia Ocidental, que é a menos explorada... Se você tirar os pioneiros como o Eurico Miller e os trabalhos que estão acontecendo agora por causa das grandes hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau, não tem muito mais coisa. Está tudo por fazer. É uma fronteira cultural.

Penin lembra que a hipótese do surgimento dos tupis em Rondônia, com datações muito antigas de cerâmicas, é o tema da pesquisa do colega Carlos Zimpel[14]. Ainda enumera a tese sobre o surgimento da agricultura, pelo menos da mandioca e da pupunha, o rico acervo de pedra lascada ainda pouco estudado, os geoglifos do Acre, todos temas apaixonantes para se aprofundar a pesquisa sobre eles.

André Penin se empolga:

– Fora isso, estamos ao lado da Bolívia, próximo da região onde estão as altas culturas. As evidências da provável ligação dos povos da Amazônia com as diversas culturas estão por aqui, o estado de Rondônia está cheio de coisas interessantes para fazer!

Os alunos de Penin

A turma vai entrando na sala de aula e interrompemos a conversa. Entre os alunos, alguns são bem jovens, como Cleiciane da Silva, com 19 anos, que tinha se interessado por Arqueologia ao assistir algumas reportagens mas só se decidiu a fazer os exames depois de um emprego no IAB,

14 ZIMPEL, C.A. *Na direção das periferias extremas da Amazônia: arqueologia na bacia do Rio Ji-Paraná, Rondônia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Ver sobre trabalho de Zimpel a partir da pág. 29 desse capítulo.

a instituição que começou a pesquisa em Jirau. Ela conta que as pessoas se espantam quando diz o que está estudando, ainda pouco divulgado.

Suzany Andrade é um pouco mais velha, tem 31 anos e é natural de Porto Velho. Tinha parado de estudar há cinco anos, mas se animou quando soube do curso, voltou para terminar o segundo grau e prestou vestibular.

Fátima Andrade é talvez a mais velha da turma, tem 56 anos, é natural de Florianópolis e está realizando um sonho de mocinha, quando nem existia faculdade de Arqueologia. Os filhos crescidos e radicados no sul não entenderam sua decisão de voltar a viver em Rondônia, separada do marido, e cursar a faculdade:

– Mas agora estão me dando a maior força e eu estou adorando o curso, professores ótimos, qualificados, vestiram a camisa junto com a gente. Tenho irmãos que moram em Rondônia e de repente me telefonam porque encontraram no rio da fazenda uma peça assim ou assado, as pessoas têm sítios arqueológicos no quintal de casa!

Égon Felipe – nome de origem grega, "aquele que gosta dos animais, afinidade com o esporte, guerreiro e lutador", esclarece, com orgulho – se diz guerreiro desde criança, veio de Pimenta Bueno, no sul de Rondônia, para estudar Arqueologia na capital. Precisou até de ordem judicial para se matricular, porque ainda não tinha concluído o ensino médio:

– O pessoal pergunta se a gente vai desenterrar dinossauro aqui, vê as escavações e acha que estão procurando ouro, diamante. É muito importante desenvolver as pesquisas aqui em Rondônia e em toda a região norte – conclui Égon.

Todos eles compunham a primeira turma do curso de Arqueologia da UNIR. Alunos e professores mais uma vez desbravavam Rondônia, dessa vez pelo conhecimento.

Em janeiro de 2012, André Penin apareceu morto em sua casa. A polícia levantou a hipótese de suicídio. Para quem o conhecia, uma hipótese absurda, diante do entusiasmo que revelava pela nova fase de sua carreira, como eu mesma pude registrar. Mais tarde encontraram o assassino, que estava com o carro dele e outros pertences.

Em abril de 2013, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, onde ele estudou, realizou a III Semana Internacional de Arqueologia André Penin, honrando sua memória e levando adiante a tarefa de revelar os tesouros do passado de Rondônia.

cap6.indd 274 27/08/2015 15:18:54

LABORATÓRIO DA SCIENTIA EM PORTO VELHO

– Até agora descobrimos 14 sítios, 13 pré-coloniais e um histórico – explica a geoarqueóloga Michelle Mayumi Tizuka, responsável pelo laboratório da Scientia Consultoria Científica em Porto Velho, ao repórter da TV Rondônia, afiliada local da Globo, que a entrevistava quando cheguei. Fiquei quietinha e gravei os colegas trabalhando. Estávamos em outubro de 2009 e Michelle se referia à região diretamente atingida pela hidrelétrica de Santo Antônio.



Depois de coordenar o laboratório da Scientia em Porto Velho, Michelle Tizuka foi para Carajás, no Pará.

Eu já conhecia Michelle de **Lagoa Santa**, em Minas Gerais, onde ela respondia, na campanha de 2008, pela escavação às margens da **lagoa do Sumidouro**, substituindo Astolfo de Mello Araújo, de quem foi aluna, dentro do projeto "Origens", de Walter Neves, como conto no meu livro sobre o Piauí, a que me refiro no capítulo 1.

Kipnis, acadêmico respeitado

Em Rondônia, o "chefe" de Michelle, Renato Kipnis, um dos diretores da Scientia, mantém até hoje o vínculo com os estudos sobre a região de Lagoa Santa, publicando regularmente trabalhos, participando de congressos e orientando teses sobre a arqueologia da região.

Com formação em História pela USP, Renato doutorou-se em Antropologia e Arqueologia pela University of Michigan – Ann Arbor, trabalhando sobre grupos caçadores e coletores do Peruaçu, no norte de Minas, e fez pós-doutorado no Instituto de Biociência da USP, no laboratório de Walter Neves, sobre Lagoa Santa, ampliando a pesquisa do doutorado.



Conversei com Renato Kipnis nos jardins do Museu Sacaca, em Macapá.

Além de coordenar pesquisas de campo no Brasil Central e

A LAGOA SANTA DE PETER LUND E LUZIA

A lagoa considerada santa pelo tropeiro Felipe Rodrigues – que no século XVII curou feridas nas pernas depois de banhá-las nas águas da lagoa, talvez por simples higiene – fica hoje na área metropolitana de Belo Horizonte.

Ela não é muito profunda mas é alimentada por um aquífero, além das águas das chuvas. Ali perto, a gruta do **Sumidouro** fica quase permanentemente alagada. Mas a cada 30 anos, aproximadamente, uma seca mais acentuada permite o acesso ao interior da gruta, característica dessa região de carste – formação geológica em que a corrosão das pedras calcárias cria cavernas, rios subterrâneos e paredões.

Foi ali que o botânico dinamarquês Peter Lund – desde 1835 radicado na região com o assistente norueguês Andreas Brandt – descobriu em escavações, em 1842 e 1843, vários ossos humanos misturados aos de espécies já extintas, como preguiças-gigantes (megatérios) e tigres-dentes-de-sabre. Muito antes que os norte-americanos supusessem e conseguissem provar a existência de um "homem glacial americano", Lund já estava convencido da presença do Homem há milhares de anos no centro da América do Sul.

De Lund para cá foram dezenas de estudiosos e aventureiros que fizeram coletas nem sempre criteriosas dos vestígios paleontológicos e arqueológicos na região. Quando a arqueóloga Annette Laming-Emperaire escolheu a Lapa Vermelha IV para escavar, pela missão francesa que dirigia, foi justamente pelo difícil acesso da gruta, o que a preservou até então. Ali descobriu em 1977 o crânio que viria a ser conhecido como Luzia, como o batizou o bioarqueólogo Walter Alves Neves, em alusão à Lucy australopitecina encontrada na África[15].

Neves acredita que Luzia estivesse perambulando pela região e, talvez, tivesse caído acidentalmente na gruta. Ou então tivesse sido simplesmente sepultada dessa forma. Ele gosta de pensar que ela era importante em seu grupo, em que a coleta certamente era essencial. Quem sabe uma remanescente de grupos regidos pelo matriarcado, como muitos estudiosos acreditam ter existido em nossa pré-história.

O fato é que Michelle Tizuka, quando a conheci, estava escavando em alguns pontos próximos à lagoa do Sumidouro, em busca de possíveis vestígios de aldeamento nos arredores da lagoa.

15 NEVES, Walter A. e PILÓ, Luís Beethoven. *O povo de Luzia, em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

na Amazônia, Renato passou a integrar a Scientia Consultoria a partir de 2007, reunindo uma das maiores experiências no Brasil no campo da Arqueologia Preventiva.



Em 2006, Arroyo-Kalin participou das escavações no Sítio Hatahara, em Itaituba/PA. Na foto de Val Moraes, ele e Anne Py-Daniel fotografam um sepultamento primário na área do Montículo I.

Encontrei Renato Kipnis em várias ocasiões, em Belém e em Manaus, mas ele sempre conseguia escapar de uma entrevista gravada. Numa das vezes, conversamos durante um almoço com o chileno Manuel Arroyo-Kalin[16], quando se interessou pela minha funesta experiência no Chile por ocasião do golpe militar de Pinochet, em 1973, quando passei um mês presa no Estádio Nacional[17].

Finalmente em 2014 "cerquei" o Renato no encontro da SAB-Norte em Macapá. Ele me falou com orgulho dos trabalhos acadêmicos até hoje baseados nos estudos feitos pela Scientia na região da UHE de Santo Antonio.

Caçadores-Coletores teriam chegado pela Amazônia

Na apresentação em Macapá, em 2014, Kipnis fez uma analogia entre as ocupações durante o Holoceno Médio no Planalto Central e na Amazônia. Ao ler o original deste capítulo, depois de nos reencontrarmos em São Paulo em 2015, Kipnis teve o cuidado de me corrigir:

> *"Eu não acho que as populações desaparecem durante o Holoceno Médio no Planalto Central, nem na Amazônia. Esta*

16 O arqueólogo Manuel Arroyo-Kalin é doutorado pela University of Cambridge, na Inglaterra, onde reside. Colabora com projetos arqueológicos no Brasil Central e na Amazônia, tendo participado do PAC coordenado por Eduardo Neves. Publicou com Renato Kipnis e outros autores (Feathers, James K. ; Piló, Luis ; e Coblentz, David) o artigo "How old is Luzia? Luminescence dating and stratigraphic integrity at Lapa Vermelha, Lagoa Santa, Brazil". *Geoarchaeology: An International Journal*, v. 25, págs. 395-436, 2010.

17 BASTOS, Solange. "Eu estive presa no Estádio Nacional do Chile" in FERRER, Eliete (org.). *68, a geração que queria mudar o mundo: relatos.* Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. Sem a introdução, o artigo foi originalmente publicado na internet: midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/263281.shtml

> *é uma das questões que tenho discutido com Walter [Neves] e Astolfo [Araújo], não acredito no que eles têm chamado de "gap" do Holoceno Médio. Um "gap" implicaria em uma lacuna, ausência, interrupção do registro arqueológico durante o período entre 7.500 e 2.000 AP, o que não houve. A explicação do "gap" é uma hipótese baseada no determinismo ecológico, que não me parece a melhor explicação para os padrões de mudança que identificamos no registro arqueológico.*
> *Também não temos dados paleoambientais robustos para dizer que houve um período de seca no Holoceno Médio. Há estudos que indicam um clima mais parecido com o atual. Ainda assim, há várias regiões do mundo, com exemplos na pré-história, de condições muito mais secas e de falta de água do que em Lagoa Santa e que, assim mesmo, apresentam vestígios de ocupação humana.*

E mais adiante, comentando a possível dificuldade representada pelas cachoeiras para o deslocamento de grupos humanos:

> *"Acredito que a colonização do Brasil se deu pela Amazônia, os grupos de caçadores-coletores poderiam ter colonizado o Planalto Central subindo os rios Xingu e Tapajós e, não, ao contrário. Subir ou descer o rio não necessariamente tem que ser por barco, pode ter sido uma migração ao longo de várias décadas ou séculos que, aos poucos, foi ocupando as margens desses rios. Lembrar de que estamos falando de um período de colonização inicial, onde não havia ocupações humanas em várias regiões do continente. E mesmo que a mobilidade tenha sido por barco, transpor as cachoeiras não é nada difícil, basta tirar as canoas para a margem do rio e levá-las por terra para continuar viagem, como se faz hoje em dia na prática de canoagem nos rios da Amazônia."*

De Babaquara e Kararaô a Belo Monte

Kipnis também comentou os trabalhos em Carajás e na região da polêmica Usina de Belo Monte, no Pará. Na mesa que dividimos no almoço, em Macapá, sua sócia na Scientia, Solange Caldarelli, brincou com ele:

"Esse aqui cresceu com Altamira", referindo-se ao estagiário ainda novinho que trabalhou sob orientação dela e de Walter Neves nas primeiras pesquisas arqueológicas na região das usinas de Babaquara e Kararaô, em 1986 e 1987, hoje Belo Monte, das quais ele hoje é responsável, 25 anos depois.

Renato me contou que, quando chegou da pós-graduação nos Estados Unidos, não conseguiu se encaixar em algum concurso para professor universitário, por isso tendo aceitado o convite da Scientia. Casado e pai de dois filhos, muito tímido, Renato me surpreende quando pergunto se fica constrangido com o trabalho em sítios arqueológicos que, forçosamente, serão destruídos pelos empreendimentos que financiam a pesquisa: "Não, agora já não". Imagino que deve ter sido difícil a racionalização, como a dos colegas que fundamentam: Melhor conhecer antes de ser destruído.

Trabalhando em Belo Monte desde 2010, a Scientia resgatou 5 sítios pré-cerâmicos na região dos canteiros de obra, no interior da Volta Grande do Xingu. Até agora, a maior concentração encontrada de sítios pré-cerâmicos na Amazônia é na região de Carajás, lembra Renato, com cerca de 20 sítios entre 10 e 8 mil anos, portanto também holocênicos.

O gaúcho Fúlvio Vinícius Arnt apresentou a metodologia usada pelos pesquisadores da Scientia em Belo Monte, de como foram escolhidos entre os 185 sítios identificados, pré-coloniais e históricos, os que seriam resgatados. Na Volta Grande do Xingu, resgataram 98 sítios, datados entre 10.400 até 930 AP. Ele deu uma explicação sobre estatística multivariada, com análise de componentes principais e suas variáveis, enfim entendi que houve a preocupação de estabelecer critérios científicos para a escolha de Sofia[18]. Depois eu soube que Fúlvio é de São Leopoldo e foi aluno do Padre Schmitz, que orientou seu mestrado, sobre os índios vizinhos ao pantanal matogrossense no período colonial[19].

Na parte apresentada por Solange Caldarelli, ela se referiu aos sítios de caçadores-coletores, a céu aberto, encontrados no Baixo Xingu, próximo ao Amazonas, no levantamento preventivo para a construção de uma linha de transmissão de energia.

18 "Escolha de Sofia" é o nome de um romance e um filme que contam a história de uma mãe polonesa, obrigada por um soldado nazista a escolher um de seus filhos para ser morto, senão matariam os dois. Tornou-se uma expressão para designar uma falsa alternativa, entre escolhas igualmente trágicas.

19 ARNT, Fúlvio Vinícius. "San Ignacio de los Zamucos: Índios e Jesuítas no coração do deserto sul-americano, século XVIII." Mestrado em História, orientado por Pedro Ignácio Schmitz. Universidade Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS: 2005.

Facão na venta contra construção de Kararaô

Em fevereiro de 1989, eu chegava a Altamira com uma equipe da TV Manchete para registrar o I Encontro dos Povos Indígenas, em Altamira, no Pará. Dias antes, a índia Kayapó Tuíra tinha ameaçado com um facão o diretor da Eletronorte José Antônio Muniz Lopes, contra a construção da usina de Kararaô, hoje Belo Monte. Apenas dois meses antes tinham assassinado Chico Mendes no Acre, atraindo os olhares do mundo para o destino da Amazônia, sua floresta, seus rios e seus habitantes, fossem eles seringueiros ou indígenas. Naquela mesma viagem, entrevistei o presidente da Eletronorte, que reconheceu o fiasco que foi a construção da usina de Balbina. A usina, com um lago gigantesco que acabou com a terra dos Waimiri Atroari, não resolveu o problema de energia de Manaus, que continuou a ser abastecida por termoelétricas.

Mais de vinte e cinco anos depois, tenho a tristeza de assistir ao avanço da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, versão modernizada de Kararaô. O mesmo líder Kayapó Raoni, com quem tive dúvida se colocava o microfone acima ou abaixo da grande rodela de madeira no beiço dele, agora está, grisalho, ao lado de um Megaron Txukarramãe envelhecido, de um Aritana Yawalapiti mais gordo e cansado, todos continuando a clamar contra essa violência do homem branco, que não ouve os diretamente afetados pelo projeto.





Como repórter da TV Manchete, testemunhei em 1989 a dança de guerra dos índios Kayapó contra a construção do que é hoje Belo Monte.

Dizem os técnicos que Belo Monte terá que parar 4 meses por ano, por falta de água para mover as turbinas. Que a sua construção só faz sentido se uma série de outras hidrelétricas forem construídas a montante dela. Na verdade, já existe o projeto de nada menos que 130 usinas a serem construídas até 2020 em toda a Amazônia. E para quê? Trinta por cento da energia consumida no Brasil são por conta das indústrias de cimento, siderurgia, metais não ferrosos (como alumínio), química, beneficiamento do papel. E, grande parte, para expor-

tação de matéria-prima, a ser beneficiada no Japão e outras potências. A que custo? Pois é.

O cantor inglês Sting, que se fez amigo e megafone de Raoni, se preocupou em anunciar: o que acontecer com o povo dele, os Kayapó, acontecerá com todos os povos do mundo[20].

O que será que a Arqueologia tem com isso? É o que o Congresso da SAB em 2015 quer responder.

A geoarqueóloga Michelle e a mais antiga terra preta

Michelle Tizuka é reservada, mas sempre atenciosa. Depois de obter em 2013 o mestrado na UNESP[21], com a tese sobre Geoarqueologia e Paleohidrologia da Planície Aluvial Holocênica do rio Madeira entre Porto Velho e Abunã, Michelle tornou-se pesquisadora do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (MAE/USP), dirigido por Eduardo Neves, além de integrar o Grupo de Estudios Geoarqueológicos de América Latina.

Junto a Renato Kipnis, participou em 2012 e 2013 da pesquisa sobre os conjuntos líticos encontrados nos sítios do Alto Madeira entre Santo Antônio e a cachoeira do Diabo, a montante. Num dos sítios escavados, o Sítio Garbin, descobriu-se uma ocupação contínua entre 7.740 ± 50 AP e 480 ± 40 AP em camadas de Terra Preta Arqueológica, as mais antigas já datadas na Amazônia.

Na apresentação em Macapá, Renato Kipnis mencionou que os marcadores geoquímicos do Sítio Garbin foram datados de 8.600 a 8.420 AP. Quando terminou o laboratório em Santo Antonio, Michelle foi para Carajás integrar uma grande equipe, chefiada por Kipnis, que incluía um grupo de arqueólogos portugueses, para estudar uma região de ocupação muito antiga próxima à Gruta do Gavião, cuja exploração a Vale pretendia retomar[22].

Em artigo publicado em 2012, Michelle resume de que forma sua pesquisa pode contribuir para o estudo das ocupações ao longo do Madeira:

---

20 D'ELIA, André. *Belo Monte, Anúncio de Uma Guerra.* Documentário (1h40). Produção independente financiada pelo público, 2012. http://coletivocarranca.cc/belo-monte-anuncio-de-uma-guerra/

21 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

22 Ver sobre a Gruta do Gavião o trabalho de Marcos Magalhães, citado no capítulo 2, pág. 98 e segts.

cap6.indd 281 27/08/2015 15:18:57

> *"(...) Miller (1992) sugere que, para o alto rio Madeira, os eventos de sedentarismo nestes sítios estivessem relacionados à presença de concentrações de recursos aquáticos. Essa hipótese vem sendo testada para a presença de sítios em áreas de cachoeiras. Existem ainda hipóteses de ocupações extensas e contínuas para os sítios (Heckenberger et al.,1999) ou ainda ocupações mais intensas e curtas, porém sucessivas e duradouras (Neves, 2006). O objetivo desta pesquisa é interpretar as condições hidro-geomorfológicas e ambientais do rio Madeira durante o Holoceno entre Porto Velho e Abunã a partir da integração de dados da arqueologia, com a tentativa de se correlacionar com outras áreas da Amazônia, contextualizando os resultados dentro de um marco paleohidrológico, paleogeográfico e paleoambiental regional."*[23]

Ainda com os cacos no laboratório

Mas naquele momento, em 2009, ainda faltava muito para chegar lá:

– Estamos analisando agora o material do Sítio do Brejo, resgatado no ano passado – continua Michelle, mostrando a longa mesa coberta por peças arrumadas em fileiras.

Nas paredes, papéis identificam a origem do que está sobre cada mesa: "Scientia – AHE – Sítio Arqueológico Veneza"; "Scientia – AHE Santo Antônio – Presídio da Ilha de Santo Antônio", e assim por diante.

– Já encontramos uma correlação com estudos feitos nos anos 1980 nessa região pelo professor Eurico Miller – prossegue Michelle, referindo-se ao pioneiro da arqueologia em Rondônia, que trabalhou na época da construção da Usina de Samuel[24]. – Ainda devemos ter cerca de um ano de trabalho de campo, tem todo o trabalho de resgate, depois mais dois ou três anos para terminar essa análise qualitativa. Temos muito trabalho pela frente – sorri.

---

23 TIZUKA, Michelle M. "Geoarqueologia e Paleohidrologia da Planície Aluvial Holocênica do rio Madeira entre Porto Velho e Abunã/RO". *Amazônica*, Revista de Antropologia, Vol. 4, no. 1, 2012.

24 Ver na página 287 desse capítulo (Miller).

cap6.indd 282 27/08/2015 15:18:57

Silvana Zuse e o Sítio do Brejo

Quem está agora debruçada sobre o material do Sítio do Brejo é Silvana Zuse, gaúcha de Santa Maria, onde formou-se em História. O mestrado foi no MAE da USP, quando estudou a cadeia operatória dos artefatos cerâmicos dos Guarani no tempo das missões jesuíticas. O doutorado, defendido em 2014, já foi em cima da experiência em Rondônia, sobre a variabilidade cerâmica nos sítios arqueológicos do Alto Rio Madeira, durante as ocupações pré-coloniais. Em 2013 Silvana tornou-se docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, no curso de Arqueologia. Quando a conheci em Porto Velho, em 2009, ela tinha chegado há um mês, vinda do norte do Mato Grosso, Aripuanã, onde a Scientia fizera um trabalho antes. Apesar de muito tímida, Silvana se entrosou com os colegas e estava gostando muito:

– Todos me perguntam se gostei mesmo daqui, espantados. É muito diferente para mim, o rio daquele tamanho, um monte de peixe... – diverte-se ela. E começa a me explicar, com a cautela típica dos arqueólogos: – Esse conjunto de fragmentos é referente a uma unidade do sítio do Brejo. Em cada unidade temos uma triagem inicial que separa fragmentos de borda da vasilha, que é a parte da boca; fragmentos de parede da vasilha, que são a maioria dos fragmentos que estão aqui; e os fragmentos de base, do fundo da vasilha. Esse aqui, por exemplo, é um fragmento de base, arredondado – me mostra o que dá para ver claramente que tem a curva do fundo. – São mais de 40 mil peças só desse sítio. Queremos ver se existem outros fragmentos com essas características, se existe uma recorrência ou se é um caso mais isolado.

Reparo que há fragmentos de fundo branco, o engobo, com traços vermelhos. Na outra mesa os desenhos nos fragmentos são diferentes, bem delicados, com incisões no engobo branco – são do Sítio dos Macacos. Em sua tese de doutorado, Zuse analisou 14 sítios entre a Cachoeira de Santo Antonio e o Caldeirão do Inferno, próximo à foz do Jaciparaná. Concluiu que havia 5 conjuntos tecnológicos, correspondendo a diferentes identidades sociais e culturais, com grande diver-



Em 2009, Suzana Zuse começava a análise dos fragmentos de cerâmica.

sidade no tempo, espaço e na tecnologia. Em todo o estado de Rondônia, não houve intervalo na ocupação, como em muitos outros lugares da Amazônia, durante o Holoceno médio.

Trabalho na Scientia para desalojados pela usina

No laboratório da Scientia, na avenida Rio de Janeiro, no bairro Nova Porto Velho, trabalham dezenas de pessoas, mas muitas delas usam a casa apenas como base para o trabalho de campo. Tem cozinha, refeitório, vários laboratórios. A ampla varanda permite que muitos trabalhem do lado de fora, às vezes limpando os fragmentos.

Marisa Marçal de Sousa é assistente técnica e começou a graduação em Arqueologia, agora com a primeira turma. Ela tem 38 anos, três filhos grandes e é seu primeiro emprego, está radiante. Apesar de morar em Porto Velho, soube do trabalho por conhecidos que moram na Vila Santo Antônio, onde a Scientia abriu inscrição e deu preferência para as mulheres no trabalho que exige mais paciência, como a limpeza dos cacos.

– Na escavação, os arqueólogos faziam questão de ir explicando pra gente: "Tá vendo essa camada? Dez centímetros. Tá vendo esse carvão? É um artefato de pessoas que estiveram aqui antes de vocês". Tudo eles iam explicando. Eu me sinto honrada de ter trabalhado na ilha, que já nem existe mais.

Ilha e vila desapareceram

As datações posteriores desses carvões revelaram de 8.620 a 8.420 AP. A ilha do Presídio foi aterrada para a construção do próprio canteiro de obras. É dramática a descrição feita por Marisa:

– Foi tudo assim, porque eu trabalhei desde o começo, até as árvores estarem caindo em cima da gente e a gente correndo, a gente estava ali no meio – revela ela. – Era uma ilha superlinda. Fiquei sabendo que as pedras iam ser usadas na barragem. Na verdade dá muita pena, quando voltei lá, fechei os olhos, não quis olhar a devastação que estava. Pra mim é horrível! Fico feliz por estar empregada e triste por ver o que está acontecendo. Mas eles dizem que tem que acontecer, né, em nome do desenvolvimento...

Acabou o pôr do sol na cachoeira

A antiga Vila de Santo Antonio não existe mais. A agrovila, para onde foram removidos os moradores, no novo Engenho Velho, tem escola e posto

cap6.indd 284 27/08/2015 15:18:57

de saúde. Mas todos tiveram que pagar pelas casas e estão longe do rio. Não se pode pescar a menos de 500 metros da barragem. O campo santo, que tinha feito a velha vila renascer – quando fundaram Porto Velho, o aumento da população fez crescer o cemitério, que gerou trabalho ao seu redor – também foi removido. A cachoeira desapareceu, com as pedras dinamitadas. O lago da represa cobriu tudo, matando muitas árvores submersas. Àquela altura dos acontecimentos, quando ainda estavam construindo, o sentimento geral era de desolação:

– Antigamente o povo ia até a cachoeira ver o pôr do sol e pescar – conta Júlio, de quem esqueci de perguntar o sobrenome. Desculpe, Júlio. – Por onde o rio passava, onde tinha aquelas cachoeiras, aquelas pedras bonitas, cercaram tudo e tiraram as pedras. Tiraram o nosso lazer e a nossa paz, porque era tranquilo e agora passa ônibus o tempo todo em alta velocidade. Dia desses mesmo atropelaram dois cachorros de uma vez, o ônibus passou a uns 80 por hora subindo uma ladeira.

É Júlio quem me explica sobre os líticos em cima de uma mesa:

– Esse aqui foi encontrado próximo à Cachoeira de Santo Antônio, ali na Igreja de Santo Antônio. Repare que alguns são polidos, têm a superfície bem lisa, poderiam servir para alisar uma cerâmica, para dar um contorno melhor. Esses outros aqui para quebrar algo bem mais duro. Esse aqui tem um orifício, podia ser utilizado para quebrar coquinho. Seria para apoiar aqui o coquinho e utilizar outro lítico como ferramenta para bater. Esse aqui tem uma empunhadura boa, serve para bater, esmagar algo. Aqui já é o machado, esse está fragmentado, bem erodido, é uma peça que foi doada...

Fósseis de fauna e flora

Desde o ano anterior, a Scientia e o Laboratório de Paleontologia da UNIR[25] estavam fazendo o monitoramento paleontológico na Área de Influência Direta – AID – da UHE Santo Antônio, conforme previsto no Projeto Básico Ambiental (PBA), fundamento para a concessão de licença de instalação para o empreendimento pelo IBAMA.

Com a intensa atividade garimpeira no rio Madeira, nos anos 1980, tinham sido descobertos inúmeros fósseis de paleofauna, posteriormen-

25 BISSARO JR., Marcos C., NASCIMENTO, Ednair R., TIZUKA, Michelle M., KIPNIS, Renato. "Evidências paleontológicas na AID da UHE Santo Antônio (Porto Velho - RO): importância do monitoramento paleontológico em empreendimentos de grande impacto ambiental". XXI Congresso Brasileiro de Paleontologia. Belém: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2009.

te identificados como de preguiças gigantes, – *Eremotherium* –, toxodontes (que parecem uma anta gigante), – *Toxodon* –, gliptodontes (ancestral do tatu do tamanho de um fusca), – *Glyptodon* – e vários outras espécies pleistocênicas, datadas entre 27.310 ± 200 anos AP e 46.310 anos AP, sendo essa última data incerta por ultrapassar o método convencional de datação por carbono 14.

– O projeto de Paleontologia é irmão do projeto da Arqueologia, ambos estão dentro do Plano Básico Ambiental[26], como também o da flora e da fauna atuais, mas cada um segue uma linha própria – me explica a paleontóloga Janaína Rodrigues do Nascimento, 27 anos, bióloga formada em Rondônia com mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ela me mostra os exemplares de paleoflora sobre a mesa, no laboratório de Paleontologia:

– Esta é o que se pode chamar de uma folha mumificada, que teve todos os seus tecidos preservados como se fosse a folha que acabou de cair. Para que isso ocorra, primeiro ela precisa sofrer rapidamente um soterramento, seja por um desmoronamento ou uma enxurrada. Em seguida, é necessário um ambiente anóxido, sem oxigênio, num meio alcalino. Se for um sedimento ácido ela não irá se conservar [como no caso de grande parte dos solos brasileiros].

O trabalho apresentado sobre o monitoramento ressalta a possibilidade de estudos paleoecológicos, paleoambientais, tafonômicos e estratigráficos a serem realizados na área impactada pelo empreendimento. A tafonomia, ciência auxiliar da paleontologia, estuda como se dá o processo de fossilização. Para os arqueólogos, esse estudo é fundamental para entender se os restos estão ou não associados à atividade humana.

No estado vizinho do Acre, desde o final dos anos 1970, o paleontólogo Alceu Ranzi vem trabalhando sobre os exemplares que ele recolheu sobretudo ao longo do rio Juruá, uma contribuição pioneira para se entender a vida na região em épocas passadas[27]. Foi num sobrevoo da região que Alceu Ranzi redescobriu os geoglifos do Acre, como veremos no próximo capítulo, para cujo estudo contribui ao lado da arqueóloga Denise Schaan.

26 A Arqueologia é vinculada ao IPHAN, enquanto a Paleontologia concerne ao DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia. Os fósseis são considerados patrimônio mineral.

27 RANZI, Alceu. *Paleontologia da Amazônia: mamíferos fósseis do Juruá*. Rio Branco: M. M. Paim, 2008.

PALEOÍNDIOS EM RONDÔNIA

O pioneiro Eurico Miller evoca seus 35 anos de pesquisas arqueológicas na Amazônia (1974-2009), sendo 12 deles (1978-1989) contínuos em Rondônia e arredores, para afirmar a onipresença paleoíndia na Amazônia:

> *"Pesquisas na década de 1980 e 1990 nas cavas das torres de LT's [Linhas de Transmissão da Eletronorte] em Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão se repetiram com datas entre 12.000 e 14.000 AP, sugerindo ser comum a presença de pré-agricultores por toda a Amazônia, em média aos 13.000 AP (MEGGERS e MILLER, 2003); uma data de LT no Maranhão vai aos 23.280 AP (aquém da estimativa para o Abrigo do Sol)."*[28]

Desde 1972, Miller participava do Programa Paleoíndio – PROPA, integrante do Programa Paleoíndio Pan-Americano do Smithsonian Institution. Naquele ano, encontrou o primeiro sítio paleoíndio da série do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, um provável sítio de matança e assentamentos desde ao menos 10.810 ± 275 anos AP.

No ano seguinte ele foi convidado pelo Smithsonian a acompanhar o fotógrafo Jesco Von Puttkamer, colaborador da National Geographic Society e do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC de Goiás – IGPA/GO, numa expedição ao Abrigo do Sol, no noroeste de Mato Grosso. Como arqueólogo, Miller já tinha o interesse em verificar a hipótese de perambulação de oeste para leste e vice-versa em tempos pleistocênicos, tanto da megafauna quanto dos paleoíndios.

Abrigo do Sol, o mais antigo sítio de agricultores

O Abrigo do Sol fica na "cornija da Chapada dos Parecis, (...) pouco ao norte do corredor/divisor entre os rios Paraguai e Guaporé", então em território Nambiquara-Wasúsu, "a 300 km em linha reta do extremo sul do

28 MILLER, Eurico Thefilo. "Arqueologia na Amazônia Brasileira, no Sudoeste da Amazônia, de Rondônia ao Rio Grande do Sul: Dos 'fatos' de ontem e do presente." XV CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Anais - Trabalhos Científicos – Simpósios (2010).

alto Ji-Paraná", portanto próximo ao "berço" tupi-guarani na hipótese do linguista Aryon Rodrigues (1964; 1986).[29]

A existência desse abrigo foi a razão, segundo Miller, da extensão do PROPA aos estados de Mato Grosso e Rondônia. Em 1983, Eurico Miller publicou ter chegado aos 610-620 cm de escavação no sítio MT-GU-01: Abrigo do Sol à datação de 19.400 AP. Miller ressalta que uma sondagem nessa quadrícula até os 800 cm "não atingiu solo estéril", o que o faz supor que o início da ocupação humana no sítio poderia ter mais de 25.000 anos.[30]

E voltando ao trabalho apresentado na SAB de 2009, publicado em 2010:

> *"Começamos por apaziguar capatazes de fazendas nascentes e Nambiquara do Guaporé. Em junho/1974, iniciamos um breve reconhecimento centrífugo geral nas fazendas ao redor do Abrigo do Sol, resultando dois sítios pré-cerâmicos e 15 cerâmicos, em abrigos, e espaços abertos com terra preta, um com cerâmica corrugada como na tradição Tupiguarani da Faixa Costeira. No Abrigo do Sol foi reconhecido o Complexo Dourado, pré-cerâmico (MILLER, 1975; 1977; 1987a), cuja primeira datação entre 530-540 cm foi de 14.700 AP – a gota d'água!"*

Para Miller, tais descobertas eram suficientes para derrubar o mito da Amazônia sem o pré-agricultor. Segundo comunicação pessoal do próprio Clifford Evans a Miller, em 1968, o simples caçador-coletor não teria condições de subsistir na região, como já falamos no capítulo 1. Lembra ele:

> *"A presença indígena só teria ocorrido a partir da fase Mina com ca. 5.200 anos AP[31] (SIMÕES, 1981), ou mais tardiamente*

29 Ver capítulo 2, pág. 125 e segts., e nota 49 daquele capítulo. RODRIGUES, Aryon. A classificação linguística do tronco Tupi. *Revista de Antropologia*, 12 (1-2): págs. 99-104. 1964;
e ______ *Línguas Brasileiras. Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

30 MILLER, Eurico Th. Relatório preliminar das pesquisas arqueológicas realizadas nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA BACIA AMAZÔNICA – PRONAPABA/SI/GERO. 1983a.
______ História da cultura indígena do alto Médio-Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado em História da Cultura Brasileira. Porto Alegre: PUCRS, 1983b.

31 *ca.* é a abreviatura da palavra latina *circa*, que significa aproximadamente, cerca de.

pela fase Ananatuba, ca. 3.500 AP (MEGGERS & EVANS, 1957). Portanto, não existiriam sítios nem pré-cerâmicos nem pré-agrícolas na Amazônia principalmente Pleistocênica.”

– Miller está com malária, delirando, louco! –conta ele próprio. O Smithsonian Institution mandou então o geoarqueólogo John P. Albanese ao Abrigo do Sol, que confirmou os resultados encontrados.[32] Anos depois, o trabalho de Anna Roosevelt (1996) na Pedra Pintada/PA iria confirmar a presença paleoíndia não apenas no sudoeste amazônico [já confirmada ainda nos anos 1980 na Gruta do Gavião, em Carajás].

Cerâmica antiga e recursos aquáticos

Os primeiros indícios de cerâmica no estado de Rondônia, encontrados por Miller, seriam da fase Bacabal (1992, 1999). Estariam relacionados a “grupos especializados em obtenção de recursos aquáticos, tanto nos rios como nas várzeas”.

O mesmo foi observado por Roosevelt na Taperinha, no Baixo Amazonas, Perotta nos sambaquis do Alto Xingu e Simões nos sambaquis da tradição Mina (1981)[33], lembrados por Carlos Augusto Zimpel em sua tese na USP (ver nota 14 desse capítulo). No caso de Rondônia, a datação da cerâmica mais antiga é de 3.920 ± 85 AP.

O padrão de assentamento em sambaqui é típico da Tradição Sinimbu, com as casas e enterramentos feitos nos próprios sambaquis e com intenso consumo de moluscos, lacustres ou terrestres. Esses caçadores-coletores teriam iniciado a ocupação por volta de 7.100 AP, com o ápice no *Optimum Climatico* por volta de 5.500 AP, mas eclipsados aos 4.300 AP “por um episódio severo de clima seco”.

Nesse período seco o único local de sobrevivência efetiva teria sido o canal do rio Madeira, sustentado pelo degelo andino. A baixa acentuada

32 *“The Abrigo do Sol rockshelter is a bona fide [genuíno] archaeological site. If its antiquity is confirmed additional radiocarbon dating, it is also one of the more significant Paleo-Indian sites found to date in South America.”* Casper, Wyoming—September 21, 1977—John Albanese.

33 ROOSEVELT, Anna. Op. cit.; PEROTTA, Celso. Relatório de campo (rio Xingu). PRONAPABA. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. CNPq/INPA/IPHAN/UFES. Manuscrito Inédito, 1977; e SIMÕES, Mario F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Nota preliminar. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Nova Série: Antropologia. Belém: 1-26, 1981.

das águas é atestada pela existência de petroglifos até 110 cm abaixo do nível da estiagem normal, como na corredeira da Pederneira.

A fase Bacabal ceramista seria da reocupação ocorrida com a ressurgência do Pantanal aos 4.050 AP, talvez com horticultura incipiente. Aos 1.500 AP teriam adotado a mandioca, como atestam os raros e pequenos beijuzeiros encontrados até por volta de 800 AP.

Zimpel na Mesopotâmia de Miller

Segundo a sistematização feita por Zimpel, citando Miller, depois das fases líticas Dourados e Periquitos, entre aproximadamente 15.000 e 12.000 AP, teria havido o Complexo Jirau (9.000 – 6.000 AP) e a fase Itapipoca 22 (8.320 – 6.970 AP), seguidos pela fase Pacatuba 23 (*ca*. 6.090 AP), complexo Massangana (*ca*. 4.780 AP) e fase Vilhena (*ca*. 4.385 AP).

Zimpel destaca que as fases Pacatuba e Vilhena marcariam a transição do modo de vida paleoíndio (caçador-coletor) para os chamados grupos pré-coloniais (caçador-coletor-agricultor). Esses sítios se localizam em solos de Terra Preta Antropogênica (TPA)[34]. Para Eduardo Neves, a presença de TPA é a principal prova contra o determinismo ambiental até então dominante na visão arqueológica da Amazônia.

Onde Eurico Miller melhor obteve uma cronologia das terras pretas foi na região do médio-baixo Jamari, mas ainda insuficiente para traçar um quadro geral da ocupação. A Tradição Jamari, nomeada por ele, baseou-se no estudo de 96 sítios lito-cerâmicos, tradição essa caracterizada pelo antiplástico de cariapé e areia e pela decoração quase exclusiva por engobo vermelho.

Segundo Zimpel, essa tradição tecnológica situa-se entre 2.500 e 420 AP e possuiria quatro fases: Urucuri, Jamari, Cupuí e Matapi, variando da profundidade máxima de 90 cm até 50 cm de terra preta, com cerâmica quase sempre lisa, raramente com pintura e incisões e líticos correspondendo a lâminas de machado pequenas, polidas, almofarizes, moedores, sempre em sítios-habitação, às vezes circulares e quase sempre nos barrancos altos próximos ao Jamari.

34 A Terra Preta Antropogênica (TPA) é apenas uma designação mais moderna para a Terra Preta de Índio (TPI).

Tradição Polícroma onde tem peixe e tartaruga

– A tradição Polícroma de cerâmica está diretamente relacionada à presença da rica fauna flúvio-lagunar, e não tanto aos solos férteis de várzea – garante Eurico Miller, contradizendo a convicção dominante.

Em suas andanças pela Amazônia, Miller descobriu ricos vestígios cerâmicos policrômicos ao longo de rios de água preta, ácida, como o Uatumã, mas onde havia farta população de jacaré-açu (hoje em recuperação nos lagos), tartaruga da Amazônia, peixe-boi, pirarucu. O mesmo teria ocorrido no médio Madeira, com a presença da subtradição Jatuarana, a mais antiga da tradição Polícroma.

Para Miller, o centro dessa tradição teria sido a cachoeira do Teotônio, de ambos os lados, onde persistiu por cerca de 3.000 anos o maior berçário amazônico da tartaruga, dizimado pela exploração predatória dos comerciantes europeus, simultaneamente ao genocídio das populações indígenas pela escravidão e doenças.

– Não foram as cachoeiras que delimitaram a expansão rio acima da Tradição Polícroma, mas o fato de serem barreiras naturais à subida principalmente da tartaruga da Amazônia – acredita o velho arqueólogo. Ele cita Southey (1862) quanto à cachoeira de Teotônio, no rio Madeira, Codreau (1977) sobre a Cachoeira São Simão, do Tapajós, e Magalhães (1941), referindo-se à Cachoeira de Samuel, no Jamari.[35]

Policromia dos Tupi subiu o Madeira

Já a subtradição Jatuarana galgou o Madeira até o baixo Mamoré, como Miller encontrou no sítio RO-GM-10: Balneário, em frente à ilha de Guajará-Mirim. A presença dessa cerâmica policrômica também foi constatada no Baixo Abunã, no sítio RO-GM-7: Fortaleza do Abunã. Miller destaca que hoje a tartaruga está por toda parte, levada pelo homem.

– Uma das características da cerâmica corrugada do Prototupi, Proto-Tupiguarani e Kawahib é o tratamento corrugado desde a base do ombro ao lábio da peça, seja pescoço alongado, seja curto. A base pode ser boleada ou aplanada – descreve ele no seminário da SAB, referindo-se à imagem projetada de uma peça.

35 SOUTHEY, Robert. *História do Brazil.* Tomo V. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862; CODREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1977; e MAGALHÃES, Amilcar A. B. *Pelos Sertões do Brasil*. Segunda Ed. Brasiliana, Vol. 195. Rio de Janeiro: Comp. Ed. Nacional, 1941.

Desde 1974 trabalhando na região, ele só se decidiu a divulgar a "terra natal" no alto Ji-Paraná em 2005, depois que inúmeras pesquisas mais recentes confirmaram exaustivamente a correlação com o Tupiguarani da Faixa Costeira. – É possível a correlação linguística ao longo dos 5.000 anos com o Proto-Tupi, o Proto-Tupiguarani, o Guarani e o Kawahibi, todos esses com cerâmica corrugada e pintada.

Em 2008 e 2009 Miller teve o prazer de apreciar os resultados de uma etapa do salvamento arqueológico na LT Ji-Paraná-Vilhena/RO, que trespassa o alto Ji-Paraná, em que foram feitas quatro datações entre 4.500 e 4.000 AP, pela Scientia Consultoria[36].

No encontro da SAB-Norte em Macapá, em 2014, Guilherme Z. Mongeló, doutorando do ARQUEOTROP do MAE-USP, de Eduardo Neves, confirmou que estavam corretas as datações de Miller da cerâmica Jatuarana, a primeira polícroma, encontrada próximo à Cachoeira do Teotônio, de 2.730 AP. Em fevereiro de 2013, Guilherme iniciou escavações na parte alta do Sítio Teotônio, para entender o substrato de TPA sem cerâmica mas com muitos líticos a partir de 30 cm, onde acharam uma fogueira bem funda. Ou seja, haveria pré-cerâmico na TPA e anterior à TPA, como acreditava Miller desde sua primeira visita a Teotônio em 1978 (RO-JP-01). Depois de descrever as cerâmicas encontradas nos vários níveis, Mongeló se pergunta sobre o papel marcador da cerâmica, já que existe um *continuum* dos elementos tecnológicos na espessa camada de TPA.

O TRABALHO DE CAMPO EM SANTO ANTÔNIO



Em geral, a mesma Tabela Munsell é compartilhada por arqueólogos em unidades próximas.

Na madrugada

Ainda não amanheceu quando pego o ônibus para a casa-laboratório da Scientia, onde são organizados os grupos de trabalho de campo do dia, número de refeições, material. No cotidiano de uma escavação, nada é deixado no campo, as ferramentas e os instrumentos de trabalho devem ser tão cuidados

36 CRUZ, Daniel G. da. "Lar, Doce Lar? Arqueologia Tupi na Bacia do Ji-Paraná (RO)". Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo: MAE/USP, 2008.

quanto os fragmentos recolhidos um a um, em saquinhos com identificação.

Cada arqueólogo anda com a sua caixinha, onde guarda o GPS, a trena, a tabela Munsell, que tem o gabarito de cores para ajudar a descrever cada camada de solo. Vão também o repelente, óculos, celular, boné ou chapéu. Alguns levam máquina fotográfica, as fichas a serem preenchidas durante a escavação, lápis, borracha, canetas.

Quanto às roupas, cada um tem seu critério para trocá-las, já que sempre estão mesmo cheias de terra. Descobri que os mais criteriosos trocam a camiseta a cada dois dias, a calça mais ou menos a cada quatro ou cinco. Saem um ônibus e algumas caminhonetes até a margem do rio, de onde a maioria seguirá de barco.

Sem peixe e sem roça

O barqueiro é seu Manoel Ferreira de Sousa, que por enquanto arranjou trabalho transportando esse pessoal, já que "pescaria hoje não tem mais o peixe pra pescar":

– Com esse negócio de meio ambiente que não pode brocar, não pode derrubar, não pode tocar fogo em nada, parei de trabalhar em roça há um ano. Nem no lixo se pode tocar fogo – queixa-se seu Manoel, enquanto observamos a maior fumaceira para os lados do lixão da cidade. – O lixão é 24 horas tocando. Ribeirinho botar fogo no roçado não faz a fumaceira que eles fazem ali. Se quiser roçar, tem que ser na mão, não tem máquina. Tá na faixa de 100 reais a hora, e a máquina só vem se for de dez horas em frente.

As casas, as árvores, tudo que agora vemos nas margens será coberto pelas águas. É como disse seu Manoel: "Agora a senhora imagina uma casa dessas aqui, o teto vai lá no alto..." É mesmo difícil de imaginar tanta água.

Trabalhadores são filhos de migrantes

Procuro conhecer os técnicos que embarcaram comigo. Quase todos moram nos arredores, mas muitos nasceram longe e vieram ainda crianças com os pais. Adriano da Silva Roque da Costa, 22 anos, é de Brasília e mora em São Domingos, acima do canteiro de obras. Welisson Almeida Lins, 19, é de Humaitá, no Amazonas, mora perto da usina, em São Cristóvão. Ivan da Silva, 26, é nascido em Porto Velho, mora no Novo Engenho Velho, na agrovila, para onde transferiram os moradores da Vila Santo Antonio:

"O pessoal tá meio assustado, a cidade está movimentada, mudou um monte de coisa." O irmão, Magno, de 20 anos, também conseguiu trabalho na escavação. Wilson Viana, de 26 anos, é de Manaus mas mora em Porto Velho há muito tempo, arranjou o emprego através de um colega. Laércio da Silva Pontes, de 28, o Dedé, é curitibano, trabalhava na lavoura em Aripuanã, em Mato Grosso, e veio com a turma da Scientia que escavou por lá.

A grade dos peixes

De vez em quando passa um tronco boiando. O Bené, Francisco Roque da Costa, me conta que sempre por volta do mês de janeiro, assim quando está meio parado, ele costumava pegar esses paus de açacu – a árvore que vemos passar boiando e que o Madeira arranca regularmente das margens – "juntava assim umas 8 ou 10, constrói uma casa e mora 15, 20 anos em cima, sem problema, não acaba. Aí eu perguntei pros técnicos como ia ser na frente das turbinas, eles me disseram que ia ter uma grade. E os peixes? Vão descer todos nas turbinas e vão ser triturados?"

Bené tinha razão, apesar de dizerem que seria construído um canal para a passagem dos peixes. Em abril de 2014, um teste com duas turbinas na usina de Jirau – que terá um total de 50 turbinas funcionando, quando estiver pronta – provocou a morte de milhares de peixes. O consórcio construtor não soube explicar o "incidente".

Sítio Vista Alegre

Primeira parada, desce uma turma. Bom trabalho! Chega a nossa vez, no Sítio Vista Alegre. O chão está cheio de bandeirinhas fincadas amarelas e vermelhas, delimitando as grades de escavação. Em cada lugarzinho em que se escava há um arqueólogo responsável. Nesse aqui é o inglês Alastair Threlfall, que mora há 5 anos no Brasil, casado com uma mineira e dedicado à arqueologia histórica. Ele se especializou em engenhos de açúcar movidos a tração animal. Em Minas Gerais, ele estava trabalhando em sítios com mineração de ouro.

– Aqui é a parte mais alta do solo – mostra Alastair, regulando com um nível o barbante que delimita a unidade de escavação. – Ali onde o Darcy está trabalhando a cota é menos 50. Nós identificamos uma estrutura em cerâmica que parece ser um fogão. A parte superior é de ocupação moderna, mas a inferior tem cerâmica pré-histórica – explica, enquanto o outro



Reencontrei Pugliese em 2015, em São Paulo, quando apresentou um trabalho sobre o Sítio Sol de Campinas, no Acre, com montículos, próximo a geoglifos.

trabalha dentro do buraco com uma pazinha pequenininha, parece uma colher de pedreiro de brinquedo.

Darcy é do Paraná, jardineiro, e está cavando com cuidado, cada fragmento deve ser registrado exatamente no local em que foi encontrado. Se calha de aparecer na parede vertical, no limite da unidade, ficam aquelas sobrinhas salientes, não se tira o fragmento. Se é uma raiz de árvore, tem que cortar certinho. Não só a profundidade é importante, a compactação do solo também. De um modo geral, a metodologia é a escavação por nível artificial de 10 centímetros, não necessariamente coincidindo com a camada de ocupação, que é um pacote de sedimentos. Tempos depois eu ouviria a explicação de Anna Roosevelt, que mesmo na arqueologia preventiva, perto do porto de Santarém, respeitava as camadas ao escavar.

Filmo a plaquinha: "Sítio Vista Alegre – Estrutura 01 – Unidade E0387137 – 50 cm – N9020442 – 22.10.09".

Alastair comenta que a sondagem revelou a estrutura de um fogão mas a grande quantidade de cacos o faz pensar num forno de cerâmica, possivelmente com uma ocupação rápida moderna por cima. Darcy agora peneira o sedimento que juntou no balde, revelando pequenos fragmentos, todos de cerâmica.

– Na verdade, a escavação nessa área do sítio já foi concluída, escavamos pouco mais de 40 m2 e estamos abrindo mais 8 m2 – explica o coordenador de arqueologia do projeto, Francisco Pugliese[37], que algum tempo depois iria para o IPHAN de Manaus, deixando Michelle na coordenação de campo. –

37 Francisco Antonio Pugliese Júnior, doutorando em Arqueologia do MAE/USP, tornou-se pesquisador do Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN, criado pelo Decreto no. 6.844 de 07.05.2009, "visando ao fortalecimento institucional do IPHAN na área de gestão do patrimônio arqueológico". Em 2011 Pugliese participou de uma expedição aos geoglifos na Chapada dos Parecis, em Rondônia, onde foram identificados formas como a cabeça do condor e degraus de pedra para acesso ao topo que, acredita-se, podem ter pertencido à civilização dos Mojos, construtores de plataformas de terra há milênios.

Resolvemos ampliar porque foram encontradas algumas estruturas nessas áreas de erosão dos barrancos. Uma outra, similar, foi encontrada numa das unidades da malha de 20 metros que fizemos aqui – diz ele, referindo-se à malha ortogonal de unidades de um metro quadrado cada.

Meses depois eu participaria com alunos do curso de Arqueologia de Iranduba, próximo a Manaus, de uma aula de campo de como usar a estação total e o GPS, escolhendo um ponto inicial de referência. Foi em Silves, quase na fronteira do estado do Amazonas com o Pará, num sítio-escola da professora Helena Pinto de Lima. A aula foi dada por seu marido, o também professor Bruno Moraes, que explicou como determinar as coordenadas UTM de cada ponto. A filhinha Flora, então com um ano e dois meses, também participava das escavações, com sua pazinha. Helena se tornou conhecida por sempre ter um bebê pendurado no seio, em suas competentes apresentações acadêmicas nos congressos. Até 2014, o casal teve três filhos.

Ocupação intensa durante milênios

– Esses sítios foram intensamente ocupados em tempos pré-históricos, mas continuaram a ser ocupados em tempos históricos. Raramente as ocupações cessaram nas margens do rio – destaca Francisco, indicando algumas mangueiras, do tempo do ciclo da borracha e da ferrovia Madeira-Mamoré.

Aprendo que possivelmente foram os chineses que levaram as mangueiras para a Amazônia, em meados do século XIX, na época da pimenta. – Aqui estamos bem na cota da inundação, a cota 70, indicada por aquele marco azul. Essa é a área de impacto direto, onde estamos escavando há uns dois meses. Primeiro fizemos uma malha de 100 metros, na etapa que chamamos de prospecção. Nessa etapa identificamos 80 ocorrências, algumas delas classificadas como sítios arqueológicos por conta da densidade de distribuição dos materiais. Partimos para uma segunda etapa, que foi a delimitação desses sítios. Fizemos então uma malha de 20 metros onde utilizamos a tradagem, que são furos de aproximadamente 30 centímetros de diâmetro distribuídos na malha ortogonal de 20 metros. Aí começamos a entender um pouco mais da distribuição dos vestígios nessas três colinas aqui – mostra Francisco, com um gesto largo.

Michelle me conduz até o topo de um dos platôs, mais afastado do rio, onde trabalha um grupo:

– Ali você está vendo o igarapé que corta o sítio. Perto do Allastair você viu o barranco, provavelmente de uma cheia esporádica que fez aque-

le corte. Talvez o sítio fosse mais extenso, mais próximo do rio, tem essas peculiaridades que precisamos entender do sítio.

A geoarqueóloga faz interessantes considerações:

– Ainda há muito para se estudar sobre esse tipo de solo. Acredita-se que, dependendo do sítio, possam se criar microclimas em camadas arqueológicas que preservem os vestígios. Não se sabe ainda até que ponto a cerâmica contribui para aumentar o pH do solo.

Aproveito para perguntar a diferença entre laterita e latossolo.

– Laterita é a rocha. Aqui, por exemplo, temos perfis lateríticos, onde você pode ter um solo que se enquadre na classificação de latossolo. O latossolo é o que mais se encontra aqui na região amazônica, é aquele amarelo, argiloso, que, às vezes, é difícil de se chegar nele, mais profundo – explica Michelle.

O historiador Diogo Quirino, que desde então se dedica à arqueologia amazônica, conta que este é um dos maiores sítios encontrados até agora, o complexo das três partes, cortado pelo igarapé, que tem a água bem limpinha:

– Na prospecção achamos uns pontos positivos, fez-se a delimitação e acabou que saiu bastante material. É um sítio bem denso em material cerâmico, muitos fragmentos trabalhados, numa área grande. A ocupação pode ter sido em várias épocas, até porque teve fragmentos em várias camadas, até bem profundas, e a gente percebe diferentes formas e características. Alguns estão muito erodidos, podem ser de muito tempo atrás.

Pressão maior no canteiro de obras

Observo que sobre cada local de escavação é construída uma cobertura rústica que ajuda a proteger do sol e da chuva. Na hora de ir embora, cobre-se o buraco com um grande plástico preto. O calor é enorme e o trabalho, duro. Noto que aqui a maioria não se dá ao trabalho de tirar as botas no interior do sítio, em vez de ficar só de meias, como é a norma nas escavações a longo prazo. Pergunto a Michelle sobre o paradoxo da arqueologia



Em cada unidade a equipe procura se abrigar do sol. Enquanto alguém cava, outro peneira o que foi retirado do nível anterior e o outro anota, como me explica Gilberto Bueno, jornalista que se tornou arqueólogo.

preventiva, que tem prazos a cumprir, independente da riqueza dos sítios a serem salvos.

– A maior pressão foi no canteiro de obras, no ano passado, que eles precisavam implantar rapidamente. É difícil explicar que não podemos simplesmente cavar, que o trabalho demora mesmo. O jeito foi instruir os trabalhadores para que eles próprios pudessem identificar vestígios arqueológicos. Assim localizamos uma urna funerária.

Infelizmente só foi localizada depois que o trator passou por cima, como soube depois. Michelle conta que trabalhavam de domingo a domingo:

– Conseguimos estabelecer uma malha de 100 metros em função do local. Lógico que em alguns locais o ideal seria fazer de 20 em 20 metros, de 30 em 30 metros, essa primeira prospecção. Nesse trecho aqui até a Cachoeira do Teotônio sabíamos que o prazo seria agora no final do ano, mas para nossa sorte também atrasou. Toda essa área da cota 70 do Teotônio até o Santo Antônio será desmatada. Se aparecer uma urna, por exemplo, a gente consegue negociar de liberar uns setores e deixar outros, como se fosse um acordo. Conseguimos construir uma boa relação com o consórcio – conclui ela.

No sítio atual foi encontrada uma urna que talvez seja funerária, com pintura avermelhada, que estava fragmentada mas que dá para reconstituir no laboratório, são fragmentos grandes. Em outros locais, há poucos vestígios mas muito antigos, podem ser pré-cerâmicos.

Não dá para ter pressa e fazer direito

Chego em mais uma unidade, que já está a 70 cm de fundo. O responsável é o panamenho Miguel Villarreal, brasileiro de coração, vive aqui há 5 anos. Miguel depois me contou que veio para o Brasil estudar em Viçosa, Minas Gerais, como tecnólogo em laticínios. Mas que desde criança sonhava com arqueologia, foi escoteiro, fez curso de salvamento no mar, sempre se metia na mata. Envolveu-se com espeleologia em Minas, onde conheceu o arqueólogo Eduardo Neves, de quem rece-



O panamenho Miguel Villarreal tornou-se um técnico cuidadoso e se sente brasileiro.

beu o convite para participar do salvamento no gasoduto Coari-Manaus. Já morando em Manaus, surgiu a oportunidade de trabalhar para a Scientia, em Rondônia. Miguel se diz torcedor do Atlético Mineiro, pensa em português e se emociona com o Hino Nacional Brasileiro. É uma grande praça e revela ser muito cuidadoso:

– Aquele carvãozinho ali é importante, porque nos permite datar a estrutura, a ocupação. Vamos preservando [escavando com cuidado em torno] até poder retirá-lo por inteiro, registrando a localização exata dele. É o que se chama plotar, para um futuro teste de Carbono-14. O mesmo acontece com o fragmento de cerâmica que está próximo, na linha do perfil. Quando terminamos com a unidade, coletamos o material do perfil devidamente plotado. Você pode observar que no fundo aparece uma mancha escurecida, que se compõe de material como carvão e cerâmica associados. São nomeadas de feições.

Com a mesma paciência, Miguel me explica que a partir do surgimento de uma feição, toma-se o cuidado especial de preservar a estrutura, fazendo a coleta organizada do sedimento:

– São estratos geológicos que estão acontecendo ali nesse perfil. Tem uma camada mais escura, logo depois tem uma transição de cor um pouco mais clara e a partir dali vai tomando uma tonalidade diferente...

Preenchimento da ficha

Quem está anotando tudo com detalhes numa outra unidade é o paraense de 26 anos Francisco Chagas, que já trabalhava com a Scientia na sua cidade natal, Parauapebas. Certamente é um bom técnico, porque me explica a responsabilidade do que está fazendo:

– Estamos na fase mais delicada de fazer o perfil. Temos que observar as camadas, os vestígios arqueológicos contidos nessas camadas, feições, para registrar no desenho que fica arquivado com a ficha dos níveis que foram escavados. É preciso muita concentração porque quando o responsável pelo



João Carlos dos Reis é rondoniense de Machadinho do Oeste, filho de pai mineiro e mãe paranaense. Está acertando o primeiro nível dessa unidade com o enxadeco. A precisão é importante para se identificar o local exato dos achados.

sítio for ler, ou outra pessoa mais competente, precisa entender o que foi que aconteceu.

Peço para ele me ler o que anotou:

– Comecei descrevendo a camada A, aquela mais acinzentada, que chamamos de camada húmica [resultante de decomposição de matéria orgânica]: muitas radículas, raízes esparsas, poucos traços arqueológicos. Na camada B o sedimento é areno-argiloso, com radículas, algumas raízes, também quase não se observou material arqueológico. Aquela mais laranja ali embaixo, na base quase, mesma coisa, só muda a coloração, cascalho em forma de grânulos, que observamos desde o início da escavação... Vestígio arqueológico a gente encontrou só no 0-10 e no 10-20 dessa unidade, nada muito interessante mas dá para explicar bem de que forma foi desenvolvida a escavação.

Vejo que há diferentes ferramentas sendo utilizadas. Além das colheres de pedreiro, menores que as usadas em construção, há o enxado, outra que chamam enxadeco, o ferro de cova, com que eventualmente se cava em torno de uma feição, por exemplo, para melhor revelá-la.

Chego num bananal cheio de fragmentos cerâmicos, tudo revirado pelo gado, pela roça. Quem me explica é o historiador carioca Diogo Borges, vulgo Bob Marley, por causa dos cabelos rastafári. Ele tem 22 anos, cresceu em Rondônia e já trabalhou analisando cerâmica com Eurico Miller, dois anos antes:

Muitos fornos de cerâmica

– Abrimos uma primeira unidade aqui para resgate de cerâmica. Quando chegamos no nível 50-60, começou a aparecer essa coloração diferente do solo. Fomos mais devagar para observar o que era e descobrimos essa estrutura de combustão, possivelmente um forno de cerâmica. Resolvemos, então, ampliar a escavação à volta para ver até onde ela vai e poder retirá-la inteira. É de argila queimada e nessa região mais escura identificamos fragmentos de carvão.

Durante a volta, Diogo me explicou que o rio Madeira é um rio novo, em formação, que ainda vai aumentar o seu tamanho, por isso é um dos rios mais rápidos do mundo. “Então imagine com a construção das usinas, vão fechar isso aqui, essa quantidade de sedimento carreada pela água vai assorear, formar blocos, ilhas, pode até mudar o curso do rio, criar um novo problema ambiental. Fizeram um estudo de seis meses e observa-

ram o rio durante um ano. Como vão observar o impacto se o rio é novo? Não vejo como a tecnologia possa compensar isso. Vai acabar o bagre do Madeira, sim, mas não apenas ele."

Grande berçário de tartarugas

De repente me ocorre que estamos próximos à cachoeira de Teotônio, considerada por Miller o maior berçário amazônico de tartarugas. Eu mesma passei um domingo em Teotônio, onde cheguei de ônibus e reservei uma peixada de barba-chata para o almoço, numa birosca local. Era o único peixe que se conseguia pescar na época. Surubim, jatuarana, tambaqui, jaú, sumiu tudo.

O antigo balneário de Porto Velho, mais antigo do que se poderia imaginar, vivia a decadência dos lugares a serem inundados. Todos teriam que sair em, no máximo, quatro meses. Quem aceitou se mudar para uma casa na vila nova, só tinha direito a 6 mil reais de indenização, depois de pagar a casa.

Desci para o curso do rio, encachoeirado – quando dizem cachoeira não é necessariamente uma grande queda d'água, como já falei. Por acaso, reparo que uma pedra tem as marcas de um afiador. Alguém afiou sua ferramenta de pedra bem ali, certamente para processar o produto da pesca. Fiquei emocionada com minha descoberta, hoje submersa. Assim como todos os sítios que foram escavados naquelas margens, por dezenas de arqueólogos e técnicos. Entendo agora por que tantas fogueiras, de tantas épocas diferentes. Ao longo dos milênios, diferentes povos devem ter vindo ali na época da desova das tartarugas, quando tribos inteiras acampavam durante alguns meses, para seu banquete favorito.

DE PARTIDA PARA PRESIDENTE MÉDICI

Muita cor e sem janelas

Em Porto Velho fiquei hospedada numa pousada recentemente ampliada, como boa parte da cidade, que cresceu subitamente por causa das obras das hidrelétricas. Os serviços em geral continuavam bem precários, o que constatei ao precisar de atendimento médico para o dedo da mão que eu talvez tenha fissurado no Amapá. Quando, finalmente, consegui radiografá-lo, já não adiantava e o dedo ficou mesmo tortinho. Todos muito atenciosos, prestativos, a comida da pousada bem gostosa, variada, preços razoáveis.

Mas não pude me conformar com a ausência de janela nos quartos. Característica, aliás, de todos os pequenos hotéis em que me hospedei na Amazônia, naturalmente sem estrelas, além de mim, como costumo brincar. Fiquei especulando se era medida de economia, para baratear a construção e facilitar a refrigeração, ou simplesmente porque num lugar com uma luz tão intensa como a da Amazônia, a penumbra seria sempre bem-vinda. Depois eu confirmei essa impressão com uma amiga paraense, que adorava ficar no escurinho do seu quarto, sensação de frescor e proteção.

Meu filho Miguel, observando o bando de morcegos voejando no entardecer de Santarém, às margens do Tapajós, imaginou que a ausência de janela seria para evitar a entrada de bichos. O fato é que me via obrigada, no hotel em Porto Velho, a sempre acender a luz, mesmo durante o dia, enquanto aguardava os contatos para a continuação das gravações.

Conforme expliquei no começo, iniciei minha viagem de pesquisa sem qualquer planejamento prévio, simplesmente embarquei para o congresso da SAB em Belém e de lá fui viajando de um lugar para o outro, à medida em que descobria como chegar. A prática como repórter da TV Manchete, que não tinha a sofisticação de produção da Globo, me ensinou a improvisar.

Sem Documento

Apesar de várias tentativas, eu não conseguia falar com a Erika Robrahn-González, diretora da Documento Patrimônio Cultural, responsável pela arqueologia preventiva na região de Jirau. Ela simplesmente não respondia os *emails* nem atendia o telefone. Resolvi ir a Presidente Médici, conhecer o Museu Regional criado pela Maria e pelo Garcia, que eu conhecera em Belém, e, com um pouco de sorte, contatar em Costa Marques o arqueólogo Fernando Marques, que estaria escavando com o Deusdédith Carneiro Leite no Forte Príncipe da Beira, já que Presidente Médici seria meio caminho.

Estamos falando de viajar pelo interior de Rondônia. Até Presidente Médici, a estrada é bastante boa, a BR-364, e os pouco mais de 400 km puderam ser percorridos de ônibus em cerca de 6 horas. Mas o mesmo não aconteceria de lá até Costa Marques, na fronteira da Bolívia. Parece que depois melhoraram a estrada, mas na ocasião a BR-429 era um horror, boa parte de terra, os 350 km eram arduamente vencidos sabe-se lá em

quantas horas... Infelizmente os dois arqueólogos mal tinham acesso à internet e não me responderam a tempo. Seria uma bela oportunidade para atravessar a "mesopotâmia" de Eurico Miller. Eu encontraria depois o Deusdédith em São Luís, onde ele dirigia o Museu Histórico e Artístico, hoje à frente do CPHNA - Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, como já falei.



Maria Coimbra e o marido, José Garcia, são os responsáveis pela criação em 2007 do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

Nome infeliz

Chego ao hotel em Presidente Médici, imerecida homenagem ao general ditador do período mais selvagem da repressão política, em tempos de "milagre econômico" e tricampeonato na Copa do Mundo, no começo dos anos 1970. Vizinho a este, tem outro rico município em vestígios arqueológicos chamado Ministro Andreazza, também de triste memória, o coronel três vezes ministro das ditaduras militares que se notabilizou pela rapidez com que enriqueceu empreendendo obras gigantescas, como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói. Nunca é demais recordar que governos militares não acabam com a corrupção, muito pelo contrário.

Maria Coimbra me leva para conhecer o museu que montou ao lado do marido, José Garcia, com o apoio do IPHAN e da prefeitura, o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, formalmente criado em 2007 e que hoje inclui um Centro de Pesquisa. Ambos professores de História, desde 2002 eles foram recolhendo por conta própria os achados que os pais dos alunos faziam nas roças, em meio a interessantes gravuras rupestres. Pela análise de Eurico Miller, estamos no berço da tradição Tupiguarani, à qual deve pertencer a maioria dos objetos e fragmentos aqui reunidos.

As riquezas do berço tupi

– Aqui está um fragmento de machado analisado pelo Miller, que ele citou inclusive lá no encontro da SAB, só não disse que fazia parte do nosso acervo – mostra Maria, com visível e justificado orgulho. – Ele foi encontrado no sítio arqueológico denominado Barro Roxo, no município

de Ministro Andreazza. De acordo com o Miller, são machados cerimoniais, tipicamente tupis. Eles costumam ser assim alisados, mas esse tem linhas gravadas em ambas as faces. Você repara que tem esse desenho de "peneira" ao centro e esses círculos dos lados... Esse outro foi encontrado a mais de 100 km de distância deste, num lugar chamado Arco-Íris, é até de outra bacia hidrográfica... mas também é tupi.

Um painel com ilustração de dois recipientes cerâmicos de bojo arredondado e fundo cônico destaca a correlação entre a cerâmica da região e a da tradição Tupiguarani do litoral brasileiro, ambas elaboradas com roletes de argila arenosa fina e grossa sobrepostos, com acabamento corrugado, corrugado-ungulado, ungulado, ponteado-pintado, com engobo vermelho e branco. Com datações em Rondônia que ultrapassam os 5.000 AP, o texto, que se baseia em informações de Meggers de 1973, sugere que o marco entre o pré-cerâmico e o cerâmico teria ocorrido na região em torno dos 3.200 AP, relacionado ao corrugado do noroeste argentino datado em 2.700 AP.

A rara coleção mantida na região

Maria se lembra da origem de quase todas as peças:

– Essa urna aqui eu e o Garcia salvamos assim em cima do laço, foi na estrada, ou a gente retirava ou ela ia ser completamente destruída. Na urna você tem ossos dos membros inferiores e nesse outro recipiente menor tem os ossos da cabeça. Aquela segunda ali, maior, funcionava como tampa.

Em seguida ela me mostra todo um conjunto encontrado no Sítio Laranjeiras, fragmentos com diferentes técnicas de decoração, corrugado, ungulado, ponteado.

– Esse parece o casco de uma tartaruga – a plaquinha localiza o achado no Sítio Rainha da Paz II – forma como se fosse uma camada sobreposta à outra. Essa é a história do corrugado – explica – usa o dedo e vai puxando. Esse aqui tem decoração na borda, pelo menos nesse fragmento aqui.

Observo um fragmento de recipiente que ela diz ser para trabalhar a fécula da mandioca:

– É todo furadinho, você encontra esses fragmentos em toda a região centro-leste de Rondônia – explica. Justamente a região onde se acredita ter sido domesticada a mandioca.

cap6.indd 304 27/08/2015 15:18:59

Rolim de Moura, Rainha da Paz, São Pedro, rio Machado – o nome do rio talvez seja pela quantidade de machados encontrados em suas margens:

– É o maior afluente da margem direita do Madeira – esclarece Maria. – Tem fragmento liso e decorado, repare que são como pequenas canoas e tem também linhas retas umas ao lado das outras, às vezes perpendiculares.

Um vasilhame me chama a atenção, apesar de ser liso. A plaquinha informa que é do Sítio Novo Horizonte, em Ji-Paraná:

– O interessante é que você consegue perceber a pasta, a mistura da matéria-prima. Tem aqui caco de cerâmica moído, uma característica daqui e de outras regiões também [é o chamado antiplástico, acrescentado à argila para dar liga e não rachar no forno]. Provavelmente era uma panela, pela forma, dá para ver um pedaço do fundo e outro das laterais.

– E essa bonequinha? – pergunto.

– Ela é de Alta Floresta, um outro município. Foi encontrada pelo proprietário da terra quando fez uma derrubada para uma queimada. Já estava assim sem a perna e ele ainda procurou, mas não encontrou. O que chama a atenção nela são os detalhes, ela é toda bem feitinha...

Reparo que ela tem furos nas orelhas, na boca, no lugar dos seios, no umbigo, e tem o sexo marcado com um tracinho. A cavidade da boca é um pouco maior, não se parece com nada em torno.

Um vaso grande foi encontrado em Presidente Médici quando o proprietário cavava uma mina, a cerca de um metro de profundidade. Tem o aspecto mais velho, estava sendo usado para guardar alimentos depois de ser muitas vezes lavado, para retirar o carvão. Uma peça grande de granito, uma mão de pilão, pode ter servido para socar a terra. Uma coleção de machados está marcada a tinta, “Tarilândia, linha 628”. Foi o proprietário da terra quem marcou, à medida que foi encontrando os líticos, trouxe mais de trinta peças para o museu.



A boneca encontrada em Alta Floresta é cheia de detalhes, como a indicação do sexo feminino.

– Esse machado aqui foi quebrado pelo próprio agricultor.

A filha encontrou no cafezal e levou para casa. O pai jogou fora, achando que fosse "pedra de raio", que se acredita aparecer no chão quando cai um raio e que atrai outra depois de sete anos. Agora com o museu as pessoas estão aprendendo que isso é patrimônio cultural nosso, a ser cuidado por cada um.

O técnico da Embrapa que virou prefeito

Chega o prefeito da cidade, José Ribeiro, que está no segundo mandato e já foi vice. Ele veio de Minas há 25 anos como técnico de extensão rural e é testemunha da quantidade de líticos e cerâmicas encontrada pelos agricultores quando derrubavam a floresta, o que continua ocorrendo até hoje, para abrir pastagem. Ele me explica que o forte do município foi o cultivo de café e depois as culturas anuais, como o arroz, o milho e o feijão. Grande apoiador do Museu Regional, ele vislumbra o potencial turístico da riqueza arqueológica do município, e destaca o distrito de Riachuelo, que visitaríamos no dia seguinte, onde há muitas gravuras rupestres. O prefeito falou da importância da parceria com o IPHAN, particularmente da arqueóloga Maria Lúcia Pardi, que também conheci em Belém e teve uma participação decisiva para a criação do museu. Mas confessa que só recentemente se convenceu do valor desse patrimônio:

– Eu nunca tinha ouvido as histórias que já ouvi esse ano, sobre a preocupação de preservar isso. Por outro lado, vai ser um casamento bom com a parte ambiental que os nossos produtores rurais precisam fazer.

O Mirante Tupi (ou não)

No dia seguinte Maria me leva a um dos dois sítios já sinalizados como arqueológicos, a serem abertos à visitação, o que ocorreria no ano seguinte. Fica justamente em Riachuelo e é conhecido como Sítio do Mirante, já que do alto do morro tem uma vista muito bonita dos arredores. Uma placa com referência ao Ministério da Cultura e ao IPHAN identifica o sítio, próxima ao galpão em construção que servirá de apoio aos turistas, ao lado do estacionamento.

– Nessa laje você pode notar que aqui foi usado como polidor. Nessa depressão costuma juntar água, importante para afiar a ferramenta. A gravura é de uma pessoa, olha a cabeça, isso é o corpo, aqui são as pernas, dá para ver que está ajoelhada, está vendo a outra perna para a frente? –

indica ela com o dedo. – Tanto o Miller quanto a Anne-Marie[38], chamam essa técnica de ponteado e alisado, primeiro ponteia, depois alisa.

Lembrei-me dos petroglifos da Ilha de Páscoa, onde gravei um Globo Repórter com o arqueólogo Thor Heyerdahl, que lá voltava pela primeira vez depois de 30 anos. Isso foi em 1986. O cinegrafista Acyr Fillus, o Quito, precisou se planejar para gravar os petroglifos em função da hora do dia, porque só aparecem quando a luz está oblíqua, é inútil fotografar ou filmar com a luz chapada, até a olho nu fica difícil de distinguir. A tradição oral salvaguardou o uso cerimonial de Orongo, um dos locais mais altos da ilha onde se concentra grande parte das gravuras dos homens-pássaros.

Ali no Sítio do Mirante, a estrada corta uma laje, há petroglifos por toda parte.

– Esse é o mais conhecido, porque é o mais bonito, ele está bem no centro dos outros. É o homenzinho aqui... perna, pés, mãos, braços e dedos, os cinco dedos, os dois braços, os pés com todos os dedos... não falta qualquer detalhe...



O "homenzinho" fica no centro de um grande lajedo, como há vários na região, o que é raro na Amazônia.

Os Petroglifos

É realmente incrível. Mãos, muitas mãos. Um pequeno antropomorfo é visível numa pedra caída, houve um desplacamento levando uma parte da gravura. Agora umas figuras geométricas, dois lagartos. Ali mais dois antropomorfos, outra figura geométrica maior, uma mão, um lagartinho. Fico em dúvida sobre uma figura, se

38 Anne-Marie Pessis, arqueóloga pioneira da Serra da Capivara, no Piauí, especialista em arte rupestre, é professora da Universidade Federal de Pernambuco e orientou as pesquisadoras que iniciaram a análise dos petroglifos da região. Cláudia Oliveira estava estudando as cerâmicas e Ana Carolina fez o registro fotográfico.

seria um homem-lagarto ou um homem com um grande falo. Não, é um homem-lagarto, diz Maria. Parecem feitos por pessoas diferentes, ou em diferentes épocas.

– Aqui você tem esses dois antropomorfos diferentes. Esse traz enfeites na cabeça, como se fosse uma coifa. Ao lado outra gravura geométrica com um antropomorfo dentro. O pessoal aqui chama de caixão...

Já descendo do outro lado vemos uma cavidade na pedra meio cônica, é uma espécie de bacia com as bordas polidas, onde possivelmente se afiava a parte mais larga de uma ferramenta, como um machado. Um pé de quatro dedos. Uma figura ajoelhada com cara de fantasma (como se tivesse um lençol sobre a cabeça, sem pescoço), mãozinha para cima, outra figura em posição semelhante, a cabeça meio triangular. A impressão que se tem é que nessa parte alta acontecia algo como uma cerimônia, um lugar de reunião mas não de acampamento ou habitação. O sítio já tinha sido registrado por Josuel Ravani, assistente de Eurico Miller, no Atlas Geoambiental de Rondônia – publicado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, em que Josuel trabalha.

Descobrindo os sítios

Maria me conta que muitos sítios foram relatados pelos moradores da região. Mas ela e Garcia tinham o costume de sair procurando gravuras:

– A gente saía andando cedo, via um montinho de mato mais seco que o outro, sinal de que havia um acúmulo de rochas. Então examinávamos para ver se tinha alguma coisa naquela pedra. Foi assim que encontramos a Pedra dos Animais, por exemplo. A gente estava indo verificar outra informação e, de repente, deu com aquele monte de mato seco na base do morro – conta ela, sorridente. Pergunto se ela acha que ali é o centro de alguma coisa: – Olha, na verdade há sítios em todas as direções, tanto para o Norte quanto para o Sul, o Leste e o Oeste. Quem sabe...

Mas nem tudo seria tupi, adverte Maria. Há vestígios que parecem de outra origem e que ainda não foram estudados. Há muito ainda para se aprender sobre essa região. Segundo divulgado depois pelo IPHAN por ocasião da inauguração do sítio Mirante:

> *“ [Até 2010], foram registrados mais de 46 sítios litocerâmicos e 14 de gravuras rupestres nas áreas dos rios Machado, Rolim, Leitão e Riachuelo.*

Estes grafismos podem ter sido elaborados pelos mesmos ceramistas que habitavam a região ou por grupos pré-cerâmicos de períodos anteriores. Pressões ambientais e culturais moviam os grupos em períodos de guerra e paz. A concentração de vestígios induz à hipótese de que na região eram desenvolvidas atividades de fabricação de artefatos para usos diversos e para troca por outros produtos.”[39]

A descoberta no quintal da escola

Chegamos a uma escola com uma fileira de chinelinhos de dedo do lado de fora e uma enorme árvore sombreando o pátio. É a Escola Municipal Arca de Noé. O professor Geraldo Gonçalves Maia, paulista de Echaporã, mora em Rondônia desde os 7 anos. Ele está dando uma aula de matemática para alunos de 1° a 5° ano. Um grupo está estudando subtração, o outro, números primos. Peço licença para perguntar o nome e a idade dos alunos: Angélica, 10, Gérson, 12, Rafael, 11, Jaqueline, 11, Emília, 12, Gabriele, 10, Leni, 8, Ismael, 9, Nádia 7, Emília, 7...

– Levanta o dedo quem conhece pedra desenhada!

Quase todos levantam a mão. O Ismael conhece um macaco, um pé com 5 dedos. A Leni conhece uma cara, um pé. A Jaqueline dá a opinião de que os índios deviam desenhar por tradição, por gostarem de desenho. Maria se dirige à turma e explica que, ao achar algum caco de cerâmica, é para avisar o professor. O certo é não tirar do lugar porque pode estar perto de uma fogueira, por exemplo, e aí vai se saber que era de uma panela.



Turma de 1a. a 5a. série da Escola Arca de Noé, em Presidente Médici.

– Aqui fora mesmo tem! – avisam as crianças.

Lá vamos nós para o pátio. De fato, logo descobrimos cacos decorados. Maria se surpreende, já tinha estado no local e não tinha visto. Ela avisa a todos que irá passar ali de novo com alguns pesquisadores

39 http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15207&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia

e que aí todos irão aprender como os estudiosos trabalham, para tirar o máximo de informação de cada fragmento.

A visagem em cima das gravuras

Próximo à Pedra do Forromó, segundo entendi, com várias gravuras, Maria me conta que os moradores viam uma luz que sempre surgia à noite, no lugarzinho da onça gravada, e que migrava para a outra pedra onde tem umas mascarazinhas. Ficava indo e vindo durante toda a noite. Então eles acreditavam que era a mãe do ouro que estava cuidando de alguma botija. Mas certa vez vieram uns norte-americanos, escavaram bem no rumo da pedra onde estamos, e levaram uma grande pedra preta para ser analisada e nunca mais voltaram para dizer o que era. A partir desse dia a luz não apareceu mais. Então o que quer que a mãe do ouro estivesse guardando, tinha sido levado embora.

– Como é descobrir um desenho assim? - pergunto a Maria.

– Você olha e não acredita no que está vendo. Daí você tem que respirar fundo, sentar, olhar, para depois analisar, tentar perceber alguma coisa diferente. Porque é emocionante!

FINALMENTE EM JIRAU

Furando o bloqueio

Numa visita ao então superintendente do IPHAN em Rondônia, Beto Bertagna, descobri como poderia entrar em Jirau. Simplesmente estava para chegar a Porto Velho o coordenador de pesquisa e licenciamento arqueológico do recém-criado Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN[40], Rogério José Dias, justamente para visitar o canteiro de obras de Jirau e fiscalizar o salvamento arqueológico em curso. “Se ele concordar, você o acompanha no carro do IPHAN”, sugeriu com simplicidade o superintendente regional.

40 O Centro Nacional de Arqueologia – CNA foi criado pelo Decreto nº. 6.884 de 07 de maio de 2009, “atendendo à necessidade de fortalecimento institucional da área de gestão do patrimônio arqueológico no Iphan. (...) Entre as principais atividades desenvolvidas pelo CNA estão: o desenvolvimento de ações de acautelamento, a exemplo do tombamento e da proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico; a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas, seu acompanhamento e fiscalização; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico “(www.iphan.gov.br).

E assim foi, poucos dias depois. Além da tensão natural em torno de uma fiscalização, particularmente de um trabalho arqueológico em contradição com a pressa de um empreendimento gigantesco e considerado estratégico pelo governo federal, ainda havia o mal-estar criado pelo afastamento do Instituto de Arqueologia Brasileira, o IAB e a contratação da Documento para fazer a arqueologia preventiva. Não tentei conhecer os detalhes mas é evidente que o veterano Ondemar Dias, do IAB, não chegou a um acordo com o consórcio construtor, quanto às exigências de prazo e condições do salvamento. Não há de ter sido por outro motivo que a experiente arqueóloga Érika González não quis retornar minhas tentativas de contato.

O tempo estava fechado quando chegamos a Nova Mutum-Paraná, a cerca de 100 km de Porto Velho, onde estavam terminando a construção do núcleo urbano com 1.600 casas e previsão de instalação de 26 indústrias, para onde seria removida parte da população de Mutum-Paraná (156 famílias), que "optaram pelo Reassentamento Coletivo Urbano", segundo a concessionária da UHE Jirau, a Energia Sustentável do Brasil. Mutum-Paraná, que eu visitaria em seguida, desapareceria sob as águas do lago do reservatório da hidrelétrica.

Algum tempo antes eu tinha sido muito bem recebida pelo coordenador de sustentabilidade da Santo Antônio Energia, Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, consórcio que estava construindo a UHE Santo Antônio. Como é de conhecimento público, não apenas a construção em si das usinas foi duramente questionada, mas inúmeras greves e choques até violentos ocorreram contra as condições de trabalho dos milhares de migrantes atraídos pelas obras de grandes proporções.

Energia para quem

– Santo Antônio e Jirau, juntas, vão gerar 6.500 Megawatts, é cerca de 5% de toda a energia gerada no Brasil - explica didaticamente Acyr Gonçalves. – O potencial de geração de energia hidrelétrica do rio Madeira concentra-se no trecho entre a cachoeira de Santo Antônio e Guajará-Mirim, no restante é um rio de planície [exatamente o trecho servido pela antiga Estrada de Ferro Madeira-Mamoré]. Em 2001 e 2002 foi feito o estudo aprovado pela ANEEL[41] em que se definiu a localização favorável de duas hidrelétricas, uma em Santo Antônio e outra em Jirau. Para o futuro, definiu-se

41 ANEEL é Agência Nacional de Energia Elétrica, criada para "proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade", segundo o site da agência.

uma terceira barragem na fronteira Brasil-Bolívia, entre a vila de Abunã e Guajará-Mirim. Também foi levantada a possível construção de uma quarta barragem, mas esta compete exclusivamente à Bolívia, é a usina de Cachoeiro Esperança, que poderia integrar esse complexo energético.

Observo o excelente quadro executivo que estou entrevistando: um funcionário de carreira de Furnas, dedicado há vários anos à gerência ambiental. Ele fala com desenvoltura do "trabalho extremamente interessante, não só o estudo como um todo [do qual ele participou, por Furnas, ao lado de técnicos da Odebrecht], mas a preparação para audiências públicas, a qualificação do conhecimento, o processo junto às comunidades para entenderem melhor o significado desse empreendimento em suas vidas... como maximizar efeitos positivos... etc. etc".

Certamente bem treinado em *media trainings*, meu interlocutor transpira confiança em suas próprias palavras e, tenho certeza, nesse momento está perfeitamente convencido da veracidade delas. É assim que funciona, e eu posso garanti-lo porque já trabalhei em *media trainings* com executivos e políticos.

Faltou avisar os peixes

No final de 2012, Acyr Gonçalves, na condição de gerente do Meio Ambiente do Consórcio Madeira Energia S/A - MESA, compareceu à Câmara de Vereadores de Porto Velho para responder a questionamentos trabalhistas e técnicos relativos às obras. Imagino que ele explanou com a mesma eloquência sobre a "eficiência ambiental" das duas hidrelétricas, convencido do aprendizado dos peixes para as novas rotas que deveriam percorrer na migração rio acima, por um "sistema artificial de canais", segundo me explicou:

– Em primeiro lugar, a altura da barragem das duas usinas é muito baixa, o que permite que esse sistema biológico funcione. Numa barragem tradicional, há 100 metros ou mais de queda. Aqui a transposição é de 14 ou 15 metros, é um grande diferencial, é como se botasse uma passagem para os peixes poderem subir. Então a ideia é montar um sistema que permita que o peixe entenda que fazendo aquela rota ali ele chega onde quer. Em segundo lugar, a calha, o reservatório, o lago a ser formado está muito próximo da calha natural do rio, 60% do espelho d'água já é calha natural. Os 40% de incremento não formam bolsões largos, tanto em Santo Antônio como em Jirau, eles ficam no formato do rio Madeira. A terceira variável importante é o tempo de residência hidráulica, ou seja, o tempo que uma gota d'água leva para entrar e sair da barragem, é muito rápido.

OS DESAVISADOS BAGRES QUE SUMIRAM

Foram descobertas 800 espécies de peixes na bacia do Madeira, sendo 40 delas ainda não estudadas. Os grandes bagres do Madeira, como a dourada, a pirarara, o filhote, o caparari e o surubim, de grande importância comercial, subiam o rio para se reproduzir nas cabeceiras dos rios Beni e Madre de Dios, no Peru.

Segundo o zooecólogo Philip Fearnside, a passagem para os peixes em Jirau foi inaugurada em julho de 2012 e previa a transposição final, por caminhões apropriados, para o reservatório acima. Mas o sistema não garante a descida dos ovos e larvas, no sentido inverso, adverte ele.

Na prática, o pequeno volume de água na passagem parece não atrair os peixes adultos, que instintivamente buscam a corrente principal do rio. Daí os relatos de que os peixes "desapareceram" rio acima.[42]

Para você ter uma ideia, na época da cheia, esse tempo pode demorar de um a dois dias, e na época da seca, 20 dias, o que é muito pouco.

Bem, parece que faltou avisar os peixes... parodiando nosso lendário Garrincha.

Nova Mutum

As casas de Nova Mutum são construídas em módulos, fabricados no próprio canteiro de obras. Em quatro dos módulos estão instalando o laboratório de arqueologia, para onde levam o material encontrado, que, ao final do programa, deverá ficar sob a guarda da Universidade Federal de Rondônia, a UNIR. Diante da casa, há enormes blocos de pedra com gravuras elaboradas. No total, foram resgatados 16 blocos, escolhidos pela diversidade de motivos e técnicas das gravuras e pela possibilidade em transportá-los, já que muitos eram lajedos fixos, todos eles submersos.

Realmente as gravuras são bem diferentes umas das outras, há figuras antropomorfas, dois pares de pernas para cima, outros dois para baixo, o que parece uma tartaruga, uma grande cobra, desenhos geométricos, muito ponteado.

42 FEARNSIDE, Philip. "Barragens do rio Madeira – Crédito de Carbono para Jirau 4: Impactos da Barragem" em *Amazônia Real*, 08.09.2014. http://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-impactos-3-peixes

Arqueoparque que esfumaçou

Apesar de não esconder o desagrado com a minha presença, Érika Marion Robrahn-González, a sócia-diretora da Documento Patrimônio Cultural, Antropologia e Arqueologia Ltda. não se furta às explicações:

– Ainda em campo fizemos a moldagem dos blocos, inclusive com a microtopografia de cada motivo, porque a ideia é fazer a reconstituição no laboratório para um futuro arqueoparque virtual, onde as pessoas poderiam se mover em sítios arqueológicos como há 5 mil, 10 mil ou 15 mil anos atrás, com a reconstituição paisagística do paleoambiente. Nem é paleo, porque o rio Madeira tem uma dinâmica tão forte que ele pode alterar o curso e a altura da água muito rapidamente. Estamos com uma equipe de geólogos e geomorfólogos para a modelagem desses cenários. (...) Vamos trabalhar com a Second Life na internet [imagens em 3D], tudo cientificamente embasado, claro – enfatiza Érika.

O projeto é ótimo, mas não consegui localizá-lo na internet cinco anos depois. As publicações no blog da Documento destinado ao intercâmbio com as comunidades[43] não passaram de 2012, quando se encerrou o Programa de Prospecção e Salvamento do Patrimônio Arqueológico em Jirau. O relatório final data de 21 de junho de 2012, dando conta de 45 sítios arqueológicos, com o resgate de 100 urnas, estando 40 em reconstituição no laboratório, e um total de cerca de 100 mil peças, entre artefatos, urnas, vasilhas, adornos, utensílios rituais, líticos.

Arqueologia Preventiva: a teoria e a prática

No momento da nossa visita, em 2009, ela explana sobre os objetivos do trabalho que coordena:

– Nosso programa tem 4 anos de duração e prevê o treinamento da comunidade local para a continuidade do Centro Cultural que será instalado aqui, como uma das ações compensatórias[44]. Por exemplo, no laboratório estão sendo contratados aprendizes como primeiro emprego deles. Temos um programa com a comunidade que recruta esses jovens de 16 anos, que estejam na escola, e que depois, tendo interesse, poderão ser os futu-

43 www.documentoculturaljirau.ning.com.

44 Como ações compensatórias do empreendimento, o IPHAN exigiu, além da implantação do Centro de Memória e Cultura no Polo de Desenvolvimento de Jirau - Nova Mutum: a elaboração e execução de Museu a céu aberto no Polo de Jirau; a construção de um belvedere junto à ponte original de Mutum-Paraná; e a reforma e restauração da estação ferroviária de Guajará-Mirim, incluindo o acervo das locomotivas de n°.s 17 e 20.

ros contratados pelo Centro Cultural. Quer dizer, já tem todo um trabalho de acompanhamento no programa arqueológico, nas ações específicas de educação patrimonial, no laboratório, a serem integrados no futuro Centro.

No interior da casa, há estantes com caixas de plástico, contendo material ainda não trabalhado, e mesas com cacos de cerâmica sendo organizados. Várias das caixas têm urnas, ainda com seu conteúdo intocado. Érika esclarece que as referências melhor estudadas são as do vale do Guaporé e as da Amazônia Central, mas, na sua opinião, antecipa que os vestígios encontrados não parecem pertencer à tradição Tupiguarani.

Numa apresentação em *power point*, ela enumera as fases de levantamento, resgate de material e programa de manejo, cujo objetivo é permitir a integração dos conhecimentos e a sua aplicação, tanto científica quanto para a comunidade, visando o resgate dos patrimônios arqueológico, histórico, imaterial, edificado, paisagístico e o de gestão ambiental.

Ilha do Padre

Seguimos de carro para o canteiro de obras, tomando uma trilha pela mata em direção ao sítio arqueológico que está sendo escavado. Estamos na ilha do Padre, para onde foi deslocada a construção da usina, em lugar da Cachoeira de Jirau, cerca de 9 km rio acima, o que foi proposto à época do leilão e justificado como a possibilidade de diminuir a escavação em rocha em cerca de 43 milhões de metros cúbicos.

Nesse ponto em que estamos, o Madeira se alarga, contornando a ilha, o que facilitaria a implantação das principais estruturas do projeto. Só na ilha do Padre, foram identificados 4 sítios arqueológicos, dois deles com líticos e cerâmicos e outros dois com petroglifos.

– Aqui é uma trincheira, que serve para avaliar o tamanho do sítio, as áreas de concentração, os vestígios associados. Encontramos material cerâmico, material em pedra lascada, pedra polida. O material está surgindo até 30 cm, mas a gente aprofundou a escavação até 1 metro por segurança, além de fazer uma escavação guia até o nível de base, seja água, seja rocha, para que se tenha certeza da ausência de outras ocupações mais profundas.

O dilúvio

Começa um verdadeiro pé d'água, que nos empurra a todos para baixo de um toldo que protege alguns materiais. Num raro momento

mais descontraído, pergunto a Érika o que uma arqueóloga tão experiente como ela, com mais de 300 trabalhos já publicados, vários deles sobre a Amazônia, o que ela faz com uma chuva dessas?!

– Não tem muito outro jeito, espera! – e sorri. Aos 40 anos, sempre com um sóbrio rabo de cavalo e um brinquinho discreto, ela inspira respeito pelo sólido currículo acadêmico e seriedade no que faz. Mas foi uma das entrevistadas mais "duras na queda" que encontrei nessa viagem, quase não se permitindo um comentário mais informal.

Ela prossegue, já séria: – Claro que existem necessidades e programas a serem cumpridos, é uma questão de você ter equipes trabalhando que buscam atender os dois cronogramas [referindo-se ao do consórcio construtor e ao do salvamento], mas sem dúvida nossa prioridade é o cronograma de arqueologia.

Parecer do IPHAN

Aproveito a parada para saber as impressões sobre a visita de Rogério José Dias, o coordenador do IPHAN para pesquisa e licenciamento arqueológico, que seria desligado meses mais tarde:

– O que se trata aqui é do trabalho sério de uma equipe de arqueologia, por exigência do IPHAN, na questão de preservação do nosso patrimônio arqueológico, em especial na Amazônia, onde ainda tem muito poucas pesquisas. Por isso o IPHAN tem que estar presente para fiscalizar e ver o que está sendo realizado. Naturalmente já ultrapassamos a fase de negociação interinstitucional que foi necessária para chegarmos ao melhor resultado.

No ano de 2009, não apenas o Acre e o Amapá, mas todos os estados do país, passaram a ter superintendências estaduais do IPHAN. Rogério Dias comenta que o momento de crescimento do IPHAN parte do entendimento do governo federal e da sociedade como um todo de cobrança ao IPHAN de cumprir suas atribuições constitucionais quanto à preservação do patrimônio cultural, particularmente o arqueológico, em especial nas áreas atingidas por empreendimentos de grande impacto ambiental, como as hidrelétricas.

Terra Preta na Ilha e transição ecológica

Rogério quer saber se é possível dizer que ali na ilha do Padre existiu uma grande aldeia ou acampamento.

– Sim, não só os sítios de terra preta indicam grandes ocupações, aqui são sítios de grande tamanho, grandes aldeias, sem dúvida – concorda Érika. E acrescenta: – Como vamos trabalhar com arqueoparque, precisamos da datação da formação da paisagem também. Então fazemos coleta de materiais específicos. No caso aqui, colhemos carvão para análise de Carbono-14 porque parece ter uma estrutura montada.



A grande urna, sem decoração, é mais uma que surgiu com o desbarrancamento natural do rio Madeira, na ilha do Padre, hoje desaparecida sob a Hidrelétrica de Jirau.

Aproveitamos que a chuva diminuiu e continuamos a visita. Num outro sítio, foi escavado um grande quadrado. O arqueólogo Cledir San Martín explica que ali onde estava mostrando, só naquele quadrante, tinham sido encontradas 9 lâminas de machado, umas sobre as outras. Érika mostra a anotação feita no gráfico em papel quadriculado: Sondagem 05 SO - nível 13 (120-130) - 05/11/2009).

Chegamos próximo ao rio, onde desbarrancamentos recentes revelaram grandes urnas, algumas rachadas ou quebradas com o deslocamento da terra:

– Podemos ver aqui um fragmento de borda, outro aqui, na verdade a urna quebrou a parte de cima e escorregou para cá, deve ter uma parte enterrada ainda – mostra Érika a Rogério. – Uma das hipóteses que estamos trabalhando é que, acompanhando a transição ecológica, tenha havido aqui uma transição cultural também. Não apareceu sítio de terra preta, como em Santo Antônio. Essa área com urnas grandes, sem decoração, ainda vai dar achados muito interessantes.

É impressionante ver aquelas enormes urnas surgindo dos barrancos. É a própria imagem do que representa o rio Madeira, uma explosão de vida do presente e do passado. Quantos segredos ficarão ali ocultos para sempre sob as águas e turbinas de Jirau e Santo Antônio, para que a energia gerada alimente grandes mineradoras extrativistas ou novas indústrias no Centro-Sul?

7



cap7.indd 318 27/08/2015 15:18:04

ANTES O ACRE NÃO EXISTIA

OS PRIMÓRDIOS DA DESCOBERTA DOS GEOGLIFOS[1]

O entusiasta Alceu

Em 1971, um jovem gaúcho de 21 anos, estudante de Direito, aceitou o convite dos padres maristas de Passo Fundo, onde estudou, para ser professor de segundo grau em Cruzeiro do Sul, nos confins do Acre, então uma nova frente de ocupação na Amazônia. Três anos depois, o quase futuro advogado fez vestibular para Geografia na recém-fundada Universidade do Acre, já convencido que jamais poderia ter um emprego burocrático.

Aluno interessado, foi indicado para integrar a equipe de campo do arqueólogo Ondemar Ferreira Dias Jr., que chegou a Rio Branco com Franklin Levy para iniciar o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. Ambos eram do Instituto de Arqueologia Brasileira, o IAB, sediado em Belfort Roxo, no Rio de Janeiro, e integravam a equipe de Betty Meggers para o PRONAPABA. Isso foi em 1977. Cerca de dez anos depois, o hoje professor Alceu Ranzi seria o responsável pela revelação da existência dos geoglifos do Acre:

– Eu não tinha noção do que era Arqueologia, PRONAPABA, nada, estava completamente ilhado nesse mundo aqui, sem leitura alguma – relembra, com divertida modéstia, o paleontólogo Alceu Ranzi, fundador do Laboratório de Pesquisas Paleontológicas da Universidade Federal do Acre. Ele percorreu o estado em inúmeras expedições, colhendo fósseis de megafauna, particularmente ao longo do rio Juruá. Há alguns anos radicado em Florianópolis, onde se aposentou como professor da Universidade Federal de Santa Catarina, ele continua ligado ao Acre através da pesquisa arqueológica sobre os geoglifos, ao lado de Denise Schaan e cientistas finlandeses.

1 Ainda que a versão dicionarizada da palavra seja geóglifo, o uso corrente entre os arqueólogos consagrou o termo como geoglifo. Mesmo caso de petróglifos e megálitos, como já mencionamos.

Pois naqueles primeiros tempos, lá foi a brava equipe, a bordo de um jipe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Pela estradinha de terra que se tornaria a BR-317, seguiram a caminho de Brasileia e de Cobija, do lado boliviano, que anos depois seria a porta de entrada de milhares de haitianos em busca de um lugar digno onde trabalhar e viver.

– A gente chegava nas casas, aí o Ondemar e o seu aluno, Franklin Levy, perguntavam se havia por ali algum indício, principalmente de cerâmica. Pote de índio, vasilha de índio, pedra de corisco – que era machadinha. E as pessoas diziam sim, não, e tal. Eu escutando aquilo. Alguém falou que perto tinha umas trincheiras e aí fomos lá. A primeira trincheira da **Revolução Acreana**. A trincheira do Plácido de Castro. O dia eu não sei, mas era julho de 1977.



O paleontólogo Alceu Ranzi revelou ao grande público a existência dos geoglifos do Acre.

REVOLUÇÃO ACREANA

A *Guerra del Acre* pela disputa da borracha na fronteira entre Bolívia, Peru e Brasil foi desencadeada em julho de 1899 com a proclamação da República do Acre por Luís Galvez Rodríguez de Arias, personagem título do romance *Galvez, Imperador do Acre*, de Márcio de Souza. Ela termina em 1903 graças aos combates liderados por José Plácido de Castro, do lado brasileiro.

Através do Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco, o Brasil comprou da Bolívia o território do Acre, com a concordância do Peru, por 2 milhões de libras esterlinas (cerca de 200 milhões de dólares atuais), mais o compromisso de construir a ferrovia Madeira-Mamoré. A possibilidade de escoar a produção pelos rios (sem a barreira dos Andes), dava ao Brasil uma clara vantagem em relação aos vizinhos amazônicos, o que deve ter prevalecido também em outras épocas.

As “estruturas de terra” do descobridor

Obediente à orientação de Betty Meggers e Clifford Evans, Ondemar Dias concentrou-se na descoberta de vestígios cerâmicos, o que lhe permi-

tiria estabelecer uma seriação e assim complementar o mapa arqueológico que se pretendia fazer da Amazônia:

> *"Nosso trabalho pelo PRONAPABA (...) teve por objetivo preliminar levantar a maior soma possível de informações, com a prospecção de bacias hidrográficas determinadas para estabelecer as bases iniciais do conhecimento sobre padrões de assentamento de antigas populações locais. Após a determinação extensiva de inúmeros sítios, resultante dos trabalhos mencionados, houve a seleção daqueles que demonstraram, pelo acervo recolhido, um potencial informativo mais promissor quanto às questões em pauta, com o consequente retorno para a prática de escavações específicas."*

Assim explicou ele, onze anos depois, em 1988, no artigo publicado com Eliana Teixeira de Carvalho no boletim do IAB, como foram conduzidos os trabalhos que o fizeram descobrir o que chamou de "estruturas de terra", no mesmo ano em que saiu a primeira publicação geral sobre o PRONAPABA. Ele justificaria mais tarde que a demora na publicação se deveu, em grande parte, à dificuldade em enquadrar as descobertas no esquema estabelecido de fases e tradições cerâmicas. Por analogia etnográfica, supuseram que as muretas que acompanham as valetas serviriam para o plantio de abacaxi, o que teria função simultânea de defesa, por causa dos espinhos. Só em 1992 Ondemar faria as primeiras escavações, na região de Xapuri[2].



Ondemar Dias ao lado da mestra Betty Meggers, por ocasião do congresso da SAB em Goiânia, em 1970.

Hipótese de manejo de água é descartada

– Ele deixou de lado a monumentalidade daquele círculo, percebemos a mureta, medimos tudo, mas atrás da cerâmica – lastima Alceu, em nossa conversa em dezembro de 2009, em Rio Branco, da qual participou também Antonia Damasceno Barbosa, que gentilmente me recebeu em sua casa mesmo nos conhecendo apenas por *email*, até então.

2 DIAS JR., Ondemar F. e CARVALHO, Eliana T. "As Estruturas de Terra na Arqueologia do Acre", *in* SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu e PÄRSSINEN, Martti (orgs.). *Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre/*. Belém: EDUFPA; Rio Branco: Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008. Artigo originalmente publicado em Arqueo-IAB, vol. 1, págs., 14-28. Rio de Janeiro: 1988.



Antonia Damasceno me levou para conhecer os geoglifos.

Já na época, Antonia coordenava a equipe local de pesquisadores, na parte de geoprocessamento, com o apoio da Fundação Cultural Elias Mansour, do governo do Acre, que disponibilizou as imagens de satélite. Em 2014, Antonia foi aprovada no mestrado sobre os Geoglifos na UFPA, orientada por Denise Schaan, e já tinha assinado vários artigos em conjunto com seus professores[3]. Também em 2014, ela foi uma das organizadoras do III Simpósio Internacional de Arqueologia da Amazônia Ocidental: Geoglifos - Patrimonialização e Gestão, ocorrido em Rio Branco, no mês de agosto, que foi mais uma iniciativa em prol do tombamento dos geoglifos como patrimônio cultural da humanidade. Em 2015, a UNESCO aceitaria a inclusão dos geoglifos na lista de lugares brasileiros candidatos a serem tombados.

Sobre Franklin Levy, Alceu comentou que continuam amigos e que o arqueólogo tem hoje um antiquário no Rio de Janeiro. Levy foi um árduo defensor da teoria de que os geoglifos foram a marca de um povo domador das águas", a exemplo da função hidráulica das construções de terra na região próxima, na Bolívia, de Llanos de Mojos. Numa entrevista à revista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 2009[4], ele defendeu que os geoglifos seriam uma engenharia de rebaixamento do lençol freático, como manejo hidráulico para a construção de habitações e áreas de plantio, durante a época de chuvas. As valas no entorno serviriam para rebaixar o lençol e guardar animais, que contribuiriam para a formação de húmus. Na época de queimada dos campos, as muretas e valetas protegeriam a área habitada.

O modelo parece ótimo, mas os moradores atuais garantem que não junta água de jeito nenhum nas trincheiras, como eu mesma ouvi deles. O pesquisador finlandês Martti Pärssenen foi um dos que abandonou esse modelo hidráulico para explicar a origem dos geoglifos acreanos. Ele tinha trabalhado com a hipótese de servirem para criatório de peixes, como ocorreu em Llanos de Mojos. Mas nem todos os geoglifos bolivianos tinham a mesma função, como ainda veremos.

3 SCHAAN, D. P.; BUENO, M.; RANZI, A.; BARBOSA, A. D.; SILVA, Arlan; CASAGRANDE, E.;, RODRIGUES A. I. M.; DANTAS A.; RAMPANELLI, I. "Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre" *Revista de Arqueologia* 23 (1): 30-41. 2010.

4 http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/27932/civilizacao-domadora-aguas--novas-teses/. Citado em Portal Amazônia em 06 de março de 2009.

Em setembro de 2014, Denise Schaan me comunicou verbalmente a descoberta de que os geoglifos possuíam um sistema de drenagem, portanto não se queria juntar água neles.

Drones vão examinar os Geoglifos

Em fevereiro de 2015, o arqueólogo José Iriarte, que conheci trabalhando com Denise e uma equipe de suecos na região do Tapajós, divulgou na reunião da Associação Americana para o Progresso da Ciência (AAAS), em San José, Califórnia, que o Conselho Europeu de Pesquisa aprovou uma verba de US$1,9 milhão para o uso de drones, com laser acoplado, na Amazônia brasileira. O objetivo anunciado seria a identificação de geoglifos, ainda cobertos pela floresta. Iriarte é uruguaio de nascimento e professor da Universidade de Exeter, na Grã-Bretanha, onde orienta a pós-graduação de Daiana Alves, aluna de Denise na UFPA.

– Queremos ver qual é a pegada humana na floresta – disse Iriarte a Jonathan Amos, correspondente de Ciência da BBC News. – A Amazônia pode ter sido habitada por sociedades grandes, numerosas, complexas e hierárquicas, que tiveram um grande impacto no meio ambiente – alerta ele.

O estudo da arqueologia da paisagem, ou do manejo da floresta, ou da “selva cultivada”, como preferiram chamar no projeto encabeçado pela Universidade de Gotemburgo, da Suécia, de que falaremos no último capítulo, é hoje a grande discussão entre os arqueólogos da Amazônia.

Em abril de 2015, Denise Schaan revelou numa entrevista que os construtores dos geoglifos, possivelmente Arawak, comiam milho, tinham uma cerâmica elaborada e escolhiam lugares próximos a palmeirais para a construção das plataformas, que se supõe de uso ritual: “Os índios tinham crença nessa coisa de espíritos que habitam as palmeiras, e essas vegetações são características desde a época dos geoglifos”[5].

Trincheiras circulares sob a floresta

No artigo de 1988, Ondemar Dias Jr. descreveu aquela primeira “trincheira” em forma de círculo:

> *“Logo no primeiro sítio localizado por nós em 1977, próximo à cidade de Rio Branco, pudemos constatar a existência de uma*

5 http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2015/04/20/descoberta-de-400-geoglifos-na-amazonia-ajudar-a-desvendar-misterio.htm

cap7.indd 323 27/08/2015 15:18:06

estrutura circular em forma de valeta pouco profunda, com um pequeno acúmulo de terra em forma de mureta na área externa do círculo. Posteriormente, mais uma série delas foi localizada, algumas das quais nos forneceram material cerâmico arqueológico. Localmente são consideradas 'trincheiras' da guerra do Acre e nunca antes haviam despertado a atenção. Aliás, cumpre ressaltar termos sido os primeiros pesquisadores a trabalhar em toda a bacia do Purus acreano e do Juruá em todo o seu curso.

Valetas já haviam sido noticiadas em outras partes da Amazônia, especialmente no Xingu. [Mário] Simões referencia-se a pesquisadores anteriores que identificaram estas valetas como obras defensivas dos índios do lago Kuikuru; mas, pelas avantajadas dimensões das mesmas, ele põe em dúvida serem artificiais, embora não descarte a ideia[6]."

E sobre esse primeiro círculo, especificamente:

"A primeira [estrutura], a cerca de 24 km da capital, localiza-se na Fazenda Palmares. A estrutura tem cerca de 100 metros de diâmetro e está encoberta pela mata de 'capoeira' (ou secundária). Foi feita uma escavação circular, com cerca de um metro de profundidade e a terra foi acumulada na parte exterior do círculo, formando uma mureta. Parte dela foi destruída por



Ondemar Dias me mostra as cerâmicas encontradas durante o PRONAPABA que estão no acervo do IAB, em Belfort Roxo, RJ. A dificuldade na classificação retardou a publicação dos resultados, mesmo parciais.

6 SIMÕES, Mário. Considerações Preliminares sobre a Arqueologia do alto Xingu. *PRONAPA I - Resultados Preliminares do Primeiro Ano de Pesquisas.* Pub. Av. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi 6: 129-152, 1967.

cap7.indd 324 27/08/2015 15:18:07

trator que derrubava a mata. O terreno é plano, e a 150 metros da mesma há fonte de água potável de boa qualidade. Esta estrutura forneceu material da fase Quinari; sítio AC-IQ-02."

– Nessa viagem nós fomos até Assis Brasil, fomos até a fronteira com o Peru, uma estradinha de chão – continua Ranzi. – Lembro bem que dormimos em Xapuri, em Brasileia, em Assis Brasil. Imagina, não tinha nada. Armamos as redes na beira do rio onde o pelotão do Exército armava suas redes. Onde tinha um cabo com dois, três soldados, nós dormíamos lá junto. Nessa época o Acre era coberto de florestas, não tinha os campos de hoje. Então o que vimos foram uns fragmentos na beira da mata, não é assim como dá para ver hoje.

Alceu se torna paleontólogo

Em 1978, o aluno de Geografia foi para o Rio de Janeiro fazer um estágio no Museu Nacional, levando uns fósseis do rio Juruá, em Cruzeiro do Sul, região que percorreu com os paleontólogos Daryl Paul Domming e Árito Rosas Júnior:

– Foi quando conheci o Dr. Carlos de Paula Couto, de saudosa memória, que havia feito todos os trabalhos de paleontologia do Museu Nacional. Ele tinha se aposentado na UFRJ e estava dando aula em Porto Alegre, na UFRGS, e praticamente me aceitou como orientando. No Museu Nacional, conheci a arqueóloga Maria Beltrão, que me levou para conhecer o sítio com achados paleontológicos de São José do Itaboraí[7]. Também conheci outra arqueóloga, Tânia [Andrade Lima]. Mas larguei a Arqueologia de lado, concluí meu curso de Geografia e fui para Porto Alegre com meus fósseis debaixo do braço, fazer minha carreira em Paleonto.

Com a mesma jovialidade, o professor Alceu Ranzi conta como juntou o acervo do laboratório no Acre, desde 1977, orientou alunos de monografia, de mestrado, de doutorado, depois de fazer o próprio doutorado em ecologia da vida selvagem, na Universidade da Flórida.

Um de seus alunos doutores, Jonas Pereira de Sousa Filho, viria a ser Reitor da Universidade do Acre. No laboratório de paleontologia, que

7 Em outubro de 2008, acompanhei a visita que fez ao mesmo sítio o paleontólogo francês Michel Brunet – descobridor do hominíneo Toumaï de sete milhões de anos, no Chade – a convite da arqueóloga Maria Beltrão. Nos anos 1970, ela aí identificou fósseis de megafauna extinta, na antiga mina de calcário da empresa de cimento Portland. Ver *O Paraíso é no Piauí - A Descoberta da Arqueóloga Niède Guidon*, de minha autoria, op. cit., página 67.

tive a oportunidade de visitar, tem logo na entrada o gigantesco crânio de um ancestral do jacaré – *Purussaurus brasiliensis* –, que povoou o Acre durante o Mioceno, entre 5 e 10 milhões de anos atrás. Dessa mesma época, encontraram fósseis de grandes tartarugas e outros exemplares da megafauna, analisada em seu livro sobre os mamíferos fósseis do Juruá.[8]

Visão aérea reveladora

Mas o caminho desse inquieto professor voltaria a se cruzar com a Arqueologia. Em 1986, durante um voo comercial de Porto Velho a Rio Branco, o paleontólogo Alceu Ranzi avistou claramente um círculo duplo que o impressionou pela dimensão e perfeição da estrutura:

– Eu olho do avião e digo: "Que coisa fantástica isso que eu estou vendo!" Aí saí a campo e não achei qualquer registro na literatura científica, ainda não havia aflorado. Resolvi que iria dedicar alguma energia a isso. Foi quando consegui um avião, um dinheirinho, um fotógrafo, fizemos as fotografias e saí anunciando para o mundo – conta ele. Conseguiu espaço no jornal O Rio Branco, que publicou em 15 de agosto de 1986 uma reportagem com foto aérea de Agenor Mariano sobre o sítio, posteriormente denominado AC-RB-06: Seu Chiquinho. Saiu também uma reportagem na TV Acre, mas sem muita repercussão.

Na verdade, desde o começo dos anos 1980, despertara na Universidade Federal do Acre um maior interesse pela pré-história do estado após a descoberta de cerca de 70 sítios – dos quais oito em forma de plataformas de terra circulares – pelo Instituto de Arqueologia Brasileira, o IAB, de Ondemar Dias Jr., no contexto do PRONAPABA.

Em 1983 e 1984, o professor de História Ruy Duarte organizou três excursões de seus alunos ao Sítio Los Angeles, no município de Xapuri[9]. O

8 RANZI, Alceu. *Paleontologia da Amazônia: mamíferos fósseis do Juruá*. Rio Branco: M.M. Paim, 2008.

9 No livro Geoglifos do Acre, op. cit., à página 149, o sítio AC-XA-07: Los Angeles, sob as coordenadas S 10˚42'48", O 68˚10'46", é descrito como "localizado no município de **Epitaciolândia**/AC, na Fazenda Ouro Branco (ex-Los Angeles), na estrada BR-317, ramal à esquerda (direção de Xapuri a 145 km de Rio Branco). (...) Já foi objeto de pesquisas arqueológicas por parte de Oldemar Blasi e Jacó Cesar Piccoli em 1986, e Ondemar F. Dias Jr., Mauricélia B. Alves de Sousa, Marcos Vinícius S. das Neves e Maria Luiza P. Ochoa, em 1992". Já no artigo mencionado na nota 8, a localização do mesmo geoglifo é indicada como no município de **Senador Guiomard**. Consultei a pesquisadora Antonia Damasceno e ela foi taxativa: o sítio fica no município de **Xapuri**.

grande círculo de cerca de 200 metros de diâmetro, com muretas do lado de dentro e de fora da valeta, impressionava pelo tamanho e pela riqueza de vestígios arqueológicos.

Neste grupo de alunos estava Mauricélia Sousa, que viria a estagiar, em 1988, com Ondemar Dias e Eliane Carvalho no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Ela pode ser considerada a primeira arqueóloga acreana. O grupo se entusiasmou com a abundante cerâmica de decorações variadas e lâminas de machado e, sem que ninguém impedisse, muitos alunos levaram fragmentos para casa como recordação.

Também sem maior divulgação, ainda em 1984, o arqueólogo Oldemar Blasi, do Museu Paranaense, coordenou, ao lado do antropólogo da UFAC Jacó César Piccoli, sondagens no Sítio Los Angeles – mais tarde identificado como AC-XA-07: Los Angeles –, usando-o como um sítio-escola para a formação de professores e alunos.

Em 2007, segundo o artigo que assina com Denise Schaan[10], Piccoli informa que, "os resultados daquela pesquisa foram descritos em relatório institucional e estão sendo preparados para publicação", o que aparentemente não chegou a ocorrer.

Alceu e Denise se encontram

No começo dos anos 2000, o professor Alceu Ranzi visitou em Belém o Museu Goeldi, então dirigido pelo paleontólogo Peter Mann de Toledo. Na ocasião, foi apresentado às arqueólogas do Museu, "que não deram bola", segundo ele, ao seu relato sobre os geoglifos.

– Na verdade, a história dos geoglifos foi assim: eu estava nos Estados Unidos, fazendo doutorado. Quando estive uma vez em Belém, a Maura [Imázio da Silveira] falou que tinha uma coisa para me mostrar – conta com simplicidade Denise Schaan, que mudaria a arqueologia do Acre ao abraçar o estudo dos geoglifos, junto com Alceu.

Denise, então, fica sabendo que um pesquisador, Alceu Ranzi, tinha deixado um livro dele com "aquelas figuras":

– Quando olhei, pensei espantada: o que era aquilo? E na Amazônia! Fiquei impressionada. Foi uma coisa engraçada, porque o Alceu foi lá, através

---

10 SCHAAN, D.; PÄRSSINEN, M.; RANZI, A.; PICCOLI, J.C. Geoglifos da Amazônia Ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. *Revista de Arqueologia*, 20: 67-82, 2007.





Vistos do alto, os geoglifos claramente formam círculos, quadrados ou formas combinadas, que se supõe terem sido locais de rituais, como esses do sítio AC-IQ-23: Fazenda Atlântica. Fotos Sérgio Vale, cedidas por Antônia Damasceno.

do diretor do Museu, o Peter Toledo, procurou o pessoal da arqueologia, mas as pessoas disseram “ah, tá!”, não havia condições de ir lá e estudar.

Então Denise Schaan voltou para os Estados Unidos, terminou o doutorado e retornou para o Museu.

– Lá pelas tantas a Edithe Pereira, que era coordenadora da área de arqueologia, me chamou e disse que a Eletronorte queria que fizéssemos um levantamento em várias linhas de transmissão, que eles tinham pela Amazônia, e perguntou se me interessava. Lembrei da história e perguntei se havia alguma no Acre. Sim, havia duas. Quando fui ver no mapa, uma delas ia de Rio Branco até Epitaciolândia, justamente a área em que tem mais geoglifo!

Denise convidou então uma arqueóloga da USP, a Claudia Plens, para coordenar a outra equipe, que deveria pesquisar a linha na direção de Sena Madureira, onde não tinha geoglifo.[11]

A essas alturas, o professor Ranzi já tinha avistado em 1999 outro grande círculo, nas imediações do antigo Seringal Bagaço, próximo a Rio Branco, e que veio a se chamar sítio AC-IQ-13: Fazenda Colorada. No ano seguinte, finalmente conseguiu apoio do Governo do Acre para novo sobrevoo, que resultou na descoberta de seis sítios.

Aprendendo a olhar

– O avião era um bimotor terrível, tinha dois motores enormes – diverte-se Alceu. – Foi no dia 8 de abril de 2000. O fotógrafo foi lá atrás, com a porta aberta, eu ia sentado ao lado do piloto, só via o motor e umas frestinhas, mas era eu que tinha que dizer ao fotógrafo o que era para ele fotografar... Já havia passado um ano, a vegetação estava diferente, a velocidade do avião era outra, eu não via mais aquilo que estava na minha memória. Eu já suava frio: "Esses caras vão rir de mim" – pensava. Aí voa pra cá, voa pra lá, o Edson Caetano fazendo as fotos.

Só então o piloto se sobressalta e chama a atenção de Alceu: "Olha como estou arrepiado, rapaz, eu nunca vi isso aqui!" O professor continua contando:

–Quando aprendemos como olhar, onde focar, aí foi um atrás do outro, uma loucura! Aí enxergamos [os geoglifos] Jacó Sá, Seu Chiquinho, Fazenda Colorada. Fui marcando os pontos no GPS, na época ainda não era câmera digital. O fotógrafo ainda levou 8 dias para revelar e fazer as cópias. Dia 16 de abril de 2000 os dois jornais daqui deram reportagem de capa, e explodiu na internet para o mundo todo.

Em menos de dois anos, já eram 25 geoglifos localizados. Incansável, Ranzi sensibilizou outros estudiosos, entre eles o arqueólogo Michael Heckenberger, da Universidade da Flórida, e o geólogo Matti Rässänen, da Universidade de Turku, da Finlândia, que foram ao Acre em 2000. Começou ali a cooperação científica com pesquisadores da Finlândia, já

11 SCHAAN, D. P. "Os Geoglifos e a Implantação pela Eletronorte do Sistema de Transmissão do Acre" in *Geoglifos da Amazônia: Perspectiva Aérea.* 2ª edição. Brasília: Eletronorte, 2005.



As “trincheiras” hoje não são muito fundas, cerca de dois metros de profundidade, como nessa foto, no geoglifo Severino Calazans.

interessados pelas estruturas de terra do lado boliviano[12].

– Eu tinha escrito alguns trabalhos, as fotos circulavam na internet e a Denise me consultou, eu já estava em Florianópolis – lembra Alceu Ranzi. – Eu disse: Olha, Denise, qualquer coisa eu vou aí. Manda a passagem que eu vou. E aí com a Denise foi uma maravilha, a coisa fluiu. Foi a parceira que eu procurava. Ela não é fácil de lidar, mas funciona, esse é o grande mérito dela, é um trator. Ela não fica te enrolando, se é amanhã é amanhã, não tem aquela coisa “vou fazer no ano que vem”. E eu me dei bem com ela.

Estrangeiro sozinho não entra

– Foi muito bom conhecer o Alceu e começar tudo aquilo, ele me apresentou para os finlandeses também – concorda Denise, na entrevista que me deu em Santarém, tempos depois. – Eles estavam sendo enrolados há um tempão porque estrangeiro trabalhando no Brasil é difícil, sabe? Eles precisam de pesquisador brasileiro para trabalhar com eles e é sempre difícil trabalhar em parceria com brasileiro. Claro que tem choque cultural, mas eu tenho a impressão que a maioria [dos brasileiros] diz que vai fazer a pesquisa com a pessoa e fica enrolando, ou então [os pesquisadores estrangeiros] se atrapalham com as exigências legais, é realmente uma burocracia infernal, insuportável.

Denise se refere especificamente aos trâmites junto ao CNPq:

– Os finlandeses estavam contando que iam receber um apoio da UFAC [Universidade Federal do Acre] através de um professor lá, o Jacó [Piccoli]. Só que na prática isso não acontecia porque o Jacó enrolava, ele tem uma personalidade meio enrolada, o negócio não andava. Tentei trabalhar com o Jacó durante 3 anos e desisti – explica Denise, com a franqueza

12 RANZI, Alceu. Geoglifos: Patrimônio Cultural do Acre. *Western Amazonia. Multidisciplinary Studies on Ancient Expansionistic Movements, Fortifications and Sedentary Life*, M. Pärssinen e A. Korpisaari (orgs.), págs. 135-172. Helsinki: University of Helsinki, Renvall Institute, 2003.

habitual. – Apesar de ter verba, ele não consegue publicar nem a própria tese – dispara ela. E quanto aos finlandeses: – Eles tinham conseguido o financiamento lá na Finlândia, tinham o dinheiro, mas não tinham a autorização para trabalhar. Então eles estavam na mão do Jacó que, na verdade, não podia ser contraparte porque não é arqueólogo. Daí eu me propus a ser a contraparte, demoramos 1 ano e 3 meses para conseguir a autorização no CNPq, isso eu ligando, indo atrás e tal. Foi bem proveitoso, publicamos várias coisas juntos, fizemos a pesquisa. Apesar do estresse das diferenças culturais, ficamos muito amigos.

O antropólogo Jacó Piccoli e as correrias

Meses antes da entrevista com Denise Schaan, eu tinha conhecido o antropólogo Jacó César Piccoli em Cobija, na Bolívia, numa reunião organizada pela CIPOAP - Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando. E o professor Jacó reconheceu a lentidão com que avançavam os estudos sobre “esses sítios arqueológicos” do Acre:

– Estamos nesse momento iniciando e constituindo um laboratório de arqueologia, procurando desenvolver pesquisa nessa direção e também para promover atividades de ensino [na UFAC]. Infelizmente os estudos não avançaram no ritmo que se desejaria. Quanto à designação de geoglifos ou estruturas de terra, não considero uma questão relevante, depende das posições e defesas de um investigador ou outro – afirmou, diplomaticamente.

O interesse maior do professor Jacó é em relação aos povos indígenas remanescentes. Segundo ele, sua tese de doutorado seria uma “retro-história da região do Juruá-Purus de 1850 a 1920, quando era densamente povoada”. E acrescenta:

– Temos aqui de 5 a 6 famílias linguísticas, Pano e Arawak são as maiores – destaca o professor Jacó. – Existem diversas filiações linguísticas e, às vezes, nomes muito equivocados. Naquela época, pelos documentos que a gente pesquisou, pode-se dizer que na região do alto Juruá e do alto Purus se encontravam mais de 60 povos indígenas, reduzidos a pouco mais de 12 nos tempos atuais.



Jacó Piccoli no encontro indígena em Cobija, na Bolívia, em 2009.

cap7.indd 331 27/08/2015 15:18:10

O professor destaca que o contato com as frentes extrativistas foi totalmente destrutivo, inclusive "de forma sistemática":

– Tivemos na região as famosas "correrias", que começaram com a expulsão dos índios de suas terras para expropriá-las e se tornarem seringais titulados em nome dos seringalistas, apesar da vigência da legislação. Havia as correrias de escravização dos índios, para trabalharem nos seringais, e as que visavam o rapto de mulheres. Entre os ancestrais dos habitantes da região sempre tem uma avó, uma bisavó índia "que foi caçada no mato".

ACRE INDÍGENA

Segundo artigo de Vera Olinda Sena sobre o evento "Abril no Acre Indígena"[13], ocorrido em 2011 na UFAC, existiriam no estado "15 povos, 17 mil pessoas, 36 Terras Indígenas e mais quatro dos povos em situação de isolamento voluntário. Estas terras somam perto de 2,5 milhões de hectares ou quase 15% do total do território do Acre".

São povos Huni Kuin (Kaxinawa), Katukina, Shawãdawa, Yawanawa, Poyanawa, Nukini, Nawa, Shanenawa, Jaminawa, Jaminawa-Arara, Kuntanawa, Apolima Arara, Manchineri, Ashaninka e Madija (Kulina).

Ainda segundo Sena, esses povos falam 8 línguas diferentes, com diferentes combinações de bilinguismo. As línguas indígenas pertencem a três famílias linguísticas: Pano, Arawak e Arawa.

A UFAC e a Arqueologia

Segundo o professor Jacó, naquele ano de 2009, a UFAC estaria empenhada em criar cursos de extensão na área da Arqueologia. Haveria negociações para um mestrado interinstitucional com a USP.

Na prática, o que ocorreu naquele ano foi a aula inaugural da doutora Denise Pahl Schaan no curso de especialização em Arqueologia da Universidade Federal do Pará, coordenado por ela em Belém, sobre "Geoglifos do Acre: novos desafios para a Arqueologia Amazônica". E o III Simpósio Internacional de Arqueologia da

13 http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21732&Itemid=37

Amazônia, realizado em Rio Branco em agosto de 2014, teve como organizadores o Grupo de Pesquisa sobre Geoglifos do Acre da UFAC e o IPHAN.

Ainda em 2014, por ocasião da descoberta de mais um sítio arqueológico na zona urbana de Rio Branco, o antropólogo Jacó Cesar Piccoli, do Grupo de Pesquisas em Filosofia Política e Ética da UFAC, que também integra o Núcleo de Pesquisas de Etnologia Indígena, Meio Ambiente e Populações Tradicionais da PUC de São Paulo, mencionou a existência de mais de 2 mil sítios arqueológicos no Acre Ocidental:

– Mais de 800 [desses sítios são] de geoglifos antropizados (*sic*). A região era muito povoada, existiam pelo menos 70 a 80 grupos indígenas, uma população de 30 mil habitantes que foi exterminada por doenças trazidas pelos brancos ou até mesmo por métodos de violência – afirmou o professor Jacó[14].

O professor aloprado

Alceu Ranzi lembra que, naquela época, quase ganhou fama de maluco:

– Aquele primeiro voo das fotos foi em 2000. Cheguei em terra, contei para as pessoas o que tinha visto, procurei os pilotos para saber se eles já tinham visto aquelas formas enormes. Os pilotos diziam: "Alceu, você está ficando doido, já andou atrás de Mapinguari[15], anda atrás de osso de bicho velho, agora você endoidou de vez?! Que tamanho são esses círculos, esses pratos que você viu aí?" Eu disse que eram enormes e um deles me disse: "Eu voo aqui há 30 anos e nunca vi nada disso!" Bem, acho que meu olhar de geógrafo ajudou a perceber que aquilo não fazia parte da paisagem natural. Como eu tinha a experiência com o Ondemar, em 1977, pensei: "São aquelas formas que vimos lá".

Pior que ser visto como maluco, foi suportar a pressão por não ser arqueólogo:

– A intriga foi tão grande que acabou num inquérito na Polícia Federal. Eu não era arqueólogo mas sabia que estava vendo algo importante – afirma Alceu Ranzi.

14 http://www.ac24horas.com/2012/12/11/antropologo-diz-que-existem-mais--de-2-mil-sitios-arqueologicos-no-acre-ocidental/

15 O Mapinguari é um animal lendário na Amazônia que tem um olho na testa e a boca no umbigo, coberto de pelos e que ataca os caçadores.

cap7.indd 333 27/08/2015 15:18:11

ACUSAÇÃO DE ARQUEOPIRATARIA

Em 2008, o professor Alceu Ranzi respondeu a um inquérito na Polícia Federal por ter levado uma amostra de carvão encontrada no geoglifo Fazenda Colorada para ser datada na Finlândia, onde esteve a convite das Universidades de Helsinque e de Turku. Foi considerado um ato de arqueopirataria.

Na mesma ocasião, um trator destruiu parte do mesmo geoglifo, sem que o responsável tenha sofrido qualquer sanção, segundo o professor. Depois de visitar o IPHAN responsável pelo Acre, na época sediado em Manaus, quando levou fotos dos geoglifos, o Ministério Público determinou que todos os órgãos envolvidos com a preservação dos sítios (prefeituras, governo do estado, DER, INCRA, IBAMA, etc., além do próprio IPHAN) deveriam encaminhar o seu tombamento.

A arqueóloga Maria Lúcia Pardi, então no IPHAN, mandou para a UNESCO o pedido para os geoglifos serem incluídos na condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, o que foi aceito para análise, como já mencionamos.

Alceu frisa que não é arqueólogo mas sabia muito bem o que estava vendo e não era divulgado:

– Acho que o Ondemar e sua equipe, que pouco deram divulgação a isso, tinham os dados e, não sei por quê, guardaram. Eu chego e sem mais nem menos digo: “Está aqui, pessoal! Isso é no Acre!” Não tenho dúvida de que eu deveria divulgar, como que eu não ia divulgar?! Tanto eu tinha noção de que não era arqueólogo e que estava mexendo em algo importante para a ciência que publiquei com um arqueólogo, o Rodrigo Aguiar, o artigo “Geoglifos da Amazônia”, mas fiz questão de colocar o subtítulo: “Perspectiva Aérea”. Saiu na Revista Munda, em Coimbra, e depois foi ampliado para um livro[16].

Mais uma vez, Alceu destaca:

– Eu fiz questão do subtítulo porque é o olhar do geógrafo. Acho que foi minha grande sacada, o mérito que eu possa ter nisso, é ter saído da perspectiva terrestre do arqueólogo agachado, escavando, olhando a cerâmica ou o perfil, e ter colocado isso na paisagem.

16 RANZI, Alceu e AGUIAR, Rodrigo. *Geoglifos da Amazônia:* Perspectiva Aérea. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.

A ciumeira acadêmica

Em nossa conversa em 2009, Alceu Ranzi preferiu não se estender sobre a ciumeira despertada pela sua divulgação do que chamou geoglifos. Ele estaria invadindo a seara científica alheia, acusavam.

Mas seu principal opositor no Acre, que veio a público protestar quando ele, Alceu, disse numa entrevista na televisão, em abril de 2000, que faltavam arqueólogos no Acre para estudar os geoglifos, foi o historiador Marcos Vinícius Simplício das Neves, que não fez especialização acadêmica na área mas participou de várias escavações ao lado do professor Ondemar Dias Jr., ainda nos anos 1990.

Verdade que não publicaram os resultados à época, como em todas as pesquisas financiadas pelo Smithsonian Institution: os resultados ficaram nas mãos de Betty Meggers, que conseguiu a verba. Segundo Alceu, depois de ter sido interpelado por Marcos Vinicius, ele, Alceu, passou ao historiador todo o seu acervo fotográfico, mas a pesquisa em nada avançou durante quatro anos.

Ainda naquela mesma viagem ao Acre, em 2009, tive oportunidade de conversar com o historiador e jornalista Marcos Vinicius, que, sem dúvida, guarda uma grande mágoa de toda essa estória, como ele reiteradamente mencionou em sua coluna "Miolo de Pote", no jornal virtual Página 20.

Como os geoglifos de Nazca

De qualquer maneira, Ranzi se defende por ter chamado os sítios geométricos de geoglifos, designação taxada de "sensacionalista", e diz que a própria Betty Meggers se surpreendeu com as imagens aéreas que ele lhe enviou por *email*, revelando a perfeição do traçado dos círculos.

De fato, ao entrevistar Betty Meggers, em outubro de 2011, em Washington, ela me mostrou sobre sua mesa o livro *Geoglifos do Acre* (*op. cit.*), como uma referência importante a ser conhecida.



As linhas de Nazca formam interessantes figuras vistas do alto, como esse macaco, também chamado geoglifo.

Quando eu estava no avião olhando aquilo eu via um geoglifo lá embaixo, um desenho, uma grife, uma marca, um carimbo, era aquilo que eu via – explica Alceu.

Logo depois foi a Nazca, no Peru, conhecer as linhas da região chamadas de geoglifos. São mais de setenta desenhos em formas geométricas e de animais, feitas pela remoção das pedras avermelhadas da superfície desértica da região:

– Fui a Nazca, fiz minhas homenagens, visitei o túmulo da Dra. Maria Reiche[17]. Depois fui ao Museu, procurei o Dr. Giuseppe Orefici[18] e mostrei a ele as fotos do Acre. Ele ficou espantado e perguntou: "*Dónde esto*?" Eu disse: "*En Amazonía, mui cerca de Perú*". "*No es posible*!" Acabei na casa dele na Itália e ele veio aqui. Pagou o avião e fomos voar. Lá no alto perguntei: "Dr. Giuseppe, posso chamar isso de geoglifo?"E ele: "*Sí, claro que son geóglifos*!". A partir daí passei a utilizar o termo, adotado pelos arqueólogos que vieram estudar aqui.

Tombamento

Em 2014, após levantamento minucioso com ajuda das imagens-satélite que fundamentou o pedido de tombamento dos geoglifos pelo IPHAN, estavam localizados mais de 400 geoglifos só no estado do Acre, além de outros 100 em Rondônia e no sul do Amazonas, como me informou Antonia Damasceno, com a espantosa distância de 260 km entre os que estão mais ao sul, no Acre, e os mais ao norte, no Amazonas.

Denise Schaan me diria em setembro de 2014 que o número exato, até aquele momento, era de 419 geoglifos só no Acre. Mais uns 50 em Rondônia e outros tantos no Amazonas. "Certamente existem mais, mas precisávamos encerrar o levantamento para enviar o relatório", explicou ela.

Foram encontrados "fragmentos de vasilhas de cerâmica e vasilhas quase inteiras, decoradas com desenhos de formas geométricas e espirais, além de alguns poucos fragmentos de pedras de amolar e lâminas de machado de pedra", informou Denise Schaan, numa entrevista por ocasião do II Simpósio Internacional Arqueologia da Amazônia Ocidental, que aconteceu em Rio Branco, em junho de 2012.

17 Arqueóloga e matemática alemã que dedicou 50 anos de vida ao estudo das linhas de Nazca, morta em 1998.

18 Arqueólogo italiano diretor do Museu de Nazca, onde por mais de vinte anos escavou as ruínas da cultura de Nazca, revelando 34 grandes estruturas piramidais, talvez dos mesmos autores dos geoglifos da região.

Desse encontro, participaram Ondemar Dias, Franklin Levy, Clark Erickson, Denise Schaan, Alceu Ranzi, José Iriarte, Francis Mayle, Sanna Saunaluoma, Wenceslau Teixeira, Falberni Costa e Carlos Zimpel, reunindo assim pesquisadores de várias origens e épocas trabalhando em sítios semelhantes em Rondônia, no Amazonas e na região vizinha da Bolívia.

As figuras geométricas de círculos, quadrados, linhas, algumas combinando várias formas sugerindo representação humana, podem ter sido feitas pelos povos Arawak e os Tacana, entre 3.000 e 1.000 anos AP[19]. Não se sabe para quê exatamente foram construídos os geoglifos, mas acredita-se que tenham significado simbólico religioso e cultural. Podem ter sido locais de encontro para rituais religiosos, festas e, em alguns casos, locais de moradia.

Sítios cerimoniais para Schaan

Em nossa conversa em dezembro de 2009, em Santarém, Denise Schaan comentou sobre a opinião do arqueólogo norte-americano Francis Allard, da IUP - Indiana University of Pennsylvania, que há 30 anos estuda os antigos povos da China, Vietnã e Mongólia, com hábitos nômades:

– Quando eu mostrei as fotos dos geoglifos ele disse: "Esses sítios são acampamentos". Daí eu pensei: esses caras vão fazer todo esse esforço só para acampar?! Ele estava pensando na estrutura circular que aqueles povos asiáticos faziam com pedras ou escavando valetas [em torno dos acampamentos], ou alguma coisa desse tipo. Mas aqui [no Acre] a gente encontra tão poucos vestígios em alguns sítios que já me passou pela cabeça que, pelo menos em alguns casos, eles construíam a estrutura para determinadas atividades numa determinada época do ano e, depois, sei lá, voltavam em outro ano, ou não voltavam e construíam em outro lugar... Mas pode ser também que os vestígios estejam muito mais profundos e ainda não tenhamos encontrado, quem sabe...

RIBERALTA NA BOLÍVIA

No II Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia, realizado em Manaus em setembro de 2010, a arqueóloga Sanna Saunaluoma, da Universidade de Helsinque, apresentou um trabalho sobre a pesquisa

19 SCHAAN, Denise P., PÄRSSINEN Martti, SAUNALUOMA Sanna. "New radiometric dates for precolumbian (2000 - 700 B. P.) earthworks in Western Amazonia, Brazil". *Journal of Field Archeology,* 37:132-142 , maio de 2012.

das "construções de terra" do lado boliviano. Na revista *Amazônica*, foi assim resumido:

> *"Interpretações da pré-história amazônica têm mudado significativamente mas últimas décadas, na medida em que a complexidade e diversidade das culturas amazônicas começam a ser documentadas e entendidas. Construções de terra, na forma de alterações conscientes de paisagens ao longo do tempo, foi um fenômeno difundido através das terras baixas tropicais. Diversas construções de terra têm sido documentadas no sudoeste amazônico, incluindo trincheiras e muretas de diversas formas e tamanhos, estradas, campos de cultivo, canais, caminhos e terras inundáveis artificiais ligados a assentamentos na forma de montículos e ilhas de florestas. Prospecções e escavações-teste foram realizadas na região de Riberalta na Amazônia Boliviana. O objetivo dessas investigações era estudar a distribuição e características da ocupação pré-colombiana na região. Encontramos diferentes tipos de sítios, alguns sem obras de terra visíveis, indicando ocupação densa das ribanceiras de rios e terra firme, mas sem longo tempo de permanência nos mesmos locais. A tradição de construção de obras de terra prevaleceu na região de Riberalta de pelo menos 100 AC até o período de contato europeu. A função dessas obras menos complexas pode ter sido de circundar áreas de ocupação e, em alguns casos, servir como canais. Comparada ao leiaute variável dos sítios, a cerâmica da região é relativamente homogênea. O objetivo principal para as pesquisas futuras será determinar se os sítios com obras de terra correspondem a uma única ou várias tradições culturais."*[20]

Região era de savana há 2.000 anos

– Há cerca de 10 mil anos, essa região era indiscutivelmente de savana, porque os meus bichos são de savana – ressalta Alceu Ranzi, sobre a polêmica se a floresta foi derrubada para a construção dos geoglifos ou se

20 SAUNALUOMA Sanna. Precolumbian Earthworks in the Riberalta Region of Bolivian Amazon. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Vol. 2, no. 1 - págs. 88-115. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

já existiam os campos abertos. – São animais pastadores e as ossadas estão aqui no Acre! Havia até lhamas, que são lá dos Andes! Naturalmente uma paleolhama, já extinta. Tínhamos mastodontes, as preguiças gigantes, os toxodontes. A floresta que está sendo derrubada hoje é possivelmente pós-geoglifo. Notamos castanheiras enormes nascidas em cima da mureta ou dentro da vala. Esse é um trabalho para uma equipe multidisciplinar, reunindo paleoecólogos, palinólogos, paleontólogos, paleoclimatólogos – previu ele em 2009.

"A Amazônia cresceu após mudança climática há 2 mil anos", anunciou a Agência Reuters em julho de 2014 sobre o estudo coordenado pelo paleoecólogo John Francis Carson, PhD da Universidade de Reading, na Inglaterra, responsável pelo projeto de pesquisa sobre o uso da terra e o seu impacto ambiental na Amazônia pré-colombiana[21]. Grandes faixas da Amazônia foram de savana numa época bem menos úmida que atualmente, mudança essa provocada por uma possível alteração do eixo da Terra, como pode ocorrer em consequência dos fenômenos climáticos, a exemplo de *El Niño*, períodos de alteração brusca da temperatura na superfície do Pacífico. Os palinólogos encontraram na região dos geoglifos bolivianos grande quantidade de pólen de grama e de milho.

Construtores de geoglifos plantavam milho

–As descobertas sugerem que, em vez de ser uma floresta de caçadores-coletores, ou de desmatadores de florestas em grande escala, os povos da Amazônia de 2.500 a 500 anos atrás eram agricultores – afirma o arqueobotânico José Iriarte, da Universidade de Exeter, na Inglaterra, ao lado do qual também trabalhou a estudante de PhD Jennifer Watting, referindo-se às regiões que seriam de savana, como no sudoeste da Amazônia, onde foram construídos os geoglifos.

Eu conheceria José Iriarte em Santarém, em setembro de 2014, quando participava de um projeto de pesquisa multidisciplinar sobre a "selva cultivada" da Floresta Nacional de Tapajós, com terra preta sob a mata, como conto no capítulo 9.

Aquele mesmo grupo de pesquisa supõe que a chegada dos europeus e o consequente genocídio das populações nativas de alguma

21 CARSON, J.F., WHITNEY, B.S., MAYLE, F.E., IRIARTE, J., PRÜMERS, H. e WATLING, J. Environmental impact of geometric earthwork construction in pre-Columbian Amazonia. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)*. 2014.

forma permitiu a expansão posterior da floresta. De fato, dos presumíveis 2 milhões de índios que existiam no Brasil há 500 anos sobrevivem hoje cerca de 500 mil, assim mesmo bastante miscigenados, e após dobrar a sua população nos últimos 30 anos, com a demarcação de muitas terras indígenas.

Sociedades complexas assistidas do alto pelos deuses

Denise Schaan destaca que os antigos povos que ocuparam essa região eram forçosamente mais numerosos e possuíam uma organização social mais complexa que a dos índios atuais:

– Os geoglifos representam uma população considerável vivendo na terra firme – garante Denise, ao contrário do que os etnógrafos observaram nos anos 1950 entre os indígenas que viviam em pequenas aldeias nos interflúvios, e se mudavam a cada cinco anos, em média. – As obras de terra apontam mobilização de força de trabalho e de planejamento. A distribuição bastante extensa dos geoglifos por uma área ao longo de mais de 250 quilômetros indica padronização de práticas culturais monumentais sobre vastas regiões, o que só existe em sociedades complexas, a exemplo dos cacicados, sociedades regionais com estratificação social, como em Marajó.

– Mas para quê estruturas tão grandes, tão perfeitas? – perguntava Alceu ao arqueólogo Michael Heckenberger, que se entusiasmou pelos geoglifos do Acre ao visitá-los em 2000. Michael não pôde se deter a estudá-los, já que se dedicava à região do Xingu, também com plataformas de terra. E o norte-americano lhe respondeu, segundo conta Alceu: “Isso aqui era para os deuses enxergarem o que os homens estavam realizando aqui embaixo.”

Nos interflúvios

Os geoglifos se localizam nos divisores de água dos rios, nas partes mais elevadas, nos chamados interflúvios, onde um rio corre para um lado e outro rio corre para o outro, exatamente onde se constroem as estradas. Alceu me chamou a atenção que logo à direita do geoglifo Severino Calazans, de forma quadrada, está o rio Iquiri; e, à esquerda, o rio Acre.

– Aqui entre o rio Iquiri e o rio Acre, nesse divisor de águas, é onde estão os sítios geométricos de formas mistas: quadrados, círculos, círculos dentro de quadrados. Nessa região de divisão de águas entre o rio Acre e



O geoglifo Severino Calazans é cortado pela BR-317, no interflúvio dos rios Iquiri e Acre.



No interflúvio indicado pela seta estão os geoglifos de formas mistas, como explica Marcos Vinicius.

o rio Ina, que é um afluente do rio Xipamanu, é onde se observam os círculos. E aqui na região de Sena Madureira, do rio Iaco, é onde há pequenos círculos associados a cemitérios com urnas funerárias – me explica diante de um grande mapa o arqueólogo carioca radicado no Acre, Marcos Vinícius Neves. Viúvo da arqueóloga acreana Mauricélia Sousa, era presidente da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, de Rio Branco, quando conversamos em 2009. Depois de ocupar vários cargos na gestão pública, em 2014 dedicava-se à história e preservação do patrimônio do estado do Acre.

Marcos Vinícius trabalhou sob o comando de Ondemar Dias nas escavações na região de Xapuri, iniciadas em 1992, graças ao financiamento do Smithsonian Institution, através de Betty Meggers. Eram todos sítios de forma circular:

– Fizemos alguns cortes-teste no Los Angeles e localizamos uns 4 ou 5 círculos ali próximos, o Xipamanu I, Xipamanu II, Sítio Jarina, Sítio Guanabara. Fizemos também prospecções às margens da atual BR-317 [*Carretera del Pacífico*, que corta o sudeste do Acre], na região do Iquiri, fizemos corte-teste no Alto Alegre, localizamos o Jacó Sá na época. Foram 12 sítios nessa prospecção de 92. Os resultados foram muito promissores, principalmente no que diz respeito ao Los Angeles, que é um círculo diferenciado, embora seja um círculo aparentemente comum, mas ele é bem maior que os outros, com cerca de 200 metros de diâmetro, e tem uma quantidade extraordinária de material. Em 1994 saiu um financiamento da National Geographic Society, quando novos cortes foram feitos e colhemos material para datação, que a Betty Meggers obteve no Smithsonian.

UFF entra com a Físico-Química

Em 1996 o estudo dos geoglifos – que ainda não eram chamados assim – ganhou o reforço da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo professor Alfredo Belido, do Departamento de Físico-Química e Geoquímica Ambiental do Instituto de Química, orientou o doutorado de Rose Latini. Durante a pesquisa, foram coletadas amostras de cerâmica e de solos a serem datados por termoluminescência. Em agosto daquele ano foi feito o trabalho de campo nos sítios AC-XA-07: Los Angeles e AC-XA-10: Ouro Branco. A equipe era constituída pelo professor Alfredo, a doutoranda, Mauricélia Barrozo Alves de Sousa, Marcos Vínicius Neves e o estudante de História Gerry Messias.

Dois meses antes, em junho de 1996, Marcos Vinícius e Mauricélia teriam sido procurados – segundo ele conta em sua coluna “Miolo de Pote” de 29.06.2007 – pelo geógrafo Elói Bora, responsável pela elaboração do EIA-RIMA na região de abertura das estradas BR-364 (no trecho entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá) e BR-317 (entre Brasileia e Assis Brasil) para o Instituto do Meio Ambiente do Acre, o IMAC, “quando fornecemos a ele todas as informações disponíveis acerca dos trabalhos arqueológicos já realizados nesta região”. Os três sítios por ele localizados durante esse trabalho – um na região



Marcos Vinicius divulgou as informações sobre os geoglifos em seu blog Miolo de Pote.

de Tarauacá, próximo ao Igarapé do Boto, e dois sítios cerâmicos às margens da BR-317, que chamou de Igarapé Altamira e Igarapé Grande – foram apenas registrados no documento, sem aprofundamento d a pesquisa.

Os Geoglifos mais pesquisados

Os sítios Los Angeles e Ouro Branco, apesar de próximos, são bem diferentes um do outro. Na descrição dos sítios já pesquisados no livro Os Geoglifos do Acre (*op.cit.*), que em 2009 relacionava 165 sítios, o AC-XA-10: Sítio Ouro Branco é assim descrito, à página 150:

> *"Sítio lito-cerâmico, localizado a cerca de 1 km do Sítio AC-XA-07: Los Angeles, seguindo pelo ramal que o corta em direção ao rio Ina na Fazenda Ouro Branco a 10°43'12" S e 68°10'36" W. O sítio está situado entre a elevação do Sítio Los Angeles e a primeira elevação a SE no vale arenoso mediano. Nele ocorrem cacos cerâmicos de coloração esbranquiçada misturados à erosão pluvial. Tanto na encosta da elevação do Sítio Los Angeles (AC-XA-07) quanto na elevação oposta abundam a piçarra, sendo que na elevação fronteiriça oposta foram encontradas algumas boas peças líticas (fragmento de lâmina de machado, batedores, polidores, etc.). Na vertente deste sítio encontrou-se também madeira fossilizada em forma de seixos. A área de ocorrência do material mede cerca de 300 m de extensão, entre as encostas de colinas. Prospectado por Ondemar F. Dias Jr., Mauricélia B. Alves de Sousa, Marcos Vinícius S. das Neves, Divino de Oliveira, Rosângela Menezes, Valmir e Jandira Neto, em 1994."*

– No caso do sítio Los Angeles, tivemos datações tanto por C-14 quanto por termoluminescência, quase 2.000 anos de ocupação, com diferenças nas várias partes das estruturas – me contou Marcos Vinícius em seu gabinete, na Fundação Cultural Garibaldi Brasil.

Mais uma vez me impressiona esse tabu de "publicar" sobre determinada pesquisa. Possivelmente por não ter título de arqueólogo, ele preferiu publicar em sua coluna jornalística grande parte dos resultados.

A riqueza do Los Angeles

– Uma das grandes diferenças desse sítio é justamente a quantidade de vestígios, porque uma das características básicas dos denominados geoglifos é uma camada ocupacional bastante rala, que vai de 10 a 30 cm de profundidade, com pouco material cerâmico e pequenos fragmentos de lítico. O Los Angeles é incrível, tem material de todas as etapas, inclusive fora do círculo. Encontramos uma jazida de piçarra próxima, com vestígios de todas as etapas de fabricação de lâmina de machado. O Acre não tem pedra, então eles lascavam blocos de piçarra até a forma trapezoidal, aí eles iam trabalhando por picoteamento e polimento até chegar à lâmina do machado, exatamente como essa aqui – mostra ele. – Essa aqui é uma lâmina de machado inteira tirada do Sítio Los Angeles. Essa eu consegui pegar de um colecionador. Lá no Palácio Rio Branco [do Governo do Acre] coloquei as lascas, coloquei a pré-forma, o bloco bruto, todo o processo, está aberto à visitação.

Ele fala então da hipótese de Ondemar Dias de uma cronologia horizontal, além da vertical, porque houve ocupação em diferentes faixas no interior do círculo:

– As datações mais antigas são na valeta e na mureta, justamente na mureta externa do círculo, a mais alta. Depois vem uma vala profunda de 2,5 metros e a mureta interna, mais baixa. A de fora era composta basicamente por restos orgânicos, muita cerâmica, ossos, carvão, uma terra muito escura, ou seja, ela não foi construída de uma vez só. Talvez tenha sido ao longo de 1.000 ou 2.000 anos de ocupação, encontramos 1,80 m de sedimentos na mureta. Dentro do círculo encontramos um pacote de 50, 60 cm de profundidade. Abaixo disso ficava estéril. Como esse sítio está supostamente abandonado há mais de mil anos, era de se supor que a valeta tivesse uma estratigrafia invertida, porque ela deveria ser mais funda e ao longo do tempo o material iria escorrendo da mureta, ou seja, o mais antigo na mureta se depositaria em cima do que era mais recente na valeta. Para nossa surpresa, não era invertida!

Para o grupo de Ondemar, isso significou que o sítio ficou muito protegido pela floresta, evitando a erosão, que só teria ocorrido a partir do desflorestamento. Formou-se a convicção de que as valetas teriam sido usadas como habitação durante as friagens, que é um fenômeno climático típico do Acre em que durante o inverno – aqui chamado de verão porque não chove – a temperatura pode cair de 10 a 15 graus de uma hora para outra, durando até uma semana, no máximo, de frio.

Ocupação mais antiga ao sul

Rose Latini teve sua tese de doutorado em geoquímica aprovada pela UFF em 1998[22]. Já no ano seguinte, seu orientador, Dr. Alfredo Benido, conseguiu interessar uma nova pesquisadora para dar continuidade ao trabalho no Acre, a ser concluído naquele mesmo ano de 1999. A pesquisadora Iêda Gomes Nicoli, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), aceitou juntar-se à equipe anterior, aprofundando os estudos nos sítios Los Angeles e Ouro Branco mas ainda realizando cortes-teste no sítio Xipamanu, o maior círculo de toda a região de Xapuri, próximo à BR-317, com 350 metros de diâmetro.

Enquanto isso o professor Ondemar Dias e equipe definiram áreas de pesquisa – Xapuri, Rio Branco, Sena Madureira – a fim de estabelecer uma cronologia entre os sítios distribuídos numa vasta região, que permitisse sugerir uma rota de deslocamento dos seus antigos construtores. No ano seguinte, 2000, Iêda Nicoli viu aprovada sua tese de doutorado[23].

Descobriu-se, então, que os sítios da região de Xapuri, ao sul, são mais antigos, entre 3.000 e 1.200 AP, enquanto os da região mais ao norte, de Sena Madureira, foram datados em cerca de 1.800 AP, indicando que durante algum tempo, pelo menos, foram contemporâneos. Foi possível observar que os sítios apresentavam diferentes tipologias e ocupações, a exemplo do que o norte-americano Clark Erickson descobriu na bacia do rio Beni, na região de Llanos de Mojos, norte da Bolívia. Em 2010 tive a chance de conhecer o simpático Clark Erickson em Manaus, por ocasião do II Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica.

– Podemos falar de três grandes concentrações de sítios com estruturas de terra – insiste Marcos Vinícius em não designá-los como geoglifos, voltando ao mapa em que me sistematiza as variações encontradas. – Temos uma concentração grande entre Rio Branco e Xapuri, que é no divisor de águas entre o rio Acre, aqui você vê o rio Xipamanu e o rio Ina, que são afluentes do rio Abunã. Então nesse divisor de águas temos exatamente a estrada para Xapuri. Aqui só tem círculos, que variam de 120 a 350 metros de diâmetro, são sítios bem grandes. Subindo um pouquinho mais ao norte, região central do estado, no divisor de águas entre o rio Acre

22 LATINI, Rose Mary. *Caracterização, Análise e Datação de Cerâmicas Arqueológicas da Bacia Amazônica através de Técnicas Nucleares.* Tese de Doutorado em Geociências (Geoquímica). Universidade Federal Fluminense, 1998.

23 NICOLI, Iêda Gomes. *Estudo de Cerâmicas de Sítios Arqueológicos Circulares da Bacia Amazônica por meio de Métodos Geoquímicos: Datação e Caracterização.* Tese de Doutorado em Geociências (Geoquímica). Universidade Federal Fluminense, 2000.

O FURO[24] QUE LIGARIA OS RIOS BENI E PURUS

Marcos Vinícius faz uma pausa de historiador para me explicar a importância da ligação dos rios que vêm da Bolívia.

– O "descobridor" do Acre, Manuel Urbano [da Encarnação], veio [em 1861] para cá por ordem do governador da província do Amazonas em busca do furo que ligaria esses rios do norte da Bolívia ao rio Purus, ao rio Acre. Falava-se da existência desse furo, seria uma maneira de se contornar as cachoeiras do Madeira. Então as pessoas viriam pelo Madeira, passariam para o rio Beni, viriam pelo furo e chegariam ao Purus. Porque o Beni vem do sul da Bolívia, próximo à fronteira do Acre ele coloca água no Madre de Dios, então tem a confluência do Madre de Dios com o Beni, que vão encontrar o Abunã já próximo do Madeira. Só que o furo não existe. O [William] Chandless veio logo depois junto com o Manuel Urbano exatamente para mapear esses rios.

e o rio Iquiri, tem essa grande variação de formas, círculos, quadrados, círculos dentro de quadrados, quadrados dentro de círculos, octógonos, quadrados triplos, uma variação enorme. Aqui as datações foram mais recentes, entre 1.800 e 800 anos AP. E mais ao norte, na fronteira com o Amazonas, na região de Sena Madureira, temos o rio Purus. Encontramos outros círculos, mas esses bem menores, 50 a 70 metros de diâmetro no máximo, muito simples, com uma mureta pequena, sem valeta, e associados a sítios-cemitérios. Aqui conseguimos uma datação de 1.000 AP. Portanto, essas duas teses de doutorado puderam configurar que os sítios mais antigos estão ao sul e os mais recentes ao norte.

As tradições Quinari e Acuriá

A contiguidade da região de Llanos de Mojos, da Bolívia, levou Ondemar Dias Jr. a comparar a cerâmica daquela região com a encontrada nos sítios da região do Purus-Acre. Ele chamou de tradição Quinari.

– Já na região do Juruá ele definiu outra tradição – explica o antigo aluno de Ondemar. – É a chamada tradição Acuriá, bem diferente, policrô-

24 Segundo o Dicionário Houaiss, **furo**, na Amazônia, significa "trecho de água, em meio a arvoredos e plantas aquáticas, passível de ser navegado, pelo qual rios, ou rios e lagos, se comunicam."

cap7.indd 346 27/08/2015 15:18:15

mica. Com o avanço das pesquisas, fui encontrar os trabalhos do Erickson lá de Llanos de Mojos, que é uma região mais aberta, de campos alagados. Os grupos que moraram ali fizeram diversas estruturas de terra com diferentes finalidades, desde círculos onde havia aldeias dentro, quadrados que eram reservatórios de peixes, valas que secavam, drenavam, e possibilitavam a construção de grandes caminhos lineares, *lomas*, que são lombadas para agricultura. Então em Llanos de Mojos você tem uma grande variedade de estruturas de terra com diferentes formas e finalidades, havia uma especialização para funções diversas.

O problema é que os sítios acreanos se encontram no alto, em regiões muito bem drenadas. Mas as datações de Erickson são compatíveis com as do sul do Acre, cerca de 3.000 AP. Há 4.500 anos, segundo Donald Lathrap,



Vasos caretas da tradição Quinari, do acervo do IAB.

ELDORADO SERIA NA FRONTEIRA DA BOLÍVIA

E prossegue Marcos Vinícius:

– Os próprios cronistas incas e os espanhóis indicam a presença de um grupo muito desenvolvido na região de Mojos, que inclusive era chamado de grupo Mojos, havia o grande cacique Mojos. Teriam havido expedições incas com a tentativa de dominar esse reino do grande rei Mojos, tem toda uma historiografia em torno disso. Há também o registro das entradas dos espanhóis em busca da cidade lendária de Paititi, ou Eldorado, que ficaria em algum lugar da selva amazônica, talvez entre a Bolívia e o Brasil atuais.

já haveria a presença arawak nessa região, no caso do lado boliviano. Então eles seriam até anteriores aos construtores desses sítios.

Os refúgios de campos: lugar de encantos

O historiador ainda discorre sobre a existência de campos naturais, como na região de Boca do Acre, onde em 1917 se detectou a ocorrência dos chamados "campos Tyrene", como está indicado no mapa daquele ano de João Alberto Masô. Eram grandes áreas abertas dentro da floresta que interessavam para a criação de gado, para abastecer os seringais. E na mesma região de Boca do Acre há geoglifos e campos da natureza.

– A leste e a sul daqueles campos Tyrene encontramos os campos do Puciary, entre os campos Tyrene e o rio Acre – explica ele. – O Purus está um pouquinho ao sul daqueles campos Tyrene. E ao sul do Acre, entre o rio Acre e o rio Ina, exatamente na área de ocorrência dos geoglifos [opa! Ele deixou escapar...], há uma terceira área de campos da natureza, são os campos de Esperança.

Lembrando a teoria dos refúgios do geógrafo Ab' Saber[25], Marcos Vinícius fala da Idade do Gelo, quando a região teria sido uma grande savana com algumas manchas de floresta que seriam refúgios, durante o Pleistoceno (entre 300 mil e 12 mil anos atrás). Com o final da glaciação, a floresta voltou a se expandir e os campos se retraíram.

– O que ninguém fala é que talvez tenham ficado alguns refúgios de campos dentro dessa grande floresta, da mesma maneira como haviam ficado refúgios de floresta dentro do grande campo. É no que eu acredito. Na aldeia Apurinã de Boca do Acre, aldeia chamada Camicuã, no fundo da terra indígena tem um campo da natureza. Conversei muito com os índios que me contaram que quando você chega lá e bate com o pé no chão, dá para escutar lá longe. São lugares onde os encantos estão soltos, portanto não é uma área que o ser humano deva estar frequentando. O curioso é que os seringueiros também acreditavam que esses campos eram encantados. Eu entrevistei um seringueiro que nasceu num campo desses, sem qualquer contato com os índios, e me disse que ali não pode botar máquina, se você passar o trator no campo ele deixa de ser campo e vira floresta. Não pode mexer.

---

25 Aziz Nacib Ab'Saber (1924-2012) foi um cientista polivalente, geógrafo de formação, membro honorário da Sociedade de Arqueologia Brasileira, professor laureado nos campos das ciências da Terra, Ecologia, Humanas, referência científica de várias gerações de estudiosos.



As palmeiras, como a do babaçu, estão sempre presentes nos geoglifos, onde têm muitas utilidades, inclusive mágicas.

Marcos Vinícius se afasta

Naquele ano de 1999, Marcos Vinícius assumiu o Departamento de Patrimônio Histórico do Governo do Estado do Acre, permanecendo na função até começo de 2005. Naquele ano, também, sua esposa e ativa pesquisadora, Mauricélia de Sousa, faleceu depois de um longo e penoso tratamento. Ele não menciona o fato como motivo de seu afastamento da arqueologia, mas concretamente nessa época alterou seu foco de interesse para a história do Acre e gestão do patrimônio.

Logo em seguida, no início de 2000, o professor Alceu Ranzi conseguiu o apoio que lhe permitiu registrar e divulgar em grande escala a existência dos geoglifos, já então assim chamados. Tais sincronismos não justificam, mas em parte explicam a acidez dos comentários de Marcos Vinícius em relação ao "bando de aventureiros [que tomaram de assalto a arqueologia acreana] em busca de fama e grana, [tentando] jogar fora tudo quanto havia sido feito nessa área aqui no Acre, desde os anos 70"[26].

26 Coluna de Marcos Vinícius Neves "Miolo de Pote", Jornal Página 20, de 11.11.2012. Na verdade, ele reclama que ignoram os artigos jornalísticos que ele escreve regularmente. Mas que não são acadêmicos.

cap7.indd 349 27/08/2015 15:18:17

Não é o que parece ter acontecido no II Simpósio Internacional de Arqueologia da Amazônia Ocidental, ocorrido em junho de 2012 em Rio Branco, onde todos estiveram reunidos por um propósito comum: o avanço do conhecimento científico.

O ACRE DE CHICO MENDES

O PT chega ao poder no Acre

– Foi a descoberta dos geoglifos que nos chamou atenção para a arqueologia como um todo, a necessidade urgente que temos de entender essa ocupação pretérita para que possamos ordenar a ocupação futura – destaca a gestora pública Suely Melo. Em 2009, Suely era pesquisadora da Universidade Federal do Acre à disposição do governo do estado, onde ocupava vários cargos: assessora do então governador Binho Marques, chefe do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour e secretária adjunta de Esportes, Turismo e Lazer.

Na prática, Suely é da geração do Partido dos Trabalhadores (PT) herdeira de Chico Mendes, que chegou ao Executivo com a eleição de Jorge Viana para a prefeitura de Rio Branco em 1992 e ao governo do estado em 1998, elegendo seus sucessores. Outro companheiro de Chico, Júlio Barbosa de Aquino, foi prefeito de Xapuri por dois mandatos, de 1996 a 2004.

Raimundo Mendes de Barros é mais um seringueiro que fez carreira política, com vários mandatos como vereador. Em 1989, ele nos mostrou como se extraía a seringa, para o especial da TV Manchete de que já falei. Naquele dia, sua esposa nos serviu uma galinha caipira muito gostosa, na cozinha impecavelmente limpa, com o chão e as paredes de tábuas, sobre



Suely Melo mostra em 2009 onde seria instalado o Laboratório de Arqueologia, na sede da Fundação Elias Mansour do governo do Acre.



Imagem com Raimundo Barros no seringal, do documentário que fiz sobre a Amazônia, em 1989.

palafitas, como são as casas na floresta. Inesquecível a pimenta fresca, com cara de pimentãozinho, que eu inocentemente mordi com vontade!

Suely viria a ser Secretária de Saúde no primeiro governo Tião Viana – reeleito em 2014 – e que é irmão do ex-governador Jorge Viana, eleito senador em 2011. Em 2015, tornou-se assessora especial da vice-governadoria. Bióloga de formação, ela fez mestrado e doutorado em Campinas em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais. O nome todo é Suely de Souza Melo da Costa, mãe de quatro filhos, que participou de quase tudo importante no estado nos governos do PT. É com autoridade que afirma:

– A proposta do Chico [Mendes] de fazermos reservas extrativistas como estratégia de conservação e de desenvolvimento econômico para os povos que vivem aqui na Amazônia é uma proposta interessantíssima e viável. Eu acho que é uma das melhores estratégias de conservação da Amazônia, além do desenvolvimento da indústria biotecnológica e da venda de serviços ambientais. São os três vértices fundamentais para a preservação da Amazônia – declara Suely, antecipando as propostas que eu ouviria da geógrafa Berta Becker, com quem conversei em Teresópolis meses depois.

O Acre tem 88% de cobertura florestal intacta, apenas 12% de ação antrópica, lembra Suely. Ainda assim, foi pelo desmatamento que se revelaram os geoglifos vistos do alto. No começo dos anos 2000, Alceu Ranzi era pró-reitor de pesquisa da UFAC e Suely Melo, coordenadora de pós-graduação. Com a advertência à Eletronorte, feita por Alceu, de que a linha de transmissão de Porto Velho para Rio Branco cortaria geoglifos, a empresa contratou-o como consultor e desviou o traçado, conta Suely.

Projeto Geoglifos

– Quando ele e Denise se juntaram na pesquisa dos geoglifos, conseguimos recursos para publicar o livro deles – revela. – O professor Alceu disse, então, que a Denise tinha um projeto aprovado pelo CNPq de valor muito pequeno, R$120 mil, que só daria para fazer a identificação e o mapeamento. Conversei então com ela e achei o projeto fantástico. Levei direto ao Governador. Isso foi em 2007.

Na época, Suely estava montando a primeira exposição da Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, um projeto multimídia que me impressionou pela qualidade e facilidade de acesso para a população, inclusive à internet gratuita. Diga-se de passagem que em Rio Branco já se podia aces-

sar a internet *wifi* em plena praça pública, o que eu só tinha visto, até então, em Piraí, no interior do Rio de Janeiro. Mais tarde a biblioteca deixou de ter o nome da ministra, questionado por ser uma homenagem a pessoa viva. Ficou Biblioteca da Floresta:

– A ideia do governador era que discutíssemos dentro da biblioteca todos os temas emergentes, como o aquecimento global, e levar às crianças, ao público, essas discussões. Foi o professor Alceu quem nos ajudou em relação à megafauna. A exposição, chamada "Nossa Terra", contava desde a Pangeia [o grande continente que existiu há 200 milhões de anos] até a inversão do rio Amazonas com a ascensão da cordilheira dos Andes [há cerca de cinco milhões de anos], depois chegando aos nossos dias...

Começou ali uma parceria proveitosa com o governo do estado do Acre. Além da preservação do patrimônio arqueológico, deu-se início à mobilização pela educação patrimonial nas escolas. O laboratório do Projeto Geoglifos foi construído na própria sede do Departamento de Patrimônio Histórico, com a disponibilização das imagens de satélite utilizadas para o monitoramento ambiental. A perspectiva era identificar não só as estruturas de terra, em grande parte ainda cobertas pela floresta, mas também os sítios cerâmicos, históricos, do estado.

– Até porque o estudo dos geoglifos vai nos dar respostas interessantíssimas. Quando foi que surgiu a floresta? Foi há 13 mil anos, como se preconiza ou foi recentemente? Por que temos geoglifos com datações de 800 a 2.500 anos? Será que isso aqui foi altamente populoso e já tínhamos uma área desmatada com essas estruturas? E o que elas são? Aldeias indígenas? Locais de rituais? – entusiasma-se Suely, diante de questões parcialmente respondidas cinco anos depois.

E garante:

– O Governo [do Acre] definiu que o **desenvolvimento sustentável** é a única política. Pagamos um preço por isso, selecionamos as indústrias que queremos para o Acre, que não sejam poluentes, queremos desenvolver economicamente em bases sustentadas. De 1999 para cá, trabalhamos incansavelmente para definir uma economia limpa, para ordenar a administração pública com seriedade. Conquistamos credibilidade não só junto ao Governo Federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também junto ao Banco Mundial. Desenvolvemos excelência na captação de recursos, porque floresta, infelizmente, ainda não tem um grande valor agregado.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ELITE

Em 2002, realizou-se na USP um seminário para pensar as "Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade"[27]. Já em 1991, Walter A. Neves, então no Museu Goeldi, organizara um outro seminário que também resultou em livro[28].

A antropóloga Deborah de Magalhães Lima analisou a economia das unidades domésticas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Alto Amazonas (1991 e 1994), onde ela coordenava o grupo de pesquisas sociais. Doutora pela Universidade de Cambridge e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ela questiona a indeterminação conceitual da expressão "desenvolvimento sustentável", já que as experiências como a da Reserva Mamirauá ocorrem empiricamente, não há um modelo a ser seguido que se possa chamar sustentável.

Deborah destaca a grande variabilidade da renda entre as unidades domésticas de uma mesma comunidade, e como a organização da produção está centrada no ideal de autonomia econômica da casa. Os laços de parentesco são tão cruciais para a sobrevivência quanto os recursos naturais de que dependem.

Para ela, os projetos de desenvolvimento na Amazônia galvanizam os baixos padrões de produção e consumo das populações tradicionais. Não se questiona a desigualdade social representada pelos níveis insustentáveis de consumo de alguns segmentos sociais (a elite), bem como de sociedades inteiras (como a norte-americana). Ela conclui que o desenvolvimento sustentável se apoia na desigualdade social.

Volta à cena do crime

Na noite de 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado a tiros no quintal de sua casa, em Xapuri, com a toalha ao ombro, quando se dirigia ao banheiro, do lado de fora, para tomar banho. O líder seringueiro

---

27 ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas. Modernidade e Invisibilidade.* Centro de Documentação e Informação Polis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo: Annablume, 2006. O evento realizou-se com o apoio do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, do Instituto de Biociências e da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, com apoio ainda da FAPESP.

28 NEVES, W. A. (org.) *Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. Esgotado.



O líder dos seringueiros Chico Mendes discursa ao lado do então líder metalúrgico Lula.

dos empates, que conseguiu denunciar ao mundo a derrubada indiscriminada das matas dos seringais, tornou-se a inspiração para tentar fazer do Acre um exemplo de como viabilizar a Amazônia para seus próprios habitantes.

Dois meses depois, eu chegava a Xapuri com uma equipe da TV Manchete, para o especial “Amazônia, Paraíso em Perigo”. Lembro de ter entrevistado um padre italiano que denunciou os mandantes do assassinato, fazendeiros da fascista União Democrática Ruralista, a UDR, mancomunados com o próprio superintendente da Polícia Federal à época, Mauro Spósito. Meses depois prenderam os executores do crime, Darly Alves e seu filho, dois matadores a soldo dos poderosos.

Em 2009 voltei a Xapuri, a 175 km de Rio Branco, enquanto esperava a chegada ao estado de Alceu Ranzi. Peguei um ônibus e resolvi conhecer o Seringal Cachoeira, a primeira reserva extrativista do Acre, criada no seringal onde Chico Mendes nasceu e viveu. A cidade de Xapuri, chamada de “Princesinha do Acre”, aparentemente pouco mudou. A rodoviária está bonitinha. Tem até uma banca de artesanato, onde pude comprar, do próprio artesão, um brinco feito com escamas de peixe, que faz o maior sucesso. A casa de Chico tornou-se o Memorial Chico Mendes, mantida como era quando ele ali morava. Mais adiante tem a Fundação Chico Mendes, onde encontrei uma turma barulhenta de estudantes, que parava as brincadeiras para ouvir com respeito as explicações dos monitores sobre o famoso conterrâneo.

cap7.indd 354 27/08/2015 15:18:19

"QUERO FICAR VIVO PARA SALVAR A AMAZÔNIA"

Quatro dias antes de sua morte, o Jornal do Brasil deveria ter publicado uma entrevista com Chico Mendes, feita pelo jornalista Edilson Martins, denunciando as ameaças de morte que estava sofrendo. "Não tem gancho", justificaram a derrubada da matéria os editores do jornal, assim como o editor do caderno especial em que sairia a entrevista, Zuenir Ventura. "Ele está politizando demais a questão ambiental", alegaram os cérebros jornalísticos, sempre de olho no interesse dos patrocinadores do veículo.

Edilson fala com ironia do protagonismo assumido por Zuenir, que até ganhou um Prêmio Esso, com a série de reportagens que escreveu após o assassinato de Chico Mendes, crime esse que talvez fosse evitado ou adiado caso o sul maravilha tomasse conhecimento da gravidade das ameaças que ele sofria[29].

Pessoalmente, tenho o mesmo sentimento do Edilson em relação a 1968, "o ano que não terminou", também escrito por Zuenir. Naquela época, ele estava tomando uísque no Degrau, bar da elite intelectual carioca, no Leblon, enquanto eu e tantos outros estávamos clandestinos tentando derrubar a ditadura – não importa se de forma equivocada – mas arriscando nossas vidas. Enfim, cá estamos, podendo contar essa história.



Os estudantes de Xapuri visitam o Memorial Chico Mendes, na casa em que morou o seringueiro.

29 http://coletivocarranca.cc/chico-mendes-sua-morte-e-midia/

– Depois que o Chico morreu, começou uma pressão internacional muito grande, sobre o governo brasileiro, para salvar a floresta – conta Clênio Jorge Monteiro, geólogo trabalhando de assessor de projetos da Fundação, que foi aluno de Alceu Ranzi. – O povo do Acre começou a entender que só ia conseguir salvar a floresta, manter a floresta em pé, se realmente conseguisse sobreviver com as coisas, os produtos que havia na floresta. Se conseguisse agregar valor a esses produtos, poderia impedir a invasão da floresta.

Melhorias polêmicas

Nesses vinte anos, mudou bem mais que a autoestima dos acreanos:

– A minha cunhada, irmã do meu marido, que veio lá do seringal com 18 anos, diz que a melhor coisa que aconteceu na vida dela, que ela não esquece nunca, foi quando ela tocou num interruptor e viu a luz acender sem ela precisar colocar querosene numa lamparina e fazer um fogo para acender – conta Suely Melo, exemplificando a revolução na qualidade de vida dos seringueiros/castanheiros do estado. – Outra coisa que ela achou maravilhosa foi poder mexer numa torneira e tomar banho sem precisar andar 20 minutos, ir lá dentro do rio, pegar uma lata d'água, subir com ela na cabeça para colocar num cantinho reservado e poder tomar um banho. Só quem vive lá é que sabe dessas coisas.

Mesmo com os revezes, todas as cooperativas e reservas extrativistas tiveram acesso a esses recursos, o que permitiu uma ampliação de conhecimento e perspectiva de mundo para essas populações, até então isoladas a maior parte do ano.

Em 2009, pelo menos 300 famílias de seringueiros já tinham recebido do governo federal os fogões ecológicos, uma invenção do engenheiro brasileiro Ronaldo Sato, premiada em 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O chamado "geralux" é um fogão a lenha que não só retém a fuligem, como permite a transformação da energia gerada pelo calor em eletricidade, armazenada numa bateria. Segundo o seu inventor, a energia gerada, em média, para cozinhar durante um dia, é suficiente para alimentar 3 lâmpadas de led por 6 horas, um rádio por 4 horas, uma tevê de 14 polegadas e um receptor de sinal parabólico por 3 horas, e um refrigerador por 24 horas. Em 2011, o governo federal pretendia expandir a distribuição dos fogões para 25 mil famílias, através do programa Luz para Todos.

GERALUX VIRA GALINHEIRO

Um ano depois da ampla distribuição dos geralux, constatou-se que o funcionamento não era o esperado e que os fogões, abandonados, passaram a servir para choco de galinha.

O governo abraçou então a alternativa do motogerador VSE a etanol, ao custo de R$ 270 mil a unidade, que poderia abastecer uma vila de 380 famílias a partir de um motor central. Pela evidente dificuldade de gerar etanol a partir da cana-de-açúcar no Acre, os idealizadores da implantação desse projeto da Vale, em parceria com o BNDES, sugeriram a queima da mandioca.

Logo à primeira vista me chama atenção que essa máquina só sirva para uma comunidade concentrada em torno dela, o que não existe nos seringais isolados, justamente o público-alvo no interior do Acre.

Em segundo lugar, registremos, como o fez o jornalista acreano Luciano Tavares, que foi uma máquina dessas que iniciou o catastrófico incêndio na Base Antártica Comandante Ferraz, em fevereiro de 2012, meses depois da sua instalação[30].

Camisinha Ecológica

Em 2008, foi criada em Xapuri a NATEX, a primeira fábrica de preservativos do mundo que trabalha com látex nativo. A compra direta da matéria-prima, a borracha, de cerca de 700 famílias – já havia 2.500 famílias cadastradas – permitiu a certeza do escoamento da produção e a agregação de valor ao produto extraído no próprio estado, inicialmente 500 toneladas de látex líquido por ano. A fábrica é uma iniciativa da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), em parceria com a FIOCRUZ, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Ministério da Saúde. Toda a produção do Brasil – de cinco fábricas, então de 500 mil camisinhas por ano – era absorvida no programa do Ministério de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, as DST's. Naturalmente essa era apenas uma fração da quantidade necessária, que precisava também ser importada.

Em 2015, a NATEX festejou a expedição de 30 milhões de preservativos para o fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de toda a região

30 http://www.ac24horas.com/2012/07/25/depois-de-fracasso-com-fogao-gerador-de-energia-governo-deve-apostar-em-projeto-milionario-de-motogerador-vse--fabricado-pela-vale-do-rio-doce/

Norte, Nordeste, mais Mato Grosso e Brasília. Estava previsto o fornecimento de mais 100 milhões de camisinhas ao longo do ano. Até o final de 2016, a fábrica pretendia duplicar a capacidade de produção, atingindo 200 milhões de preservativos por ano.

Segundo a coordenadora do laboratório da FUNTAC, a farmacêutica e doutora em Biotecnologia Silvia Basso, estavam para implantar a utilização de um lubrificante à base de óleos vegetais nativos, como os das palmeiras buriti e açaí, e outras plantas oleaginosas, a exemplo da castanha e do cupuaçu. O próximo passo, segundo Silvia Basso declarou em abril de 2014[31], seria a utilização nas camisinhas de um "retardante" do orgasmo, com princípio ativo também da floresta amazônica.

Na Pousada Xapuri, de paredes de tábuas – diária individual a 40 reais, em 2009 – conheci um jornalista norte-americano, o Gary, do famoso guia Lonely Planet, que queria conhecer as mesmas coisas que eu. Dividimos um táxi, na verdade o carro do Josué, e lá fomos até a NATEX, que depois virou mesmo atração turística, os visitantes querendo conhecer a única fábrica ecológica de camisinhas do mundo. Fomos muito bem recebidos pelo gerente geral, Dirlei Bersch, que nos deu todas as informações que pedimos, mas não nos permitiu visitar a fábrica. Quase a totalidade dos 170 trabalhadores é de xapurienses. Em 2014 houve uma intimação da Justiça do Trabalho, acusando os patrões de situação irregular dos funcionários. O governo respondeu que eles são terceirizados pela FUNTAC, a fundação empregadora, e que a fábrica não tem fins lucrativos.

– A extração do látex é diferente, vamos dizer assim, da extração da borracha – explicou-nos o gerente Dirlei. – A técnica do corte da árvore é a mesma. Mas a borracha para a fabricação de pneus, por exemplo, não tem a exigência do nível de pureza que nós temos aqui. Então o governo doou às famílias o kit de extração – mostra ele, exibindo um documento ilustrado. – Esse material aqui, a bica [que é colocada na extremidade do corte, por onde escorre a seiva], a cuia que é utilizada [presa à bica, para colher o material], tudo tem que ser em aço galvanizado. O seringueiro limpa o corte na árvore e o interior da cuia, não pode ter sujeira dentro[32].

O período de coleta do látex, a safra, é de abril a outubro, no máximo novembro, o "verão", quando, em princípio, não chove. No período de

31 http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/acre-deve-produzir-preservativo-com-lubrificante-base-de-oleo-vegetal.html

32 O resto seco de látex da seringueira que fica preso na árvore ou na tigela chama-se sernambi, e é usado como combustível para acender o fogo, conforme aprendi no Museu de Historia Natural Pedro Villa-Lobos, em Cobija, na Bolívia.

chuva, o seringueiro passa à coleta da castanha. Nos seringais próximos à fábrica, como o Cachoeira, as famílias estavam recebendo de 1.500 a 2 mil reais por mês. Estima-se que na região há cerca de 3.000 famílias vivendo da seringa e da castanha.

Outros beneficiamentos nos seringais

– Há outros empreendimentos no Acre com alto valor agregado, como em Assis Brasil, com a produção de FDL, a Folha Defumada Líquida – revela Dirlei Bersch. – Eles produzem essa manta de borracha superior e exportam diretamente para a França, onde a empresa Veja produz a sola dos tênis que são vendidos na Europa e no Japão, os tênis ecológicos, muito valorizados.

Em 2013 foi renovado o contrato entre a empresa Veja e 64 unidades produtoras ao longo do Seringal Icuriá, através do governo do Acre. O beneficiamento da borracha pode ser feito em pequenas unidades dentro da própria floresta, em que participam mulheres e adolescentes. É feita a higienização, a coagulação, a calandragem (prensagem na calandra) e a secagem, com uma tecnologia desenvolvida pela Universidade de Brasília. Abrange seringais de Assis Brasil, Feijó e Tarauacá, que produzem 5 toneladas de FDL por ano.

Mais um produto local que passou a ter valor agregado é a castanha-do-brasil, até recentemente conhecida como castanha-do--pará, produzida principalmente no Acre, mas que até anos atrás era beneficiada quase que exclusivamente no estado do Pará. Hoje há três indústrias – em Rio Branco, Xapuri e Brasileia – que beneficiam 2 mil toneladas por ano de várias cooperativas, organizadas numa espécie de central, a Cooperacre, reunindo cerca de mil extrativistas. Uma das indústrias beneficiadoras é a Miragina Biscoitos, em Rio Branco.

Seringal do Chico Mendes

Saímos da Fábrica Natex e nosso motorista Josué nos levou até o Seringal Cachoeira, a 32 km do centro de Xapuri. Tudo muito rústico e agradável. É a sede do Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, onde funciona a Pousada Ecológica Seringal Cachoeira. Logo em frente à pousada havia uma área isolada, por causa de uma castanheira gigantesca e carregada, que poderia machucar alguém, se um ouriço de castanha caísse

cap7.indd 359 27/08/2015 15:18:22



Essa gigantesca árvore samaúma fica no Seringal Cachoeira, onde Chico Mendes criou a forma de luta do empate para proteger a floresta.

lá de cima direto na cabeça de quem estivesse passando...[33] O visitante pode se hospedar em grandes dormitórios, mais simples, ou em chalés isolados, bem charmosos, todos no meio da floresta. Há trilhas com diferentes níveis de dificuldade, muito bem sinalizadas e com guias. As refeições são num grande ambiente coletivo, no estilo amazônico, em que as laterais são varandas abertas e o piso fica suspenso, longe do chão.

A um canto, pudemos conhecer o fogão ecológico, que estava sendo instalado. Cleiber de Sousa Silva foi nosso explicador:

– Esse fogão existe porque na casa do seringueiro o que se usa pra cozinhar é a lenha, da mata, que todo mundo queima. Aí pega uma panela, dessas comuns de casa, bota sobre a chapa aquecida e, quando ela ferve, está no ponto de dar a partida pra gerar a energia. Quando aquece mais, espera subir a pressão até 2 kg, que indica aqui no ponteiro, aí ó, dá uma ajudinha com a mão aqui... bombeia... e ele vai começar a tocar sozinho

33 Segundo explica Eduardo Neves, no artigo para a National Geographic Brasil edição 122, de maio de 2010, só duas espécies difundem as castanheiras: a cotia e o *Homo sapiens*. Como a maioria das castanheiras é geneticamente semelhante, calcula-se que sua dispersão não deve ter mais de 2.000 anos, o que aumenta a chance de terem sido plantadas.

cap7.indd 360 27/08/2015 15:18:22

gerando vapor, gerando energia pra carregar a bateria que fica nessa caixa. Esse aqui é mesmo uma unidade doméstica, estamos instalando aqui junto com essas lâmpadas – mostra ele.

O gerente da pousada, Glaiton José de Souza Xavier, nascido e criado no Seringal Cachoeira, fala do modelo do empreendimento:

– A administração daqui é uma PPC: pública, privada e comunitária. Pelo governo é a Secretaria de Turismo, a parte privada são as agências de turismo e a comunitária é a nossa associação – conta ele. – Todo o dinheiro que os turistas deixam aqui é distribuído da seguinte forma: paga cozinheira, camareira, os guias, que no caso são os condutores. A gente compra arroz, feijão, peixe, galinha, carne, verduras e frutas. Dessa forma o dinheiro é distribuído para não ir para fora de Cachoeira – diz com visível orgulho.

Junto com Glaiton está Rita, que normalmente trabalha em Rio Branco, mas veio para um evento no Seringal. Ela é da Secretaria de Turismo e de lá cuida das reservas para os hóspedes. Rita comenta que vários parentes de Chico Mendes continuam a morar no seringal, tios, primos.

– Naquela curva que você entrou quando veio pra cá, foi ali o primeiro empate, tem até a foto, todos se uniram para proibir a entrada “deles” aqui, empataram a passagem pra não deixar ninguém passar – conta Rita, referindo-se aos capangas do fazendeiro que resolveu expulsar os seringueiros e castanheiros das suas colocações, como chamam as trilhas de cada um na mata. Quem não queria sair, mandava matar. Desde o primeiro empate até matarem o Chico, foram cerca de dez anos em que ele se tornou sindicalista, elegeu-se vereador, deu visibilidade até internacional à luta dos seringueiros, tornando-se o primeiro brasileiro a ganhar o Prêmio Global 500, em 1987, pela preservação do meio ambiente.

Pioneirismo do Seringal Cachoeira

– O Seringal Cachoeira foi onde começamos o manejo florestal, um exemplo para o mundo – explica Suely Melo sobre mais essa ação do governo visando a sustentabilidade. – A certificação da madeira leva o valor lá para cima, porque é madeira remanejada, tirada de área de manejo. O sistema de manejo é acompanhado, monitorado por várias instituições ambientais, com selos, então isso agrega todos os valores. Nós estamos agora tentando montar uma usina de etanol para ficarmos autossustentáveis em álcool. É polêmico? É. Por que não entrou em funcionamento

até hoje? Porque estamos trabalhando no licenciamento e definindo num estudo quais são as áreas onde vamos fazer a monocultura, que são as áreas de pasto. Nós não vamos derrubar uma árvore para plantar cana.

Apesar da incredulidade geral quanto à eficácia do manejo florestal, pela dificuldade de fiscalização numa região das dimensões da Amazônia, Suely Melo se empolga ao explicar os sistemas agroflorestais, com a criação de polos consorciando várias espécies, desde espécies madeireiras às frutíferas e forrageiras. "Com a criação de ramais – pequenas estradas secundárias – estimula-se a formação desses polos e se criam condições para o escoamento da produção", garante ela.

Geoglifos e a nova cara do Acre

– Costumo dizer que estamos fazendo a segunda revolução acreana! Nós mudamos a cara do Acre em dez anos. E para garantir a sustentabilidade, precisamos conhecer nosso passado. Estamos investindo pesado nos estudos dos geoglifos e consideramos que têm um potencial turístico enorme. Estamos agora fazendo o projeto para a construção de uma torre de 25 metros de altura junto ao geoglifo do Jacó Sá, vamos fazer um auditório para levar escolas e visitantes em geral. Essa torre vai permitir que as pessoas lá de cima conheçam o que são os geoglifos. Sabemos que não poderemos preservar 100% dos geoglifos, mas queremos identificar, classificar e criar zonas de amortecimento de um quilômetro à volta até, pelo menos, a conclusão dos estudos.

Como já destacamos, as estradas de ontem são como as estradas de hoje, ficam em geral nos interflúvios. Por isso são tantos os geoglifos cortados por estradas modernas. E eles são centenas.

Em agosto de 2013 a arqueóloga Eliany Salvaroli La Salvia concluiu o estudo de impacto da construção da torre-mirante no patrimônio arqueológico do Sítio AC-IQ-14:Jacó Sá, localizado no Km 40 da estrada de Boca do Acre para Rio Branco. Segundo Eliany, o lugar previsto para a construção não irá prejudicar o geoglifo, já que poucos vestígios foram encontrados nas prospecções. Conheci de nome a arqueóloga La Salvia, que fez sua tese de doutorado sobre a Toca do Antonião, sítio cárstico na região da Serra da Capivara, no Piauí, assunto do meu livro sobre o trabalho da arqueóloga Niède Guidon. Uma vez atendida a exigência do IPHAN, o governo iria fazer nova licitação para a construção da torre. Desde meados de 2012, no entanto, é possível observar os geoglifos do alto graças aos voos de balão, única iniciativa turística do gênero existente na região amazônica.

A VISITA AOS GEOGLIFOS

Fazenda JK

Em 30 de outubro de 2009 tive a oportunidade de acompanhar a primeira visita do recém-empossado superintendente do IPHAN no Acre, Henrique Pozzi, a alguns dos famosos geoglifos. Na caminhonete da Fundação Elias Mansour pilotada pelo Mário Lúcio, chegamos à Fazenda JK, a pouco mais de 100 km de Rio Branco, no ramal Granada, roteiro escolhido por Antonia Damasceno:

– Esse é o sítio JK, um quadrado duplo com uma saída, uma valeta em linha reta que ultrapassa o ramal, vai até a mata, chegando à água mais próxima. Tem cerca de 500 metros até a fonte de água na mata. A maior parte desse quadrado duplo está dentro da mata e, como vocês podem ver, a valeta é bastante profunda.

Antonia explica que o proprietário, João Élcio Salvador, não quis derrubar a mata, achou que era uma trincheira da revolução acreana. Percorremos uma parte do interior dos dois quadrados, de ângulos meio abaulados. O lado tem 230 metros, conta Antonia, e ali onde estamos a fundura da "trincheira" é de cerca de 5 metros. A geóloga Alana Maia, que trabalha na equipe de mapeamento dos geoglifos, comenta como o desenho é perfeito quando visto de cima ou com a ajuda do GPS.

– Essa valeta é onde dava acesso para eles irem na água – comenta seu João. – Porque isso é sempre perto de nascente, né, Antonio? – pergunta ao empregado. – Os que eu tenho visto até hoje sempre é perto de água.

Antonia informa que se trabalhava com a hipótese de que pelo menos alguns dos geoglifos seriam cemitérios, referindo-se a montículos existentes dentro e fora das formas geométricas:

– Em alguns lugares encontramos esses montículos espalhados por todo lado, dentro e fora das estruturas. Um proprietário escavou num deles para plantar amendoim e encontrou fragmentos de cerâmica decorados em profusão. Em outros sítios, não há qualquer vestígio cerâmico na superfície. Aqui no quadrado seu João encontrou machadinho, pão de índio, aquele machadinho que o senhor não quer me dar, né, seu João? – pergunta Antonia, com malícia.

Ela explica que o pão de índio era feito de mandioca assada no forno e enterrado ao longo do caminho. Na volta, eles já tinham garantido o que comer. Até hoje se encontram essas bolas de macaxeira que são pretas por

fora e brancas por dentro. “Dizem que é muito bom para limpar espingarda”, esclarece.

A hipótese mais difundida sobre os geoglifos seria, até então, o seu objetivo como defesa. As partes baixas serviriam de moradia e para a criação, controlando a entrada de intrusos. Quando há mais de uma forma, elas são interligadas, e sempre há o caminho para a água. Geralmente a parte de dentro é mais baixa, a exceção é a Fazenda Crixá. Segundo Antonia, é um geoglifo ovalado. Num outro caso, o da Fazenda Campo Verde, o morador resolveu fazer a própria casa no centro do quadrado de 65 metros de lado, que ficou contornada pela valeta com dois metros de profundidade.

Alana nem gosta de lembrar quando descobriu uma urna funerária, nada menos que caindo dentro dela:

– Foi lá em Sena Madureira, a Denise Schaan passou 30 dias direto escavando aqui no Acre. Fomos nesse sítio muito bonito, do seu Lino, que já morreu. Sabíamos que era um cemitério, alguém tinha dito, então estava todo mundo procurando no pasto. Simplesmente o chão cedeu e eu caí dentro da urna! Como não encontramos nada dentro, achamos que moradores tinham retirado o conteúdo, não tinha nem terra. Eles não quiseram contar, mas muita gente achava que os seringueiros tinham enterrado ouro em potes de cerâmica. Nesse caso, não era um geoglifo, era um sítio cerâmico, possivelmente uma antiga aldeia.

Chama o gerente

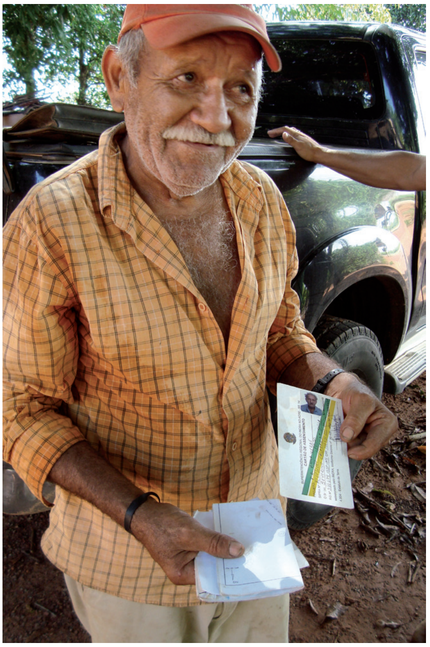
No dia seguinte pegamos a estrada de Rio Branco para Boca do Acre. A apenas 20 km da capital, está o sítio já classificado AC-RB-25: Severino Calazans, que é o nome do dono. Foi localizado em 2001 num voo de helicóptero por Alceu Ranzi, que participou em junho-julho de 2007 do seu mapeamento e escavação, ao lado de Martti Pärssinen, Denise Schaan e Sanna Saunaluoma. É um quadrado cortado pela BR-317, confirmando que as atuais estradas, como os geoglifos, se situam nos interflúvios.

Severino Calazans conta como foi:

– Esse pessoal sempre vem aí pra ver o geoglifo, eu conheci eles em 1992. Primeiro apareceu aquele menino, o Jacó Piccoli, um professor da universidade. Mas ele só passou, viu uma coisa e outra e aí veio o professor Alceu Ranzi, que é o gerente geral do geoglifo! Ele “veve” em Santa Catarina mas sempre faz palestra, dá aula, um homem muito prestativo, sabe?

Seu Severino serviu o Exército e disse que logo de cara descartou a ideia de serem trincheiras militares:

– Trincheira de quartel tem mais ou menos 80 [cm] de largura por 1,20 [m] de alto, porque tem muito soldado gordão, se for muito larga ele não tem proteção. O geoglifo é bem maior, agora ele está raso, mas tem lugar com mais de 1,5 metro. Só que não junta água de jeito nenhum – garante seu Severino. Os arqueólogos confirmariam depois que havia um perfeito sistema de drenagem nas "trincheiras" dos geoglifos.



Severino Calazans da Silva me mostra o cartão de assentamento do INCRA no geoglifo a que deu nome.

Depois que eu insisti muito, ele revelou o que acreditava ser a razão da construção dos geoglifos:

– Teve aquele que andava nas Américas, o Cristóvão Colombo, daí tem uma trilha dele, andava com uma tribo de índios...

Bem, certamente Colombo nada teve a ver com isso, mas quem sabe são rotas míticas, como acredita seu Severino.

A equipe "dez"

Hoje Antonia não pôde vir, quem nos acompanha, além de Alana, é o estudante de geografia Edgar Afonso Casagrande, que trabalha como voluntário no projeto de pesquisa. Pergunto o que ele acha mais impressionante nos geoglifos:

– O que mais me chama atenção é o tamanho e a forma precisa, foi um trabalho muito grande sobretudo porque não existiam máquinas, certamente precisou de um grupo muito grande de humanos organizados, talvez trabalho manual, não sei.

Interessante que o grupo de pesquisadores é bem variado, há diferentes convicções pessoais e várias religiões, mas todos trabalham dentro da metodologia científica conduzida por Denise. Rachel Frota Rodrigues esta-

cap7.indd 365 27/08/2015 15:18:24

va terminando Ciências Sociais em 2009, além de cursar História. Depois de ouvir falar dos geoglifos numa palestra de Alceu Ranzi, ela fez o curso de extensão de arqueologia com Denise, em 2007, e teve a primeira experiência de escavação aqui no Sítio Severino Calazans. Na época, em parceria com os finlandeses, foi feita a tradagem e encontraram carvão, aquele fragmento que foi datado na Finlândia e deu toda aquela confusão que Alceu Ranzi contou. Acharam também alguns poucos cacos de cerâmica.

– Desse lado é o município de Rio Branco, desse outro é Senador Guiomard – explica Rachel. – Esse geoglifo corta três propriedades: a do seu Severino Calazans, ali a do seu Severino Batista e aquela lá do seu Marivaldo. Hoje possivelmente a estrada seria desviada – considera a confiante Rachel.

É com saudade que ela conta sobre a escavação seguinte, no sítio AC-IQ-14: Jacó Sá, no município de Rio Branco. Mais um que foi observado por Alceu Ranzi, em 08/04/2000, de avião, visitado em 24/07/2002 por Alceu e os finlandeses. É um quadrado simples mais um quadrado com um círculo dentro, este com um diâmetro de 100 metros, com caminhos ligando os dois. O lugar se chama Colônia Bom Começo e fica à margem esquerda da BR-317.

– Achamos muita coisa, passamos um mês trabalhando lá, foi bem legal. O engraçado é que o pessoal tinha feito uma espécie de cabaninha para nos proteger do sol durante a escavação. Estavam lá o seu João, do sítio JK, o Clô [?], mais a Jane [Coelho], que deve ter terminado a pós-graduação no Rio, e o Rodrigo [que na verdade se chama Oselino], esses dois da UFAC. E tinha a Ivandra e a Vera também, que já eram formadas em História. Foi uma equipe muito dez. Aí a gente chegava no outro dia e a cabaninha estava toda dentro do buraco, com as vacas tendo cagado a palha toda da cobertura... Era “lindo” ter que limpar a bosta da vaca para depois escavar...

O Soldado da Borracha

Jacob Sá de Queiroz chegou nesse sítio em 1955, era tudo mata fechada, diz ele, que conta ter derrubado no machado mais de 50 hectares de mata, não tinha motosserra. Só depois é que queimava. “Naquele tempo ninguém aproveitava nada não, só o leite da seringa e a castanha”. Seu Jacó Sá foi um Soldado da Borracha, como atesta um diploma emoldurado na parede da sala. Ele chegou ao Acre em 1943, vindo do Ceará, no esforço de guerra para abastecer os EUA de borracha. “Os que vinham pra cá não

cap7.indd 366 27/08/2015 15:18:24





Em 2009, seu Jacob mantinha a foto dele com a mulher, como Soldado da Borracha, fardado, na parede da sala.

precisavam ir pra guerra. Nós podia ir pra guerra se faltasse soldado lá. Daqui nós ia. Nós vinha pra cá pra cortar seringa, por isso que chama soldado da borracha." Ele diz que nunca derrubou castanheira, "a gente se alimentava com ela".

– Eu era seringueiro, nós cortava a seringa, fazia a borracha e entregava pro barracão, pro patrão. Daí o patrão fazia o roubo dele, tirava o tanto que queria e o resto era do seringueiro... Tinha muita seringueira! Porque quando chegaram os fazendeiros do sul, eles foram vendendo as terras e acabando com tudo. Não plantavam nada, só capim.

– E quando reparou nos geoglifos?

– Eu só percebi quando derrubei a mata. Antes eu via e achava que era obra da natureza. Mas depois que eu derrubei e queimei vi que era coisa feita a braço, manual, mas ninguém sabe quem foi, era muito antigo. Essas valetas aí, quando eu descobri, dava assim uns 2 metros de fundura. Só que nunca entrou água dentro, pode chover o dia todinho que não junta água lá, quando termina tá enxutinho – confirma seu Jacó a opinião de seu Severino.

Ele até tentou plantar melancia na valeta. E revela:

– Agora o que tem é que quando dá uma chuva grossa e a gente está em cima da parte alta, no contorno, sai uma zoada de dentro da terra parecendo que o som quer subir. Eu contei pro Alceu e ele não me respondeu nada...

Seu Jacó estava com 93 anos incompletos e se dizia "um abestado". De abestado não tinha nada. A esposa, dona Albertina, é do Amazonas. Seu Jacó garante que foi o pai dela que cortou a corrente lá de Porto do Acre:

– Foi ele que cortou a corrente que tinha no Porto do Acre pra não subir navio pra cá, é aquela que tá lá na frente do palácio. Da corrente pra

cá era a antiga Bolívia. O nome dele era José Ferreira Barros. Depois que cortou a corrente, o fogo comeu aí. Dum lado pro outro. Brasileiro atirava de lá pra cá e boliviano daqui pra lá.

– Seu pai era soldado, dona Albertina?

– Ele era seringueiro. Os patrão tirava tantos homens do seringal pra mandar pra lá. Se aquele morresse ia outro. Assim que todos patrão fazia.

Quando reencontrei Denise Schaan em Santarém, em setembro de 2014, soube que seu Jacó tinha falecido no ano anterior. "Agora queremos escavar sítios fora dos geoglifos", revelou-me ela, certamente para entender como moravam os seus antigos construtores.

A BOLÍVIA DE EVO MORALES

As Guerras da Água e do Gás

Resolvi esticar meu passeio até Brasileia, vizinha a Epitaciolândia e às margens do rio Acre, que divide nesse ponto a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, com a cidade de Cobija do outro lado, capital do departamento de Pando. As terras baixas bolivianas, ou seja, todas as que não são andinas, representam 70 por cento do território do país, incluindo os departamentos Beni, Santa Cruz, Pando, Tarija, parte de La Paz e Cochabamba. Pode-se atravessar a ponte a pé, o que é rotineiramente feito pelos moradores dos dois lados. Cobija, do lado boliviano, é zona franca, o que atrai muitos brasileiros para compras, sobretudo de eletrônicos.

Nos últimos anos, haitianos e imigrantes de outros países pobres, como Bangladesh e os da África Ocidental, passaram a usar essa fronteira atraídos pela chance de trabalho no Brasil. Para alguém, como eu, que fui refugiada política em países da América Latina e Europa, fico muito feliz que o Brasil possa retribuir esse dever de solidariedade, inclusive fornecendo documentação e ajuda inicial aos estrangeiros pobres, ainda que nem sempre de forma organizada.

Desde os anos 1990 recrudesceu a luta pela terra dos povos indígenas das terras baixas bolivianas, culminando em 1999 e 2000 com a Guerra da Água, ameaçada de privatização. Em 2003 foi a Guerra do Gás, em protesto contra a exportação do gás para o Chile em condições inaceitáveis. Tudo isso foi decisivo em 2005 para a eleição do primeiro indígena para presidente da República, em primeiro turno, com quase 54 por cento dos votos, ainda que o líder *cocalero* Evo Morales não fosse das terras baixas, mas

das encostas dos Andes, onde dá a coca. Uma das primeiras medidas foi a estatização do petróleo, que atingiu diretamente a Petrobras. Apesar disso, o interesse brasileiro pelo petróleo e pelo gás boliviano contornou a crise e a Petrobras se manteve como pagadora de 70 por cento dos impostos daquele país. Em 2009 foi aprovada a nova Constituição Política do Estado. Em 2010 Morales se reelegeu e fundou o Estado Plurinacional da Bolívia. Nada menos que 36 nações e povos indígenas são originários de quase 70 por cento da população boliviana.

Interesses indígenas subordinados ao chamado progresso

Infelizmente, como se diz na Bolívia, "*otra cosa es con guitarra*", ou seja, cantar sem acompanhamento é bem diferente, fica difícil manter a afinação entre o discurso e a prática. Em nome do desenvolvimento e da construção de infraestrutura, o BNDES brasileiro aprovou o financiamento da estrada de Villa Tunari a San Ignacio de Mojos, com 306 km cruzando as terras baixas, a ser construída pela empreiteira brasileira **OAS**, o que, na verdade, era um corredor de exportação para o mercado asiático, apesar da evidente vocação hidroviária e aérea da região, como em toda a Amazônia. Em 2008 foi assinado o contrato, rescindido em 2012. Depois da primeira grande marcha de 1990, "*Por el territorio y la dignidad de los pueblos indígenas del Beni*", ocorreram assim as Marchas Indígenas de 2002, 2004 e, já nos governos Morales, as de 2006, 2007, 2010, 2011, 2012... Em 2014, o presidente reelegeu-se por maioria esmagadora ainda no primeiro turno das eleições.

Segundo a cientista social brasileira Renata Albuquerque de Moraes, da Universidade de Brasília[34], apesar do marco que representa na história jurídica internacional a regulamentação dos direitos dos povos indígenas, consolidada na Constituição de 2009 boliviana, o "Estado Plurinacional" integra a Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana – IIRSA. Isso significa que, junto com o Brasil, no caso, "devem ser privilegiados projetos e políticas que deverão consolidar e promover mudanças substantivas na forma de ocupação do espaço territorial brasileiro e sul-americano, particularmente da Amazônia continental, e no uso dos recursos naturais aí existentes".

Podemos constatar que é o mesmo drama das hidrelétricas no sul da Amazônia. "*Cuando dejemos morir el bosque, las palavras perderán el*

34 ALBUQUERQUE DE MORAES, Renata. "Desenvolvimento e *Vivir Bien*. O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure - Bolívia". Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, ICS/UNB - PPG/CEPPAC. 2014.

cap7.indd 369 27/08/2015 15:18:26

OAS DESPENCA COM OPERAÇÃO POLICIAL LAVA JATO

Em março de 2014 a Polícia Federal deflagrou uma investigação sobre lavagem de dinheiro ilegal, assim chamada por utilizar lavanderias e postos de gasolina. A operação tornou-se a maior investigação sobre corrupção que já houve no Brasil, ao relacionar quadrilhas de doleiros a executivos de empreiteiras e de estatais, a começar pela Petrobras, além de políticos de vários partidos.

Diga-se de passagem que não é novidade para as pessoas bem informadas que o dinheiro sujo do tráfico de drogas e do contrabando de armas é lavado nos mesmos paraísos fiscais dos políticos e empresários corruptos, cada vez mais globalizando as finanças de todas as formas do crime organizado. A novidade é formalizar uma investigação sobre a institucionalização da corrupção.

A OAS foi uma das oito empreiteiras cujos dirigentes foram denunciados pelo Ministério Público Federal por participarem em cartel que fraudava licitações e contratos da Petrobras. Apesar de não ter sido preso, o sócio majoritário da OAS, César Mata Pires, viu sua fortuna despencar de US$ 7 bilhões para menos de US$ 1 bilhão. Até então, a empreiteira tinha gordos contratos para fornecimento de navios-sondas, construção de refinarias, como a Abreu e Lima, rodovias e outras grandes obras mundo afora, inclusive na Bolívia, como vimos.

sentido", dizia um cartaz da Universidad Amazónica de Pando no Museu de Historia Natural Pedro Villa-Lobos, em Puerto Cobija. Descubro que Cobija é chamada também de Puerto Cobija por ser o nome do antigo porto boliviano no Pacífico, que o país perdeu para o Peru. Cobija significa abrigo. O auge da cidade foi na década de 1940, quando houve uma retomada da exploração da borracha por causa da guerra.

Povos das terras altas e baixas

Conheci nessa ocasião o professor-pesquisador Alfredo Aparicio, que trabalha no museu e pesquisa por conta própria há cerca de 15 anos. Ele explana todo feliz seus conhecimentos sobre características geológicas dessa região fronteiriça ao Brasil, no norte da Bolívia, uma franja do escudo brasileiro, onde há muitos afloramentos de pedras preciosas, particularmente esmeraldas, ao lado de alguma incidência de obsidiana, uma pedra muito utilizada em ferramentas líticas de algumas culturas.

A meu pedido, ele começa a falar das diferenças entre os povos das terras altas e baixas na Bolívia. Segundo o professor, todos os das terras baixas compartilham uma série de costumes e traços de cultura material, como a cerâmica, os tecidos, os talhados em madeira, o uso de arco e flecha e, eventualmente, lança para pescar (mais ao sul), e para caçar animais maiores (mais ao norte), como a paca, a anta, o jacaré.

Chegaram a proibir a pesca do jacaré por causa do risco de extinção. Em 2012, foi feito um detalhado plano-piloto do Ministério de Meio Ambiente e Água para o manejo comunitário do jacaré, de forma a beneficiar a exploração artesanal da carne e do couro, assim como o seu beneficiamento, com parâmetros de qualidade. A quantidade de centrais indígenas envolvidas na discussão é impressionante, dá para imaginar as dificuldades para implementar qualquer novo projeto nesse Estado plurinacional.

O professor me mostra, no museu, diferentes tipos de flecha para a pesca. Quanto à cerâmica, utilizada em utensílios, ela não é de boa qualidade, segundo o professor.

Chacobo e Pacauara vão acabar sem se unir

Alfredo Aparicio me relata um episódio de choque cultural entre povos indígenas, que coloca a sobrevivência de ambos em risco:

– Estamos agora estudando os Acauara, são um povo do grupo Pano que está praticamente extinto. Temos contato com um grupo de 9 pessoas que na década de 1970 foi transladado para outro local, perto dos Chacobo, que já viviam nas cabeceiras do rio Ibon, no departamento de Beni. O grupo de linguistas que os levou tinha esperança de que eles se integrassem e assim se salvassem. Mas não foi isso o que ocorreu, sobraram apenas irmãos entre si. Ano passado [em 2008] houve uma tentativa de aproximar os Chacobo das mulheres Pacauara. Impossível: os Chacobo acham as Pacauara horrorosas, sujas, feias. [Parece que têm um nariz bem característico, achatado.] E as mulheres Pacauara acham os homens Chacobo frouxos (*flojos*)... Não teve jeito. Estão praticamente extintos os dois. Há outro pequeno grupo, de 7 pessoas, na fronteira do Brasil, onde o rio Abunã desagua no Madeira. Mas é numa área que deram em concessão a uma madeireira brasileira, eles estão saindo do seu território... Não há crianças nesse grupo.

Pergunto se o governo não faz demarcação das terras indígenas. Sim, há as TCO's, Terras Comunitárias de Origem, mas o pouco interesse de

cap7.indd 371 27/08/2015 15:18:27

governos passados arrastou o processo por mais de 15 anos. O governo Morales, diz o professor, tem boa vontade, mas a burocracia é muito lenta.

Contato das terras baixas com o Incanato

Alfredo Aparicio ainda me contou como eram frequentes os contatos entre os povos das terras baixas e o Incanato, como ele chama, no período pré-colonial. Segundo ele, era uma relação amistosa, não de submissão, mas de intercâmbio. Só que os andinos estranhavam o calor da selva e apreciavam muito a castanha, praticamente uma moeda corrente nas trocas. Mais ao sul, interessavam-se pela coca, produzida sobretudo nas altitudes médias da cordilheira. Também intercambiavam pontas de lança, flechas, borracha. Os Tacana, das terras baixas, têm no seu idioma várias palavras em quechua, língua do Incanato. Pode-se falar de semiculturas, culturas em transição, que não terminam de se construir, acha o professor.

Segundo o antropólogo brasileiro Jacó Piccoli, que eu encontraria pouco depois na reunião da CIPOAP, também em Cobija, os Tacana são uma família linguística, como tem os Arawak e os Pano:

– Na região do oriente acreano encontramos alguns enclaves de língua pano, como os Caxarari, no noroeste de Rondônia, próximos à Serra da Muralha. Essa serra apresenta vestígios de elaboração na forma de muralha que é muito anterior à ocupação de portugueses e espanhóis, remete a uma relação com os povos andinos. Fica após a confluência do Abunã com o Madeira.

Jacó Piccoli ainda mencionaria a descoberta feita por William Chandless, o geógrafo inglês da Royal Geographic Society que subiu os rios Acre e Purus em 1864, quando encontrou uma grande população indígena na região. Alguns desses povos foram identificados como Katiana, outros como Kapechene, como até próximo de Xapuri, que eram de língua tacana. Essas aldeias foram dizimadas no período de extração da borracha, no começo do século XX.

A cultura hidráulica de Llanos de Mojos

Minha conversa com o professor boliviano Alfredo Aparicio chega então à cultura hidráulica, como é conhecida a cultura de pelo menos 1.000, 1.500 AP que existiu na região plana e alagadiça do Beni, onde foram registrados em fotos-satélite uma área de cerca de 5 hectares “com

uma série de pequenos túmulos ou pequenas alturas artificiais", descreve ele. Na verdade, há toda uma área mais alta, plataformas construídas com formas perfeitas, "algumas redondas, outras quadradas, outras ainda em forma de diamante". O professor ficou encantado quando participou de um sobrevoo e pôde apreciá-las do alto. "É a única região com essa particularidade", garante. É em Llanos de Mojos, também chamado Moxos, entre San Ignacio de Mojos, San Borba y Trinidad, a capital do Beni. San Ignacio fica a uns 100 km a sudoeste de Trinidad.

Por volta do ano 2000, o professor Alfredo Aparicio conheceu pessoalmente o engenheiro de petróleo Kenneth Lee, que, a serviço da Shell nos anos 1960, se recusou a aceitar a opinião dos colegas de que tais "lagunas" eram naturais. Como um "Alceu Ranzi da Bolívia", Lee conseguiu que a BBC fizesse documentários nos anos 1970, depois acompanhou com entusiasmo as escavações do Museu Nacional de La Plata nos anos 1980 e chegou a fundar uma instituição para continuar as pesquisas ao lado de arqueólogos bolivianos.

Mas desde o começo do século XX, estudiosos já estavam convencidos de que aquelas grandes "lomas" eram construídas. O primeiro foi o sueco-finlandês Erland Nordenskiöld, que em 1913 escavou 3 plataformas perto de Trinidad, publicando em 1916 se tratar de um sistema de drenagem de campos inundados. Em 1942 foi a vez do suíço Alfred Métraux, confirmando a mesma hipótese de grandes canais entre plataformas de terra elevadas. Em 1966 o geógrafo norte-americano William Denevan publicou a obra que daria visibilidade internacional a Llanos de Mojos, reeditada em 1980 como "La Geografía cultural aborigen de los Llanos de Moxos".

Desde 1993, o norte-americano Clark Erickson, da Universidade da Pensilvânia, concentrou seus estudos na região sob a ótica da arqueologia da paisagem. Ele queria entender o complexo sistema agrícola dos mojos, trabalhando conceitos teóricos, metodologias e procedimentos analíticos que permitissem entender a dimensão espacial dos grupos humanos que ali viveram, sua apropriação desse espaço através do trabalho e seus significados culturais. Para Erickson, a paisagem do Beni é uma das maiores obras de arte da humanidade. Ele acredita que a sociedade que construiu há cerca de três mil anos esse conjunto de montículos, caminhos elevados, canais, campos de cultivo também elevados e diques foi fundada pelos ancestrais dos povos de língua arawak, agora chamados Mojo e Bauré. Segundo uma reconstrução hipotética de Clark Erickson, "quase um milhão de pessoas poderia ter percorrido os caminhos elevados do leste da Bolívia com suas

compridas túnicas de algodão e seus pesados ornamentos nos pulsos e no pescoço".[35]

Como já comentei, tive a chance de conhecer Erickson em Manaus, quando visitamos juntos Iranduba, onde se concentrou o projeto Amazônia Central, de Eduardo Neves e Michael Heckenberger, por ocasião do II Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, em 2010.

Segundo o cientista social Emir Iskenderian[36], o arqueólogo alemão Heiko Prümers e o geólogo italiano Humberto Lombardo, escavando na região desde 2004, também nas proximidades das lagunas e nas "ilhas de conchas" – sambaquis fluviais – teriam obtido uma datação nas ilhas de 11.000 anos.

Militância Indígena

– Esse bairro se chamava Tunai e era muito perigoso, um lugar violento com estupros, plantação de coca, ajustes de contas – me descreve Juan, um rapaz que também conheci no museu e que me trouxe na garupa de sua moto para conhecer a comunidade em que mora, a caminho do encontro indígena que está acontecendo em Cobija. Combinamos não publicar seu nome. Tunai, em quechua, significa divertir-se com muita música e bebida.

O bairro foi invadido em 9 de março de 2008, me conta ele, para ser urbanizado na marra. Pareceu-me algo como uma brigada popular empenhada em implantar os projetos sociais do governo Morales, sem burocracia. – Este ano [2009] conseguimos consolidar a chegada das "viviendas" para 80 famílias beneficiadas – informa com visível orgulho. – Conseguimos uma padaria industrial e também fizemos pontes e rede de esgoto. Todos aqui são de baixa renda, viemos da zona rural, mas contribuímos para o benefício de todos e tem dado certo.

Juan me explica que ali tem gente que veio de várias comunidades diferentes, como de Filadelfia, de Puerto Rico, alguns para que os filhos pudessem continuar os estudos, outros fugindo de conflitos:

– As organizações *comunales* são organizações orgânicas porque se alimentam da forte ajuda da comunidade, nos organizamos para poder

35 MANN, Charles C. 1491. *New Revelations of the Americas Before Columbus.* Consultado em sua versão em espanhol editada no México por Santillana Ediciones Generales, 2006.

36 ISKENDERIAN AGUILERA, Emir. "Arqueología del Paisaje en el Beni". *Bolpress.* Bolívia: 2014. http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2014013001

conquistar nossas necessidades – diz com firmeza. E revela o bom senso ao advertir: – Se ficarmos atrelados a uma linha política ou a algum político, sempre vão querer nos manipular e não vamos conseguir nada.

– O que é aquela bandeira azul? – pergunto.

– Azul é de Evo Morales. A branca e verde é a bandeira de Pando.



Juan me mostra com orgulho a ponte recém construída de acesso ao bairro popular, com casas dignas.

Indígenas organizados querem discutir o clima

CIPOAP é Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando, anfitriã do encontro em Cobija naquele dia, em que a pauta principal era a participação dos povos indígenas nas discussões internacionais sobre as mudanças climáticas do planeta. Segundo levantamento da CIPOAP, a população indígena em Pando era de 2.920 pessoas, distribuídas em sete distritos. À exceção do distrito Yaminahua, os demais ficam entre os rios Madre de Dios e Beni, local de estudo do arqueólogo Donald Lathrap, décadas atrás. A maioria é da etnia Tacana, mas há também Esse Ejja, Cavineño, Yaminahua e Machineri.

Segundo os documentos da entidade, os projetos que a CIPOAP prioriza na discussão com o governo são a alfabetização bilingue, o desenvolvimento sustentável ligado à reivindicação territorial, a capacitação profissional de guias indígenas de turismo, a implantação de projeto de

medicina tradicional, projetos agroflorestais de cacau silvestre, piscícola, manejo sustentável de fauna silvestre, castanha e café ecológico.

Logo à entrada, algumas mulheres vendiam artesanato indígena. Reconheci alguns tecidos Kashinawá (Huni Kuin), cuja técnica aprendi com minha professora de tecelagem, Silviane Lopes, em Teresópolis, que fez um curso com uma velha índia no Museu do Folclore, no Rio de Janeiro. São esmerados traçados geométricos de significação ritual, mas também para apreciação estética. A bolsa que comprei representava o rabo do pajé--jacaré, seja lá o que isso signifique. A partir da armação de um quadro, a cada carreira deve-se marcar com uma vareta os fios que serão tecidos, se ficam para cima ou para baixo do fio da trama. Essa mesma marcação, com a vareta empurrada para cima, como memória daquela carreira, será usada do meio do trabalho em diante, para torná-lo simétrico. A moça que vendia os tecidos e colares de sementes se divertiu com o meu relato de como sofri para tecer com a técnica. Consegui fazer uma bolsa com um lindo "olho de periquito", motivo curiosamente recorrente na tecelagem europeia, como "olho de pardal". Como fios, usei sacos plásticos brancos, cortados em tiras, e barbante preto.



O motivo desta peça é o rabo do jacaré, que também é o "pajé" transformado. Acervo do Museu da Floresta, em Rio Branco.

Em julho de 2014, realizou--se em Rio Branco, no Acre, a 66a. reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC. Junto com o evento, aconteceu a SBPC Indígena, em que se discutiram questões como ciência, educação e saúde indígenas. Na pauta, o conhecimento tradicional e políticas para a preservação das florestas e do estilo de vida das várias culturas. Junto aos representantes da

entidade anfitriã, a Universidade Federal do Acre, estavam presentes os da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, COIAB, a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), da FUNAI e da Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Acre. Dos países vizinhos, vieram nossa já conhecida CIPOAP, a Federación Nativa del río Madre de Dios y Afluentes, FENAMAD e a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana, a AIDESEP.

Não sei até que ponto foi frutífera a reunião, mas acho animador que os cientistas se curvem com respeito diante dos conhecimentos indígenas, tão diversificados quanto o número de diferentes povos permite, tentando, quem sabe, aprender o que se perdeu no início desse contato com os europeus, início também dessa era que já está sendo chamada de Antropoceno. Para o bem e para o mal.

8



cap8.indd 378 27/08/2015 15:19:32

AMAZONAS: GUERRA E PAZ NA AMAZÔNIA CENTRAL

A NOVA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

Fim do reinado Meggers

“A ocupação humana da Amazônia não foi cumulativa mas, sim, marcada pela alternância de longos períodos de estabilidade entremeados por rápidos episódios de mudança” – afirmam Eduardo Neves e seu ex-aluno Claide de Paula Moraes. Desde 2011, Claide é professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, em Santarém, ao lado da mulher, também arqueóloga, Anne Rapp Py-Daniel, e outros dezoito antropólogos e arqueólogos, constituindo um dos maiores colegiados do Brasil.

Quando começou a primeira fase do Projeto Amazônia Central (PAC), em 1995, em Manaus, estavam à frente do projeto Eduardo Neves, Michael Heckenberger e James Petersen, esse último assassinado com um tiro à queima-roupa, em 2005, num assalto ao pequeno restaurante onde almoçava com os companheiros arqueólogos, em Iranduba. a menos de 30 km da capital.



Eduardo Neves e Claide Moraes retiram fragmentos de ossos humanos na área do Montículo I do Sítio Hatahara, em 2006.



Jaqueline Belletti retifica o perfil de escavação no mesmo Sítio Hatahara, com uma impressionante quantidade de cacos de cerâmica na espessa camada de terra preta. Fotos Val Moraes.

Os resultados dos anos de pesquisa no coração da Amazônia, primeiro na região próxima a Manaus e, nos anos seguintes, espraiando-se pelos principais afluentes do Amazonas, jogaram a pá de cal sobre as convicções do determinismo ecológico neo-evolucionista de Betty Meggers e seus seguidores, que vigorou na arqueologia amazônica até meados dos anos 1980.

Paisagens criadas pelo homem

Para Neves, o novo paradigma para a compreensão da região é a Ecologia Histórica inspirada nos estudos etnobotânicos de William Balée[1], que acredita terem as populações indígenas antigas modificado de forma marcante e duradoura a natureza à sua volta. São as chamadas "criações de paisagens", que Balée estudou junto a vários povos de fala tupi-guarani, como os Urubu-Kaapor do Maranhão e os Surianó da Bolívia. Pelo menos um oitavo (12%) da floresta amazônica não inundável seria antropogênica, ou seja, de alguma forma criada pelo ser humano, concluiu ele ainda em 1989[2].

No seminário promovido pela USP sobre as sociedades caboclas, em 2002, que menciono no capítulo anterior, William Balée apresentou um trabalho sobre a Ecologia Histórica e as línguas amazônicas. Para Balée, a investigação do conhecimento antigo inclui, além dos artefatos materiais, também o comportamento e a cognição, refletidos, em parte, na língua. Ele se deteve, particularmente, na influência do interesse comercial europeu sobre o cacau, principal produto entre as drogas do sertão, e de como as palavras e conceitos referentes ao cacau se modificaram nas línguas nativas, no período colonial.

Foi Balée quem introduziu na antropologia ecológica, no final dos anos 1980, o conceito de "floresta cultural", entendendo as extensas modificações da hileia[3] pelos antigos habitantes da Amazônia, ainda que "positivamente", já que preservavam a biodiversidade.

> *"A paisagem é aquela porção do ambiente codificada na fala e sujeita à intervenção humana. Uma paisagem representa*

---

1 BALÉE, William; ERICKSON, Clark. L. *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*. New York: Columbia University Press, 2006.

2 "The Culture of Amazonian Forests". Em POSEY, D.A. e BALÉE, W., (eds.), *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*, Nova York: New York Botanical Garden, págs. 1-21, 1989.

3 **Hileia** é a designação dada pelo naturalista Alexander Von Humboldt (1769-1859) à floresta equatorial amazônica.

um encontro entre espaço e tempo, natureza e história, comunidades bióticas e sociedades humanas, e é central ao aparato conceitual da ecologia histórica. A história da paisagem está ligada ao conhecimento ambiental e, na Amazônia, está marcada desde o Holoceno Médio por dois fenômenos profundamente transformadores: 1) o desenvolvimento de um sistema de agricultura itinerante e do manejo florestal; e 2) a reconstituição desse sistema pelo expansionismo, colonialismo e comercialização neo-europeus das paisagens existentes no Novo Mundo, incluindo a Amazônia."[4]

William Denevan afirmaria algum tempo depois que se por floresta prístina se entende aquela não tocada pela presença humana, ela seria muito mais presente no século XIX que no XVII, por conta da destruição levada a cabo pelos europeus a sangue e fogo. A natureza que se criou após a calamidade demográfica poderia ser considerada uma "ruína histórica"[5]. Isso significa que, no século XIX, uma parte significativa da floresta havia se refeito, pela eliminação pura e simples de boa parte de seus habitantes, os índios massacrados.



A equipe precisou se juntar para tirar a árvore que a tempestade derrubou, fechando o acesso ao Sítio Laguinho, em 2007. Da esquerda para a direita: Fábio Guaraldo, Alexandre Hering, Leandro Camilo, Márcio Costa, Levemilson Mendonça, Leandro Cascon, Raul Perigo e Filippo Stampanoni.

A Amazônia não é uma floresta virgem, limite natural das populações que aí existiram e que teriam buscado respostas adaptativas. Clark Erickson defende que a expressão "meio ambiente construído" é aplicável à maioria ou mesmo à totalidade das paisagens neotropicais.

A ideia dominante hoje é que houve "uma longa história de manejo ambiental de acordo a diferentes estratégias de interação com o meio", como formulou o

4 BALÉE, William. "Transformação da Paisagem e Mudança da Língua: Um Estudo de caso em Ecologia Histórica Amazônica" em ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.) *Op*. cit., págs. 45-66.

5 DENEVAN, W. M. "Pristine Myth" em LEVINSON, D e EMBER, M., (eds.) *Encyclopedia of Cultural Anthropology.* Nova York: Holt, 1996.

peruano Ricardo Chirinos Portocarrero no prólogo à edição de 2010, em espanhol, do clássico de Donald Lathrap, de 1970, *El Alto Amazonas*. Chirinos ressalta a contribuição pioneira do grande opositor de Meggers: só o conhecimento aprofundado do habitat amazônico permitiria a compreensão do processo histórico-cultural da região.

Influências recebidas por Lathrap

Na mesma edição do livro de Lathrap, Eduardo Neves destacou a importância da obra, lembrando grandes influências recebidas pelo autor. Primeiramente lembrou a do arqueólogo peruano Julio Tello, quem acreditava no papel desempenhado pelos povos antigos das terras baixas no mais antigo centro cerimonial conhecido dos Andes, Chavín de Huántar (1.500 AC a 500 DC), estudado por Tello no começo do século XX.

EL CAIMÁN

Segundo Richard L. Burger, Presidente do Institute of Andean Research, Donald Lathrap ganhou dos alunos o apelido de "Jacaré" – *El Caimán* –, de tal forma se apaixonou pela iconografia Chavín, que ele considerava uma janela para a cosmologia formativa das terras baixas tropicais, incluindo a América Central.

Apesar de ser o Jaguar (a onça) e as derivações feliniformes o eixo dessa iconografia, outros seres da floresta tropical, como o jacaré, eram representados nas figuras zooantropomorfas presentes nos tecidos, que eram sagrados, nas cerâmicas, nos objetos rituais. Podemos lembrar aqui o tecido kashinawá representando o rabo do jacaré-pajé, que ilustramos no capítulo anterior.

Houve também a influência do finlandês-sueco Erland Nordenskiöld, um dos primeiros a falar das conexões entre as três grandes bacias hidrográficas do continente – as do Orinoco, do Amazonas e do Paraná-Prata – vias naturais de comunicação entre os povos.

Neves ressaltou ainda o peso do trabalho do geógrafo norte-americano Carl Sauer, que foi professor de Lathrap em Berkeley. Sauer afirmou serem as populações costeiras e ribeirinhas, portanto das terras baixas,

cap8.indd 382 27/08/2015 15:19:38

as pioneiras na domesticação de plantas no começo do Holoceno, há dez mil anos.

Desdobramentos das ideias de Lathrap

Alguns alunos de Lathrap levariam suas teses adiante. Segundo Neves, o gaúcho José Brochado propôs a expansão da cerâmica polícroma para o leste da América do Sul, enquanto José Oliver sistematizou o modelo para a expansão Arawak pela costa da Venezuela e as ilhas do Caribe. Clark Erickson, também aluno de Lathrap, contribuiu de forma significativa para "demonstrar o potencial da arqueologia na construção de histórias indígenas de longa duração nas terras baixas da América do Sul", nas palavras de Eduardo Neves.

Depois de mais de quinze anos estudando a Amazônia Central, Neves concluiu que a confluência dos rios Negro e Amazonas (até essa confluência chamado de Solimões, pelos brasileiros), não foi o único nem o principal centro de inovação cultural no passado da Amazônia, como proposto no modelo cardíaco de Lathrap. Mas esta foi, sem dúvida, uma estimulante hipótese que gerou outras pesquisas e inspirou as novas gerações, considera ele.

Para Lathrap, somente as várzeas inundáveis teriam alta produtividade agrícola – base para o sedentarismo e crescimento populacional – e que ele acreditava terem tido uma ocupação contínua desde 3.000 AC. Robert Carneiro e Anna Roosevelt também trabalharam com essa dicotomia entre várzea e terra firme.

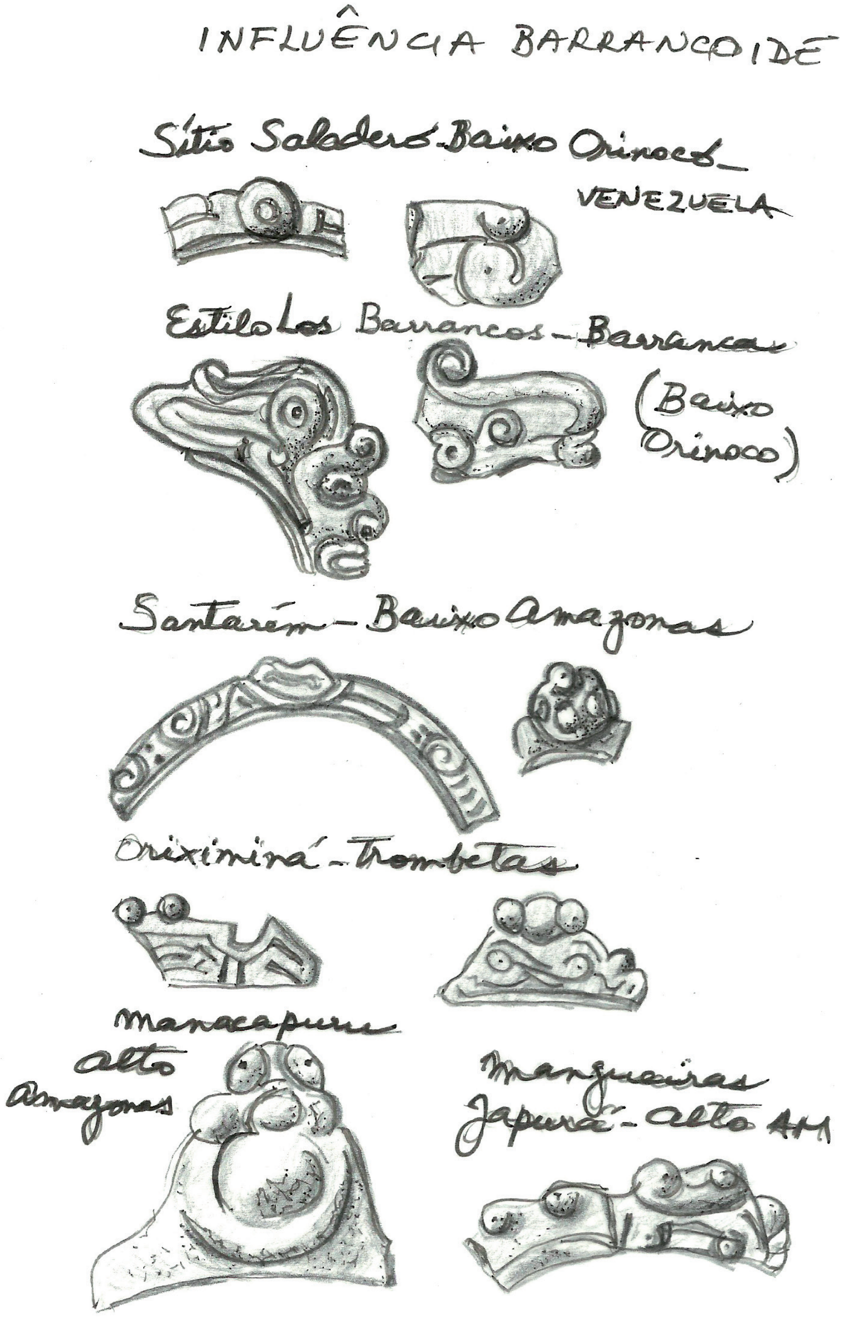
O Projeto Amazônia Central provou que houve grandes assentamentos humanos, sedentários, também em áreas de terra firme, como nos sítios arqueológicos Lago Grande[6] e Osvaldo[7], ocupados de forma contínua por 200 anos, associados à terra preta. O repentino abandono de alguns sítios foi atribuído por Neves e Petersen[8] a conflitos políticos pela liderança das aldeias, num processo cíclico a cada vez que se atingia uma alta densidade demográfica.

---

6 DONATTI, P.B. *A Ocupação Pré-Colonial da Área do Lago Grande, Iranduba, AM*. Tese de Mestrado, MAE, USP. São Paulo, 2003.

7 CHIRINOS PORTOCARRERO, R. *A Variabilidade Espacial no Sítio Osvaldo: Estudo de um Assentamento da Tradição Barrancoide na Amazônia Central*. Tese de Mestrado, MAE, USP. São Paulo, 2007. Note-se que o prólogo da versão espanhola do livro de Donald Lathrap foi escrito por mais um aluno de Eduardo Neves.

8 NEVES, E. G. e PETERSEN, J. "Warfare in Precolonial Amazonia: When Carneiro meets Clastres". em: NILSEN, Axel e WALKER William (Org.). *Warfare in cultural context: Practice Theory and the Archaeology of Violence*. Tucson: University of Arizona Press, 2008.

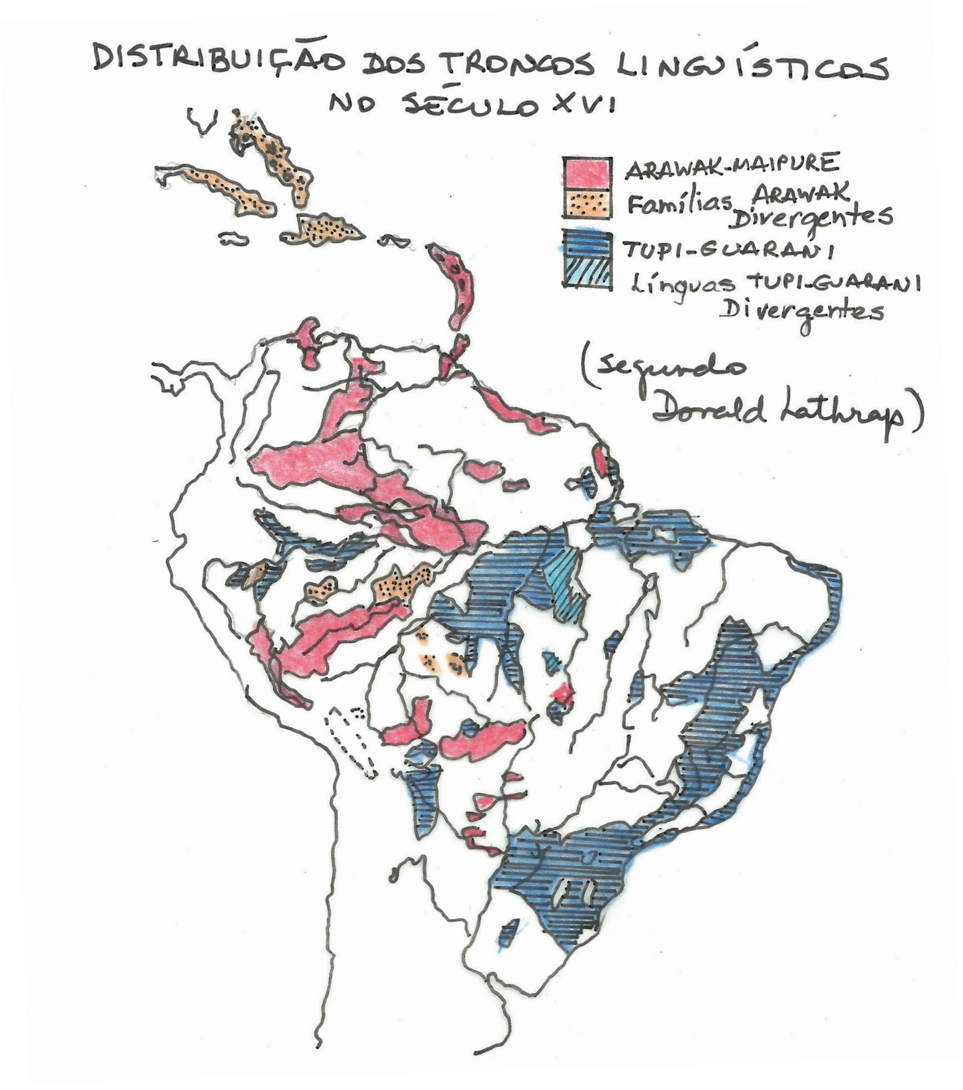


No livro "El Alto Amazonas", Donald Lathrap reúne as representações de fragmentos cerâmicos de diferentes pontos da Amazônia, com claras semelhanças barrancoides.

A Diáspora Arawak

Outra importante ideia de Lathrap, que continua inspirando o trabalho do Laboratório de Arqueologia Tropical do MAE-USP, dirigido por Eduardo Neves, é a correlação entre os movimentos migratórios na Amazônia pré-colonial e a diversidade de tradições cerâmicas e grupos linguísticos.

Ainda que discordando da localização do centro de difusão da tradição Barrancoide associada à dos povos de línguas Arawak, que Lathrap considerava ser na Amazônia Central, Michael Heckenberger



propôs um modelo de diáspora linguística Proto-Arawak a partir do noroeste amazônico[9].

Michael afastou-se do Projeto Amazônia Central para dedicar-se ao Alto Xingu, junto aos índios Kuikuro, prováveis descendentes dos antigos ocupantes da região. Aqueles grupos dispersos ancestrais já teriam em comum características como o sedentarismo, a hierarquia e a regionalidade. Para Heckenberger, os povos de origem linguística Arawak poderiam ser dos mais antigos da América do Sul a desenvolverem sociedades complexas.

Interessante destacar que nessa diáspora não se trata de uma pressão populacional quantitativa, mas de disputas pelo controle sobre os recursos simbólicos, como os rituais e bens de prestígio, assim como o trabalho humano, talvez tão importantes quanto os recursos de subsistência. Pode-se falar de uma subversão na metodologia de análise da Amazônia, uma região de dimensões continentais que desafia as teorias inspiradas nas sociedades "primitivas" conhecidas até meados do século passado: aqui, prevalecem a diversidade e a alteridade.

Compromissos éticos

– Precisamos ter alguns compromissos básicos ao fazer Arqueologia aqui na Amazônia – destaca Eduardo Neves, quando o entrevistei em Manaus, num intervalo do II Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia – II EIAA, realizado em setembro de 2010.

O encontro foi organizado por ele e duas de suas alunas de pós-graduação, Anne Py-Daniel e Helena Lima, então professoras em Manaus e, hoje, ambas doutoras. Ele prossegue:

– O primeiro compromisso é com os povos indígenas, os índios têm que participar mais. O outro compromisso é com os caboclos, a arqueologia pode ser uma questão relevante para eles, particularmente os quilombolas, acho que precisamos fazer isso ainda melhor. Precisamos fazer uma arqueologia socialmente mais relevante.

9 HECKENBERGER, M. "Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality and the Amazonian Formative". em: JONATHAN, D. e SANTOS GRANER, F. (Eds.), *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2002; HECKENBERGER, M., *The Ecology of Power: Culture Place and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. Nova York e Londres: Routledge, 2005.

E ele acrescenta:

– Mas o que estamos fazendo bem, e que acho maravilhoso, é fazer pesquisa científica de qualidade, de alto nível. E poder reunir todas essas pessoas aqui nesse encontro, para se conhecer e saber da emergência desse padrão de qualidade na arqueologia amazônica.



Importantes arqueólogos da Amazônia reunidos no II EIAA: Anna Roosevelt, Augusto Oyuela-Caycedo, Eduardo Neves e Nigel Smith, em foto cedida por E. Neves.

Sonhos do menino Edu

Quando Edu tinha 9 anos e já cursava a quarta série do primário, a professora passou aquela famosa redação "o que você quer ser quando crescer". O leitor voraz de Monteiro Lobato – mais um! – e Jules Verne não teve dúvida: "Quero ser explorador e ir para Macchu Picchu". No ano seguinte a família se mudou da capital paulista para um sítio em Cotia, onde o futuro explorador cresceu andando no mato e aprendendo a gostar dos bichos.

Mais tarde percorreu o Brasil de mochila nas costas e conheceu a história de Niède Guidon, cujo primo era amigo da família. Niède, assunto do meu primeiro livro, estava começando as escavações no Piauí, quando o adolescente Eduardo ficou fascinado com o relato de dona Dalva – tia de Niède que ajudou a mãe a cuidar da menina no sítio em Jaú, quando Niède ficou órfã aos 6 anos. Pois enquanto Edu sonhava em acampar no meio do mato, ficando isolado durante dias, como sua heroína, a mãe dele se desesperava com o sonho do filho, que acabou virando realidade. E com razão: o filho querido pegou malária, várias doenças, e quase morreu ao ser picado por uma cobra, em 2000. Ficou 12 dias internado num hospital em Manaus. A mãe ainda insistiu: "Edu, larga essa vida!".

Não largou. Depois de se formar em História, foi estagiar no Instituto de Pré-História com Solange Caldarelli. No Memorial que escreveu para o Concurso de Professor Titular de Arqueologia Brasileira, no MAE-USP, em 2013, ele conta que na época travava-se o debate teóri-



Conversei com Eduardo Neves no Palácio Provincial de Manaus, num intervalo do II Encontro Internacional de Arqueólogos da Amazônia.

co entre as linhas americana, de base processualista, e francesa, que valorizava a qualidade do registro no campo[10]. Em 1985, quando Solange Caldarelli e Walter Neves foram afastados, justamente por esse confronto de posições, o jovem técnico Eduardo perdeu o emprego. Ele cita entre seus mestres, além de Solange e Walter, Ulpiano Bezerra de Menezes (também citado por Cristiana Barreto) e Irmihld Wüst, que faleceu em 2014, tendo construído uma carreira dedicada à arqueologia do Centro-Oeste. No final dos anos 1980, depois de participar do levantamento arqueológico da região que viria a ser a da hidrelétrica de Belo Monte, como já contamos, Eduardo Neves já estava conquistado pela Amazônia.

– A arqueologia amazônica está crescendo desse jeito graças a esse bando de "loucos" que não desistem, o Michael [Heckenberger] agora está começando a trabalhar na Guiana, a Denise [Schaan] está com esse projeto maravilhoso com os geoglifos do Acre, o Heiko [Prünes] e a Carla [Jaimes] apresentaram ontem esse trabalho de altíssimo nível sobre a Amazônia Boliviana... a Edithe [Pereira] está trabalhando ali em Monte Alegre... Eu estava conversando com o Nigel Smith agora, quando o cara chega aos quarenta e poucos anos diminui o ritmo, os alunos começam a fazer o campo pra você... Mas acho que nenhum de nós consegue imaginar o futuro, os próximos 10, 15 anos, longe disso aqui, até por uma competição acadêmica saudável.

Sem Indiana Jones

Eduardo Neves conta como conheceu Michael Heckenberger, grande parceiro mesmo depois de concluído o Projeto Amazônia Central:

– Quando eu procurei o Robert Carneiro em Nova York, ele me falou do Michael. A Kika [Cristiana Barreto], que está aqui [no II EIAA], era colega dele lá em Pittsburg em 1992, e eu fui para lá. Nós nos encontramos, ficamos conversando a tarde inteira, bebendo cerveja, acabamos tomando um porre. Essa identidade com o Michael tem a ver com

10 Ver Anexo I - Escolas de Arqueologia influentes no Brasil, à pág. 388

isso, seriedade profissional não se confunde com caretice, com falso moralismo. O Jim [Petersen] também era uma pessoa assim. Se a gente puder formar essa moçada que está vindo agora com essa mentalidade, acho que podemos construir na Academia novas formas de autoridade e poder baseadas no compromisso, no rigor científico e na relação ética com os alunos, os caboclos, os índios. Mas que não impede de beber juntos depois do trabalho – arremata Edu com seu jeito alegre, de quem gosta do que faz.



Marta Cavallini e Filippo Stampanoni escavam descalços no Sítio Bom Socorro, no Baixo Urubu/AM, onde descobriram grandes casas comunais. Foto de Morgan Schmidt, que fazia a análise do solo comparativamente ao Alto Xingu, no uso espacial doméstico.

Na verdade, ele faz questão de desglamorizar a figura do arqueólogo, aquele cara com uma roupa meio cáqui, de chapéu "Indiana Jones" que comprou no shopping, que nada mais é do que a visão colonialista e colonizada dos aristocratas anglo-saxões que escavavam no Egito e que os americanos reproduziram no cinema:

– A gente trabalha de sandália havaiana, descalço até. Pensa bem, você está numa comunidade onde as pessoas se vestem dessa maneira, não pode chegar um cara vestido como se fosse para uma expedição.

Fazendo escola

Nascido em 1966, em 2015 Eduardo Neves já tinha "netos" acadêmicos, pois muitos de seus alunos de pós-graduação tornaram-se, por sua vez, professores e orientadores da geração mais nova. Tive o prazer de conhecer e acompanhar o trabalho de vários deles, todos sérios, inteligentes e simpáticos. "Que passaram por mim e que tenham mestrado e doutorado, acho que são mais ou menos uns 20", me disse ele em 2010[11].

11 O professor de Pós-Graduação da UFAM e coordenador da Pós-Graduação em Arqueologia do MAE-USP, Eduardo Góes Neves, em 2015 tinha formado 19 mestres e 6 doutores, além de responder por vários bolsistas de iniciação científica. De 2011 a 2014, depois de presidir a SAB, Neves participou da diretoria da Sociedade de Arqueologia Americana (SAA) e foi coordenador adjunto de Antropologia e Arqueologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação. Ele ainda é o editor da Revista de Arqueologia da SAB.



Essa grande unidade de 9 m² no Sítio Laguinho reuniu em 2009 estudantes e profissionais de diferentes origens, escavando várias feições reunidas, que pareciam lixeiras, fornos, buracos de esteios. Fora da unidade: Mirtle Shock (anotando), Ana Carolina Azeredo, Thiago Trindade, Márjorie Lima, Cláudia Matos e Filippo Stampanoni. Na unidade: Débora Herszenhut, Anna Browne Ribeiro, James, Leandro Camilo e Guilherme Mongeló.

Ainda naquele ano, acompanhei o sítio-escola em Silves/AM da professora Helena Lima, com os primeiros alunos do curso de graduação em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, em Iranduba. Aliás, Helena andava de sandália de dedo e filhinha escanchada no quadril, acompanhada pelo marido, também arqueólogo, e a babá. Um tema sempre presente nas discussões em campo era a dimensão participativa da arqueologia em relação à atual população que vive no próprio sítio arqueológico, "continuando a construí-lo", segundo Helena.

– Lutei muito nos últimos anos tentando fazer um Centro de Pesquisas, um museu comunitário em Iranduba, mas desisti – lamenta Edu. – A única pessoa que conheço que conseguiu fazer isso foi a Niède Guidon, que foi morar em São Raimundo Nonato, pagando um preço alto por isso. No ano passado [2009] percebi que precisava fazer uma escolha entre a vida pessoal e a profissional. Estou no meu segundo casamento, o primeiro não deu certo por várias razões, mas uma delas foi meu envolvimento com a arqueologia –. Edu ainda me contaria que tem dois filhos do primeiro casamento, com uma alemã, e mais um filho com a atual mulher, cineasta bem sucedida em São Paulo. Em 2015, todos os filhos estavam morando com ele, no Brasil.

OS ARQUEÓLOGOS AMAZONENSES

O começo na UEA

Em julho de 2010, entro no prédio da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em Manaus, à procura do recém-criado Centro de Arqueologia. Apesar do tamanho do moderno edifício, numa importante avenida do bairro de Flores, a Djalma Batista, descubro com surpresa que a arqueóloga Anne Rapp Py-Daniel divide uma pequena sala com a

"Agroecologia" e a "Construção Naval", cada uma representada por uma única mesa.

– O curso de Arqueologia funciona no município de Iranduba, a cerca de 30 km de Manaus, em linha reta. É lá que o professor Eduardo Neves começou suas pesquisas em 1995. A Universidade já pretendia interiorizar alguns cursos e gostou da proposta – explica Anne Rapp, conformada com o espaço pequeno em que conciliava a coordenação do curso recém-iniciado com as tarefas finais de organização do II Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia, a ser realizado na cidade, daí a dois meses. As duas espinhosas tarefas eram compartilhadas com a colega Helena Lima, outra aluna de pós-graduação de Eduardo Neves, que antes do congresso ainda coordenaria em Silves, perto de Parintins, o tal sítio-escola com os estudantes do curso de arqueologia da UEA.

Helena estava ligada à Universidade Federal do Amazonas, através do Museu da Amazônia, como professora visitante. Todos os jovens arqueólogos que conheci trabalhando no Amazonas iriam para os estados vizinhos nos anos seguintes, onde foram aprovados em concursos para vagas fixas de professor ou pesquisador. A própria Helena foi para Belém, em 2013, onde passou a integrar o quadro de arqueólogos do Museu Paraense Emilio Goeldi, como pesquisadora adjunta. Anne Rapp e Claide Moraes foram em 2011 para a UFOPA, em Santarém, assim como Raoni Valle, que esteve no INPA em Manaus, Lilian Rebellato, que trabalhou em Iranduba, e Bruna Rocha, esta última contratada em 2014, recém-chegada de Londres.

O próprio Edu continuou escavando no estado, mas bem longe de Manaus, em Tefé, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, junto com vários alunos. Ele também foi escavar no Médio Guaporé, na fronteira de Rondônia com a Bolívia, retomando velhos sítios descobertos por Eurico Miller. A pesquisa não parou mas, em 2015, dessa geração da USP, só estavam vinculados às instituições sediadas no Amazonas o arqueólogo Eduardo Kazuo Tamanaha, contratado pelo Instituto Mamirauá, e Marjorie Lima, como bolsista.

Sem citar nomes, Edu Neves acha que existiu desinteresse político em fomentar a Arqueologia no estado, e não apenas por parte dos políticos profissionais. Houve disputa até na Justiça pelo acervo encontrado nas escavações, que estavam provisoriamente sob a guarda da equipe do Projeto Amazônia Central, numa casa alugada em Manaus. E o curso em Iranduba, que formou seus primeiros 17 alunos em 2013, parece ter tido apenas mais um vestibular. O curso de Tecnólogos em Arqueologia da



A arqueóloga Arminda Mendonça me recebeu no Laboratório de Arqueologia do Estado, em Manaus, em 2010, no mesmo prédio em que aconteceu o II EIAA.

UEA passou a ser um bacharelado, coordenado pela veterana Maria Arminda Mendonça de Souza, arqueóloga da Secretaria Estadual de Cultura do Amazonas. Conheci Maria Arminda em 2010, lotada no Laboratório de Arqueologia do Estado, funcionando no porão do Palacete Provincial, local de três museus e da própria secretaria, no centro histórico de Manaus.

Além de ressaltar a importância de serem amazonenses os futuros responsáveis pela arqueologia de contrato crescente no estado, a professora Arminda manifestou claramente a animosidade entre as instituições:

– O Laboratório de Arqueologia da Secretaria de Estado da Cultura precisa de mais espaço. Já a UFAM [Universidade Federal do Amazonas] tem um laboratório três vezes maior, mas que praticamente só funciona como reserva técnica, para guardar material – declarou ela em entrevista para a Revista de História da Biblioteca Nacional, em matéria publicada em 01.02.2013, em que justamente se criticava o pequeno número de profissionais no IPHAN e nas universidades amazonenses, diante do volume crescente de sítios arqueológicos descobertos.

Salvamentos do passado também histórico

Um grande empreendimento que exigiu vários salvamentos arqueológicos para a sua construção foi a ponte sobre o Rio Negro, ligando Manaus justamente a Iranduba, a riquíssima região arqueológica com vestígios de até 9.000 anos de ocupação. O município fica na língua de terra que separa o rio Negro do Solimões, formando o Amazonas, em frente a Manaus. A estrada AM-070 seria duplicada até Manacapuru, e esperava-se que toda a região se beneficiasse com o escoamento da produção e o turismo.

Eduardo Neves manifestou ceticismo sobre as alegadas vantagens da construção da ponte para a população local e a preocupação com a destruição de sítios tão importantes. A ponte foi inaugurada em 2011, a um custo de mais de um bilhão de reais, substituindo o antigo transpor-

te só por barcas que, muitas vezes, como testemunhei, encalhavam nos períodos de seca.

Outro grande e impactante empreendimento foi a construção do gasoduto Coari-Manaus, pela Petrobras. Anne Rapp Py-Daniel conta que conheceu o professor Eduardo Neves trabalhando no levantamento para o gasoduto, em 2002. Filha de dois biólogos do INPA, pesquisadores por mais de 30 anos do Instituto, Anne nasceu em Manaus, mas viveu um bom tempo na França, onde se graduou em Arqueologia, na Université Paris I - Panthéon Sorbonne. O mestrado ela fez de 2006 a 2009 com Eduardo Neves, na USP[12].

Em 2014, reencontrei Anne em Macapá, com Claide Moraes, na reunião da Regional Norte da SAB. O filhinho deles, Rafael, segue o exemplo da mãe de eterna viajante, e estava em Brasília, onde moram agora os avós maternos, com a mãe na ponte aérea entre Brasília e São Paulo para concluir o doutorado[13], o que ela conseguiu em 2015, com brilhantismo. Claide concluiu o dele em 2013[14], coordena o bacharelado em Arqueologia da UFOPA, em Santarém e toca a obra de construção da casa da família na belíssima Alter do Chão, banhada pelas águas claras do Tapajós, a cerca de 30 km de Santarém. O Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju, que já foi coordenado por ele, em 2015 tinha à frente a arqueobotânica Mirtle Shock, até 2014 professora visitante da UFAM.

Desde 2013, Anne Rapp colabora como perita do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense da Secretaria de Direitos Humanos, do governo federal. O Grupo de Trabalho Araguaia tem como objetivo encontrar os despojos de dezenas de desaparecidos durante a "guerra suja" da repressão à guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974. Continuam desaparecidos 57 guerrilheiros, 20 camponeses e 1 soldado. A rotina macabra para desaparecer com os corpos incluiu desenterramentos, destruição de ossos por queima ou ácido. A região da guerrilha era no Bico do Papagaio, na fronteira dos atuais estados de Tocantins, Pará e Maranhão. O centro da repressão, em Marabá, usou a sede do

12 RAPP PY-DANIEL, Anne. *Arqueologia da Morte no Sítio Hatahara durante a Fase Paredão*. Dissertação de Mestrado. MAE-USP, 2009.

13 RAPP PY-DANIEL, A. *Arqueologia da Morte na Amazônia: Levantamento dos Contextos Funerários com Vestígios Ósseos e Identificação dos Processos de Conservação*. Doutorado sob orientação de Levy Figuti. MAE-USP, 2015.

14 MORAES, C. P. *Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais*. Tese de Doutorado orientada por Eduardo Neves. MAE-USP, 2013.

então DNER[15] para as operações, onde, inclusive, teriam sido enterrados alguns corpos. Numa infeliz coincidência, estive hospedada nessa mesma sede do DNER, em janeiro de 1989, com a equipe da TV Manchete, desconhecendo o triste passado do local.

ESCAVANDO NO AMAZONAS

I - SÍTIO HATAHARA

Fases e Antiplásticos

No dia em que conheci Anne, na tal salinha compartilhada da UEA, ela me atendeu com a maior boa vontade, apesar do volume de tarefas. Aquela moça de beleza suave, tímida diante da câmera de vídeo com que gravei a entrevista, surpreendeu-me ao revelar a temática que escolheu: as práticas funerárias dos antigos, que começou a estudar no grande sítio cemitério-habitação de Hatahara, em Iranduba.

O sítio já tinha sido estudado por Juliana Machado, da USP, que fez o mestrado sobre os montículos construídos. O doutorado, ela foi fazer no Museu Nacional, no Rio. Em 1999, Eduardo Neves começou a escavar o Hatahara, onde as alunas Lilian Rebellato e Marisa Passos aprofundaram o estudo dos tipos de ocupação a partir da análise do solo, áreas de descarte, de fogueiras. Leandro Cascon e Caroline Caromano trabalharam a parte paleobotânica, tentando entender o clima da época. "Aí eu peguei a parte funerária", conclui Anne, com simplicidade.

– O sítio Hatahara tem essencialmente quatro fases arqueológicas já bem identificadas e estabelecidas – me explica ela. – Começa mais ou menos em 300 AC e vai até o século XVI, e ainda assim a área não é totalmente abandonada quando entra em contato com o europeu. Tanto que a cidade de Iranduba é praticamente em cima do sítio, como, aliás, acontece com vários outros também. Há mais de 100 sítios arqueológicos cadastrados só no município de Iranduba. A loca-



Entrevistei a arqueóloga Anne Rapp Py-Daniel em 2010, na pequena sala que compartilhava na Universidade do Estado do Amazonas.

15 Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, atual Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Ministério dos Transportes.

lização é muito interessante, porque está na junção de duas bacias hidrográficas, o rio Negro de um lado e o Solimões de outro. E é uma área sempre seca por causa do barranco alto, mesmo nas grandes cheias não inunda. Ou seja, ao mesmo tempo, permite utilizar os recursos do rio e os da terra firme.



Vista aérea de Açutuba, praia de areias brancas no rio Negro, município de Iranduba, que deu nome à mais antiga ocupação da região. Foto cedida por Eduardo Neves.

As fases identificadas no sítio Hatahara são Açutuba, Manacapuru, Paredão e Guarita, a partir dos abundantes vestígios cerâmicos, associados a outras características culturais. Pela antiga classificação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica, o PRONAPABA, era muito importante o tipo de antiplástico usado na cerâmica, isto é, a substância misturada à argila para lhe dar resistência. Os mais comuns são o **cauixi**, que consiste nas espículas (pontas calcáreas) de algumas espécies de esponja de água doce que se acumulam nas margens dos rios, e que se usa misturado ou não com outros antiplásticos, como a **areia**; tem o **caraipé**[16], uma entrecasca de árvore, da qual se utilizam as cinzas. Ainda funcionavam como antiplástico **carvão** ou **cacos** de cerâmica moídos, combinados ou não entre si, e **pó** de algumas rochas. Mas a simples presença ou não de determinado antiplástico, ou mesmo associado à técnica de tratamento da superfície das peças, não foram suficientes para aclarar a diferença entre horizontes, fases, tradições, estilos e modos da cerâmica, à medida que novas descobertas foram feitas.

16 Betty Meggers e Clifford Evans consagraram a denominação errônea "cariapé" para a casca da árvore *Licania*, cujas cinzas são usadas como antiplástico. Inicialmente usado em 1948, no artigo *"The Archaeology of the Amazon Basin, no Handbook of South American Indian"*, vol. 3, o termo foi repetidamente usado por eles. Até seu ferrenho opositor, Donald Lathrap, aceitou essa grafia. Esse é o tema do artigo de Robert Carneiro, traduzido por Denise Schaan para a Revista de Arqueologia, v. 22, n. 1, jan-julho de 2009, " 'Cariapé': Um caso de padronização de erro em Arqueologia", originalmente publicado no *Journal of the Steward Antropological Society*, vol. 6, n. 1, págs. 71-75.

cap8.indd 395 27/08/2015 15:19:44

Segundo Claide me explicaria depois, só a fase Paredão tem carvão misturado à argila, mas pode também ter caco moído muito fino, cauixi, cariapé. A Manacapuru e a Guarita só têm caco como antiplástico.

A arqueóloga Lilian Rebellato, que se deteve nas assinaturas químicas e físicas do solo no sítio Hatahara, ressaltou em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado[17] as possíveis associações da composição diferenciada do solo com dados etnohistóricos, assim resumidos no começo do trabalho: "Os resultados apontaram para uma aldeia circular associada à ocupação Paredão e um padrão linear para a ocupação posterior identificada como Guarita".

O padrão de aldeia circular é encontrado até hoje na sociedade multiétnica do Alto Xingu, como relatado por Heckenberger (2001), onde existe uma ocupação contínua de cerca de mil anos, segundo esse autor. A mesma disposição da aldeia existiu entre os Borôro e outros grupos Gê, do Planalto Central, e até os Tupinambá, no litoral. Quanto às aldeias lineares, amplamente descritas pelos cronistas do tempo colonial ao longo do Solimões, como as dos extintos Omágua, entre os rios Japurá e Coari, no Alto Amazonas, também foram encontradas entre os Karajá, outro grupo macro-Gê, do Planalto Central.

– Quem definiu as fases Manacapuru, Paredão e Guarita foi o [Peter Paul] Hilbert , que publicou em 1968 – continua Anne Rapp, em nossa conversa na UEA em 2010. – Mas quando ele fez o doutorado na Alemanha, onde não aceitavam o método Ford da Betty Meggers, ele adaptou a classificação à visão alemã e redefiniu todas essas fases. O problema é que só em alguns lugares a pesquisa continuou, como foi o caso do Pará. Aqui, no Amazonas, tem enormes lacunas entre quando passaram o Mário Simões, em 1983, na região de Silves, e o Eurico Miller, no rio Madeira, em 1979, e só agora, em 2010, quando a Helena [Lima] voltou a escavar no Baixo Urubu e o Claide [Moraes] no Baixo Madeira.

A cronologia relativa estabelecida por Peter Paul Hilbert, em 1968, continua valendo, segundo Anne Rapp em sua tese de doutora-

17 REBELLATO, Lilian. *Interpretando a Variabilidade Cerâmica e as Assinaturas Químicas e Físicas do Solo no Sítio Arqueológico Hatahara - AM*. Tese de Mestrado. Orientador Eduardo Neves. Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2007. Lilian faria o doutorado de 2007 a 2011 nos Estados Unidos, também na área de Geografia Física: *Amazon Dark Earths: a case study in the Central Amazon*. Orientador William Woods. University of Kansas, KU, EUA. Desde 2011 Lilian também é professora na UFOPA, em Santarém, e estava coordenando em 2014 os trabalhos de campo dos alunos no sítio Porto.

do, citando também Lima (2008) e Costa (2012). Da foz do Madeira até Tefé, podemos retroagir com as fases Guarita - 1.150 ± 57 DC; Paredão - 880 e 870 ± 70 DC; Manacapuru - 425 ± 58 DC e Caiambé - 640 ± 60 DC.

Tradição Pocó-Açutuba

Em 1975, Peter Paul Hilbert voltou à Amazônia acompanhado do filho Klaus Hilbert, como contei no capítulo 2. Foi nessa viagem à região de Oriximiná – Baixo Amazonas – que eles identificaram a fase Pocó, que seria anterior à já conhecida fase Konduri. Essa fase, a Pocó, aparentemente deu origem à Açutuba, a mais antiga do Hatahara, no que vários arqueólogos estão chamando de fase (tradição) Pocó-Açutuba.

– A Helena[18] [Lima] e a Vera[19] [Guapindaia] estão trabalhando com essa hipótese, de que talvez tenham descido da Venezuela pelo rio Trombetas, e vindo para cá – revela Anne, em 2010, lembrando que Silves e Itacoatiara, municípios do Baixo rio Urubu, ficam próximos à fronteira entre o Pará e o Amazonas atuais, ou seja, estão no meio do caminho.

Claide me diria depois que a Barrancoide ou Borda Incisa da Venezuela tem cerca de 2.500 anos, as do Baixo Urubu têm uns 2.200 anos.

– A Helena e o Claide estiveram com a Vera, em Belém, trabalhando juntos – continua Anne. – Eu sei que a Helena estava comparando material de Silves, que é borda incisa, que ela está encontrando agora [em 2010], com material Pocó, são bem parecidos. Então aqui, na região de Manaus, as coisas chegaram “prontas”, até mesmo nos sítios pré-cerâmicos. É o caso do Sítio Dona Stella, em Iranduba, onde foi encontrada uma ponta de flecha muita rara, feita em calcedônia, uma rocha que não é daqui da região. É uma peça fantástica, tem uns 10 cm, com 1 cm de espessura, que foi datada em 9.000 anos!

Ocupação mais antiga foi nos areais

Anne me explica que essa é uma das únicas pontas de flecha encontradas na Amazônia num contexto em que foi possível fazer a datação,

18 LIMA, Helena Pinto. *Tradições Amazônicas, Culturas e Histórias na Floresta Tropical.* Tese de Doutorado, orientador Eduardo Neves. PPG do MAE-USP, 2008.

19 GUAPINDAIA, Vera Lucia Calandrini. *Além da Margem do Rio: as Ocupações Konduri e Pocó na Região do Rio Trombetas - PA.* Tese de Doutorado, orientador Levy Figuti. PPG do MAE-USP, 2008.

pois havia um pouco de carvão e sobretudo lascas. Até aquele momento, datas mais antigas só tinham sido obtidas por Anna Roosevelt, na Taperinha e na Caverna da Pedra Pintada, na região de Monte Alegre, no Pará (Baixo Amazonas). Ainda assim, permaneceu um hiato de ocupação ou de vazio de dados entre os sítios pré-cerâmicos de 5.000 AP e os primeiros cerâmicos de 2.300 AP. Descobriram, então, que o padrão de ocupação mais antigo para a região era na área dos areais e, não, nos mesmos sítios onde encontraram os primeiros vestígios cerâmicos:

– Os areais são grandes concentrações de areia branca, geralmente são áreas de campinarana [tipo de vegetação mais rala associado a solos arenosos, semelhante à savana]. A origem dessa areia é uma controvérsia muito grande, cada pedólogo ou geólogo acha uma coisa, mas a maioria tem concluído que é de origem eólica, vem pelo vento. O fato é que foi o local de predileção para área de ocupação humana há 9.000, 7.000 anos atrás!

Anne destaca que aqui, na Amazônia Central, a Terra Preta só começou a aparecer há cerca de 2.000 anos, é bem "recente". As datas mais antigas de Terra Preta foram encontradas por Eurico Miller, em Rondônia, e confirmadas por Renato Kipnis (Scientia Consultoria) na região de Santo Antonio, no rio Madeira (Rondônia), com mais de 4.000 anos e até 4 metros de espessura:

– Aqui, o máximo que a gente encontrou, em áreas de montículos, ou seja, construídas, foi no Hatahara e no sítio Laguinho, na maior parte com 60 cm de espessura mas chegando até dois metros e meio de terra preta. Sugere ocupações grandes, durante muito tempo.



Caroline Caromano escava em 2006 na área das urnas, no Sítio Hatahara, onde se pode observar a espessura da terra preta.

Terra Preta: indiscutível ocupação longa

O surgimento da Terra Preta de Índio (TPI) na Amazônia Central e também mais ao sul corresponde à época de Cristo, quando grupos de línguas Arawak teriam migrado ao sul e ao oeste. Os Tupi ainda lá não estavam.

O jornalista norte-americano Charles C. Mann entrevistou James Petersen, suponho que em

2004, que lhe comentou sobre a existência de uma grande praça central e alguns diques defensivos, num sítio que escavavam numa margem alta, a uns 50 km subindo o rio Negro, possivelmente o sítio Açutuba. Na época, ao lado de Petersen trabalhavam Eduardo Neves e Robert N. Bartone, da Universidade de Maine (Farmington), quando localizaram mais de 30 sítios na confluência do Negro com o Solimões.

Mann visitou o sítio naquela ocasião e descreveu os dez montículos de terra ao lado da plantação de papaia que a equipe identificou como feitos pela mão do homem.

Segundo Anne Rapp, que teve a gentileza de rever os originais, as estruturas defensivas são no sítio Açutuba, mas as escavações, os montículos e os sepultamentos são no sítio Hatahara.

A datação por Carbono-14, segundo Mann, indicou que os montículos eram do ano 1.000 AC[20]. No maior deles, foram encontrados nove enterramentos e um corpo dentro de uma grande urna funerária. E isso foi apenas em um dos montículos. Neves destacou a quantidade de cacos de cerâmica, fazendo lembrar os montículos Beni, em Llanos de Mojos, dando a impressão de que a cerâmica foi deliberadamente quebrada para fazer os aterros.

O jornalista norte-americano conta que perguntou a Petersen, especialista em cerâmica, quantas peças utilitárias quebradas deviam haver ali. “Num cálculo improvisado, o montículo sobre o qual estávamos poderia ter mais de quarenta milhões de peças. Imagine o que foi preciso para fazer tanta cerâmica”, estimou Petersen. E Neves acrescentou: “Depois a quebravam. Olha como amontoaram os cacos [para fazer o montículo funerário]. É um exagero. Não acredito que aqui passassem necessidade”.[21]



Nessa foto de 2009 no Sítio Laguinho, Jaqueline Gomes, Everaldo dos Santos e Jaqueline Belletti posam na borda da trincheira escavada no sentido norte-sul, seguindo o alinhamento da antiga paliçada, como explicou Tamanaha. Era, certamente, uma estrutura defensiva.

20 Imagino que foi um erro de impressão, certamente seria 1.000 AP (ver Neves, Moraes 2012).

21 MANN, Charles C. *Op. cit*. págs. 398 e segts. Petersen seria assassinado na própria região, no ano seguinte, como já mencionei.

Trincheiras para a guerra

Pelas datações e características da cerâmica, teria havido duas ondas sucessivas de ocupação entre os anos 360 AC, quando começou a formação da Terra Preta, e 1.440 DC. Petersen descreveu o assentamento como "uma praça com pelo menos quatrocentos metros de lado, o dique com mais de noventa e até seis metros de largura e profundidade, sem dúvida com uma amplitude notável e permanente". Para os arqueólogos, indiscutíveis sinais de guerra entre os antigos e os novos ocupantes, já que teriam função defensiva. E Anne acrescenta: trata-se novamente do sítio Açutuba.

A Terra Preta apareceu na plantação de papaia do Hatahara entre 620 e 720 DC, como ocorreu aparentemente em todas as aldeias da Amazônia Central. Séculos depois chegou ao Alto Xingu, mas por volta de 1.100 ou 1.200 DC os povos de língua Arawak passaram a habitar essa mesma região, ombro a ombro com povos de língua tupi-guarani.

Segundo Michael Heckenberger publicou na *Science* em 2003, foram encontrados no Alto Xingu "os vestígios de dezenove grandes aldeias unidas por uma rede de amplos caminhos em um plano regional sumamente elaborado".[22] Em torno a esses assentamentos, já existentes por volta de 1.250 DC, os xinguanos construíram "pontes, represas nos rios, açudes, caminhos elevados, canais e outras estruturas (...) em um meio ambiente bastante complexo, que rivaliza com o de muitas sociedades complexas das Américas e de outros lugares do mundo".

Em 2001 ele já havia destacado os traços culturais marcantes que, a seu ver, denotavam a indiscutível origem de povos de língua Arawak: hierarquia social, regionalidade, sedentarismo, agricultura intensiva, aldeias circulares e cerâmica Barrancoide.

Tive a oportunidade de acompanhar o trabalho de campo de uma equipe multidisplinar com integrantes de vários países, entre eles a brasileira Denise Schaan, que desde 2011 estuda as terras pretas na região do rio Tapajós, no Pará. Aprendi a diferença entre terra preta e terra mulata e ouvi opiniões de vários especialistas sobre as características dessa indiscutível criação humana, que conseguiu enriquecer a terra que se

22 HECKENBERGER, M. J. *et al.* "Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?" *in Science* 301: págs. 1710-1714, 2003.

trabalhou, ao contrário do que ocorre em nossos dias, como veremos no próximo capítulo.

Antigas certezas derrubadas

A Amazônia é uma região tão grande que os arqueólogos se sentem "isolados", são áreas enormes ainda não pesquisadas. Muitas das antigas certezas vão sendo derrubadas com as novas descobertas. De uma coisa os jovens arqueólogos amazônicos estão convencidos: existiu uma grande malha fluvial de contato, estão surgindo – distantes um do outro – vestígios semelhantes, alguns materiais que forçosamente viajaram muito até chegarem onde foram encontrados.

– Acho que a diversidade cultural amazônica revelada pela Arqueologia mostra que é tudo muito mais complexo do que a visão consagrada que passaram para a gente – afirma Anne Rapp Py-Daniel. – São diferentes tamanhos de populações, pequenas aldeias e também grandes assentamentos, talvez com milhares de pessoas. Foi um erro acreditar que, no passado, os grupos indígenas eram como os atuais, vivendo em regiões periféricas. Está claro que essa foi a forma de sobreviver à conquista enlouquecida do Brasil pelos europeus.

As práticas funerárias

A partir do estudo das práticas funerárias no sítio Hatahara, assunto de seu mestrado, Anne resolveu fazer uma correlação entre essas práticas em toda a calha do rio Amazonas, assunto que desenvolveu no doutorado. Em setembro de 2013, ela apresentou no III EIAA, em Quito, uma parte do seu trabalho, ressaltando que ainda não estudara o suficiente o Baixo Amazonas[23].



Esse "cemitério" marajoara fica em Macapá, onde Anne Rapp esteve por último no seu estudo das práticas funerárias para o doutorado.

– Falar de morte é falar de vida, pois ao analisar a morte e

23 RAPP PY-DANIEL, Anne. "Como os contextos funerários nos ajudam a entender os vivos na Amazônia Pré-Colombiana" em ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Anais do III EIAA*. Quito, Equador, 2013.

cap8.indd 401 27/08/2015 15:19:49

o tratamento funerário, estuda-se o comportamento dos vivos e, não, o comportamento dos mortos – ressalta Anne em seu trabalho. – É importante entender que o tratamento funerário não é único, mesmo dentro de uma mesma sociedade. Está relacionado ao status do indivíduo, ao local onde morreu e assim por diante. E, certamente, são possíveis as associações da cultura material arqueológica com os grandes troncos linguísticos, principalmente o Tupi e o Arawak.

Em 2012, Eduardo Neves escreveu, com Claide Moraes[24], que a arqueologia da Amazônia dialoga mais intensamente do que em outras regiões com a antropologia cultural, a linguística e a ecologia humana. Anne cita que seu professor destacou a correlação do meio ambiente com as escolhas de ocupação humana, a relação da identidade com os vestígios materiais arqueológicos e a consideração do impacto da colonização europeia.

Por outro lado, línguas não podem ser diretamente relacionadas a etnias, já que existe multilinguismo e regiões multiétnicas. Em alguns casos, é nítida a continuidade entre o passado e o presente, como no Alto Xingu, com os Arawak como uma das origens dos atuais Kuikuro. No norte da Amazônia, entre o Amapá e a Guiana Francesa, há os remanescentes dos Palikur (citando Rostain, 1994[25], e os recentes trabalhos de Saldanha e Cabral).

II - MÉDIO E BAIXO MADEIRA

Paredão tem parede fina

– O nome Paredão foi dado pelo [Peter Paul] Hilbert, porque o primeiro sítio catalogado foi aqui na cidade de Manaus, era um barranco alto conhecido como Paredão – me explica Claide de Paula Moraes, quando finalmente consegui entrevistá-lo após seu retorno de Borba, no Baixo Madeira. Ele estava analisando o material num laboratório cedido pelo INPA, em Manaus. – O que se destaca na cerâmica Paredão é a tecnologia de manufatura sofisticada, você pode olhar que são paredes extremamente

24 NEVES, E. G. e MORAES, C. P. "O Ano 1000: Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central" em *Amazônica Revista de Antropologia* 4(1): págs. 122-148, 2012.

25 ROSTAIN, STÉPHEN. "L'Occupation Amérindienne Ancienne du Litoral de Guyane". Editions de l'ORSTOM, coll. Travaux et Documents Micro-fichés, 129, 2 vol. Paris: Université Paris I Panthéon-Sorbonne, 1994. Eu conversei com Rostain em Manaus, em 2010, como veremos ainda nesse capítulo.

finas. Essa peça aqui, por exemplo, apesar de grande, é muito leve, é um material muito bem feito.

Uma das propostas do trabalho de Claide naquele momento, em 2010, era comparar o material que ele encontrou na região de Iranduba, particularmente na região do Lago do Limão, com outros também da fase Paredão, mas em locais distantes de Iranduba, tentando descobrir o limite da ocorrência dessa fase:



Claide Moraes me mostra no mapa onde tinha acabado de trabalhar, no Baixo Madeira.

– Essa área do rio Madeira foi visitada pelo Mário Simões nos anos 1980, quando ele encontrou urnas funerárias antropomorfas, policromas. Mas como o trabalho que ele fez foi mais um trabalho exploratório rápido, não tem muita coisa detalhada sobre a ocupação da região. A gente sabe que tem uma predominância da cerâmica Policroma, mas tem essa cerâmica que a gente está trazendo agora que é praticamente desconhecida – destaca ele, com seu jeito tranquilo de goiano.

REGIÃO VISITADA POR NIMUENDAJU, MILLER E SIMÕES

Mário Simões e Daniel Lopes, ambos do Museu Paraense Emilio Goeldi, classificaram a cerâmica do Baixo e Médio Madeira como da fase Axinim da tradição Inciso Ponteada, conforme publicaram em 1981. Na ocasião, eles identificaram e escavaram 31 sítios entre Manicoré e a foz do Madeira, definindo três fases: Borba, Axinim e Curralinho, sendo Borba uma subtradição Guarita da tradição Policroma e as fases Axinim e Curralinho como sendo da Inciso Ponteada (1987).

Claide Moraes estava concluindo em 2010 que Borba e Curralinho seriam a mesma coisa. Essa região já tinha sido visitada por Curt Nimuendaju e Eurico Miller. No artigo citado de Eduardo Neves e Claide Moraes de 2012, eles lembram que as peças apresentam muito mais semelhanças com a tradição Borda Incisa.

cap8.indd 403 27/08/2015 15:19:49



Claide acondiciona o sepultamento encontrado no montículo I do Sítio Hatahara, em 2008. Foto Val Moraes.

O discípulo dileto de Eduardo Neves

Claide de Paula Moraes graduou-se em História na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com a monografia de final de curso sobre o tema que o absorveria, a História da Arqueologia da Amazônia. Depois de trabalhar em vários salvamentos em Goiás e na Amazônia, ele "mergulhou" na região amazônica com os estudos para o mestrado e o doutorado no MAE da USP, sempre orientado por Eduardo Neves, e se radicou em Manaus.

Por já ter uma boa experiência com material lítico, chegou a receber um convite de Niède Guidon para trabalhar na Serra da Capivara, no Piauí, onde iria coordenar um projeto de pesquisa, mas não deu para ele aceitar. E até hoje ele não conhece a Serra da Capivara, lastima.

Como em toda a Amazônia, Claide teve que lidar com a convicção da população local de que os potes enterrados podem conter ouro. A origem do mito foi o movimento da Cabanagem, que inspirou muito medo e levou, de fato, as pessoas com posses a enterrarem o que tinham de valor. Quando chegam os arqueólogos, todo mundo acha que eles estão desenterrando ouro e que, se você não acreditar, o ouro vira cinza... Bem, muitas das urnas funerárias contêm sepultamentos cremados, o que pode ser a origem da lenda, lembra ele. E na região do Madeira tem mesmo muito garimpo de ouro, o que só tornou mais viva a história do precioso pote enterrado.

O rico rio Madeira

A região de trabalho de Claide era a calha do rio Madeira desde a fronteira entre os estados de Rondônia e Amazonas, próximo a uma vila chamada Calama, até a foz no rio Amazonas, junto a Autazes, são 900 km de rio. Ele percorreu trechos de toda a região, identificando 100 sítios numa primeira viagem, em janeiro de 2010. E explica a forma de trabalho:

– Nós percorríamos de voadeira uma distância que permitisse ir e voltar no mesmo dia, parando nas comunidades e visitando as áreas

de melhor acesso. A cidade de Novo Aripuanã, por exemplo, na foz do Aripuanã, fica em cima de um sítio arqueológico bem grande. Só no baixo curso do Aripuanã identificamos 8 sítios arqueológicos, é uma região densamente ocupada, como em geral os encontros de grandes bacias.

Claide conta então uma surpreendente descoberta, e como agiu para respeitar os atuais moradores do sítio arqueológico:

– Na comunidade de Vila Gomes, quase em frente a Borba, comecei a andar pelos quintais das casas e logo na frente da casa da Madalena, uma das senhoras que moravam lá, eu vi que estavam aflorando duas urnas funerárias. Praticamente na porta da cozinha dela. Dava para ver que o material já estava bastante impactado pela moradia, a camada arqueológica já tinha desaparecido. As urnas deviam ter sido enterradas a 60 ou 70 cm de profundidade, e essa camada desapareceu com a erosão das chuvas, com a varrida do quintal. Como seria quase impossível que eles não mexessem nas urnas, achei melhor explicar para ela como era o trabalho do arqueólogo: "Olha, essas vasilhas são urnas funerárias indígenas, mas indígenas de um tempo muito antigo, provavelmente uma coisa de antes da chegada dos europeus aqui." Falei, então, que eu tinha interesse em pesquisar ali naquele local, se ela concordaria que eu trabalhasse no quintal dela, na porta mesmo da cozinha. Ela concordou.

Em caráter emergencial, as urnas foram trazidas para o laboratório em Manaus, onde Claide descobriu restos humanos no interior, o que também indicava um potencial de preservação de material orgânico para esse sítio, coisa rara na Amazônia. Elas tinham engobo vermelho e pareciam ter alguma semelhança com o que Betty Meggers chamou de borda incisa. Ao voltar em agosto/setembro de 2010, ele conseguiu delimitar o sítio com mais de 20 hectares, ainda não datado, mas que ele acreditava ter tido uma longa ocupação.

Numa prateleira do laboratório, outra urna, essa encontrada na cidade de Borba, tinha sido recolhida por professores de um colégio da cidade ao ser revelada por uma obra de infraestrutura. Mesmo fora de contexto, foi possível identificar a cerâmica policroma com urna e tampa antropomorfa. Apesar de não se encaixarem muito bem, os professores garanti-


Urna recolhida por moradores de Borba, durante uma obra, com ossos calcinados no interior.

ram que elas foram encontradas assim, com a cabeça em cima da urna. Claide explica:

– O que acontece? Esse é um vaso reutilizado, talvez tenham usado depois o vaso como urna funerária e deram essa tampa para ele. Pode ser que ela encaixasse direito na época, a cerâmica se dilata e se contrai ao umedecer e secar. O conteúdo é osso humano[26]. Isso aqui são fragmentos de ossos, eles foram queimados, quebrados e depois colocados aqui dentro dessa urna.

Ele me mostra uma urna ainda coberta de terra úmida recém chegada no laboratório, ainda lacrada. Apesar de quebrada, dá para notar que o vaso tem alguns apliques, e, segundo Claide, a borda é cheia de detalhes, tem engobo vermelho e incisões. Ele a encontrou a um metro de profundidade, e tinha um outro vaso perto dele. Poderia ser um contexto funerário, algum tipo de oferenda ao lado do sepultamento, acha ele. É um vaso com três protuberâncias. Esse mesmo vaso, limpo e fotografado, está na figura 3 do artigo de Neves e Claide de 2012, "O Ano 1000: Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central", considerado como acompanhamento funerário.

Borda Incisa é Arawak e Policroma é Tupi

Segundo Claide e Neves souberam de Miller, por comunicação pessoal em 2010, este encontrou na região do Madeira sítios pré-cerâmicos de até 7.000 AP e ocupações ceramistas de pelo menos 5.200 AP. Mas ele próprio recomendou a confirmação de tais dados por novas pesquisas, o que já vem ocorrendo. Ao longo do Solimões e do Madeira, sob uma camada de cerâmica policroma, encontram-se outras com diferentes designações segundo o local, agrupadas na tradição Borda Incisa e associadas a povos de línguas Arawak.

O rio Madeira seria uma espécie de "fronteira" de onde essa cerâmica Paredão teria se expandido para a Amazônia Ocidental, a partir do século VII DC. Essas ocupações, sempre segundo os dois autores, seriam em aldeias circulares, com casas construídas sobre plataformas (montículos) e enterramentos nessas mesmas plataformas, possivelmente dentro das casas, segundo Anne Rapp. Hilbert tinha observado, em 1968, o enterramento em urnas em forma de pera com apêndices laterais antropomorfos e zoomorfos. O auge desse processo associado à fase Paredão é por volta do ano 1.000

26 Em 2015, Anne Rapp disse que reviram as análises e concluíram tratar-se de ossos de fauna.

cap8.indd 406 27/08/2015 15:19:50

DC, quando não só as ocupações são muito grandes, mas também há uma visível sofisticação tecnológica, como na queima da cerâmica.

Almeida (2013), citado pela Anne, considerou que o material mais antigo do sítio Teotônio, no alto Madeira, tem mais a ver com Borda Incisa do que com a tradição Polícroma. Já Zuse (2014), achou Borda Incisa no Madeira com datação mais recente, de 500 a 1.300 DC.

– Tem uma cronologia mais ou menos estabelecida da fase Guarita de que a mais antiga está no Baixo Amazonas, nas proximidades de Silves, Itacoatiara, por ali (Baixo rio Urubu), onde a Helena está trabalhando – explica Claide, em nossa conversa em 2010. – Aqui em Manaus é um pouco mais recente. A minha proposta do doutorado é datar esses contextos policromos do rio Madeira, entender qual a relação cronológica com a cerâmica do rio Napo, que já tem algumas datas, ver qual é o tempo cronológico que separa essas duas coisas muito semelhantes estilisticamente para ver se foi uma expansão rápida, alguma coisa de contato que ia e voltava, e qual a relação disso com as outras cerâmicas diferentes, como a Paredão.

Guarita e Paredão coexistiram em Iranduba

Na região de Iranduba, próxima a Manaus, houve uma convivência talvez pacífica em alguns momentos, talvez conflituosa em outros, como sugerem as trincheiras, mas o fato é que as fases Guarita e Paredão coexistiram no tempo e no espaço por pelo menos 300 anos:

– Do ano 1.000, mais ou menos, até 700 anos atrás, existia cerâmica Policroma, Guarita e também cerâmica Paredão. Queremos saber até onde vai algo semelhante à cerâmica Paredão no rio Madeira, para entender se a policromia vem da região do Madeira e chega ao rio Napo ou se o caminho é o oposto, e o porquê dessa semelhança tão grande. Do que sabemos, o caminho foi inverso ao que a Meggers propôs.

Sítio Antonio Galo é só Paredão

No laboratório em que Claide Moraes está estudando o que coletou ao longo do Madeira, numa sala cedida pelo INPA, há também material escavado no ano anterior num sítio-escola do curso da UEA, em Iranduba, no sítio Antonio Galo. Ele me chama atenção para vários fragmentos de vasilhas de parede bem fina e sustentadas por uma alça, como se fosse uma cesta. Há vasilhas utilitárias pequenas, outras enormes,



Em 2010, Claide estava trabalhando no laboratório cedido pelo INPA, em Manaus.

como bacias, possivelmente para processar algum tipo de alimento.

– E você tem também uma coisa bastante recorrente na arqueologia da Amazônia que são as miniaturas de vasos, provavelmente relacionadas com o ensino e aprendizagem – destaca ele. E pegando um bem pequeno: – Esse vasinho aqui você vê que foi feito por uma pessoa com pouca habilidade, a base é meio torta... Certamente um aprendiz, uma criança aprendendo a fazer cerâmica.

O sítio Antonio Galo é unicomponencial, ou seja, só tem cerâmica Paredão, facilmente identificada pela pasta e pela decoração, segundo Claide. Mas aí tem a cerâmica que não é decorada. Como exemplo, ele me mostra um assador, é como um forninho para torrar farinha, cheio de furinhos, uma peça utilitária, sem decoração. Existem idênticos assadores na fase Manacapuru e na fase Guarita. Pela datação, ficou confirmado o que o contexto indicava, que aquela peça é Paredão.

Como bom professor, Claide amarra as ideias:

– Qual é a moral da história aqui? A gente quer entender qual a relação tanto da cerâmica Paredão quanto dessa cerâmica nova aqui com essa da fase Guarita que nós temos, que é da tradição Policroma. Tanto lá no rio Madeira como aqui na calha do Solimões, essa cerâmica policroma aparece até a região do rio Napo. Como ela vai aparecer também no Baixo Amazonas? – questiona ele. Com a calma habitual, ele afirma: – A Betty Meggers acreditava que essa cerâmica Guarita teria ligação com a Marajoara. Eu, particularmente, acredito que elas são coisas diferentes.

Traços Pan-Amazônicos

Claide Moraes enuncia um conceito que se consolidou como um eixo de raciocínio na arqueologia amazônica, nos anos seguintes:

– Acredito que existem coisas pan-amazônicas, como as urnas antropomorfas, elas têm semelhanças na Amazônia inteira. Esses povos provavelmente tinham algum tipo de contato. Sabemos que os rios são caminhos muito bons para se atravessar a Amazônia, e certamente esses caminhos foram utilizados no passado. Eu não vejo tanta semelhança entre a cerâmica policroma Guarita e a cerâmica Marajoara, além da policromia, que também é uma característica pan-amazônica.

Meses antes eu tinha encontrado Claide trabalhando ao lado de Vera Guapindaia, Daniel Lopes, Cristiana Barreto e uma grande equipe no Cipoal do Araticum, sítio próximo ao rio Trombetas, no Pará, num projeto de arqueologia preventiva na região em que a Mineradora Rio do Norte pretendia abrir uma nova estrada. Justamente por cruzar o interflúvio, ou seja, as escavações eram afastadas da margem dos rios, surgiam revelações desconcertantes. A cerâmica Pocó, muito decorada, foi encontrada em plena terra preta, ao contrário do que se achara até então, e que se supunha ser de ocupações menores, portanto sem terra preta, anteriores à Konduri.

Na conferência magistral no III EIAA em Quito, em setembro de 2013, Eduardo Neves apresentaria a tradição Pocó-Açutuba, num trabalho assinado com vários parceiros, como Vera Guapindaia, Helena Pinto Lima e dois estudantes que trabalharam em Tefé, Bernardo Costa e Jaqueline Gomes. Era o novo olhar sobre as inter-relações de diversas culturas na Amazônia pré-colonial.

III - SILVES, TRANSIÇÃO DO BAIXO PARA O MÉDIO AMAZONAS

Sítio-Escola no Baixo Urubu

Silves fica a cerca de 200 km a leste de Manaus, em linha reta, o que não quer dizer muita coisa na Amazônia. Pela estrada, a distância é de 334 km e, de barco, são 250 km descendo o Amazonas. Leva quatro horas até Itacoatiara e mais uma hora e meia em barco expresso até Silves. É uma região de muitas baías que se formam pela junção dos afluentes quando vão chegando ao Amazonas, e que se transformam em lagos na época da seca.



As chamadas águas pretas do lago Canaçari são características dos afluentes da margem Norte do Amazonas, dos rios que descem do antigo Escudo das Guianas.

O lago Canaçari, que banha Silves, reúne as águas dos rios Urubu, Itabani e Sanabani, além dos igarapés Açu e Ponta Grossa. O rio Urubu, por exemplo, desembocava no Amazonas na altura de Itacoatiara. Com o tempo



Junto ao lago há o platô que nunca inunda, por isso ocupado há pelo menos vários séculos. Nos barcos, cada um instala a sua rede.

– alguns milhares de anos – fez um caprichoso cotovelo e seguiu paralelo ao Amazonas até a altura de Silves, onde chega ao lago. O projeto de Helena Lima chama-se Baixo Urubu, assunto de sua tese de doutorado, correlacionando as fases mais antigas da região, Açutuba e Manacapuru, com a Barrancoide do litoral caribenho.

Essa região fronteiriça entre os estados do Amazonas e do Pará tem se revelado fronteira também de estilos de cerâmica, arte rupestre e diferentes tipos de ocupação humana. Elevações próximas ao rio não inundam nem com as grandes cheias, o que garantiu sua ocupação contínua ao longo dos tempos.

Quando desembarquei em Silves, em julho de 2010, peguei um mototáxi, único transporte disponível. O piloto tranquilamente equilibrou minha mochila na garupa e lá fomos nós morro acima, até a Pousada Aldeia dos Lagos, onde se hospedava a equipe do sítio-escola, coordenado por Helena. Como eu já observara pelo interior do Nordeste, também aqui na Amazônia a motocicleta tornou-se não apenas o meio de transporte mais importante, como é fonte de sustento de milhares de jovens. Até nas reservas florestais são eles que conduzem os pesquisadores por trilhas na mata, como eu teria oportunidade de observar na Floresta Nacional de Tapajós.

A pousada é um projeto ecoturístico em parceria dos ribeirinhos, através da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural - ASPAC, que reúne 32 comunidades, com a organização WWF Brasil - World Wild Fund for Nature, que em português é Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza, com sede na Suíça e apoio da União Europeia.

A localização é maravilhosa, no alto, tem-se a vista de um mundão de água, com terras aqui e acolá, misturando rios, baías e ilhas. As instalações são chalés rústicos e um deles, maior que os outros com uma grande varanda, é onde servem o café da manhã e são feitas as reuniões da equipe. Infelizmente não pude me hospedar na pousada, já não havia lugar. Mas fiquei numa outra, bem baratinha, perto do porto, o que faci-

litava para tomar uma cervejinha com a equipe ao final da jornada, às vezes imundos, do jeito que chegávamos do sítio.

Local de massacres com visagem

A localização privilegiada da Aldeia dos Lagos certamente foi apreciada também nos tempos pré-coloniais. No século XVII, a partir da fundação da Missão do Saracá, nome do lago e antigo nome de Silves, a foz do rio Urubu foi palco de violentos combates entre portugueses e os índios Caboquena, Buruburu e Guanavena, esses últimos ainda lembrados no nome de uma pousada "chic" para turismo na "selva".

Apesar da imposição da religião católica na marra e, mais recentemente, da "invasão" evangélica, o universo ribeirinho é cheio de encantados e visagens até hoje. Logo no meu primeiro dia, tomei conhecimento da visagem de um menininho, que apareceu até para uma turismóloga do Pará integrante da equipe, Sabrina Campos:

– A gente estava chegando do campo, foi a minha estreia na escavação. Eram umas cinco e pouco da tarde, eu estava subindo essa escadinha aí, olhei para cima e vi aquele garotinho de uns 8 anos de idade, com feições indígenas, cabelo curtinho, estava na janela me espiando. Foi muito rápido, olhei para cima e entrei. Perguntei se tinha alguma criança lá em cima e me disseram que não. Aí todo mundo ficou assustado e eu percebi os olhares nervosos do pessoal daqui. Um dia em que levamos uma das escolas para visitar o sítio, assim que chegou o ônibus aqui uma das crianças disse que aqui já tinha morrido gente. Foi assim que começamos a conversar sobre as lendas.

Eu aprenderia que essa equipe não só era multidisciplinar mas se dispôs a um trabalho diferente do que costuma ser feito, abrangendo outros saberes, além do arqueológico.

Reflexões sobre o sítio-escola

A professora Helena Pinto Lima abre a reunião pela manhã:

– Agora que passamos da metade do campo [a equipe já trabalhava havia duas semanas], acho que chegou o momento de, mais uma vez, trocarmos nossas experiências, cada grupo contar um pouco o que está fazendo, o que está vendo. É importante que a gente fuja daquela postura de só olhar para a sua escavação, para o seu contexto, esquecendo do contexto geral do sítio.





A professora Helena Lima conduz a reunião com a equipe ao lado da filha Flora.

Helena é paranaense de Bandeirantes, uma cidade pequena próxima a Maringá, e cresceu em Ribeirão Pinhal, numa fazenda de café. Fez graduação em História na USP e diz que foi por acaso que começou o estágio no laboratório de Eduardo Neves. Passou anos lavando caquinhos, mas se tornou uma verdadeira arqueóloga, graças ao professor, reconhece, agradecida.

Ao lado dela está brincando sua filhinha Flora, de um ano e nove meses. Quando reencontrei Helena em Macapá, em 2014, Flora estava com 6 anos e ela já tinha dois outros filhos: Maia, de 3 anos e o José Aru, com 9 meses, que acompanhou, mamando, a apresentação da mãe. Aru, Helena explicou, é o homem-sapo que dá origem à humanidade, para os índios Baré.

O lugar é muito arborizado, agradável, o sol ainda não está queimando, podemos apreciar a linda luz amazônica. De ouvidos atentos, estudantes e profissionais de arqueologia, história, ciências sociais, geografia, botânica, turismo e letras participam igualmente dos grupos. Todas as funções em campo são rotativas. A maioria dos participantes é aluna do curso de Tecnologia em Arqueologia, de Iranduba, da UEA. Mas faz parte do grupo, por exemplo, a norte-americana Angelina Howell, pós-graduanda da Universidade da Flórida, aluna de Michael Heckenberger, interessada na educação patrimonial.

Angelina me procurou por email, tempos depois, para colher dados para sua pesquisa. Não pude ajudá-la, não anotei e não me lembrava de quanto gastei nessa viagem, preço da pousada, da cerveja, da comida. Desculpe, Angelina. Tínhamos conversas incríveis misturando inglês e português. Muito gente boa. Ela entrevistaria Helena para saber os deta-

cap8.indd 412 27/08/2015 15:19:53

lhes de como chegou à comunidade. No caso do Pontão, a arqueóloga teve a ajuda de um agente de saúde local. Numa vez anterior que visitou o sítio com o marido e a filhinha, os moradores não deram muito papo, foram evasivos quando perguntados sobre caquinhos.



Daniel é bom de papo e ajudou a levantar a história do lugar.

Já a cientista social Maria Tereza Vieira Parente, com mestrado em arqueologia, está preocupada com a musealização dos sítios, abrindo discussão sobre a participação das comunidades que habitam os sítios arqueológicos, "continuando a construí-los". Mas sigamos a conversa da professora Helena com os alunos.

Daniel Lopes Cavalcanti, natural de Manaus, é videasta e estudante de arqueologia da UEA. Ele traz as informações fornecidas por dona Zuzu, uma moradora de 81 anos do Pontão, a localidade que eu conheceria a seguir:

– Ela nos mostrou o lugar onde houve uma casa quando ela chegou aqui. Foi bem interessante porque apareceram perturbações que pensávamos ser feições[27]. Ou seja, na primeira unidade encontramos vestígios históricos, bonecas. Na segunda, houve uma ocupação mais recente. A ideia dos registros[28] foi muito boa, nos ajudou a pensar nos achados. Dona Zuzu também contou que só usava cariapé [como tempero] na cerâmica, porque o cauixi acaba com a mão, é muito áspero. Interessante, ela poderia ter dito que não usava cauixi porque não tem por aqui. E falou também que onde eles buscavam argila ficava submerso na cheia, só dava para buscar quando a água descia.

– Vocês estão vendo como é importante procurar as informações sobre o local que vamos escavar – comenta a professora. – Na primei-

27 "**Feição** é uma estrutura, pode ser uma estrutura de queima, por exemplo, que aqui está aparecendo no perfil estratigráfico", me explicaria Leandro Gustavo Rego Braga, o Leandrinho; "Pode ser a marca de um buraco de poste, do esteio de uma casa, de cerca, paliçada, pode ser um silo de armazenagem", completa Helena. "Como disse o João ..., é uma marca que fica impressa no solo de alguma atividade, por isso damos um tratamento diferenciado, no desenho, na fotografia, na coleta de amostras."

28 **Registro arqueológico** é a evidência material de sociedades passadas encontrada pelo arqueólogo, que pode ser fragmentos ou peças de cerâmica, líticos, ossos, vegetais, etc. No caso, Daniel parece se referir ao registro em fichas dos achados de cada camada escavada.

ra escavação apareceu aquela bonequinha de dedo, típica dos anos 1970, vocês lembram? E realmente confirmamos que nas proximidades tinha tido uma casa, ali devia ser o terreiro da casa. Se o objetivo da Arqueologia é entender o processo de alteração dos espaços desde o período pré-colonial, a gente percebe que a informação que os velhos da comunidade podem nos dar dos anos 1950 para cá já muda bastante a nossa interpretação dos registros.

"Será que só a cerâmica traz informação?"– perguntou o aluno José Gama de Albuquerque, o veterano da turma, com 60 anos, na pesquisa que fez na véspera entre os próprios colegas do sítio-escola, ajudado por Luzinete Soares Bobot: "O que cada um entende por vestígio arqueológico? O que cada unidade está revelando?" E conclui ele na reunião: – Então não podemos achar que uma unidade não está interessante porque não aparece muita cerâmica. Tem todo o contexto, a terra preta, o limite ou não-limite, a lixeira do sítio.

Surpreendo-me ao descobrir, dias depois, que o Gama é agente penitenciário na cadeia pública. Para participar do sítio-escola, está faltando oito plantões, que ele vai cobrir nas férias. Trabalha duas vezes por semana no contato direto com os presos e suas famílias.

– Somos todos sujeitos na pesquisa, mas também objetos de pesquisa – destaca Helena.

Agora fala Leandro Camilo da Silva, o Merrinha, que é do grupo 1:

– Aquela primeira unidade que a gente escavou parecia o "filé" do sítio. Só que ao lado da nossa unidade, onde escavou o João [Queiroz Rebouças] e o Francisco [Vilaça Nunes], tinha um pacote de terra preta relativamente grande mas que não tinha tanto material cerâmico como na nossa unidade. Depois fomos lá para o pomar, onde a sondagem já tinha indicado um pacote pequeno [de terra preta] e pouco material também. Conversando ontem com algumas pessoas, descobri que uma unidade a 10 metros da nossa tem um pacote de TP bem grande, assim como o que a Margareth [Cerqueira] e os meninos estão escavando lá embaixo. Então eu acho que está um pouco complicado, algumas das respostas só vamos ter conversando com a comunidade, porque tem um metro de terra preta aqui, do lado tem 30 cm, como vamos entender isso?

Estamos participando ao vivo de como se montam hipóteses de trabalho, trocando as impressões entre os vários grupos.

– É difícil mesmo – reconhece a professora. – Por mais que passemos anos e anos num sítio, sempre teremos outras perguntas para responder. Mas vamos analisar: até que ponto o trabalho nos revela uma ocupação pontual e até que ponto ela nos dá um mapeamento geral do sítio?

As pegadas no espaço

Já com Flora no colo, Helena se entusiasma com o mapa da comunidade feito pelos alunos Adilon Pereira Inuma e Suzane Lima, um croqui feito em escala, usando trena e bússola para as medições:

– Vou passar para vocês darem uma olhadinha no nosso trabalho – diz Adilon com alguma timidez. – Não sei se dá para ver daí, mas aqui é o campo de futebol, que é o centro da comunidade. Desenhei os caminhos que nós seguimos todos os dias.

Adilon tem 21 anos e morava às margens do lago em Iranduba, onde sempre encontrava cacos de cerâmica pelo chão. O pai, agricultor, dizia que eram dos índios. Só foi se interessar pela Arqueologia quando viu o pessoal trabalhando no sítio Hatahara, em 1998, e no sítio do Laguinho. Não teve dúvidas do que queria fazer quando abriu o curso em Iranduba.

Gisele Felipe, turismóloga recém-formada, complementa a explicação sobre o croqui:

– Nós pegamos [ela e o Merrinha] o croqui do Adilon e ampliamos para uma escala de 1:500 [um centímetro para 500 metros]. No caso, só foram as estruturas que a gente passou a utilizar para a questão do mapeamento, para a coleta de pontos, digamos assim. A intenção é sobrepor esse mapa com o da tradagem [malha de sondagens feita no início para a escolha dos locais de escavação no sítio, inclusive para a sua delimitação].

Helena observa que nesse mapa resultante, os moradores poderão enxergar onde é a igreja, onde são suas casas:

– A gente chega falando que os cacos são muito importantes, que a terra preta é mais profunda aqui e menos profunda ali, até que ponto isso está dentro dos interesses deles mesmos? Quando mostramos que estamos trabalhando com as coisas do cotidiano deles, acho que muda essa relação com a comunidade.

O grupo se reúne em torno dos mapas sobrepostos no chão:

– Esse é o eixo Norte-Sul, esse o Leste-Oeste. As outras linhas e todas

as sondagens que foram feitas resultaram nesse mapa, produzido por todos nós juntos, cada grupo passou as informações das suas linhas de tradagem.

Bruno Marcos Moraes[29], que nos daria aula sobre como usar o GPS e a estação total[30], coordena essa parte dos trabalhos de campo. Casado com Helena havia 4 ou 5 anos, ele é um paizão para Flora e os irmãozinhos que viriam nos anos seguintes. Eles se conheceram no MAE da USP, onde Bruno, formado em Ciências Sociais, trabalhou com material etnológico, particularmente com a cestaria dos Assurini, do Xingu, interessado em como os símbolos corporais eram também encontrados nos objetos. Desde 2007, passou a integrar o Projeto Amazônia Central, de Eduardo Neves, e se envolveu com essa questão do uso do espaço. Em 2010, fazia mestrado em Geografia na UFAM voltado para a paisagem social da arqueologia, em como as ferramentas do geoprocessamento, do sensoriamento remoto, podem auxiliar a arqueologia a entender as escolhas culturais dentro dos espaços.

– Fazer esse mapa – diz ele – não é só colocar essas casas dos moradores, até porque a comunidade é muito fluida, muda muito a forma como o espaço é utilizado. Aí alguém diz: "Ih, aí onde vocês estão cavando há 10 anos tinha uma casa". É importante ir conversando de casa em casa, ver onde essas pessoas estão hoje, onde seus filhos moram, a gente acaba compreendendo um pouco a forma como essas relações sociais se dão dentro do espaço. Essas atividades de croquis, escala, podem parecer muito técnicas à primeira vista, mas a minha intenção é que vocês reflitam sobre as "pegadas no espaço" deixadas pelas relações sociais, que não são materiais, não são corpóreas.

Sítio arqueológico em construção

Naquele meu primeiro dia, a arqueóloga Maria Tereza Vieira Parente aproveitou o interesse geral pelos mapas e usou as escalas como metáfora do que queria discutir, sobre a arqueologia participativa:

– A questão da escala é importante, estamos vendo que só pode haver diálogo entre dois mapas que utilizem a mesma escala. Vamos transpor

29 LIMA, Helena Lima; MORAES, Bruno Marcos; PARENTE, M. Tereza Vieira. "'Tráfico' de Material Arqueológico, Turismo e Comunidades Ribeirinhas: Experiências de uma Arqueologia Participativa em Parintins, Amazonas". *Revista de Arqueologia Pública*. Laboratório de Arqueologia Pública. Campinas, SP: Unicamp, no. 8, dezembro de 2013.

30 **Estação total** é um instrumento eletrônico usado na topografia para medir ângulos e distâncias. Na arqueologia, seu uso é fundamental para se estabelecer o grid de tradagem, como veremos no caso concreto de Silves.



Maria Tereza Parente numa foto de Val Moraes em 2006, escavando na área das urnas do Sítio Hatahara, em Iranduba.

essa reflexão para outros tipos de registro que a gente está fazendo. Será que os registros sobre a escavação, sobre como estamos retirando informações a partir da pesquisa arqueológica, estão na "mesma escala" do nosso diálogo com a comunidade? Que outras questões a pesquisa arqueológica suscita que complementam a nossa visão de registro arqueológico? – pergunta Tereza, respondendo ela mesma em seguida: – Estamos vendo que a nossa presença, a nossa pesquisa, a nossa postura dispara uma série de outros olhares, uma série de outras questões que têm a ver com a forma como nos relacionamos com a comunidade. Estamos trabalhando com um lugar. Um lugar que comporta uma série de pessoas, uma série de coisas que fazem parte dessa pesquisa.

Tereza Parente veio do MAE-USP, como Helena e Bruno e, em 2005, foi trabalhar no Projeto Amazônia Central, quando conheceu Eduardo Neves. Em 2007, ela veio com Helena para a região do Médio-Baixo Amazonas, num projeto que já existia desde 2004, o Projeto Baixo Amazonas. Apesar de ser centrado em Parintins, chamavam de Baixo Amazonas, confusão onipresente quando alguém quer localizar alguma coisa nessa enorme região. Mais precisamente, na comunidade de Santa Rita, um enorme sítio arqueológico com uma comunidade em cima.

O que se verifica na cerâmica antiga, em que caco moído é um dos antiplásticos utilizados, continua a acontecer hoje: no Pontão, do sítio-escola em Silves, tem gente usando os cacos como base para a construção de casas. É, sim, um impacto sobre o registro arqueológico, como seria a construção de uma igreja ou de um campo de futebol, mas também faz parte da própria construção desse sítio, dos primeiros habitantes até o presente.

Eu veria um bom exemplo em campo: ao lado de várias unidades, crianças faziam a sua própria escavação, Flora inclusive, todas com a maior seriedade. As "unidades" abertas pela molecada podem ser parte de um futuro roteiro de turismo arqueológico, dessa vez em proveito da comunidade e, não, de forma predatória para lucro de algum anti-

go prefeito ou chefe local. A educação patrimonial bem feita pode gerar novos frutos, como o interesse pelas culturas do passado que são, de alguma forma, ancestrais dessas comunidades.

De "criança chata" a arqueóloga

Charliene Neves Miranda, de 12 anos, passou a integrar a equipe da Margareth, do Gama e da Daiana Carvalho, aluna de História em Iranduba. Todos os dias ela espera a equipe chegar e, se o grupo muda de lugar, ela muda junto. Segundo as estudantes, "a Charliene já passou por todos os estágios, já peneirou, já coletou carvão e diz que quer ser arqueóloga que nem a gente". Sem titubear, ela me esclarece sobre uma saliência da parede: "É uma raiz". – E o que você está procurando? – pergunto. – "Carvão e cerâmica!"

A estudante de Arqueologia Emily Leão de Oliveira, de 25 anos, começou assim. Moradora de Iranduba, ela tinha mais ou menos a idade da Charliene quando Eduardo Neves começou a escavar por lá. Com uma linda voz, que lembra a da Nana Caymmi, Emily chegou a tentar a carreira artística, mas não teve dúvida em abraçar a arqueologia quando abriu o curso perto de casa. Ela é um dos sete alunos que são naturais de Iranduba mesmo.



Emily Leão era estudante de Arqueologia em 2010 e foi da primeira turma a se formar na UEA.

Francisco Vilaça Nunes se declara "aquela criança chata que ficava na beira da estrada vendo os outros escavarem e fui gostando. Agora estou adorando! É realmente aquilo que eu queria!" Entre os que moram perto dos sítios escavados pelo PAC está também Douglas de Franco Guedes, de Manacapuru, obrigado a um trajeto de uma hora e meia de ônibus para ir às aulas. Mas vamos primeiro chegar ao sítio, na ordem dos fatos.

Pontão, a península ocupada há séculos

O grupo é composto por cerca de 30 pessoas. São necessárias várias viagens de voadeira, o pequeno barco a motor, para atravessar da cidade

de Silves para a localidade de Pontão, na península formada do outro lado do lago. Sigo na viagem com Helena, Bruno, Flora (só de fralda e sandalinha) e a babá Dalva de Souza. Casada e sem filhos, Dalva tem curso secundário completo e já teve o sonho de fazer um museu aqui, mas o prefeito na época, em 2003, não deu apoio: "Agora é uma oportunidade muito boa que a gente está tendo para conhecer as próprias origens, que ninguém conhece. Dá vontade de voltar a estudar!" – sonha ela. Tomara que tenha conseguido.

Desembarcamos e subimos o barranco. Vejo o campo de futebol, a igrejinha minúscula e uma frondosa árvore em frente. Debaixo dela, uma grande mesa começa a receber as bagagens. As casas são espaçadas; muitas, próximas ao rio, não há uma distribuição regular. Atualmente a área central é de cultivo, mas pode ter havido uma inversão no modo de usar o espaço, pois aí, no centro, estão as maiores camadas de terra preta, por isso tão úteis à agricultura. Certamente foi a área mais densamente ocupada no passado. Tem mandioca, algumas antigas árvores frutíferas.

Cada um levou sua mochila ou trouxa, com o chapéu ou lenço, obrigatório para o sol, óculos escuros, repelente, prancheta, papel, caneta, lápis, garrafinha de água e os equipamentos de que se encarrega. Alguns levam GPS, máquina fotográfica, tabela Munsell. É uma espécie de palheta de tons marrons, usada para identificar a cor da terra de cada amostra, segundo uma classificação internacional. O lanche-almoço vai chegar depois, vindo da pousada.

Merrinha, um rapaz alto, com 24 anos, está instalando um GPS de precisão sobre um tripé, no chamado ponto mil-mil. Esse ponto foi escolhido no início dos trabalhos de forma a permitir que as coordenadas leste e oeste sempre tivessem pontuação positiva, daí ser arbitrariamente o ponto mil tanto do eixo x como do y. Todo final de tarde o equipamento é desarmado e armado de novo no dia seguinte, no mesmo lugar.

– A proposta é que todas as equipes façam todas as atividades: mapeamento, escavação, registro, comunicação – me explica Leandro, o Merrinha, que começou no mapeamento na véspera, junto com a Giselle.

– Aqui o [Mario] Simões escavou e o pessoal chiou – comenta Helena apontando um local perto da igrejinha, ao lado do antigo Centro Social. – Foi nos anos 70, 80. Desde que a gente veio aqui na comunidade pela primeira vez, há um ano, o morador mais antigo, que já faleceu, nos trouxe aqui, mostrou e disse: "Já vieram aqui os pesquisadores, levaram nosso patrimônio, nossas coisas". [De fato, há varias urnas de Silves no

acervo do Museu Goeldi, em Belém.] "O que vocês querem levar de nós agora?" Por isso tivemos o maior cuidado quando chegamos aqui, voltamos com a Flora a cada dois meses, às vezes com alguns alunos, conversamos com vários moradores, explicamos nosso trabalho.

Ali perto já acabou a escavação de uma unidade, João e Leandrinho estão fazendo o registro. João é de meia idade, a mulher e as filhas grandes chegariam no fim de semana para ficarem com ele e eu tive o prazer de passear com a família toda. Leandrinho, assim chamado para distinguir do Merrinha, está dentro de um buraco com 1,80 m de profundidade com 2 metros de comprimento por um de largura, que eles levaram 8 dias para escavar, por camadas artificiais de 10 centímetros cada. Ele está colhendo uma amostra de carvão da parede, para datação.

– A terra preta muitas vezes mascara a diferença entre as camadas – explica Helena, justificando a opção pelos níveis artificiais, e não os naturais. – A gente só consegue perceber os estratos naturais quando já tem o perfil escavado, aí dá para olhar a parede e perceber as diferenças. É o que eles estão registrando no desenho.

A professora explica que ali é uma área central do sítio, dentro da península, uma área com densidade de ocupação muito maior do que as demais. Há um pacotão de terra preta que, abaixo, se mistura um pouco com o barro amarelado, até só ter o latossolo, o solo estéril: "Quando acaba o material, ainda cavamos dois níveis estéreis e fazemos uma sondagem no meio, para garantir que não se perdeu nada." Tanto essa quanto a escavação seguinte, a cerca de 30 metros, tiveram uma estratigrafia semelhante.

– Hoje é uma área de plantio mas, no passado, foi intensamente ocupada, certamente por muitas atividades. Podemos estar próximos de uma área de descarte, de lixeira, onde muita matéria orgânica foi depositada, muitos restos, e são essas coisas que levam à formação da terra preta. Aqui foi jogado muito lixo!

Entramos numa área de vegetação mais densa. Aqui e acolá, pequenas bandeirolas azuis e rosas marcam os buracos de sondagem. Com paciência, Helena conta como se iniciam os trabalhos:

– A primeira coisa é estabelecer uma malha de eixos ortogonais leste-oeste e norte-sul. A cada 20 m fazemos uma sondagem, que é marcada com fita rosa. No caso de algum buraco no meio desses 20 m ele é marcado com uma cor diferente. A ideia é ter um panorama de como

se comportam os vestígios na sub-superfície. Com base nessas informações, definimos as áreas a serem escavadas.

Uma só ocupação longa

Depois de duas semanas de escavação, Helena já pode dizer que não se percebeu uma variação estratigráfica, o que sugere que tenha havido um processo único de ocupação, por um longo período de tempo. Ela me mostra um fragmento de borda, onde não dá para ver a decoração por causa da erosão da superfície, mas que tem a borda extrovertida, para fora, uma forma bastante comum na tradição Borda Incisa. Geralmente são vasos, pratos, vasilhas abertas, com a decoração, quando presente, sempre aplicada na borda. Mais tarde, quando visitamos uma família em Taperebatuba, o morador tinha uma rica coleção de caretas antropomorfas e zoomorfas, uma delas muito parecida à tatuagem que Helena leva no ombro esquerdo: "A minha tatuagem vem da Venezuela, o pessoal chama de Barrancoide. É parecido, né? São os primeiros produtores da terra preta", diz ela.

As datações obtidas depois indicaram 1.170 ± 40 AP, para a profundidade de 53 cm, e 1.230 ± 40 AP para a de 70 cm. No acervo do Museu Goeldi, coletado por Mário Simões, a "fase Silves" da cerâmica foi descrita como tendo flanges, lábios recortados, pequenos apliques circulares e pequenos pesos ou contas em grande quantidade. As do acervo do Museu Amazônico, na descrição da própria Helena, têr incisões paralelas e apliques modelados.

Na unidade em que estamos no Pontão, a placa marca:

PONTÃO AM-SL-06
N904
E916
NÍVEL 80-90
22-07-2010

onde AM é Amazonas, SL é Silves, 06 é o número da unidade, N904 é a coordenada Norte e E916 a Leste, o nível em centímetros e a data. Ou seja, a unidade do Douglas, no caso, está sobre uma reta a 904 metros ao norte do ponto mil-mil, na intersecção de outra a 916 metros a leste do mesmo ponto.

Douglas também está dentro do buraco que chega a 90 cm de profundidade:

– Agora estou quase na base, está saindo pouca cerâmica, o sedimento continua arenoso, com média compactação. A cada 10 cm anotamos tudo que foi encontrado, abre-se um novo saquinho plástico, descreve-se a cor do sedimento, a textura, se está arenoso ou argiloso.

Do lado de fora, estão Luciane Oliveira, 23 anos, estudante de História da UniNorte, faculdade particular; Luzinete e Suzane são alunas da Arqueologia. Enquanto um escava, os outros providenciam o registro, peneiram o sedimento que sai, e assim por diante. Depois revezam. Todo mundo tem que fazer tudo.

Helena comenta a diversidade entre as unidades escavadas:

– Aqui a gente está bem próximo do limite do sítio, já se vê a água ali adiante, tem água por todos os lados. Encontramos aqui um pacote muito escasso, pouquíssimo material, não deu terra preta. Já ali deu muita coisa! Terra preta profunda, densidade de material impressionante. E a sequência de camadas permanece a mesma, uma camada superficial mais amarronzada e com quantidade pequena de material. O pacote arqueológico, cultural, está sempre enterrado, mais profundo.

Na unidade com poucos vestígios, quem está na peneira é Lorena Vieira Mesquita, estudante do primeiro período de Ciências Sociais da UFAM. Com apenas 19 anos, ela ainda não se decidiu por uma especialização, mas veio parar aqui porque fazia estágio no INPA com o Claide, que a encaminhou para o sítio-escola. Eu a conheci lavando caquinho, quando entrevistei Claide no laboratório.

Ao lado, regiamente instalada sobre um balde emborcado, está a estudante Lígia Trombeta Lima, de 20 anos, que está no oitavo período de História na USP, onde é aluna de Eduardo Neves. Lígia já participou de um sítio-escola em Iranduba e num sambaqui fluvial no Vale do Ribeira, mas é a primeira vez que trabalha numa comunidade: "É bom porque você consegue ver como estão usando o espaço, a dinâmica da vida deles agora." É exatamente esse o motivo que levou Helena Lima a escolher o Pontão, em meio a uma enorme área de pesquisa.



A Unidade 8, onde Ângela está na peneira, é bem próxima de duas casas. É um sítio em construção, como diz a professora Helena.

Ali próximo, na unidade 8, estão a Margareth, a Emily, que é a queridinha da Flora, e a Ângela Araújo, que revelou os 34 anos de idade como se fosse velhíssima. Ela conta que desde criança ficava brincando de escavar no quintal da avó, em Manaus. Ela desprezou o vestibular de Pedagogia em que foi aprovada, a Medicina que o marido queria que ela escolhesse como carreira, e entrou para a Arqueologia assim que soube do curso, mesmo a família a achando louca. Junto com elas está a Daiana e o Gama, que inventou uma forma de escavar deitado, sobre uma folha de palmeira. É a unidade da Charliene, de 12 anos. Eles tinham começado a escavação nessa unidade na véspera, uma área limite na direção oeste. Mas para surpresa de todos, mesmo com a tradagem próxima revelando apenas 40 cm de terra preta e um único fragmento cerâmico, ali foi encontrado um pacote de terra preta bem mais profundo e 28 fragmentos só na sondagem. Na escavação inicial, apareceu vidro também.

Eu ainda conheci Marcio de Souza Silva, professor primário que levava os alunos da escola para as atividades de educação patrimonial no sítio em Iranduba e acabou se apaixonando pela Arqueologia, que começou a cursar. Outro Marcio – esse, Aparecido Fonte– largou mais de sete anos de trabalho no MAE e se radicou na Amazônia, depois de vir trabalhar no PAC. Conheci Mariana Martins Castro, que estava preenchendo as fichas de registro com o maior cuidado, junto a um lindíssimo pé de jambo florido. Ainda estavam o Jair, o Mauro Silva, a Raquel Rodrigues e o Nogueira, que cursa História e resolveu filmar uma entrevista comigo. Tive que explicar o meu interesse na Arqueologia. Afinal, todos ali somos também objetos de pesquisa, segundo Helena.

Dona Loló e a ciência do barro

Lourivalda Moreira Neves é uma senhora sem idade nem dentes na boca. Chego na casa de dona Loló, no Pontão, na hora em que ela está cozinhando o almoço: um pedaço de galinha do quintal, temperada com sal e limão, só um pedaço, porque ela vai almoçar sozinha. Na panela, acrescenta alho, cebola, pimenta cheirosa e água. Aqui não se refoga, cozinha na água do tempero, que vai secando no fogo e aí dá o gosto.



Dona Loló, moradora do Pontão, me recebe enquanto faz o almoço.

A cozinha tem uma trempe para as panelas, todas muito bem

areadas. Brasil afora essa é uma obrigação de uma boa dona de casa, claro que para as panelas de alumínio. Em cima de um banquinho, tem um pote de barro enfeitado, com uma torneirinha para a água. Pergunto se foi ela que fez o filtro: não, comprou do barco grande que passa cada dois ou três meses, vindo de Parintins.

Quero saber se dona Loló ainda sabe fazer cerâmica, me disseram que ela pretendia retomar:

– Nunca mais eu fiz. Quando eu era nova, minha mãe ainda era viva, ela me ensinou.

Ela explica que fazia "só pra gente mesmo", coisa de uso. E se desculpou que o filho que tirava "carité" pra ela (será cariapé, o tempero do barro?), está morando longe.

– Ainda tem um mistério, que jotecica por aqui não tem – acrescenta.

A duras penas consegui entender que a "jotecica"[31] é uma resina que dá numa raiz de árvore e impermeabiliza a vasilha que precisa ir ao fogo, para cozinhar. A explicação foi mais ou menos assim:

– A jotecica é assim, a gente vai e cava, vai aparecendo aquelas bolas. Raspa, lava aquilo, raspa muito bem. A gente pega, revira tudinho por ali, aí que ela fica brilhante [depois que tira a terra].

Quanto à queima da cerâmica:

– A gente queima com casca de pau, casca do murici é melhor que dá vermelho. A gente põe assim três pedras ali [faz o gesto de dispor em triângulo]. Põe a vasilha ali, só uma, se puser mais, quebra [não superpõe as vasilhas; ela faz o gesto de que colocou a casca de pau por cima, numa forma arredondada]. O fogo já tá pronto lá embaixo. Queima, queima ela, ali quando vira já passa jotecica. Depois de ficar vermelho, dobra assim com um pau, [vira], aí dobra assim, só passa por dentro, se for de cozinhar. Se for pra lavar mão, passar tapioca, não precisa. Dura muito tempo, muitos anos. Eu tinha uma aí, emprestei – completa dona Loló, com um olhar circular de quem procura a velha panela de barro.

---

31 **Jutaicica** ou **jataicica** é o jatobá. Segundo Houaiss, a palavra vem do tupi e designa uma planta da família das leguminosas, o jataí, nome também da resina que produz, o copal. A resina é encontrada "na forma de fragmentos vítreos amarelo-claros ou blocos de até 3 kg, na superfície do solo ou como subfóssil, em torno de árvores velhas ou em solos anteriormente ocupados por elas. Usada na fabricação de vernizes e colas, também em odontologia e como substituta do âmbar".

Dona Loló trabalhava muito com mandioca, ainda tem o panelão para tirar o tucupi: é a água de goma da mandioca, temperada com pimenta, complemento obrigatório na mesa amazonense. Nos restaurantes, é como se fosse o vidro de azeite e vinagre, de outras regiões.

– Aquela peneira ali é de trabalhar massa – mostra ela.

Depois de espremer a massa ralada da mandioca (macaxeira, para minha avó[32]) no tipiti, que extrai a água de goma, a massa úmida deve ser posta a secar e peneirada. O resultado é a farinha (goma) com que se faz a tapioca no fogo, espécie de panqueca branquinha que entrou na moda porque não tem glúten, como o trigo. Se a massa tiver fermentado vários dias, trocando de água, vai ser mais fina e leve, é a massa puba.

Isso tudo eu aprendi com a minha avó pernambucana, Honorina, que fazia um delicioso bolo de massa puba "Souza Leão", nome de família dona de engenho. Lembro que o bolo levava um quilo de manteiga e uma dúzia de ovos... Minha mãe aprendeu com ela a fazer esse bolo. Quando morei em Alagoas, no começo dos anos 1980, não encontrei mais quem fizesse esse bolo de massa puba, eles fazem com água e não chega nem aos pés do tradicional.

Começo da educação patrimonial

Pergunto à dona Loló para quê as pessoas estão escavando ali em volta da casa dela:

– Eu acho que eles estão procurando alguma coisa que tem valor pra eles.

– O que explicaram para a senhora?

– Explicaram que era pra estudo, mas não disse pra quê. [Os cacos] serve[m] pra alguma coisa, um cimento – supõe ela.

– Às vezes eu sentava na casa de alguém e ficava a tarde inteira, conversando – conta o historiador Maurício André da Silva, lastimando já ter de ir embora depois de vinte dias acompanhando o sítio-escola.

32 Segundo Berta Ribeiro me contou, os índios brasileiros conhecem dezenas de espécies de mandioca. A principal diferença é entre a venenosa, de que se faz a farinha de mandioca depois de extrair o ácido cianídrico na água, e as "doces", com diferentes nomes regionais, como aipim e macaxeira, além da designação genérica mandioca, como se usa em São Paulo.

cap8.indd 425 27/08/2015 15:19:57

Maurício é um educador do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e tinha começado a pesquisa para o mestrado sobre cultura material e patrimônio. Ao aceitar o convite de Helena Lima e Tereza Parente para participar desse trabalho de campo em Silves, em 2010, ele declara ter mudado completamente a forma como pensava o patrimônio arqueológico:

– É uma experiência transformadora, difícil, para gerar um encontro entre pessoas. Quando você entra em outro contexto, esse encontro é mais delicado ainda. Aqui isso está acontecendo pouco a pouco, as crianças, os velhos. Cada um tem um tempo, eu também.

A pesquisa de mestrado do Maurício era relacionada à musealização de sítios arqueológicos. Mas ele também atua com arte contemporânea, e acredita poder agora levantar muitas outras questões. No dia da partida, ele distribuiu pirulito para todas as crianças, foi uma farra.

Em 2015, Maurício colaborava com o Laboratório de Arqueologia dos Trópicos – Arqueotrop (MAE/USP) e sua pesquisa intitulava-se "Pesquisas Arqueológicas, Museológicas e questões locais na Amazônia: desafios para práticas colaborativas".

As crianças do Pontão

Paulo tem 11 anos, 10 irmãos – "só um que está lá pra Manaus, acho que é 12 com ele" – e ia fazer o sexto ano na escola. Para ir à aula, tem que pegar o barco, "às vezes nós vamos remando".

Com indisfarçável orgulho, ele me mostra o seu tesouro:

– Isso aqui foi tudo hoje que achei, ali na beira da água. A minha avó tem um desses grandão – revela ele, com cacos de bordas modeladas de vasilhas, parecem unguladas. A avó tem uma vasilha dessas grandes, possivelmente inteira. Mas me diriam que aqui dá muito é borda incisa. É impressionante a quantidade, as pessoas literalmente moram no sítio arqueológico.



O menino Lúcio, de 10 anos, é filmado pelo primo Edirlei, de 7 anos, numa roda de conversa.

Edirlei tem 7 anos, o ar esperto, e se interessa pela câmera. Entrego a ele, que direciona

para o primo Lúcio, de 10 anos. Eles estão perto de uma roda de adultos, contando histórias. O Lúcio conta para a câmera:

– Eu já conhecia essa história do fogo, meu avô contou uma vez pra nós. Tem muita história de fogo que mostra o lugar. Uma vez nós estávamos assando um peixe lá na beirada, de noite, aí um menino ali, irmão do Paulo, ele viu um fogo lá na beirada. Era um navio assombrado que ia e voltava, ia e voltava. O fogo saía do navio assombrado, ele amarrava a canoa e prendia lá nele.

– E o que vocês fizeram? – perguntei.

– A gente pegou os pratos e subimos de volta pra casa. Quando subimos, o fogo apagou.

Encontro Fran, de 10 anos, e Siriene, de 7, como ajudantes especiais na unidade do Marcio Paulista. Como a equipe achou um fragmento de cerâmica no nível de 1,60 m, estão aprofundando mais dois níveis, porque só interrompe a escavação depois de dois níveis estéreis, para garantir que não se perdeu nada. O fragmento tem a borda trabalhada e dá para ver o engobo vermelho. Na hora da fotografia com a plaquinha indicando o nível, lá no fundo do buraco, foi o Fran que salvou a situação: que nem um macaquinho, pendurou-se num pedaço de tronco apoiado nas bordas, saltou no buraco com 1,80 m de fundura e subiu com facilidade do mesmo jeito.

As crianças me apresentam um ingazeiro que fica mais ou menos no centro das casas, onde os arqueólogos constataram ser o lugar de terra preta mais profunda. O Niquito, pequenininho, é quem me mostra como tira a vagem do ingá:

– É assim ó, torce e puxa.

O Lúcio completa:

- Tira ela da árvore e torce assim, aí ela abre e a gente come.

Provei, é bem gostoso mesmo, dá para chupar os caroços. Mais adiante, tem um enorme pé de cupuaçu, o Lúcio nos oferece um fruto, quase do tamanho de um coco e bem cheiroso. O Gama, aquele que forrou o chão com uma folha de palmeira pra escavar deitado, se anima:

– Oba! A gente vai comer de sobremesa do almoço, tá? – E acrescenta pra mim: – É bom o que cai sozinho, tem um cheiro gostoso, exótico, o que é arrancado não tem o mesmo perfume.

A cada dia traziam enormes sanduíches da pousada para comermos no almoço. Depois de alguns dias, todo mundo estava doido para comer algo diferente, como o peixinho do seu Manoel, assado na brasa do lado de fora da casa:

– Tenho o maior prazer de estar junto com vocês, comendo e bebendo aqui.

Agradeço a hospitalidade e pergunto seu nome completo:

– Benedito Vieira Monteiro. Manoel é porque agrada chamar assim...

Seu Manoel explica que saiu de casa às 3 da madrugada para pescar. Claro que tem a garrafinha de tucupi com pimenta para temperar.

A Festa do Divino

Outro Manoel, esse Marques da Costa, tem 78 anos e perdeu uma das vistas. Ele é um dos membros da "tripulação" que leva a pomba do Divino por todas as comunidades da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de barco, com a santa, "para passear", entre 7 e 8 de julho. É a festa do Divino. Pelas contas do seu Manoel, são 18 comunidades, conta que ele faz apontando com o dedo para a direção de cada uma, ao longo do rio. Teve um padre, Geraldo, que conseguiu um barco grande, mas agora nem sempre tem, explica seu Manoel.

Na coroa da santa amarram fitas coloridas, de comprimento do tamanho de cada pessoa, que coloca seu nome para pagar alguma promessa, geralmente cura de doença. Debaixo da coroa pousada sobre a mesa tem uma salva, onde antigamente colocavam joias para a santa. Agora a tripulação diminuiu, o barco não é garantido e as pessoas oferecem mantimentos, quando a tripulação vai de casa em casa. No final, vão todos para a igrejinha, pequena, de tábuas, ao lado do campo de futebol. E seguem as cantigas.



Seu Manoel, tripulante do barco do Divino, me explica que sob a pomba está representado o mundo.

Seu Manoel começa a contar uma história comprida que tem a ver com um campo ali, que tinha gado, aí o dono arrumou uma

cap8.indd 428 27/08/2015 15:19:57

mulher pros lados de Silves, ele botou casa pra ela. Não sei como surgiu o velho Joca que vendeu o campo para o filho dele, pro João.

– Aí foi que surgiu o negócio do fogo. Esse fogo todo mundo contava, contava e caía no rio dele. Aí ele foi pra lá, uma noite ele foi pra lá. Chegou lá, viu o fogo, foi caçando, chegando pra perto, caçando pra lá, caçando pra cá, até que ele descobriu onde estava. Porque aquilo tem que batizar primeiro pra ele não sumir depois que o cara descobrir.

Preferi não interromper, mesmo sem entender muita coisa. Ele gesticula e enfatiza o relato com expressões do rosto:

– Aí ele foi pra lá e quando foi na outra noite, ele já levou os preparos pra cavalo, ele foi pra lá. Chegou lá e meteu enxada e tirou, não estava nem no fundo da terra, tava logo rasinho, pertinho. Aí quando ele estava tirando, antes de escavar, chegou lá um cara, uma voz de índio e disse: "Olha, tu vai cavar bem aqui, o senhor cave e vai tirar, mas tem uma coisa: se você tirar, você vai embora daqui e nunca mais você põe os pés aqui." Aí ele cavou e tirou, achou lá o potezinho com ouro.

A arqueóloga Tereza Parente repete, séria, para não ter dúvidas:

– Era potezinho de índio cheio de ouro.

– É. Aí ele vendeu, foi embora e nunca mais veio de volta.

– O que será que acontece se ele voltar, seu Manoel? – pergunta Tereza.

– Eu acho que deve ser uma coisa bem ruim!

– A gente está cavando nos lugares, será que a gente pode voltar?

– Eu acho que tem que pedir permissão – sugere seu Manoel.

E ela:

– Mas quem é o dono? A gente nem encontrou o fogo, não vimos o fogo.

E ele conclui, diplomaticamente:

– Isso é uma pesquisa que está se fazendo. Então, por exemplo, cava um buraco aqui, outro ali, vai pesquisando até onde der.

A turismóloga Gisele Felipe

Gisele está colando algumas folhas de papel, para montar o mapa que ela e Merrinha já terminaram no sentido Norte-Sul, falta o Leste-

Oeste. Ela tem o curso completo de Turismo, só faltava colar grau, quando a conheci em 2010, e cursava também História.

– A parte mais difícil vai ser onde as linhas se entrecruzam, existem algumas tradagens feitas de forma meio improvisada. Resolvemos fazer de 10 em 10 metros, tradagens intermediárias das de 20 em 20, para ter mais precisão, mas demora mais tempo.

Gisele está encantada com a chance de conviver com uma realidade bem diferente do seu cotidiano. Como manauara, já conhecia, por exemplo, o uso medicinal do óleo da andiroba, que é anti-inflamatório. Para dor de garganta, é passar o óleo com dedo envolto em algodão, no outro dia já está boa, garante. "Minha avó fazia isso quando eu era criança". Até participar desse sítio-escola, Gisele só tinha pensado em turismo arqueológico na cidade de Manaus, especialmente no centro histórico. A experiência agora está abalando suas convicções:

– Estou vendo que essas pessoas aqui da comunidade têm um cotidiano voltado para a terra, para a convivência familiar. Trazer várias pessoas para cá, turistas, pode acabar modificando o dia a dia deles. Até que ponto isso vale a pena? Até que ponto algum retorno financeiro, uma geração de renda na comunidade, vai ser suficiente para superar outros malefícios que poderiam causar? Pessoalmente, estou convencida de que as visitas devem ser só esporádicas, eu não faria roteiros turísticos para cá porque acho que eles precisam ter a privacidade preservada – conclui, com firmeza.

Doces e biojoias

A colega paraense Sabrina tem a mesma opinião: eles podem produzir biojoias, por exemplo, ou doces regionais, sem que necessariamente aumente muito a visitação do local. Hoje a turismóloga Sabrina trouxe miçangas para fazer colares, estão todos doidos com os colares do professor de português e francês Rodrigo Brucoli, que passou horas tomando banho de rio com as crianças e ganhou o carinhoso apelido de Javali. Com ele, a colega também de Letras, ambos estudiosos de tupi antigo na USP, Juliana Campoi. A criançada adorou.

– Eles têm aqui várias sementes propícias para as biojoias. Então podemos dar uma noção básica com as miçangas e dizer para eles trabalharem depois com as sementes, darem um jeito de furar.

Bem, posso adiantar que não é fácil, os artesãos urbanos usam motor de dentista para furar as sementes. Os índios não aculturados usam espinhos afiados, durante bastante tempo, para obterem o mesmo resultado.

Sabrina está animada também com os doces:

– Dona Loló faz doce de jambo, doce de cupuaçu, doce de goiaba. Isso é uma coisa que eles poderiam até fornecer para os hotéis, que servem geleias no café da manhã.

Repensando a Arqueologia

O cientista social-geógrafo-arqueólogo Bruno Moraes troca as pilhas dos rádios de comunicação enquanto sua filha Flora brinca sentada no chão, juntando folhinhas e colocando dentro de um saquinho transparente, como vê os adultos fazerem com cada caquinho encontrado. Seriíssima.

Ele viajaria no dia seguinte para São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, dar um curso sobre patrimônio para o pessoal da licenciatura indígena. Ele explica que não é especificamente a sua área, mas estavam interessados justamente nessa abordagem interdisciplinar que repensa a própria Arqueologia.

Helena explicaria o que chamam Arqueologia Participativa:

– Nós temos um foco que é a Arqueologia, que é o que nos traz um estímulo, mas nós temos abertura para diferentes olhares, para diferentes abordagens sobre o trabalho com as pessoas, com as edificações, com os espaços, com a língua. Não precisamos esperar que essa comunidade vire registro arqueológico para que a gente se interesse pelos modos de ocupação do espaço. Queremos compreender como essas pessoas vivem, quem são, o que fazem, como se dão as relações, como usam esse espaço e como eles o modificam com o passar do tempo.

A fala da Helena abre uma rodada entre os participantes, onde se incluem estudiosos de várias áreas. É de noite, de novo nos reunimos na pousada, empurramos as cadeiras para fazer um grande círculo.

Angelina Howell, antropóloga, aluna de Michael Heckenberger no doutorado na Flórida, está justamente observando o modelo de pesquisa de Arqueologia Participativa:

– Quero saber como os moradores do Pontão percebem a equipe, os pesquisadores, o que eles estão pensando sobre as motivações da equipe – explica Angelina. – Pretendo passar depois em Iranduba, onde não há pesquisa ativa neste momento, mas para conversar sobre como a comunidade percebeu os trabalhos feitos lá. Depois quero ir para o Alto Xingu, onde trabalhou meu professor.

– Não há um modelo pronto – ressalta Helena. – Tudo que estamos fazendo é uma experiência nova para todos nós. A ideia do mapa genealógico da comunidade, por exemplo, proposta pela Teresa, foi surgindo com as conversas, pensamos em registrar as relações que fomos descobrindo entre as pessoas.

Essa preocupação com a diversidade de falas é o que está sendo chamado de multivocalidade, uma preocupação constante na escola pós-processual de Arqueologia[33].

– O registro arqueológico continua sendo produzido e reproduzido no presente – explica Helena sobre esse enfoque. – Estamos aqui numa relação de ensino-aprendizado. Podemos aproveitar esse espaço até para rever os conceitos de ensino e aprendizado, abrindo para pessoas de outras áreas testarem essa coisa do multi.

O Javali e a Juju

Quem assistiu aqueles dois jovens se acabando de brincar na água com a criançada do Pontão não iria imaginar que são estudantes de tupi antigo. Formados em Letras pela USP, Rodrigo Sant'Ana Brucoli, que ganhou ali o apelido de Javali, dado pelas crianças, e Juliana Campoi, que já era conhecida por Juju, tinham chegado de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, onde fizeram um primeiro campo com o linguista Eduardo de Almeida Navarro. No semestre seguinte eles iriam estudar o nheengatu, a língua geral que se difundiu a partir do século XVII por todo o Brasil, só sendo suplantado pelo português, na Amazônia, depois da grande seca de 1877 no Nordeste, que empurrou um numeroso contingente para a região Norte.

Tive o prazer de revê-los em São Paulo, em 2011, quando me hospedei na república em que morava a Juju, no bairro Jardim Bonfiglioli. Rodrigo dividia um apartamento com uma amiga, ali perto. Com a ajuda de toda essa turma, fiz o lançamento do meu livro sobre o trabalho de Niède Guidon no Piauí, nada menos que numa birosca na favela vizinha ao campus da USP, São Remo, onde todos costumavam tomar uma cervejinha. A Eva, dona da birosca, era piauiense e se sentiu muito honrada em ser a anfitriã do evento, que teve inclusive exibição do documentário Piauí Entocado, de Miguel Viveiros de Castro, em plena favela. Deixei cinco exemplares do livro com ela. No ano seguinte, a favela seria invadida pela polícia, enquanto a Reitoria propunha um projeto social

33 Ver o Anexo I - As escolas teóricas influentes no Brasil, à pág. 566

que beneficiasse as 3 mil famílias moradoras, entre elas as de muitos funcionários do campus. Em 2015 voltei a encontrar em São Paulo a Juliana, desta vez barrigudinha de 4 meses, às vésperas de defender sua tese "A literatura brasileira em nheengatu: uma construção de narrativas no século XIX". Rodrigo já tinha se titulado mestre com a tese "Canibal, bárbaro, selvagem: lógicas a respeito do índio no 'Diálogo da Conversão do Gentio', de Manoel da Nóbrega e na 'Histoire d'un voyage fait en la terre de Bresil', de Jean de Léry".



– O tupi antigo é a língua mãe do nheengatu, falado até hoje no Alto, Médio e Baixo Rio Negro – começa Rodrigo, na roda em que cada um apresentou o objetivo de seu trabalho. – Apesar de não ser

Os mestres em tupi Rodrigo Brucoli e Juliana Campoi brincam na água com as crianças do Pontão.



cultura material, a língua também entra na Arqueologia por trazer todos os elementos históricos, geográficos, enfim. Queremos entender de que forma o tupi antigo deu lugar ao nheengatu, o que se perdeu, como se perdeu e o que se ganhou. Tem toda uma trajetória da língua que revela movimentos civilizatórios, de conquista e, hoje, de afirmação de uma identidade indígena. Viemos para cá vivenciar o que é realmente a Arqueologia, a gente pegou no pesado, foi muito bom. Como queremos desenvolver um material didático da língua nheengatu, tanto esse passado que a Arqueologia traz, quanto esse presente que vocês estão abordando, são essenciais para a escolarização dessa língua, a sua gramaticalização.

Juliana destaca que no Alto Rio Negro não existe só o nheengatu. Na bacia do rio Negro, que compreende mais de 300 mil quilômetros quadrados, existem 23 povos indígenas falantes de 18 línguas, é um grande laboratório linguístico, lembra ela. O nheengatu é língua oficial, ao lado dos idiomas tukano e baniwa. Ainda em 2011, Juliana postou no site academia.edu a gramática escrita pelo professor Navarro e prefaciada pelo bispo de São Gabriel da Cachoeira, Dom Edson Damian: “Curso de Língua Geral (nheengatu ou tupi moderno) – A língua das origens da civilização amazônica”, publicado naquele ano, em São Paulo. Na dedicatória, lá estão os nomes dela e do Rodrigo, alunos da primeira turma, de 2010.

– Aprendemos muitas coisas com vocês já, entrevistando a comunidade, conversando com as crianças – continua Rodrigo, referindo-se ao trabalho de educação patrimonial, segundo essa visão participativa. – Queremos fazer um trabalho com a comunidade, registrar as cantigas, tirar as histórias e as lendas. Porque os missionários traduziram para o tupi a cultura religiosa europeia, como fez o Anchieta. Queremos fazer o inverso, um caminho que nunca foi feito. A grande dificuldade é como escolarizar o não escolarizado. É por isso que a gente está aqui.

Início da escavação no platô

Uma nova unidade seria aberta no platô: o sítio Santa Helena, que fica em outro ponto da margem do Baixo Urubu. Helena Lima explica que na véspera já tinham localizado o Mil-Mil, o ponto de interseção dos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste, a partir do qual seria estabelecido o *grid* – a grade quadriculada que delimita as possíveis unidades de escavação. Nos pontos marcados pelo grid são feitas as tradagens a cada 10 ou 20 metros, no caso do Pontão, em geral usando a ferramenta conhecida como boca-de-lobo – buracos com 20 a 30 cm de diâmetro e profundida-

de variada, segundo o terreno, para uma primeira avaliação do potencial de vestígios arqueológicos. A partir do resultado das tradagens são escolhidas as unidades a serem escavadas. No caso, Helena escolheu trabalhar com bússola, então a orientação dos eixos é mesmo a dos pontos cardeais principais:



A professora Helena mostra aos alunos onde escolheu situar o ponto Mil-Mil com a estação total.

– Andamos esse platô inteiro, fizemos um reconhecimento para escolher bem o ponto Mil-Mil [que deve ser mais ou menos central em relação à área do sítio, para não ter coordenadas negativas]. Precisamos que seja um local não apenas central mas que dê visibilidade para os quatro lados, portanto, um local alto.

À nossa volta, vemos uma vegetação rasteira, algumas capoeiras e uma ou outra árvore mais alta. Aparentemente o local foi usado para criação de gado. A professora pede aos alunos que descubram o ponto 20 no GPS, onde foi marcado o Mil-Mil. Ali foi colocada a estação total, como chama o tripé a partir do qual se fazem as medições. Não adianta escolher uma referência que vá desaparecer, como um arbusto ou uma cerca. O ideal é que seja alguma característica do relevo, por exemplo, ou uma árvore maior para que se encontre esse mesmo ponto quando se voltar daqui a cinco ou dez anos. Não vemos casas, parece que há algumas moradias na parte baixa junto ao rio. Na verdade, estamos vendo a comunicação da lagoa com o rio, é um furo, ligação aquática que desaparece na seca.

Helena quer saber o que os moradores têm a contar sobre a ocupação recente do local, ou o que sabem sobre a mais antiga. Tereza Parente vai se encarregar dessa parte, é a reconstituição da chamada história de longa duração do lugar.

Na apresentação que fez em Macapá, em 2014, Helena comentou que essa área mais alta, o sítio Santa Helena, tinha um material bem diferenciado e era de ocupação mais recente do que a dos sítios Pontão e Mucajatuba, esse último no contexto urbano de Silves, do século VII e final do século VIII DC; enquanto o Santa Helena, que Simões considerou da ambígua fase Saracá, seria do período entre os séculos X e XV DC, com engobo branco, pintura vermelha em diferentes tonalidades, inci-

sões, hachurados, ponteado. A Saracá, sobretudo quanto às formas, revela comunicações entre diferentes estilos e conjuntos, entre as tradições Polícroma e Inciso Ponteada, ocorrendo ao longo de todo o rio Urubu.

Fronteira cultural no Médio Amazonas

– O Mário Simões falou em fase Silves, fase Itacoatiara – disse Helena. – Não sei se são fases específicas, precisamos entender melhor a sequência de ocupação dessa área. Eu esperava encontrar algo que correspondesse à fase Açutuba, da Amazônia Central, e à fase Pocó, do Baixo Amazonas. De fato a gente tem um conjunto aqui com características muito parecidas às da tradição Borda Incisa, tanto a policromia antiga quando esses modelados barroco-rococó-pré-colonial, esses incisos modelados antigos. E temos a datação do sítio de 1.800 AP.

Essa conversa foi em julho de 2010. Não demorou muito para que estabelecessem a tradição Pocó-Açutuba, como já mencionamos, depois de se reunirem Helena, Claide e Vera Guapindaia com Eduardo Neves.

Helena retoma a explicação:

– Então você tem a tradição Polícroma, de um lado, ocupando a bacia amazônica quase inteira, com exceção desse trecho no meio que vem de Santarém, Konduri [no Nhamundá-Trombetas] até aqui, em Silves. Precisamos pensar um pouco em zonas-limites de ocorrência, pensar nesse limite cultural, em como os povos habitantes desse lugar absorveram influências diferentes, vindas de modos de viver, de interpretar o mundo diferentemente.



Esse fragmento encontrado em Silves se assemelha aos que foram agrupados por Lathrap como tendo influência Barrancoide.

O rio Urubu marca a fronteira oeste da tradição Inciso Ponteada, cujo limite leste seria a foz do rio Xingu.

Inciso Ponteada é Karib

Helena me esclarece que a tradição Inciso Ponteada, na região entre Santarém e Parintins, é contemporânea da tradição Polícroma “aqui do lado”, na Amazônia Central. Segundo Lathrap (1970), Boomert (2003),

Guapindaia (2008) e Rocha (2012), citados por Rapp Py-Daniel (2015), a Inciso Ponteada seria ligada aos povos falantes do tronco Karib, cujo auge se deu em Santarém. Essa tradição teria origem na invasão da tradição Arauquinoide a partir do rio Orinoco, pelo canal de Cassiquiare, que liga essa bacia à do Amazonas: Arauquín no Orinoco (Venezuela); Santarém, Itacoatiara e Konduri, no Amazonas; Mabaruma, na Guiana Inglesa; e Mazagão, no Amapá. Para Meggers e Evans, a Inciso Ponteada veio da Colômbia.

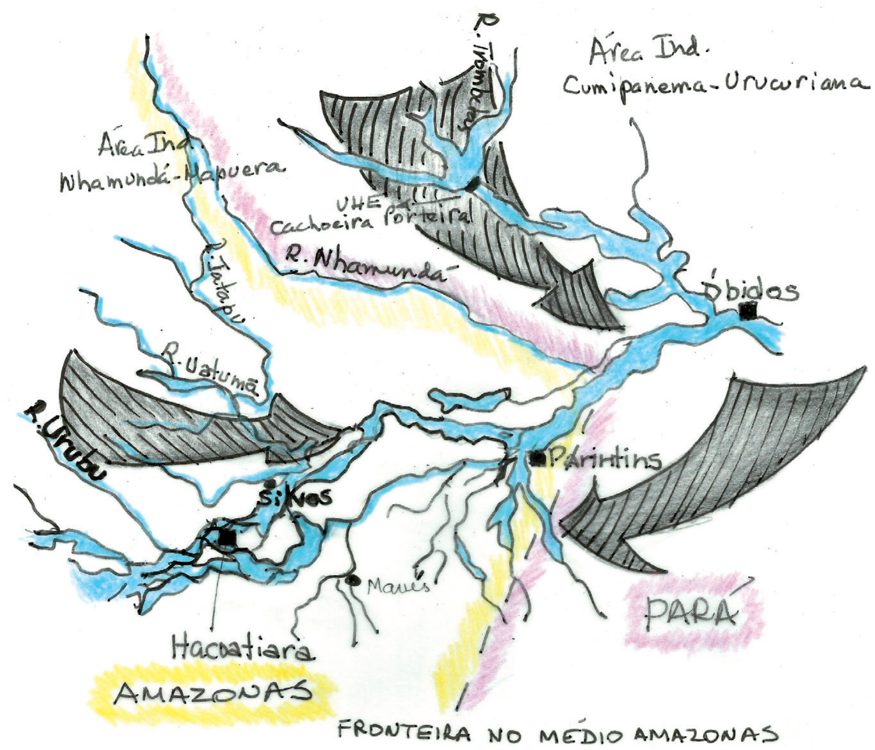
.– Encontramos inserção de materiais características da tradição Guarita, extremamente exuberantes e trabalhados, assim como evidências de circulação de bens de prestígio – contou ela em Macapá, quatro anos depois. – Com a Konduri chegando do Leste e a Polícroma do Oeste, houve uma aparente absorção de elementos estilísticos no pré-colonial tardio, com vasos apresentando elementos de duas tradições simultaneamente, sugerindo mudanças geopolíticas rápidas.

Helena concluiu sua apresentação indagando se essa aparente fronteira de contato cultural seria uma fronteira real ou do conhecimento dos arqueólogos da Amazônia.

A Tradição Saracá

– Tento integrar diferentes elementos para pensar essa fronteira aí no centro, não apenas na cerâmica mas também na etnogênese – explana Filippo Stampanoni Bassi, aluno de doutorado de Eduardo Neves, em sua apresentação em Macapá, em 2014, referindo-se a essa fronteira persistente entre as tradições Polícroma e Inciso Ponteada, mas também com Borda Incisa, resultando nesse híbrido que é a Tradição Saracá. – A sociedade aí se organizou com elementos diferentes de contato, possivelmente vários grupos viviam nessa região, não necessariamente em guerra, já que não há evidência de trincheiras. A questão teórica que se coloca é como cada grupo buscou afirmar a própria identidade num contexto de macroculturas se espalhando e pequenas áreas com culturas específicas. No caso, numa área de grandes contatos interétnicos por volta do ano 1.000 – diz ele sobre seu projeto de doutorado, que se chama “A tradição regional Saracá para além da cerâmica. Arqueologia do território e das estruturas domésticas em uma fronteira cultural pré-histórica na Amazônia”.

Conversei com Filippo quando chegamos a Calçoene, na viagem de visita aos megalitos do Amapá, feita após o encerramento do encontro



da Regional Norte da SAB. No centro da cidade, sentamos na mureta do rio, que ali tem muitas pedras e se torna encachoeirado, para alegria dos moradores mais corajosos, que se aventuravam no banho de final da tarde.

O italiano Filippo nasceu em Milão e estudou em Bolonha. Desde criança era um apaixonado pelo Brasil, particularmente pela Amazônia. Ele tem uma irmã brasileira, que mora em Recife, a quem visitava regularmente. Foi na casa dela que conheceu Raoni Valle, que o apresentou a Eduardo Neves. Filippo fez arqueologia clássica, aprendeu grego e latim (fala português sem sotaque e com riqueza de vocabulário) e tinha resolvido se dedicar ao desenho de histórias em quadrinhos de aventuras. A melhor delas seria na Amazônia, chegou a viajar pela região para conhecer. Decidiu ficar aqui depois de participar do sítio-escola de Iranduba. A mulher, Marta Sara Cavallini, conheceu-o na Itália e topou o desafio de se aventurarem juntos no Brasil, onde moram desde 2008.

Em 2014, Marta concluiu seu mestrado no MAE-USP sobre a arte rupestre do Sítio Caretas, no rio Urubu, com centenas de carinhas, o maior sítio rupestre da tradição ou estilo Amazônia, encontrada ao longo

cap8.indd 438 27/08/2015 15:20:01

da calha do rio Amazonas. Com muitos elogios de Edithe Pereira[34], que participou da banca. Marta já estudava arte rupestre na Europa e tinha se detido na iconografia dos batráquios, o que estabelecia uma ligação de interesse com os muiraquitãs amazônicos.





O Sítio Caretas é o maior de arte rupestre da calha do Amazonas, tem centenas de carinhas.

Eu já tinha encontrado o casal rapidamente em Manaus, em 2010, quando eles estavam de partida para o campo no rio Urubu. Em 2015, voltei a encontrá-los, dessa vez em São Paulo, durante a IV Semana Internacional de Arqueologia, muito bem organizada pelos alunos de graduação e pós-graduação do MAE-USP. Foi um prazer conhecê-los melhor, Marta também é muito simpática e ambos são brilhantes. Para a pesquisa do doutorado do Filippo, eles acabavam de voltar de uma temporada de escavação no Sítio Bom Socorro, próximo ao Sítio Caretas, onde em 2012 haviam identificado vestígios de habitações.

Eles procuraram entender o paleoambiente, em como os sítios arqueológicos da região do Baixo Urubu se encaixam. Como já mencionamos, o rio Urubu desembocava no Amazonas quase perpendicularmente. A sedimentação assoreou a foz e foram se formando pequenos furos sazonais ligando o Urubu ao Amazonas, enquanto o rio continua a correr paralelamente até desembocar no lago Saracá e, finalmente, no Uatumã. Na verdade, só os furos ligam o Urubu ao Amazonas. Os lagos, lembra Filippo, são o principal local de pesca, são lagos de água preta. Lembremos que Eurico Miller fala da antiga abundância de outros recursos nos lagos de água preta, como o jacaré-açu (hoje em recuperação), a tartaruga, o peixe-boi, o pirarucu.

34 CAVALLINI, Marta Sara. *As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara - Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização*. Tese de Mestrado. MAE-USP. São Paulo: 2014.

A localização do sítio Caretas é no único trecho em que o rio Urubu corta a formação geológica Alter do Chão, é uma falha tectônica possivelmente recente. Nota-se como todos os afluentes da margem esquerda do Amazonas são aproximadamente paralelos, no sentido Sudoeste-Sudeste, é um alinhamento geomorfológico, destaca Filippo.

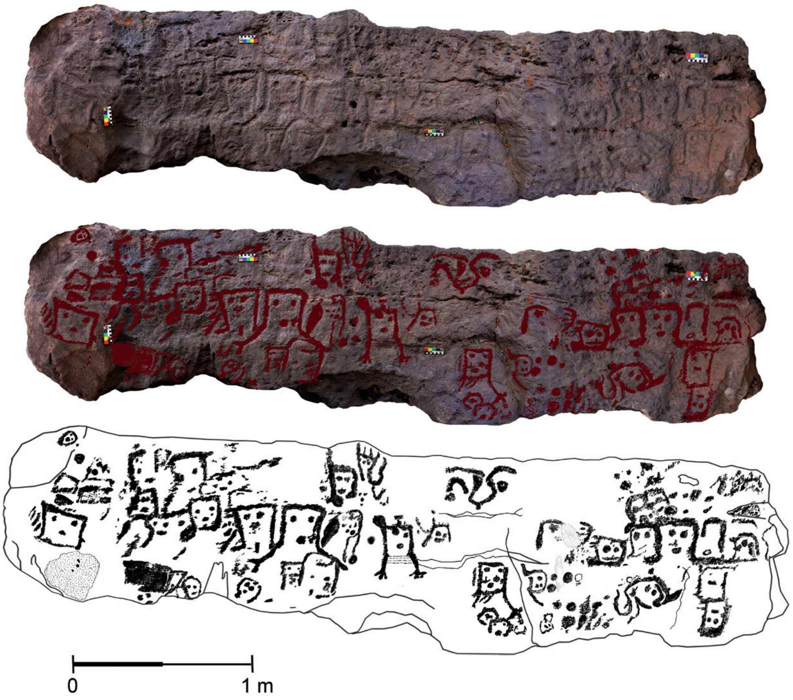
– Observamos que a arte rupestre nessa região é feita onde se formam os furos, onde tem oficinas líticas e terra preta: são áreas de controle de acesso à região, importantes no manejo – ressaltam eles. – Existe uma relação iconográfica entre a arte rupestre e a cerâmica [como já registrou Edithe Pereira]. Rochas gravadas e enterradas no sedimento nos permitiram datar os petroglifos de 1.100 AP até 100 AC, o que gerou parâmetros cronológicos para a região. Essas datas do sítio rupestre, que foi feito ao longo de vários séculos, estão dentro da ocupação ceramista do local. Aliás, as caretas na rocha lembram as caras da cerâmica Guarita.

Na área de inflexão do Urubu, eles fizeram sondagens estratigráficas e encontraram vestígios de pequenos montículos, aparentemente lixeiras. Essa mesma característica, dos montículos meio desordenados, eles encontraram num grande sítio cerâmico em matriz de terra preta, relacionado culturalmente com o Caretas. Trata-se do AM-IT-30: Pedra Chata, do Holoceno recente, onde os vestígios parecem ser de uma ou várias aldeias sobrepostas.

No Sítio AM-IT-35: Bom Socorro, escavado em 2015, encontraram vestígios de grandes casas comunais, de 25 a 30 metros. Não havia uma praça central, era uma outra forma de organização – o que, aliás, verificamos na ocupação atual do Pontão. Atrás das lixeiras, foi possível identificar buracos de postes. Eles esperam que a análise do solo ajude a revelar o tipo de ocupação, por analogia etnológica com solos de casas atuais no Xingu.

Na temporada de 2014, Filippo e Marta escavaram uma casa com cerca de 30 metros de comprimento por 15,20 metros de largura, da qual puderam estabelecer os possíveis usos domésticos do espaço interno. Semelhante às casas do rio Negro, encontraram grandes fogueiras para o preparo dos alimentos e áreas de consumo comunitário, reveladas pelas muitas vasilhas pequenas. Filippo comentou em sua comunicação em São Paulo que se trata possivelmente de um padrão de assentamento posterior à aldeia circular na Amazônia Central. São casas para muitas pessoas, talvez clãs, em vários alinhamentos a partir do lago. Identificaram, também, estruturas de lixeiras, com possíveis entradas e saídas das casas.

Marta me explicou que precisou terminar o mestrado para se deter na interpretação do Sítio Caretas, fazendo uma associação entre as casas de palha, como a que terminavam de escavar naquele momento, e as "casas de pedra" dos pedrais trabalhados ao longo de muito tempo. A datação obtida de 1.100 AP para uma rocha enterrada no terraço fluvial marcaria o período de uma grande mudança: a partir de então, as gravuras revelam grupos com várias figuras humanas se segurando umas às outras. As intervenções posteriores parecem complementar as já existentes, dando-lhes um ressignificado.



Com a digitalização dos desenhos, é possível observar os detalhes, que interligam as caretas.

IV - TEFÉ

Subindo o Solimões

Tefé fica a pouco mais de 500 km a montante de Manaus, na chamada Amazônia centro-ocidental. Quer dizer, é quase no centro do estado do Amazonas, mas, em relação ao Brasil, está aparentemente "perto" da fronteira com a Colômbia e o Peru, de onde dista outros 500 ou 600 km.

CHE A CAMINHO DA BOLÍVIA

Talvez por essa relativa proximidade das fronteiras, o revolucionário Ernesto Che Guevara tenha escolhido a cidade de Tefé para morar por um período. Durante alguns meses, ele trabalhou como médico, atendendo à população, enquanto esperava os contatos para entrar na Bolívia e aí comandar a coluna guerrilheira, onde acabou assassinado em 8 de outubro de 1967.

Vários arquivos na internet mencionam a data da morte do Che como 9 de outubro. Mas naquela época, na memória dos militantes políticos, ficou o dia 8, que se tornou, inclusive, o nome de uma das organizações clandestinas no Brasil, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Oito anos depois, essa era a data prevista para o nascimento de meu primeiro filho, o que acabou acontecendo no dia 4 e ele se chamando Miguel, como o dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, o MIR chileno, Miguel Enríquez, assassinado um ano antes, nesse dia. Meu segundo filho chamaria Ernesto, como o Che.

Eu sabia que o Che tinha passado pelo Brasil, mas confirmei essa estadia em Tefé com um senhor, dono de uma padaria na cidade, que o conheceu nessa época. Meu informante, que não quis dar entrevista gravada de jeito nenhum, foi um combativo estivador no porto de Manaus e precisou fugir da capital quando houve o golpe civil-militar de 1964. Por esse motivo, participou da rede de apoio à guerrilha boliviana e quase se tornou combatente no país vizinho. Ele só me contou essa história porque falei que meu pai foi do secretariado político do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, ao lado do estivador Osvaldo Pacheco, que meu interlocutor muito admirava. Na viagem de barco que fizemos juntos, ficou registrado em vídeo um comentário dele:

– O Che era muito inteligente. Ele sabia fazer de tudo um pouco.

Achei interessante porque essa era uma das orientações para a formação de um combatente, nas organizações da esquerda armada do final dos anos 1960: tínhamos de saber desde costurar até dar tiro, como uma preparação para o futuro homem [e mulher] integral que queríamos construir.

Também em Tefé assisti a um comício da campanha eleitoral de 2010 com os candidatos majoritários que se elegeriam senadores naquele ano: Eduardo Braga, que seria nomeado em 2015 Ministro de Minas

cap8.indd 442 27/08/2015 15:20:06

e Energia, do PMDB, e Vanessa Grazziotin, do PC do B, que se tornaria presidente da CPI da Espionagem, criada a partir das denúncias de Edward Snowden. Era o grande programa de lazer na cidade naquele noite, com o público podendo chegar perto do palanque e as ruas cheias de vendedores ambulantes, de todo tipo de comida, roupa, uma festa.

Cheguei a Tefé de avião, foi só 1 hora e 20 de voo, e resolvi deixar o trajeto de barco para a volta, porque a favor da corrente seriam apenas 12 horas. Na Amazônia é assim, tem o tempo de ida, que seriam dois dias no barco recreio, e o de volta, em que a correnteza ajuda. O único detalhe é que estava no ponto máximo da vazante, em setembro. Mas isso eu conto daqui a pouco.

A carioca sozinha na selva

De Manaus, eu tinha feito contato por telefone com Jaqueline Gomes, então pesquisadora de arqueologia no Instituto Mamirauá, sediado em Tefé, que cuida das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. Ela não me garantiu que eu poderia visitar os sítios arqueológicos mas, sim, conhecer o laboratório em que ela estava trabalhando com o material encontrado no Sítio Boa Esperança. É uma comunidade ribeirinha no Amanã, no Médio Solimões, onde se pratica naturalmente o sistema agroflorestal de plantio, rica em abacate, cupuaçu, banana, e onde chegam os programas de manejo do jacaré e do pirarucu, este em risco de extinção.

Não teve jeito de convencer a responsável local pelo Instituto dos meus bons propósitos em registrar a pesquisa arqueológica dentro da reserva. Ela alegou que só com a autorização do presidente e fundador, José Márcio Ayres, que estava em Belém, etc. Bem, repórter é assim mesmo, tem que tentar mas nem sempre funciona.

Jaqueline Gomes dos Santos formou-se em ciências sociais na UERJ e estava estagiando com a professora Nanci Vieira de Oliveira, que trabalha com os índios guarani, no sul do Rio de Janeiro, quando um colega, Fábio Origuela, lhe perguntou se gostaria de participar de um sítio-escola na Amazônia:

– Para mim foi uma experiência muito doida chegar aqui em 2008. Era um lugar [Iranduba] de que eu nunca tinha ouvido falar, eu só tinha conhecimentos básicos de estudante de ciências sociais. Aí conheci outra carioca, a Carol – Caroline Caromano, do Museu Nacional – que estava lá limpando



Na foto de Val Moraes de 2008, no sítio Hatahara, Jaqueline Gomes está na peneira com o técnico Sineca, que veio com ela de Tefé. Ao fundo, Bruna Rocha e Bernardo Costa, que se tornaria marido de Jaqueline.

os carvões, depois peneirava, depois tinha todas as anotações, sabe?[35]

Jaqueline começou trabalhando com Anne Rapp Py-Daniel, no sítio Hatahara, com as práticas funerárias. Conheceu o professor Eduardo Neves, Helena Lima, foi aprendendo sobre esse projeto, o PAC, e a rede de profissionais que está descobrindo essa história indígena de longa duração:

– Esse lugar aqui, entre o Japurá e o Coari, é onde os antigos viajantes encontraram os índios Omágua. Eles faziam uma cerâmica tão sofisticada que os europeus disse-



O estado de preservação das urnas é incrível, o que permite registrar os detalhes policrômicos.

35 Em 2010, Caroline Caromano defendeu a tese de Mestrado "Fogo no Mundo das Águas: Antracologia no sítio Hatahara, Amazônia Central", orientada pela arqueobotânica Rita Scheel-Ybert e por Eduardo Neves. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2010. Antracologia é o estudo dos carvões. Em 2012 iniciou o doutorado sobre etnoarqueologia entre os Mebengokrê Kayapó, orientada por Rui Murrieta, do MAE-USP.

ram que parecia porcelana, muito pintada, com vários tipos e formas. Quando os arqueólogos chegaram aqui, encontraram a tradição policroma. Quer dizer: tem, de fato, uma continuidade, mesmo com o enorme impacto que eles sofreram do colonizador.

URNAS ANTROPOMORFAS EM TEFÉ[36]

Em 2014, a obra de construção de uma escola, na comunidade de Tauari, no município de Tefé, revelou várias urnas antropomorfas, coloridas e em excelente estado de conservação. Guardadas no acervo do Instituto Mamirauá, as urnas tiveram a idade estimada entre 700 e 1600 DC. A arqueóloga Jaqueline Belletti, ouvida pela reportagem, destacou a beleza e perfeição dos apliques nas tampas das urnas, com traços humanos e de pássaros, além da particularidade do banquinho em que claramente as figuras humanas estão sentadas.

"É o primeiro achado, na região, de urnas da Tradição Polícroma em que o banquinho está tão explicitado, não apenas sugerido". Ela se refere a outras especificidades: os rostos e os membros são apenas pintados [mas o nariz é aplicado], e não modelados. "Essas peças [urnas antropomorfas] são encontradas desde o rio Napo, no Peru, até o rio Madeira e começo do Baixo Amazonas", disse Jaqueline, que começou em 2011 o mestrado com Eduardo Neves, no MAE-USP, sobre "Arqueologia do Lago de Tefé: Discussões sobre a Variabilidade Artefatual da Cerâmica Polícroma".

Limpando caquinho

Encontro Jaqueline Gomes entregue à sina dos arqueólogos iniciantes: limpando e separando os cacos. Depois de duas etapas de campo em Iranduba, ela conseguiu ficar com a bolsa de estudos do CNPq de Bernardo Lacale Silva da Costa que tinha feito o levantamento arqueológico no lago Amanã, junto com Fernando Walter da Silva Costa, entre 2006 e 2008. Bernardo defendeu sua tese de mestrado no MAE-USP com o Eduardo, justamente sobre esse levantamento. Fernando foi quem estudou o sítio areal Dona Stella, no PAC, onde analisou peças bifaciais e uma ponta de projétil inteira, datada em mais de 7.500 anos. Em 2009, seu orientador, Eduardo Neves, foi um dos que o aprovou no doutorado

36 http://amazoniareal.com.br/urnas-encontradas-em-tefe-podem-esclarecer--rituais-funerarios-dos-antigos-povos-da-amazonia/

no MAE-USP, com a tese "Arqueologia das Campinaranas do Baixo rio Negro, em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central".

Nesse levantamento no Mamirauá tinham sido identificados, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, 32 sítios, muitos deles com terra preta, urnas funerárias, fragmentos de cerâmica e material lítico polido. Eles escolheram mapear e escavar os sítios Boa Esperança e Bom Jesus do Baré.



Jaqueline me mostra no mapa os sítios levantados na Reserva Amanã.

Em 2012, Jaqueline fez uma apresentação, pelo Grupo de Pesquisa em Organização Social e Manejo Participativo do Instituto Mamirauá, em que mencionou 22 sítios nas margens do lago Tefé, nos municípios Alvarães e Tefé, sítios esses semelhantes aos encontrados em Iranduba, pela densidade de material, tamanho dos sítios e presença de terra preta. Ela descreveu, particularmente, a escavação do sítio cerâmico Cacoal do Amanã, na margem direita do lago Amanã, com 5,8 hectares e um pacote arqueológico de 1,80 metro. Encontraram-se formas variadas de cerâmica, bolotas e muito carvão.

Tupi chega depois

– Olha que graça essa carinha – comenta ela, mostrando um pedaço de parede de um vaso, onde se nota o nariz aplicado e um resto de engobo branco. – O que o Claide mostrou lá no lago do Limão é que o formato da aldeia era circular, não era o padrão que hoje se vê. No registro arqueológico, você também encontra assentamentos lineares. É toda essa mudança que o professor Eduardo está falando: existia aqui essa coisa meio barrancoide, misturada com borda incisa, que tinha um tipo de assentamento. A hipótese é que os tupis foram chegando para cá e fazendo esse novo modo de vida, com o padrão de assentamento linear, a tradição Polícroma.

Pergunto de onde estariam vindo os Tupi:

– Não se sabe exatamente o centro de irradiação, mas no caso daqui, talvez descendo o Madeira. Ali entre o Solimões e o rio Negro já tem uma

cap8.indd 446 27/08/2015 15:20:07

outra coisa rolando, é o que vimos em Iranduba. O Japurá também é um grande rio, com várias migrações. Consigo pensar melhor comparando com a linguística, onde você tem os troncos e as famílias. É possível ver traços semelhantes, mas tem as variações locais e cada um está modificando com o tempo. Os que chegam não acabam com o que encontram. Há uma troca direta, acabam criando coisas diferentes.

Em 2012, Jaqueline iniciou o mestrado no MAE-USP, levando sua preciosa bagagem de conhecimento de campo. Ela apresentaria, num encontro de alunos da instituição, o trabalho "A borda é incisa mas também pintada: Análise preliminar das cerâmicas do sítio Boa Esperança".

Em 2015, soube por colegas deles do MAE que Jaqueline e Bernardo estavam casados há anos, já com um filhinho, morando em Belo Horizonte.

Boa Esperança: a Pocó-Açutuba no Solimões[37]

Jaqueline e Bernardo assinam ao lado de Eduardo, Vera Guapindaia e Helena Lima o histórico trabalho que se tornou a Conferência Magistral no III Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia, o EIAA III, realizado em Quito, no Equador, em setembro de 2013, e que foi apresentada por Eduardo Neves.

O sítio Boa Esperança, localizado na margem direita da parte superior do lago Amanã, próximo à foz do rio Japurá, possui material cerâmico de três componentes culturais: Pocó-Açutuba, que seria a localização mais a oeste dessa tradição recentemente identificada, e das fases Caiambé e Tefé. O interessante é que na camada mais profunda, entre 1,60 e 1,80 metro, havia feições/bolsões, chamados bolsões de memória por Cristiana Barreto, a partir do que observou no Cipoal do Araticum, no interflúvio Nhamundá-Trombetas (Baixo Amazonas). No interior dessas feições do Boa Esperança foi identifi-



Em 2010, Jaqueline Gomes estava ainda separando os cacos encontrados.

37 Ver Anexo IV - Tradições e Fases da Cerâmica da Amazônia à pág. 581

cada uma fase ainda mais antiga, a fase Amanã, com antiplástico caraipé e um processamento grosseiro. As peças encontradas possuem finas incisões e pintura monocrômica, com finas camadas de engobo laranja, branca e vermelha.

> *"Desse contexto foram obtidas datas a partir de dois fragmentos cerâmicos da fase Amanã (3.580 ± 30 AP e 2.950 ± 45 AP), um fragmento tipicamente Pocó-Açutuba (2.790 ± 30 AP) e ainda duas amostras de carvão coletadas na base e no topo das feições. A partir dessas informações, interpretamos que as feições foram realizadas na ocupação Pocó-Açutuba para a deposição do material cerâmico anterior a ela.*[38]

Conforme resumimos no Anexo IV, os contextos Pocó-Açutuba foram encontrados em vários lugares da calha do rio Amazonas, como em Santarém – sítio Aldeia (Gomes, 2011) e Porto (Schaan e Daiane Alves, 2013), sendo as datações mais antigas entre 1.200 e 900 AC; no Cipoal do Araticum, região do Nhamundá-Trombetas (Guapindaia, 2012), com datações entre 360 e 410 DC; Silves, na foz dos rios Urubu e Uatumã (Lima, 2008) que, assim como no Madeira (Moraes e Neves, 2012), são muito mais recentes, de cerca de 1.000 DC.

Voltarei a falar da Pocó-Açutuba no próximo capítulo, mas já podemos correlacionar as diferenças e semelhanças com as tradições Borda Incisa, Barrancoide e Saladoide como um fenômeno associável à chamada Diáspora Arawak, pela Amazônia e norte da América do Sul.

Quanto ao Médio Solimões, um outro aluno de Neves assumiu o posto de pesquisador no Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá. Trata-se de Eduardo Kazuo Tamanaha, que trabalha há 13 anos com Neves e em 2012 tornou-se mestre com a dissertação "Ocupação Polícroma no Baixo e Médio Solimões, Estado do Amazonas", baseado no estudo de 7 sítios arqueológicos, todos escavados durante a pesquisa para a construção do Gasoduto Coari-Manaus e os sítios-escola em Iranduba. Tamanaha foi, inclusive, o coordenador do sítio-escola de 2009. Em 2013 iniciou o doutorado sobre a "Zona Tampão e a Tradição Polícroma da Amazônia no Baixo e Médio rio Solimões".

---

38 NEVES, E. G.; GUAPINDAIA, V. L.; LIMA, H. P.; COSTA, Bernardo L. S.; GOMES, Jaqueline. "A Tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas". *Op. cit.*



Esse é Eduardo Tamanaha, escavando interessantes feições no Sítio Laguinho, em foto de Val Moraes de 2009.

Em 2015, conheci em São Paulo o lindo filhinho do Kazuo e da Márjorie Lima, o Vinícius, uma graça de bebê extremamente tranquilo e risonho, mamando no peito da mãe, atenta aos debates. O pai ficou no Mamirauá, trabalhando, e foi quem me forneceu as fotos dos vários sítios-escola em Iranduba, do PAC de Eduardo Neves. Aliás, o Tamanaha foi de uma boa vontade e competência maravilhosas, conseguiu resgatar o original de várias das fotos, com qualidade, identificando cada um que aparecia. Fica aqui meu rasgado agradecimento, a ele e ao Edu, que autorizou a publicação nesse livro.

Eduardo Tamanaha me conta que o seu trabalho no Mamirauá é uma continuidade do que foi começado por Bernardo Costa, em 2006, depois seguido por Jaqueline Gomes e ainda por Laura Furquim, que eu também conheceria em São Paulo, todos alunos de Eduardo Neves. É ele quem explica:

– O trabalho, de uma forma geral, consiste na interpolação da arqueologia com as demais disciplinas (biologia, ecologia, antropologia, etc.), tendo sempre como foco a proteção e manejo dos recursos naturais de forma sustentável dos ambientes de várzeas. A arqueologia é fundamental pra entender um processo de longa duração da ecologia humana nesses ambientes, levantando informações dos manejos ambientais e paisagísticos do passado. Apesar da nossa disciplina ser embrionária no Mamirauá, frente às outras áreas do Instituto, a médio e longo prazo esperamos contribuir com informações relevantes para a preservação e manejo do bioma amazônico.

Turismo em Tefé

O Instituto Mamirauá criou uma pousada “na selva”, Uacari, gerida em parceria com a comunidade, a preços razoavelmente salgados. Normalmente a cidade nem vê esses turistas que, interessados na nature-





Na cidade, o carrinho de mão velho substitui a canoa furada para fazer o canteirinho suspenso, na sábia reciclagem ribeirinha; um em Tefé, outro em Silves, bem distantes um do outro.

za "selvagem", embarcam na lancha da pousada assim que saem do avião e seguem para os lados do lago de Amanã.

De fato, o maior atrativo da cidade é não ter maiores atrativos, a meu ver. O melhor é o povo, com aquele tipo misturado caboclo, quase sempre risonho, poucos dentes na boca, sempre atencioso e hospitaleiro. Assisti à parada de Sete de Setembro em Tefé, grande acontecimento que atrai a maior parte da população, como era antigamente nas grandes cidades. Não sei se foi o regime militar ou a televisão, ou os dois, que acabaram com o poder de atração dessas festas organizadas. Mas, numa cidade como Tefé, é imperdível: os desfilantes vestem seus trajes de gala, sejam eles da banda de música da escola, dos alunos do ginásio estadual, da Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé, ou até do grupo de moto-táxis, todos uniformizados e de capacete. Passou um grupo de mulheres de saias de chita floridas, com a placa "Carimbó", dança folclórica, e outra, com elas fantasiadas para festa junina e a identificação: "Quadrilha da idade".

Diante da Prefeitura montaram um toldo para as autoridades. Notei representantes fardados da Marinha e do Exército, esses com roupa da selva. As cores oficiais da cidade são as da Bandeira Nacional. Eu já tinha reparado que, na Amazônia profunda, a presença dos militares é muito

cap8.indd 450 27/08/2015 15:20:11

mais significativa, pela importância dos serviços que prestam, na ausência da maioria das demais autoridades, fisicamente muito distantes.

Passeando pelos bairros, fica evidente a precariedade dos serviços públicos. São canos de esgoto dando literalmente sobre a calçada, mesmo do alto, muros semidestruídos pela umidade, desmoronando sobre escadas que dão na rua sem sarjeta. Aqui e ali uma varanda cuidadinha. Mas o melhor mesmo são as hortinhas. Como ribeirinhos que não esqueceram as origens, e continuam ribeirinhos na cidade, tem cebolinha plantada em caixote, couve em carrinho de mão velho – que nem eu vi em canoas furadas, suspensas, lá na região de Silves, garantia de proteção contra a cheia e as galinhas.

As placas das lojas são de um tempo em que a propaganda quem fazia era o próprio dono, na sua fachada: "Agatha Christie, Advocacia e Consultoria"; e na mesma placa, ao lado: "Depilclean, depilação completa". A lanchonete Altas Horas garante: "Vida inteligente na madrugada". Gostei da Drogaria Canhoto, com uma lua oval muito bem pintada: "Servindo bem para servir sempre". E com letra menor, dentro do escudo: "Altos sortimentos de medicamentos e perfumarias em geral". O cemitério modestamente se chama "Catedral da Saudade", com o portão encimado por duas torres de três andares. Entre os "moradores", um padre holandês e uma freira francesa, falecidos já há muitos anos, vestígios do antigo colégio de padres e das missões religiosas. Numa casa, "vende-se geladinho de frutas", que nem os sacolés nas favelas cariocas.

Como na maioria das cidades ribeirinhas, o porto é a própria margem do rio, já que o nível da água varia muito. O único cais existente era um flutuante. Na estação seca, em que eu fui, havia uma grande "ladeira" até se chegar ao barco, acessível por uma prancha móvel. Como tinha chovido, o que acontece mesmo durante a estação dita seca, estava tudo um pouco enlameado. Mas subi com entusiasmo no barco-recreio, para enfrentar doze horas de viagem. No "porto", era visível o barco Ludovico Celani, com três níveis de convés, adquirido por aquela época pela Marinha, para ser transformado em navio hospitalar. A viagem foi meio decepcionante, não dá para ver muita coisa nas margens. O tempo todo é aquela água barrenta do Solimões e, lá longe, a mancha das árvores. Na rota, Coari e Codajás. Tem também Anori, Manacapuru, passa-se ao largo de Iranduba, que não é ribeirinha, já quase chegando a Manaus, quando se dá o encontro das águas, do Solimões com as do rio Negro. A emoção ficou por conta do risco de encalhamento, já que o nível da

cap8.indd 451 27/08/2015 15:20:11

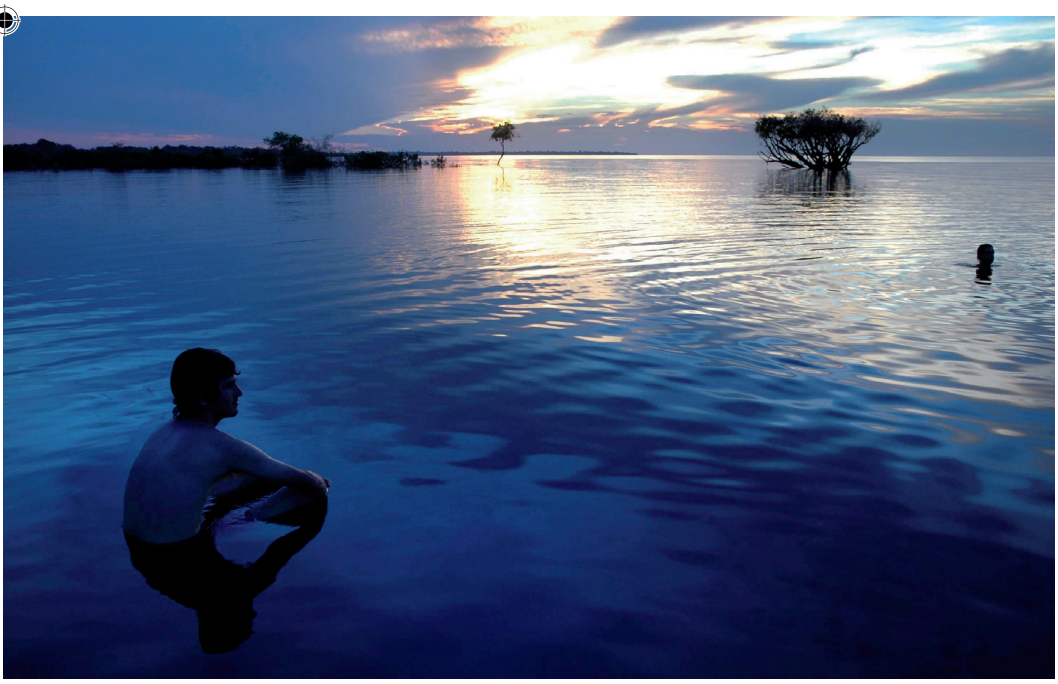
água estava muito baixo. Cruzamos com um barco grande encalhado, esperando a maré subir. Não tinha muito o que fazer. Nesses casos, é ainda mais importante a perícia do piloto, que já conhece os bancos de areia. Chegando em Manaus, outra ladeira para se subir até a estação de barcos, só que cimentada. Ainda haveria algumas etapas antes do EIAA II, o Encontro Internacional de Arqueologia da Amazônia II, que seria realizado em Manaus.

V - O ALTO E MÉDIO RIO NEGRO

Geografia sagrada

Encontro o arqueólogo Fábio Origuela num restaurante em Manaus, em 2010, depois de contatá-lo por indicação de Jaqueline Gomes. Falante e simpático, recebi uma enxurrada de informações sobre inúmeros trabalhos que fez ao longo do rio Negro, um mosaico de culturas indígenas contemporâneas e ancestrais.

– Em 2006 fui convidado pela antropóloga Ana Gita para participar do registro do patrimônio imaterial no Alto Rio Negro. Eu traba-



Entardecer no rio Negro, em foto de Marion Lloyd, cedida por Eduardo Neves.

lhava no IPHAN de Manaus e fui, então, fotografar a geografia mítica dos povos indígenas do rio Uaupés, Jiquié e Papuri. Foi feito o "Livro de Registro dos Lugares", encabeçado pela cachoeira de Iauareté, ou Cachoeira das Onças, lugar sagrado dos povos indígenas da região. A forma das pedras, a arte rupestre, a mitologia estão impressas nessas pedras.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) criou um Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados, em que, só na Cachoeira de Irauareté, documentaram 17 pontos de referência, locais relacionados à criação mítica da humanidade, ao surgimento das etnias, à criação das plantas e dos animais. São pedras, lajes, ilhas e paranás da cachoeira, que simbolizam episódios de guerra, perseguições, mortes e alianças da história desses povos.

A FOIRN registra dez comunidades multiculturais locais para quem a cachoeira é sagrada. São elas etnias de filiação linguística Tukano Oriental, Arawak e Maku. Segundo Nimuendaju[39], houve três estratos de ocupação no Alto Rio Negro. O primeiro deles, pré-cerâmico, é representado hoje pelos Maku e os grupos Yanomâmi Waiká e Xirianá. Eles também desconheciam a lavoura, a arte têxtil e a navegação. Os Maku se tornariam vassalos de grupos que chegaram depois, como os Tukano. O segundo estrato teve duas ondas migratórias, a primeira delas Arawak, vinda do norte, do alto Orinoco, representada pelos Baré, Manao, Warekena e Baniwa, entre outros. Tinham vida sedentária, usavam zarabatana e viviam às margens dos grandes rios e igarapés navegáveis.

Berta Ribeiro (*op. cit.*) menciona ter encontrado em 1978 os Hohódene em Uapuí, no rio Aiari que, assim como os Kadaupuritana e Tunuí, já extintos, seriam antigos Maku araucanizados. A segunda onda desse mesmo estrato veio do oeste, da família linguística Tukano que, segundo Nimuendaju, teria desalojado os Arawak do rio Uaupés. Esses Tukano ocidentais continuavam a visitar os parentes nos rios Içá (Putumayo) e Napo, chamados de Tukano orientais. O terceiro estrato de ocupação da região foi então o resultante da miscigenação que deu origem à atual cultura cabocla do rio Negro.

39 NIMUENDAJU, Curt. "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, 1927" *in Journal de la Société des Américanistes de Paris,* N. S. XXXIX, págs. 125-282. Paris: 1950. Citado por RIBEIRO, Berta G. O*s índios das águas pretas: modos de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: Companhia das Letras, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

São Gabriel da Cachoeira é a capital do Alto Rio Negro. De barco, saindo de Manaus na sexta-feira, num período nem de seca nem de cheia, chega-se em São Gabriel entre terça e quarta-feira, percorrendo cerca de 850 quilômetros. De avião, são duas horas. É lá que se instalou a Missão Salesiana em 1916, não muito tempo depois da criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, e pouco antes do declínio do ciclo da borracha, nos anos 1920. Em 1923 os salesianos criaram a Missão Tarauacá, no Baixo Uaupés, e pouco depois a Missão de Iauareté, no extremo noroeste do estado do Amazonas, já bem próximo da Colômbia. A localização da primeira missão, na confluência do Papuri e do Uaupés, foi propositalmente num local de passagem obrigatória para várias tribos. Começou aí o processo que a Igreja considerou de "regeneração dos pobres selvagens", com a criação imposta de povoamentos à volta das igrejas, constituídos de casas unifamiliares, e a proibição das malocas, "casas do diabo" onde se realizavam rituais de Satanás. Com essa aculturação criminosa, apenas os mais resistentes em sua identidade étnica conseguiram resguardar algumas histórias sagradas e rituais.

ANTES O MUNDO NÃO EXISTIA[40]

Berta Ribeiro é responsável pela publicação do primeiro relato mitológico feito pelos próprios índios, no caso, Desana, do Alto Rio Negro. Tolamãn Kenhíri, batizado como Luiz Gomes Lana, e seu pai Umúsin Panlõn Kumu, nome cristão Firmiano Arantes Lana, começaram esse trabalho em 1968. O filho estudou na missão salesiana, em São Gabriel da Cachoeira, e era fluente em português, espanhol, desana e tukano. O primo, Feliciano Lana, fez os desenhos reproduzidos no livro. Foi preciso vencer muitas dificuldades, como o tabu de algumas histórias só poderem ser conhecidas pelos homens, ou a forma de contá-las, que Berta precisou editar, com a aprovação dos autores.

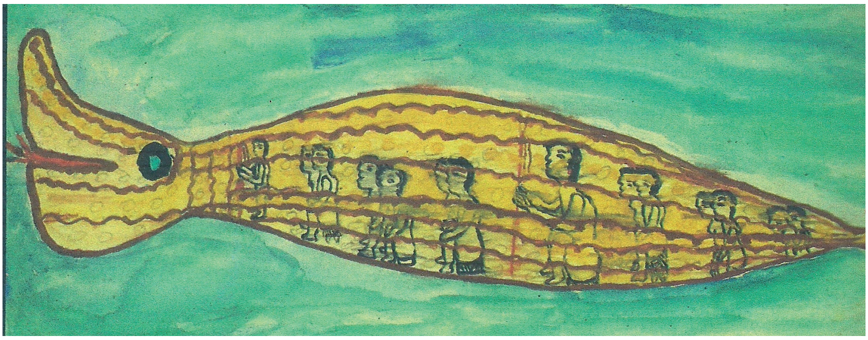
O livro conta como o mundo foi criado, como as casas transformadoras permitiram o amadurecimento e a transfiguração da humanidade, e histórias como o roubo das flautas sagradas pelas mulheres, numa sociedade estritamente patriarcal. Importante registrar que as casas transformadoras são marcadas por acidentes geográficos, é a mitologia contada pela paisagem.

40 UMÚSIN PANLÕN KUMU e TOLAMÃN KENHÍRI. *Antes o Mundo Não Existia.* Introdução de Berta G. Ribeiro. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.

Um mito que se repete, com variações entre as tribos, é o da criação da humanidade no bojo de uma imensa cobra-canoa. Entre os Tukano da Colômbia, é a anaconda, ancestral em forma animal que originou os primeiros clãs Kubewa. Ela ocupa às vezes toda a extensão de um rio, com a cabeça nas cabeceiras e a cauda na foz. O corpo é segmentado para a formação dos clãs, sendo a mais alta hierarquia originada da cabeça da cobra. Essa versão aproxima-se das casas transformadoras relatadas pelos autores desana do livro organizado por Berta, que foram sendo implantadas no curso da longa viagem da criação.

Em 1978 e 1979, quando Berta estava trabalhando no livro, ela me convidou para ajudá-la na fixação do texto. Eu estava chegando do exílio na França, onde estudei dois anos no curso Lettres pour Étrangers, na Sorbonne Nouvelle, que interrompi para voltar ao Brasil, com a anistia que se anunciava. Minhas aulas de fonética ajudaram a tirar um monte de acento das palavras em desana, tornando-as mais fáceis de leitura e as aproximando da grafia portuguesa.

Foi uma grata experiência conviver diariamente com ela, que conheci anos antes no Uruguai, ainda casada com o Darcy. Ela se recusava a adotar o computador, de uso ainda pouco corrente. Trabalhávamos na máquina elétrica IBM, cortando e colando as tiras de papel com as correções. Lastimo não ter me aprofundado, na época, em seu estudo da cestaria indígena, que hoje tanto valorizo pelos motivos que se repetem particularmente na tecelagem, além da cerâmica e pinturas corporais. Ela colocou um agradecimento a mim no livro. Obrigada a você, Berta[41].



No desenho do desana Feliciano Lana, publicado em 1978, ele representa a canoa-cobra da transformação, navegando no rio-leite, levando no bojo-ventre a futura humanidade.

41 Melhor foi a dedicatória no exemplar que ela me deu, em 1986: "À Sola, minha filha espiritual, o livro que criamos juntas. Com a ternura de Berta."

Arqueologia como história indígena

– O Eduardo [Neves] foi o primeiro a trabalhar nessa área – prossegue Fábio Origuela, que foi incentivado pelo professor a aceitar o convite da antropóloga Ana Gita. – Ele fez o doutorado associando a questão da mitologia dos povos indígenas do Alto Rio Negro com o que ele encontrou na escavação dos sítios[42].

Simultaneamente, Fábio participou do levantamento dos sítios arqueológicos entre o Baixo e o Médio Rio Negro, entre as cidades de Novo Airão e Barcelos, num trabalho pela Fundação Vitória Amazônica, voltada para a conservação ambiental. Junto com Raoni Valle, que citamos pelo seu estudo da arte rupestre, Fábio participou das expedições para as Unidades de Conservação da região, como o Parque Estadual do Rio Negro seção Norte, o Parque Nacional do Jaú e a Reserva Extrativista Rio Unini.

– O projeto do rio Negro desanda – conta ele. – Não só por questões financeiras, mas porque se trata de sítios sagrados. Então não adianta resolver o problema com um clã dos Tukano, tem outros 43! E o tempo é muito curto, esse trabalho é para uma vida inteira. É pra ir lá conversar durante anos e, aí sim, começar a escavar.

Enquanto Raoni e Fernando Costa, o que estudou o areal do Dona Stela (apelido "Caminhão", segundo Fábio) viajam para o rio Içana, afluente do Alto Rio Negro, Fábio desiste de encontrá-los e resolve direcionar o mestrado para o Médio Rio Negro, onde tinha levantado mais de 60 sítios arqueológicos. Ele já tinha feito, inclusive, oficinas de educação patrimonial com as comunidades e já tinha registrado o sítio histórico de Airão Velho, primeiro povoamento do rio Negro, ainda em 1658. Além da rica arte rupestre da região.

Discussão sobre presença tupi no Negro

– Daí eu direcionei meu trabalho para a Tradição Polícroma da Amazônia, para a cerâmica Guarita, para entender a expansão dela no rio Negro[43]. Ela é a última fase cerâmica do período pré-colonial. A ideia do

42 NEVES, E. G. *Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Northwest Amazon*. Orientador Geoffrey Conrad. Tese de Doutorado. Indiana University, IU Bloomington, Estados Unidos, 1997.

43 Na época, 2010, o título provisório da tese era "Do Orinoco ao Amazonas: Policromia, Acanalados, Incisões na Bacia do Médio Rio Negro". Soube depois que a tese não foi aprovada pela banca.

Eduardo e do pessoal todo é que houve uma coisa de origem tupi, que vem do Madeira.

E Origuela manifesta uma divergência com seu orientador:

– Eu tenho uma ideia diferente do resto da equipe, desse processo. O rio Negro nunca teve grupo de língua tupi. Claro, tem povos de língua karib, de língua macu, povos de língua yanomâmi. Mas o *ethos*, o suporte cultural, é arawak. Então o que acontece? Pelo menos no rio Negro, Guarita não é tupi. Então o que eu vou fazer? Eu vou mergulhar nas fontes.

E Fábio insiste:

– Policroma, na verdade, tem até lá no Rio de Janeiro, é outra questão. Mas o que chamamos Guarita, esses antropomorfos, em que você vê semelhança do material desde o Baixo Amazonas até o Equador, entra pelo rio Negro, segue o Solimões, o Madeira. Tenho o palpite, porque não tenho os dados que gostaria de ter, e que só vou conseguir com pelo menos mais uns 15 anos de trabalho, meu palpite é que pelo menos no rio Negro não tem tupi, nunca teve tupi, nem adianta, eu bato o pé, pra mim é arawak.

É indiscutível a origem arawak da maioria dos toponímios da região. Berta Ribeiro exemplifica: Cassiquiare, Orinoco, Caiari (antiga designação do Uaupés), Aiari, Papuri, Querari, Inírida, Cuduiari, Tiquié. Ela esteve com os Baniwa da aldeia de Uapuí, que vão constantemente visitar parentes. Eles são especialistas na fabricação de ralos para ralar a mandioca, em que incrustam pedrinhas de quartzo (das pedreiras da cachoeira de Tunuí, no médio Içana) numa tábua côncava. É um produto de troca com as demais tribos, que têm também suas especializações: o banco é Tukano, as máscaras são Kubéwa, a canoa é Tuyuka, o cesto cargueiro e as zarabatanas são Maku.

Fábio cita os linguistas Greg Urban e Henri Ramirez, que acreditam na origem arawak no oeste próximo à base dos Andes, no Peru:

– Não falemos de Macro-Arawak, seria algo mais amazônico, rio-negrino, orinóquio, caquetá. Temos o rio Caquetá ou Japurá, que corre paralelo ao rio Negro. O Japurá deságua ali no Mamirauá. Essa leva Arawak que está na bacia principal do Amazonas, pessoal do rio Negro, do Japurá, do Solimões, sistema Juruá-Purus, do Orinoco, o palpite do Ramirez é que a gente deve procurar a origem no Alto Caquetá, entre o

rio Caquetá e o rio Negro, no máximo pegando ainda o Orinoco. Brasil, Colômbia, Venezuela. Caquetá, Negro, Orinoco.

Ribeirinhos de ontem e de hoje

Fábio continuava a trabalhar para a Fundação Vitória Amazônica e fazendo arqueologia de contrato, cuja renda, em parte, ele pretendia guardar para reinvestir na pesquisa no Médio Rio Negro, estendendo também para Roraima. Na época, o italiano Filippo Stampanoni cogitou de trabalhar com a dispersão espacial dos sítios arqueológicos no Médio Rio Negro, na área do Puduari. E a amazonense Márjorie Lima, mestranda também aluna de Eduardo Neves, iria começar a trabalhar com a formação de dois sítios no rio Unini já escavados por Fábio: o sítio Floresta e o sítio Lago das Pombas, que ficam em meandros do rio que vão mudando de lugar, é uma área de igapó. Ele, Fábio, começou a se dedicar à cerâmica que encontrou.

– Na verdade, é o primeiro trabalho nessa região do rio Negro, não sabemos de nada. Encontrei não só cerâmica policrômica, mas outras diferentes do que a gente encontra aqui na Amazônia Central, como as dos sítios de Iranduba, Manacapuru e Manaus. Estou interessado na etnoarqueologia, na mitologia dos povos indígenas que estavam no rio Negro, tendo continuidade com as populações ribeirinhas. Estou preocupado com os destribalizados, aqueles que se caboclizaram e perderam a identidade.

E ele radicaliza:

– Acho que a visão de todo mundo ainda está muito presa à arqueologia e, no final, tudo isso da arqueologia é uma balela, o mais importante são os vivos. Os mortos são os outros. Quando se joga o ribeirinho para a cidade, tira ele do meio natural para ser um favelado, ou joga o indígena para ser um favelado, a gente está jogando no lixo toda essa memória de colonização da Amazônia, que é uma coisa milenar.

VI - BALBINA, EM PRESIDENTE FIGUEIREDO

A vila-fantasma

"Balbina é a pior usina brasileira", declarou certa vez o físico Luiz Pinguelli Rosa, da Coppe-UFRJ. Com uma área inundada de 2.400 km2 gerando menos de 300 MW, ela é 30 vezes menos produtiva que

Tucuruí, por exemplo. O próprio presidente da Eletronorte, quando o entrevistei em 1989 ao lado do vertedouro da usina, reconheceu o fiasco. Dizem que houve empresários paulistas que apressadamente compraram terras que seriam inundadas, e que teriam cobrado por elas gordas indenizações. Segundo os jornais da época, estavam entre eles Chiquinho Scarpa, Sílvio Santos e o próprio Ministro Mário Andreazza, talvez a maior fortuna pessoal criada ilicitamente por militares durante a ditadura. Se o reservatório fosse construído 70 quilômetros rio acima, teria sido possível movimentar as quatro turbinas e, não, uma por vez, com outra em *stand by*. Mas aí não inundava a terra dos "interessados".



O centro de visitantes de Balbina, completamente em ruínas em 2010.

A vila de Balbina, 200 km ao norte de Manaus pela BR-174 (que dá acesso a Boa Vista) e mais um trecho da AM-240, foi concebida para ser uma espécie de vila-modelo amazônica. Em 1990, o então governador Amazonino Mendes assinou, no apagar das luzes do mandato, a criação de uma Universidade dos Trópicos Úmidos, que faria de Balbina uma cidade científica. Mas aí o sucessor dele, o Gilberto "Serra Elétrica" Mestrinho, não tinha interesse em dar seguimento ao projeto[44]. Hoje é uma vila-fantasma, em que construções agradáveis, adaptadas ao clima da região, exibem telhados desmoronados, onde até árvores nasceram.

O município de Presidente Figueiredo, onde se localiza Balbina, é outro com o nome infeliz, mas parece que a homenagem anunciada não foi ao último ditador militar, mas ao primeiro presidente da província do Amazonas, ainda durante o Império. O fato é que é conhecido como a "terra das cachoeiras", uma das cidades turísticas do estado, mais ou menos a "praia" dos manauaras. A sede do município dista pouco mais de cem quilômetros da capital. Do centro de Presidente Figueiredo é possível

44 O apelido do mentor de Amazonino Mendes, que ajudou a elegê-lo em 1986, deve-se a que ele defendia dar uma serra elétrica a cada caboclo e liberar a caça de jacaré, em risco de extinção. Era um "gênio" conservacionista, aparentemente sem ideia do alcance de suas palavras.

ir a pé até o Parque Urubuí, que integra a Área de Proteção Ambiental Urubuí. O igarapé faz parte da rede fluvial de águas pretas ao norte de Manaus, rios que descem do antiquíssimo Maciço das Guianas. Todo encachoeirado, como se diz na região, ou seja, com corredeiras, o Urubuí oferece um banho delicioso, ao lado de um local preparado para a visitação, com gramado e mesas de piquenique. Posso imaginar como fica o local nos feriados e férias escolares.

Sítios arqueológicos inundados na marra

Marco Antônio Lima da Silva é arqueólogo, veio do Rio de Janeiro em 1986 para trabalhar no salvamento arqueológico da região atingida pela Usina Hidrelétrica (UHE) Balbina[45] e nunca mais voltou. Ele foi da terceira turma que se formou no curso de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, em 1980. Mas só em Balbina conseguiu trabalhar como arqueólogo.

– Como essa área do rio Uatumã ia ser toda inundada, foi feito o reconhecimento para identificar os sítios arqueológicos e, depois, ir uma equipe para escavar. A questão toda era o tempo, porque a água já estava subindo. Se você se detivesse muito num sítio, não iria ter tempo de salvar todos os outros que já estavam cadastrados.

Marco Antônio lastima a pressa com que tiveram que fazer o salvamento:

– Era uma área com um potencial arqueológico fantástico. Se esse projeto tivesse sido implementado pelo menos cinco anos antes e, não, cinco meses... Nós entramos em maio de 1987 e eles fecharam [as comportas] em outubro de 1987. Mesmo depois que o lago atingiu o nível, muitos sítios continuaram de fora, daria para fazer um novo salvamento, se quisessem, agora com mais calma. São vários os sítios na reserva Waimiri Atroari, inclusive no caminho do lago até a reserva.

O arqueólogo Marcus Vinicius de Miranda Correia, que entrevistei depois em Manaus, denuncia que “a Eletronorte mandou a Arminda e outros arqueólogos para um congresso em São Paulo. Quando voltamos, a barragem já estava fechada com o José Sarney inaugurando, abrindo as comportas.”

45 Programa de Salvamento Arqueológico e Cultural da Usina Hidrelétrica de Balbina - SAUHEB.








No acervo do museu agora fechado, registrei a diversidade de estilos e técnicas entre os fragmentos encontrados em sítios hoje submersos, que vão de incisos e ponteados a modelados e acanalados.

Pescadores informaram que, na área do Pitinga, afloram alguns pedrais com petroglifos, quando a água baixa. Nessa mesma região, o geólogo Tadeu Veiga encontrou nos anos 1980 artefatos de pedra polida e rochas com sulcos de polimento recobertas por sedimentos aluvionares pleistocênicos, evidenciando a ocupação paleoíndia.[46]

A usina só viria a funcionar em 1989, com sete anos de atraso. Quando finalmente ela começou a gerar energia, já existia um déficit em relação à demanda da cidade de Manaus, que tem seu polo industrial.

Os sumiços

No pequeno museu de Balbina – no chamado Centro de Proteção Ambiental, (CPA) – é gritante a ausência de um muiraquitã belíssimo que foi encontrado naquela época. Dizem que ele desapareceu em 1988, levado pelo então coordenador do salvamento. Na entrevista que fiz depois com Arminda Mendonça, que precedeu esse coordenador, ela o denuncia: chama-se Adilson Rodrigues da Silva. Segundo Arminda me disse em 2010, ele circulava entre Novo Airão e Presidente Figueiredo. Como também desapareceu a documentação referente ao material salvo naquela época, há um processo no IPHAN que se arrasta há mais de vinte anos para retomar a pesquisa. Supõe-se que esse antigo coordenador esteja com as fichas de catalogação desse material do museu, porque lá não estão.

No Anexo de Raquel Boechat à pág. 623 é esmiuçada a questão da propriedade do patrimônio arqueológico, definida na Carta Magna de 1988. Se alguém roubou, teria que ser punido com o rigor da lei. E se o IPHAN não conseguiu fazer nada em 20 anos, seria o caso de cobrar a ação do Ministério Público.

Em 2015, o museu estava fechado, com documentos espalhados do lado de fora. Parece que o acervo etnográfico foi salvo por um projeto específico. Mas em 2010, pude visitar suas acanhadas instalações. Painéis explicativos falavam de achados pertencentes a três tradições cerâmicas, numa clara alusão à classificação de Meggers & Evans. Eles pertenceriam ao período "Formativo", de 1.000 AC a 1.500 DC, das tradições Polícroma (subtradição Guarita), Inciso Ponteada e Borda Incisa, além

46 Citado na pág. 81 de NEVES, Eduardo G. "Sob os Tempos do Equinócio: Oito Mil Anos de História na Amazônia Central (6.500 AC - 1.500 DC)". Tese de Livre-Docência, MAE-USP, 2013.

de outras cerâmicas, diferentes das conhecidas. Seriam claros indícios da região ter sido um centro de difusão cultural (ou de encontro de culturas). Um gráfico representava o número de sítios identificados: acampamento (20), habitação (54), arte rupestre (23), oficinas líticas (16), além de um sítio histórico.

– Nós descobrimos sítios com defumadores de borracha, eram sítios neo-coloniais. Descobrimos também sítios de extração e beneficiamento do pau-rosa, de onde se extrai essência para perfume [salvo engano, a base do famosíssimo Chanel no. 5]. Tudo inundado.

Eco 92

No final de 1991, a Eletronorte contratou um arqueólogo para analisar o material coletado pelo programa de salvamento em Balbina, o SAUHEB. Assumiu Marcus Vinicius de Miranda Correia, citado por Edithe Pereira, que convidou Maria Arminda Mendonça para trabalhar com ele. Com aporte financeiro do Smithsonian Institution, Marcus trabalhou ajudado por Eurico Miller, também da Eletronorte, além de Arminda. As pinturas rupestres tinham sido tema da dissertação de mestrado de Marcus Vinicius.

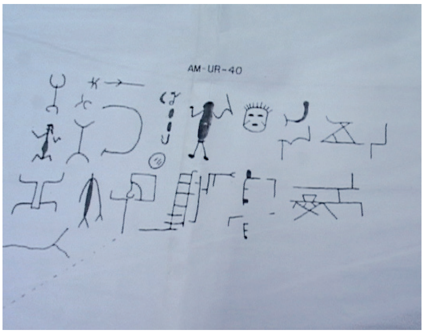
Quanto à documentação fotográfica do salvamento, as fotos não sumiram. O fotógrafo chama-se Hamilton Salgado, que entre 1987 e 1988 entregou o material ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, que era subordinado à vice-governança, segundo Arminda. Hoje seria a Secretaria de Estado de Cultura. Nessa época, melhor que as fotos em preto e branco ou mesmo coloridas era o diapositivo, o slide, que facilitava a apresentação em palestras, como na Eco-92. A própria Arminda possui alguns desses slides, tirados com as máquinas fotográficas pessoais dela e do fotógrafo. A Eletronorte fornecia apenas os filmes.



Marcus Vinicius de Miranda Correia foi o primeiro a descrever um sítio rupestre no Amazonas, a Gruta do Batismo.

Gruta do Batismo

Estamos a caminho da famosa Caverna do Batismo, com pinturas rupestres, que Raoni e Edithe



Registro das pinturas que existiam no sítio AM-UR-40: Gruta do Batismo, hoje depredado.



Estrela moderna se sobrepõe a pintura antiga de círculo em carvão.

encontraram completamente depredada, como já contei. Mas em 2010 pude ver algumas pinturas, ainda que degradadas pela ação do tempo e das pessoas. A Caverna, ou Gruta, não fica muito longe da vila, é uma trilha de uns 1.500 metros, mais ou menos plana, para meu alívio. A floresta é densa mas dá passagem, sem maiores problemas, salvo os troncos tombados. O local é belíssimo, com a entrada bem ampla, como a das lapas de Minas Gerais. A região é conhecida pelas cavernas cavadas pela água, em alguns casos com cachoeiras internas, uma maravilha.

Uma estrela de seis pontas pintada em tinta acrílica vermelha ocupa o centro de um velho círculo riscado na pedra, sabe-se lá de que antiguidade. Mas a estrela, certamente, é moderna e invasiva. Percebo alguns petroglifos, cavados na rocha, mas não identifico a forma. Mais adiante, uma pintura em preto, suponho que feita a carvão, representa um antropomorfo, com o braço claramente em riste, segurando um pau ou uma lança. Por sinal, canhoto! Um símbolo que não identifico está pintado no teto, também em preto. Deve ser um dos que desabou, com a depredação denunciada. Também identifiquei uma mulher buxudinha, devia ser uma grávida. Segundo Marcus Vinícius, o arqueólogo que em 1987 registrou as pinturas rupestres em foto e *relevé*[47], poderia ser indício de um ritual de fertilidade.

Os primeiros relatos sobre a Gruta do Batismo são de 1983, pelo geólogo Ivo Karmann, hoje professor-doutor do Instituto de Geociências da USP. Ele estava fazendo o levantamento espeleológico para a

47 *Relevé* é o decalque em plástico feito pelos arqueólogos das pinturas rupestres, única técnica utilizada até a descoberta do *scanner*. Até o início da influência norte-americana, como já foi dito, a metodologia dos arqueólogos no Brasil era francesa. O que, aliás, ocorreu em todas as áreas científicas e culturais.

cap8.indd 464 27/08/2015 15:20:19





Um guerreiro canhoto e uma mulher grávida talvez já lá não estejam.

Eletronorte. Em seu relatório, destacou a existência das pinturas. Nunca se escavou na gruta para contextualizá-las. A gruta é de arenito, ali já foi mar. Mas as gravuras são todas em rochas magmáticas. A BR-174, na verdade, separa duas formações geológicas. É difícil pintar no arenito porque é muito friável, talvez por isso se encontrem poucas pinturas.

Pesca abusiva no lago

Na minha visita em 2010, além do arqueólogo Marco Antonio da Silva, estava o fotógrafo José Maria, residente em Balbina. Ele denuncia o abuso na pesca no lago, apesar da existência da Reserva Biológica de Uatumã:

– Todo ano devia ter uma pausa de uns seis meses na pescaria aqui no lago. No ano retrasado fizeram uma pausa de quatro meses, mas em quatro meses o peixe não está no ponto de corte, como se chama, eles pegam os peixes tudo miúdo. Aí não tem como.

Em julho de 2014, o ICMBio[48] distribuiu faixas por toda a região de Balbina com as novas regras para a pesca do tucunaré no lago, particu-

48 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão ambiental do governo brasileiro, criado em 2007, por desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o IBAMA. É quem responde pelas Unidades de Conservação.



O arqueólogo Marco Antônio Lima da Silva me levou à Gruta do Batismo.

larmente para as comunidades de Nova Jerusalém, Ramal do Rumo Certo (comunidades Boa União e Novo Rumo) e Micade. Em primeiro lugar, nunca usar redes nem pescar na margem esquerda, muito menos praticar a pesca esportiva. Para a pesca recreativa, seriam permitidos 5 kg de peixe por embarcação. Na de subsistência, 15 kg por pescador, por semana. E no caso da pesca profissional, cada pescador poderia pescar 250 kg por semana. O tucunaré não deveria ter menos de 30 centímetros nem mais que 55. Resta saber se há fiscais suficientes e se os próprios pescadores controlam esses limites, condição de sobrevivência dos peixes e deles próprios.

VII - MANAUS

Vestígios históricos da riqueza e da pobreza

No auge do ciclo da borracha, conta-se que os grandes donos de seringais acendiam o charuto com notas de dólar. Verdade ou não, do final do século XIX ao começo do XX, formaram-se enormes fortunas com a venda quase monopolizada da **borracha** amazonense.

Manaus possuía palácios, um teatro inigualável, hotéis, cassinos, bancos, calçadas com pedras que vieram de Portugal, praças e jardins dignos das grandes cidades europeias. Quando o governador Eduardo Ribeiro, hoje nome de uma importante avenida, foi modernizar a Praça Dom Pedro, ainda no final do século XIX, foram encontradas grandes igaçabas, vestígios do cemitério indígena destruído com a construção da cidade. Até recentemente, era possível encontrar cacos de cerâmica no chão da praça.

Os Manao, ou Manaós, eram de origem Arawak e resistiram à presença portuguesa, ao contrário dos Barés, Muras e Tarumãs, que teriam ajudado na construção do Forte São José da Barra do Rio Negro, em 1669, em torno do qual surgiram as palhoças pobres dos indígenas e, posteriormente, cresceu a cidade. Mas os Manao não resistiram à arma mais poderosa de nossos colonizadores: os casamentos com as filhas dos tuxauas, que transformaram os inimigos em parentes, começando, assim, a formação de nosso povo caboclo.

O LADRÃO NO FIM DO MUNDO[49]

O homem que contrabandeou as sementes de seringa para o Kew Gardens de Londres, onde germinaram com sucesso, para então serem levadas para as colônias inglesas na Índia e na Nova Zelândia, chamava-se Henry Wickham e era considerado um aventureiro. Ainda que reconhecido como o "pai da **borracha**" na Inglaterra, lá chegou em farrapos e doente. Não recolheu as glórias nem as riquezas que mereceria por ter viabilizado o domínio dos mercados do mundo por aquela potência industrial, que passou a controlar a mais preciosa matéria prima então existente, essencial do isolamento elétrico à fabricação de pneus de carros e aviões, roupas impermeáveis e mamadeiras.

A *Hevea brasiliensis* foi, assim, alvo do maior caso de biopirataria da história. As sementes bem sucedidas foram cuidadosamente selecionadas de árvores crescidas, à sombra, às margens do Tapajós, não muito distante de Santarém.

O repórter Joe Jackson nos conta em seu livro, de forma saborosa, como era a vida em Manaus no auge da borracha. O sistema de bondes era o primeiro da América do Sul. Em 1913, Manaus tinha quase 100 mil habitantes, onde o consumo de diamante per capita era o maior do planeta e o custo de vida quatro vezes maior que o de Londres e Paris.

Praça Dom Pedro e a cerâmica Paredão

Entre 1955 e 1961, Peter Paul Hilbert escavou no "sítio Manaus", que era a Praça Dom Pedro II, onde nomeou a cerâmica encontrada como Paredão – porque havia um paredão no local. Pertencente à tradição Borda Incisa, Hilbert datou a cerâmica encontrada de 100 a 800 DC. Como me chamou a atenção Claide Moraes, a cerâmica Paredão, apesar do nome, é a que tem a parede mais fininha e caprichada.

Em 2002, o arqueólogo Paulo Zanettini foi contratado para localizar vestígios da antiga fortaleza, cuja única referência é a existência próxima do velho cemitério indígena. Encontrou muita cerâmica mas não propriamente vestígios do forte, que foi uma construção bem rústica,

49 JACKSON, Joe. *O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.



Enorme urna da fase Paredão foi encontrada na Praça Dom Pedro por Eduardo Neves, em 2003.

de tijolos e pedras. Em 2003 e 2004 foi a vez de Eduardo Neves, Carlos Augusto Silva e Patrícia Donatti escavarem na praça, quando encontraram 4 urnas da fase Paredão.

Quando a praça ainda era conhecida como largo do Pelourinho, entre a Cadeia Velha, o Palácio de governo e o antigo quartel, perto do forte, ela assistiu os cabanos controlarem a Vila da Barra, entre 6 de março e 31 de agosto de 1836. A Cabanagem, aliás, teve um importante papel na formação do estado do Amazonas por causa das incursões dos rebeldes, que interligaram seus habitantes em busca de adeptos.

Em 2010 visito a Praça D. Pedro, perto do Porto, acompanhada por Erick Freire, que já trabalhou com a arqueóloga Arminda Mendonça, de quem volto a falar a seguir. A praça está com tapumes de obra, cercando inclusive o famoso coreto inglês, de ferro batido. Na rua Bernardo Ramos vimos a casa mais antiga de Manaus, que também está sendo reformada, depois que a prefeitura desapropriou a antiga Mercearia O Guarany. Ali foi feito um aterro para ligar a ilha de São Vicente à terra firme. A casa foi construída com tijolos de quatro furos e taipa. As paredes eram mistas, porque, ao longo dos anos, as pessoas que foram morando foram misturando pedaços de tijolo, caco de telha, pedras. Encontro num pedaço da parede um caco de cerâmica com cariapé, certamente pega nos arredores. Entramos pelo escritório da construtora que está fazendo a restauração e saímos na parte interna do Paço da Liberdade ou Paço Municipal. Aqui foi o mais antigo palácio de governo da província e sede da prefeitura de Manaus. Dali vemos um igarapé que deságua no rio Negro e a ponte, então em construção.

Palacete Provincial

A Praça da Polícia, como até hoje é conhecida, chama-se assim porque no lindo palacete recentemente restaurado, de frente para a praça,

funcionou durante muitos anos o Comando da Polícia Militar, que o povo chamava de Quartel da Polícia Militar. A praça é linda, de estilo inglês, com o coreto de ferro batido de 1910, uma pequena fonte, muitas esculturas, jardins cuidados.



Coreto inglês da chamada Praça da Polícia, em Manaus.

O Palacete Provincial, por sua vez, começou a ser construído para ser uma rica residência, ainda no tempo do Império. Ele só foi concluído em 1874, já como moradia do presidente da província. No ano seguinte, tornou-se sede de várias repartições públicas, até ser ocupado pela Polícia Militar. Desde 2009 está a cargo da Secretaria de Estado da Cultura, que aí instalou o Museu da Numismática, o Museu da Imagem e do Som e o Museu de Arqueologia, com uma exposição pedagógica. No espaçoso porão funcionava, em 2010, o Laboratório de Arqueologia, onde encontrei a arqueóloga Maria Arminda Castro Mendonça de Souza.

Dificuldades institucionais

Naquele momento, em setembro de 2010, o Laboratório de Arqueologia estava tomado por material encontrado na restauração da Catedral de Manaus, uma igreja reconstruída no século passado, em estilo grego, quando a anterior foi destruída por um incêndio.

– Existem mais de 80 sítios arqueológicos dentro de Manaus. Todo o centro da cidade tem sítios coloniais – conta Arminda, com seu jeito decidido. – Se você abrir um buraco na rua no meio de uma pista ou numa calçada, você encontra material arqueológico. Agora mesmo, na biblioteca pública, foram abrir um fosso para o elevador e apareceu material histórico, garrafas de cerâmica de Gres, de louça.

Maria Arminda destaca o atraso do estado do Amazonas no campo da Arqueologia, em relação ao Pará, por exemplo, onde Mário Simões foi o coordenador brasileiro do PRONAPABA, pelo Museu Goeldi. Lembro o Projeto Amazônia Central, de Eduardo Neves:

– Mesmo com o PAC sendo desenvolvido, percebe-se nitidamente que ainda tem muito a se fazer –. E abordando a questão institucional: – Apesar da

criação da superintendência do IPHAN em Manaus, em nenhum momento do projeto de saneamento dos igarapés que cortam a cidade foi exigido o acompanhamento de um arqueólogo. Um dos argumentos foi a falta de arqueólogos. O que não há é integração entre esses órgãos.

Claramente há uma dificuldade de diálogo e rixa entre as instituições. UFAM e Museu da Amazônia, por um lado, UEA e Secretaria de Estado de Cultura, por outro, o IPHAN, e por aí vai. Arminda já era a coordenadora pedagógica do curso de técnico em Arqueologia da UEA, que visitei em Iranduba e com cujos alunos convivi no sítio-escola de Silves, com a professora Helena Lima. Depois que Anne Rapp e Helena foram para o Pará, Bruno Moraes chegou a coordenar o curso mas por um breve período. Foi quando chamaram Maria Arminda para assumir. Ela também pertencia ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (CEDPHA).

Participação dos Indígenas

No primeiro trabalho de arqueologia de contrato no Amazonas, na UHE de Balbina, Maria Arminda coordenou o início dos trabalhos, do que fala com orgulho:

– Foi um trabalho pioneiro. Teve primeiro Tucuruí, coordenado pelo Simões, mas no Amazonas foi Balbina, em 1987. O mais interessante foi assistir o cacique waimiri, o Paulo 'Ribiá', analisar e classificar a cerâmica coletada. Ele quebrava o fragmento para olhar a queima do núcleo. E conseguia distinguir o waimiri antigo do waimiri "de agora". Só que eles não fabricavam mais cerâmica, o de "agora" pode ter sido no período de contato. Uma análise riquíssima que está perdida, o que tem lá no Museu de Balbina está tudo misturado, muitas etiquetas não correspondem às peças.

Arminda ainda faria uma importante distinção entre Waimiri e Atroari, segundo ela povos completamente diferentes, que foram assim "agrupados" pelos interessados na construção da BR-174, ligando Manaus a Boa Vista e à Venezuela. Entre eles, a antiga Mineradora Paranapanema, depois Taboca, que explora a cassiterita do Amazonas, em Presidente Figueiredo.

– Os Waimiri estão em Roraima e os Atroari dentro do Amazonas. Os Waimiri são de pequena estatura, compleição física miúda, a pele é acinzentada e não possuem pelos no rosto. Os Atroari são altos, ossudos, de um moreno queimado bonito e têm pelo no rosto. Mostrá-los

como um grupo forte, que cometeu massacres, justifica o envio das Forças Armadas para garantir a construção da estrada.

Constato, em 2015, que o mesmo está sendo feito com os Munduruku no Tapajós, como veremos no próximo capítulo.

Pioneiro no Amazonas

– Aqui na Amazônia existe uma malha de influência que chamam Norte da América do Sul, que é acima do rio Amazonas e vai até o Caribe – explica o arqueólogo Marcus Vinicius de Miranda Corrêa, citado por Edithe Pereira como sendo o pioneiro no registro de arte rupestre no Amazonas. Desde aquela época, em 1987, ele trabalhou junto com Arminda Mendonça, começando com o levantamento de sítios arqueológicos na região diretamente atingida pela UHE de Balbina, onde documentou o único sítio com pinturas rupestres até hoje conhecido no estado, a Gruta do Batismo.

Marcus Vinicius é mais um bacharel em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, onde se formou em 1986. Depois ele fez mestrado em História da Arte e doutorado em Arqueologia.

– Na realidade, eu queria fazer Paleontologia. Então me disseram que eu teria que fazer Geologia ou Arqueologia. Para fazer Paleontologia, só saindo do Brasil, então entrei para Arqueologia e acabei gostando – conta ele. – Em 1982, comecei a estagiar com o professor Alfredo Mendonça, irmão da Arminda, um dos fundadores do curso, no Instituto Superior de Cultura Brasileira, criado por ele. Por isso fui indicado para vir para cá, ainda recém-formado. Só saí daqui para fazer o mestrado na UFRJ e o doutorado no MAE-USP.

O doutorado foi orientado pelo historiador José Luiz de Moraes, que foi diretor do MAE. O projeto de pesquisa de Marcus Vinicius era sobre umas gravuras de Barcelos, município amazonense. Mas como ele estava trabalhando num sítio histórico com a Arminda, usou esse trabalho para o doutorado em Arqueologia Histórica[50]. Quando o conheci, ele era da Fundação Municipal de Cultura e Turismo – MANAUSCULT e professor do Centro Universitário Nilton Lins – UNINILTONLINS.

Itacoatiara quer dizer "pedra gravada" ou "pedra pintada". Por esse motivo, Mário Simões considerou a arte rupestre encontrada na região

50 CORRÊA, M. V. de M. "Da capela carmelita à Catedral Metropolitana de Manaus". Tese de Doutorado. São Paulo: MAE-USP, 2006.

cap8.indd 471 27/08/2015 15:20:22

como da tradição Itacoatiara[51], como no Nordeste. Simões esteve na região em 1979, quando a hidrelétrica já estava planejada. Foi pelo Museu Goeldi, financiado pelo Smithsonian Institution. Marcus discorda dessa classificação:

– No Nordeste tem tradição Itacoatiara do Leste e Itacoatiara do Oeste. Eu não uso essa denominação aqui para a Amazônia. O Nordeste e o Centro-Oeste estão ligados, tanto que a tradição Nordeste também é encontrada no Centro-Oeste e até no Sudeste, em Minas Gerais. No mapa em que indico a localização das pinturas, eu me baseio no trabalho de Dennis Williams, arqueólogo da Guiana Inglesa que, em 1985, lançou uma síntese de toda a arte rupestre no norte da América do Sul[52].

Associação da arte rupestre com cerâmica

Para Marcus Vinicius, o que ele encontrou na região de Balbina é muito parecido com o da Venezuela e do Suriname, como ele apresentou no congresso de que participei, em São Raimundo Nonato, no Piauí, "Global Rock Art", em 2009[53].

– Eu associo a fase Timehri, do Dennis Williams, à nossa fase Uatumã-Abonari, e a fase Aishalton deles à nossa Pitinga. A fase Uatumã-Abonari pode ser associada à cerâmica Caparu, datada entre 1.000 e 430 AP. São motivos mais elaborados que também encontramos nos petroglifos, com representações geométricas e antropomorfos, particularmente máscaras de vários tipos. Já a fase Pitinga, encontrada no alto curso desse rio, pode ser relacionada ao estilo Aishalton e corresponde a uma cerâmica mais rústica, de zoomorfos e alguns antropomorfos, com muita areia no tempero, que corresponderiam a grupos caçadores-coletores em transição para o sedentarismo. Conseguimos datar a cerâmica em 2.080 AP, ou seja, é anterior à Caparu. Já no rio Uatumã temos essa tradição Polícroma, em que, além da fase Caparu, existe também a fase Uatumã. Interessante que esse grupo é de agricultores, são grupos bem sedentários e toda essa área tem máscaras. Na confluência desses

51 SIMÕES, M.F. e CORREA, C. G. "Pesquisas arqueológicas no baixo Uatumã – Jatapu (AM). *Revista de Arqueologia*, v. 4, no. 1, págs. 29-48. Belém: Junho de 1987.

52 WILLIAMS, D. "Petroglyphs in the Prehistory of Northern Amazonia and the Antilles" in Wendorf & Close (ed.), *Advances in World Archaeology*, V. 4. Texas: Academic Press, 1985.

53 CORRÊA, Marcus V. de M. "Nas fronteiras do Uatumã, uma tentativa de associação entre sítios rupestres e cerâmicos" in *Global Rock Art*. Resumos e Atas Digitais, vol. 1. Piauí, Brasil: Congresso Internacional da IFRAO, 2009. http://www.fumdham.org.br/fumdhamentos_9/Artigo10%20IFRAO2009.pdf

dois rios, Pitinga e Uatumã, temos sítios com características tanto do Pitinga quanto do estilo Uatumã-Abonari, e isso não está escrito em lugar algum! – destaca Marcus.

Em 1991, Marcus Vinicius voltou a Balbina e foi responsável pela análise do material cerâmico:

– No material do sítio em que trabalhei, de 60 cm até 20 cm de profundidade encontrei uma cerâmica característica da Pitinga. Quando eu chego na camada de 20 cm até a superfície, tenho uma cerâmica policroma. E é justamente nessa área de confluência, onde aparecem dois estilos rupestres, que eu tenho dois estilos de cerâmica!

Para Mário Simões, segundo o artigo publicado em 1987, nos 21 sítios que encontrou no baixo Uatumã, desde a foz até o rio Bacabudá, o baixo curso do Maripá e o baixo Jatapu, foi possível classificar 3 fases cerâmicas. Duas delas, a Urucará e a Jatapu, seriam da tradição Inciso Ponteada. E a fase Uatumã, já mencionada, da tradição Polícroma, subtradição Saracá. Portanto, uma área de várias transições, como os estudos mais recentes têm comprovado.

Marcus Vinicius lastima que para confirmar sua tese da associação entre sítios cerâmicos e rupestres, tornou-se impossível aprofundar os estudos, já que está tudo submerso.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA II

A salutar Babel

Em setembro de 2010 aconteceu em Manaus o EIAA II, organizado por Eduardo Neves, Anne Rapp Py-Daniel e Helena Lima, nos moldes do encontro anterior em Belém, dois anos antes, organizado por Edithe Pereira, do Museu Goeldi. Foram cerca de 300 participantes de várias nacionalidades, trabalhando em todos os países amazônicos da América do Sul. As conversas em mais de uma língua eram comuns, um falando em inglês e o outro em espanhol, por exemplo, mas os dois se entendendo.

A abertura foi de Michael Heckenberger e o encerramento de Eurico Theóphilo Miller, caracterizando duas gerações que iniciaram o conhecimento científico da arqueologia amazônica. Dessa vez o encontro foi no Palacete Provincial, no centro de Manaus.

Aproveitei a viagem para cobrir o máximo possível de trabalhos de campo no Amazonas, como já contei. Hospedei-me no Hotel Rei Arthur,



A norte-americana Anna Roosevelt anota o contato de Stéphen Rostain, francês que trabalha na Guiana e no Equador.

que de realeza só tem o nome, mas que ficava a uma distância a pé do local do encontro e também da praça do Teatro Amazonas, que me encantou pela beleza e alternativas de lazer, a preços populares. Foi também nessa praça que fiz o lançamento do meu livro sobre o Piauí, aproveitando a existência de um quiosque de venda de livros, associado a um tacacá famoso. Para atrair freguesia, o quiosque do tacacá instalava um telão nos fins de semana com a exibição de shows de música. Aproveitei a estrutura e exibi o documentário que acompanha meu livro, o "Piauí Entocado", de Miguel Viveiros de Castro, mesmo realizador do filme "Mundurukânia, na beira da história", agora sobre a Amazônia.

Graças a isso contei, no lançamento, com a presença dos mais ilustres arqueólogos da Amazônia, participantes do congresso. Anna Roosevelt, por exemplo, fez questão de comprar o livro e me pedir um autógrafo.

Já tive oportunidade de comentar neste livro grande parte dos trabalhos apresentados no encontro. Não tenho a pretensão de ter citado todos os grandes profissionais que se dedicam à arqueologia amazônica. Na verdade, o meu critério foi quase geográfico: quem eu consegui "farejar" e seguir a pista, cá estão. De muitos eu ouvi falar, mas não tive chance de vê-los na Amazônia ou conhecer de perto seus trabalhos. Felizmente, do fusquinha que bastava para transportá-los, no ano 2000, eles hoje se multiplicaram em centenas ou talvez milhares de arqueólogos. Se considerarmos os estudantes, então, sem dúvida alguma.

O dono da festa fugidio

Lastimo não ter conseguido entrevistar Michael Heckenberger. Todos me dizem que ele é ótimo, bom de papo, informal. Mas, pelo visto, tem uma ojeriza insuperável por jornalistas e fugiu de mim como o diabo da cruz. Reconheço que tenho muitos colegas pouco sérios ou sensacionalistas. Mas ele não deu chance de me conhecer melhor. Soube que quando ele começou a trabalhar na República da Guiana, algum

cap8.indd 474 27/08/2015 15:20:23


Essa foto é o "cartão de visitas" de Heckenberger, em que ele está ao lado do chefe Kuikuro, na entrada da maloca.

desafeto mandou para a imprensa de lá uma notícia supostamente desabonadora que havia saído nos Estados Unidos, a respeito dele, por pura maldade. Imagino que só pode ter partido de alguém que se sentia ameaçado pela competência de Heckenberger em derrubar tabus acadêmicos com seus estudos, sobretudo no Xingu. OK, Michael, a gente ainda se cruza por aí.

Meu consolo é de que não fui a primeira nem a única jornalista com dificuldade em abordá-lo. No livro "The Lost City of Z", do jornalista norte-americano David Grann[54], ele reconstitui a aventura do famoso explorador inglês Percy Fawcett, que desapareceu na selva brasileira, em 1925, em mais uma tentativa de encontrar a sua obsessão, a cidade perdida de Z, Eldorado. Ele conta que vários antropólogos lhe disseram para procurar Heckenberger, *"one acclaimed archaeologist from the University of Florida [who] disputes the conventional interpretation of the Amazon as a counterfeit paradise"*[55], que trabalhava na região do Xingu onde justamente se acredita que Fawcett desapareceu. Mas todos o advertiram: ele raramente emerge da selva e evita qualquer distração do seu trabalho, segundo Grann.

O autor cita, então, o falecido James Petersen, que em 2005 era chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Vermont e que teria treinado Heckenberger: *"Mike is absolutely brilliant and on the cutting edge of archaeology in the Amazon, but I'm afraid you're barking up the wrong tree. Look, the guy was the best man at my wedding and I can't get him to respond to any of my communications"*[56].

Com a ajuda da Universidade da Flórida, Grann consegue falar com Michael "por seu celular-satélite", através de muita estática e "com o som

54 GRANN, David. *The Lost City of Z: a tale of deadly obsession in the Amazon*. New York, USA: Vintage Books, 2009.
55 Tradução livre (pág. 35): "um aclamado arqueólogo da Universidade da Flórida, que questiona a interpretação convencional [de Meggers] da Amazônia como um paraíso ilusório".
56 Tradução também livre: "Mike é absolutamente brilhante e um dos mais importantes da arqueologia da Amazônia, mas receio que você quebre a cara. Olhe, o cara era o principal convidado no meu casamento e eu não consegui que ele respondesse a qualquer um dos meus recados."

da selva ao fundo". Claro que ele estava supervalorizando o contato, até porque, para quem conhece, a selva é, sobretudo, bastante silenciosa, nada tem a ver com o ruído de um zoológico com um monte de animais presos! Mas enfim, Heckenberger mostrou-se disposto a recebê-lo desde que o jornalista se deslocasse até a aldeia Kuikuro em que se encontrava. David Grann descobriria depois que era exatamente na região em que desapareceu, em 1996, uma das expedições que tentou refazer a rota de Fawcett, a de James Lynch. Como curiosidade, Grann reproduz uma foto de 1951 em que nosso indigenista Orlando Villas Boas mostra uma caveira, considerada como sendo do explorador inglês, cujo destino seria conhecido pelos índios Kalapalo.

Arqueologia da Paisagem

O etnobotânico Glenn H. Shepard Jr., do Museu Emílio Goeldi, apresentou o interessante trabalho sobre "A dispersão humana da castanha-do-Pará na antiga Amazônia", citado por Eduardo Neves em alguns de seus artigos posteriores. Shepard demonstrou que a pequena diversidade genética medida pelo ADN entre as castanheiras, indica que elas constituem uma única população, o que só é possível numa distribuição recente e muito rápida. No caso particular da castanheira, como o fruto é indeiscente, ou seja, abre para dentro, não liberando as sementes, só a intervenção de dois animais garante a sua proliferação: a cotia, que não avança muito longe, e o ser humano, certamente o responsável pelos castanhais surgidos nos últimos séculos. O estudo ainda serve de modelo para se observar outras espécies. A sapucaia, por exemplo, tem 4 espécies bem diferenciadas geograficamente, dispersadas pelos morcegos, que voam a grandes distâncias.

"Uma análise linguística parece indicar que a castanha surgiu nas regiões central e norte da Amazônia, para depois se espalhar ou ser cultivada a oeste e ao sul" – explicou Shepard em sua apresentação. – "Isso explicaria porque não há palavra específica nas raízes do Tupi para ela, uma vez que esse tronco lingüístico parece ter surgido no sul da floresta, onde hoje é Rondônia. A castanha talvez não fosse importante ou não existisse quando surgiu o Proto-Tupi e existia ou era importante quando surgiu o Proto-Arawak".

O geoarqueólogo Manuel Arroyo-Kalin, o chileno de Cambridge com quem conversei num almoço com Renato Kipnis, apresentou a "Geoarqueologia de terras pretas e suas implicações na agricultura

amazônica da pré-história". Através do estudo dos solos antropogênicos, ou seja, modificados pelo homem, como as terras pretas, é possível se estabelecer relações entre esses solos e as grandes ocupações humanas do final do período pré-colonial. A identificação dos primeiros micro-fósseis da mandioca no começo do Holoceno, por exemplo, estabelece as bases de "uma arqueologia dos processos de domesticação da Amazônia enquanto paisagem".

Montículos também na Guiana

Ao longo de grande parte do litoral guianense, de savanas, observam-se curiosos montículos, chamados "champs surélevés" (campos elevados), de sabida origem pré-colombiana. O arqueólogo francês Stéphen Rostain se dedica desde 1988 ao estudo da Guiana, Suriname, Equador e Aruba, procurando entender em projetos interdisciplinares de que forma se integra a ação humana e a ecologia na formação dessas paisagens tão particulares. No encontro, foi possível trocar opiniões e informações com os arqueólogos brasileiros que estudam o litoral do Amapá, do Pará e do Maranhão, com suas peculiaridades, como os sambaquis e as palafitas.

Rostain é um cientista importante e bastante vaidoso. Anda com um chapéu panamá e parece sempre estar posando para uma foto. Mas é simpático e adorou bater papo em francês, quando ficamos vizinhos numa grande mesa de bar, em que muitos participantes do encontro tomavam uma cervejinha em plena praça do Teatro Amazonas, no meio da rua. Em 2013, ele foi o anfitrião do EIAA III, em Quito, no Equador, terra de sua mulher e para onde está tentando se mudar de vez. Tive notícias dele em 2015, que estaria em Paris.

Gravuras rupestres nos extremos da Amazônia

Apesar de ter ajudado no livro sobre os mitos do Alto Rio Negro, quando vi algumas fotos da região, foi no EIAA II que, pela primeira vez, pude apreciar as gravuras rupestres do Alto Rio Negro, apresentadas por Raoni Valle, "figuras que mais parecem criaturas míticas", diz ele. Raoni acredita estar lidando com "narrativas mito-históricas, com uma constelação de seres de diversas naturezas". "Uma figura que parece um antropomorfo pode não significar um ser humano", alerta. Ele encerra lembrando que o rio Negro foi ocupado nos últimos 9.000 anos

cap8.indd 477 27/08/2015 15:20:23

por diversas etnias, o que certamente está relacionado à variabilidade das gravuras. Em 2010, ele pretendia trazer os povos indígenas para reencontrar essas gravuras. Mesmo se mudando para Santarém, onde é professor da UFOPA e passou a trabalhar com os Munduruku, Raoni fez algumas incursões ao noroeste amazônico, como já mencionamos.

Edithe Pereira, por sua vez, falou do trabalho que realizou entre o estado do Pará e do Tocantins, em sítios com gravuras próximos a São Geraldo do Araguaia e Conceição do Araguaia.Terra da guerrilha, aliás, onde ainda tem muita gente enterrada clandestinamente pela repressão. São inúmeras representações geométricas, em geral próximas aos leitos dos rios, muitas delas mencionadas por bandeirantes, como a Ilha dos Martírios, ainda no século XVIII. Edithe conta que só nos anos 1970 o historiador Manoel Rodrigues Ferreira descobriu que a tal ilha ficava no Araguaia, e essas gravuras lembravam os instrumentos do martírio de Cristo, que ele moldou em gesso e foram depois fundidas em bronze.

O enciclopedismo de Eurico Miller

Sob o título “O Caçador-Coletor na Amazônia: Desdobramento através do Tempo, Espaço e Oscilações Climáticas”, da palestra com que encerrou o congresso, Eurico Miller fez um apanhado impressionante de seus mais de 40 anos de trabalho na Amazônia, boa parte dele concentrada em Rondônia. Do primeiro sítio pré-cerâmico, em 1974, passando por fósseis de megafauna, crânios humanos com desgaste dentário de quem se alimenta em margem de rio arenoso, até uma sistematização das pontas de projétil lítico-lascada encontradas em cada região da Amazônia.

E muitas histórias. Quando Miller começou a trabalhar na calha do rio Madeira, Rondônia era “terra de Marlboro”, assolada pelo garimpo em balsas, desmatamento selvagem incentivado pelo governo, contrabando e tráfico. Quando eu fiz meu especial sobre a região, no começo de 1989, o interesse dos garimpeiros estava se deslocando do Madeira para o Uraricoera, em Roraima, na fronteira com a Venezuela, para onde acabamos indo numa viagem rocambolesca, que já contei. Era a mesma coisa, em balsas, onde morriam muitos garimpeiros, em acidentes com o equipamento de mergulho e as enormes dragas que sugavam a areia do fundo. Depois, mercúrio em cima, com maçarico, para separar o ouro dos outros minérios. Os próprios garimpeiros eram as principais vítimas de envenenamento pelo mercúrio, além dos peixes e outros animais.

– Isso na década de 80 era muito comum no rio Madeira [sobre o achado de crânios humanos]. Tinha dez mil dragas trabalhando, com sondas telescópicas que iam 25 metros areia adentro. Aí infelizmente o governo não se interessou em nos fornecer umas voadeiras [lanchas a motor] e alguns ajudantes para percorrermos aquelas dragas, com os guias, e fazer uma doutrinação, convencê-los de que isso tem utilidade. Apesar de não terem cultura, alguns entendem. Mas infelizmente eles estavam vacinados pelo ouro. Como todos os homens do poder tinham dragas, disso eles cuidavam, mas captar o material para a ciência, não.

E prossegue ele, com seu estilo inconfundível:

– Aqui se vê uma escavação onde a gente não conseguiu prosseguir porque os empreendedores se negaram a nos dar madeira para o escoramento... E aqui uma mancha de terra preta, a mais antiga até o momento, a Massangana. Acima, tem um faixa de pouca ocupação e aí começa a cerâmica Jamari. A terra preta vai de 1 metro a 1,90 metro.

Ele, então, projeta um mapa com os tipos de pontas encontradas nos sítios. E comenta:

– Isso aí é uma pequena amostra para uma área 20 vezes maior que o Rio Grande do Sul. Agora tive notícias boas do Zimpel[57]. Ele encontrou no trabalho dele um carrinho de mão cheio de pontas de projétil de pedra lascada, com formas que a gente nem conhece, muitas sem pedúnculo. Precisamos ir lá falar com os garimpeiros para conseguir escavar, não é só receber as pontinhas que eles acham. É muito bonito, mas precisamos da estratigrafia e todo o contexto para poder contar a história deles [dos fabricantes das pontas]. Imagina se só tivesse a fatiota de domingo, como é que se iria fazer a descrição da nossa vida?

IRANDUBA

Visita a sítios do PAC

Cerca de 30 participantes do congresso quiseram visitar alguns sítios em Iranduba, a região pesquisada pelo Projeto Amazônia Central, de Eduardo Neves. Saindo de Manaus, temos que atravessar o rio Negro e nos afastarmos um pouco da margem, para chegar a alguns sítios, que ficam na margem de lagos. Primeiro fomos ao sítio Laguinho, em que uma quantidade incrível de cacos de cerâmica estava na superfície, em meio

57 ZIMPEL NETO, Carlos Augusto. "Arqueologia na Bacia do rio Ji-Paraná – Rondônia". Tese de Mestrado sob orientação de Silvia Maranca. MAE-USP, 2008.

à plantação de papaia. As conversas cruzadas eram muitas, nas várias línguas, já que grande parte dos visitantes era estrangeira e ainda não conhecia Iranduba.

Quando me aproximo do Edu, ele tem um grande fragmento de borda de vasilha na mão e está explicando porque é da fase Manacapuru: mostra o padrão do lábio e o das incisões na borda, características da tradição Borda Incisa, nessa fase em especial. Sinto-me consolada ao ver que tantos arqueólogos profissionais, que não lidam diretamente com esse tipo de cerâmica, também não seriam capazes de identificá-la.

– Eles estavam perguntando como que a gente reconhece – me explica Cristiana Barreto. – Na verdade, são vários atributos e são sempre recorrentes. É que nem uma louça Oxford, a gente sabe que tem um padrão azul com a borda dourada. É o mesmo aqui, são atributos que sempre acontecem juntos, a gente bate o olho e já reconhece o complexo cultural. É muito simples, na verdade.

Cristiana só lastima que não tenha uma escavação aberta. Mas comenta a quantidade de cerâmica visível e os montículos que, há dez anos, talvez fossem considerados naturais, no meio da plantação:

– Agora estamos entendendo um pouquinho melhor e vendo o grau de modificação, de movimentação de terra, até da produção da cerâmica, é impressionante! Isso de fazer montículos realmente é pan-amazônico. Eles faziam "mounds" para várias coisas, não só para habitação e enterrar urnas, até como resultado do esforço para construir as estruturas defensivas, as paliçadas. Estamos tentando entender a gramática dessa movimentação de terra.

Terra Preta

Eduardo Neves convida o grupo para descer até a várzea, nós estamos num ponto mais alto. Pegamos uma espécie de trilha, sombreada, no meio da vegetação alta. O norte-americano Morgan Schmidt, então aluno de Michael Heckenberger e Nigel Smith no doutorado na Flórida[58], explicou que aquele ali era o caminho pré-histórico, que vai sendo erodido à medida que as pessoas vão passando e as águas, correndo.

58 SCHMIDT, Morgan J. "Amazonian Dark Earth Formation in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, Mato Grosso, Brazil". Tese de Doutorado (PhD). Orientação de Nigel Smith e Michael Heckenberger. Departamento de Geografia da Universidade da Flórida, 2015.


Várias das trilhas atuais são as mesmas desde o período pré-colonial, como me explicou Morgan Schmidt.

Morgan é uma simpatia, apaixonou-se por uma paraense e se radicou em Belém, ainda enquanto escrevia a tese de doutorado. Casou-se e hoje integra a equipe do Museu Paraense Emílio Goeldi. Reencontrei Morgan no interior do Amapá em 2014, quando finalmente ele nos alcançou na Pedra do Índio, a caminho de Calçoene, onde os participantes da reunião da SAB-Norte foram visitar os sítios megalíticos. Smith, seu professor, era um dos integrantes de nosso grupo.

Morgan começou a analisar o solo de sítios arqueológicos, particularmente de terra preta, na região do Alto Xingu, estudada por seu professor Michael Heckenberger. Através da composição química do solo de cada ponto, é possível detectar onde era área doméstica e onde era lixeira, por exemplo. Na área de descarte, há muito mais matéria orgânica, com abundância de carvões e determinadas características químicas. Esse mesmo estudo Morgan fez na região de Porto Trombetas, integrado ao projeto coordenado por Vera Guapindaia.[59] E está agora colaborando com a pesquisa de Marta Cavallini e Filippo Stampanoni no Baixo Urubu, onde eles descobriram vestígios de grandes casas comunais, como no Xingu.

Arqueologia Amazônica mais aberta

A arqueóloga Anna Roosevelt sobe a trilha comentando que lá embaixo há dois fornos de mandioca, um seringal e cacau plantados. Ela ficou particularmente interessada nas características dos montículos:

– A localização se parece muito com os sítios defensivos de Santarém, como Taperinha. Também tem tesos um pouco compridos, acho que para casas. Santarém tem de tipos diferentes, algumas formas redondas

59 SCHMIDT, Morgan J., SANTOS, Daniel S. do C. "Atributos químicos na caracterização de solos com Terra Preta Arqueológica na Amazônia Oriental". Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Florianópolis, 2013.



Nas escavações de 2008, no sítio Hatahara, vários dos técnicos eram moradores de Iranduba, como seu Nego (Edimar), à esquerda na foto, e seu Bené (Hermenegildo), no centro, aqui acompanhados por seu Luiz, técnico do MAE-USP.

e outras compridas. Há muita terra preta, com semelhança de padrões de assentamentos antigos.

Pergunto o que achou do EIAA II:

– Foi muito estimulante o congresso, permitiu esse intercâmbio, com problemas muito abertos. Antigamente teria pessoas fortíssimas com grupos lutando entre si. – E enfatiza: – Os donos da verdade tinham ideias um pouco fixas e não gostavam de mudanças. Agora as idéias mudam mais rapidamente, há mais progresso.

Sobre os planos para os próximos trabalhos, Anna Roosevelt explica que passou muito tempo em Santarém, precisa retomar outras frentes de trabalho:

– Depende de recursos e também de parcerias. Tenho um sítio para fazer no Congo. Mas também precisamos escavar o sítio-cemitério de Guajará, em Marajó. E também seria importante abrir Taperinha. Quero retomar essa sequência no tempo dos paleoíndios.

Construção cultural da paisagem

Encontro outro arqueólogo norte-americano, Clark Erickson, de quem já falei pela importância do estudo das plataformas de terra em Llanos de Mojos, na Amazônia boliviana. Estava empolgadíssimo:

– É uma honra para mim ver sítios tão importantes na Amazônia, essa quantidade de cerâmica, os solos de terra preta. E também todo esse trabalho belíssimo que têm feito Neves e seus alunos. Vamos saber muito mais sobre a pré-história com sítios como esses que estão aqui.

Erickson pesquisa nos Andes e na Amazônia desde 1974. É um dos precursores da compreensão da paisagem como uma construção humana. Antropólogo de formação, com rico currículo acadêmico, coloca a

arqueologia a serviço da perspectiva do manejo ambiental sustentável, mantendo atividade junto a comunidades tradicionais no Peru, Equador e na Bolívia, nessa última com os descendentes dos Arawak[60].

Muito risonho, não se queixou do calor, "faz parte do trabalho de campo". Sobre os montículos, observou:

– Na Amazônia há muitas variações, mas a monumentalidade consistiu em fazer obras em terra. Não são sempre *lomas*, montículos, às vezes têm desenhos, praças, às vezes montículos em linha. E não são somente os sítios onde viviam as pessoas, há também seus campos de cultivo. Em muitos casos, como no Suriname, na Bolívia, toda a paisagem está organizada em linhas, em grades. É a forma, pela estética, de impor sua cultura na paisagem. Como a região é muito plana, nem sempre é visível essa ordem na superfície, mas está lá.

Como disse Heckenberger para Alceu Ranzi, sobre os geoglifos, "deve ser para os deuses verem o que os homens estão fazendo aqui embaixo".

Mulheres é que difundem padrões

Meu vizinho no ônibus que nos levou aos sítios era o geneticista Eduardo Campos, do Laboratório de Genética Humana e Médica da UFPA. Ele foi parar no EIAA II depois de conversar com alguns linguistas, que lhe perguntaram se a genética confirmava a localização do centro de expansão Tupi em Rondônia.

– Eu confirmei que a genética também indica Rondônia como a origem da expansão Tupi. Outra característica interessante é que a migração materna foi significativamente maior que a paterna, como ocorreu não só nos grupos Tupi mas em outras populações indígenas.

Existem dois tipos de marcadores genéticos, explica ele. Alguns são da mitocôndria, que só existe no óvulo, então são passados pelas linhagens maternas.

– Quando comparamos com os marcadores do Y, os da linhagem paterna, vemos uma grande diferença nos processos de migração. Existe uma tendência maior de se trocarem mulheres, elas são mais dispersas. Existe mais patrilocalidade do que matrilocalidade.

60 ERICKSON, C. "Amazonia: The Historical Ecology of a Domesticated Landscape" in SILVERMAN, Helaine e ISBELL, William (Eds.). *The Handbook of South American Archaeology*, págs. 157-183. New York: Springer, 2008.

Seja em conseqüência de guerras ou roubo de mulheres, o fato é que elas são as responsáveis pela dispersão de certos padrões. A tecnologia está muito ligada à mulher.

– Se você tem um espalhamento maior de mulheres, uma migração feminina de longo alcance, obviamente ela vai levar a tecnologia. Para melhor estudar esse fenômeno, seria interessante isolar uma característica material-cultural arqueológica que fosse mais associada ao sexo masculino. Perguntei aos arqueólogos e eles me disseram que é possível definir padrões claros de cerâmica. Mas os machados, por exemplo, que seriam de uso masculino, é também uma moeda de troca, de ritual ou de conquista. Não seriam um bom indicador.

Quem sabe se conseguiriam estabelecer padrões de **pontas de flecha**, sobre o que Miller falou em sua palestra final, e com isso se chegar a padrões de dispersão masculina. Pelas informações genéticas, essa grande dispersão teria sido por volta de 5.000 anos atrás.

O Lago do Limão

Chegamos a um lugar muito arborizado, tem tucumã, fruta-pão. O tucumã é o coquinho de uma palmeira, muito gostoso, se usa como se fosse pão. É o quintal de dona Maria Raimunda Silva Tavares, de 52 anos, que encantou os gringos do nosso grupo.

– Esse é o Lago do Limão, levantamos 17 sítios aqui na beira do lago – explica Eduardo Neves. – A gente vai ver o sítio Antonio Galo, nome do proprietário, que já faleceu. Aquela igrejinha ali é a sede da comunidade. Esse é um sítio que tem montículos, mas tem um padrão bem definido numa praça central, é bem legal.

Claide Moraes, que fez o mestrado sobre o Sítio do Limão, explica que nessa área do lago tem vários meandros, braços de um curso maior.

– O lago está num furo que conecta o rio Negro ao Solimões, ele recebe água preta. Tem muito tucunaré, que é um peixe de água preta. Quando o rio Solimões está mais alto, que é o caso agora, a água do lago começa a ficar barrenta. Aí dá muito jaraqui e outros peixes de água branca. Quando o lago está cheio, fica difícil pescar. Mas o lago quase seca todo ano, a água esquenta muito e começa a morrer peixe. Esse ano, né seu Bené, está muito seco, e ainda vai secar mais.

Claide está procurando o Cláudio, na casa de quem morou três meses e que o ajudou a delimitar os sítios:

– Ele era meu colega de pesquisa, já conhecia a maioria dos sítios. A gente ia visitando as roças, conversando com o pessoal. Seu Bené também nasceu aqui, conhece as terras pretas daqui como a palma da mão dele.

Eduardo aproveita para falar do papel dos moradores:

– Uma coisa legal é falar sobre os moradores do Lago do Limão, como o seu Bené, o seu Nego, que nasceram aqui, as famílias moram aqui há muito tempo. Então eles têm um sistema de uso da terra que é muito antigo, a agricultura do lado de cá [do rio Negro] não é mecanizada. O pessoal não entra com a máquina, é só na base do terçado e da enxada. Eu não sei como está a capoeira agora. Quando ela brota, o pessoal ara de novo, faz área de roça. A gente desconfia que é um sistema de certo modo parecido com o que deviam ser os sistemas agroecológicos de antigamente aqui na região.

Sítios multicomponenciais

A maioria dos 17 sítios identificados é da fase Paredão, vários deles com ocupação Guarita nos níveis superficiais, como é o caso do sítio Antonio Galo. Em pelo menos dois dos sítios encontrou-se também material da fase Manacapuru, mais antiga. Parte do Antonio Galo está agora coberta por capoeira fechada. A visita será na outra parte do sítio, onde existem montículos em círculo, que é unicomponencial, só tem material da fase Paredão.

Claide mostra no mapa:

– Essa área aqui seria o centro da praça entre os montículos.Esses vestígios de escavação que estamos vendo são do campo que a gente fez aqui em 2009. Encontramos fragmentos de laterita desde a superfície, o que não é natural. A camada superficial aqui foi retirada, são áreas do sítio rebaixadas, possivelmente a depressão formada pela terra retirada para fazer os montículos. Quase metade da praça tem a laterita exposta. Os montículos não são tão acentuados como aqueles do Laguinho, têm em torno de 50 ou 60 centímetros de camada construtiva. Abaixo desses montículos, a camada de laterita está enterrada até 1,60 metro de profundidade. Então foi muita terra daqui que foi amontoada aqui do lado.

São 12 montículos formando um círculo. Não é um sítio com muita terra preta, e só com material da fase Paredão. Antes da camada de construção dos montículos, há uma linha com grande concentração de carvões, praticamente sem cerâmica. Em dois dos montículos, encontraram fogueiras de superfície bem preservadas, espécie de marco inicial, selado, como se a fogueira tivesse sido tapada logo depois de terminar a queima.

– Em vários desses montículos encontramos feições de buracos de poste – continua Claide. Não há resto carbonizado do poste, provavelmente ele foi retirado. Particularmente um dos montículos nos chamou a atenção porque tinha uma quantidade muito maior de cerâmica. É como se ele tivesse um piso grande. Encontramos vasos quase inteiros, mas nunca inteiros. Esse seria o nível da construção do montículo, depois vem uma camada grande de terra com menos cerâmica e aí chega no material da ocupação, onde encontramos fogueiras, restos de carvão, suportes para apoiar panela no fogo.

A praça tem mais ou menos uns 80 metros. O círculo de montículos parece que foi num momento posterior à ocupação do outro lado. A camada de carvão seria de uma área de cultivo, quando as moradias ainda estavam nessa outra área. Depois teria vindo uma ocupação da fase Guarita na parte central do sítio, mas que não chega até esse ponto onde só se encontrou material Paredão.

Montículos em Iranduba e Marajó

Anna Roosevelt quer saber se encontraram uma plataforma abaixo dos montículos:

– Não, o que encontramos foram lixeiras, logo atrás do montículo 17 [o da grande quantidade de cerâmica], mas não abaixo.

Anna continua:

– Outra coisa. Se os montículos estão erodidos [como Claide falara pouco antes], você sabe que vai encontrar o colúvio[61] deles. Em Marajó, tem muita saia de colúvio que se encontra facilmente na proximidade dos tesos.

– Nesse montículo aqui, entre o 17 e o 28 – responde Claide, indicando no mapa – encontramos essa evidência de colúvio, que é numa

61 **Colúvio**, segundo Houaiss, é o depósito de detritos no sopé das encostas dos morros. Podem ter sido trazidos por enxurradas.

parte bem mais funda, um buraco mesmo, no sítio de onde se tirou mais terra. Tem uma camada de terra preta bastante espessa, que veio da erosão dos dois montículos aqui.

– E Paredão é contemporânea de Marajó? – quis saber Roosevelt.

– Paredão vai do século VII ao século XII – responde Claide.

– Então é o mesmo que Marajó. Na época marajoara não tinha muita terra preta.

– No caso aqui, a fase Paredão é o auge de formação de terra preta – pondera Claide. – É quando os sítios são maiores, tem muito mais cerâmica. Aquela quantidade absurda de cerâmica que vocês viram no Laguinho, a maior parte é da fase Paredão.

Antonio Galo se localiza no interflúvio, ao lado de um lago pequeno da região. Seria, provavelmente, um sítio satélite de uma ocupação com sítios bem maiores, como Hatahara e Açutuba, que são contemporâneos dele. Claide acredita que a área foi um assentamento permanente. Na outra parte do sítio, há um círculo maior de montículos, mas já perturbado pela ocupação Guarita.

A data mais antiga do sítio é do século VII, mesma época em que no sítio Osvaldo, ali perto, ainda é uma ocupação Manacapuru, geralmente anterior. Mas os montículos começam na fase Paredão, em alguns casos se estenderam à Guarita, que começou no ano 1000 e foi até o século XVI.

Alguém pergunta a Claide se estimaram o tamanho das casas que devem ter sido construídas nos montículos:

– O maior montículo aqui tem 30 por 15 metros [diâmetros de uma elipse, aproximadamente]. A área já é um pouco erodida, talvez ele fosse um pouco maior. Os menores têm 10 por 15 metros, mais ou menos, os tamanhos são variados.

Pergunto se os montículos incluem um quintalzinho, se tem uma sobra em volta da casa:

– Queria entender isso também, não sei ainda – diz Claide. – Encontramos alguns buracos de postes, mas provavelmente são esteios centrais da área construída, não encontramos esteios laterais. Nosso plano é escavar o montículo inteiro, mas a quantidade de cerâmica é uma coisa absurda. Não dá ainda para chegar retroescavadeira aqui nem

a gente quer destruir isso tudo, teria que escavar a mão, mesmo. Talvez todos nós aqui, durante uns 30 dias seguidos, conseguíssemos!

Claide Moraes considera o Antonio Gallo um sítio simples mas didático, para se compreender a espacialidade. É uma aldeia circular na fase Paredão, como três outros sítios da região. Não dá para confundir os montículos com lixeiras ou acúmulo ao longo do tempo. Nesse sítio, as lixeiras ficavam na periferia, certamente atrás das casas.

Mariana Cabral quer saber se a construção foi rápida:

– Eu acho que foi muito rápido, por causa das fogueiras que estão seladas pela camada de terra. Acho que foi um evento, talvez de dias. Aí segue uma camada de 30 ou 40 centímetros de terra onde aparecem as fogueiras, as trempes inteiras. Teve uma a 25 cm de profundidade.

– Você acha que num momento de abandono cobriu? – volta a perguntar ela.

– Acho que essa fogueira selada é uma espécie de marco, pedra fundamental do montículo. O Edu estava aqui quando a gente começou a escavar a fogueira e, na base daquele lá, também tem a mesma coisa.

– Mas são estruturas pequenas? – insiste Mariana.

– São 50 centímetros de diâmetro, ela não tem feição buraco, é uma fogueira de superfície, que está com os carvões muito concentrados, como se você jogasse terra nela, logo depois de queimada –. E ele conclui: – A antracologia [estudo dos carvões] poderia dizer se é carvão de capoeira ou de mata primária, isso daria uma informação bastante interessante para nós.

Em 2012, outra aluna de Eduardo Neves, Adriana Meinking Guimarães, defendeu em seu doutorado no MAE da USP o “Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba, Amazonas”, em que discutiu formas de uso sustentável do patrimônio arqueológico, comparando com experiências internacionais.

Nesse mesmo ano, 2012, formou-se a primeira turma do Curso Superior de Arqueologia da Universidade Estadual do Amazonas, em Iranduba. No Portal de Iranduba, entre uma notícia sobre um menino atacado por um jacaré e uma denúncia de nepotismo naquela prefeitura, tive o prazer de ler que assistiram à palestra “Sítios Arqueológicos de Iranduba”, de Paulo Roberto do Canto Lopes, 17 formandos do curso,

todos eles meus conhecidos do sítio-escola em Silves, coordenado por Helena Lima. Lá estão os nomes: Adilon, Ângela, Douglas, Mário, Margarete, João, Nogueira, Suzane, Emily, Leandro, Gustavo, Lorena, Jair, Leandro, José Gama, Mauro e Luzinete.

Parece que estou vendo um cineminha em que passa cada um deles, seu entusiasmo, sua descoberta da Arqueologia, seu empenho em estudar essa história tão antiga que chega até eles, amazonenses do século XXI. Cabe a vocês dar um sentido a essa história.

9



cap9.indd 490 27/08/2015 15:32:03

OESTE DO PARÁ: ENTRE AS AMAZÔNIAS ORIENTAL E OCIDENTAL

NHAMUNDÁ-TROMBETAS

Corredor de entrada

A região entre o rio Trombetas, afluente do Amazonas que vem lá da Guiana e do Suriname, e o rio Nhamundá – fronteira dos estados do Amazonas e Pará ao norte do rio Amazonas – parece ter sido um "corredor de entrada", em outros tempos, de povos falantes de línguas Arawak. Considerada como Baixo Amazonas, mas na fronteira do Médio Amazonas, é a região onde teriam existido as famosas guerreiras, que tanto assustaram o cronista Carvajal. Além disso, parece ter sido a origem dos muiraquitãs e dos primeiros ídolos de pedra encontrados em toda a Amazônia, depois também em Marajó.

Os relatos dos viajantes europeus do século XVI mencionavam a existência, na região, de sociedades complexas, com assentamentos populosos e indícios de hierarquia na organização social, além de cultos religiosos. Lembremos que não muito longe da foz do Trombetas, deságua na outra margem do Amazonas o rio Tapajós, onde viviam os índios que lhe deram nome, de cultura sofisticada, com vários paralelos com os antigos marajoaras.

Segundo Edithe Pereira, é em um afluente do Trombetas, o rio Cuminã ou Erepecuru, onde se registrou um dos maiores conjuntos de gravuras rupestres da Amazônia, ainda em 1887, por Henri e Olga Coudreau. Edithe conta um detalhe curioso: depois que o marido morreu, às margens do Trombetas, Olga Coudreau continuou sozinha a pesquisa na Amazônia, num tempo em que essa decisão beirava o escândalo.

Konduri e Pocó

Nos anos 1950, Peter Paul Hilbert considerou ter havido duas ocupações pré-coloniais na região, estudo que aprofundou vinte anos depois na companhia do filho, o também arqueólogo Klaus Hilbert. O estilo mais recente, datado entre os séculos XII e XIV, seria o Konduri, talvez associado ao que foi descrito no século XVI como grandes assentamentos. Um outro estilo, mais antigo, foi denominado Pocó, datado entre 160 AC e 200 DC. Já nos anos 2000, Eduardo Neves e alguns parceiros sugeriram transformar essa fase em tradição, pela descoberta de vestígios semelhantes na Amazônia Central. Uma característica dessa cerâmica com decoração incisa e pintada é que seria anterior à formação da Terra Preta de Índio.



Os achados de Vera Guapindaia na região do interflúvio entre o Nhamundá e o Trombetas desmentiram o que se pensava até então.

Essa é a classificação adotada por Vera Guapindaia em sua tese de doutorado sobre a região[1], defendida em 2008. Desde 2001, o Museu Goeldi tinha estabelecido parceria para tais estudos com a Mineradora Rio do Norte, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP) e o atual ICM-Bio, já que a mineradora atua numa Unidade de Conservação, a Floresta Nacional (FLONA) Saracá-Taquera, explorando bauxita, matéria-prima do alumínio.

Tradição Pocó-Açutuba

Como já mencionamos, em 2013 foi oficialmente proposto no III Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica (EIAA III), em Quito, através da Conferência Magistral proferida por Eduardo Neves, a denominação de tradição Pocó-Açutuba para a cerâmica surgida em vários pontos ao longo da calha do rio Amazonas, por volta do primeiro milênio AC, quando teria iniciado nesses locais a formação dos solos antrópicos de terra preta. Entre os autores do texto, lá está Vera Guapindaia que, ao voltar à região de Porto Trombetas, em 2009, encontrou cerâmica Pocó no

1 GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. "Além da margem do rio a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA". Tese de doutorado, orientada por Levy Figuti. MAE-USP, 2008.

cap9.indd 492 27/08/2015 15:32:03

interflúvio, associada à terra preta, o que desorganizava completamente a sistematização anterior.

Peter Paul e Klaus Hilbert tinham encontrado nos sítios Pocó e Boa Vista – o primeiro junto ao afluente de mesmo nome do rio Nhamundá e o segundo às margens do Trombetas – datações do início da nossa era, e também duas outras datas, que eles descartaram, mas que hoje se fazem aceitáveis, à luz da nova compreensão, que eram 1330 ± 45 AC e 1000 ±130 AC. Trinta anos depois, escavando na confluência do Negro com o Solimões, na Amazônia Central, Neves, Lima e Petersen identificaram cerâmicas semelhantes à Pocó, que chamaram de fase Açutuba. Sempre essa ocupação estava na base de espessas camadas de sítios multicomponenciais, associada ou não à TP. Em comum, todas tinham semelhança com as cerâmicas Barrancoide do litoral da Venezuela e da fase Japurá, na Amazônia centro-ocidental, também pesquisada pelos Hilbert.

No Cipoal do Araticum

Conheci Vera Guapindaia ainda em Belém, no congresso da SAB e no Museu Emílio Goeldi, onde ela é curadora do acervo e orienta vários alunos. Vera é uma pessoa de grande senso de humor. Mas naquela ocasião, estava nervosíssima, porque precisava ampliar a área de salvamento arqueológico sob sua responsabilidade, na região explorada pela Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, o que modificava todo o cronograma. O arqueólogo Daniel Lopes, com quem conversei no museu e que reencontraria em campo, estava cuidando da burocracia necessária, que não era pouca, já que a mineradora tinha pressa em abrir uma estrada e Vera já sabia que os achados mereciam um estudo mais detido. Ela finalmente conseguiu viabilizar a nova etapa daí a dois meses. Só então pude acompanhar seu trabalho em campo, depois de, eu mesma, ter o acesso autorizado pela empresa mineradora.

É realmente esquisito o acesso às vilas das grandes empresas mineradoras na Amazônia, como Porto Trombetas, é o mesmo em Carajás. São como estados dentro do estado, ninguém chega ou transita sem autorização, salvo os moradores ribeirinhos, certamente já cadastrados. Como a antiga Serra do Navio,


Cristiana Barreto no Cipoal do Araticum.

no Amapá, onde só ficou o buraco do manganês, são empreendimentos extrativistas que exportam a matéria-prima diretamente para o exterior, com um altíssimo consumo de energia.

O Cipoal do Araticum fica na mata fechada do interflúvio entre o Trombetas e o Nhamundá, cercado de platôs onde a mineradora pretendia expandir a produção, criando uma estrada para transportar o minério. Pela pressa e importância da escavação, Vera conseguiu verba para contratar outros sete arqueólogos, alguns deles velhos companheiros do Museu Goeldi que a acompanham há muito. Dessa vez, não encontrei Edithe Pereira, mas cá estão Daniel Lopes, como vice-coordenador, Marcos Magalhães e João Aires de Ataíde Fonseca Jr. Encontrei também o arqueólogo Paulo do Canto, companheiro de várias aventuras de Vera, diretor do Museu Histórico, em Belém. Do MAE da USP, vieram Cristiana Barreto, Claide Moraes e Fernando Ozório Almeida. E do INPA, viria André Braga Junqueira, além de assistentes de pesquisa, técnicos e estudantes.

O apagão por culpa da Kica

Em novembro de 2009, a arqueóloga Cristiana Barreto, curadora de inúmeras exposições, particularmente sobre a Amazônia, foi convidada por um colecionador, em São Paulo, para conhecer umas peças marajoaras que ele tinha adquirido. Como era perto de sua casa, ela foi no mesmo dia. É ela mesma quem conta, na pausa do almoço em plena floresta:

– Cheguei lá, além da urna marajoara, que era bem legal, vi que ele era um grande colecionador de peças egípcias. Ele gostava, especialmente, de macacos, tinha muitas esculturas de macacos. E me mostrou a última aquisição dele, um sarcófago de um macaco, que ele tinha comprado no Cairo, no Egito. Fiquei fascinada, perguntei o que tinha dentro. Ele mandou que eu abrisse para ver. Eu abri o sarcófago... e as luzes se apagaram!

– Em quase todo o Brasil, por sinal – completa Marcos Magalhães.

– Eu não imaginei que aquele evento tinha um sentido maior, que era desencantar a maldição do sítio arqueológico para o qual eu estava indo. Quando eu contei a história para o Marcos, aí tudo se encaixou... – conclui ela, entrando no jogo, com um sorriso.

Na noite de 10 de novembro de 2009, São Paulo sofreu um apagão, que atingiu outros 17 estados e quase todo o Paraguai. Em Porto Velho, onde eu estava, o apagão também foi geral. Segundo o então Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, teria sido por causa de um curto-circui-

to em Itaberá, interior de São Paulo, causado por raios, chuvas e ventos. Ninguém entendeu. Não sabiam que a Kica tinha aberto o sarcófago! Mas a história não acaba aí.

A maldição do pajé

Não entendi se foi um sonho do Marcos ou alguém contou essa história para ele. Mas uma menina teria falado de uma antiga maldição atingindo o lugar em que estamos. Há muitos séculos, ali foi uma próspera aldeia indígena, que servia de entreposto na troca de recursos da floresta com o pessoal do rio e coisa e tal. Mas deixemos o próprio Marcos contar, com visível prazer com o efeito que está causando sobre a pequena plateia à sua volta:

– Era uma aldeia pequena, mas as pessoas aqui viviam bem, tinham conforto. Numa certa época, havia um cacique, que adorava a própria filha. Há tempos ele planejava uma grande festa para quando a menina tivesse a primeira menstruação. Ele mandou o tio da menina ir pegar turu[2] no litoral, fizeram muito cauim, aquela bebida feita à base de cuspe, deixaram fermentando não sei quantos dias. Só que aí a menina ficou doente. Apesar da resistência da mãe, entregaram a menina para o pajé curar. Ele a levou para a cabana que tinha lá no alto do platô. Passou uma semana, duas, e nada do pajé voltar com a menina.

Estão todos muito atentos, sentados pelo chão e algumas cadeiras de armar, cada um comendo a sua quentinha, que trouxeram num grande isopor na hora do almoço. Para chegar aos locais de escavação, é bem uma hora de carro, depois tem que abandonar a estrada e caminhar pela trilha na mata. Até que a trilha não é das piores, com a graça de Nossa Senhora da Reportagem! Aqui não adianta repelente, parece que os mosquitos debocham dos produtos mais comuns. Os técnicos que são da própria região resistem bem melhor que nós, os forasteiros. E Marcos continua:



Marcos Magalhães foi o arqueólogo responsável pela escavação da Gruta do Gavião, em Carajás, e é também um grande contador de histórias. Dessa vez, brincando com a colega Kica.

2 Turu é um gusano-do-mar, tipo de molusco em forma de verme. Segundo o Houaiss, pela etimologia espanhola é a designação de um caruncho que cava galerias na madeira submersa, causando um sério problema para os cais e as embarcações. No caso, certamente um alimento considerado refinado.

– O cacique reuniu os guerreiros e foram até a cabana do pajé. Chegaram lá, encontraram o corpo da menina, doze aninhos e lá, morta. Cadê o pajé? Deu no pé. Quando o alcançaram, ele já estava lá no lago Tapicuá. Amarraram o desgraçado com um cipó e vieram arrastando até aqui. Quando a mãe da menina viu o pajé, arrancou o couro da cabeça dele. E taca a botar formiga na língua. Mesmo com a língua toda inchada, o pajé conseguiu falar e amaldiçoou o lugar: “Aqui vai nascer um cipoal e todo mundo vai cair doente!” Não deu outra. Passou um tempo, todo mundo começou a ficar doente, não podia trabalhar na roça porque estava doente. O cipó foi tomando conta, tomou conta de tudo e todo mundo foi embora. Por isso esse lugar é conhecido por Cipoal do Araticum.

– E a maldição? – pergunta alguém.

– Pois é, o pajé morreu, enterraram o pajé, mas a maldição estava feita – retoma Marcos, que surpreende a todos com o final da história: – Foi quando em outro sonho, dias depois, me foi revelado que a menina voltaria reencarnada numa arqueóloga. Essa arqueóloga iria desenterrar a caveira do pajé e acabar com a maldição. Aí eu pensei: estamos salvos! É a Vera!

– Ué, então ainda vai acontecer, a maldição continua?

– Também não entendi direito. Aí se passam dias e dias, noites e noites. Até que outra vez num sonho me falam a palavra Cristiane. Não conheço nenhuma Cristiane. Bom, gente, eu sei que depois que nós chegamos as coisas estão tranqüilas, ninguém ficou doente, ninguém se acidentou, amanhã já vai fazer uma semana, da outra vez no primeiro dia já estava tendo problema. Foi quando eu me lembrei que a Kica é Cristiana! E vocês não sabiam por que apagou tudo, na véspera da gente chegar, não é verdade? Foi o sarcófago do macaco que ela abriu! Só que está faltando ela achar a caveira do pajé para desencantar de vez o lugar. Senão, quando forem fazer a estrada aqui, ela vai trazer muitos acidentes no caminho.

Passado acidentado

Marcos e Vera lembram da epidemia de malária que atacou as comunidades, em outras temporadas de escavação. Quando começaram os trabalhos, sempre voltavam para casa dois ou três, por causa da malária. Vera conta que ainda teve um acidente sério com um rapaz, conhecido por “Jacaré”, que quase decepou um dedo.

Comentando sobre a margem de risco numa profissão como a de arqueólogo, Marcos lembrou de uma ocasião em Carajás, onde ele participou do estudo da Gruta do Gavião, o sítio paleoíndio mais antigo que se conhecia até então, de 8.470 AP:

– Nós ficamos hospedados no hotel da Vale, em Carajás. Aí iriam chegar uns engenheiros da Vale e ficar no mesmo hotel, a gente não sabia de nada porque estava no mato. E foi assim, fomos transferidos para outro lugar lá. O João[3] ficou tão bravo que dormiu na porta do hotel, só de sacanagem, as pessoas iam chegando e tinham que passar por cima dele. Só que nós tivemos um acidente de barco, estávamos descendo o rio numa voadeira e quebrou o motor. Eram duas horas descendo o rio e três horas voltando, esse sítio. Quando o motor quebrou, não tinha remo, tivemos que fazer o remo. Levamos mais de uma hora fazendo o remo.

Vera complementa:

– Por sorte vocês encontraram uma casa abandonada para tirar a madeira e fazer o remo, né? Ainda teve essa...

– Pois é, e ainda fizemos o remo no facão. Bem, fomos remando e, por sorte nossa, era noite de lua cheia e não choveu. A lua só levantou lá pelas 9 horas da noite, até lá era um breu total. Teve um lugar que a gente passou que era um remanso, tinha um tronco enorme, que de repente não estava mais lá. Não era tronco nada, era um jacaré imenso! Tivemos que passar por ele, rapidinho. Quando chegamos ao local onde o motorista nos aguardava, já eram 5 horas da manhã, tinha amanhecido. Chegamos ao hotel umas seis e pouco. Com uma sede danada, a gente não podia beber a água do rio porque é cheia de mercúrio dos garimpos.

Estou imaginando a cena. Estive hospedada também nesse hotel, por volta da mesma época, talvez um pouco antes, acho que foi em 1984. Jornalista também passa muito aperto... E continua Marcos:

– Eu só pensava naquela cervejinha gelada que eu tinha deixado na geladeira. Quando chegamos lá, o rapaz da recepção disse que estávamos sem quarto, porque tinham colocado os engenheiros da Vale lá. Ah, a porrada rolou! Parti pra cima do cara pra dar porrada mesmo. Eu estava com a mão toda ensanguentada de tanto remar. O Daniel me segurou. Aí mesmo é que eu fiquei valente, cara, foi uma merda! A Vera foi a única que ficou do meu lado.

---

3 Imagino que fosse o arqueólogo João Aires de Ataíde Fonseca Jr, do Museu Goeldi.

E Vera:

– Eu perguntava: Daniel, o que eu posso fazer para ajudar?

E Marcos:

– Eu disse: Se não chorar, já ajuda!

– Chorar eu não ia mesmo, aí fiquei lá, quieta – lembra Vera, hoje se divertindo com a história.

A escavação no Cipoal do Araticum

Vera me apresenta o sítio. Fizeram sondagens a cada 30 metros, mais ou menos. Os técnicos que ajudam na escavação, além dos quatro ou cinco que são das antigas, do Museu Goeldi, são das comunidades vizinhas, que se organizaram em cooperativas, a Cooperboa e a Coopermoura, respectivamente de Boa Vista e do Moura. Na escavação de número 4 fizeram a "sala de almoço" e o "banheiro", esse uma criação da Edithe que a Vera adotou. Evidentemente um banheiro seco, digno de qualquer comunidade alternativa. Acabou de usar, joga uma terrinha. Mas cercado com plástico preto e com direito a papel higiênico pendurado ao lado do buraco, um luxo.

Marcos Magalhães me explica que está escavando na área periférica do sítio. Ele acaba de encontrar uma manchinha esbranquiçada que parece cinza, mas não é certo. O sítio tem algumas manchas de solo escuro, onde ocorre o material arqueológico, cerâmica, em geral. Seriam os tais bolsões de memória que a Cristiana Barreto qualificou, também encontrados nos outros sítios depois classificados como Pocó-Açutuba? Talvez. Ali, em 2009, ainda era muito cedo para dizer. No caso, estão interessados nessa periferia porque está próxima a um igarapé. Ali, a atividade já não era muito intensa, explica Marcos. Na véspera, acharam um fragmento muito bonito, a 30 centímetros de profundidade, que Vera esclarece ser da fase Pocó.



Marcos me mostra o fragmento de borda Pocó, que também estaria no universo Barrancoide.

Vera explica o desafio teórico do sítio:

– O interessante é que a gente não tem encontrado material tipicamente Konduri, que seria um material mais recente, de 1.000, 1.400

AD. Esse aqui é um material mais antigo e esse sítio parece que só tem isso. Exceto por aquela vasilhinha que vocês encontraram na superfície – diz ela, dirigindo-se ao Marcos.

– Aliás, foi graças à vasilhinha que encontramos o sítio. Por incrível que pareça, ela é uma exceção, pelo menos até agora – revela ele.

Técnicos são quilombolas

Como eu descobriria depois, as comunidades próximas, como a do Moura e Boa Vista, essa em um sítio já escavado pelos Hilbert, pai e filho, são de descendentes de antigos quilombolas. Por sinal, Boa Vista foi a primeira comunidade quilombola reconhecida oficialmente pelo governo.

Conheço José Lopes, apelido Pilão, que está trabalhando pela primeira vez numa escavação. Ele é da comunidade do Moura, diz que fica a uns vinte minutos (resta saber se subindo ou descendo, como todo trajeto por rio). Pilão está no seu quarto dia de trabalho, já achou alguns cacos e diz que "já era orientado", sabia do que se tratava.

Mais adiante está o Jacaré, o tal que quase perdeu o dedo, que se chama Aldenísio Pires Cordeiro, também da comunidade do Moura. Ele está muito compenetrado no trabalho de topografia. Quando pergunto o que está segurando, ele me diz:

– Eu dou pra ele [o Wendel] a direção dos pontos disso aqui. Com isso ele faz a nivelação aí até a metragem que ele quer pegar com esse aparelho. Então ele fica sabendo a distância que tem de um piquete desse para o outro.

Elogio a explicação e ele me diz que trabalhou com outra equipe que veio antes, "a do Tomé": "Peguei um pouquinho de experiência" – reconhece, com modéstia.

Os veteranos

Wendel é Carlos, de batismo, porque o avô exigiu que o pai botasse "nome de gente no menino", o pai queria homenagear um jogador de futebol. No cartório ficou Carlos e, na prática, Wendel mesmo. Ele é um dos que acompanha Vera desde o começo das escavações nessa região, em 2001.

– O Marcos está comigo desde o começo, a Edithe vinha, só nos últimos anos que ela não vem mais, os meninos também – lembra Vera. – Carlos está desde o começo, o Vitor não está porque foi fazer prova de

mestrado, o João veio também, quem mais? A Gizelle [Chumbre] está desde o começo também, o Mardock. Eu precisava de gente com experiência, senão não daria conta do que precisa fazer num curto espaço de tempo.

Carlos faz o mapa das escavações, as fotografias:

– É importante detalhar o micro-relevo, essas pequenas diferenças que há na topografia. Às vezes o trabalho do topógrafo se atém a outros objetivos. Aqui a gente tem objetivo arqueológico, observa pequenas depressões na paisagem, na forma do relevo. E tem as informações de caminhos antigos, da localização das escavações, do espaço.

Egilberto trabalha na sondagem:

– Sempre trabalho em área de igarapé, fazia sondagem de cassiterita. Pra que servem os caquinhos? Não tenho ideia, mas pra tudo tem seu motivo, tem sua razão, com certeza.

Fernando Leijoto me acompanha, trabalha há um ano na assessoria de Comunicação da Mineradora. É a primeira vez que vem ao sítio, está achando tudo interessante e pensando em voltar, fotografar, entrevistar o pessoal e fazer uma matéria para o jornal da empresa.

Na mata

– Vamos lá, Fernando, fingindo que está trabalhando...

Essa é a Vera, quase sempre brincalhona. Estamos chegando em mais uma unidade, essa coordenada por Fernando Ozório de Almeida, aluno de doutorado de Eduardo Neves. Com ele, estão a Gizelle Chumbre, assistente de pesquisa do Museu Goeldi, o João Aires, arqueólogo do Museu, e o Raimundo Jorge Mardock Neto, técnico do Museu.

Fernando Ozório estava fazendo o doutorado sobre a região do rio Jamari, perto de Porto Velho:

– Depois a gente vai trabalhar no rio Machado, no Ji-Paraná, vamos abrir uma outra frente lá. Fica em Presidente Médici. A ideia é fazer um sítio-escola, em meados do ano que vem.

Vera apresenta:

– A Gizelle Chumbre trabalha comigo no Projeto Trombetas e está aqui desde o começo, ela vai tirar o mestrado agora.

Vera observa que o solo é bem escuro onde Gizelle está escavando:

– Fizemos várias sondagens e aqui deu material. Investigamos porque essa parte é mais alta, você vai ver que tem um monte de escavação numa área mais baixa. O solo aqui é bem escuro, deu material e a gente resolveu abrir para ver o que tem e tentar salvar, até porque a estrada vai detonar. Explica o que vocês estão encontrando, Mardock – encoraja ela.

– Nessa unidade aqui, por enquanto, só deu essa quantidade de material [Mardock mostra alguns pacotinhos de plástico, etiquetados]. Na outra ali achamos bastante, cerca de 300 fragmentos em uma camada. Começa em 20, 25 e foi até mais ou menos 80, 90 [centímetros de profundidade].

Gizelle complementa:

– E foi material assim decorado, com borda, diferente do que a gente já encontrou aqui em Trombetas, aquele inciso retangular que te falei, Vera.

Pergunto se dá para dizer que é Pocó:

– Esse não vi, não sei. Mas aquele que levei pro quarto, com aquela cabecinha, acho que é Pocó sim. O material não é Konduri, resta saber se é Pocó. O Konduri tem um estilo bem tópico, ele parece um pouco com a cerâmica Santarém. Tem muito modelado, muito ponteado, é o que a gente chama Inciso Modelado Ponteado. Esse aqui tem incisão, tem modelagem também, mas a forma é diferente, as linhas são mais curvas do que no Konduri – descreve Vera Guapindaia.

Em seguida ela apresenta João Aires Fonseca, aluno que trabalha no Goeldi. Ele fez História na UFPA, mestrado em Arqueologia na USP, com Eduardo Neves, e agora voltou a ser aluno da Vera no Museu. Ele pretende fazer o doutorado sobre a experiência que está tendo na área.

Zé Pequeno e Pureba no Cipoal

Zé Pequeno destacou-se no trabalho da sondagem e por isso foi convidado a participar da escavação. Mardock elogia:

– Tem uma turma aqui que é dedicada, aprende rápido, faz perfil, faz escavação. Esse aqui é outro, o Pureba.

Pureba chama-se Augusto Soares Cordeiro, da comunidade do Moura, ele é um dos que integram a Coopermoura, parece exercer alguma liderança:

– O negócio que a gente está fazendo aqui, acompanhando o trabalho desse pessoal que sempre faz esse trabalho, pra mim é bom, né?

Vera o incentiva a contar do projeto de cerâmica na comunidade:

– Lá em casa minha mulher trabalha fazendo cerâmica. Ela começou a ver o material que a gente tirava daqui, os cacos de cerâmica Konduri, que o pessoal sabe os nomes tudinho. Aí a dona Regina, que faz parte também desse projeto [da educação patrimonial], foi dando uma aula lá pro pessoal e agora ela [a mulher] faz essa cerâmica aí. Quase todo tipo de peça ela faz.

Vera explica que a educação patrimonial é feita por uma equipe do Museu Goeldi também, coordenada pelo Luiz Videira:

– Quando a gente chega nas comunidades, sempre tem que ter esse primeiro contato, dizer quem é, o que a gente faz, enfim, a gente não vai entrar de qualquer jeito na casa dos outros pra fazer buraco no quintal. Com isso a gente trouxe esse projeto de educação e eles tiveram a ideia de trazer um ceramista de Icoaraci[4] para ensiná-los a fazer cerâmica. E eles começaram a fazer objetos, criar objetos. Tem uma senhora lá que faz umas réplicas muito legais de fragmento cerâmico e tal. Mas eles começaram a fazer outras coisas, panelas superbonitas, bem bacanas mesmo. Da outra vez a gente foi na casa do Pureba, tem lá o forno no quintal.

A dispersão tupi

Fernando Ozório de Almeida é de Campinas. Essa é a primeira vez que está trabalhando com Vera Guapindaia:

– Fiz o mestrado no rio Tocantins. Comecei a trabalhar com a Denise Gomes lá em Santarém, no Tapajós, daí eu passei para o Eduardo Neves, trabalhei no Tocantins, no Baixo Tocantins e daí agora eu passei pra Rondônia, para os Tupi-Guarani. Dei uma boa rodada.

Fernando conta que no Sudeste do Pará a pergunta era se os grupos tupinambás de lá seriam descendentes dos que estavam fugindo do litoral na época da colonização, ou se já lá estavam há uma longa data[5].

---

4 A cerâmica de Icoaraci, centro produtor a 20 km de Belém, inspira-se nos motivos marajoaras desde os anos 1950, com o ceramista Antônio Farias Vieira. Mas só nos anos 1970 elas se tornam muito conhecidas, graças ao Mestre Raimundo Cardoso, já falecido, que se preocupou em reproduzir também as técnicas de fabricação dos antigos marajoaras. Hoje é seu filho que toca a principal cerâmica da cidade, que exporta para o mundo todo.

5 ALMEIDA, Fernando Ozório de; GARCIA, Lorena Gomes. Aspectos do Espaço Tupinambá no Leste Amazônico in *Revista de Arqueologia*, v. 21, no. 2, págs. 97-119. Belém: SAB, ago-dez 2008.

– Se a ocupação fosse antiga, haveria uma continuidade com os grupos que existem hoje, os Araweté e Asurini. Não dá para fazer uma vinculação direta com cada grupo étnico, mas esses grupos já estavam lá faz muito tempo. A tendência é que as datas vão ficando cada vez mais antigas para o Oeste. Tem esses estudos lingüísticos que indicam o Sudoeste amazônico – onde é hoje Rondônia, como o cesto de dispersão desses grupos. É meio complicado provar, não necessariamente vai ter aquela cerâmica mais antiga, as coisas foram evoluindo.

Ele brinca com o esforço didático de um mapa em que estão marcados, por cores diferentes, os territórios dos povos falantes de cada grupo linguístico:

– Você olha a Amazônia inteira, é por cores que vão separando. Arawak é azul, Gê é vermelho, tem essa parte inteira, que é o sul da Amazônia, toda amarela, Tupi. Então, sei lá, quem sabe nos próximos quarenta anos...

Pergunto se a geografia favorece essa dispersão:

– É interessante que sempre vincularam o Tupi-Guarani com o canoeiro, por causa dos Tupinambá do litoral. Mas a impressão que dá nessa dispersão na Amazônia é que eles estão cruzando todos os rios, ou seja, são de terra firme.

Vera Guapindaia se interessa em saber como ele escavou em locais tão diferentes:

– Foi também arqueologia de contrato – explica Fernando. – Eu trabalhei seis anos com a Solange Caldarelli lá na Scientia, em São Paulo. Quando entrei lá para trabalhar, tinha uma linha de transmissão que seguia Tucuruí, ia para Marabá, fazia um "L" e depois ia para o Maranhão. Comecei estudando um monte de sítios que tinham sido resgatados nesse trabalho. E o que aconteceu? Eles fizeram uma linha paralela à primeira e nessa segunda leva eu fui. Fiz duas etapas de campo e, na segunda, encontrei um sítio muito legal, que eu escavei. Fizemos o que a turma geralmente faz, solta uma malha sistemática de 20 por 20 metros e sai cavando unidades. A gente escavou 500 unidades em 90 dias. Mas assim, pauleira, no enxadeco, não teve conversa – lastima ele, referindo-se à pressa que impedia um trabalho mais cuidadoso.

– Mas é legal vocês terem aproveitado os "L"s para fazer uma coisa relevante – pondera Vera.

– O que eu acho legal é que eles [da Scientia] sempre repetiram a metodologia. Então você pode comparar e ter a visão total do sítio. Você sempre tem uma amostra para cada área, isso é interessante.

Daniel Lopes em campo

Sempre metódico, Daniel está trabalhando numa unidade também na periferia do sítio. Numa área mais acima, as evidências reveladas pelas sondagens parecem indicar o centro do sítio, justamente onde vai passar a estrada. Ao lado de Daniel, o técnico Amauri faz uso da tabela Munsell, a tal que tem os furinhos e uma palheta de cores de diferentes tons de marrom e preto, para descrever as amostras.

– Geralmente onde o solo está mais escuro é onde tem material, é solo orgânico – explica Vera. – Quando começa a amarelar o solo, já não aparece quase nada. A periferia do sítio, na verdade, é a periferia da mancha da ocupação, quando não há mais material. A periferia da aldeia pode ser a área central do sítio [porque ainda tem as lixeiras, por exemplo, em geral atrás das casas].


Daniel Lopes está organizando as amostras de cerâmica, de solo e de carvão.

Pergunto ao Daniel se ele preferia estar no ar condicionado, no laboratório ou no escritório do Museu:

– Cada coisa no seu devido tempo, mas ficar aqui mais de trinta dias é brabo! – comenta ele, com um sorriso.

O homem da descrição

Vera diz que bom mesmo para descrever as amostras é o Paulo do Canto, que faz mestrado no Museu Goeldi, é gaúcho e diretor do Museu Histórico, em Belém, que funciona no palácio Lauro Sodré. Quando me aproximo, ele está fazendo a ficha de nível da escavação:

– Aqui a gente faz o controle inicial, coloca todas as informações relativas ao solo: cor, umidade, textura, consistência, compactação, dimensão das partículas, tudo isso é observado. No caso, aqui, anotei a observação de que “existe uma camada única que variou de 3 a 5 cm. Logo abaixo dessa camada, notou-se presença de solo arenoso com coloração 7.5R5/3 brown”.

Paulo está trabalhando sozinho. Vera brinca com ele que é castigo porque ele só chegou ontem, atrasado:

– Na verdade, a gente está com dois arqueólogos por escavação – explica ela. – Lá onde eu estou, estamos eu, o Claide e o Daniel, somos três,

mas lá a gente está com 12 metros [quadrados]. Pensávamos que podia ser uma área construída, mas acabou se revelando natural. Aqui a gente tem o João e o Fernando. Ali tem o Marcos e a Kica. O Paulo teria a menor escavação, só para ver por que esse material está aí, [um buraco de] um por um metro, mais ou menos. Esse solo já não tem terra preta, é mais amarelo, seria a periferia. Pedi para ele ver porque apareceu esse material. Mas não é uma coisa rígida [a distribuição dos arqueólogos]. Terminando aqui, ele irá para onde estamos ou uma das áreas que ainda serão abertas.

Vera me mostra um grande croqui do sítio:

– Aqui está a estrada por onde viemos, aqui o rio Araticum, aqui está o Tucumã e aqui está o Cipoal. O sítio está bem aqui, Cipoal do Araticum, entre esses dois platôs, o Aviso e o Bela Cruz. O platô para o qual o Marcos disse que o pajé fugiu, é esse platô aqui. O lago é mais para baixo, não aparece nesse mapa.

Ela explica a metodologia do *grid*, o quadradão Leste-Oeste, a numeração para achar o endereço das unidades:

– O centro do sítio está na parte mais alta, mais plana, no centro da ocorrência do material de terra preta. Onde vai passar a estrada, o solo é um pouco mais claro, tem menos material, mas nessa etapa de campo, a gente tem que se concentrar aqui, onde vai passar a estrada, por conta da urgência. Por medida de segurança, a gente dobrou esse espaço de prospecção. A estrada mesmo, não tem nem 50 metros.

Vera explica o mapa feito no computador com linhas coloridas delimitando as mudanças na coloração do solo e o número de fragmentos encontrados na sondagem. A partir desse estudo, foram escolhidas as áreas a serem escavadas.

Naquele momento, Vera Guapindaia ainda procurava entender as datações mais antigas encontradas para a cerâmica Pocó. Ela já tinha mencionado, na apresentação de sua tese, em 2008, que encontrou até 3.000 AP. Quando conversamos em 2009, Vera já estava em contato com Eduardo Neves e Helena Lima sobre o material semelhante ao Pocó encontrado por eles na Amazônia



Paulo do Canto é do Museu Goeldi e diretor do Museu Histórico, no Palácio Lauro Sodré, em Belém.

Central. A outra questão é que, pela primeira vez, ela estava escavando em área de interflúvio, o que só foi possível pela arqueologia de contrato.

Comunidade do Moura

Seguimos de barco até a comunidade do Moura. Estão comigo o Pedro Ribeiro e a Sheila Sarmento, da Mineradora Rio do Norte. Não muito distante de Porto Trombetas, entramos no Igarapé do Moura, a coisa mais linda do mundo. Águas serenas, algumas árvores, poucas casas à vista. Uma placa indica o Projeto Educativo Ambiental e Patrimonial, com a data de outubro de 2008. Quem nos recebe é José Lopes, um líder local. Ele tem uma explicação muito pessoal para a origem da terra preta:

– Essa terra é preta assim por causa desse trabalho aqui. Os índios cavavam, faziam buraco no chão pra queimar as peças deles, era muito buraco. Por isso é que só é terra preta onde o índio morava, porque ele queimava a terra para queimar as peças.

Ele me explica que ali dá de um tudo: pimentão, tomate, pimentinha malagueta, cebolinha, jambo, chicória, mastruz. As árvores próximas são cupuaçu, graviola e limão.

– Tem planta que é invejosa – me explica ele. – Aí tem que plantar tudo junto, que nem milho, senão quando aquela que estiver maior bandeirar, a pequenininha também dá.

Vivendo e aprendendo. Zé Lopes conta que havia três senhoras na comunidade que eram "veteranas" na cerâmica: dona Filica, dona Joana e dona Nazaré. Agora elas já não podem mais trabalhar. Mas "a gente cresceu, com o apoio do Museu e isso". Tem muita gente fazendo cerâmica na comunidade, inclusive o próprio Zé Lopes. Nessa comunidade, eles reproduzem algumas caretas encontradas para decorar os vasos atuais.

No cantinho de fazer o barro, dona Maria do Carmo está polindo uma peça com uma semente de inajá. Ela me explica que come a massa e usa só o caroço do inajá, ele também ficando lustroso enquanto lustra a peça, ainda crua. A polpa do inajá é muito apreciada por outros animais, como a paca, por exemplo. Os caçadores fazem espera perto da palmeira do inajá, contando com isso.

Comunidade Boa Vista

Boa Vista é outra lindeza. Observo ao chegar um flutuante usado para lavar roupa, com um grande guarda-chuva para proteger do sol e uma

tábua que lhe dá acesso. Ao lado da mulher que lava roupa, duas crianças brincam na água. Vou direto para a casa do seu Colé, de quem compraria um CD com suas músicas e cantos. Num galpão aberto, do lado de fora da casa, é onde se faz a cerâmica e se guardam alguns tambores, que o filho toca, "material do Círio", me explicam.

Zuleide Viana dos Santos tem 54 anos e parece ter menos, é uma bonita negra amulatada, com aquele tom achocolatado que só muitas gerações de mistura brasileira conseguem. Sempre me espanto quando conheço um africano negro, como são negros! Ela é uma hábil ceramista e me mostra os dois tipos de barro que tem nesse momento, um mais amarelado, tirado no ano anterior, e um esbranquiçado, "é o primeiro ano que a gente tira de lá". Essas coisas fazem toda a diferença na hora de obter cores e texturas nas peças.

Aqui se fazem peças decorativas, utilitárias, para uso e também para venda. Agora que são conhecidos, eles participam de muitas exposições, e já têm ideia do que agrada ao público. Zuleide é fundadora da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO).

– Estou alisando bem para pegar a jotaicica, que passa por dentro – conta Zuleide. Ela mesma explica: – A jotaicica é a resina do jatobá, que aqui chama jutaí. O barro a gente mistura com o careté [será o caraipé?], a casca de árvore que a gente queima, peneira e fica só o pó.

Pergunto sobre a sua história pessoal:

– Sou da comunidade de Tapagem, mas me criei na comunidade da Serrinha, logo acima de Oriximiná. São 12 comunidades da Boa Vista até lá, na Tapagem – explica ela, com esse sistema de cálculo de distância que eu já tinha observado no Pontão, região de Silves, quando um senhor foi me falar do trajeto percorrido pelo barco durante a festa do Divino.





A líder comunitária Zuleide é casada com o músico Colé e vivem na comunidade de Boa Vista, um antigo quilombo.

cap9.indd 507 27/08/2015 15:32:04

– A gente saía, ia nas festinhas, aí comecei a namorar e estou com 38 anos de casada, seis filhos criados.

Aparece a menina Ilanise:

– O vovô perguntou se é pra colocar água no feijão!

Ele certamente queria saber se ficaríamos para almoçar, a famosa fórmula de colocar mais água no feijão. Mas não, não ia precisar.

Quando Zuleide chegou na comunidade de Boa Vista com o marido, só tinha oito famílias:

– As matas dão castanha, breu, leite de seringa, tudo isso já colhemos aqui. Nós vivíamos do extrativismo. O cipó, que é o timbó titica, eles levavam para Oriximiná pra vender, servia para amarrar cerca, fazer vassoura, fazer cesto. O cesto de açaí não, esse é com o cipó imbé, faz o trançado mais aberto.

Numa vasilha, uma quantidade enorme de fragmentos cerâmicos, caretas, bordas e alças de peças, encontradas por ali. Ela conta que há muito tempo veio gente querendo buscar cacos, falavam difícil mas não era outra língua não. Quando eles gostavam, eles guardavam e aí falavam enrolado. Ela certamente está descrevendo a visita de Peter Paul e Klaus Hilbert, nos anos 1970.

– Por isso eu fui contra, não queria de jeito nenhum, quando me convidaram pra ir lá no Museu Goeldi, conhecer o que eles faziam. Achava que eles me queriam lá pra isca, porque o pau sempre cai em cima do mais pequeno e mata o pequeno. Aí tanto eles falaram que não era nada disso que me convenceram e eu fui. Mas com uma condição, que como não sei ler nem escrever eu queria levar um gravador. Quando cheguei em Santarém eles me deram o dinheiro e eu comprei o gravador. Isso tem cinco anos [2004]. Quando nós entramos no Goeldi eu fui narrando: "Estamos entrando no Museu Emílio Goeldi". Quando eu cheguei lá, fiquei arrasada, porque eu vi muita coisa que eu nunca pensava de ver, coisa de história que minha avó contava e ela morreu com 105 anos. Coisa antiga. Aí eu vi que eles não estavam querendo me comprar, comprar a comunidade. Estava tudo lá, com a plaquinha de comunidade disso, comunidade daquilo.

Sítios Multicomponenciais

Em 2012, Vera e Aires da Fonseca publicaram[6] que o sítio do Cipoal do Araticum era multicomponencial, assim como o sítio Boa Vista, com

6 GUAPINDAIA, V., AIRES DA FONSECA, J. Relatório de Atividade de Campo Sítio PA-OR-127: Cipoal do Araticum". Manuscrito. Belém: MPEG, MRN, FADESP, 2012.

cerâmica Pocó e Konduri profundas e extensas áreas de terra preta. No Cipoal, caracterizou-se a existência de uma praça central, com vias de acesso e circulação, e áreas de lixeiras[7], formando uma grande elipse de 400 metros no sentido Norte-Sul e 500 metros no sentido Leste-Oeste. As datações encontradas foram de 1.450 ± 60 AP a 40 cm e 2.250 ± 70 AP a 180 cm de profundidade. A cerâmica Pocó apareceu desde os níveis superficiais. Uma particularidade é que os motivos zoomorfos observados neste sítio eram bem naturalistas, com representações de onças, morcegos, jabutis e sapos modelados, bem como figuras duais.

Já na tese de doutorado, Guapindaia tinha divulgado as datações que encontrou no sítio ribeirinho Boa Vista, onde anteriormente os Hilbert dataram até 3.280 ± 45 AP, sem informação da profundidade. Vera mencionou, em 2008, a datação de 1.700 ± 40 AP para 58 cm e a máxima de 2.100 ± 40 AP para 142 cm. Registrou-se uma feição (bolsão de memória) com concentrações de carvão e cerâmica com motivos decorativos como incisões, apliques zoomorfos e pintados, característicos da cerâmica Pocó. A inversão cronológica, com datas mais recentes na base e mais antigas na superfície, deu a chave da compreensão desse marcador simbólico do início da ocupação Pocó-Açutuba, tanto no Cipoal quanto no Boa Vista.

No artigo já mencionado, em que os vários autores propõem a tradição Pocó-Açutuba, são correlacionados numa mesma tabela as datações dos sítios de Silves e Itacoatiara (Pontão, Sajatuba), Amazônia Central (Açutuba, Hatahara, Jacuruxi), Baixo Japurá (Boa Esperança) e Santarém (Aldeia).

Características da tradição Pocó-Açutuba

Peter Hilbert acreditava que no interflúvio só existisse cerâmica Konduri, que corresponderia a pequenas aldeias, de acampamentos periódicos. O sítio Cipoal do Araticum desfez esse modelo: os grandes fragmentos de cerâmica elaborada, provavelmente da ocupação mais antiga, a Pocó, teriam sido enterrados propositalmente e por isso estariam desde os níveis iniciais.

Na descrição da cerâmica Pocó, os Hilbert destacaram a variação estilística, com 14 decorações que se combinavam ou não, como pintura vermelha em diferentes tons, incisões, modelados. O antiplástico variava entre cauixi e caraipé. As formas observadas eram de vasilhames carenados, vasos com gargalos, flanges labiais e mesiais, apliques modelados.

7 SCHMIDT, Morgan. Formação de Sítios Arqueológicos na Amazônia: Estudos Pedoarqueológicos e Topográficos. Relatório de Pesquisa. Programa de Capacitação Profissional (PCI). Belém: MPEG, 2013.

Com diferenças locais, verificou-se na Pocó-Açutuba o uso diversificado de antiplásticos, às vezes combinados na mesma peça, e a complexidade das formas. No sítio Boa Vista, segundo Guapindaia e Lopes[8] (2011), foram reconstituídas duas formas que destacam as bordas cambadas e o pescoço constrito, com bojos esférico e elíptico.

Já no sítio Boa Esperança, no Baixo Japurá, as bordas encontradas eram irregulares ou lobuladas (Costa, 2012)[9]. Um traço comum com a fase Guarita são as flanges mesiais, mas que na Pocó-Açutuba recebem pintura diferenciada.

As cores são justamente uma das características mais marcantes, com o uso do preto, amarelo, laranja, vermelho, cor-de-vinho e branco, este usado sobretudo como engobo, ainda que o vermelho seja mais comum.

Guapindaia e Lopes destacaram a complexidade dos padrões gráficos geométricos, com incisões, modelados, excisões, ponteados e escovados.

Tanto no Cipoal (Nhamundá-Trombetas) como no Açutuba (Amazônia Central), a cerâmica mais superficial tinha cauixi abundante e, quanto mais profunda, mais pintada era.

Ocupações mais antigas nos extremos da Amazônia

Ao norte da Amazônia, na República da Guiana (ex-Guiana Inglesa), Michael Heckenberger e Neil Whitehead[10] encontraram terras pretas com 5.500 anos, idade também encontrada por Eurico Miller no Alto Madeira, ou seja, no sul da região, neste caso associadas a ocupações pré-cerâmicas da fase Massangana.

O quadro que se esboça, segundo o artigo citado de 2012, é que, após as ocupações mais antigas nos extremos norte e sul da região, são encontradas datas mais recentes, associadas à tradição Pocó-Açutuba, ao longo da calha do Amazonas e alguns de seus afluentes.). A Pocó-Açutuba se assemelha

---

8 GUAPINDAIA, V. e LOPES, D. Estudos Arqueológicos na Região de Porto Trombetas, PA. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira,* v. 24, págs. 50-73. São Paulo: SAB, 2011.

9 COSTA, Bernardo. Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã Estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: MAE-USP, 2012.

10 WHITEHEAD, Neil L., HECKENBERGER, M. J. e SIMON, George. "Materializing the Past among the Lokono (Arawak) of the Berbice River, Guyana" *in Antropológica*, tomo LIV, no. 114, págs. 87-127. Caracas, Venezuela: ICAS, Fundación La Salle, 2010.

às cerâmicas Barrancoide e Saladoide do Baixo Orinoco e Caribe insular (Boomert 2000)[11] e, não, às cerâmicas da tradição Borda Incisa.

Em 2014, nada menos que 14 arqueólogos assinaram um artigo sobre as terras pretas e a construção humana da paisagem na Amazônia[12]. Para Schmidt, aluno de Heckenberger e Nigel Smith, que encabeça o artigo, o padrão dos antrosolos em antigos assentamentos indica o uso do espaço, podendo servir de base para a comparação da organização espacial comunitária entre lugares e regiões. A hipótese trabalhada é que os terraços seriam áreas domésticas, rodeadas por áreas de refugo, que constituíram monturos com o tempo, formando largos depósitos de terra preta e criando o que, em inglês, pode-se chamar *middenscape* (monturo de lixo).

Estabeleceu-se que a tradição Pocó-Açutuba nada tem a ver com os complexos mais antigos da região, ou seja, datados de antes de 1.200 AC surgindo após grandes hiatos de ocupação. Ela também nada tem a ver com cerâmicas mais antigas conhecidas, como Taperinha, Mina, Parauá, as do rio Uaupés e fase Bacabal. Onde ela foi identificada, é a base das sequências estratigráficas e o início da formação de terras pretas, ao longo da calha do Solimões-Amazonas (pelo menos do Japurá até o Tapajós), durante o primeiro milênio de nossa era. A distribuição parece ser de Oeste para Leste (do Japurá para o Tapajós), numa linha reta de 1.300 km, e de Norte para Sul (do Baixo Rio Branco até o encontro do Negro com o Solimões), numa distância de mais de 700 km.

Inovações da Pocó-Açutuba

Uma novidade marcante é a introdução do modelado na decoração da cerâmica. Até então, eram conhecidas as incisões da Fase Bacabal, no rio Guaporé, de 1.800 AC (Miller 2009[13]) e a fase Ananatuba, em Marajó, de 1.400 AC (Meggers e Evans 1957). Só na Pocó-Açutuba surgem os apêndices zoomorfos e antropomorfos modelados, que parecem lançar moda

11 *BOOMERT, A. Trinidad, Tobago and the Lower Orinoco Interaction Sphere: an Archaeological/Ethno-historical Study.* Alkmaar (Holanda): Cairi Publications, 2000.

12 SCHMIDT, M.J.; PY-DANIEL, A. R.; MORAES, C. P.; VALLE, R. B.; CAROMANO, C. F.; TEIXEIRA, W. O.; BARBOSA, C. A. P.; AIRES DA FONSECA, João; SANTOS, D. S. C.; SILVA, R. S. E.; GUAPINDAIA, Vera; LIMA, Helena; NEVES, E. G.; HECKENBERGER, M.; Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthroposol formation. *Journal of Archaeological Science,* v. 42, págs. 152-165, 2014.

13 MILLER, E. T. "Pesquisas Arqueológicas no Pantanal do Guaporé: A Sequência Seriada da Cerâmica da Fase Bacabal" em MEGGERS, Betty (org.). *Arqueologia Interpretativa: o método quantitativo para estabelecimento de sequências cerâmicas,* págs. 103-117. Porto Nacional, TO: UNITINS, 2009.

por volta do ano 1.000 DC, mostrando a influência dos que introduziram essa cerâmica sobre a Marajoara, Guarita, Santarém, Konduri e Borda Incisa, em geral. Em outras palavras, a influência dos povos falantes de línguas Arawak, como já supôs Nordenskiöld, em 1930. Quando chegaram os europeus, as línguas Arawak eram faladas desde as Bahamas até o Paraguai e desde o sopé dos Andes até o litoral do Atlântico. É possível que tal expansão esteja relacionada à cultura da mandioca.

Heckenberger chamou a atenção para a associação com a forma circular das aldeias, de origem claramente Arawak, no Caribe insular. Pelo menos no Cipoal do Araticum, essa forma de aldeia foi caracterizada, durante a tradição Pocó-Açutuba. O mesmo se verificou na Amazônia Central, onde o formato circular ou de ferradura permaneceu em ocupações mais tardias que a Pocó (Açutuba), como a Manacapuru e Paredão.

Pode-se falar num padrão de expansão antiga dos falantes Arawak de forma rápida e quase simultânea em áreas distantes entre si, como os sítios em que se encontrou a tradição Pocó-Açutuba.

Desaparecimento da Pocó-Açutuba

A partir do século IX DC, ela desaparece. Já um pouco antes, no lago Amanã e nos arredores de Manaus, surgem lenta e cumulativamente vestígios relacionados às fases Caiambé, Manacapuru e Paredão. A datação mais antiga para a Manacapuru foi encontrada por Hilbert, do século V DC. Pode-se dizer que no século VII ela já é bem presente e tem o seu auge por volta do ano 1.000 DC.

Helena Lima e Eduardo Neves defenderam a relação histórica entre a tradição Pocó-Açutuba e a fase Manacapuru da Tradição Borda Incisa. Ambas têm flanges labiais como suporte para a decoração modelada e o uso marcante das incisões. Só que na Manacapuru desaparecem as cores da Pocó-Açutuba. Enquanto se tornam mais sóbrias nas cores, as peças melhoram na tecnologia, o que lhes garante maior dureza.

Os autores citados acreditam numa história sem rupturas marcantes, com dois mil anos de duração, de 1.000 AC a 1.000 DC. Mas surgindo a terra preta.

Inciso Ponteada volta ao Trombetas-Tapajós

O processo teria sido diferente na região do Trombetas e de Santarém, onde não surge a tradição Borda Incisa mas, sim, uma reocupação Inciso

Ponteada, sobre ocupações Pocó-Açutuba enterradas. Os Hilbert falaram de um estilo Globular, talvez um conjunto periférico dessa transição.

Não há sinais de conflitos onde existiu a tradição Pocó-Açutuba, sugerindo uma relação de incorporação, pelos grupos falantes Arawak, dos grupos originalmente estabelecidos onde aqueles chegaram. A exemplo do que ocorreu no Alto Rio Negro e no Alto Xingu, as relações podem ter sido consolidadas pelo comércio e casamentos.



O homem representado nesse vaso pintado de vermelho tem um chocalho na mão direita e discos nos lóbulos das orelhas. Reprodução de foto da coleção tapajônica do MAE-USP, do livro de Denise Gomes.

Mas tudo muda por volta do ano 1000. Na Amazônia Central, os sítios Pocó-Açutuba são enterrados por grupos associados à Tradição Polícroma da Amazônia. No Trombetas e em Santarém, ressurgem as cerâmicas da tradição Inciso Ponteada, com os grupos que produziam a Konduri e a Tapajônica. Notam-se mudanças importantes em toda a região amazônica, mas perduram, por exemplo, os apêndices modelados, até hoje feitos pelos grupos Arawak do Alto Xingu, três milênios depois do seu aparecimento.

ANNA ROOSEVELT NO BAIXO AMAZONAS

I - SANTARÉM

A capital dos Tapajó

Eu já tinha voltado de uma viagem de dois meses pela Amazônia, no final de 2009, quando descobri que Anna Roosevelt estava escavando em Santarém. Não tive escolha, comprei a passagem e lá fui eu. Afinal, tratava-se da arqueóloga que mudou os parâmetros da arqueologia amazônica, a partir de suas pesquisas em Marajó e no Baixo Amazonas. Não muito longe de Santarém, descendo o Amazonas, no município de Monte Alegre, Anna escavou o sítio da Pedra Pintada e, às margens do Ituqui, o sambaqui fluvial da Taperinha, provando a existência de paleoíndios na Amazônia, como Eurico Miller já havia anunciado, no outro extremo da região.

Santarém, propriamente, foi o centro de uma sociedade complexa que floresceu entre os anos 1.000 e 1.500 AD, tendo desaparecido após a chegada dos truculentos e pouco salubres europeus. Dizem que os portugueses, para eliminarem os Tapajó, contaram com a "ajuda" dos aguerridos Munduruku, os "caçadores de cabeça", hoje ameaçados pelo projeto de construção de sete hidrelétricas no Tapajós, como ainda veremos nesse capítulo. Na verdade, os Munduruku reagiram a uma incursão dos portugueses em suas terras, no Alto Tapajós, querendo fazer escravos. Eles perseguiram os pretensos captores com tal fúria que vieram devastando tudo pelo caminho, inclusive as outras tribos, até cercarem os portugueses no forte de Santarém. Vários autores confirmam esse enfrentamento, em 1773. Apenas indivíduos Tapajó teriam sobrevivido a tal ofensiva, vivendo na Aldeia, hoje bairro de Santarém, descaracterizados.

Baseada em relatos etno-históricos e em seus próprios trabalhos, Roosevelt publicou, em 1992, que os Tapajó tinham uma sociedade hierárquica, concentrada territorialmente, com agricultura intensiva e formação de especialistas, como os que faziam a elaborada cerâmica inciso ponteada.

A foz do Tapajós é deslumbrante, com suas águas claras chegando ao barrento Amazonas, em vários braços que multiplicam os recursos possíveis de sobrevivência, seja pela pesca ou pela agricultura na várzea fértil. A cerâmica é rica nas representações de animais, possivelmente com significado mitológico, assim como de figuras humanas que parecem xamãs, sentadas em banquinhos e portando maracás.

Consegui me hospedar no mesmo hotel que a equipe, no bairro Fátima, o que facilitava os translados de ida e volta para o sítio. Dois anos depois, a recém-criada Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) iria progressivamente ocupando espaços desse mesmo hotel, até ocupá-lo completamente, tornando-o o campus Amazônia, conhecido por Amazônia Boulevard, onde em 2014 eu iria reencontrar o professor Claide Moraes. A Universidade ainda funciona em dois outros campus, um deles em pleno sítio arqueológico do Porto. Os alunos podem escavar praticamente diante da porta da sala de aula, uma terra pretíssima.

A briga com a Cargill

É muito estranho escavar um sítio arqueológico ao lado de gigantescos silos do terminal da Cargill, a multinacional de alimentos que controla a exportação e o beneficiamento de grande parte dos cereais produzidos no cerrado brasileiro. Em 2014, a capacidade do terminal de Santarém era de

exportar dois milhões de toneladas de grãos, com planos para aumentar para 5 milhões em 2015. Para isso, já estavam negociados dois outros lotes pertencentes à Companhia Docas do Pará, integralmente de terras pretas.


Anna Roosevelt observa a trincheira, cavada pelo trator, junto com Taiane Gama. Ela acredita ser ali um piso, mas não haverá tempo para escavar com calma.


Só no laboratório seria possível analisar o conteúdo da urna resgatada, já bastante quebrada.

Há anos o IPHAN vinha cobrando da Cargill o impacto causado no importante sítio arqueológico do Porto. Mas o IPHAN reclamava, dizia que não podia mexer na área, eles vinham com trator e passavam por cima. Até que o IPHAN resolveu aceitar o salvamento arqueológico como solução paliativa, pelo menos seria resgatada alguma informação.

Esse é o quadro que me pintou Denise Schaan, a responsável pela Universidade Federal do Pará da pesquisa tutelada pelo CNPq, da qual a contrapartida norte-americana era Anna Roosevelt, da Universidade de Illinois. Além de Anna, estavam em campo vários alunos, americanos e ingleses, além de técnicos que trabalham com ela há muito tempo. É de dar pena o estrago da retroescavadeira: uma das urnas funerárias reveladas, que eu ajudaria a escavar, tinha a tampa quebrada pela máquina e a compressão do terreno.

– Eu estou vindo lá do Ministério Público agora, porque a Anna andou conversando com o procurador e ele está a fim de comprar a briga para preservar o sítio – me explica Denise Schaan, no café da manhã. – É uma situação super-complicada, porque a gente tinha feito um acordo com a Cargill, intermediado pelo IPHAN, e nos comprometemos a fazer o salvamento numa determinada área.

Denise fala com tranqüilidade, mas a tensão entre as duas já era grande:

– Agora a Anna vem e diz que o local é tão rico, tem tanta coisa, que a gente precisa trabalhar mais tempo em algumas áreas e ainda precisa

preservar outras. Como é que a gente vai brigar com eles? O procurador então me disse para a gente fazer as justificativas técnicas, dizer o que tem, o que precisa ser preservado e que a briga quem compra sou eu. Então é isso que a gente vai fazer.

Anna me explicaria que a proposta dela era de preservar o sítio contínuo do Porto, em vez de pedacinhos separados, como a Cargill queria. Também denunciou que a empresa só estava financiando a pesquisa, sem qualquer compensação pelo impacto:

– Eu vou mostrar a você, a área de preservação é mínima dentro do Porto – me diz ela, fazendo uma pausa na escavação. – Realmente, é muito raro, em qualquer lugar do mundo, jogar fora quase todo o sítio arqueológico, muito estranho. Um sítio tão grande, quase quatro quilômetros quadrados, todo o Porto, e só vão preservar uma partezinha. A comunidade está totalmente contra a destruição, eles querem preservar tudo. Queremos aprender com os sítios e, para aprender, também precisamos destruir. São diferentes lados, mas realmente eles [a Cargill] têm que pagar uma compensação.

Anna Roosevelt dá uma ideia do que seria a compensação:

– Uma urna vale pelo menos mil dólares [de compensação]. Só no setor 2, havia centenas de urnas! É estabelecido um valor mínimo. Tem pessoas pagando por urnas policrômicas de 5 a 10 mil dólares. E onde estão as urnas agora? Acho que eles destruíram ou levaram, não sei. Ainda há muitas urnas enterradas aqui e nós só escavamos uma!

Dez dias depois, a equipe de Anna Roosevelt iria embora. Denise Schaan pretendia trazer a própria equipe de Belém e escavar nas áreas em que Anna se recusou, por querer preservá-las. Denise ainda teria janeiro e fevereiro para isso. Pelo que eu soube depois, acredito que esse foi o motivo de desentendimento entre elas.

Salvamento no Porto

Anna sai cedo para o campo, com toda a equipe, sempre com chapéu e luvas, ela e os demais arqueólogos carregando cada um o seu laptop Mac, como já contei. No campo, em cima de uma mesa de tábuas, eles retiram as luvas ou limpam as mãos nas calças, também cheias de terra, para digitar os dados da escavação. Daria um bom anúncio para a Macintosh: o computador que vai onde você vai. Depois eu a veria fazendo anotações, ainda dentro do buraco, para só de tempos em tempos passar para o computador. Inclusive as fotos da feição de fogão que encontrou, que seria desenhada em cima da


A inglesa Megan Beker escava pela terceira vez em Santarém, com Anna Roosevelt.

foto digitalizada, me explicou. É a tal técnica de respeitar as camadas naturais, no caso, a do fogão. Ela ainda acrescentou: "Nas culturas etnográficas, as mulheres é que fazem o fogo da casa, não o homem".

Na unidada próxima, encontrei a inglesa Megan Val Beker, da University College London (UCL), que trabalha com mapeamento aéreo e está interessada na arqueologia da paisagem. Ela está escavando uma unidade onde encontrou, no nível mais baixo, o piso de uma casa. Há marca de esteios, ali seria o centro da casa, bem maior, me explica ela, falando de dentro do buraco. O chão é mais duro, eles misturavam argila para fazer o piso. Megan está usando uma vassourinha que eu nunca tinha visto num sítio, e uma pá de lixo para retirar a terra. É a terceira temporada dela aqui, mas continua sem falar nada de português. A gente se divertiu com a dificuldade de ambas para nos comunicarmos.

Li na tese de Vera Guapindaia, citando Cruz (1900)[14], que os Tapajó estavam organizados em aldeias com 20 a 30 famílias, vivendo cada uma em casas coletivas. Cada grupo familiar tinha um líder, a quem obedecia. E havia um chefe geral. Antonio Porro (1996)[15] refere-se à informação de um índio que foi preso, dizendo que o senhor da região onde se encontravam era dominado por grupos que viviam mais para o interior (as Amazonas): "Os Konduris (...) estavam numa posição de vassalagem em relação a uma tribo do alto Nhamundá, que uma tradição pan-amazônica dizia ser de mulheres guerreiras, as *conioupuyaara* ou *cunhãpuiara*." Sabe-se também que eles construíam caminhos entre as aldeias, encontrados entre as terras pretas, feitos quase em linha reta e com cerca de um metro e meio de largura e trinta centímetros de profundidade, informação essa também citada por Vera Guapindaia, de Barbosa Rodrigues (1875)[16] e Nimuendaju (1949)[17].

14 CRUZ, Laureano de la. *Nuevo descubrimiento del río de Marañon llamado de las amazonas hecho por la religión de San Francisco, año de 1651*. Madrid: Colonia de Doña Carlota, La Irradiación, 1900.

15 PORRO, Antonio. *O Povo das Águas*. Ensaios de Etno-História Amazônica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, EDUSP, 1996.

16 BARBOSA RODRIGUES, João. *Exploração e Estudo do Valle rio Amazonas. Rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

17 NIMUENDAJU, Curt. Os Tapajó. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. X. Belém: MPEG, 1949.

Perto de Megan está Maria Isabel Hermes Ribeiro, sentada à beira do buraco, embalando em saquinhos plásticos e etiquetando o material encontrado. Ao lado, duas canequinhas azuis, uma vermelha, outra amarela, em que ela vai separando fragmentos que parecem ser de madeira, algum pedaço de concha ou semente. Ela me mostra um buraco bem fundo, com 2,60 metros, com água no fundo:

– Encontraram muito carvão aqui, pedaços grandes. Trabalhados, a madeira cortada e aí queimada, não parece de fogão nem de fogueira – me diz ela.

Caco Velho de Pote

Maria Isabel é de Monte Alegre, onde é dona da birosca "Mercantil Ribeiro": "É fácil de achar, na beira do rio, na rua Presidente Vargas, número 1481. Fica no Camarazinho, é só dizer que é a mulher do Pedro Poca". Anna Roosevelt gostou do seu jeito tranquilo e seus conhecimentos práticos e sempre a convoca para as escavações:

– Antes a gente achava que isso tudo era cacozinho velho, caco velho de pote. Comecei a entender trabalhando com ela, observando; ela, com todo o carinho, procurava me ensinar. Hoje já me considero da família, sabe? – conta ela, com orgulho. – Primeiro eu só embalava, etiquetava. Depois, quando a gente veio para cá [Santarém], comecei a escavar. Hoje parei porque estou com o pulso doendo. Eu procuro fazer tudo direitinho. Se eu conheço semente, eu vou ver se é de jatobá, de murici. Porque depois que ela está carbonizada, é difícil. Às vezes é ovo de tracajá, que ela chama bicho de placa, que tem casco. A gente também conhece quando é espinha de pirarucu, tambaqui.



Maria Isabel é de Monte Alegre e trabalha há anos com Anna Roosevelt, que está ao fundo, com o laptop Mac no colo. Ao lado, Marcio Amaral. De pé, Chris Davis e Megan.

Maria Isabel já escavou na Pedra Pintada e na Taperinha, a última vez dois anos antes, em 2007:

– Lá tem muitos sítios, mas tem aquela história de que ela [Anna] não entra [para escavar no Brasil] porque não é brasileira. Esse ano ela já foi a Monte Alegre, passou pra ver a Caverna da Pedra Pintada, a Serra da Lua, o Mirante.

Anna está no laptop, à mesa. Megan se aproxima segurando um pedacinho: “Talvez de um animal”, diz ela. Pegou a máquina fotográfica para registrar o local exato do achado. Maria Isabel aparece com uma bolinha na palma da mão: “É bolinha de maracá, de chocalho”, garante.

O sonho da arqueóloga

Taiane Gama é do Rio de Janeiro mas fez toda a formação em Belém, onde mora há 12 anos. Entrou para a iniciação científica do Museu Goeldi e continuou, depois de trabalhar com Denise Schaan e também com Maura Imázio, em Carajás, no Salobo. Ela comenta que no Salobo encontraram cerâmica tipicamente tupi mas outras diferentes, no mesmo contexto, o que sugeria ser uma área de encontro ou difusão de grupos. Algumas técnicas das cerâmicas eram parecidas, como o antiplástico e a técnica de roletes, mas a concepção estética era claramente outra.

Ali, no porto de Santarém, o trabalho foi iniciado quase dois meses antes e rendeu vários achados interessantes, conta Taiane. Além de uma urna funerária de enterramento secundário – são menores que as de enterramento primário, porque se colocam apenas os ossos ou as cinzas –, acharam também uma concha marítima, interpretada como uma oferenda. O conjunto estava dentro do que seria uma moradia, onde se costumava enterrar os antepassados.

Anna Roosevelt me contou depois que essa concha foi encontrada no sítio “Shell” – deve ter ganho o nome por causa disso – e que já tinha passado por levantamento geofísico, em 1987. Ela conseguiu 100 mil dólares do governo americano para escavar o sítio mas, quando chegaram, as Docas do Pará já tinham passado o trator e estragado metade dele. “Agora querem acabar com o resto”, diz ela. “Eu acho que a concha veio do Caribe, não tenho certeza”.

– Eu sonhei que tinha achado alguma coisa importante – conta Taiane. – No meio da manhã, o Roberto encontrou a urna. Ele é daqui da região. Todo dia tem coisa nova, a gente mexe com o passado dos outros e aí tem que pedir licença para eles – conclui ela, séria.

O arqueoastrônomo negro

Christopher Davis é o primeiro arqueólogo negro que conheci. Ele é norte-americano, aluno de Anna Roosevelt no doutorado, em Chicago, e estuda os possíveis significados astronômicos das pinturas da Pedra



Christopher Davis fala do perfil em que se nota a mistura de camadas provocada pelo trator, na unidade muito próxima às instalações do porto.

Pintada, em Monte Alegre. Aqui no porto de Santarém, ele está, nesse momento, escavando um perfil do terreno, com Edson Scott, estudante da graduação que veio pela primeira vez:

– Esse perfil evidencia as camadas com muita mistura de material, porque o trator entrou aqui e revolveu a terra – explica Chris. – Aqui é uma camada de terra preta, mas com vestígios modernos, como esse pedaço de plástico, portanto dos anos 1950 para cá. Por isso nós achamos que essa terra preta foi trazida de outro lugar, parece algum tipo de aterro de lixeira.

Chris mostra que só a quase dois metros de profundidade as camadas deixam de ser perturbadas. Ele estima que tenham até 2.000 anos AP, talvez 1.000 anos. Acharam conchas, muito pequenas, usadas em pontas de flechas, segundo entendi. No barranco escavado, um pedaço cinza um pouco claro, adiante outro um pouco mais escuro, podem ser sinal de alguma cremação.

Eu conheceria depois a Serra da Lua, estudada por ele.

Técnicos arqueólogos

Osias da Silva Ribeiro, 57 anos, é natural de Monte Alegre e trabalha há 17 anos com Anna Roosevelt (desde 1992). Começou escavando na Caverna da Pedra Pintada:

– Trabalhei na região do Curupité, trabalhei na Taperinha, na região do Ituqui. Depois disso, nós temos continuado a trabalhar aqui em Santarém.

O Ituqui é o nome do pequeno rio perto do qual se localiza o sambaqui da Taperinha. Já o sítio Curupité, no rio Curuá, fica no médio curso da Bacia do Xingu. É onde garimpeiros encontraram, em 1986, um arpão inteiro e uma ponta com pedúnculo. Além de mapear a topografia com um teodolito a laser, a equipe de Anna Roosevelt utilizou equipamento de mergulho para a prospecção do rio e suas margens. No artigo assinado também por Marcio, além de outros arqueólogos e técnicos, ela considera que os vestígios sugerem uma ocupação pré-cerâmica de caçadores e

coletores, possivelmente relacionados aos do período final do Pleistoceno, encontrados na Pedra Pintada.[18] Em 2015, Anna me comentou por email que pretendia voltar a trabalhar nesse sítio, com arqueologia subaquática.

Osias afirma com segurança:

– Essa área daqui já é a plataforma de terra, do solo que era antigo. Isso que estamos tirando, acredito que seja entulho que colocaram em cima.

Ao lado de Osias, José Augusto Maciel Moreira tem só 31 anos e é novato na escavação. Mas é firme ao explicar que está limpando a trincheira, onde estão chegando ao piso.

Anna Roosevelt explica a riqueza de uma área mais próxima da água, a tal que ela se recusa a escavar agora, a toque de caixa:

– Essa área aqui é a que eu gostaria de preservar, porque tem árvores de mais de cem anos [seringueiras, com marcas de extração no tronco], então não passaram o trator aqui. Estamos em cima da ocupação moderna, a antiga está abaixo. Por isso eu quero preservar a parte do sítio com floresta, onde os vestígios não foram destruídos. Santarém praticamente já não tem floresta indígena além dessa que você está vendo.

E voltando-se para o técnico Marcio Amaral, escavando:

– Já tem um metro isso aí? – pergunta.

– Tem 90 centímetros – responde ele. – Não alcançamos a base não, é dois metros como lá.

Eu reencontraria Marcio em 2014, em Macapá, na reunião da SAB Norte, quando me contou ter adorado meu livro sobre o Piauí, e que agora está estudando Arqueologia na UFOPA. Quando o conheci, em 2009, ele já trabalhava há dez anos com Anna Roosevelt. Até então, ele só vendia frutas e legumes no atacado, mas sempre gostou de arqueologia e até fez sua



Osias Ribeiro tem 57 anos e escavou na Caverna Pintada e na Taperinha com Anna Roosevelt.

18 ROOSEVELT, A.C.; DOUGLAS, John E.; AMARAL, Anderson Marcio; SILVEIRA, Maura I.; BARBOSA, Carlos P.; BARRETO, Mauro; SILVA, Wanderley Souza; BROWN, Linda J. "Early Hunter in the Terra Firme Rainforest: Stemmed Projectile Points from the Curuá Goldmines". *Amazônica, Revista de Antropologia*. Vol. 1, nº. 2, setembro de 2009.


Marcio Amaral já era um técnico experiente, graças ao trabalho de anos com Anna Roosevelt e Denise Schaan, quando se tornou estudante de Arqueologia em Santarém.

pequena coleção de fragmentos, que estava pensando em doar para a Universidade. Nesse meio-tempo, Marcio também trabalhou com Denise Schaan, no salvamento nas áreas da BR-163 e 230 (Transamazônica), e com Denise Gomes, na região do Parauá, onde encontraram cerâmica borda incisa, a parauara. É com orgulho que comentou, àquela altura:

– O curso na UFOPA só começou há quatro anos [foi em 2011], e vários alunos já vieram aqui [no encontro da SAB Norte, em Macapá] apresentar trabalhos. Vale salientar o esforço desse grupo de pesquisadores, o professor Claide, a professora Anne, o professor Raoni, que tem contribuído para o desenvolvimento da pesquisa aqui na região.

Outras culturas em Santarém

Anna vai caminhando e conversando:

– Isso aqui é o chão e ao mesmo tempo é o começo de uma ocupação – diz ela.

– A senhora tem que imaginar que, antes, isso aqui era plano – vai me mostrando Marcio. – Aqui seria o topo da camada... talvez tenha sido removida alguma coisa aqui, com os tratores. Porque os sítios vêm ao contrário, aqui seria o topo da ocupação.

Anna se agacha, para observar o material encontrado:

– Esse não me parece Santarém, parece Tapajós – comenta com o técnico.

Ela me explica a diferença, depois de reclamar que a Companhia Docas do Pará tem a culpa por ter retirado quase toda a camada com os restos históricos, do tempo da exploração da borracha. Lembremos que foi por Santarém que passaram as famosas mudas de seringueira contrabandeadas pelos ingleses. Desse tempo, a equipe encontrou ferramentas de ferro e cerâmica cabocla.

– A cultura Santarém começa em torno de 1.200 e vai até 1.500 AD, nem um ano a mais! – ressalta. – Os “tapajotos” são os que vêm depois, na

época da conquista, do século XVI até meados do século XVII. Já a Tapajós pode-se dizer do tempo de Cristo até o ano 1000, é muito semelhante à cultura do norte da América do Sul. Acho que é de quando encontramos aquela concha marinha, muito bonita.

É com ar de quem entende do assunto que Marcio me explica:

– As peças são da área Santarém. Só que aqui dentro da área Santarém tem um universo de cerâmica muito complexo, com muitos estilos, talvez influência de outras áreas. Aqui parece haver uma conexão entre culturas.

Na tese de mestrado de Vera Guapindaia sobre os Tapajó na coleção Frederico Barata do Museu Goeldi[19], ela reconstitui os relatos históricos sobre esses índios, registrando as diferentes designações, como "Tapajosos", por Frei Cristóbal de Acuña, ou "Estrapajosos", pelo padre Rojas, ambos da expedição de Pedro Teixeira, de 1639.

A Influência Santarém e a Influência Konduri

Quando Curt Nimuendaju identificou 65 sítios arqueológicos entre Santarém e Alter do Chão, às margens do Tapajós, entre 1923 e 1926, consagrou-se a ideia de uma grande cultura Tapajônica. Mas o próprio Nimuendaju, citado por Helen Palmatary (1960)[20], comentou que, embora a cerâmica do bairro da Aldeia, em Santarém, fosse toda do estilo Tapajó, em áreas de Santarém e arredores eram encontrados diferentes estilos, como em Parauá, a oeste de Santarém, no rio Arapiuns (afluente do Tapajós a noroeste de Santarém) e em Montenegro, vizinho a Santarém.

Denise Gomes, que fez uma análise detalhada da coleção tapajônica do MAE-USP[21] – e que depois escavaria em Parauá, no baixo Tapajós[22] – prefere se referir a estilos cerâmicos, como Santarém, Konduri e Globular. E adotou a expressão de Influência Santarém e Influência Konduri para os exemplares que possuem semelhanças quanto à forma e aos motivos decorativos dessas cerâmicas, mas que diferem na execução e nos padrões

19 GUAPINDAIA, Vera L. C. Fontes Históricas e Arqueológicas sobre os Tapajó de Santarém: a Coleção Frederico Barata do Museu Paraense Emílio Goeldi. Tese de Mestrado orientada por Gabriela Martín. Recife: UFPE, 1993.

20 PALMATARY, Helen C. "The Archaeology of the Lower Tapajos Valley: Brasil". *Transactions of the American Philosophical Society.* New Series, 50, 1960.

21 GOMES, Denise M. C. *Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

22 GOMES, Denise M. C. A Amazônia antes da Complexidade Social: Um Estudo de Comunidades Pré-Coloniais no Baixo Tapajós. http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/5-2y5-3/gomes.pdf

tecnológicos. Certamente o estilo Santarém-Aldeia estava sendo copiado por outras comunidades do Baixo Amazonas, acredita. A solução encontrada por ela foi se referir genericamente à tradição Inciso e Ponteada.

Em outro momento, a autora lembra a semelhança entre a cerâmica Santarém e a Konduri, já observadas por Peter Paul Hilbert (1955)[23] como "produto de relações culturais, ao lado das informações etno-históricas sobre a existência de um mesmo tipo de governo e rituais entre os Tapajó e os Konduri". Mas ela conclui que "não é possível estabelecer os processos de mudança envolvidos somente a partir do estudo da cerâmica, sem considerar o contexto arqueológico".

Horizonte Inciso e Ponteado de Meggers e Evans

Meggers e Evans inseriam a cerâmica Santarém no horizonte-estilo Inciso e Ponteado. Sua distribuição ocorria ao longo do Orinoco (Arauquín), do Amazonas (Konduri, Itacoatiara e Santarém), Guiana Inglesa (Mabaruma) e no Amapá (Mazagão). Eles acreditavam que a Santarém seria proto-histórica. A Arauquín estava datada entre 1000 e 1500 AD. Nesse período teria ocorrido uma "expansão Arauquinoide", tanto em direção às Antilhas como à bacia Amazônica.

Na entrevista que fiz com Betty Meggers, em 2011, ela mencionou a influência das terras altas da Colômbia, que teria se espalhado pelo Orinoco e penetrado na bacia amazônica. No caso, ela estava se referindo à cerâmica encontrada por Roosevelt na Taperinha, que para ela não poderia ser tão antiga. Roosevelt, por sua vez, em 2009, tinha me falado das datações mais antigas abandonadas por Meggers e de que ela, Roosevelt, comprovou a existência. No estudo do acervo do Museum of the American Indian, Roosevelt tinha encontrado cerâmica arcaica datada em até 6 mil anos, disse-me ela. "Foi a partir daí que consegui dinheiro do governo para ir aos sambaquis, estudar essa cerâmica que datei".

Em 1983[24], como cita Denise Gomes, Meggers e Evans destacaram, entre os complexos cerâmicos, os que partilhavam de traços diagnósticos de Santarém, que seriam: a fase Mazagão, na foz do Amazonas; a fase Cacarapi, no Médio Xingu; as séries Arauquinoide, no Médio Orinoco; a

---

23 HILBERT, Peter Paul. A Cerâmica Arqueológica da Região de Oriximiná. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*. Belém, págs. 1-76, 1955.

24 MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. "Lowland South America and Antilles" in JENNINGS, Jesse (Ed.). *Ancient South Americans*. San Francisco: W. H. Freeman, págs. 287-335, 1983.

fase Barrancoide pós-clássica, do Baixo Orinoco; a fase Mabaruma tardia, do noroeste da Guiana; e as séries Chicoides, das Grandes Antilhas; além de sítios no Médio Tapajós, no Alto Madeira e no Baixo Negro. A origem do estilo Santarém, segundo Denise, estaria sendo explicada por eles como fruto de uma migração da Venezuela, possivelmente associada a mudanças climáticas que teriam reduzido os recursos alimentares. As variações estilísticas seriam por conta de um processo de aculturação, migração e comércio.

Floresta dos paleoíndios era mais úmida

Enquanto trabalha dentro de uma unidade de um metro quadrado, que está com quase um metro de profundidade, Anna Roosevelt vai me explicando que a floresta amazônica, a *rain forest*, já foi bem mais úmida:

– A floresta teve muito mais chuva na época dos paleoíndios – diz ela. – Hoje está muito mais quente na área dos trópicos, até porque se derrubou muita mata. Está mais quente e com menos chuva. Não havia savanas.

E Roosevelt revela um importante dado:

– Não encontramos pólen de gramíneas nos vestígios botânicos da Caverna da Pedra Pintada. E também os padrões de carvão estável [isótopos] mostram o fechamento, o nível da *canopy*[25], a copa das árvores. O canopi pode ser fechado ou aberto, o que varia o nível de energia química, responsável pela saúde da floresta – explica, referindo-se a preciosos dados de campo. – Os padrões da floresta dos paleoíndios são indicativos de uma floresta muito mais fechada que a de hoje.

Na escavação em Santarém, Roosevelt descobriu que o carvão datado tinha padrões que indicavam a degradação da floresta no entorno da grande aldeia. Também foi detectado que a madeira da época era de baixa densidade, indício de que as árvores usadas para lenha eram jovens.



Em sua última temporada no Porto de Santarém, em 2009, Roosevelt explica seu interesse pelos paleoíndios.

25 *Canopy* é **canopi**, termo de origem inglesa para a cobertura de pano suspensa sobre uma cama, como um mosquiteiro. Também é a parte do paraquedas que é inflada, segundo o Houaiss. No caso, é o nível mais alto da vegetação, o da copa das árvores.

Pergunto que período exatamente seria o dos paleoíndios:

– Entre 11.000 e 8.000 AP, mais ou menos, mas a cultura continua muito semelhante até 7.000 AP. Os arqueólogos dividem em Paleoíndio e Arcaico, ainda que seja uma cultura muito integrada. No caso daqui, é quando surgiu a cerâmica [na Taperinha]. Muito poucas regiões do mundo tinham cerâmica nessa época, mas começou [no Oriente] há uns 12 mil anos, um pouquinho antes, talvez.

Em 1995, Anna Roosevelt tinha afirmado: "Na Amazônia (...), a cerâmica começou pelo menos 1.500 anos mais cedo do que em qualquer outro lugar do hemisfério".

Na cronologia da América Central, considera-se o período Paleoíndio o dos ocupantes mais remotos, que na visão clovista[26] não ultrapassa 12 mil anos atrás, também chamado de Lítico. Seguiria o Arcaico, de cerca de 8.000 AC até 2.000 AC, dos grupos caçadores-coletores pré-cerâmicos. Em seguida viria o período Pré-Clássico ou Formativo, do século XX AC ao século III DC, quando se consolidaram as cidades-estado dos olmecas[27]. Do século III ao século X foi o auge das cidades maias, como Tikal, Palenque e Copán, notoriamente sociedades complexas.

O processualismo de Roosevelt

Segundo Denise Gomes, no trabalho de Roosevelt de 1980[28], é possível reconhecer a marca do processualismo "no esquema hipotético-dedutivo, ao lado de um corpo de explicações de caráter multivariado. Tais explicações são encabeçadas pela mudança do tipo de sistema de subsistência, sendo o crescimento populacional visto como uma variável positiva para a intensificação da produção agrícola".

Já em 1991, Anna Roosevelt se referiu ao padrão dos grupos indígenas atuais – de baixa densidade populacional e assentamen-

26 Os clovistas acreditam que os primeiros ocupantes das Américas datam de 11.400 anos atrás, época das pontas de projétil encontradas na região de Clóvis, no Novo México, ainda nos anos 1930. Qualquer achado mais antigo, como já existem dezenas, eles simplesmente desconsideram como não sérios.

27 A civilização olmeca se desenvolveu onde hoje é a província de Veracruz, na costa atlântica do México, considerada por muitos como a civilização-mãe das que a sucederam. Floresceu entre 1.500 e 400 AC, segundo alguns autores. Os traços negroides dos enormes totens de pedra inspiraram os que acreditam num possível contato com migrantes africanos.

28 ROOSEVELT, A. C. *Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York, EUA: Academic Press, 1980.

tos temporários – não pela restrição ambiental, mas pela combinação de dados etno-históricos, arqueológicos, arqueológico-físicos e paleontológicos, que levam a uma sequência cultural de ocupação na Amazônia.

Esta sequência começa com a ocupação paleoindígena, de 11.200 AP, de coletores, caçadores e pescadores. Em seguida estabeleceram-se em áreas produtivas, ao longo do Amazonas, as culturas de pescadores e coletores de moluscos durante o Holoceno – 7.500 a 4.000 AP – que começam a fabricar cerâmica, são os sambaquieiros. O próximo estágio seria o de horticultores de raízes – a mandioca, sobretudo – com uma ocupação estável, entre 4.000 e 3.000 AP. Sua cerâmica tem decoração incisa, apêndices zoomorfos modelados, algumas vezes com pintura geométrica vermelha e branca. Só então, teriam tido início as culturas dos construtores de tesos (*mounds*), por volta de 1000 AC, "sucedidas por sociedades complexas e hierarquizadas, associadas aos horizontes Policrômico e Inciso e Ponteado, desarticuladas pela conquista", segundo Gomes, citando vários artigos de Roosevelt, de 1991 a 1996.

II – MONTE ALEGRE E TAPERINHA

A cerâmica mais antiga da Amazônia

Em 1870, o geólogo Charles F. Hartt identificou e escavou o sambaqui da Taperinha, que fica na fazenda de mesmo nome, no município de Santarém, onde o rio Ituqui desemboca num braço do Amazonas. Segundo Anna Roosevelt, é próximo de Santarém, fica a duas horas de carro, no verão, e de 4 a 6 horas de barco, rio abaixo. Foi um relatório de Hartt que chamou a atenção dela para a Taperinha: como geólogo, ele teve certeza da antiguidade dos depósitos de conchas do sambaqui e, por analogia, dos fragmentos de cerâmica que encontrou. Hartt tinha coletado material para vários museus norte-americanos e fez seu doutorado em Harvard.

– Então eu fui lá e datei – diz ela, com simplicidade. – Um pouco mais abaixo [do que escavou Hartt, que ela tinha datado em 6.000 anos no fragmento do museu], tínhamos datações de 7.000 anos. Depois tive oportunidade de escavar os pré-cerâmicos lá em Monte Alegre [Caverna da Pedra Pintada] e encontramos quase toda a sequência de ocupação. Não existia ocupação histórica, entre agora e as camadas holocênicas. Mas havia da pré-história tardia, entre ela e o arcaico, tinha uma série de camadas abai-

xo do arcaico, tinha estearia[29] [imagino que voltou a falar da Taperinha]. Continuamos até aparecer pré-cerâmico pretinho, totalmente diferente.

Fizeram 57 datações, mais que em qualquer outro sítio, garante Anna. Começou da sequência de paleoíndio e tinha cinco épocas, desde há 11 mil anos. As estearias estavam em 2.500 AP.

– E ela apagou dez mil anos! – comenta Roosevelt, referindo-se a Meggers. – Quando cheguei ao nível estéril me senti mal, mas continuamos até a pedra. Esgotamos, muito bom.

Em 1987, quando Anna Roosevelt escavou na Taperinha, ela utilizou mais uma vez a prospecção geofísica, como já fizera em Marajó. Encontrou seis metros de depósito, apesar da destruição parcial do sambaqui para a extração de calcário, matéria-prima da indústria de cal. Lembrei-me de Niède Guidon no Piauí, que se colocou fisicamente diante das máquinas para proteger o sítio rupestre da Bastiana, onde obteve datações de 32.000 AP!

Segundo publicou em 1991, Anna identificou 48 estratos com grande quantidade de cascas de moluscos de água doce, carvão, ossos de animais, líticos e fragmentos de cerâmica. As datações foram feitas por radiocarbono AMS[30] e termoluminescência (útil para datar os minerais). No nível 12, 18 fragmentos foram datados entre 7.600 e 7.335 AP, revelando-se os mais antigos que se conhecem da Amazônia.

A cerâmica parece ter sido incipiente naquela época, pois o número de fragmentos encontrados não foi grande, 383 em diversas camadas, nas três escavações. Consistia em vasilhas de forma simples, toscas, utilitárias, a maioria sem decoração ou apenas com incisões, tendo areia como tempero. Entre os líticos, havia percutores, lascas, moedores e pedras para cozinhar (apoio de panelas). Havia também raspadores de cascas de molusco e de casco de tartaruga, além de vestígios de peixes.

Sambaquis na Amazônia

Em 2005, Maura Imázio da Silveira e Denise Pahl Schaan publicaram os primeiros resultados do projeto "Sambaquis do Pará"[31], que investigou como

---

29 **Estearia**, como já mencionamos sobre o trabalho de Deusdédith Leite Filho, no Maranhão, é o conjunto de esteios ou estacas, resquício de palafitas arcaicas.

30 AMS é *Accelerator Mass Spectrometry*. O método de datação por Radiocarbono AMS significa espectrometria por aceleração de massa dos radioisótopos de carbono, útil para datação de material orgânico.

31 SILVEIRA, Maura Imázio; SCHAAN, Denise Pahl. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*, v. 18, págs. 67-79. Belém: SAB, 2005.

as ocupações humanas entre 7000 e 4000 anos AP se adaptaram aos ecossistemas marítimo e estuarino, no litoral do Pará. Seria o assunto da tese de doutorado de Maura, que participou das escavações na Taperinha, ao lado de Anna Roosevelt. Mas ela explica, na apresentação da tese, que não conseguiu mais verba e precisou trocar o tema para os sambaquis fluminenses, com o apoio de Lina Kneip, continuando sob a orientação de Silvia Maranca[32].



Tiago Hermenegildo (o Peixe) e Francisco Pugliese são da equipe montada por Eduardo Neves para escavar no sambaqui de Monte Castelo/RO. Na foto cedida por ele, o Peixe tem seus longos "dreads" protegidos por um pano.

Os sambaquis do Salgado, no litoral paraense, já tinham sido identificados em 1968 por Mário Simões, Conceição Corrêa, Daniel Lopes e Ana Lúcia Machado, todos do Museu Emílio Goeldi. Até 1978, tinham sido descobertos 62 sítios, mas só em 1980 Simões escavou dois deles. Eram conhecidos também sambaquis na região de Barcarena e na ilha de Marajó. Os sambaquis do Baixo Amazonas, estudados durante o PRONAPABA, foram classificados na Tradição Mina, que inclui as fases Castália, Mina, Macapá e Uruá.

Maura e Denise constataram a existência de sambaquis submersos na região do Salgado, o que reforça a explicação de aumento do nível do mar para o fato de não se encontrar esse tipo de formação com mais de 5.500 anos. Seria necessária uma investigação utilizando as técnicas da Arqueologia Subaquática, que tem se desenvolvido recentemente.

De um modo geral, foram encontrados sambaquis no Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, Baixo Xingu, Ilha de Marajó e litoral nordeste do Pará, a Zona do Salgado. Eles ocorrem na margem dos rios, furos, no interior de baías, nas ilhas, cercados de manguezais e apicuns (lodaçal). Segundo Conceição Corrêa e Ana Machado, no estudo feito pelo Museu Goeldi, eles datam de 7.000 a 1.500 AP e têm uma homogeneidade na composição, revelando serem de grupos pescadores-coletores-caçadores.

32 SILVEIRA, Maura Imázio. "Você é o que você come: Aspectos da subsistência no Sambaqui do Moa – Saquarema, Rio de Janeiro." Tese de doutorado, orientada por Silvia Maranca. São Paulo: MAE-USP, 2001.

O SAMBAQUI DE MONTE CASTELO, EM RONDÔNIA

O sambaqui fluvial mais interiorano da Amazônia é o Monte Castelo, no rio Guaporé, em Rondônia, encontrado por Eurico Miller nos anos 1980. Naquela época, Miller não pôde prosseguir a escavação por causa de uma malária.

Desde 2012, Eduardo Neves retomou essa escavação, graças a um financiamento da National Geographic Society. Entre os dados preliminares, foi datada cerâmica com 4.000 anos, como me comentou Neves pessoalmente. Na equipe, estavam Francisco Pugliesi, Carlos Augusto Zimpel, Gabriela Carneiro, Mirtle Shock, Tiago Hermenegildo, o Peixe, e Carlos Augusto da Silva, o Tijolo.

– É muito bom uma escavação com 60, 70 pessoas, como foi no PAC [Projeto Amazônia Central]. Mas, do ponto de vista logístico, é um pesadelo. Agora em Monte Castelo, somos uma equipe pequena, só de gente super-experiente, então é muito tranquilo, cada um sabe o que tem que fazer. E o lugar é incrível, nunca vi tanto bicho na Amazônia – conta Edu, mencionando também os búfalos, introduzidos há décadas, que hoje voltaram a ser selvagens.

Eles tiveram que relocalizar o sítio identificado por Eurico Miller, que fica hoje numa reserva biológica, na região conhecida como Pantanal do Guaporé, 200 km acima de Fernando Marques, subindo pelo rio.

– É no coração da América do Sul – encanta-se Eduardo Neves. – Tem uma sequência de ocupação em todo o Holoceno, importante para entendermos as mudanças climáticas que ocorreram.

No levantamento que fizeram no Pará, Maura e Denise identificaram dois sambaquis em Cachoeira do Arari, na ilha de Marajó, município que eu visitei. Um deles, o PA-JO-68: Fazenda São José, fica em frente à cidade, mas está desfigurado pela construção de uma barragem no igarapé que lhe dá o nome, afluente do rio Arari. Elas mencionam o sambaqui descoberto por Fernando Marques durante pesquisa sobre os engenhos movidos a maré, no Engenho São Pedro, na ilha de Trambioca, já perturbado pela ocupação colonial. Como em todos os outros, os vestígios cerâmicos mais antigos continham antiplástico de conchas moídas.

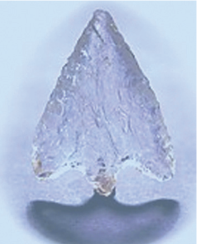
No congresso da SAB em Belém, em 2009, Arkley Marques Bandeira apresentou o resultado do seu estudo para a tese de mestrado que defende-

ra no ano anterior, no MAE-USP[33], sobre o sambaqui do Bacanga, na ilha de São Luís do Maranhão. Em meio a uma briga para não acabarem com o sambaqui, Arkley conseguiu datar uma ocupação de longa duração. A mais antiga, entre 6.600 e 5.500 AP, era pré-ceramista e sem acúmulo de alimentos. A partir de então, até 900 AP, ele identificou um grupo de pescadores--coletores-caçadores, com uma dieta variada que incluía vegetais.

Dados mais recentes dão conta da ocorrência de sambaquis em praticamente todo o litoral brasileiro, ainda que quase nada se conheça no trecho nordestino, possivelmente pela ocupação colonial mais intensa. Eles são conhecidos do Amapá ao Maranhão, recentemente havendo menção ao Piauí (ilha da Tutoia), Rio Grande do Norte e Alagoas. Mais ao Sul, há registro em Sergipe e na Bahia. Os do Rio de Janeiro são estudados há décadas. Os mais conhecidos são os do litoral sul do Brasil, particularmente em Santa Catarina, onde atingem muitos metros de altura. No Sul e no Sudeste eles foram datados entre 8.000 e 2.000 AP, tendo a maioria entre 5.000 e 3.000 AP. A diferença essencial é que, no Sul, não é encontrada cerâmica. Maura Imázio acredita que as esculturas em pedra e osso lá encontrados sejam marcadores de identidade social, como a cerâmica encontrada nos sambaquis amazônicos.

A lasca de sílex e a ponta de cristal

Anna Roosevelt tem uma "pessoa-talismã", digamos assim. Maria José é seu nome: ela estava ao lado de Anna em todas as grandes descobertas, revelam os outros técnicos. Anna me contou a emoção desses momentos:



Roosevelt conta como encontrou essa rara ponta de flecha de cristal, com 10.500 anos.

– A pessoa quer desistir, se não encontra o que está procurando. Eu já estava com a mente partindo para outros sítios, pensando: "OK, eu vou para um abrigo qualquer". Nisso, num intervalo de quinze minutos, a terra do subsolo mudou de uma cor laranja a preto, e uma coisinha saltou na minha cara, era uma lasca de sílex! Era o grande momento!

Anna escavaria mais duas temporadas, 1991 e 1992, até viver outra situação, de encantamento ainda

33 BANDEIRA, Arkley Marques. "Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga, na ilha de São Luís, Maranhão." Tese de mestrado, orientada por Marcia Angelina Alves. São Paulo: MAE-USP, 2008.

maior. Ela me pergunta se eu conheço a ponta de cristal do Museu Goeldi, para então contar:

– Era o último dia da temporada, estávamos com o jornalista que cobre Arqueologia para o New York Times, ele também iria embora. Pois estávamos Maura e eu limpando a escavação, limpando, quando apareceu uma coisa brilhante como luz. Era uma ponta de cristal, parecida com a que está no Goeldi. Ela foi datada em 10.500 anos!

O que comiam

Anna fala com entusiasmo que conseguiu completar a sequência de caçadores e coletores tropicais, que comiam peixes, tartarugas, animais pequenos, muitas frutas e legumes, usavam jutaí, muruci, tucumã. E no formativo, como ela diz, referindo-se aos horticultores que plantavam mandioca, consumiam os cultivos e também peixes e frutas.

Ela chega ao ponto polêmico, da base alimentar dos marajoaras dos tesos:

– Na cultura marajoara, realmente a comida não é bem entendida. Mas eu acho que era parecida com a dos índios de hoje, tinha muito uso de frutas especiais para cerimônias, muito açaí, muito, muito açaí e taperebá. Realmente são árvores cerimoniais.

Nisso Denise Schaan concorda, o açaí até hoje é uma importante fonte de proteína vegetal em toda a Amazônia. Aliás, entrou na moda no resto do mundo. E do tronco do taperebá, de cujo fruto se faz um suco e um sorvete maravilhosos, é de onde se originou a mulher, acreditavam os Tapajó, segundo me contou Taiane.

E quanto a Santarém:

– Em Santarém acho que tinha muita mandioca, encontramos milhões de dentes de ralador. Também encontramos frutas. Acho que tinha muitas variedades de milho e peixes pequenos. A comida de todos os dias era muito peixe pequeno. Só nas festas tinha peixes maiores, assim mesmo não muito maiores, como o tucunaré. Também a paca, para cerimônias. No dia a dia era mesmo peixe pequeno, mais comum.

Maria José, a sortuda, esclarece:

– A gente encontrou aqui espora de tamoatá, um peixinho pequeno, tipo acari, mas bem pequeno – fala com a autoridade de uma ribeirinha experiente. A chefe concorda.

Comento com Maria José que as amostras enroladinhas e etiquetadas parecem bombons, arrumadinhos.

"SEI QUE ABACATE NÃO É PARA VITAMINA"

A arqueobotânica Mirtle Shock – mais uma professora que foi do Amazonas, onde deu aula na UFAM, para a UFOPA, em Santarém – em sua palestra na reunião da SAB Norte em 2013, falou de um mundo de possibilidades de cultivo e consumo de espécies, "saindo da discussão milho e mandioca". Ela citou o exemplo de Nigel Smith, que fala de comidas só consumidas pelas crianças: esse lixo será diferente do produzido pelo grupo de adultos.

Mirtle trabalha com o carvão das sementes, que só pode ser identificado se foi queimado em baixa temperatura. No caso da mandioca, seu vestígio, cru, é encontrado nos dentes do ralo ou nas vasilhas em que se preparou o caxiri, pelos grãos de amido, que desaparecem com o cozimento. Com estudos no Guaporé, Médio Rio Negro, Santarém e Tefé, Mirtle destacou a importância de se observar como as pessoas manipulavam ou modificavam o alimento e a forma de obtê-lo. Por exemplo, quanto ao milho – que ela encontrou no Guaporé e em Tefé – precisamos guardar as sementes para plantar de novo. Posso acrescentar a mandioca: enterram-se pedaços do caule da maniva, assim que se colhe a raiz, para ter um novo pé.

Mas certas plantas muito usadas não são domesticadas, elas não precisam do homem para se reproduzir, como as várias espécies de palmeiras. Para exemplificar os diferentes usos de um alimento, ela, uma norte-americana, faz uma piada com o hábito brasileiro de comer abacate com açúcar e, não, na salada ou no sanduíche, como nos demais países. O engraçado é que ninguém pareceu entender que ela estava fazendo humor. Um bom exemplo de referência cultural.

Trilha da Pedra Pintada

A estrada, a enxurrada levou. Paramos o velho Jeep Bandeirantes, depois de rodar um pouco mais de uma hora, por uma estrada de terra bem arenosa, e seguimos a pé. Estamos a caminho da Pedra Pintada, o sítio onde se encontrou a cerâmica mais antiga das Américas.

Meu guia é Nelsi Sadeck, engenheiro da Secretaria de Transportes, que me foi indicado por Anna Roosevelt. Ao volante do Jeep, está Alôncio



Nelsi Sadeck me levou à Caverna Pintada e aos outros sítios rupestres de Monte Alegre.

Tavares, que nos acompanha na subida a pé, "muito amigo de Edithe Pereira", garante ele. Quem chegou para pesquisar em Monte Alegre nos últimos vinte anos, parece que obrigatoriamente passou pelos dois. Foi o caso dos técnicos que, ainda no tempo dos militares, vieram pesquisar a fonte natural radioativa, causa de uma alta incidência de câncer na região, segundo Nelsi – "mas que as estatísticas não acusam porque as pessoas vão se tratar em Belém e morrem em casa". Ou o caso do jornalista espanhol, convencido de que as pinturas representavam discos voadores. E finalmente os arqueólogos, atrás do contexto de tantas pinturas rupestres e, depois de Anna Roosevelt, dos vestígios que, agora se sabe, são dos paleoíndios.

Mas há muitos anos Monte Alegre atrai forasteiros. Por aqui passou o naturalista inglês Alfred Wallace, em 1848, talvez o responsável pela fama precoce do lugar, apesar de ter perdido grande parte dos registros num naufrágio. Em 1865, foi a vez de Charles Hartt, que copiou os desenhos rupestres da Serra do Ererê e lá voltou outras vezes. Em 1881 esteve o brasileiro Barbosa Rodrigues que, além das pinturas e gravuras, se interessou pela lenda do Paituna, que acabou nome de ópera, como contou Nelsi. Em 1924, veio Curt Nimuendaju, incansável estudioso das coisas amazônicas, que fez registros tão precisos de suas pesquisas que são a referência para estudos atualmente em andamento, como ainda veremos. Ainda apareceram Friedrich Katzer, em 1933, geólogo alemão que classificou o curioso relevo, insólito na Amazônia, como de afloramento de rochas terciárias, ou o naturalista Manfred Rauschert que, em 1954, também visitou as serras da Lua e do Sol e delas deixou registros.

Chegar em Monte Alegre saindo de Santarém é fácil. Peguei o barco "Príncipe do Amazonas", com minha rede já preparada, e em cinco horas percorremos os 130 km Amazonas abaixo. Monte Alegre fica na margem esquerda, num ponto em que o rio se espraia e tem vários braços.

Edithe Pereira é uma freqüentadora assídua de Monte Alegre. Além do levantamento sistemático da arte rupestre da Amazônia há quase 30 anos, especialmente em Monte Alegre ela abraçou projetos que buscam inspirar políticas públicas de gestão patrimonial e conservação, com a


A figura humana na horizontal inspirou os arqueólogos a buscarem algum enterramento sob essa pedra, em 2014.

participação das comunidades, como já mencionei. Ela registrou 14 diferentes sítios rupestres na região. Seu livro "A Arte Rupestre de Monte Alegre – Pará – Amazônia – Brasil" foi o vencedor do edital do Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico, lançado pela SAB e pelo IPHAN, com patrocínio da Petrobras, como lembra o então presidente da SAB, Gilson Rambelli, um pioneiro da Arqueologia Subaquática no Brasil, da Universidade Federal de Sergipe.

Em 2014, ela coordenou uma etapa de escavações para contextualizar as pinturas, de que participaram Cristiana Barreto e Claide Moraes, como Miguel Viveiros de Castro registrou no documentário que acompanha esse livro, *Mundurukânia*, *Na Beira da História*. Quando ele chegou em Monte Alegre, a equipe decidira escavar justamente na Caverna da Pedra Pintada, sob alguma pintura com figura humana na horizontal, para ver se seria indicativo de sepultamento. Estava um clima de emoção, por retomarem o mais antigo sítio amazônico conhecido, escavado por Anna Roosevelt em 1991 e 1992.

– Ela trabalha o dia todo fazendo anotações, desenha e fotografa – contou Alôncio, que não tem lembrança de comentários de Edithe Pereira sobre o significado das pinturas, só que eram muito bonitas e antigas.

Nelsi fala dos monte-alegrenses que passaram a integrar a equipe de Anna Roosevelt, como Maria José, Osias, Maria Isabel e outra figura de quem ouvi falar, o seu Lázaro. Segundo Nelsi, ela chama a todos de "meus cientistas locais", de quem ela coloca o nome nos trabalhos publicados.

– Aqui é justamente a parte oeste da Serra do Ererê – explica meu guia. – Aquele paredão lá é a Serra da Lua. Você está vendo aquelas partes brancas lá? Ali tem pintura, nós vamos até lá.

O Sol e a Lua

Depois de subir uns 150 metros, estamos diante de um paredão todo pintado, com a figura mais intrigante, a meu ver, aquela que parece um ET de cabeça para baixo. Nelsi me conta que não sou a primeira a dar



Os círculos representariam os astros durante eclipses do Sol e da Lua.

essa interpretação. O próprio Spielberg aqui esteve e copiou num papel o nosso ET da pedra! Um pouco abaixo, círculos coloridos em diferentes posições, algumas pinturas já desgastadas pelo tempo, sobretudo as da parte inferior do paredão. Para o arqueoastrônomo Christopher Davis[34], talvez estejamos diante do registro de dois momentos de um eclipse solar. O halo com os raios seria o Sol. Os círculos concêntricos marcariam a posição dos solstícios de verão e de inverno. O vermelho e o amarelo representam as cores reais que vemos no sol brilhante.

Já Hartt havia registrado, em 1871, que "a mais importante entre elas [as pinturas] parece representar o sol, a lua e as estrelas", como citou Chris Davis. Hartt foi além: para ele, a localização das pinturas, no alto da Serra do Ererê, parecia revelar que, para os seus realizadores, ali seria um local sagrado, certamente usado em rituais. No artigo em que explica sua pesquisa de doutorado na University of Illinois, em Chicago, Chris calculou três possíveis datas para o eclipse que ali estaria registrado: 16 de fevereiro de 5.631 AC, 30 de dezembro de 6.930 AC, ambos com 90% de eclipse, e 27 de janeiro de 10.500 AC, que foi um eclipse parcial, de apenas 30% do sol.

34 DAVIS, Christopher. "Archaeoastronomy at Monte Alegre, PA: a Research Problem and Research Strategy". *Amazônica Revista de Antropologia,* vol. 1, n. 2. Belém: UFPA, setembro de 2009.

Pinturas paleoíndias

Desde 1991, Anna Roosevelt direcionou para Monte Alegre sua pesquisa quanto à sequência do Paleoíndio e do Arcaico antigo, como ela chama, na Amazônia, destacando que, até então, não se haviam encontrado sítios desses períodos na área de várzea da região. Uma das razões da escolha de Monte Alegre foi justamente a existência das pinturas, das quais ela considerava haver "similaridades formais estilísticas e funcionais com pinturas do Paleolítico Inferior em outras partes do mundo".[35]

Nesse relatório, Anna conta que o primeiro contato que teve com as pinturas em si foi através de fotos coloridas tiradas por Maura. Até então, nenhuma das pontas líticas bifaciais encontradas na área Santarém-Monte Alegre havia sido datada ou contextualizada numa escavação estratigráfica. Após os primeiros resultados das escavações na Caverna da Pedra Pintada, Roosevelt sugere que "um ativo período de pintura pode ter ocorrido no período Paleoíndio". Ela concluiu que as pinturas teriam sido feitas ao longo de 1.400 anos, a partir da análise das pinturas superpostas e dos pingos encontrados no substrato.

Roosevelt destaca que os achados comprovaram o que a literatura e os museus indicavam, com o achado de artefatos, espécimes biológicos e datações radiocarbônicas para os quatro estágios do desenvolvimento cultural humano, quais sejam, Paleoíndio, Arcaico, Formativo e Chefia.

Esse primeiro painel a que chegamos, é descrito por Roosevelt como tendo grandes pinturas em tonalidades de vermelho e amarelo, distribuídas ao longo de uma trilha para cima e para o sul. O conjunto de círculos, alguns concêntricos e com raios, ou com cauda, destaca ela, fazem supor a representação de constelações, cometas, planetas, o Sol e a Lua. No mesmo paredão, há mãos pintadas em vermelho, com espirais em negativo nas palmas. Em outros painéis, há faces humanas e figuras com animais, cenas de nascimento e caçada, com homens e mulheres.

Chris Davis cita as 53 datações entre 11.200 e 10.500 AP feitas a partir de amostras de pigmento encontradas em camadas estratigráficas, com restos botânicos e sedimentos associados a artefatos paleoíndios, terra preta e outros vestígios orgânicos. Roosevelt concluiu que as pinturas seriam do Pleistoceno Tardio (*Late Pleistocene*).

---

35 ROOSEVELT, A. C. *Relatório Preliminar sobre o Levantamento e Escavações na Caverna da Pedra Pintada, Monte Alegre, Pará, Brasil 1991: A segunda etapa de campo do Projeto Arqueológico Santarém*. Cópia do manuscrito, gentilmente cedido por Nelsi Sadeck, Monte Alegre, 2009.



Para o arqueoastrônomo Chris Davis, essa pintura pode representar um calendário lunar.

A pesquisa de Davis começou em 2008 com a medida dos alinhamentos astronômicos das imagens e suas possíveis interrelações. Depois ele procurou comparar essas imagens com a posição real dos astros que supôs relativas, superpondo as imagens por tecnologia digital. Assim pôde ele chegar às possíveis datas do eclipse registrado, a partir dos que aconteceram efetivamente. Na etapa seguinte, ele pretendia escavar na base dos paredões onde as pinturas se aproximam do solo atual, pela possibilidade de encontrar novas pinturas abaixo desse nível.

Pedra do Mirante

Chegamos ao ponto mais alto da Serra do Ererê, a cerca de 300 metros de altura. A Pedra do Mirante faz jus ao nome, tem uma linda vista dos arredores e pinturas que certamente lembram a sua importância. Foi uma das primeiras que Wallace mencionou, conta Nelsi. Um grande pássaro vermelho está rodeado por mãos vermelhas e gotas vermelhas com cauda, segundo Roosevelt. Há círculos, figuras geométricas, estrelas. Num outro painel, parece estar representado um nascimento. Uma outra parece uma criança na barriga da mãe. Por fim, um último painel é direitinho um calendário, com dias ou meses riscados.

Nelsi também acompanhou, aqui em Monte Alegre, o arqueólogo uruguaio Mario Consens. Ele fez um estudo de cromatografia e concluiu pela existência de cinco unidades diferentes, uma delas constituída exclusivamente pelo calendário. Uma turista chinesa ficou espantada ao chegar ao Painel do Pilão, voltado para o leste. Uma forma geométrica, que Nelsi descreve como uma boneca dançando, ela disse ser uma letra chinesa da dinastia Chon.

A Caverna da Pedra Pintada

O certo seria chamar de Gruta da Pedra Pintada, não é uma caverna. Lembra a Lapa do Santo, onde Walter Neves estava escavando, na região de Lagoa Santa, em 2007, depois retomada, em 2011, por André Strauss[36]. Tem cerca de 8 metros de altura e aquela boca enorme, de uns 20 metros, os paredões que vão mergulhando na penumbra, formando dois salões laterais, que propiciam mais privacidade. Além das pinturas na parede e no teto, em vermelho e amarelo, há pinturas vermelhas no salão do lado esquerdo, lembrando os temas da Serra da Lua, com mãos, olhos, círculos concêntricos, algumas figuras geométricas. Há também cobras, lagartos e cruzes superpostas, que me lembraram as da Pedro do Índio, no Amapá.

Anna Roosevelt relata que julgou a Serra do Paituna mais apropriada para habitação do que a Serra do Ererê, por causa da proximidade dos lagos e dos rios Paituna e Parietuba, fontes de recursos. A Caverna da Pedra Pintada fica no lado leste da Serra do Paituna. Na superfície, encontraram abundante material pré-cerâmico e cerâmico mais antigo. A tradagem revelou um depósito pré-cerâmico antigo bem profundo. "Uma série de datações radiocarbônicas [situou]



Segundo Nelsi, foi sob esse painel que Anna Roosevelt escavou na Caverna Pintada, encontrando, enterrados, pingos de tinta caídos da parede.

36 André Menezes Strauss coordena as escavações na Lapa do Santo desde 2011, tema do seu doutorado no Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva, na Alemanha: "Vida e morte na Lapa do Santo: uma biografia arqueológica do Povo de Luzia." Além de conhecê-lo em 2007, reencontrei Strauss em 2015, quando me comentou as intrigantes práticas funerárias verificadas no sítio, que incluíam decapitação e amputações. O sítio já era famoso pelo alto grau de preservação de fósseis humanos.

os depósitos Paleoíndio entre aproximadamente 11.100 e 10.300 AP, o Arcaico entre 7.500 e 6.500 AP, o Formativo entre 4.000 e 3.000 AP e o estágio de Chefia entre 1.000 e 500 AP".

O depósito Paleoíndio tinha claras evidências do uso de pigmento mineral vermelho e vestígios de plantas carbonizadas. Os depósitos Arcaico e Formativo continham também vestígios de fauna. Os da Chefia revelaram a parede de uma estrutura de poste de madeira e cobertura de palha de palmeira.

NOS CAMINHOS DE NIMUENDAJU

A homenagem do laboratório

Em 2009, conheci o ainda pequeno Laboratório de Arqueologia da recém-criada Universidade Federal do Oeste do Pará, a UFOPA, chamado Curt Nimuendaju, em Santarém. É mais do que justificada a homenagem ao alemão nascido Curt Unckel, em 1883: aos 20 anos, ele escolheu o Brasil para viver e o próprio nome em guarani, que significa exatamente "fazer morada". Autodidata e agudo observador, Nimuendaju dedicou sua vida ao estudo etnográfico de nossos índios, além de ter dado importantes contribuições para outras ciências, como a Arqueologia. Ele morreu aos 62 anos entre os índios Tukuna, no Alto Solimões, em 1945, quando sua antiga pátria tivera que baixar a cabeça diante do mundo, após revelado o genocídio nazista.

É uma sala pequena, cheia de fragmentos embalados em saquinhos, distribuídos nas mesas e prateleiras. Denise Schaan observa um caquinho, que ela ainda não havia visto, depois de ser limpo:

– Acho que é o pé de uma estatueta, daquelas com um pé pra cá e outro pra lá, o corpo para cima. Só agora é que estou vendo com mais calma.



Denise Schaan chegando ao Laboratório Curt Nimuendaju, da UFOPA, em Santarém, em 2009.

Denise me conta que Nimuendaju andou pelo Tapajós de 1923 a 1926. A família dele não tinha dinheiro, ele trabalhava coletando material para museus, a maior parte do tempo para o Museu de Gotemburgo, na Suécia.

– Ele era terrível, ia atrás das pistas que falavam pra ele, quando

conseguia uma carona, alguma coisa – conta Denise, sobre Nimuendaju. – Pegava um barco, chegava num lugar e não tinha como voltar. Às vezes, ficava dias esperando um barco de volta. E passou a maior parte da vida dele assim, no campo, durante uns 40 anos. O interessante é que ele tirava conclusões sem se preocupar muito com isso, considerava-se um técnico de campo. A preocupação dele era registrar, coletar as coisas antes que desaparecessem.

A estrada sobre os sítios arqueológicos

Desde 2005, Denise estava envolvida com a arqueologia de contrato por conta da construção da estrada BR-163, a Cuiabá-Santarém, que praticamente segue o curso do rio Tapajós. O estudo de impacto ambiental, o EIA-RIMA, recomendara a construção de uma ferrovia, em lugar da estrada, para o escoamento dos grãos do cerrado. Bertha Becker também tinha comentado o conjunto de propostas que deveriam estar associadas à construção da estrada para diminuir o seu impacto. Mas o governo simplesmente ignorou os pareceres técnicos e sucumbiu à poderosa pressão do agronegócio. Fico até triste ao lembrar da nomeação, em 2015, da rainha do agronegócio Katia Abreu para Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: é a famosa raposa no galinheiro.

Conclusão: a estrada se tornou um grande vetor de destruição, não apenas ambiental, mas também social, econômico e patrimonial, com a destruição de sítios arqueológicos ainda pouco ou nada estudados. Entre outros problemas, os madeireiros passaram a transitar em pleno dia com seus caminhões repletos de troncos centenários já fatiados, sem maior controle, como eu mesma vi, cruzando com eles no trecho entre Santarém e Alter do Chão. A impunidade aumentou-lhes a audácia. Hoje os madeireiros clandestinos, em geral fazendeiros-grileiros, são os grandes bandidos da Amazônia, não apenas matadores de grandes árvores. A irmã Dorothy[37] e dezenas de líderes rurais poderiam contar, se vivos estivessem.

Em 2008, Per Stemborg, arqueólogo da Universidade de Gotemburgo, associou-se à pesquisa de Schaan, interessado nos sítios anteriormente escavados por Nimuendaju na região. Ele havia traduzido do alemão e publicado as anotações do velho explorador. Até hoje, o acervo enviado por

37 Dorothy Mae Stang, norte-americana naturalizada brasileira, foi assassinada em 2005 por sua atividade missionária na Comissão Pastoral da Terra, na Amazônia, desde os anos 1970. O mandante do crime, o fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, chegou a ser absolvido mas acabou condenado a 30 anos por um júri popular.

Nimuendaju à Suécia é mantido no Museu de Gotemburgo. Denise pediu para ele mandar esses escritos e assim iniciaram a parceria. Com financiamento do Banco da Suécia, Stemborg criou o projeto *Cultivated Wildness*, a "Selva Cultivada" que, em 2014, estava em sua quinta temporada, então com novos parceiros, como iríamos conhecer.

Naquele dia de 2009, entre as amostras no laboratório, estavam as recolhidas no sítio São Domingos, na margem do Tapajós, um dos muitos sítios do entorno de Santarém onde Nimuendaju pesquisou. Um dos técnicos que trabalhou com Denise foi Marcio Amaral, que conhecemos no sítio do Porto, ao lado de Roosevelt.

– Nós levantamos essa área de sítios onde o Nimuendaju trabalhou – conta Marcio. – Também levantamos alguns sítios novos. Passamos pelo São Domingos, fomos parar lá no rio Cruaúna, na outra margem.

Sítio do Cedro

José Rocha Souza, origem cearense, 44 anos, casado com Madalena, filhos grandes, é o dono do Sítio Cedro, em Belterra, a 30 km de Santarém. A terra onde vive é pretíssima, ele não precisa acrescentar nada para as papaias nascerem incríveis e doces, como tive o prazer de comprovar. Ele me explicou que seleciona as sementes para plantar de novo, escolhendo só as do meio da fruta, são as melhores, garante. Seu José também planta milho, mandioca, faz farinha na casa de farinha de tempos em tempos, mais para o uso, que a venda não está valendo muito a pena. A filha Juliana, que mora com os pais, estuda e trabalha e tem um moderno celular. Seu José e a família vivem em cima de um rico sítio arqueológico. Ele acabou se tornando, como alguns parentes que vivem perto, um exímio técnico em escavação.

Não se pode cavar muito na terra de seu José, senão acha alguma urna de índio. Acompanhamos um dia inteiro da escavação, coordenada por Denise Schaan, justamente para retirar duas urnas, localizadas em 2011. Um plástico preto protegia o local onde foram encontradas, numa sondagem, e parcialmente escavadas. Com seu José está o sobrinho Anselmo Pereira de Souza, 33 anos. Ambos são peritos no manuseio das ferramentas pesadas, com que removem a terra dura, e que abandonam pela pequena pá e o pincel, ao se aproximarem da peça. Já no finalzinho, o contorno de uma nova tampa estava surgindo. Ninguém manifestou surpresa. Denise tinha até um certo ar de enfado. Ela me explicou: "Nesse trecho, daqui até a casa de seu José, deve ter dezenas de urnas enterradas".





As urnas foram localizadas em 2011, numa sondagem no meio da plantação de papaia, mas só foram retiradas em 2014.

José e Anselmo têm o jeito tranquilo e concentrado. O neto de seu José, com três ou quatro anos, veio ver o que está acontecendo e ouve uma música tecno-brega altíssima, num velho celular. Quando a urna finalmente se move, eles manifestam um alívio alegre. As urnas são cuidadosamente embaladas, com plástico, pano e papelão, e serão levadas para o laboratório, onde será analisado o conteúdo. Não dá para saber se há enterramento ou não, apesar da tampa meio quebrada, é terra também na parte de dentro. Escura.

Na matinha próxima, a arqueóloga Daiana Travassos Alves, 27 anos em 2014, paraense, traços indígenas puxados da avó, aluna de Denise Schaan desde a iniciação científica, colhia pequenas amostras de solo nas unidades escavadas a cada 20 ou 30 metros. Daiana fez seu mestrado na UFPA sobre a "Ocupação Indígena na Foz do Tapajós", tese que foi publicada algum tempo depois[38]. Ela tinha sido aceita para o doutorado na Universidade de Exeter, com o professor arqueobotânico José Iriarte, que conseguiu financiamento da Comunidade Europeia para a etapa de escavação de 2014 no Tapajós, inclusive dos parceiros suecos. Quem se tornou colega de doutorado de Daiana na Inglaterra, também sob orientação do professor José Iriarte, é Lautaro Hilbert, filho de Klaus e neto de Peter Paul. Soube que ele está pesquisando sobre o Sambaqui de Monte Castelo, em Rondônia e o Sambaqui Tucumã, no Marajó. Daiana é uma das signatárias do histórico artigo feito a várias mãos sobre a tradição Pocó-Açutuba, em que contribuiu com seus achados no Porto de Santarém, ao lado de Denise Schaan.

38 https://www.morebooks.de/store/gb/book/ocupa%C3%A7%C3%A3o-ind%C3%ADgena-na-foz-do-rio-tapaj%C3%B3s-1610-a-c-%E2%80%93-1020-d-c/isbn/978-3-639-68062-1

– No meu doutorado, quero comparar a terra preta e a terra mulata do Sítio Porto aqui com o Sítio Cedro e com o Sítio Maguari, na Floresta Nacional (FLONA) Tapajós – explica Daiana, enquanto manuseia uma mini-pá de pedreiro, ferramenta mais usada pelos arqueólogos. – Aqui no Cedro, eu marquei os locais onde precisava de amostras, o José e o Anselmo abriram as unidades para mim. São de 50 por 50 centímetros e 45 de profundidade, porque aqui a terra preta tem cerca de 15 centímetros e preciso de amostras a mais 30 centímetros de profundidade, para examinar os fitólitos. É mesmo no latossolo, estéril, mas quero comparar os fitólitos do solo antrópico com os do natural.

Como Mirtle tinha explicado em Macapá, os fitólitos são microvestígios, microcorpos de sílica que se acumulam em certas plantas e ficam no solo quando ela morre. No caso do milho, particularmente, o fitólito da folha é diferente do que estava no grão, o que permite deduzir se havia ou não área de cultivo. Como eu já tinha aprendido, a mandioca, por exemplo, só pode ser identificada em termos paleobotânicos pelo grão de amido, preservado apenas quando estava crua. Ao ler o original desse capítulo, Daiana me informa que já identificaram fitólitos de mandioca, mas até o presente não foram encontrados em amostras provenientes de sítios arqueológicos.

Daiana iria depois a Manaus, coletar amostras das plantas do herbário do INPA para fazer a coleção de referência de Santarém:

– Com base em um texto histórico, de Maurício de Heriarte, de 1984, criou-se a ideia de que se consumia mais milho do que mandioca nessa região do baixo Tapajós – me explica ela. – Eu acredito que a dieta vegetal deles era mais variada. Além da pesca e da caça, certamente tinham o manejo da diversidade de recursos vegetais disponíveis. Quanto ao cultivo, é que vou testar se consumiam mais milho do que mandioca.

No outro dia, viríamos buscar José e Anselmo para escavar, dessa vez no Sítio Bom Futuro, outro sítio encontrado por Curt Nimuendaju.

As terras pretas no interflúvio

Uma das maiores manchas conhecidas de terra preta longe das margens dos rios fica nas terras altas ao longo do Tapajós, não muito longe de Santarém. Essa região foi percorrida, nos anos 1970, por Wim Sombroek, diretor do Centro Internacional de Informação e Referência do Terreno em Wageningen, na Holanda. As dimensões encontradas de terra

preta, com cinco quilômetros de comprimento por quase um quilômetro de largura, levaram-no a pensar numa densa e extensa ocupação humana, como Orellana encontrou no século XVI.

O jornalista Charles C. Mann, autor do livro *1491*, *Una Nueva Historia de las Américas antes de Colón,* em sua versão espanhola já citada, menciona por alto que essa meseta "nunca foi escavada como deveria", o que só pode se referir a Nimuendaju, se é que ele sabia disso. Mas "graças a geógrafos como Woods e Joseph Mc Cann, da New School da cidade de Nova York, sabe-se que a meseta está repleta de restos de cerâmica".

É irritante esse tom megalômano e excludente muito comum entre os norte-americanos, que Hollywood ensina serem da pátria centro das galáxias. Mas enfim, continuemos. Mann cita Woods para estimar que "se a agricultura que se praticava na zona inferior do Tapajós fosse tão intensiva como a das culturas mais complexas da América do Norte anterior ao contato, estaríamos falando de algo capaz de dar sustento a 200.000, talvez 400.000 pessoas, o que teria sido, em seu tempo, uma das zonas mais densamente povoadas do mundo".

Naquele momento, Woods fazia parte de uma equipe internacional de cientistas para o estudo da terra preta. A pesquisa tinha um sentido prático bem claro: descobrir de que forma a terra preta formou-se e se manteve estavelmente fértil ao longo dos séculos, para reproduzir o seu modelo em terras empobrecidas, que dificultam a agricultura em regiões pobres da África, por exemplo. "Seria um último presente dos pobres que nos deram os tomates, o milho, a mandioca e mil formas diferentes de seres humanos", pontua o irônico Mann.

"Betty Meggers morreria se me ouvisse dizer o que estou dizendo", teria confessado Woods. "No fundo, ela temia que esses dados fossem empregados de forma errônea". Em 2001, Meggers sustentou, em um artigo na *Latin American Antiquity*, que a posição dos arqueólogos de que o rio Amazonas poderia dar suporte à agricultura intensiva significaria, na prática, que "os exploradores poderiam fazer o que quisessem, sem qualquer restrição". Para ela, estes pesquisadores teriam, então, tornado-se "cúmplices da aceleração da degradação do meio ambiente". Lamentava, portanto, que "o mito do Eldorado estivesse sendo revivido pelos arqueólogos".

Mann, pessoalmente, acredita que povos tão inteligentes, que conheciam truques que ainda não aprendemos, conseguiam utilizar grandes parcelas da Amazônia sem destruí-la. "Em vez de se adaptarem à natureza,

criavam-na. Estavam em pleno processo de formação da terra quando apareceu Colombo e botou tudo a perder", conclui, de forma um pouco teatral.

A selva cultivada

– Antigamente havia queimadas enormes, conseguimos identificar isso arqueologicamente – explica Denise Schaan. – Lá em Trombetas tinha uma camada que era só carvão, uma área muito grande, com a floresta atual em cima. Então houve fogos intencionais e não intencionais e a floresta se regenerou. Aí tem outras maneiras de se fazer isso, hoje em dia, em que a floresta não se regenera. Por quê? Precisamos estudar isso.

O que se conhece é o sistema de rodízio. Aquelas sociedades queimavam, derrubavam uma determinada área, plantavam, depois se mudavam. Ou mudavam a área de cultivo e deixavam aquela se recuperar naturalmente. A degradação do solo é, também, por um evidente problema de escala, basta comparar as estimativas de população da época e a atual. Lembro que, ao sobrevoar Roraima, em 1989, onde há muitos campos mais áridos em meio à floresta por causa do solo rico em minérios, o piloto do aviãozinho em que voávamos baixo, a caminho do garimpo do Pau Grosso, me explicou que as manchas de embaúbas que percebíamos do alto, em meio à floresta, eram antigas roças abandonadas de índios Yanomâmi. Como espécie pioneira, explicaria meu filho ecólogo, as embaúbas nasciam primeiro, depois viriam as outras árvores, até se refazer a floresta.

– Havia também o tipo de cultivo que eles faziam – continua Denise. – Eles não plantavam uma espécie só, era mais de uma espécie. Eles abandonavam uma determinada roça, depois voltavam, vinham animais que se aproveitavam do que tinha sobrado. Esses animais também manipulavam as sementes para lá e para cá. Tudo isso criou boa parte da biodiversidade que a gente conhece hoje. Parte dela não é natural, é causada por esse manejo das populações. É importante estudar isso e levar em consideração o componente histórico de formação dessas paisagens.



Per Stenborg durante entrevista a Miguel Viveiros de Castro no Sítio Bom Futuro, no Tapajós

– Nosso projeto chama-se Selva Cultivada com duplo sentido, de propósito – conta o arqueólogo sueco Per Stenborg, quando o conheci em 2014. – Cultivada pela agricultura, plantada, e cultivada no sentido de cuidada. É o que queremos descobrir, como os antigos ocupantes daqui cuidavam dessa floresta.

Ele comentaria depois que as pessoas não viveriam como vivem hoje, se Colombo não tivesse chegado ao continente americano em 1492. “Se você olhar a Europa, e comparar como são as culturas hoje e como eram em 1492, precisamos voltar atrás e comparar com os períodos anteriores, para dimensionar as transformações.”

Santarém em Gotemburgo

O Museu Etnográfico de Gotemburgo possui, possivelmente, a maior coleção do mundo de cerâmica de Santarém, graças a Curt Nimuendaju. Cristiana Barreto me comentou que certamente é a melhor coleção de estatuetas amazônicas de pedra, belíssimas esculturas zooantropomorfas que lembram as de San Agustín, nos Andes colombianos, segundo Eduardo Neves.

Em 2014, voltei a Santarém justamente para acompanhar o trabalho da equipe multidisciplinar, integrada por profissionais de várias nacionalidades, que estava estudando a “selva cultivada” dos sítios escavados por Nimuendaju. Por um lado, Denise Schaan fez a ponte com os arqueobotânicos que conheceu no estudo dos geoglifos do Acre, ligados à Universidade de Exeter, na Inglaterra, com financiamento do Conselho de Pesquisa da Comunidade Europeia. Por outro, reuniu com a equipe sueca de paleobotânicos, pedólogos, especialistas em sondagem dos solos e arqueólogos, das Universidades de Gotemburgo e Uppsala. Num congresso na Suécia, em junho de 2014, Iriarte conheceu a equipe sueca, através de Schaan, e propôs essa etapa de escavação, para a qual ele já tinha verba.

Minha ida tinha também um outro propósito: apresentar meu filho Miguel Viveiros de Castro, cineasta, que foi filmar o documentário *Mundurukânia*, *Na Beira da História*, como já mencionei, que acompanha o livro e dá sua visão sobre a Arqueologia Amazônica e os desafios atuais. Miguel procuraria depois alguns desses arqueólogos em seus locais de trabalho na Europa, onde continuariam a pesquisa em laboratório.

O poder dos fitólitos

José Iriarte Mugica era um arqueólogo uruguaio que resolveu estudar os *cerritos*, os montículos em cima dos quais se construíam aldeias, com até 5 mil anos, numa região que abrange parte do Uruguai, da Argentina e do Sul do Brasil. Ele queria descobrir se aquela população praticava a agricultura. Procurou, então, a especialista Dolores Piperno, que estava trabalhando no Instituto Smithsoniano de Pesquisas Tropicais do Panamá, com uma técnica de detecção de fitólitos.

– Quando eu usava os métodos tradicionais da arqueobotânica, como a flotação, eu só conseguia recuperar os restos macroscópicos de plantas, como coquinhos de palmeira; assim mesmo, queimados – explica Iriarte, em nossa conversa na Floresta Nacional (FLONA) de Tapajós, onde a equipe estava trabalhando, a cerca de 40 km de Santarém. Estávamos junto a uma praia maravilhosa do rio, na comunidade de Jamaraquá, onde eu e Miguel tomamos um banho ótimo, enquanto esperávamos os motoqueiros que iriam nos levar ao local de escavação.

Ele explica seu interesse nos fitólitos:

– Eu desconfiava que eles plantavam milho, mas não tinha como descobrir. A única técnica disponível era a dos fitólitos, que se conservam muito bem, mesmo em solos tropicais.

Iriarte foi para o Panamá, levando as amostras do Uruguai, e confirmou sua hipótese. Os fitólitos encontrados provavam a presença de milho e abóbora nos cerritos, que poderiam estar sendo plantados. Ele conseguiu uma bolsa da Wenner Gren Foundation for Anthropological Research, e com ela aprofundou os estudos do doutorado, aprendendo outras técnicas de microvestígios botânicos, como o do grão de amido.

Com essas técnicas, foi possível descobrir que, há cinco mil anos, os ocupantes dos *cerritos* plantavam milho, abóbora e achira – a *Canna edulis achira*, que é uma planta comestível. Possivelmente, diz Iriarte, estavam plantando e dispersando as palmeiras.

– Foi aí que me interessei pela Arqueobotânica – conta ele. – Essa descoberta foi importante porque esse é um momento chave da pré-história, o Holoceno Médio, quando houve um período de clima mais seco ao longo das Américas. Queria entender como era a paisagem do passado, no contexto cultural, para estudar as relações do homem com o meio ambiente.

José Iriarte estava escavando no sítio Los Ajos, próximo à fronteira Uruguai-Brasil-Argentina, onde havia um banhado com turfa. Ali, pôde

extrair uma coluna e reconstituir como era a vegetação do passado. A coluna sob a água, ele me explicou, não sofre a perturbação do solo seco, mantendo a memória da antiga composição.

Em Santarém, ele e a paleoecóloga americana Yoshi Maezumi, da University of Utah e também de Exeter, estavam fazendo esse mesmo tipo de coleta, nos lagos da região. Os tubos coletados eram cuidadosamente depositados no banco da caminhonete, como se fossem bebês, para não sofrerem com o transporte.

Em Los Ajos, ele conseguiu confirmar que, naquele período mais seco do Holoceno Médio, os grupos começaram a escolher locais mais úmidos, como os banhados, para se instalarem. Daí surgiu o seu primeiro projeto internacional integrando antropólogos e arqueólogos, e o tema do doutorado. Ele ainda faria um pós-doutorado no México, sobre o início do cultivo do milho, domesticado há pelo menos 9.000 anos, a partir de um ancestral nativo, o teosinte, que já existia há mais de 100 mil anos.

Amazônia manejada

– A grande pergunta de arqueólogos e paleoecólogos é se a Amazônia era uma floresta prístina[39], intocada pelo homem – com pequenos grupos de caçadores-coletores ou horticultores nômades – com um mínimo de impacto sobre o ambiente. Ou, como dizem alguns colegas, seria a Amazônia um ambiente totalmente "manufaturado"? Transformado por sociedades grandes, numerosas, hierárquicas, com grande impacto no meio ambiente? – questiona Iriarte.

– Estamos retomando a escavação aqui no Sítio Bom Futuro, onde já estivemos em 2010 e 2011, para entender a construção desse tipo de reservatório de água, aqui na parte alta da floresta – explica Per Stenborg, que escolheu unidades de escavação em diferentes pontos da depressão do que seria um pequeno lago ou poço, para reserva de água na estação seca. – Por volta dos séculos XIII e XIV, os ocupantes daqui, contemporâneos da cerâmica Santarém, no Porto, cavaram esses poços, como estamos comprovando. As datações daqui do Bom Futuro são as mesmas do sítio Cedro, onde também trabalhamos.

Denise me explicou que Nimuendaju fazia mapas tão minuciosos que foi possível localizar exatamente os sítios que escavou nos anos 1920.

39 **Prístina** é antiga, relativa a uma condição ou estado anterior, da mesma raiz que priscas eras.

O arqueólogo Per Stenborg já chegou da Suécia com os sítios modernamente mapeados. Ele disse que há material em Gotemburgo desse sítio específico, o Bom Futuro, um dos motivos para retomar a sua escavação. O atual projeto conjunto de pesquisa inclui a visita de estudantes brasileiros ao Museu de Gotemburgo, para conhecerem o acervo que saiu daqui.

Per manifesta preocupação com a ética da pesquisa arqueológica quanto à "posse" dos achados, questão inexistente no tempo de Nimuendaju. Ele frisa todo o tempo que o patrimônio pertenceria aos descendentes do povo que aqui viveu, séculos atrás. No caso da cerâmica, considera importante torná-la acessível aos brasileiros e ouvi-los sobre o que querem fazer com esse material. E faz uma curiosa observação:

– Não dá para comparar o momento atual com aquele em que aqui esteve Nimuendaju, é como comparar com uma expedição à Lua. O material lunar coletado nos voos espaciais são estudados em laboratórios aqui. Precisamos entender o começo do século XX, com o colonialismo, o militarismo, a visão do que era a Amazônia. Nem se tinha ideia do registro estratigráfico, é um dos problemas para interpretar o material coletado por ele. Agora podemos datar por luminescência. Pelo menos, pudemos preservar material de sítios que hoje estão destruídos, o importante agora é usá-lo da melhor maneira.

Bom Futuro

Per Stemborg conta que foi feita uma prospecção na região por causa da construção da BR-163, como mencionou Denise. Eles encontraram 113 sítios, um número muito grande, e escolheram alguns para examinar com mais detalhe. Um deles foi esse aqui, o Bom Futuro. Em 2011, escavaram no centro do poço e no seu limite superior, a mureta, onde encontraram muitos fragmentos de cerâmica e carvões, possivelmente lixo do século XIV.

Segundo seu Pedro, morador local, há muitos poços como esse na região, alguns ainda com água. Os índios compactaram o solo para impermeabilizá-los, daí a dificuldade para escavar, está muito duro. Agora estão escavando entre as duas antigas unidades, no declive da depressão. Per ajuda os dois trabalhadores, os moradores do sítio Cedro, seu José e o Anselmo, enquanto Denise toma notas, sentada num banquinho de armar. Ela registrou um caco com engobo vermelho, que acaba de aparecer. A 80 centímetros, aumentou o número de fragmentos de cerâmica.

O “poço” tem cerca de cinco metros de diâmetro no nível do terreno à volta, é como uma dolina no carste[40], só que não é natural, é uma depressão cavada, talvez aproveitando um afloramento de água, supõe Per. Originalmente, o poço devia ter uns 20 metros de diâmetro. Está agora com cerca de dois metros de profundidade, mais quase outro tanto de sedimentos acumulados. Ele teria ficado sem uso durante uns cem anos e depois voltou a ser usado, acredita ele.

No último dia, a australiana Sheahan Bestel, arqueobotânica, estava colhendo amostras da unidade escavada, como fez Daiana no sítio do Cedro. Sheahan está se mudando dos Estados Unidos para Exeter, na Inglaterra, onde também vai trabalhar com o professor Iriarte.

Terra preta e mulata

No outro dia, acompanhamos ao campo Jan Erikssom, químico de solos da Universidade Sueca de Ciências Agrícolas (SLU), de Uppsala. Da mesma universidade, estavam em Santarém Mats Soderstrom e Kristin Piikhi, especialistas em *soil sensors* (sensoreamento remoto dos solos) que praticamente já tinham terminado a parte deles. Foi um consolo poder conversar com Mats em francês. Ele adorou os mapas que fiz para o meu livro sobre o Piauí, são mapas à moda antiga, feitos a mão, o contrário da tecnologia com que trabalha.

O professor Erickssom estava colhendo amostras em cada pequena camada da unidade escavada no platô próximo ao rio, na Serra do Maguari, para analisar a composição da terra mulata do local.

É ele quem me explica a diferença entre terra preta e terra mulata. A terra preta é antrópica, formada naturalmente, pelo acúmulo de restos orgânicos originados na ocupação, misturada a cacos de cerâmica, naturais no lixo. Ela é fosfatada, ressalta, rica em ossos de peixe e restos de cozinha. E estranhamente estável, não se degrada mesmo com a ação continuada das chuvas fortes da região. Uma das hipóteses, como já falei, é que seja graças à presença dos cacos de cerâmica. Já a terra mulata, mais clara, pode ser fruto de um preparo deliberado, seja pela adubação ou outras formas de manejo, para aumentar sua fertilidade. Supõe-se que é a terra onde existiu roça. É o que querem descobrir.

O trabalho de Erikssom, que é professor há mais de 30 anos, consiste em colher amostras com uma sonda que parece um pula-pula, que ele me

40 **Dolina** é o sumidouro formado naturalmente no terreno cárstico, quando ocorre uma depressão por dissolução do solo calcáreo, em geral por águas subterrâneas.



O químico de solos Jan Erikssom me mostrou a diferença entre terra preta e mulata, nesse platô na Serra do Maguari.

disse se chamar "auger", em inglês, com a profundidade desejada previamente regulada. Pedi socorro ao Iriarte, que fala espanhol, para descobrir o nome do equipamento. Ele me disse que é conhecido por perfurador Livingstone, ou perfurador de coluna de sedimentos. Descobri depois que Erikssom me falava, simplesmente, de um trado.[41]

Além da cor da amostra, segundo a profundidade, Jan tem que observar a consistência. No caso da terra mulata, os grumos de terra são grandes, há bastante aderência. Segundo ele, permeia bem a água, é bom para as raízes. Havia carvões perto da superfície e na profundidade. Ele acrescenta um pouquinho de água à porção de terra na palma da mão e faz uma bolinha e uma minhoca, testando a plasticidade. Fiquei pensando como seria para alguém, que vem de um lugar tão frio, estar trabalhando numa floresta quente, úmida e cheia de mosquito. Mas cheia de vida, sem dúvida.

Os habitantes da FLONA Tapajós

O platô analisado por Erikssom fica na mata fechada, a quatro quilômetros da comunidade de Jamaraquá – uma das 16 vilas da FLONA – por uma trilha percorrida na garupa de uma moto pequena, conduzida pelo guia Nilson. O último censo revelou a população de 12 mil habitantes na Floresta Nacional Tapajós. Aqui todos cultivam bananas, colhem a seringa, têm pequenas roças, pescam nos rios e lagos. Há um ônibus diário de ida e outro de volta para Santarém e algumas cidades vizinhas.

Alguns moradores ganham com o turismo, como Joaquim Dias Pedroso e Maria Anaíde Rodrigues, que mantêm a "Pousada Familiar Casa Verde" na própria casa. No quintal de chão batido, sabe-se lá há quanto tempo, um abrigo de palha cobre uma pequena exposição de artesanato local, com biojoias. Uma casa em construção, ao lado, é para o filho que vai casar. Qualquer construção é controlada, não pode aumentar a área habi-

41 **Trado**, segundo o Houaiss, é uma ferramenta de forma helicoidal que serve para fazer furos no solo para sondagem.

tada. Seu Joaquim tece pra mim uma espécie de mochila em pouco mais de dez minutos, com a palha do curuá. Ele me explica que é assim que se faz no mato, quando se descobre uma árvore frutífera carregada, por exemplo, e não se tem como levar os frutos para casa.

O chão tem muitas folhas secas e areia, derrapa muito. Com o passar dos dias, os arqueólogos passaram a distinguir quem eram os melhores pilotos da comunidade, assim tinha menos risco de queda. No trajeto, observei seringueiras com riscas até três metros do chão, certamente muito antigas. Vi muitas palmeiras curuá, eles dizem que serve também para "capote" de casa. E para as tais mochilas, constatei. E uma gigantesca sumaumeira, aqui também chamada samaúma, que nos faz pensar como somos insignificantes. Lembrei que, em cultos yorubá, é uma árvore sagrada, em torno da qual se fazem os rituais, espécie de símbolo de todos os ancestrais. Que pena que esquecemos essas coisas.

Próximo à unidade estudada por Erikssom, noto algumas pequenas quadras da mata cercadas por uma fita. Explicam-me que são áreas cuja vegetação será descrita detalhadamente. O inventário é não apenas sobre a composição da floresta, mas também da sua estrutura.

Dá um aperto no coração perceber que a FLONA Tapajós é, hoje, praticamente uma ilha verde em meio a plantações de soja.

O controle do fogo

O projeto multidisciplinar na região de Santarém se concentra no Holoceno Tardio, de 3.000 AP até o presente. Iriarte explica que, para a pesquisa, o importante é entender a transformação da paisagem amazônica feita pelas sociedades indígenas nos últimos 2.000 anos, como jamais havia acontecido antes. Uma das áreas mais modificadas foi, certamente, Santarém. Até aí, o discurso dele converge com o dos modernos arqueólogos da Amazônia. É quando ele ressalta:

– Por volta do ano 1000 esses sistemas agrícolas estavam bem desenvolvidos. Por outro lado, com o impacto causado pela chegada dos europeus, nos últimos 500 anos deixaram de cultivar na área dos bosques, e se dá uma recuperação da floresta. Vemos isso no fundo dos lagos, onde diminui a quantidade de partículas de carvão.

Não percebo essa valorização da agricultura no discurso de Neves e seus parceiros, eles falam de diversificação de recursos, de períodos que se alternam, etc. Mas não deixa de ser interessante o enfoque de que a matan-



Em 2014, o arqueobotânico José Iriarte estava colhendo amostras no fundo dos lagos da região do Baixo Tapajós.

ça dos índios favoreceu a recuperação da floresta. Claro que ninguém pretende pregar esse método "ecológico" de reflorestamento, mas é uma constatação demográfica relevante.

– Na Guiana, por exemplo, onde há campos elevados, vimos que os indígenas estavam controlando o fogo. Enquanto eles construíam os campos elevados, entre 900 e 1.400 AD, encontramos nos lagos poucas partículas de carvão. Quando chega o período colonial, deixam de construir campos elevados e surgem picos de incidência de incêndios muito marcantes. Foi totalmente diferente o que aconteceu na floresta tropical. Percebe-se como foram diferentes os impactos da chegada de Colombo, segundo a região, e é isso que queremos investigar.

Drones na Amazônia

O arqueobotânico José Iriarte faz uma importante revelação, trazida a público no começo de 2015:

– O Conselho de Pesquisa da Comunidade Europeia aprovou o financiamento de sobrevoos não tripulados, dos chamados *drones*, sobre a Amazônia, fazendo o sensoriamento remoto de toda a região. Onde estamos realizando o inventário botânico e o levantamento paleoecológico do solo, os *drones* vão fazer uma topografia do dossel do bosque, que nos permita ver a sua estrutura. A ideia é usar laser, que faz toda uma topografia fina, e câmeras de filmagem controladas remotamente, fazendo imagens como as dos satélites.

Na imprensa, falou-se basicamente da chance de descobrir novos geoglifos, como os do Acre, com os sobrevoos não tripulados com câmeras. Mas a aplicação mais importante nem é essa. O interesse científico é indiscutível:

– Numa parcela que esteja dominada por frutíferas, por exemplo, palmeiras, queremos saber se existe um sinal espectral, detectável por esse sensoriamento remoto. Se pudermos extrapolar dessa parcela para toda a região, juntando com as informações dos lugares que estamos estudando

em terra, poderíamos estabelecer um modelo que quantifique quanto os homens modificaram a floresta ou não. Queremos contribuir para a criação de áreas como essa em que estamos [a FLONA de Tapajós], em que se conserva o bosque e podem continuar a viver as pessoas.

Será que a comunidade europeia está tão interessada no bem-estar da população dos trópicos? Acredito que não. O alcance estratégico de tais informações tão abrangentes é evidente. Mais uma vez, a Arqueologia estaria sendo manipulada por interesses políticos e de segurança, não mais nacional, mas transnacional do Império.

ALTO E MÉDIO TAPAJÓS

Escavando no conflito

A arqueóloga Bruna Cigaran da Rocha escolheu a região do Alto Tapajós para sua pesquisa de pós-graduação, após ser levada pelo colega Maurício Torres, geógrafo humano da USP[42]. Pelo Institut of Archaeology, da University College London (UCL), onde Bruna estudava, seu orientador foi José Oliver, um conhecido discípulo de Donald Lathrap e profundo conhecedor da Amazônia. Tanto no mestrado como no doutorado, além do professor Oliver, ela foi co-orientada por Eduardo Neves e Manuel Arroyo-Kalin. O doutorado foi sobre a "Arqueologia Regional no Alto Tapajós"[43]. Desde 2014, Bruna é professora concursada da UFOPA, em Santarém.



Nessa foto de Val Moraes no sítio-escola do Laguinho, em 2007, em Iranduba/AM, Bruna Rocha acompanha a filmagem de Raoni Valle, junto com Leandro Cascon e Bernardo Costa.

Conheci Bruna em Macapá, na SAB Norte, onde fez uma veemente denúncia sobre as nefastas consequências do complexo hidrelétrico plane-

42 ROCHA, Bruna C. "What can ceramic decoration tell us about the pré- and post--colonial past on the Upper Tapajos River?" Tese de mestrado. Institut of Archaeology, University College London. Inglaterra, 2011.

43 ROCHA, Bruna C.; HONORATO, Vinicius. "Arqueologia Regional no Alto Tapajós" em *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento II, págs. 57-62. São Paulo: 2011.

jado para o rio Tapajós[44]. Sua tomada de posição questionando os arqueólogos envolvidos no licenciamento ambiental das barragens, num processo em flagrante violação dos direitos das comunidades atingidas, foi decisiva para que a própria entidade, a SAB, aprovasse uma moção ao final do encontro, como já contei. Em documento oficial[45], a entidade fez um claro apelo aos colegas para que não mais se envolvessem com tais licenciamentos até que houvesse uma consulta livre, prévia e informada às populações locais, nos moldes previstos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e aprovada pelo Ministério Público Federal.

A histórica moção foi primeiro noticiada por Felipe Milanez em seu blog da revista Carta Capital[46] e compartilhada milhares de vezes nas redes sociais, tendo grande repercussão, inclusive no exterior. A jornalista Eliane Brum escreveu no El País de forma indignada com o fato de que só a SAB, como entidade de classe, demonstrou preocupação com o fato de seus associados participarem de "pesquisas" acompanhados por homens armados da Força Nacional, reprimindo a população "pesquisada".[47]

No caso da Bruna, sua área de pesquisa fica no município de Itaituba: uma região aurífera que há muito tempo desperta o interesse de garimpeiros, mineradoras, pecuaristas, plantadores de soja, madeireiros, enfim, todos os possíveis interesses econômicos legítimos e escusos, como é frequente acontecer na Amazônia.

Como agravante, as terras que legitimamente pertencem aos índios Munduruku, aí reinstalados em tempos coloniais sobre antigas ocupações de seus antepassados, não têm sua demarcação finalizada, já que o relatório com esse fim, de 2013, não foi assinado pela presidência da FUNAI até hoje. É assumida a pressão política do próprio governo federal, que quer viabilizar a Hidrelétrica de São Luís do Tapajós, a que inundaria as terras reivindicadas pelos Munduruku no município de Itaituba.

Registre-se que o complexo hidrelétrico prevê três usinas no rio Tapajós e outras quatro em seu principal afluente, o Jamaxim. No total, são pelo menos 80 hidrelétricas planejadas na Amazônia (alguns documentos

---

44 ROCHA, Bruna Cigaran; BELETTI, Jaqueline; RAPP PY-DANIEL, Anne; MORAES, Claide de Paula; OLIVEIRA, Vinicius Honorato. "Na Margem e à Margem: Arqueologia Amazônica em Territórios Tradicionalmente Ocupados". *Amazônica, Rev. Antropol*. (Online) 6(2), págs. 358-384. Belém: UFPA, 2014.

45 Ver texto integral da nota da SAB no Anexo IV à pág. ...

46 http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/arqueologos-se-posicionam-contra-licenciamento-de-barragens-nos-rios-tapajos-e-teles-pires-1229.html

47 http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion/1410784316_802493.html

mencionam 120). Segundo o geógrafo Maurício Torres, em entrevista a Miguel Viveiros de Castro, "se implementado o complexo, o Tapajós vai deixar de ser um rio no seu alto curso para ser uma sucessão de lagos, serão como degraus e uma sucessão de lagos!"

Parece aquela história de fazer escada para peixes no rio Madeira que, evidentemente, provocou uma grande mortandade ainda no teste.

Além dos índios, existem comunidades ribeirinhas, que na região se chamam "beiradeiros". Eles não se consideram indígenas mas ocupam a região há oito gerações, como conseguiram provar na Justiça. É o caso das comunidades de Montanha e Mangabal, a 120 km ao sul de Itaituba, onde Bruna escavou com o parceiro Vinicius Honorato. Reencontrei os dois em Alter do Chão, próximo a Santarém, em 2014, quando apresentei Miguel aos arqueólogos que trabalham nessa região.

Bruna me contou que é meio-inglesa, tendo feito sua graduação em História também na Inglaterra. Em 2007, ela foi pela primeira vez fazer trabalho de campo no Projeto Amazônia Central, com Eduardo Neves, quando conheceu o mineiro Vinicius Honorato, que fez especialização em Arqueologia ainda na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou no PAC até 2010, já definitivamente conquistada pela Amazônia.



Vinícius Honorato é o que está à direita, ao lado de Filippo Stampanoni, Fabiana Belém e Maria Tereza Parente, durante trabalho de higienização do material escavado, no laboratório de campo do Sítio Laguinho, em 2007, quando conheceu Bruna. Foto Val Moraes.

Nas escavações de 2011 e 2014, em Terra Preta do Mangabal, no município de Itaituba, tentaram entender as continuidades e rupturas entre as ocupações. Dentre os diferentes tratamentos de superfície identificados, a amostra cerâmica continha uma decoração plástica característica, de incisões em linhas paralelas formando motivos losangulares. O antiplástico era areia e também cauixi. Fragmentos de assador e machados polidos sugeriam o domínio da técnica de processamento de mandioca brava. Na campinarana à volta, encontraram lascas de quartzo e argilito, possivelmente de grupos pré-cerâmicos. A existência de várias palmeiras tucumã, inajá e babaçu podem indicar manejo humano dessas espécies.

Em 2014, quando conversamos em Macapá, Bruna tinha acabado de chegar de Mangabal, onde escavou com Vinicius um montículo com 2 metros de profundidade, que tinha terra preta até 1,70 metro. Ela me informou em 2015 que obtiveram datações de Terra Preta do Mangabal de ocupações entre os séculos VII e IX DC, cujo refinamento estava em andamento.

Também em 2014, Bruna e Vinicius começaram a trabalhar numa aldeia Munduruku, a Sawre Muybu:

– Encontramos cerâmica com padrão decorativo semelhante ao de Mangabal, de losangos incisos. Também recuperamos cerâmicas que podemos classificar, *grosso modo*, como da tradição Inciso Ponteada. Revela-se uma associação com o Baixo Tapajós, a bacia do Nhamundá-Trombetas e até a do Orinoco. Havia terra preta de 40 centímetros a um metro de profundidade.

A longa história

Santarém foi a base missionária de toda a Amazônia. O Padre João Felipe Bettendorff relata, por volta de 1650, ter encontrado aldeias inteiras doentes, quando a elas retornava. Ocorreu o que Bruna chamou de colapso societal: com o falecimento de importantes membros produtivos, rapidamente o efeito dessas doenças, levadas pelos europeus, inviabilizou esses grupos indígenas, ainda que não se tenha evidência arqueológica dessa mortandade, apenas os relatos históricos.

Já por essa época, no século XVII, fontes documentais atestam que os Munduruku escolheram locais com terra preta para se instalarem, dos quais havia referência mitológica em sua cultura, como um projeto do arqueólogo Raoni Valle tem registrado, com seus alunos indígenas, de

Arqueologia nas Aldeias, através do LAVAI – Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem.

É o que explica Lucivaldo Karo Munduruku, nome de guerra Karo Munduruku, nascido na aldeia Kaburuá, que se criou na aldeia Praia do Mangue e na cidade também, aluno do curso de Arqueologia da UFOPA, em Santarém:

– A gente está gravando a história do Karosakaibu, dos grandes guerreiros do passado. O Karosakaibu foi o deus que criou tudo, criou o universo, digamos assim. Criou as florestas, criou os peixes, ele é que fez aparecer os porcos, os animais, a água, toda uma história de leis. Porque a gente, como Munduruku, aprendeu que, se for caçar, tem que caçar sem ultrapassar um certo limite, porque senão a natureza pode se voltar contra a gente.

Karo quer mostrar para os parentes, para as lideranças, o que é a Arqueologia Indígena:

– Esse é um projeto educacional de um documentário para passar nas escolas Munduruku. É uma Arqueologia Indígena mesmo, viva, não uma história apenas do passado, mas uma história que ainda se vive no cotidiano dos Munduruku. Conseguimos que nosso principal historiador, Adriano Saw, uma grande liderança, nos contasse a história da mandioca. Ele conhece muito bem a história do passado, da passagem dos porcos.

E Karo conta:

– Houve um tempo em que as pessoas foram transformadas em porcos. Chegou num ponto em que eram muitos, então eles começaram a fugir de lá, daquele lugar sagrado, e foram descendo. Como eram muitos milhares, aquele lugar ficou fundo. O cacique contou para a gente que os porcos do mato, quando estão juntos, depois de atravessar o rio vão um bocado para cada lado, uns saem debandados para o lado direito, outros para o esquerdo, outros pelo meio. Assim que o cacique conta para nós porque existe aquele lugar.

Karo se refere a um lugar sagrado para os Munduruku, onde existe uma garganta na encosta da montanha, que vai até o rio Tapajós, Fica a cinco horas de barco rio acima da aldeia SAWRE MUXBU, dentro da Terra Indígena pleiteada pelos Munduruku, com cerca de 200 km de perímetro.

– Esses lugares sagrados para nós é que o governo está querendo acabar – continua Karo. – Nosso território é o lugar onde a gente vive, é o lugar onde nossos parentes nasceram, o que significa que ali é a nossa

cap9.indd 559 27/08/2015 15:32:15

casa. Esses lugares que estão sendo filmados hoje estão sendo ameaçados. Se, de repente, isso vier a ser destruído, toda uma história também vai ser destruída.

– A memória dos Munduruku é oral, os lugares são mais perenes, as histórias sofrem transformações – adverte o arqueólogo Raoni Valle. – São os lugares que "contam" essas histórias. Destruir esses lugares representa uma perda de conhecimento. Na vertente contemporânea da arqueologia da paisagem, que prioriza a relação das pessoas com os lugares – não tanto o artefato, mas o contexto ambiental – o meio ambiente é tão importante quanto o artefato. Hoje se entende que aquelas sociedades tiveram uma relação mais dialética com o meio ambiente, um manejo do mundo.

Como já foi mencionado diversas vezes, houve grandes mudanças em toda a Amazônia, em torno do ano 1.000 AD. Na entrevista gravada pelo Miguel, Raoni comenta que também ocorreram mudanças ambientais importantes nessa época, como no regime fluvial, entre os anos 900 e 1.100 AD. Certamente estão relacionadas com as mudanças políticas e sociais.

– Na reconstrução do passado, os índios têm uma forma muito própria, já que a história da transformação, da construção da identidade coletiva, continua sendo ressignificada. Eles estão preocupados com o seu patrimônio arqueológico, com os locais sagrados, com os cemitérios, aquilo que estamos acostumados a chamar de pré-história.

Outro aluno de Arqueologia da UFOPA, Jaime Xamen Waiwai, neto de pajé, nascido em Mapuera e criado entre a Guiana Inglesa e o norte do Pará, onde vivem os Wai-Wai, é bem mais reticente que Karo Munduruku quanto ao alcance do trabalho dos arqueólogos. Conheci o Jaime em Macapá, onde ele não fez perguntas durante as apresentações mas me comentou ter estranhado algumas classificações de cerâmica: eram Wai-Wai, diz ele, enquanto falavam de Pocó-Açutuba e outras: "Eles colocam nomes que não têm nada a ver com o nome indígena".

– A gente pensava que o trabalho dos arqueólogos fosse como o da FUNAI, estudar e aí não pode mexer – diz ele, com aquela aparente tranquilidade indígena. – Em alguns lugares, funciona. Em Roraima, por exemplo, os indígenas estão muito violentados, tem muita gente morta – lastima ele, referindo-se aos conflitos armados com os plantadores de arroz.

Quanto à retirada de urnas de onde foram enterradas, ele manifesta a contradição:

– A gente não tira da terra. Nossa opinião é que elas estão mortas lá, debaixo de 60 cm de terra, deixa lá. A gente não quer fábrica em cima. Se quiser desenterrar, interpretar, tudo bem, mas alguns não deixam.

Os precursores da arqueologia na região

No final do século XIX, Barbosa Rodrigues mencionou ter encontrado feições de polimento de machados na cachoeira do Buburé. Ele também encontrou uma ponta de flecha de ágata, lascada. Frei Protásio Friekel, que viveu no Pará e explorou a região desde 1938, escavou, na margem direita do Tapajós, "enterramentos improvisados", abaixo de uma camada de terra preta com 50 centímetros de espessura. Também achou cuscuzeiros. Peter Paul Hilbert, nos anos 1950, refere-se à cerâmica encontrada na região quase totalmente de cacos lisos, um ou outro decorado em vermelho vivo. Mário Simões recolheu, em 1976, duas pontas de projétil, descritas por Anna Roosevelt anos depois, como tendo uma forma e técnica que pareciam ser do final do Pleistoceno, na parte ocidental da América do Sul, diferenciando-as daquelas arcaicas das terras baixas do continente. Durante o PRONAPABA, no período 1979-1982, Celso Perota identificou 29 sítios na região de Itaituba e Jacareacanga, com terra preta, sepultamentos e líticos. Finalmente há menção aos índios Parintintin, assim chamados por seus inimigos Munduruku, que os expulsaram da região.

A série de cachoeiras, nos municípios de Itaituba e Trairão, que começa com a de São Luís do Tapajós, parecem ter representado uma barreira natural entre os índios, como foi cogitado por Betty Meggers. Denise Gomes fez uma associação entre a cerâmica que encontrou no Parauá, próximo a Santarém, com a do Brasil Central. Para Gomes, ou os grupos agricultores subiram o Tocantins ou se formaram alianças interregionais.

Bruna e Vinicius lembram o trabalho do linguista Greg Urban[48], no artigo já citado, para considerar uma possível origem comum dos grupos falantes de Macro-Tupi e os de Macro-Jê: os primeiros teriam se espalhado pelo Oeste e pelo Norte, ao longo dos afluentes orientais do Madeira, cabeceiras do Tapajós e do Xingu; enquanto os Macro-Jê teriam se dirigido para o Leste e para o Sul, nas cabeceiras do São Francisco, do Araguaia-Tocantins e do Paraguai.

48 URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas in CUNHA, M. C. *História dos Índios no Brasil,* págs. 87-102. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Militância arqueológica

Raoni Valle estava na aldeia Sawre Muybu quando se viu no meio de uma operação de guerra. Eram onze e meia da noite, ele estava dormindo na escola, quando as luzes se apagaram e alguém deu o alarme: Há gente estranha aí. Um grupo de jovens lideranças desceu para o porto, junto com o cacique Juarez – a aldeia fica no alto do barranco, com cerca de 30 metros de altura.

– Eu estava com uma câmera de vídeo na mão e resolvi acompanhá-los – conta Raoni. – Não havia nada, só rastro de voadeira muito fresco e marcas de botas, identificadas por eles.

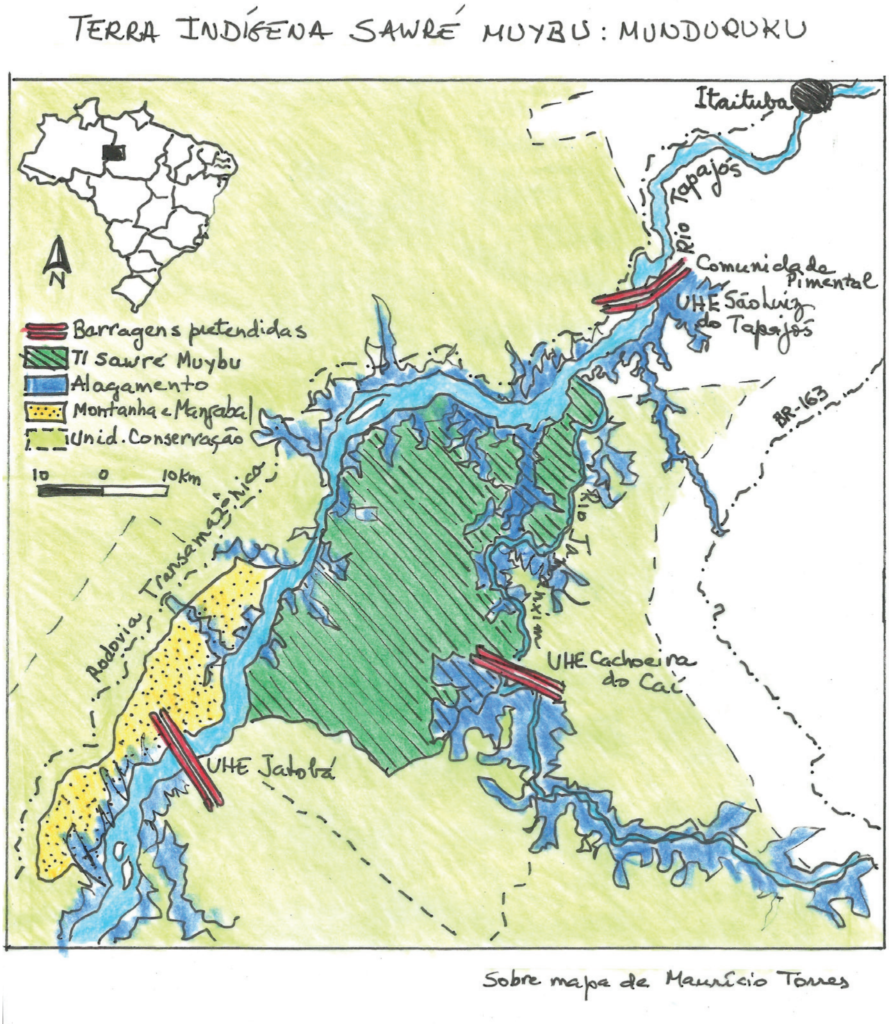
A aldeia fica um pouco abaixo da boca do rio Jamanxim, um dos principais afluentes do Tapajós e que seria cortado por quatro hidrelétricas. A incursão noturna foi apenas mais uma das intimidações feitas pela Força Nacional, que participou com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal da "Operação Tapajós", uma grande mobilização das forças de segurança para "garantir o trabalho dos pesquisadores", que estavam levantando as informações para o estudo de impacto ambiental. Na véspera, um helicóptero deu rasantes na aldeia e dezenas de voadeiras, conduzindo homens armados, passaram em frente ao porto. Houve discussões entre coordenadores dessa operação e líderes Munduruku, que se sentiam acuados e humilhados, como bandidos.

– Essa é a área que eu estudo, eu posso dizer que a qualidade dos estudos feitos na região na área de humanas é terrível, eles não conseguiram entender o que encontraram, quanto mais avaliar o impacto – protesta o geógrafo Maurício Torres. – O vale do Tapajós é a principal província aurífera do planeta, numa região coberta por áreas protegidas, sejam unidades de conservação, sejam terras indígenas. Para essa mineração se implementar, eles precisam de um marco regulatório, que o governo está desesperado para liberar, e energia, muita energia.

Tentei localizar as terras Munduruku e, de fato, o Google Map só indica um ponto; aliás, num lugar errado, na margem esquerda do Amazonas, próximo a Alenquer.

– A deliberada omissão do governo em demarcar as terras Munduruku e manter o que é um território como um ponto no mapa, obrigou-os a tomarem a corajosa decisão de fazerem a sua auto-demarcação[49] – explica Maurício. – O ponto vai se tornar um polígono, será possível converter isso

49 http://coletivocarranca.cc/autodemarcacao-encontra-grileiros-e-pede-participacao-instituto-chico-mendes/.



Essa terra Munduruku tem 220 km de perímetro, incluindo a aldeia de Sawré Muybu, perto da foz do rio Jamanxim, e alguns dos principais lugares sagrados desse povo. Como a FUNAI "engavetou" a sua regulamentação, os Munduruku decidiram autodemarcar sua própria terra, ação registrada no filme Mundurukânia, Na Beira da História, de Miguel Viveiros de Castro, que acompanha esse livro. O mapa do geógrafo Maurício Torres, em que me baseei, indica três das hidrelétricas planejadas no complexo do rio Tapajós, que claramente afetam toda a região, inclusive alagando partes consideráveis da Terra Indígena Munduruku, além de transformar o caudaloso rio numa sucessão de lagos.

num mapa e sobrepor aos impactos da obra. Aí, sim, poderemos conhecer, de fato, os impactos quantificados que a barragem, no caso, a de São Luiz do Tapajós, vai ter sobre o território de Sawre Muybu. Pelo que sabemos, a aldeia estará na margem de um “lago”. O mesmo aconteceria com o território de Mangabal, com o barramento de Jatobá. Lagos no lugar do que foi, um dia, o rio Tapajós.

– As consequências podem ser devastadoras – protesta a arqueóloga Bruna Rocha. – A atuação de empresas de arqueologia de contrato onde os direitos não são respeitados, perde a legitimidade. Todo cientista social deveria pensar mais nas consequências da sua atuação. É uma luta difícil, pode não ter sucesso, mas não vejo como não tentar. Daqui a algumas décadas, quando se for escrever a história da arqueologia no Brasil, esse período poderá ser visto como de muita expansão, mas provavelmente como um período negro da nossa profissão.

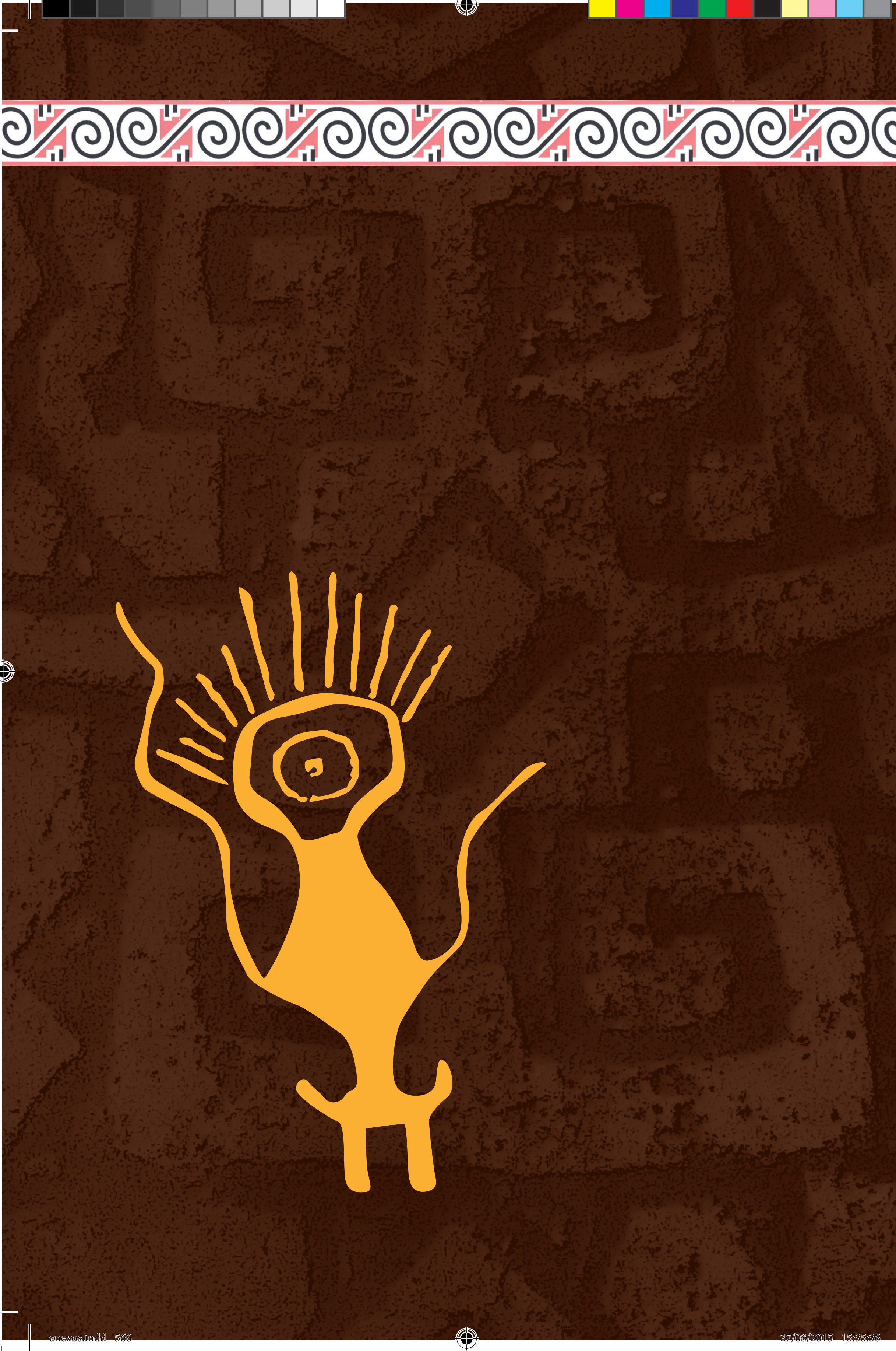


Equipe do LAVAI - Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem - editando o primeiro filme feito pelos Munduruku, Daje Kapap, dirigido por Eliano Krixi Munduruku e Karo Munduruku.

cap9.indd 564 27/08/2015 15:32:17

Ouçamos Karo:

– Um país desenvolvido não é simplesmente gerar muito emprego, gerar energia que beneficie a minoria. Para um país ser desenvolvido, tem que começar com a Educação, a Saúde, a Infraestrutura, a Segurança. Para que eles querem fazer hidrelétricas? Para dizer que o Brasil está desenvolvendo. Está desenvolvendo, mas é sempre para a minoria, para as mineradoras. Que energia limpa é essa, que acaba com o oxigênio dos rios e seca as matas próximas? Porque as mineradoras precisam de energia, e onde é que eles encontraram a saída, agora que já acabaram com o Sudeste, já acabaram com os rios do Sul? Aqui na região Norte, na Amazônia.



anexos.indd 566 27/08/2015 15:35:36

ANEXO I

ESCOLAS DA ARQUEOLOGIA INFLUENTES NO BRASIL[1]

Primórdios da Arqueologia

Os grupos humanos sempre tiveram curiosidade sobre o seu passado, atribuindo virtudes mágicas ou sobrenaturais, ou seja, não-humanas, a tudo que fosse desconhecido. Um exemplo são os machados líticos produzidos pelos antigos Tupi-Guarani, encontrados nas roças e interpretados como "pedras de raio", que inspiram temor.

Se é sobrenatural, está acima dos homens, portanto interessa aos regimes totalitários. Um bom exemplo foi o controle das interpretações arqueológicas buscado pelo nazismo que, não por acaso, adotou a cruz suástica, usada há pelo menos cinco mil anos por diferentes culturas, como a do vale do Indus.

Ainda no século XV, os primeiros patronos da Arqueologia eram aristocratas. No século XVII, vigorava a visão preconceituosa do Novo Mundo, que pressupunha nossa inferioridade tecnológica e degeneração, fruto de um "divino desagrado". No século XVIII, acreditava-se piamente que o clima dos trópicos era inferior ao europeu, o que explicaria a também inferioridade das culturas humanas e das espécies em geral aqui existentes. Já no século XIX, surgem a tipologia e a seriação na numismática, que seriam estendidas às ciências físicas e biológicas e, posteriormente, à arqueologia.

No final do século XIX, a disputa se dava entre o evolucionismo e a gênesis bíblica para explicar a origem do Homem. Inexplicavelmente, em pleno século XXI, os norte-americanos ainda se veem às voltas com a inútil discussão com os criacionistas religiosos.

1 Principal fonte: TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

anexos.indd 567 27/08/2015 15:35:36

Charles Darwin era racista

A perspectiva evolucionista cultural antecede a Origem das Espécies de Charles Darwin, publicada em 1858. No estudo comparativo de povos contemporâneos, ordenava-se, forçosamente, de forma linear, do simples ao complexo: a Pedra é anterior ao Bronze, que é anterior ao Ferro. Já se debatia se o pastoreio seria anterior à agricultura.

Assim começou a arqueologia pré-histórica na Dinamarca, quando pela primeira vez aplicaram a seriação para estudar o Neolítico nas Idades da Pedra e do Bronze, em 1816. Em meados do século, foi a vez da Inglaterra e da França estudarem o Paleolítico. Entendia-se Paleolítico como da pedra antiga, anterior ao Neolítico, da pedra nova. Cresciam a geologia e a paleontologia.

Enquanto Alfred Wallace (1823-1913) garantia que as diferenças entre os humanos não tinham origem na seleção natural, da qual foi co-descobridor, o aristocrata Charles Darwin (1809-1882) discordou veementemente dele, sugerindo que a evolução cultural fosse uma extensão da biológica. Para Darwin, os fueguinos que conheceu vivendo muito bem, pelados, na Terra do Fogo, seriam inferiores aos ingleses que os aprisionaram e vestiram.

Daí ao chamado darwinismo social foi um passo, justificando o colonialismo: os povos subjugados não estariam aptos para a expansão da civilização. Enquanto isso, fortaleciam-se os Estados Nacionais na Europa, carentes de uma ideologia que reforçasse as identidades das emergentes nações e, claro, a possível superioridade de um país sobre o outro. Na França, Napoleão promoveu escavações nas cidadelas célticas, do período em que algumas delas resistiram à ofensiva romana de César, no século I DC, o que inspirou a genial história em quadrinhos de Astérix e Obélix, de Albert Uderzo e René Goscinny. Só que os menires carregados por Obélix são, na verdade, muito mais antigos que o druida Panoramix. Para a arqueologia, os artefatos se tornaram mais importantes do que os megalitos.

No Brasil, o imperador D. Pedro II abriu as portas para os naturalistas e exploradores europeus, interessado na descoberta do que seriam nossas "pirâmides", enquanto importava imigrantes para o branqueamento de nossa população mestiça, supostamente inferior. Nesse contexto, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que até hoje resguarda seu cunho aristocrático do berço da Arqueologia.

Marxismo mantém linearidade dos processos

Bruce Trigger defende Marx e Engels do mecanicismo de que são acusados pela aplicação da visão evolucionista linear: ele acha que foi o stalinismo soviético que consagrou essa imutabilidade das etapas de desenvolvimento das sociedades. O fato é que Engels se inspirou na obra do etnólogo Henry L. Morgan, de 1876, para formular a "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", espécie de bíblia marxista para os processos sociais.

Morgan achava que nenhum grupo nativo do Novo Mundo ultrapassara o nível de sociedade tribal, inclusive maias, incas e astecas. Ele dividiu as sociedades pré-classe nos estágios pré-clânico, matriarcal, patriarcal e clã terminal. Seguiriam três formas de sociedades de classe: escravista, feudal e capitalista. Engels acrescentaria mais duas sem classes: socialista e comunista. Para o materialismo histórico, braço científico do marxismo, esta última seria o estágio último da sociedade humana, espécie de ideal a ser buscado, onde todos os indivíduos poderiam fruir de suas diferenças sem hierarquia. Não foi o que se observou durante o conturbado século XX, começando pela Revolução Russa de 1917, a Chinesa de 1949, a Cubana de 1959, e assim por diante.

Arqueologia no Novo Mundo

Nos Estados Unidos, já se estudavam os montículos e aterros pré-históricos na costa leste e no vale do Mississipi, mas era uma abordagem apenas descritiva. Em 1846, foi fundado o Smithsonian Institution, que a partir de 1860 promoveu escavações nos concheiros da costa leste.

Para a burguesia ascendente, à cultura material crescente deveria corresponder um aperfeiçoamento social e moral. Só que, no Novo Mundo, os brancos não consideraram os nativos espoliados e os escravos negros dignos de tal prerrogativa. Enquanto na Austrália os arqueólogos conseguiam contornar a interdição de mulheres arqueólogas nos sítios sagrados, a que só homens deveriam ter acesso, graças a uma visão antes histórica que evolucionista da história pré-colonial, nos Estados Unidos isso seria muito mais difícil, a formação arqueológica partia da antropologia, claramente evolucionista cultural.

Histórico-cultural desbanca evolucionismo

No começo do século XX, o difusionismo desbancou o evolucionismo na etnologia inglesa, a partir de estudos das sociedades da Oceania.

Como se acreditava que nada poderia ter evoluído fora do Antigo Egito, só os mercadores egípcios poderiam ter levado alguma civilização para além-mar.

O australiano Childe, marxista, publicou em 1925 a nova abordagem histórico-cultural que se opunha à velha arqueologia evolucionista. Artefatos não são fósseis mortos, seria importante analisar as variações geográficas e temporais no registro arqueológico, fugindo do determinismo estreito. Prevalecia, no entanto, a visão de que o mesmo modo de produção em diferentes culturas geraria características semelhantes na organização social e na ideologia de culturas que poderiam não ter qualquer vínculo histórico entre elas.

Em 1932, surgiram nos EUA os defensores da taxonomia, que classificava os achados por métodos formais. Surgiram fases e padrões, a partir da similaridade de traços entre artefatos de um mesmo período de um dado sítio. Apesar das distorções, foram aperfeiçoados os métodos arqueológicos, como a seriação, a estratigrafia e a classificação._

Em 1938, James Ford, criador da seriação, defendeu que só tem cabimento reconhecer tipos se estes forem instrumentos de interpretação histórico-cultural, considerando diferenças espaciais e temporais.

Arqueologia Ecológica de Julian Steward (1902-1972)

Também materialista, Steward destacou o papel dos fatores ecológicos na conformação de sistemas socioculturais pré-históricos. Em 1938, mesmo ano da publicação de Ford sobre tipologia, defendeu que arqueólogos e etnólogos deveriam fazer uma análise ecológica do comportamento humano. Ao valorizar a análise das condições de vida das populações pretéritas, os padrões de assentamento, etc., deixando um pouco de lado a análise estilística dos artefatos, Steward abriu caminho para as equipes multidisciplinares.

Ele inspirou a Arqueologia dos Assentamentos: cemitérios, espaços de habitação, palácios, templos, fortes e redes de irrigação são estruturas que poderiam ser contemporâneas, servem para reconstruir a organização social e política de outros tempos.

Pessoalmente, tive a experiência de encontrar tocas (abrigos sob rocha) em 2008, a 200 km da Serra da Capivara, no sul do Piauí, com ocupação sazonal para o plantio e colheita da fava, que reproduzia um padrão de assentamento certamente semelhante ao que existiu na pré-

-história da região: uso de redes, localização diferenciada de fogueiras para cozinhar ou reunir e socializar o grupo, ao mesmo tempo que defendia à noite dos animais, etc. Esse é um enfoque funcionalista que rejeita o determinismo ecológico: são estruturas comunitárias com distribuição espacial que reflete o impacto do comércio, da administração e da defesa regional.

Neoevolucionismo e Nova Arqueologia

No pós-guerra, verificou-se nos EUA um certo ressurgimento do evolucionismo cultural, popularizado nos anos 1960 e 1970. Esse neoevolucionismo diferia do evolucionismo unilinear do século XIX pelo determinismo ecológico, demográfico e tecnológico. Mas pressupunha um comportamento “conservador” do ser humano, sem lugar para a criatividade individual que justificasse mudanças. Tal como os difusionistas e os antropólogos sociais acreditavam, os homens sempre tentariam preservar a vida familiar, a não ser que algum fator fora de seu controle os empurrasse para alguma mudança, como afirmavam os etnólogos Leslie White e Julian Steward. Este acreditava que cenários naturais semelhantes propiciariam o desenvolvimento de culturas semelhantes, o que seria uma abordagem alternativa no estudo da evolução cultural, com um enfoque mais empírico e multilinear dos fatores ecológicos.

Em 1960, Betty Meggers publicou uma das primeiras aplicações da teoria neoevolucionista à Arqueologia, “The Law of Cultural Evolution as a Practical Research Tool”. Como White dizia que a cultura evolui à medida em que aumenta a quantidade de energia utilizada por cada indivíduo no trabalho, Meggers trocou a fórmula Cultura = Energia x Tecnologia (C= E x T) por Cultura = Ambiente x Tecnologia (C = A x T). Sua fundamentação era a de que, em sociedades de pequena escala, a lei de White não podia ser aplicada pela ausência de fontes não humanas de energia, portanto era preciso substituí-la (a Energia), pelo Ambiente. Na prática, o arqueólogo, capaz de reconstruir a tecnologia e o ambiente de uma cultura pré-histórica, poderia determinar as características básicas dessa cultura. Nada mais determinista técnico-ambientalmente.

Em 1959, Joseph Caldwell publicou na *Science* o artigo “A nova arqueologia norte-americana”, com a crescente valorização da ecologia e dos padrões de assentamento, evidenciando um novo interesse pelo processo cultural. A Nova Arqueologia originou-se do somatório de preocupações dos arqueólogos dos anos 1950: o conceito de mudança processual nos

sistemas culturais, por conta da ecologia e dos padrões de assentamento; e a ênfase nas regularidades culturais apontadas pelos neoevolucionistas.

Nos anos 1960, Lewis Binford defendeu a Nova Arqueologia como uma forma modificada do método taxonômico, na pós-graduação que fez na Universidade de Michigan. É possível que tenha sido ao lado de Betty Meggers, que fez uma pós em Michigan de Museologia, onde ela me contou ter conhecido e se encantado pelo evolucionismo cultural.

Nova Arqueologia Americana é o Processualismo

A Nova Arqueologia adotou a cerâmica para inferir padrões de residência de comunidades pré-históricas. Como se presume que as mulheres fazem a cerâmica utilizada em casa, os elementos de desenho tenderiam a se concentrar nos lugares onde o conhecimento se transmitia de mães a filhas, ou seja, em sociedades matrilocais. Caso fossem patrilocais, onde mulheres ceramistas de diferentes linhagens viveriam na vizinhança, a distribuição dos motivos poderia ser aleatória. Não se pensou na cerâmica produzida profissionalmente e comercializada a longas distâncias, ou se tentou pesquisar as circunstâncias em que as peças foram quebradas.

Acusaram os processualistas, ou seja, os novos arqueólogos, de anti-historicismo, servindo aos objetivos ideológicos do imperialismo norte-americano, que se impôs no pós-guerra. Governo e fundações privadas apoiaram financeiramente as pesquisas voltadas para descaracterizar os estilos nacionais e regionais nos países periféricos, como os da América Latina. No Brasil, foi o tempo em que chegaram a matéria plástica, o rock-balada, os filmes de mocinho, o ar refrigerado, o chiclete de bola e, claro, a Coca-Cola, como ensina a bem-humorada canção “Subdesenvolvido”, de Carlos Lyra.

A escola francesa estruturalista

No final dos anos 1960, surgiu na França e na Inglaterra a arqueologia simbólica, estrutural ou crítica, de inspiração marxista e influenciada pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, antropólogo e etnólogo de origem francesa que foi professor da USP e estudou várias tribos indígenas brasileiras, como os Kadiwéu, os Bororo e os Ñambiquara, ainda nas décadas de 1930 e 1940.

No movimento teórico, juntaram-se os antropólogos Maurice Godelier, E. Terray e P.P. Rey com o filósofo Louis Althusser, ligado à esco-

la de Frankfurt. Ao sublinhar a complexidade dos modos de produção e o papel da consciência humana nos processos de mudança, essa abordagem valoriza o choque de interesses entre homens e mulheres ou entre diferentes grupos etários, que geram conflitos nas sociedades sem classes e nas atividades humanas em geral. A própria pesquisa científica é determinada por esse jogo de contradições, impregnada que é pela ideologia. Na prática, esses teóricos se propunham a construir uma nova teoria marxista das sociedades pré-capitalistas, já que à época de Marx e Engels não se tinha o conhecimento contemporâneo a respeito delas.

Leroi-Gourhan, que foi professor de Niède Guidon, é um pioneiro admirado pelos arqueólogos estruturalistas. Ele documentou padrões de localização e de associação de diferentes espécies animais, representadas nas cavernas do Paleolítico Superior da Europa Ocidental, interpretando-os como mitos que tratam da relação entre os princípios masculino e feminino.

O estruturalismo de Lévi-Strauss inspirou o estudo da cultura material, em busca de padrões simbólicos subjacentes da mitologia nativa americana. Na Arqueologia, onde a riqueza e a variação do registro arqueológico é muito grande para ser explicada apenas por condicionantes ambientais, é importante aprofundar os fatores intrínsecos do sistema para compreendê-lo.

Arqueologia Contextual e o Pós-Processualismo

A arqueologia pós-processual ou contextual especificamente britânica começou como crítica às pretensões imperialistas da arqueologia processual norte-americana. Um confronto com as ideias marxistas ajudou a revelar, segundo Trigger, as estreitezas mecanicistas da teoria neoevolucionista, que trata os seres humanos como instrumentos passivos, ao invés de vê-los como fazedores de história.

O arqueólogo inglês Ian Hodder (1948-), professor em Stanford e escavando na Turquia, é considerado por Binford como o rival mais importante da arqueologia processual. Para Hodder, a cultura material é um elemento ativo na relação entre os grupos, tanto para enfatizar dessemelhanças como para minimizar, se assim desejado, tais diferenças. É o caso de algumas culturas africanas em que a decoração de cabaças e de lanças assinala a oposição entre homens e mulheres jovens aos varões adultos dominantes. Em outro exemplo, ideias complexas sobre religião, higiene e rivalidade de status influenciam costumes funerários em algumas sociedades, onde um sepultamento simples pode refletir um ideal social de

igualitarismo, que não é concretizado na vida cotidiana. Grupos de status elevado usam a cultura material para legitimar sua autoridade.

Nos Estados Unidos, o arqueólogo Mark Leone (1940-) juntou-se a Hodder, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, buscando estabelecer um novo começo para a teoria arqueológica, em oposição ao cientificismo da Nova Arqueologia. Para isso, lançaram mão de recursos teóricos da sociologia e da semiótica, usando ferramentas estruturalistas e marxistas. Essa corrente considera que a Arqueologia reconstitui o passado a partir da subjetividade do arqueólogo, rompendo com a idéia processualista de reprodução "objetiva" desse passado.

O neo-marxismo, o pós-positivismo, a fenomenologia, a práxis e a hermenêutica foram tendências que influenciaram a Arqueologia Pós-Processual ou Interpretativa.

Segundo Trigger, principais autores associados aos movimentos importantes da Arqueologia Pré-Histórica:

-Arqueologia Histórico-Cultural: Kossinna, Childe, Wheeler, Hawkes, Piggott, E. Thompson, Kidder, Nelson, J.A. Ford, Strong, Griffin, Li Ji, Bordes.

- Arqueologia Funcional: Crawford, Fox, Childe, Ravdonikas, Tallgren, Clark, Higgs, W. Taylor, Braidwood, Willey, MacNeish, Caldwell, R. M.Adams.

- Arqueologia Processual: Binford, Clarke, Flannery, Schifer, Renfrew, Dunnell, Sanders, Watson, Isaac.

- Arqueologia Pós-Processual: Hodder, Leone, Leroi-Gourhan.

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO DA CERÂMICA DE MARAJÓ, SEGUNDO MEGGERS & EVANS[1]

Em 1948, Meggers e Evans utilizaram pela primeira vez o moderno processo de estratigrafia arqueológica, técnica que diferia da até então usada estratigrafia geológica. Publicaram um relatório preliminar no *American Antiquity*, no. 1, vol. XVI, de julho de 1950.

Escavaram 15 zonas na ilha de Marajó. Só numa delas, no Camutins, havia 21 tesos (*mounds*). O mesmo fizeram nas ilhas Caviana e Mexiana e no território do Amapá. Após detalhada análise tipológica e comparando com material das coleções conhecidas, estabeleceram a sequência abaixo do desenvolvimento cultural na foz do Amazonas.

Concluíram, erradamente, que a grande cultura de Marajó, a dos construtores de aterros e autores da cerâmica mais sofisticada, era relativamente recente e precedida de três outras, das quais não teria recebido qualquer influência: o uso da técnica incisa e excisa (*champlevé*), ausente nas fases anteriores, só poderia ser fruto de uma intrusão na área, pensaram eles. Apenas os cachimbos poderiam ser considerados elementos de ligação entre as fases, apesar das diferenças.

1) FASE ANANATUBA - 1500 AC a 900 AC

Mais antiga tradição cerâmica de Marajó.

Habitavam costa norte, atlântica, em frente às ilhas Caviana e Mexiana. Floresta e pequenos rios perto do litoral.

Aldeias circulares, casas de palafitas sobre elevações naturais de terra, cerca de 25 cm acima da planície circundante, encharcável na estação chuvosa.

1 Fonte: BARATA, Frederico. *Arqueologia - As Artes Plásticas no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituição Larragoiti, 1952.

Louça lisa, superfície às vezes polida, decoração incisa de linhas paralelas ou onduladas. Muito simples.

Segundo Rapp Py-Daniel, João Saldanha teria comunicado verbalmente em 2014 a existência dessa fase também no Amapá[2].

2) FASE MANGUEIRAS - 1000 AC a 400 AC

Grupo que venceu o anterior, partindo do sul de Caviana e do rio Croari, expandindo-se pelo norte e centro de Marajó.

Aldeias semelhantes às do grupo da fase Ananatuba: circulares ou ovais, palafitas sobre pequenas elevações naturais, perto dos pequenos rios.

Louça com decoração mais abundante mas com técnica inferior: mais fraca, imperfeita e superficialmente queimada, sinal da degeneração da cultura existente no entorno da ilha.

3) FASE FORMIGA - 100 AC a 800 DC

Surgimento na costa norte de tribo vinda da parte oriental, com influência da anterior mas não a absorvendo. Louça não declina e se mantém forte ao chegar.

Preferiram o planalto à floresta para morar.

Nas camadas superiores dessa fase começam a surgir vestígios dos Marajoara.

4) FASE MARAJOARA - 400 DC a 1300 DC

Construção de aterros artificiais: tesos ou *mounds*, entre um e três metros acima da maré cheia. Casas construídas diretamente sobre os aterros, com soalho de lodo ou tabatinga, endurecido, reforçado periodicamente.

Enterramentos das urnas funerárias nos tesos-cemitérios, segundo eles, feitos uns sobre os outros, sem preocupação de não perturbar os anteriores. Ossos pintados de vermelho.

Sinal de grandes fogueiras na superfície.

2 RAPP PY-DANIEL, Anne. *Os Contextos Funerários na Arqueologia da Calha do Rio Amazonas*. Tese de Doutorado, orientada por Levy Figuti. MAE-USP. 2015.

Simultaneidade das louças excisa, incisa e pintada.

Ao contrário das demais fases, instaladas na costa, a Marajoara restringe-se ao interior da ilha, sobretudo nas elevações em torno do lago Arari.

O casal estava convencido de que não havia na América do Sul "proceder complexo como o dos Marajoara", mas que estes chegaram em seu clímax cultural e daí declinaram na ilha.

Hipótese de origem da cultura marajoara, para M & E:

Povo oriundo de área com agricultura intensa

Alto grau de avanço cultural, impossibilitado de crescimento na floresta tropical

Forçado a emigrar de sua área de origem, encontrando em Marajó os pequenos grupos dispersos das fases Mangueiras e Formiga.

Antigos moradores expulsos ou subjugados.

Começaram os aterros, talvez porque já tivessem essa tradição. Ou porque as inundações cíclicas não lhes permitiam construir as casas a que estavam habituados.

Terra imprópria para agricultura

Peixe abundante e variedade de pequena caça

Agricultura não pôde prosperar e cultura declinou.

Últimos remanescentes absorvidos pelos Aruãs, único grupo existente na ilha quando da chegada dos europeus.

5) FASE ARUÃ - 1300 DC a 1600 DC

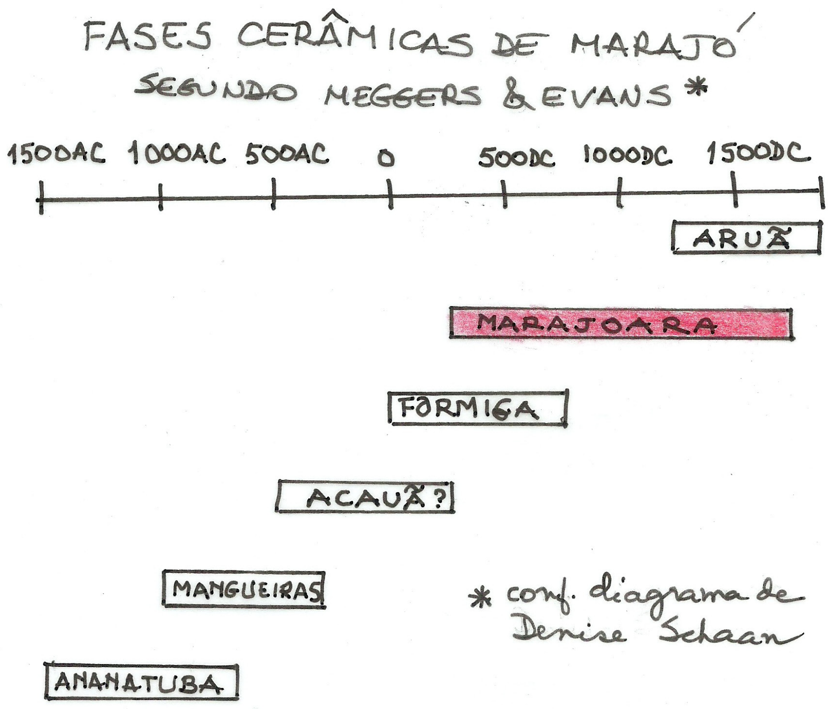
"Última e menos importante de todas as fases insulares. Constitui-se de cerâmica mal cozida e de formas extremamente vulgares".[3]

6) FASE ACAUÃ - Seria, pelo diagrama de Denise Schaan[4], que aqui reproduzimos, aproximadamente de 1300 DC a 1500 DC. Sem confirmação.

---

3 ABREU, Aurélio M. G. *Culturas Indígenas do Brasil.* São Paulo: Traço Editora, 1987.

4 SCHAAN, Denise Pahl. *Marajó: Arqueologia, Iconografia, História e Patrimônio.* Erechim, RS: Habilis, 2009, pág. 35.


FASES CERÂMICAS DE MARAJÓ
SEGUNDO MEGGERS & EVANS *
1500AC
1000AC
500AC
0
500DC
1000DC
1500DC
ARUÃ
MARAJOARA
FORMIGA
ACAUÃ?
MANGUEIRAS
ANANATUBA
* conf. diagrama de Denise Schaan

ANEXO III

PERÍODOS DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE MARAJÓ SEGUNDO DENISE SCHAAN[1]

MARAJOARA I

Período Incipiente - 70 AC a 400 DC

Início dos tesos

Cerâmica Marajoara junto com Formiga

Não há lítico nem hierarquia

Estatuetas, tecidos

Não tem urna funerária.

MARAJOARA II

Período Expansionista - 400 DC a 700 DC

Exploração intensiva de peixes nas cabeceiras

Aumento dos tesos

Aldeias em torno de liderança

Surgimento de elite: deformação de crânios

Importação de itens de prestígio (machados, contas)

Cerâmica mais sofisticada

Casas de chão batido nos tesos em lugar das palafitas

Expansão para fora dos campos

1 SCHAAN, Denise Pahl. *Cultura Marajoara - edição trilingue.* Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

MARAJOARA III

Período Clássico - 700 DC a 1100 DC

Auge da cultura marajoara

Pequenos cacicados rivais

Maior fluxo de itens de prestígio por redes de troca

Imitação da pedra verde em cerâmica

Possível existência de escravos

Sepultamento primário e secundário

Urnas com símbolos da linhagem

MARAJOARA IV

Declínio - 1100 DC a 1300 DC

Urnas menores e cremação dos ossos

Abandono de alguns tesos

Mais aldeias e menores

Enfraquecimento dos centros religiosos

Decréscimo do poder dos chefes:

Possível queda dos meios de subsistência por mudanças climáticas e/ou invasão dos Aruãs.

FASE CACOAL - 1300 DC a 1650 DC

Abandono dos tesos como centros políticos

Dispersão das aldeias, que se tornam autônomas

Introdução de novas técnicas e matérias-primas

No período final, invasão de portugueses e Aruãs leva à adoção de tática de guerrilha.

ANEXO IV

TRADIÇÕES E FASES DA CERÂMICA DA AMAZÔNIA, ASSOCIADAS A PADRÕES DE OCUPAÇÃO, GRUPOS LINGUÍSTICOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS[1]

Tradições arqueológicas segundo Meggers & Evans (PRONAPA 1976), que eram contra a associação de cerâmica com tronco linguístico:

I - TRADIÇÃO HACHURADA ZONADA

Para o PRONAPA, é a mais antiga tradição ceramista da Bacia Amazônica. Engobo vermelho e escovado, largas linhas incisas, isoladas ou definindo zonas de fino hachurado (traços paralelos ou cruzados que dão o efeito de sombreado). Inclui cachimbos tubulares.



Hachurado Zonado. Reprodução de ilustração da tese de Anne Rapp Py-Daniel, *op. cit.*, baseada em Meggers & Evans.

Época:

500 AC a 500 DC

Ocorrência (Simões 1972):

Pará - Fases Ananatuba e Jauari (antiplástico cariapé, identificado por Simões em 1969, em Marajó; para as fases semelhantes no Peru (Tutishcayno) e no Equador (Yasuní), o antiplástico era areia)

1 As explicações segundo o PRONAPA (1976) e Metz Ribeiro (1977), são citadas por MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. *Dicionário de Arqueologia*. Publicação póstuma. Rio de Janeiro: ADESA - Associação de Docentes da Estácio de Sá, Setembro de 1997. Agradeço à professora Maria Arminda, irmã do autor, que teve a gentileza de me ceder uma cópia dessa edição esgotada.

Amazonas - Fases Caiambé e Manacapuru (hoje entendidas como Borda Incisa)
Rondônia - Complexo Dourados e Complexo Periquitos
Acre - Periquitos
Mato Grosso - Vilhena, Jatobá (ambas do Complexo Dourados), Tombador
A fase Jauari, identificada na região de Oriximiná e Alenquer, seria da mais antiga ocupação da região e oriunda da cultura andina Chavín.

Sem vestígio funerário registrado, segundo Anne Rapp.

II - TRADIÇÃO INCISO PONTEADA

Para Meggers & Evans, *"tradição caracterizada por incisões predominantemente retilíneas, às vezes em padrões desenhados com precisão em linhas paralelas, e associadas a ponteados. Ocorre também modelagem em baixo-relevo em adornos biomorfos sobre a borda ou parede do vaso; e a pintura. De artefatos de cerâmica, são comuns estatuetas, cachimbos angulares, rodelas de fuso e suportes de panelas."*



Exemplo de bordas Inciso Ponteadas do Baixo Amazonas (Óbidos). Reprodução de foto do livro de Denise Gomes, *op.cit*.

Época:

de 1000 a 1500 DC (M & E 1961).

*Seria anterior à Borda Incisa. Mesma época da série Arauquinoide, na Venezuela. Para Mário Simões (1972), esta tradição teria registro no Amazonas, com as fases Itacoatiara (identificada por Hilbert), Sanabani e Apuau. No Pará, inclui as fases Konduri (*hoje entendida como Borda Incisa*), Tauá, Curuá, Curi, Castanha. A cerâmica Santarém, para Meggers*

& Evans, seria proto-histórica, com surgimento tardio, como a Arauquín, com sítios ao longo do Orinoco datados entre 1000 e 1500 AD.

Segundo Denise Gomes[2], referindo-se àqueles autores (1961), "o possível centro de origem e direção de dispersão deste horizonte-estilo (...) [seria por] influência das terras altas da Colômbia, que se teria espalhado pelo Orinoco abaixo em direção à sua foz e pelo Orinoco acima, tendo então penetrado na bacia Amazônica"[3].

Complexos cerâmicos com traços da Santarém (M&E):

foz do Amazonas - fase Mazagão
Médio Xingu - fase Cacarapi
Médio Orinoco - série Arauquinoide. Roosevelt considerou esse estilo como uma transição gradual da Barrancoide, em Corozal, no Médio Orinoco, entre 800 AC e 500 DC. No Alto Orinoco, teria chegado depois de 500 DC e se estabelecido na bacia Amazônica depois de 1200 - 1300 DC. Citado por Gomes 2002.
Baixo Orinoco - Fase Barrancoide pós-clássica
Noroeste da Guiana - fase Mabaruma tardia
Grandes Antilhas - séries Chicoides
Sítios no Médio Tapajós, no Alto Madeira e no Baixo Negro.

Associações:

A tradição Inciso Ponteada tem muitas semelhanças com a Borda Incisa e as fronteiras não são muito claras (Neves, Moraes 2012).

Lathrap (1970), Boomert (2003)[4], Guapindaia (2008) e Rocha (2012), citados por Rapp Py-Daniel (2015), consideraram a Inciso Ponteada como resultado da invasão Arauquinoide a partir do Orinoco, pelo canal de Cassiquiare.

2 GOMES, Denise Maria Cavalcante. *Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

3 Segundo o PRONAPA 1976, citado por Mendonça de Souza, **horizonte** "são grupos de elementos ou técnicas que se distribuem espacialmente, em tempo relativamente curto". E **tradição** "são grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal; sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica."

4 BOOMERT, Arie. "Agricultural Societies in the Continental Caribbean" em SUED-BADILLO, J. (Ed.). *General History of the Caribbean, Autochtonous Societies*, Vol. 1, págs. 134-194. Londres: UNESCO Publishing, Macmillan, 2007.

Denise Gomes (2002) destaca a variação de estilos na região de Santarém e arredores, já observada por Nimuendaju nos anos 1920. Pelas lacunas de datação, ela prefere se referir aos estilos cerâmicos Santarém, Konduri e Globular. Menciona a cerâmica encontrada em Paurá (300 km a oeste de Santarém), no rio Arapiuns (afluente do Tapajós a noroeste de Santarém) e em Montenegro, vizinho a Santarém, todas elas inteiramente diferentes do estilo Tapajó de Santarém. Ela ainda se refere a peças relacionadas à tradição Barrancoide e ao estilo Globular, para as quais segue a caracterização já feita por Hilbert (1955)[5], Lathrap (1970), Brochado e Lathrap (1982)[6] e Roosevelt (1997)[7].

Ocorrência:

Tapajós (Itaituba, Aveiro, Santarém - PA). Para Gomes, os estilos que se assemelham ao Santarém, ainda que com variações na execução e tecnologia empregada, seriam de Influência Santarém. O mesmo se aplica para o estilo Konduri e de Influência Konduri, na região do Nhamundá-Trombetas.

Associação com falantes Karib:

Considerando a associação Karib, Rapp Py-Daniel (2015) cita a calha do rio Orinoco, rio Amazonas (afluentes Tapajós, Trombetas), parte da Guiana, Amapá e norte do Pará, República da Guiana (ex-Inglesa). Os Karib tinham predileção pela prática funerária da cremação, cuja ocorrência na Amazônia constitui uma faixa diagonal que vai da Guiana (Francesa) até as cabeceiras do Madeira, observa a autora. Em contraste, no Sudeste amazônico haveria maior concentração de sepultamentos secundários (Jê). Os Karib também usavam o duplo enterramento, sendo as primeiras exéquias a de cremação e decomposição, particularmente no caso dos xamãs, enterrados com seus pertences. Nos demais casos, possível urna ou rede para conter o morto.

Existe a hipótese de que os Karib tenham uma origem comum com o Macro-Tupi e o Macro-Jê, dos quais teriam se separado há menos de dois

5 HILBERT, Peter Paul. "A Cerâmica Arqueológica da região de Oriximiná". Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Publicação n. 9, 1955.

6 BROCHADO, José e LATHRAP, Donald. *Chronologies in the New World: Amazonia*. Manuscrito inédito, 1982.

7 ROOSEVELT, Anna C. "The Excavations at Corozal, Venezuela. Stratigraphy and Ceramic Seriation". *Yale University Publications in Anthropology*, nº. 83, New Haven, Department of Anthropology and the Peadbody Museum, Yale University, 1997.

mil anos. Nesse caso, a origem deles seria ao sul do rio Amazonas. Mas o linguista Urban e outros acreditam numa possível origem nos altiplanos das Guianas e da Venezuela. Com exceção de cinco grupos instalados ao sul do Amazonas, próximos ao rio Xingu, todos os outros grupos de fala Karib hoje estão no extremo Norte do Brasil, nas Guianas, Venezuela e parte da Colômbia.

No século XVI os espanhóis chamavam de Karib, Caraíba, canibal aos que se opunham a eles, inclusive grupos Arawak.

Antiplástico:

Predominância do cauixi abundante, às vezes associado a outros materiais.

Decoração:

Uso de incisões e ponteados alternando com motivos decorativos nas bordas ou pescoços dos vasos e modelados de várias formas. Engobo vermelho. Predominância dos motivos zoomorfos, com a presença marcante do urubu-rei, além de roedores e, mais raramente, animais como o boto. Figuras antropomorfas são em geral representações zoomorfas antropomorfizadas. Para Roosevelt (1992)[8], a frequência de tais motivos poderia refletir preocupação com a alimentação, além de um padrão de subsistência mais estável (obtenção de proteína concentrada na caça). No caso da Influência Konduri, a representação do urubu-rei é com frequência associada à dualidade: o bico do animal contém uma outra representação em tamanho reduzido. Guapindaia (2008) menciona esses adornos bimorfos.

As cariátides, três figuras femininas que sustentam a vasilha, como na Antiguidade Grega, têm o sexo representado por uma incisão e, com frequência, têm os olhos ou a boca cobertos pelas mãos, talvez aludindo à interdição de mulheres participarem nas cerimônias religiosas, como interpretou Nimuendaju por dados etnohistóricos.

A importância atribuída a figuras masculinas, pelo detalhamento inclusive de acessórios de prestígio, como adornos e chocalhos, e a dimensão de urnas e vasos supostamente para uso cerimonial, sugerem um contexto de culto aos ancestrais, que teriam sido chefes e xamãs.

---

8 ROOSEVELT, Anna C. "Arqueologia Amazônica" em CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, págs. 53-86, 1992.

Registre-se a existência de motivos geométricos, muitos em pintura policrômica, com características bem diferenciadas da tradição Inciso Ponteada. Em Santarém-Aldeia, foram identificadas peças com pintura vermelha e preta sobre branco, numa combinação de bandas e linhas, com reproduções de motivos animais ("Modo Santarém Pintura Policrômica", segundo Roosevelt), ou seja, pinturas que reproduzem padrões incisos.

Práticas funerárias:

Segundo Anne Rapp (2013), usando a sistematização feita por Chaumeil (1997)[9], a mumificação ao sol, ao fogo e/ou com resinas, frequentemente com enterramentos em urnas ou elevados (plataformas), era uma prática destinada aos chefes, guerreiros e xamãs; usadas, entre outros, pelos Tapajó. Além deles, os Yuko, Mawé, Apiacá, Mundurucu e Puri-Coroado. Curt Nimuendaju (1949) relata consumo de cinzas e mumificação de personalidades[10].

- urnas com decoração nos lábios

- iconografia ligada ao xamanismo (bicefalia e dualidade)

- bojo grande

- tampas (prováveis assadores reutilizados)

- urnas em cemitérios ou não

- frequentes vasos de acompanhamento (fora das urnas)

- sepultamentos individuais

- em Itaituba, urnas sem base, talvez simbolizando a morte também dos vasos.

III - TRADIÇÃO BORDA INCISA OU BARRANCOIDE DA AMAZÔNIA

> *Segundo o PRONAPA 1976, citado por Mendonça de Souza, "é caracterizada por motivos incisos sobre as largas bordas horizontais das vasilhas. Inclui também engobo vermelho e escovado. Dos artefatos de cerâmica participam raras estatuetas,*

9 CHAUMEIL, J. P. "Les Os, les Flûtes, les Morts. Mémoire et traitement funéraire en Amazonie", *Journal de la Société des Américanistes*, v. 83, págs. 83-110, 1997.

10 NIMUENDAJU, Curt. "Os Tapajó" em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 10, págs. 93-106. Belém: 1949.

anexos.indd 586 27/08/2015 15:35:38

cachimbos tubulares, batoques auriculares e labiais e cachimbos planos." Meggers diria em 1983 que essa era a tradição "mais hipotética das quatro".

Época:

100 a 800 DC (corresponderia à fase Nericagua, na Venezuela, datada por C14 de 500 a 800 DC).
Sempre segundo Simões, ocorrência no Pará com a fase Mangueiras e a dúvida sobre a tradição Saracá entre o Pará e o Amazonas.

(veremos que é de fato uma área de transição, conforme Filippo Stampanoni apresentou em Macapá em 2014).

Formas:

Bordas largas com o topo achatado, formando uma seção triangular da silhueta do vaso, mais espesso no centro, segundo Helena Lima. Bordas geralmente decoradas com incisões (mas nem sempre). Também às vezes, pintura ou engobo vermelho no interior ou exterior. Além das fases definidas por Hilbert, Helena destaca a inclusão nessa tradição das fases Boim (Médio Amazonas) e Mangueiras (Marajó). Na bacia do Orinoco, as fases Nericagua, Cotua e Los Caros, que para Rouse e Cruxent, sempre segundo Helena, seriam do período entre 350 e 1150 DC.

Associações:

Hilbert (1968)[11] chamou de Modelado Inciso da Amazônia. Associou a essa tradição as primeiras urnas para enterramento secundário e os primeiros assadores de mandioca.

Lima (2008)[12] vê semelhança com séries Saladoide e Barrancoide do norte da América do Sul (Baixo Orinoco e Caribe). Corresponderiam à fase Barrancas que teve origem naquela região.

Anna Roosevelt (1997)[13] reconheceu que tanto a Barrancoide quanto a Borda Incisa têm incisões mas acredita que novas séries e subséries

11 HILBERT, Peter Paul. *Archäologische Untersuchungen am mittlern Amazonas.* Berlim: Marburger Studien zur Völkerkunde, 1968.
12 LIMA, Helena Pinto. "História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central". Tese de doutorado no MAE-USP, vol. 2, 2008.
13 ROOSEVELT, ANNA C. *op. cit*. Ver nota 7.

anexos.indd 587 27/08/2015 15:35:38

precisariam ser definidas para serem relacionadas às séries do Orinoco. Para ela, é prematuro estabelecer correlações entre os estilos cerâmicos das terras baixas da América do Sul antes de se obterem sequências confiáveis de datações absolutas.

Heckenberger (2005) acha que são todas de origem Arawak.

Lorena Garcia (2012)[14] encontrou no interflúvio Tocantins-Xingu vestígios de 1.600 AC que considerou Borda Incisa, com baixa densidade de material, apliques zoo e antropomorfos, policrômicos, ausência de terra preta. No ano seguinte, Fernando O. Almeida (2013) reforçou a hipótese.

Associação com falantes Arawak:

Antes mesmo da chamada "diáspora Arawak", que levou os povos desse tronco lingüístico a se distribuírem por todas as terras baixas da América do Sul e, ao Norte, até as Bahamas, os Proto-Arawak seriam os primeiros agricultores, saídos, para Heckenberger, do Sudoeste da Amazônia, entre o Alto Solimões e o Médio Orinoco. Em 2011, ele afirmaria que "não é só ocupação de território, mas um padrão complexo de migração, trocas culturais, diferenças de traços e pluralismo".

Características dos grupos Arawak que se apresentam reunidas, constituindo uma "matriz" Arawak, um "ethos" Arawak, como diz Heckenberger (2011)[15], citando Max Schmidt: repúdio a conflitos com outros falantes Arawak; busca de alianças sociopolíticas; ênfase na descendência, consangüinidade e comensalidade; predisposição à ancestralidade, à genealogia e ao status para definir lideranças políticas; finalmente, papel central da religião. Resumo aqui a citação de Anne Rapp, 2015.

Práticas funerárias em paralelo etnográfico com os Arawak:

- Tradição homogênea, que revela diferenciação de status social apenas com o surgimento da fase Paredão.

14 GARCIA, Lorena Luana Wanessa Gomes. "Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins: a ocupação tupi no Cateté". Tese de Mestrado. Orientadora Fabíola Silva. MAE-USP, 2012.

15 HECKENBERGER, M. "Deep History, Cultural Identities and Ethnogenesis in the Southern Amazon" em HORNBORG, Alf e HILL, Jonathan (Eds.). *Ethnicity in Ancient Amazonia*, págs. 57-74. University of Colorado Press, Boulder, 2011.

- Sepultamentos secundários, com retirada das partes moles de forma ativa (com cozimento das carnes ou cremação) ou passiva (com recuperação dos ossos após enterramento).

- Cemitérios de urnas ou : 1) levadas para casa do cônjuge; 2) distribuição dos ossos; 3) defunto embarcado em canoa; 4) consumo das cinzas.

- Existência de feições junto a sepultamentos com cerâmica e animais enterrados, num possível "bolsão de memória", seja para resguardá-la ou pelo desejo dos novos habitantes em sepultar a memória dos antecessores.

Cristiana Barreto[16] refere-se à existência de tais bolsões após hiato de ocupação no Holoceno Médio (Neves 2012), "estruturas com tratamento diferenciado de cerâmicas com representações de corpos", em que estão associados terra preta, carvões, muitos fragmentos de cerâmica decorada que parecem "escolhidos" e "propositalmente enterrados": adornos, apêndices antropomorfos e zoomorfos, fragmentos de vasilhas com rostos animais e humanos (recentemente associados à chamada tradição Pocó-Açutuba). Segundo Cristiana, os mesmos bolsões aparecem no Sítio Aldeia Santarém (Gomes 2011), Hatahara em Iranduba (Neves 2008) e Boa Esperança em Tefé (Costa 2012).

1. FASE AÇUTUBA[17]

Época:

de III AC a III DC.

Desdobramento (metodológico) da antiga fase Manacapuru: Açutuba é a mais antiga.

Antiplástico:

caraipé adicionado à pasta de argila.

16 BARRETO, Cristiana. "Modos de figurar o corpo na Amazônia pré-colonial". Laboratório de Arqueologia Tropical do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado no III Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica. Quito, Equador, setembro de 2013.

17 Ver tradição Pocó-Açutuba, proposta em setembro de 2013 no EIAA III, item V desse resumo.

Formas:

Ampla variedade formal. Frequência de flanges labiais e mesiais em peças de variadas formas, de vasos fechados a pratos. A parte superior da flange é usada para aplicação de motivos decorativos de incisões e modelagens, frequentemente apliques zoomorfos.

Decoração:

Incisa curvilínea, excisões sobre engobo vermelho, acanalados, apêndices zoomorfos; engobo branco e pintura policrômica (Lima 2008).

Associações:

Semelhanças marcantes com Pocó do baixo Trombetas (Guapindaia 2006, Hilbert e Hilbert 1981, Lima et al. 2006).

Locais de ocorrência:

Manaus, Iranduba (sítios Açutuba, Hatahara, Lago Grande, correspondendo em todos esses aos estratos mais antigos, não necessariamente com terra preta), Tefé, Borba, Silves - AM.

Características de ocupação:

Grandes concentrações, aldeias circulares (Heckenberger, 1999). No sítio Açutuba, depois dos vestígios de uma aldeia correspondente à fase Açutuba, esta foi abandonada por volta de 200 DC e só volta a ser ocupada 500 anos depois, já com características Manacapuru e formação de Terra Preta.

Práticas funerárias:

- Urnas enormes com decoração de engobo e/ou aplique e/ou pintura
- grandes cemitérios
- frequentes vasos de acompanhamento, dentro das urnas.

2. FASE AXINIM

Época:

No rio Madeira, estaria na fase Axinim (sécs. I a XIII DC), segundo Simões e Lopes, 1987[18].

Associações:

A fase Axinim seria da tradição Inciso Ponteada, segundo Simões e Lopes, 1987, o que Moraes acha que não é possível. Tem particularidades mas está entre os complexos antigos que precederam a Polícroma. Muito parecida com a fase Paredão. Desde início da EC, Axinim e Paredão estariam relacionadas. No século IX, surgimento das cerâmicas polícromas Guarita. Vestígios de conflitos (trincheiras). Época de grande adensamento populacional[19].

Para Simões e Lopes, a região do Madeira que vai de Autazes a Manicoré (Baixo Madeira), percorrida por eles, teria três fases: **Borba**, policroma, semelhante à Guarita da Amazônia Central e Médio Solimões; **Axinim**, que eles consideraram Inciso Ponteada, e que seria semelhante a várias outras fases, dependendo do atributo considerado (pode parecer Paredão e Manacapuru, da Amazônia Central; ou Konduri e Tapajônica, no estilo; ou Marajoara, na decoração); a terceira fase seria **Curralinho**, também Inciso Ponteada, que Claide Moraes considera não constituir um complexo cerâmico distinto.

Formas e decoração:

Bordas com dupla incisão parecidas com as da fase Manacapuru. Estilo rococó, parece Konduri e Tapajônica. Sofisticação na decoração semelhante à Marajoara, como o uso de incisões e excisões entre campos de cores diferentes, em superfícies engobadas.

---

18 SIMÕES, Mário F. e LOPES, Daniel. "Pesquisas Arqueológicas no baixo/médio Rio Madeira (Amazonas)". *Revista de Arqueologia* 4(1), págs. 117-133. Belém: 1987.
19 MORAES, Claide de Paula; NEVES, Eduardo Góes. "O Ano 1000: Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central" em *Amazônica - Revista de Antropologia*, Vol. 4, nº 1. Belém: UFPA, 2012.

anexos.indd 591 27/08/2015 15:35:38

3. FASE MANACAPURU

Época:

entre séc. IV e VIII DC
(segundo outra fonte, de III a X DC; ou ainda, 550 a 650 DC)

Antiplástico:

Cauixi, típico das águas pretas.

Formas:

Na Amazônia Central, grande variabilidade formal mas sempre com as bordas expandidas, característica dessa fase.

Decoração rebuscada com figuras modeladas abstratas, zoo ou antropomórficas, incisões retilíneas duplas, ponteado, flanges labiais e engobo vermelho (Lima 2008).

Paredes escovadas e apliques (Rebellato 2007, referindo-se à camada 80-100 cm no ponto N1165 W1275 do sítio Hatahara).

Urnas Funerárias:

Tamanho médio, com decoração incisa. Como na Paredão, várias urnas estão invertidas, o que deve ter um propósito.

Características de ocupação:

Maior intervenção na paisagem, como a construção de montículos, e início da formação de terra preta, por conta do aumento de densidade da ocupação e sua duração (alterações intencionais e não intencionais). (Petersen et al. 2005), particularmente entre séculos V e XI DC.

Neves atribuiu a forças contraditórias o abandono de alguns assentamentos (tendência à concentração e hierarquização que viabilizaram construção de montículos contra economia centrada no núcleo familiar, favorecendo a dispersão - Neves *et al.* 2003).

Possibilidade de padrão circular para as aldeias, hipótese não confirmada até então por Rebellato por não ser tão grande no Hatahara.

No caso do sítio Osvaldo, assentamento claramente circular (Lima 2008) nessa fase, confirmando hipótese de Heckenberger para fase associada à Barrancoide (no caso, Manacapuru), que teria origem Arawak.

Lilian Rebellato destaca a correlação da elevação topográfica (montículos) com teores químicos, espessura da terra preta e densidade cerâmica encontrada na tradagem dos montículos, atestando que são artificiais.

4. FASE PAREDÃO

Época:

entre séc. VII e XII DC

(em outra fonte, entre 700 e 1200 DC; em outra, de VIII a XI DC)

Na Amazônia Central, co-ocorrência com fase Manacapuru. Helena Lima considera (sem consenso entre colegas do PAC) que a Paredão seria uma manifestação local de mudanças dentro da fase Manacapuru. Seriam oriundos da "Diáspora Arawak", como chamou Heckenberger (2002).

Antiplástico:

Cauixi como predominante.

Formas:

Variabilidade formal pequena. Paredes muito finas e bem queimadas, com excelência técnica. Muitos vasos com alças (fruteiras). Vasos com pedestais. Grandes urnas com tampas ou vasos emborcados. Panelas sem decoração.

Decoração:

Incisões e pintura com linhas finas, engobo vermelho; pinturas com motivos geométricos e em gregas. Apliques antropomorfos estilizados associados às urnas funerárias (Hilbert 1968 e Moraes 2006). São as "cabecinhas paredão" encontradas nos enterramentos, feitos em grandes urnas, à diferença da fase Manacapuru (urnas tamanho médio).

- Cabecinhas paredão - No caso do sítio Hatahara, em Iranduba, não há urnas mas acompanhamento de "cabecinhas paredão", como as que ornamentam os vasos. Enquanto as urnas paredão têm tampas ou vasos emborcados com essa função, no Hatahara talvez tenham usado cestaria, escolha que pode ter tido uma razão hierárquica.

- Rebellato cita que essa fase parece ter tido "desenvolvimento local", em contraposição à Manacapuru, que parece originada na fase Açutuba.

Ocupação:

Na área central do sítio Hatahara, o início da conformação de uma aldeia circular se dá no nível 110-120 cm e chega à configuração final no nível de tradagem 40-60 cm, camada que pela análise cerâmica corresponde à Paredão. Ocorrência de montículos (também associados a essa fase no sítio Açutuba, com datações a partir de IX DC, contemporâneos de cemitérios). Novamente no Hatahara, eles ocorrem sobretudo na zona centro-leste do sítio, região de grande concentração de Fósforo e a área mais habitada.

Na região de Manaus, ocorrência de muitos cemitérios de urnas, no mesmo lugar de casas, o que pode ter sido proposital. Provavelmente, existência de Cacicados correspondendo a essa fase.

5. FASE CAIAMBÉ - TEFÉ (HILBERT 1968 E COSTA 2011[20])

No Médio Solimões, seria a primeira fase de ocupação, segundo Hilbert, 1968.

Época:

500 AC a 1.020 DC (Anne Rapp, citando Costa 2012, Gomes 2011[21] e Furquim 2014[22] menciona 2.500 ± 50 AP e 2.410 ± 40 AP; a fase mais recente seria Tefé, policroma, semelhante à Guarita).

Antiplástico:

cauixi

20 COSTA, Bernardo Lacale Silva da. "Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - AM". Dissertação de Mestrado. MAE-USP, 2011.

21 GOMES, Jaqueline. "A borda é incisa mas também pintada: Análise Preliminar das Cerâmicas do Sítio Boa Esperança, RDS Amanã – AM". II Semana de Arqueologia dos alunos do MAE-USP (Encontro), 2011.

22 FURQUIM, Laura Pereira. "Arqueologia e Ecologia em Unidade de Conservação. Um palimpsesto de paisagens e histórias na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – AM". II Encontro da Regional Norte da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Macapá, 2014.

Decoração:

Linhas paralelas finas, próximas às bordas. Policromia.

O Sítio Boa Esperança, na foz do Japurá (região de Tefé) evidenciou dois contextos básicos: o primeiro com 30 a 40 cm de terra preta, com ocupações Pocó-Açutuba (2.790 ± 30 AP) e das fases Caiambé e Tefé; o segundo apareceu no interior de bolsões de memória, e seriam mais antigos, de uma chamada fase Amanã (3.580 ± 30 AP e 2.959 ± 45 AP) (Neves et al. 2013, citando Costa, 2011).

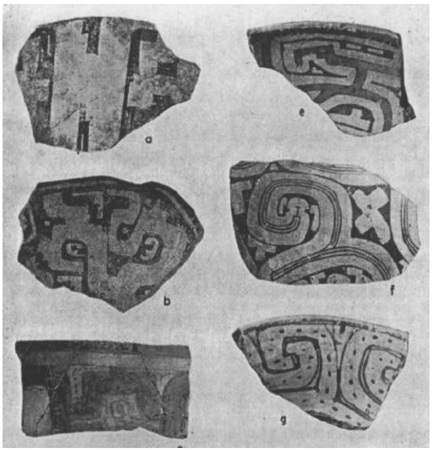
Segundo Jaqueline Gomes, em comunicação pessoal a Anne Rapp em 2014, os sítios Boa Esperança, Cacoal e São Miguel do Cacau seriam contemporâneos, com datações entre 750 AP a 1.270 AP, caracterizando um território de fabricação de cerâmica Borda Incisa.

Práticas funerárias:

- Vasos de acompanhamento dentro das urnas. No Lago Amanã, em Tefé, de apenas um indivíduo. Nas urnas encontradas pela comunidade, durante a construção da escola em Tauary, as urnas são antropomorfas, policromas, com ossos calcinados e os grandes preservados, segundo Jaqueline Belletti.

Há um segundo contexto funerário, de enterramentos primários, bastante perturbados pelas ocupações atuais.

Para Hilbert, as outras fases no Médio Solimões, além da **Caiambé**, seriam **Tefé** (antiplástico caraipé, semelhante à Guarita com lábios reforçados, flange mesial, excisão e policromia), datada no Boa Esperança em 780 ± 40 DC; e a fase **Japurá**, 635 DC, que Lathrap associou à Borda Incisa, a partir das informações de Peter Hilbert,com antiplástico caraipé, engobo vermelho interno e externo, motivos antropomorfos, zoomorfos e abstratos.



Desenhos policrômicos da cerâmica marajoara. Reprodução de Meggers & Evans por Anne Rapp.

Para Claide Moraes (2013), a fase Axinim teria sido obrigada a se retrair quando ocuparam a zona de amortecimento (*Buffer Zone*) à volta dela, dando lugar à Paredão. Entre o Madeira e o Solimões, os antigos parecem ter "dado a volta" por longe da calha do Amazonas, pelos interflúvios, evitando a região de Iranduba-Manaus, então em plena fase Paredão. O mesmo fenômeno teria ocorrido com os Tupi no interflúvio do Tapajós com o Xingu, segundo Fernando Almeida (2013).

IV.- TRADIÇÃO POLÍCROMA

> *"É a grande tradição ceramista da Bacia Amazônica", sintetiza Mendonça de Souza. "Embora a pintura vermelha e/ou preta sobre engobo branco seja a decoração mais popular, a tradição se caracteriza por grande proliferação de técnicas decorativas, como incisão, excisão e acanalado sobre superfícies simples ou engobadas. Enterramentos secundários em urnas antropomorfas; de artefatos de cerâmica [onde estão incluídos estatuetas, rodelas de fuso, colheres, bancos, tangas e suportes de panelas. Os sítios mais famosos associados a esta tradição são os da Fase Marajoara" (PRONAPA 1976).*

Época:

Em 1961, Meggers e Evans consideraram de 600 a 1.300 DC.

Nessa análise, fariam parte da Policroma, sempre lembrando que essa classificação é a que está sendo mais profundamente revista:

Amapá - fase Aristé
Pará - fases Marajoara, Cararapi, Criajó, Independência, Primavera
Amazonas - Guarita, Paredão, Pirapitinga, São Joaquim, Tefé

Época:

A partir do ano 1000 DC até o séc. XVI de nossa era. Chega na Amazônia Central quando está em plena fase Paredão.

Ocorrência:

Toda a calha do Amazonas rio acima a partir da foz do rio Madeira, no período pré-colonial. Rio Madeira, Amazônia Central, Oeste da Amazônia. Convém lembrar que os rios Negro e Solimões se encontram não apenas nas cercanias de Manaus, mas através de vários furos, igarapés, lagos e paranãs, o que certamente estabeleceu diferentes rotas de contato e de recursos aquáticos.

Em 2013, Jaqueline Belletti mencionou várias outras fases policromas subindo o rio Solimões, entre séculos X e XVI: Napo, Caimito, Zebu, Nofurei, São Joaquim, Pirapitinga, conforme citação de Anne Rapp (2015).

Ao menos no Baixo Amazonas, a origem dessa tradição estaria associada à pintura vermelha sobre branco, segundo Roosevelt (1997).

Fernando Ozório Almeida (2013) propôs que a tradição Polícroma também tivesse origem na Borda Incisa, no Oeste Amazônico, passando no Alto Madeira e de lá se difundindo. Claide Moraes (2006) se refere a exemplos "híbridos" de Guarita/Paredão no Madeira. Lembremos que essa seria uma das rotas da possível dispersão Tupi, a partir do berço na "mesopotâmia" de Rondônia.

Características culturais associadas:

Para Hilbert, os complexos policrômicos corresponderiam a culturas ditas mais avançadas, com métodos mais intensivos de agricultura, aldeias maiores e mais duradouras, hierarquização social e divisão do trabalho, estágio esse que poderia ser associado ao circum-caribe ou sub-andino.

Associação com tronco lingüístico Tupi:

A família Tupi-Guarani é a mais estudada, com provável origem em Rondônia, onde existiu maior concentração de falantes Tupi. A dispersão se deu há menos de dois mil anos. Apesar da grande diversidade, Viveiros de Castro (1986)[23] destaca a uniformidade do discurso cosmológico, dos temas míticos e da vida religiosa, principal manifestação do "ethos" Tupi.

23 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: Os Deuses Canibais.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

Almeida (2013)[24], citado por Anne Rapp, registra que os tupis escolheram áreas de terra firme como locais de ocupação e expansão (ele me comentou que, ao contrário da característica de canoeiros, como se falava, os tupis pareciam ter se deslocado pelos interflúvios). Ele também fala da diferença dos Tupinambás do Leste em relação a outros grupos Tupi, do Madeira e do Alto Solimões.

Tupis gostam de ocupar lugares previamente ocupados, como os Kayabi (Almeida 2013); o mesmo registrou Rocha (2012) em relação aos Munduruku e Neves (2012) com os Tupinambá. Realmente, a tradição Polícroma ocupa antigos sítios, assim como fazem as populações ribeirinhas atuais, por causa da terra preta e das árvores frutíferas.

Práticas funerárias em paralelo etnográfico com os povos Tupi:

Eduardo Neves considera que o padrão tupi é a ausência de padrão.

- Grande diversidade cultural, que se reflete na vasta cosmologia e nas diferenciações de status social, reveladas nos muitos tipos de enterramento.

- Urnas antropomorfas. Muito decoradas, com tampas.

- Associação de pintura e apliques de formas humanas com pinturas corporais.

- Sepultamentos em urnas (enterramento primário, secundário, pós-cremação, com possível diferenciação entre cemitérios para cada etapa). Um indivíduo por urna.

- Vasos enterrados dentro das casas, na praça, na floresta, ou jogados no rio.

- Grandes cemitérios na Aldeia São Félix (Autazes) e sítio Monense (Humaitá), conforme comunicação pessoal de Miller; no Alto Madeira, segundo Moutinho e Robrahn-González 2010[25].

Eurico Miller encontrou uma urna antropomorfa entre outras seis, com restos ósseos de criança com 4 a 5 anos, restos carbonizados de oferenda alimentar, datados em 545 ± 60 DC, que seria da fase **Jatuarana**, característica do Alto Madeira, semelhante à Guarita e Borba. Sítio AM-MC-49:

---

24 ALMEIDA, Fernando Ozório de. "A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira". Tese de Doutorado. MAE-USP, 2013.

25 MOUTINHO, Marcelo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. *Memórias de Rondônia, povos e culturas do Rio Madeira*. Rio de Janeiro: Arte Ensaios Editora Ltda, 2010.

anexos.indd 598 27/08/2015 15:35:38

Monense. Distante da terra preta, o que caracteriza ser especificamente um cemitério e, não, habitação.

- Em Borba (Baixo Madeira), vasos com decoração antropomorfa associados a vasos com ossos de fauna queimados. Também em Lauro Sodré (Coari), Médio para Alto Amazonas, foram encontrados ossos de fauna queimados (Tamanaha, 2012[26]): vasos de contorno complexo, decoração acanalada.

- Redes ou cestos envolvendo os corpos.

- Enterramentos diretos, simples ou duplos. Prática também Karib.

- Raros casos de mumificação (dessecação).

- Covas podiam ser circulares, cercadas de madeira com postes, para incineração de chefes (sinal de prestígio).

- Queima dos corpos diretamente no fogo, deixando marcas nos ossos.

- Pertences enterrados junto com o corpo ou distribuídos à família.

- Pedaços de corpos mantidos em casa: se familiares, depois enterrados; se inimigos, descartados.

- Substituição funerária: o morto pode ser "substituído" por partes do corpo (cabelo, dente ou unhas), por objetos ou por pessoa viva.

- Elevação: No Alto Amazonas, usava-se a exposição do cadáver em plataformas, como entre os Warao, Yukpa, Sirionó, grupos do Chaco e Jívaro, nem todos de origem Tupi.

- Exocanibalismo (sobre outros povos), sobretudo entre Tupinambá (como relata Hans Staden).

- Endocanibalismo (dentro da tribo): prática difundida no Alto Amazonas, Rio Ucayali, Noroeste Amazônico, Alto Orinoco e Norte do litoral atlântico. Associada ou não a outras práticas.

1. FASE GUARITA

Lathrap, Brochado e Noelli consideraram que seria da tradição Borda Incisa. Para o Projeto Amazônia Central (PAC), a fase Guarita continuou Policrômica, como na classificação original de Meggers & Evans.

26 TAMANAHA, Eduardo Kazuo. "Ocupação Policroma do Médio e Baixo Rio Solimões, estado do Amazonas". Dissertação de Mestrado. PPG em Arqueologia, MAE-USP, 2012.

Época:

de IX a XVI DC (ou a partir de 770 DC)

Seria a cerâmica a que se referiu Carvajal quando mencionou a "louça" que superava em qualidade a de Málaga, encontrada pouco abaixo da foz do rio Coari (a 400 km de Manaus a montante pelo Solimões), "vidrada e esmaltada de todas as cores".

Antiplástico:

Predominância de caraipé.

Trincheiras:

A transição de Borda Incisa para Polícroma foi com muitas guerras, como sugerem as inúmeras trincheiras.

Formas:

Vasos com borda reforçada. Urnas funerárias antropomorfas e também com decoração geométrica. Vasos reutilizados como urnas funerárias, até com vestígios de tubérculos, talvez propositalmente.

Decoração:

Policrômica com motivos geométricos (faixas grossas e linhas finas), decoração plástica acanalada, vasos com flange mesial, engobo branco associado ou não à pintura policrômica (vermelho e preto sobre o branco).

Ocorrência:

Extensa distribuição pela calha do Amazonas. Seria a única de tradição Policroma na Amazônia Central.

Ocupação:

Padrão linear. Aldeias nas margens, sobre antigas ocupações, tanto no rio Madeira, seus afluentes, como no Solimões e afluentes. Analogia com característica Tupi.

Grande ampliação das áreas de terra preta entre 10-30 cm no sítio Hatahara, em relação aos depósitos Paredão, o que pode ser pela densidade populacional ou na hipótese de utilização da terra preta como adubo na atividade agrícola. A textura arenosa nas camadas superficiais pode ser pela ação do fogo, que gera aumento de partículas maiores no solo, resguardando a boa drenagem. Mas a terra preta mantém a estabilidade dos nutrientes: "as grandes partículas na superfície da terra preta se devem à fusão de partículas de areia, argila e matéria orgânica" (Rebellato citando Lehman *et al*. 2003, Teixeira e Martins 2003[27]).

A mudança na morfologia da aldeia aponta para a mudança cultural, como a diferenciação no padrão cerâmico, no posicionamento de áreas domésticas, na distribuição de terra preta, substituindo as da fase Guarita. Helena Lima destaca que a interpretação de existência de uma praça central na aldeia, portanto de uma configuração circular dos montículos, seriam relativas à ocupação Paredão anterior (refere-se ao sítio Açutuba e à interpretação de Heckenberger, Neves e Petersen de 1998).

2. FASE ARISTÉ

Guianas, Amapá, Marajó

As peculiaridades da fase Aristé, presente nas Guianas e no Amapá, ainda que esta fosse considerada Polícroma (seria agora Borda Incisa), têm suscitado muitas discussões, por serem bem diferentes daquelas também policrômicas do Alto Amazonas. O mesmo para a cerâmica Mazagão (seria Inciso Ponteada), a Maracá, a Aruã e a Marajoara, todas do Baixo Amazonas. Seriam fruto de outros processos.

Meggers e Evans consideravam a fase mais antiga do Amapá a fase Aruã, o que não se confirmou. A Aristé, para eles, ocorreria ao norte do Araguari-Amapari, como Polícroma. Saldanha e Cabral (2010) constataram elementos decorativos Koriabo (classificado por M & E na Guiana Inglesa) e Marajoara sobre Aristé.

Stéphen Rostain defendeu em 1994 que a Aristé corresponderia ao complexo cultural de origem Arawak cujos descendentes atuais são os

27 LEHMAN J.; KERN, D.; GERMAN, L.; MACCAN, J.; MARTINS, G.C., MOREIRA, A. "Soil Fertility and Production Potencial" e TEIXEIRA, W. G. e Martins, G. C. "Soil Physical Caracterization" em LEHMAN, J; KERN, D.; GLASER, B.; WOODS, W. *Amazonian Dark Earth: Origin, Properties, Managements*. Kluwe Academic Publishers: págs. 29-50 e 272-286, 2003.

Palikur, vivendo na mesma região dos antepassados, na fronteira Brasil-Guiana. Além disso, o Amapá se revela um centro de dispersão de culturas, pela sua diversidade. Rostain propõe datas mais antigas para a Aristé, do século IV ao XVIII.

Os estudos de João Saldanha e Mariana Cabral, citados por Anne Rapp Py-Daniel (2015), consideram a fase Aristé uma descendente da Barrancoide, associada aos povos Arawak, como defendeu Rostain. Sítios com grandes blocos rochosos mas também cavernas e abrigos rochosos. Poços como possíveis substitutos de cavernas e abrigos, com tampas rochosas, frequentemente reutilizados. Para Rapp Py-Daniel, os monumentos seriam uma delimitação do mundo funerário não apenas com as urnas, como no resto da Amazônia. Saldanha ainda comentaria com ela, em 2014, que as urnas antropomorfas não são as mais freqüentes, possivelmente por uma diferenciação entre os mortos.

Saldanha defendeu, em sua qualificação para o doutorado (2014), que a Aristé vai do rio Amazonas ao rio Aprouague; nos sítios mais antigos, a área residencial é grande e os cemitérios bem delimitados (tipo cerâmico "Ouanary Encoché"); nos mais recentes, a habitação ocupa sítios menores e surgem os grandes sítios cerimoniais megalíticos e em cavernas (tipo cerâmico "Enfer Polychrome"), conforme citado por Py-Daniel.

Vários autores, como Guapindaia e Schaan, parecem concordar que a sofisticação nas práticas funerárias e na confecção das urnas dessas fases revelaria um culto aos ancestrais, e não simplesmente o respeito à memória de pessoas queridas. Os ossos são desarticulados e arranjados em urnas – antropomorfas, zoomorfas ou simples – que podem ser enterradas em poços ou cuidadosamente arrumadas na superfície dentro de cavernas ou abrigos, aparentemente segundo uma hierarquia.

Cristiana Barreto acredita que as urnas antropomorfas, que parecem relacionadas a complexos andinos, talvez mais a circuncaribenhos e etnografias amazônicas, estariam demarcando territórios com referências naturais e construídas, a exemplo dos tesos de Marajó (Schaan 2004), as urnas Maracá (Guapindaia 2001) e as urnas Aristé em tumbas sob megalitos (Cabral e Saldanha 2008). Pode-se concluir que houve uma "longa duração e persistência destes regimes animistas, perspectivistas e construtivistas" (Barreto 2013). Ela acredita que o *ethos* marajoara teria muito mais a ver com os Arawak.

TRADIÇÃO TUPIGUARANI

> *"Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás (PRONAPA 1976)."*

Hoje associada à tradição Polícroma.

V - TRADIÇÃO POCÓ-AÇUTUBA

Proposta no EIAA III em Quito, em setembro de 2013[28].

Época:

Surge entre 2.000 e 1000 AC. Primeira grande ocupação ceramista da Amazônia, não relacionada ao sambaqui paleoíndio da Taperinha.

Amazônia Central: sítios Açutuba, Hatahara e Lago Grande: 360 AC a 10 AC;

Jacuruxi (associado a terra preta): séc. VI DC (Lima, 2006; Neves, 2010).

Cipoal do Araticum (interflúvio Nhamundá-Trombetas): 410 AC a 670 DC.

(Guapindaia, 2011).

Local:

Calha do rio Amazonas, desde a foz do Japurá até Santarém, ao longo de linha reta de 1.300 km; de norte a sul, desde o baixo Rio Branco até a região de Manaus, em linha de mais de 700 km.

28 NEVES, Eduardo G.; GUAPINDAIA, Vera L. C.; LIMA, Helena Pinto; COSTA, Bernardo L. S.; GOMES, Jaqueline. "A Tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas" em ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Amazonía Memorias de las Conferencias Magistrales del 3er. Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: Ikiam, Secretaría de Educación Superior, Ciencia, Tecnología y Inovación, 2013.

Formação inicial de Terra Preta: as ocupações Pocó-Açutuba, mais que um novo componente cerâmico, seriam os marcadores visíveis mais antigos de formação de paisagens ao longo da Amazônia (Neves, 2014).

Para Hilbert & Hilbert (1980), *os sítios Pocó* (nome de afluente do rio Nhamundá) *e Boa Vista* (sítio às margens do rio Trombetas) *revelaram ocupações do início da nossa era (65 AC, 110 AC, 205 AC e duas outras datas muito mais antigas, que foram rejeitadas pelos autores: 1330 AC e 1000 AC, agora reconsideradas).*

> *Características da Fase Pocó:*
>
> *Profusa decoração pintada e modelada*
> *Tigelas e vasos carenados*
> *Incisões, apliques zoomorfos e pintados*
> *Pintura vermelha e/ou preta sobre branco*
> *Exciso e acanalado (semelhante à Guarita)*
> *Antiplástico de caraipé e cauixi*
> *H & H consideraram-na semelhante à cerâmica Barrancoide de El Palito, na Venezuela, e da fase Japurá, na Amazônia centro-ocidental.*

No Projeto Amazônia Central, cerâmicas semelhantes à Pocó foram classificadas como fase Açutuba (no sítio Jacuruxi, a ocupação Açutuba era unicomponencial e associada com terra preta). Hoje esses autores afirmam que essas ocupações podem estar OU NÃO associadas à TPI.

Vera Guapindaia (2008) retomou a escavação do mesmo sítio Boa Vista, dos Hilbert, e encontrou ocupação Pocó-Açutuba sob uma ocupação Konduri (360 AC e 410 AC). No sítio Cipoal do Araticum, no interflúvio, apareceu ocupação multicomponencial Pocó e Konduri, associada a muita terra preta e "bolsões de memória". Definiu-se uma provável praça central com vias de acesso e circulação e áreas de lixeiras.[29]

Helena Lima identificou contextos Pocó-Açutuba na região do lago de Silves, na foz dos rios Urubu e Uatumã, onde Mário Simões havia escavado cerâmicas ricamente pintadas do século II DC. Ele classificou-

29 GUAPINDAIA, V; AIRES DA FONSECA, J. "Relatório de Atividade de Campo Sítio PA-OR-127: Cipoal do Araticum". Manuscrito. Belém: MPEG/MRN/FADESP, 2012; e SCHMIDT, Morgan. "Formação de Sítios Arqueológicos na Amazônia: Estudos Pedoarqueológicos e Topográficos". Manuscrito inédito. Belém: Programa de Capacitação Institucional (PCI), MPEG, 2013.

-as como tradição Polícroma, semelhante sobretudo à Marajoara (porque pintadas a mão). Considerou-as da fase Sucuriju. Notada a semelhança entre Pocó-Açutuba e Guarita (Polícroma), como também na Amazônia Central. Datações da foz do Madeira e Silves são mais recentes, do final de 1000 DC.

No lago Amanã, próximo à foz do rio Japurá (Amazônia centro--ocidental), Bernardo Costa e Jaqueline Gomes identificaram outros contextos Pocó-Açutuba, com mais de um metro de terra preta e três componentes culturais: Pocó-Açutuba e fases Caiambé e Tefé. Bolsões de memória, onde estabeleceu-se a fase Amanã, mais antiga, com antiplástico caraipé, mais grosseira, com incisões e engobo laranja, branco, vermelho, datados em 3580 AP e 2950 AP. A deposição dessa cerâmica nos bolsões seriam da ocupação Pocó-Açutuba.

No sítio Aldeia e no Porto, em Santarém, Denise Gomes (2011) e Denise Schaan com Daiana Alves (2012)[30] encontraram contextos Pocó-Açutuba com datações entre 1200 e 900 AC.

Outra ocorrência verificou-se no baixo rio Branco, em Roraima, onde o entomólogo João Maria Franco de Camargo, da USP, coletou cerâmicas, na área de transição entre o campo e a floresta, muito semelhantes às do conjunto Pocó-Açutuba.

PRINCIPAIS TRONCOS LINGUÍSTICOS E ASSOCIAÇÕES:

Os quatro grandes grupos linguísticos identificados na Amazônia são Arawak, Tupi, Karib e Jê, não forçosamente associados a essa ou aquela classificação de tradições e fases existentes.

Estima-se que cerca de 1.000 línguas indígenas foram perdidas com a colonização. Das 180 línguas atualmente faladas no Brasil, a maioria se concentra nas regiões amazônica e centro-oeste, para onde esses povos foram empurrados.

A filóloga Lucy Seki, da Unicamp, considera que o tronco Tupi tem 7 famílias genéticas. Algumas estariam ao sul do rio Amazonas. O tronco Macro-Jê (ou Gê) reúne, para a autora, 5 famílias genéticas, sendo que só a família Jê tem 27 línguas. A maioria desses povos instalou-se em campos e cerrados. Já a família Arawak reúne 17 línguas, particularmente nas regi-

30 ALVES, Daiana. "Ocupação Indígena na Foz do rio Tapajós (3260-960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas". Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

ões Noroeste e Oeste do país. E a família Karib tem 20 línguas, faladas ao norte do rio Amazonas e ao longo do rio Xingu. Outras línguas da família são faladas nas Guianas e na Venezuela[31].

Jê da Amazônia

Não são associados a alguma das tradições cerâmicas. Como já mencionado, o tronco Macro-Jê pode ter origem distante comum com o Macro-Tupi e o Karib, tendo os Jê entrado mais recentemente no sul da Amazônia. Na sistematização feita por Anne Rapp quanto às práticas funerárias, no trabalho apresentado em 2013, os Jê poderiam ser considerados em dois grupos, segundo a localização:

1) rios Araguaia, Tocantins e Xingu

2) Maranhão

Práticas funerárias:

- enterramento secundário em urnas ou cestaria

- cemitérios especializados para primeiro e segundo enterramento

- enterramento

Em todo o Leste e Sudeste amazônico, segundo Rapp Py-Daniel (2015), há maior concentração de sepultamentos secundários.

Ela lembra o trabalho sobre a morte feito por Manuela Carneiro da Cunha, com os índios Krahô (Jê), hoje no Maranhão e Tocantins[32].

31 SEKI, Lucy. "Línguas Indígenas do Brasil no limiar do Século XXI" in *Revista Impulso*, volume 12, n° 27 (edição para os 500 anos do Brasil). Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, 2000. *www.etnolinguistica.org/artigo:seki-2000*

32 CARNEIRO DA CUNHA, Manuela M. L. *Os Mortos e os Outros – Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1975.

ANEXO V

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA CERÂMICA SEGUNDO METODOLOGIA DO PROJETO AMAZÔNIA CENTRAL[1]

1. Classe da peça

1.1 estrutural

1.1.1 borda - extremidade superior do vaso. Ver possíveis formas no item 7.

1.1.2 base - parte inferior de sustentação da vasilha. Ver formas no item 8.

1.1.3 parede - corpo da vasilha, que pode ser simples, pintada, decorada, etc.

1.1.4 aplique - fixação de uma tira ou uma forma moldada na superfície da cerâmica.

1.1.5 alça - apêndice vasado que serve para suspender o vaso, podendo ser vertical ou horizontal.

1.1.6 flange - rebordo ou aba na parte externa da vasilha. A flange pode ser labial (abaixo da borda), mesial (no bojo) e basal (na base).

1.2 função - Utilitária, ritual.

Nem sempre é possível identificar a função da peça a partir do fragmento. Mas às vezes é facilmente identificável, como nos exemplos de Rebellato: fuso, trempe. Quando se diz fuso, imagino que seja o peso ou rodela de fuso (tortual), que são discos com um furo no meio que servem de peso ao fio que vai se formando em torno do fuso girando, graças à tensão feita pela fiandeira com as mãos. Quanto à trempe, normalmente formada por três pedras que mantêm a panela a uma certa distância do

1 Cf. Lilian Rebellato, *op. cit*, 2006; e MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo, *op. cit*. 1997. V. nota 21.

fogo, estas podem ser substituídas por uma peça de cerâmica com a mesma função, com vários furos (assador ou suporte de panela)[2].

2. Técnica de Manufatura

2.1 Acordelamento (enroscamento, roletagem) - roletes de argila sobrepostos em espiral, dando a pré-forma da vasilha, em geral alisados depois.

2.2 Modelagem - elaboração a mão livre de um aplique ou alça de uma única massa de argila, depois incorporado à peça. Usada também para peças pequenas. Nos estilos mais antigos, como o Barrancoide, prevalece a modelagem na manufatura dos apêndices.

2.3 Moldagem - uso de molde. Muito raro na Amazônia.

3. Tipo de queima

3.1 Oxidante - realizada a céu aberto, em fogueiras, quando o oxigênio do ar reage com substâncias minerais presentes na argila. Como o ferro é abundante no Brasil, a oxidação costuma colorir a cerâmica do amarelo-laranja ao marrom, passando por todos os tons de vermelho.

3.2 Redutora - em forno fechado, com ausência de oxigênio, o que reduz os minerais. O vasilhame fica com superfície branca a negra, passando por todos os tons de cinza.

3.3 Sanduíche - Queima oxidante na parte superficial da peça e redutora no núcleo.

4. Antiplástico

Substância misturada à argila que dá resistência ao vasilhame, evitando rachaduras durante a secagem e a queima. Pode ser casual e de

2 José Brochado reconheceu 6 formas de vasilhas Guarani segundo sua função: 1) panela; 2) cântaro ou talha; 3) caçarola; 4) prato; 5) copo ou taça; 6) torrador. A forma destas classes tem variações que se dão por segmentos horizontais: "unidades padrão de formas definidas que, sobrepostas, darão o contorno da vasilha". Cf. BROCHADO, José Proenza; LA SALVIA, Fernando e NAUE, Guilherme. "Programa para o Salvamento do Patrimônio Histórico-Cultural. Rio Uruguai. Área Machadinho" v. 1, t. I-II. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989. Citado por NOELLI, F. da Silva. "José Proenza Brochado, Vida Acadêmica e a Arqueologia Tupi" em PROUS, André e ANDRADE LIMA, Tania (eds.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

origem mineral, animal ou vegetal. Também chamado de tempero por alguns autores[3].

4.1 Cariapé - cinzas vegetais, de mais de uma origem. Uma delas é a casca da árvore conhecida como “cega de machado” (*Physocallyma Lythraceae sp*), (Wüst 2001[4]). A pasta fica mais porosa, mais leve, mais clara, mais resistente e com menos condutividade térmica. Também usado no Brasil Central. A designação correta seria caraipé, mas o uso, a partir de Betty Meggers, consagrou o cariapé, conforme artigo citado de Robert Carneiro.

4.2 Cauixi - espículas de esponjas de água doce, de várias espécies. Ricas em sílica, dão resistência à peça. Dependendo da origem, torna a peça mais opaca.

4.3 Cacos moídos - oriundos de outras peças. No caso da Paredão, extremamente finos.

4.4 Quartzo - fragmentos milimétricos. Rebellato os classificou em pequenos, médios e grandes, mesmo sem ter certeza se foram acrescentados ou não propositalmente.

4.5 Carvão - presente apenas na fase Paredão.

5. Técnica de Acabamento[5]

5.1 Alisamento - Elimina irregularidades da superfície da vasilha com objeto duro, como um seixo, antes da queima. Pode ser grosseiro, mal ou bem alisado.

5.2 Polimento - Complemento do alisamento para tornar impermeável e lustrosa a superfície do vasilhame, tanto externa como internamente.

3 CHMYZ, Igor (ed.). “Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. In: *Cadernos de Arqueologia,* ano 1, n. 1 Paranaguá: UFRR, 1976.

4 WUST, I. “Relatório dos Sítios Arqueológicos Guapé 1 e 2 nas Áreas das Obras Construtivas da UHE-Guapé, MT”. Relatório Final. Museu Antropológico, Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2001.

5 Segundo Brochado 1989, *op. cit*., o tratamento da superfície teria cinco técnicas principais, às vezes combinadas: 1) **alisado** - usado nas vasilhas que não vão ao fogo, como pratos, copos e talhas; 2) **corrugado** - usado naquelas que vão ao fogo, como panelas, caçarolas e torradores; 3) **ungulado** - marcado com as unhas do artesão, mais comum nas vasilhas menores, especialmente pratos; 4) **pintado** - preto ou marrom e vermelho sobre engobo branco, comum nas vasilhas que contêm e servem as bebidas alcoólicas, como talhas e copos; 5) **escovado** - uso semelhante ao corrugado. Ainda há a incisão, o estampado, o acanalado, o nodulado, o roletado e a grande variedade de tamanhos, segundo a função utilitária e ritual.

5.3 Brunidura - Obtenção de brilho com a aplicação de mineral em pó (o óxido de ferro também muda a cor) ou resina vegetal, no caso do Xingu atual, na peça pré-cozida, o que também lhe dá maior impermeabilidade. A resina costuma ser passada no interior da vasilha, que fica preto brilhante. Registramos o uso da jotaicica no Trombetas e no Baixo Urubu.

5.4 Escovado - Efeito de vários pequenos sulcos feitos na pasta úmida com objeto de pontas múltiplas ou por várias incisões, guardando entre si certo paralelismo e proximidade. Para Hilbert e Hilbert 1980, são incisões próximas irregularmente espaçadas.



Fragmentos de cerâmica escovada, da tradição Sapucaí, classificada por Ondemar Dias. Acervo do Museu do Índio Antonio Adauto Leite. Carmo do Rio Claro - MG.

6. Técnica Decorativa

6.1 Cromática - dá cor.

6.1.1 Pintura - aplicação de pigmento vegetal ou mineral à superfície cerâmica, que pode ser sobre engobo, antes ou depois da queima.

6.1.2 Engobo - aplicação por imersão de fina camada de argila, geralmente de outra cor, antes da queima (vermelho e branco). Chamado também de banho.

6.2 Plástica - dá forma.

6.2.1 acanalado - sulco alongado feito com o dedo.

6.2.2 incisão - linha em baixo-relevo feito com objeto aguçado na pasta ainda úmida, podendo ter seções regulares ou irregulares.

6.2.3 aplique modelado - tiras, bolas ou formas previamente modeladas aplicadas à superfície da cerâmica.

6.2.4 ponteado - marcas semelhantes a pontos feitas com objeto ponteagudo, podendo ser de forma perpendicular ou oblíqua e de vários tamanhos.

6.2.5 digitado - impressão da ponta do dedo.

6.2.6 rolete aplicado - pequeno cilindro de pasta aplicado à superfície. Diz-se roletado o tipo de decoração que conserva os roletes de confecção do vasilhame sem pressionar ou alisar a superfície externa.

6.2.7 excisão - decoração obtida com a retirada de porções da pasta antes da queima, de formas variadas, característica da cerâmica Marajoara.

7. Forma da Borda[6]

7.1 restritiva - fechada (diâmetro da boca menor que o diâmetro máximo da vasilha[7]).

7.2 irrestritiva - aberta (o diâmetro máximo da vasilha coincide com o da boca).

7.3 vertical - em ângulo reto em relação ao plano (como os assadores).

7.4 ponto de inflexão (infletida) - com ponto de mudança de ângulo do contorno da borda, passando de côncava a convexa ou vice-versa.[8]

8. Forma da Base[9]

8.1 plana

8.2 côncava

8.3 com pedestal

6 Segundo o PRONAPA 1976, a borda pode ser reforçada, dobrada, cambada, vasada, vertical, inclinada interna ou externamente, entre outros.

7 SHEPARD, Anna O. *Ceramics for the Archaeologist*. Washington, D.C., Carnegie Institution of Washington, 12a. ed., 1985. Citado por Gomes, op. cit., 2002: "*Entre as formas fechadas existem aquelas com gargalo, marcado pela existência de um ponto angular ou de inflexão entre o pescoço e o corpo da vasilha*" (pág. 73).

8 Segundo o critério de Anna Shepard, citado por Denise Gomes. Quanto ao contorno da peça, ainda haveria para Shepard o Ponto Terminal, o Ponto de Tangência Vertical e o Ponto Angular, segundo a direção das tangentes em relação ao lábio, ao corpo da vasilha ou à mudança brusca de ângulo no seu contorno.

9 Ainda pelo PRONAPA 1976, a base pode ter forma plana, côncava, convexa, em pedestal, anelar, cônica, trípoda, quadrípoda, multípoda, etc.

ANEXO VI

Solidariedade com os povos da bacia do Tapajós

NOTA DE POSICIONAMENTO APROVADA NA ASSEMBLEIA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – NÚCLEO REGIONAL NORTE

Macapá, 27 de agosto de 2014[1].

O processo de estudo de impacto ambiental e de construção de uma série de barragens relacionadas ao Complexo Teles Pires e Tapajós vem ocorrendo em flagrante desrespeito aos direitos dos povos da floresta que vivem na região. A argumentação de que o impacto das barragens será pequeno devido a um pretenso vazio demográfico não se sustenta, ainda mais quando considerarmos a longa ocupação humana da bacia evidenciada pelo registro arqueológico da região.

Dessa forma, vemos com grave preocupação o envolvimento de nós arqueólogos em um processo que já contou com a presença da Força Nacional de Segurança para assegurar o prosseguimento de pesquisas, invadindo territórios indígenas e tradicionais, constrangendo comunidades.

Portanto, conclamamos aos colegas de profissão a não participarem de atividades relacionadas ao licenciamento ambiental das barragens da bacia do Tapajós enquanto este processo seguir em um contexto de violações dos direitos das comunidades afetadas, que ainda não foram consultados segundo estipula a Convenção 169 da OIT. Fazemos um apelo para que tais atividades somente sejam retomadas uma vez que ocorrer a consulta livre, prévia e informada, reconhecida como tal pelo Ministério Público Federal.

Ademais, expressamos nossa profunda preocupação com a possível flexibilização anunciada do licenciamento ambiental. A região onde se

1 Nota publicada no site arqueologiaehistoria.com em 31.08.2014.

anexos.indd 612 27/08/2015 15:35:39

planeja construir os barramentos na bacia do Tapajós ainda é pouco estudada; arriscamos lançar mão de um patrimônio arqueológico que sequer conhecemos se essas mudanças enfraquecerem a sua proteção.

ANEXO VII

ARQUEÓLOGOS CONTRA SÍTIO-ESCOLA EM BELO MONTE[1]

1ª CARTA:

Carta ao Sítio anti-Escola em Belo Monte 2015

Os associados e as associadas da Sociedade de Arqueologia Brasileira receberam, no dia 15 de junho de 2015, uma circular divulgando o Sítio Escola a ser realizado em 2015. O objetivo não é diferente de qualquer outro sítio escola conhecido no Brasil ou exterior: contribuir com a formação de profissionais em arqueologia, através das experiências teóricas e práticas envolvidas no trabalho de campo. No entanto, o documento esclarecia, mais abaixo, que as atividades seriam desenvolvidas no contexto da construção da barragem da UHE Belo Monte.

O que se pode vislumbrar deste chamado é que, mais uma vez, as muitas Arqueologias, acadêmica, de contrato e pública, se encontram, porém nem sempre de maneira coerente. É inegável que a explosão de cursos de graduação em Arqueologia que as universidades públicas [têm vivido] está associada com a demanda por mão de obra para o licenciamento ambiental. Há 10 anos, havia apenas três cursos de graduação no Brasil, havendo atualmente 12 cursos, a maioria localizada na região Norte e Nordeste do país, local onde também se encontram as maiores obras de infraestrutura promovidas pelo Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC).

Desde sua obrigatoriedade pela resolução Conama nº 01 de 1986, a arqueologia ingressa no licenciamento ambiental, e isso tem contribuído para sua visibilidade e crescimento. Entre defensores e críticos dessa atividade, entendemos que ela é uma obrigação legal, e que compete à ética profissional a responsabilidade de um trabalho feito da melhor maneira possível, incluindo aqui a necessidade de um posicionamento frente a trabalhos em

1 Cartas publicadas no site arqueologiaeprehistoria.com em 29.06.2015.

áreas com conflitos sociais latentes, nos quais a Arqueologia pode cumprir um papel de legitimar a implementação da obra em curso, corroborando com projetos que consideram uma série de problemas sociais e ambientais.

Foi pensando nisso que a Sociedade de Arqueologia Brasileira, em seu encontro Regional Norte em 27 de agosto de 2014 na cidade de Macapá, aprovou a Nota de Posicionamento em Solidariedade com os Povos da Bacia do Tapajós [Ver Anexo VI] *, na qual posiciona-se em favor das populações atingidas, problematizando a execução do Estudo de Impacto Ambiental na região, tendo em vista o desrespeito à vontade dos indígenas e ribeirinhos, bem como o uso da Força Nacional de Segurança para impor a presença de pesquisadores.*

Belo Monte, dentre todas as UHE's previstas e erguidas nos rios da Amazônia, é o maior impacto social e ambiental desde a UHE de Itaipu. Contra as recomendações técnicas e científicas de todas as áreas de atuação que envolvem a construção de uma hidrelétrica, da engenharia à biologia, Belo Monte prossegue e já se mostra um desastre socioambiental. Um desastre não só ignorante dos estudos de impacto, mas também ignorante das demandas das populações locais, ignorante do direito dos ribeirinhos e indígenas à consulta prévia, livre e esclarecida, exigida pelo artigo 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Inúmeras já foram as manifestações acadêmicas e populares contrárias à sua construção. Belo Monte se constitui como uma imposição do Estado e dos interesses econômicos de grandes empreiteiras, sobre os modos de vida tradicionais, o meio ambiente, e a qualidade de vida da população em seu entorno.

Lembremo-nos aqui de apenas três exemplos pontuais, porém significativos:

Em 2009 diversos especialistas de diferentes universidades do país (UFRJ, UFPA, UnB, USP, Museu Nacional, INPA, MPEG, Universidad de San Andrés, Unicamp, ITA, entre outras) lançaram o "Painel de Especialistas. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte", criticando o EIA-RIMA realizado pela Eletronorte, e demonstrando que os estudos subestimavam os impactos ambientais e sociais que seriam causados.

Entre 13 e 17 de junho de 2012 ribeirinhos das comunidades atingidas pelas obras da UHE, indígenas de diversas etnias da região em ADA, AID e regiões vizinhas dentre Assurinis, Jurunas, Mundurukus, Araras, Araweté, entre outros, cientistas e apoiadores se reuniram em Altamira para o "Xingu +23. Ocupe, este rio é nosso", um evento de união ocorri-

do em paralelo e em crítica à Rio +20, para mostrar que desde 1989, ano de ocorrência do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, os povos da região são contra a implementação de uma UHE (na época, chamada UHE Kararaô).

Um dos muitos protestos realizados por indígenas e ribeirinhos, em 18 de março de 2014, unidos, [foi] *fecharem a rodovia que dá acesso aos canteiros de obra da UHE em Vitória do Xingu. Desde este momento, já eram latentes impactos negativos, como despejos, inflação no preço dos imóveis e mercadorias, aumento da prostituição, inclusive infantil, e dos casos de alcoolismo, todos estes negligenciados pelos poderes público e privado. Mais recentemente veio à tona o total descumprimento das condicionantes na etapa de Implementação da UHE. A Norte Energia tem uma lista de processos, por parte do MPF, da Defensoria Pública de Altamira, de indigenistas, entre outros.*

Eventos como estes não cessam de ocorrer na região. A Norte Energia e o governo brasileiro, mesmo assim, não cessam de ignorá-los. A Arqueologia, ao mesmo tempo, tenta realizar seus trabalhos de licenciamento apostando na neutralidade das pesquisas.

A promoção da arqueologia no licenciamento em Belo Monte como campo de aprendizado "em um contexto de arqueologia consultiva" soa [como] *uma contradição. O ensino do trabalho em contexto de licenciamento é necessário enquanto parte da atuação profissional do(a) arqueólogo(a) no Brasil e no exterior. Enquanto trabalhadores e trabalhadoras em arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental, enxergamos com receio e contrariedade o retrato da precarização do nosso ofício, sendo travestido de atividade de ensino, enquanto poderia estar gerando postos de trabalho regulares e estáveis. Além dos citados problemas socioambientais, nos solidarizamos aos trabalhadores que, coagidos pelas parcas oportunidades de emprego, se sujeitam a fazer arqueologia nestas áreas de conflito, não de maneira alienada, mas porque lhes é a única opção.*

Certamente, o ensino da arqueologia de contrato não deve coadunar com um projeto de imenso impacto socioambiental. Não se deve ensinar que projetos como Belo Monte, inviabilizados por todos os lados, é factível. Não se deve ensinar que devemos aceitar Belo Monte em nome de "um trabalho, pelo menos, bem feito". Belo Monte está sendo e deve ser combatida até o seu fechamento, e mitigação de todos os danos já causados ao meio ambiente, aos povos da região, e ao patrimônio arqueológico. Não existe neutralidade quando se pesquisa em um contexto tal como Belo Monte.

Assim, assinamos abaixo contra o Sítio Escola em Belo Monte 2015.

Esta carta se direciona principalmente às alunas e aos alunos, profissionais e interessados em geral que intencionam participar das atividades do Sítio Escola em Belo Monte 2015. Ela é um chamado à reflexão, crítica, consciente, acerca da prática arqueológica e dos impactos diretos, indiretos, simbólicos e epistemológicos de realizar uma atividade de formação em pesquisa de licenciamento ambiental para liberar esta obra de imenso impacto socioambiental. Repensem. Não existe pesquisa neutra.

Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores em Arqueologia

Bruno S. Ranzani da Silva MAE/USP
Camila Pereira Jácome MAE/USP
Débora Leonel Soares MAE/USP
Eduardo Kazuo Tamanaha MAE/USP
Erêndira Oliveira MAE/USP
Francisco Forte Stuchi Biólogo/Arqueólogo
Guilherme Zdonek Mongeló MAE/USP
Laura Furquim MAE/USP
Maurício André da Silva MAE/USP
Patrícia Marinho MAE/USP
Vinicius Melquíades dos Santos MAE/USP

2ª CARTA:

Posicionamento sobre atividades de ensino de arqueologia propostas no âmbito da usina hidrelétrica de Belo Monte – Pará, Brasil

Na condição de docentes e pesquisadores em Arqueologia, vimos nos manifestar sobre a proposta de realização de um sítio escola na área impactada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, recentemente divulgada por empresa de consultoria através do site da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira).

Esta obra segue a descumprir as condicionantes do licenciamento ambiental e vem gerando irreversível desestruturação sobre as formas de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região. Foi acusada de causar um etnocídio indígena pela Procuradora Federal da República,

Thaís Santi, também por afetar e violar direitos fundamentais dos demais povos tradicionais com remoções forçadas e degradação ambiental.

Consideramos grave o fato de que o Estado não exigiu nenhum trabalho etnoarqueológico neste empreendimento, isolando os arqueólogos das comunidades tradicionais locais. Tampouco está claro se o destino da coleção arqueológica resgatada será a cidade de Altamira e se o material estará disponível para os descendentes das populações que ocuparam essa região.

Em Belo Monte o resgate do patrimônio arqueológico tem assumido uma conotação fetichista, ou seja, é o resgate do patrimônio por ele mesmo – algo que a lei prevê, mas que devemos começar a questionar e propor alternativas que sejam igualmente respaldadas pela legislação. Tentar reconstruir a história dentro de um processo que acaba com a possibilidade de transmissão de conhecimentos para as próximas gerações nos parece um paradoxo. Naturalizar e mercantilizar este processo, que leva à destruição ambiental e que representa a desestruturação cultural dos povos – que, em muitos casos, podem ser descendentes daqueles que produziram o patrimônio arqueológico que está sendo escavado – implica participar de um processo totalitário.

Preocupações semelhantes levaram a Sociedade de Arqueologia Brasileira em reunião da SAB Norte em agosto de 2014 a aprovar, em Assembleia Geral na cidade de Macapá, estado do Amapá, uma moção de Solidariedade para com os Povos do Tapajós. Um apelo foi feito aos colegas de profissão para não participar do licenciamento ambiental das hidrelétricas da Bacia do Tapajós, enquanto a consulta livre, prévia e informada (conforme estipulada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT e da qual o Brasil é signatário), não fosse efetuada entre os povos indígenas e comunidades tradicionais afetadas e reconhecida como tal pelo Ministério Público Federal. No dia 15/06/2015 o juiz federal Ilan Presser suspendeu o licenciamento da hidrelétrica de São Luíz do Tapajós e determinou a necessidade de realização da referida consulta.

Acreditamos que um sítio escola deva, antes de tudo, ser norteado por uma perspectiva de ensino pautada por preceitos teóricos explícitos, onde a metodologia aplicada e a ética profissional estejam alinhadas para que os estudantes participem de um processo de formação integral, o que necessariamente inclui o desenvolvimento de um senso crítico em relação ao contexto social em que atuam. Hoje, em pesquisas arqueológicas em áreas que envolvem povos originários e comunidades tradicionais, não é mais possível desconsiderar o contexto social circundante e desenvolver projetos ignorando ou alienando seus moradores. Perguntamos se é correto para a

formação de novos arqueólogos realizar pesquisa e ensino em situações onde os seus fundamentos não atendam aos pressupostos humanitários e ambientais elementares sugeridos pela ONU e seus diversos organismos.

Por estes motivos, manifestamos publicamente nossa contrariedade à proposta tal como ela foi divulgada, recomendando que ela não seja implementada. Propomos ainda discutir a criação de um protocolo único pelo IPHAN, na forma de uma portaria e com termos de referência específicos para cada caso, que definam com transparência todos os passos da pesquisa arqueológica em contextos onde há povos indígenas ou tradicionais, ou mesmo grupos sociais que vivam nos locais afetados. Uma proposta deste tipo implica, ainda, a participação do Ministério Público Federal, da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), da Fundação Palmares, de movimentos sociais, da SAB e de outros setores da sociedade nacional. Isto deveria envolver também a obrigatoriedade da divulgação e da publicação detalhada dos resultados dentro de um período previamente estipulado, igualmente dentro de um protocolo único e rigoroso.

Brasil, 24 de junho de 2015. Firmamo-nos aqui,

Anderson Márcio Amaral Lima – Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;

Anne Rapp Py-Daniel – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Ariana Silva Braga – Doutoranda da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro;

Bruna Cigaran da Rocha – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Bruno Sanches Ranzani da Silva – Doutorando do MAE/Universidade de São Paulo;

Camila Pereira Jácome – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Carla Gibertoni Carneiro – Educadora do MAE/Universidade de São Paulo;

Célia Maria Cristina Dermatini – Apoio ao Ensino e Pesquisa do MAE/Universidade de São Paulo;

Cínthia Moreira – Docente da Universidade Federal do Oeste

do Pará;

Claide de Paula Moraes – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Cláudia Turra Magni – Docente da Universidade Federal de Pelotas;

Cristiana Barreto – Pós-doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Daniella Magri Amaral – Doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Eduardo Bespalez – Docente da Universidade Federal de Rondônia;

Eduardo Góes Neves – Docente do MAE/Universidade de São Paulo;

Eduardo Kazuo Tamanaha – Pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;

Elisangela Regina de Oliveira – Docente da Universidade Federal de Rondônia;

Erêndira Oliveira – Mestranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Fabiana Rodrigues Belem – Doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Fábio Guaraldo de Almeida – Mestre em Arqueologia;

Fabíola Andréa Silva – Docente do MAE/Universidade de São Paulo;

Francisco Antônio Pugliese Junior – Doutorando do MAE/Universidade de São Paulo;

Francisco Forte Stucchi – Mestre em Arqueologia;

Francisco Silva Noelli – Professor aposentado da Universidade Estadual de Maringá;

Gabriela Prestes Carneiro – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Grasiela Tebaldi Toledo – Doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Guilherme Zdonek Mongeló – Doutorando do MAE/Universidade de São Paulo;

Gustavo Jardel Coelho – Graduando da Universidade Federal de Minas Gerais;

Jaqueline Gomes Santos – Mestranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Juliana Salles Machado – Pós-doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Kelly Brandão Vaz da Silva – Colaboradora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;

Laura Pereira Furquim – Mestranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Lorena Gomes Garcia – Doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Luciano Pereira da Silva – Docente da Universidade Estadual do Mato Grosso;

Lúcio Menezes Ferreira – Docente da Universidade Federal de Pelotas;

Márcia M. Arcuri Suñer – Docente da Universidade Federal de Ouro Preto;

Marina Nogueira Di Giusto – Mestranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Márjorie do Nascimento Lima – Mestre em Arqueologia;

Maurício André Silva – Educador do MAE/Universidade de São Paulo;

Michael Joseph Heckenberger – Docente da Universidade da Flórida;

Michel Bueno Flores da Silva – Mestrando do MAE/Universidade de São Paulo;

Mikael Correia dos Santos – Historiador e graduando da Universidade Federal Vale do São Francisco;

Morgan J. Schmidt – Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi;

Myrtle Pearl Shock – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Pedro Henrique Damin – Mestre em Arqueologia;

Rafael Guedes Milheira – Docente da Universidade Federal de Pelotas;

Raoni Bernardo Maranhão Valle – Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará;

Renan Pezzi Rasteiro – Mestrando do MAE/Universidade de São Paulo;

Sarah Kelly Silva Schimidt – Graduanda da Universidade Federal de Minas Gerais;

Silvia Cunha Lima – Pós-doutoranda do MAE/Universidade de São Paulo;

Vanessa Linke – Pesquisadora do MHNJB da Universidade Federal de Minas Gerais;

Vera Lúcia Guapindaia – Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi;

Vinícius Eduardo Honorato de Oliveira – Mestrando do Institute of Archaeology, University College London;

Vinícius Melquíades – Doutorando do MAE/Universidade de São Paulo;

Will Lucas Silva Pena – Mestrando da Universidade Federal de Minas Gerais.

ANEXO VIII

A ARQUEOLOGIA, A POLÍTICA E O DIREITO

Raquel Boechat[1]

Raquel Boechat é uma jornalista experiente, com especialização em Arqueologia e hoje uma dedicada aluna do curso de Direito. Trabalhamos juntas na TV Manchete, cujas reportagens especiais nos levavam a presídios, zonas de prostituição, hospícios e até palácios. Nossos caminhos voltaram a se cruzar na Arqueologia. Raquel fez a revisão do texto do livro e, a meu pedido, este Anexo, que ajuda a compreender a complexidade e importância do trabalho de nossos personagens arqueólogos.

Desde 1961, com a chamada "Lei da Arqueologia" – Lei Federal 3.924/61 – o Estado reconheceu a existência e a obrigação de proteger o patrimônio arqueológico nacional. Até então vigorava apenas o Decreto-Lei 25/37 que protege o "patrimônio cultural" em geral. Ainda que desrespeitada essa legislação ao longo de décadas, a partir de 1961 o bem arqueológico deixou legalmente de pertencer à pessoa que o encontrou ou ao proprietário do terreno, devendo ficar sob a guarda e proteção do Poder Público. A Constituição Cidadã, de 1988 – em seu artigo 20, inciso X – praticamente "expropria" o bem arqueológico encontrado em propriedade particular, incorporando aos bens da União "as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos", sendo tutelados os "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto".

Destruir ou mutilar monumentos, jazidas arqueológicas e artefatos – o que também foi ratificado no artigo 5 – passou a ser crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com as leis penais. A Carta Magna, em seu artigo 216, § 4º, incorporou este aviso. No Código Penal Brasileiro (CP/40), as normas à aplicação neste caso são: a) artigo

1 BOECHAT, Raquel M. "A Arqueologia na 'Tragédia dos Comuns' e a Responsabilidade Patrimonial do Estado". Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação Lato Sensu em Arqueologia Brasileira. Faculdade Redentor e Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB. Orientação de Jorge N. V. Najjar. Belfort Roxo/RJ: 2013.

163, sobre destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia, com ênfase em seu inciso III, que especifica "contra o patrimônio da União, estado, município"; b) artigo 165, de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico tombada pela autoridade, que prevê pena de detenção de seis meses a dois anos e multa; e o c) artigo 166, sobre alteração de local especificamente protegido por lei sem licença da autoridade competente, com pena ao infrator de um mês a um ano, ou multa.

Do meio ambiente ao patrimônio imaterial

No começo dos anos 1980, com a abertura política, surgiu a preocupação ambiental, no âmbito da qual surgiria a regulamentação da defesa do patrimônio arqueológico. Em 1981 foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, pela Lei 6938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Pela Resolução 001/86 foi instituída a exigência do EIA-RIMA para a implantação de quaisquer projetos de magnitude, o que a Constituição Federal de 1988 tornou efetivamente obrigatório em seu artigo 225. O Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente é não só um diagnóstico como deve definir medidas mitigadoras das possíveis consequências e monitoramento ao longo do projeto, prevendo igualmente a realização de audiências públicas envolvendo a população interessada ou diretamente afetada.

Também de 1986 é a Lei 7.542/86 instituindo procedimentos para pesquisa e proteção de bens arqueológicos submersos, normas estas aprovadas pela Portaria Interministerial 69/89, entre os Ministérios da Cultura e da Marinha. A Lei Federal 7.347/85 disciplinou a ação civil pública por danos ao meio ambiente e genericamente aos bens de "valor artístico, estéticos, históricos", etc. Em 1998, uma nova Lei Federal, a 9.605/98, dispôs sobre as sanções penais e administrativas em consequência de "atividades lesivas ao meio ambiente".

No mesmo ano da promulgação da Constituição de 1988, o IPHAN - desde 1994 Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - promulgou a Portaria 07/88 que regulamenta a autorização prévia para pesquisas de campo e escavações arqueológicas. Mas apenas com a Portaria 230/02 o IPHAN vinculou tais atividades às etapas de EIA-RIMA para obtenção de licenças ambientais. Só então a "lei da Arqueologia pegou". No ano seguinte, através da Portaria 28/03, o IPHAN obrigou as usinas hidrelétricas já construídas a solicitarem renovação de Licença de Operação, prevendo pesquisa arqueológica.

anexos.indd 624 27/08/2015 15:35:40

Ao lado de tal arcabouço legal, o Brasil é signatário de várias Recomendações, Resoluções e Compromissos, não só internos como internacionais, tais como o Compromisso de Brasília (1970), Compromisso de Salvador (1971), Carta de Cabo Frio (1989), Recomendação do Ministério Público Federal (MPF) 01/2011 - 4a. CCR; no âmbito internacional, a Carta de Nova Delhi (1956), a Carta de Lausanne (1990), Carta de Sófia (1996), a Convenção Europeia da Paisagem (2000), a Convenção da UNESCO para proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2002).

A defesa do patrimônio obriga a todos os envolvidos – Poder Público e sociedade, detentora do patrimônio – a zelar para que esta proteção se efetive quantos mais forem os identificados entre os bens tutelados aqueles ainda não conhecidos, livrando-os do risco de destruição ou soterramento. Uma grande dificuldade para respeitar essa aspiração constitucional está no fato de que a maioria esmagadora da população brasileira – aí incluídos advogados, engenheiros, servidores públicos, geólogos e arqueólogos – desconhece tais disposições legais e a sua fundamentação.

Quando o interesse econômico "flexibiliza" a lei

Já em 1997, através da Resolução 237/97, o CONAMA "flexibilizou" os trâmites para o licenciamento ambiental. Em seu Artigo 12, "possibilita a adoção de procedimentos simplificados de licenciamento ambiental, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento". Essa resolução ainda serviu de modelo para leis estaduais, cujos governos descentralizam parte das análises e competências, transferindo-as em parte para os municípios, em sua maioria sem a menor estrutura. Dando continuidade aos mesmos propósitos, em 2009 o CONAMA publicou a Resolução no. 412/09 que garantiu a "agilidade" necessária para a rápida implantação de projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal.

Em seu Artigo 1º, a resolução define que o modelo simplificado pressupõe empreendimentos "de pequeno potencial de impacto ambiental em área urbana ou de expansão urbana". Expressamente em um parágrafo único, prevê a sua aplicação a "empreendimentos de parcelamento de solo com área de até 100 (cem) hectares destinados a habitações de interesse social", etc. Tais aberturas na lei levaram a evidentes desmembramentos de terrenos em menores lotes, para escaparem às exigências do EIA-RIMA. Pude constatar em minha experiência profissional na prefeitura de Belfort Roxo, Baixada Fluminense, de que forma foram rapidamente construídos conjuntos habi-

tacionais do projeto "Minha Casa Minha Vida" em Áreas de Proteção Ambiental cabalmente ignoradas, desafetadas ao sabor dos interesses e, mais grave, em áreas sabidamente alagáveis e, por esse motivo, disponíveis.

Meio ambiente torna-se caso de polícia

Em março de 2013, enquanto indígenas e manifestantes resistiam sob balas de borracha e gás lacrimogênio à desocupação da comunidade indígena Aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro, instalada no prédio do antigo Museu do Índio ameaçado de demolição para as obras da Copa, nascia em Brasília o decreto 7.957 da Casa Civil que instituiu o "Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente", que "regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental [...] entre outras providências". Em seu artigo 2º, cria-se a "Companhia de Operações Ambientais das Forças de Segurança Pública", composta pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) e pelos ministérios do Meio Ambiente, Defesa e Justiça. A Companhia tem por função "apoiar" – leia-se, à força – ações de fiscalização ambiental, atuar na prevenção e auxiliar na investigação de crimes ambientais, executar tarefas de defesa civil e, artigo 2º-B, inciso V, "*prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos*".

O termo "Amazônia" aparece seis vezes nesse decreto; o mesmo altera o artigo 4º do decreto 5.289/04 que instituiu a Força Nacional, cuja nova redação determina que esta pode ser empregada em qualquer parte do território nacional, não apenas mediante solicitação expressa do respectivo governador do Estado ou do Distrito Federal, como embasa a Constituição, mas também a pedido de um ministro. Por essa alteração, a Força que opera em nome do meio ambiente foi cunhada na mídia independente Repórter Brasil de "a nova guarda pretoriana de Dilma Rousseff" – frequentemente vista, nos últimos anos, nos territórios das grandes obras na Amazônia.

Ameaça à arqueologia preventiva

Em setembro de 2014, o IPHAN divulgou em um encontro de servidores em Brasília a minuta de uma Instrução Normativa (IN) com alterações profundas nos critérios e procedimentos para licenciamento ambiental, de consequências avassaladoras para o patrimônio e a pesquisa arqueológica. A então pretendida IN revoga a Portaria IPHAN 230/2002 (que trata da arqueologia preventiva nos licenciamentos ambientais) e a Portaria IPHAN

28/2003 (que exige o licenciamento arqueológico das usinas hidrelétricas implantadas sem a realização dos estudos arqueológicos prévios) (art. 59).

A notícia veio a público em **artigo do Promotor de Justiça, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais, Marcos Paulo de Souza Miranda**[2], estudioso do assunto e grande defensor da Arqueologia e do patrimônio. Segundo o relato do promotor, a polêmica Instrução Normativa do IPHAN acaba com a obrigatoriedade da socialização do conhecimento auferido, por meio de publicações ou musealização, e ainda do licenciamento arqueológico corretivo de vários empreendimentos, o que significa carta branca para as Usinas Hidrelétricas perpetuarem danos ao patrimônio arqueológico. A medida outorga ainda ao IPHAN o poder de omissão, se não houver provocação do órgão ambiental licenciador. Na maioria dos projetos, passaria a ser exigida a presença de apenas um arqueólogo em campo, responsável pela gestão do patrimônio eventualmente identificado durante os trabalhos.

Com o debate suscitado nas redes sociais, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) veio a público desmentir que tivesse sido consultada pelo Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN. O Ministério Público convocou então uma audiência pública, realizada no mês seguinte, onde ficou caracterizado o empoderamento pretendido dos empreendedores quanto à determinação da existência ou não de impacto de sua própria obra sobre o patrimônio.

Como resultado prático, em 22.10.2014 o Ministério Público fez ao IPHAN a Recomendação no. 02/2014 para que a autarquia "se abstenha de publicar a IN na forma como apresentada no dia 13.10.2014 [na audiência pública], em razão dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos". O MP estabelece, então, um prazo de 30 dias para que o IPHAN acate a Recomendação ou justifique "sua eventual discordância". Entre as objeções enumeradas pelo MP, este afirma que a IN pretendida pelo IPHAN "se fundamenta apenas na 'tipologia' e no 'tamanho' dos empreendimentos, desconsiderando o critério locacional para definição de intervenção da autarquia, fazendo com que áreas de alto potencial arqueológico – v.g., áreas cársticas ou de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas, zona costeira, unidades de conservação criadas com o objetivo de proteção do patrimônio cultural, bacias paleontológicas, sítios históricos coloniais – sejam desconsideradas como merecedoras de especial tratamento protetivo".

2 http://www.cedefes.org.br/?p=politica_detalhe&id_afro=12462 . Reproduzido em http://coletivocarranca.cc/mais-uma-pa-de-cal-na-mira-da-arqueologia-brasileira/

De nada adiantaram as medidas legais e os protestos formais das entidades representativas da sociedade civil. Cinco meses depois, ou seja, em 24.03.2015, o governo federal publicou a Portaria Interministerial 60/15, que entrou em vigor no mesmo dia. Conforme enunciado em seu artigo 1º, a Portaria passou a disciplinar a "atuação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, da Fundação Cultural Palmares-FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA".

A IN 01/2015 do IPHAN, publicada no dia seguinte e também entrando em vigor no mesmo dia, revoga nada menos que a Portaria 230/02, anulando o grande avanço que representou a inclusão no EIA-RIMA do estudo de impacto sobre o patrimônio arqueológico, como condição para a liberação de qualquer empreendimento. Lembremos que apenas a partir desta Portaria, a Lei da Arqueologia "pegou", tendo o IPHAN registrados até 2015 mais de 22 mil sítios arqueológicos.

Ironicamente, nesse mesmo dia o Senado Federal aprovou a regulamentação da profissão de arqueólogo, projeto de lei que seguiu para a Câmara Federal.

Estado Democrático de Direito

A Arqueologia Brasileira não só é uma ciência necessária ao desenvolvimento da Nação brasileira, mas uma atividade de risco para o Estado brasileiro, e deve ser tratada como tal. Em todos os procedimentos e projetos em que o patrimônio arqueológico possa ser impactado por ações comissivas ou omissivas de agentes do Estado ou de terceiros, a atenção estatal deve ser redobrada, ao custo de dilapidar-se o patrimônio, comprometer a construção de uma *História da civilização brasileira* e desviar o que deveria ser verba de investimento em pesquisas para indenizações ou incremento de departamentos jurídicos, à custa do erário público.

Hoje, no Estado Democrático de Direito, a responsabilidade patrimonial do Estado não encontra, ou não deveria encontrar, exceções ou atenuantes. Como agravante, o Estado é onipresente no que tange à Arqueologia: legisla, regula, sanciona, fiscaliza, tem poder de polícia, autoriza as pesquisas, gere a guarda do patrimônio, licencia obras e, não raro, está como uma das partes de um contrato. Se praticamente onipresente, o risco do Estado sobre um dano ao patrimônio arqueológico é alto, e se o risco é inerente ao 'negócio' da empresa, como atesta o jurista Cretella Jr., no caso do Estado,

anexos.indd 628 27/08/2015 15:35:40

à luz do Direito, a sua responsabilidade quanto ao dano ao patrimônio arqueológico é objetiva, mesmo que por omissão. Para resposta a essa premissa, pergunta-se: *se eliminarmos da série causal a conduta omissiva, colocando em seu lugar a atuação positiva do agente público visando impedir o dano, isso modificaria o resultado?* Se resposta positiva, a omissão operou na série de ocorrências como causa do dano, e se provada a omissão de um agente como elemento da série causal, o Estado é responsável objetivamente pelo dano ao patrmônio arqueológico.

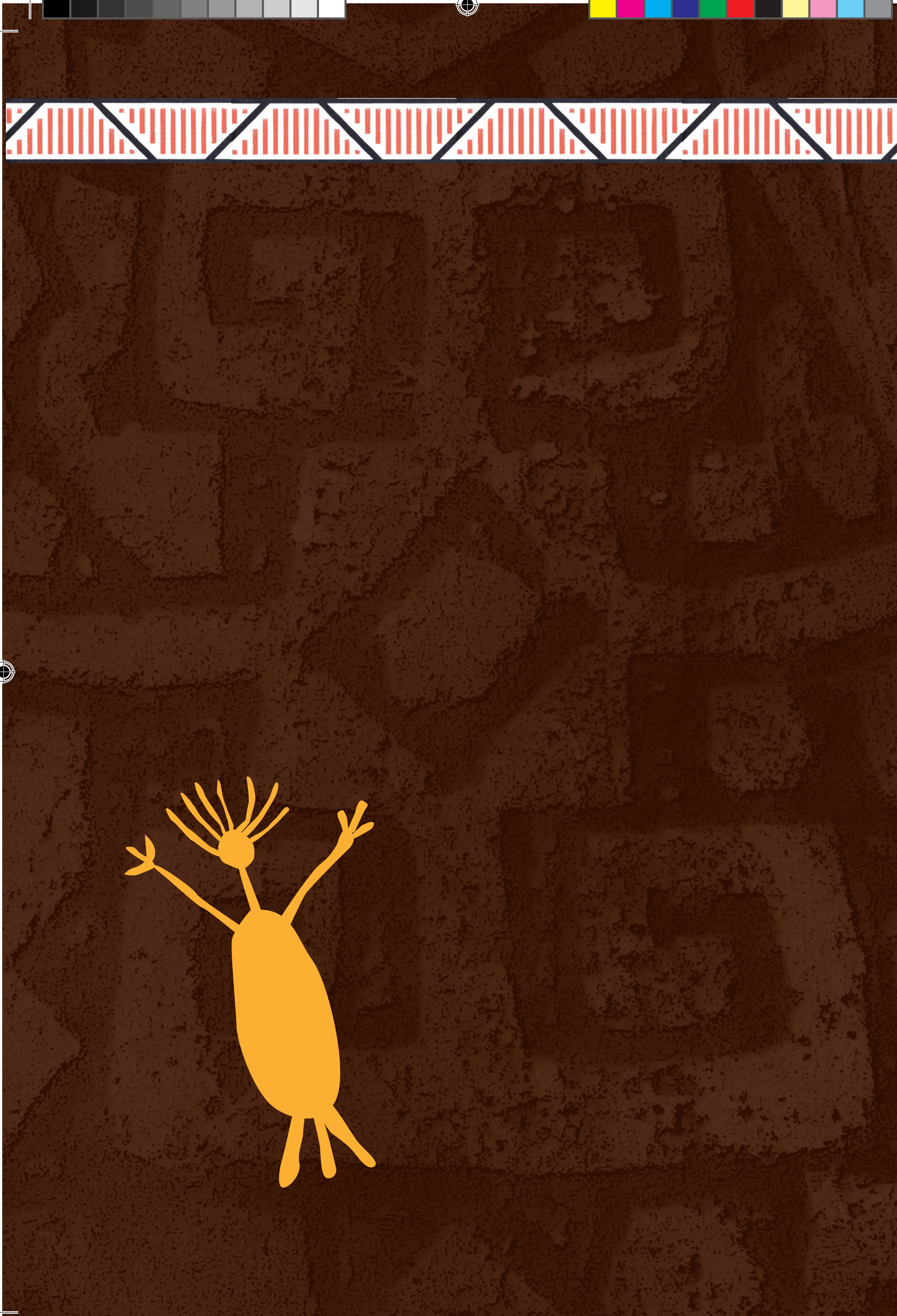
Os casos que alcançam os tribunais são claros quanto ao desconhecimento e desobediência à lei, à inoperância do Estado quanto à fiscalização, políticas de manejo e salvamento de sítios, incluindo os tombados há décadas. Deste caos, nem o Judiciário se liberta: em uma das decisões apresentadas, um juiz pediu relaxamento da paga sobre o dano, infringindo o próprio Direito, e em outra o juiz sequer citou a Lei 3.924/61, fundamentando sua decisão – que, ainda bem, deu vitória ao direito difuso – apenas no Decreto Lei 25/37.

A beleza do Direito Público beira a utopia da ética pura e aplicada, mas se não posto em prática o princípio da eficiência em conjunto com a legislação específica à defesa do patrimônio arqueológico, o Estado seguirá ferindo a justiça, assolando o erário público em custos processuais e indenizações, dilapidando o banco de dados finito da Arqueologia e, consequentemente, liderando a lista dos que enterram a Arqueologia Brasileira. Estudos acadêmicos provam – e revelam – que os fatos mais parecem configurar crimes engendrados pelo próprio Estado em parceria com a iniciativa privada que mero esquecimento isolado da Arqueologia – que não foi esquecida, ela simplesmente é ignorada por eles.

anexos.indd 629 27/08/2015 15:35:40

anexos.indd 630 27/08/2015 15:35:41

ÍNDICE ONOMÁSTICO DE ARQUEÓLOGOS E OUTROS



anexos.indd 652 27/08/2015 15:35:43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Aurélio M. G. *Culturas Indígenas do Brasil.* São Paulo: Traço Editora, 1987.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas. Modernidade e Invisibilidade.* Centro de Documentação e Informação Polis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo: Annablume, 2006.

ADOVASIO J.M., GUNN J.D., STUCKENRATH, R. 1978. "The Meadowcroft Rockshelter, An overview". *American Antiquity*, 43 (4): págs. 632-651, 1977.

ALBAGLI, Sarita. "Amazônia: Fronteira Geopolítica da Biodiversidade". *Revista Parcerias Estratégicas*, nº 12, p. 6, set. de 2001. Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ALBUQUERQUE DE MORAES, Renata. "Desenvolvimento e *Vivir Bien*. O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure - Bolívia". Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, ICS/UNB - PPG/CEPPAC. 2014.

ALMEIDA, Fernando Ozório de. "A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira". Tese de Doutorado. MAE-USP, 2013.

___________; GARCIA, Lorena Gomes. "Aspectos do Espaço Tupinambá no Leste Amazônico" em *Revista de Arqueologia,* v. 21, nº 2, págs. 97-119. Belém: SAB, ago-dez 2008.

ALVES, Daiane. "Ocupação Indígena na Foz do rio Tapajós (3260-960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas". Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

ALVES, J. A. e LOURENÇO, J. S. "Métodos geofísicos aplicados à arqueologia no Estado do Pará". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - série Geologia*, v. 26, págs. 1-52, 1981.

ANDERSON, Scott e MARQUES, Fernando. "Engenhos movidos a maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de

Igarapé-Miri, Pará”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. 8, nº 2, págs. 295-301. Belém: MPEG, 1992.

ÂNGELO, Hélder B. P. “A Arqueologia Histórica no Museu Paraense Emílio Goeldi” em *Revista de Arqueologia Pública*, nº 8, dezembro de 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

ARNOLD, J. E. (ED.). *Emergent Complexity: The Evolution of Intermediate Societies*. Archaelogical Series, 9. Ann Arbor: International Monographs in Prehistory, 1996.

ARNT, Fúlvio Vinícius. *San Ignacio de los Zamucos: Índios e Jesuítas no coração do deserto sul-americano, século XVIII.* Mestrado em História, orientado por Pedro Ignácio Schmitz. Universidade Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS: 2005.

BALÉE, William. “Transformação da Paisagem e Mudança da Língua: Um Estudo de caso em Ecologia Histórica Amazônica” em ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.) *Op. cit*., págs. 45-66, 2006.

__________; ERICKSON, Clark. L. *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*. New York: Columbia University Press, 2006.

BANDEIRA, Arkley Marques. “Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga, na ilha de São Luís, Maranhão”. Tese de mestrado, orientada por Marcia Angelina Alves. São Paulo: MAE-USP, 2008.

BARATA, Frederico. *Arqueologia. As Artes Plásticas no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituição Larragoiti, 1952.

BARBOSA RODRIGUES, João. *Exploração e Estudo do Valle rio Amazonas. Rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

BARRETO, Cristiana N.G.B. “Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia Antiga”. Tese de doutorado, MAE-USP, 2008.

__________. “Modos de figurar o corpo na Amazônia pré-colonial”. Laboratório de Arqueologia Tropical do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado no III Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica. Quito, Equador, setembro de 2013.

BARRETO, Mauro. *Abordando o Passado, uma Introdução à Arqueologia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

BASTOS, Solange. *O Paraíso é no Piauí, a Descoberta da Arqueóloga Niède Guidon.* Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2010.

__________. "Eu estive presa no Estádio Nacional do Chile" em FERRER, Eliete (org.). *68, A geração que queria mudar o mundo: Relatos.* Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

__________. *Amazônia, Paraíso em Perigo.* Documentário. Rio de Janeiro: Manchete Vídeo, 1989.

__________. *Antártida, a Última Fronteira.* Documentário. Rio de Janeiro: Manchete Vídeo, 1984.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio.* Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BEVAN B. W. e ROOSEVELT, A. C. "Geophysical Exploration of Guajara. A Prehistoric Earth Mound in Brazil" em *Geoarchaeology*, v. 18, n° 3, págs. 287-331, 2003.

BISSARO JR., Marcos C., NASCIMENTO, Ednair R., TIZUKA, Michelle M., KIPNIS, Renato. "Evidências paleontológicas na AID da UHE Santo Antônio (Porto Velho - RO): importância do monitoramento paleontológico em empreendimentos de grande impacto ambiental". XXI Congresso Brasileiro de Paleontologia. Belém: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2009.

BOECHAT, Raquel M. "Como interpretar a linguagem da cerâmica". Manuscrito de trabalho (sobre homônimo de Meggers & Evans) do curso de pós-graduação em Arqueologia Brasileira do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), professor Ondemar Dias. Belfort Roxo/RJ: março de 2012.

__________. "A Arqueologia Brasileira na 'Tragédia dos Comuns' e a Responsabilidade Patrimonial do Estado". Trabalho de conclusão de curso de pós-gradução Lato Sensu em Arqueologia Brasileira. Faculdade Redentor e Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Orientador Jorge Najjar. Belfort Roxo/RJ: 2013.

__________. "Arqueologia sob ameaça - A (dita) nova Instrução Normativa e as Portarias 230/2002 e 28/2003 do IPHAN", publicado em 04/09/2014 em Coletivo Carranca (http://coletivocarranca.cc/arqueologia-sob-ameaca/).

BOOMERT, Arie. "Gifts of the amazons: 'green stone' pendants and beads as items of ceremonial exchange in Amazonia and the Caribbean" em *Anthropologica*, v. 67, págs. 33-54, Caracas, 1987.

__________. *Trinidad, Tobago and the Lower Orinoco Interaction Sphere: an Archaeological/Ethno-historical Study.* Alkmaar (Holanda): Cairi Publications, 2000.

__________. "Agricultural Societies in the Continental Caribbean" em SUED-BADILLO, J. (Ed.). *General History of the Caribbean, Autochtonous Societies.* Vol. 1, págs. 134-194. Londres: UNESCO Publishing, Macmillan, 2007.

BROCHADO, José Proenza; LATHRAP, Donald. *Chronologies in the New World: Amazonia.* Manuscrito inédito, 1982.

__________. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de Doutorado. University of Illinois, 1984.

CABRAL, Mariana Petry. "Sobre o tempo dos avós e antes deles: arqueologia e simetria na floresta. *Caderno de Resumos do XVII Congresso da SAB*. Aracaju: agosto de 2013.

__________. "No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta". Tese de Doutorado, orientada por Marcia Bezerra. Universidade Federal do Pará. Belém: 2014.

__________ ; SALDANHA, J. D. M. . "Ocupações pré-coloniais no Setor Costeiro Atlântico do Amapá" em PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (Orgs.). *Arqueologia Amazônica*, v. 1, págs. 50-60. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela M. L. *Os Mortos e os Outros – Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó.* Tese de Doutorado. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1975.

CARNEIRO LEITE FILHO, Deusdédith e GASPAR, Eliane. *Arqueologia do Maranhão.* Publicação para Educação Patrimonial. São Luís/MA: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, 2008.

CARNEIRO, Robert L. "A theory of the origin of the State". *Science*, vol. 169, págs. 733-738. 1970.

__________. "Slash-and-Burn Cultivation Among the Kuikuru and Its Implications for Cultural Development in the Amazon Basin", *Native South Americans*, ed. by Patricia J. Lyon, págs. 122-132. Boston: Little, Brown and Company, 1974 (originalmente publicado em 1961).

__________. "Reminiscences of a Stalwart Adversary", *Andean Past 11*. Boston: Cornell Latin American Studies, págs. 7-14, 2013.

CARSON, J.F., WHITNEY, B.S., MAYLE, F.E., IRIARTE, J., PRÜMERS, H. e WATLING, J. Environmental impact of geometric earthwork construction in pre-Columbian Amazonia. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)*. 2014.

CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande de las Amazonas* [c. 1542], editado por Jorge Hernández Millares. Biblioteca Americana. Serie de cronistas de Indias. Apéndice documental y bibliografía, págs. 121-156. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

CAVALLINI, Marta Sara. "As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara - Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização". Tese de Mestrado. MAE-USP. São Paulo: 2014.

CHAUMEIL, J. P. "Les Os, les Flûtes, les Morts. Mémoire et traitement funéraire en Amazonie", *Journal de la Société des Américanistes*, v. 83, págs. 83-110, 1997.

CHIRINOS PORTOCARRERO, R. *A Variabilidade Espacial no Sítio Osvaldo: Estudo de um Assentamento da Tradição Barrancoide na Amazônia Central.* Tese de Mestrado, MAE, USP. São Paulo, 2007.

CHMYZ, Igor (ed.). "Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica" em *Cadernos de Arqueologia,* ano 1, nº 1. Paranaguá: UFPR, 1976.

__________. "Abordagens Arqueológicas na Amazônia", *Arqueologia*, v. 9, págs. 1-16. Curitiba: 2006.

CODREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1977.

COE, M.T. "The effects of deforestation and climate variability on the streamflow of the Araguaia River, Brazil", *Biogeochemistry*, 2011.

CORRÊA, Marcus Vinicius de M. "Da capela carmelita à Catedral Metropolitana de Manaus". Tese de Doutorado. São Paulo: MAE-USP, 2006.

__________. "Nas fronteiras do Uatumã, uma tentativa de associação entre sítios rupestres e cerâmicos" em *Global Rock Art. Resumos e Atas Digitais*, vol. 1. Piauí, Brasil: Congresso Internacional da IFRAO, 2009.

COSTA, Angyone. *Indiologia*. Coletânea de ensaios. Biblioteca Militar, volume LXVI e LXVII. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1943.

COSTA, Bernardo Lacale Silva da. "Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - AM". Dissertação de Mestrado. MAE-USP, 2011.

COSTA, Diogo. "Arqueologias Históricas: Um Panorama Espacial e Temporal". *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 4, nº 2, págs. 176-200. Belo Horizonte: 2010.

COUDREAU, Henri Anatole. *La France Equinoxiale: Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie.* Paris: Challamel Aîné, 1887.

CRESCENCIO, Genival (UFPA). "A Proto-História da Espeleologia na Amazônia", *Anais do 31° Congresso de Espeleologia*. Ponta Grossa-PR: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 21-24 de julho de 2011.

CRUZ, Daniel G. da. "Lar, Doce Lar? Arqueologia Tupi na Bacia do Ji-Paraná (RO)". Dissertação de Mestrado. São Paulo: MAE/USP, 2008.

CRUZ, Laureano de la. *Nuevo descubrimiento del río de Marañon llamado de las amazonas hecho por la religión de San Francisco, año de 1651.* Madrid: Colonia de Doña Carlota, La Irradiación, 1900.

DAVIS, Christopher. "Archaeoastronomy at Monte Alegre, PA: a Research Problem and Research Strategy". *Amazônica Revista de Antropologia,* vol. 1, nº 2. Belém: UFPA, setembro de 2009.

DENEVAN, W. M. "Pristine Myth" em LEVINSON, D e EMBER, M., eds. *Encyclopedia of Cultural Anthropology.* Nova York: Holt, 1996.

DERBY, Orville. "The artificial mounds of the island of Marajo". *American Naturalist* 13: págs. 224-229, 1879.

DIAS JR., Ondemar Ferreira; CARVALHO, Eliana T.; ZIMMERMANN, Marcos (Orgs.) *Estudos Contemporâneos de Arqueologia*. Palmas-TO: Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS)/Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), 2006.

__________; CARVALHO, E. T. "As Estruturas de Terra na Arqueologia do Acre" em SCHAAN, Denise, RANZI, Alceu e PÄRSSINEN MARTTI (orgs.). *Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre*. Belém: EDUFPA; Rio Branco: Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008. Artigo originalmente publicado em Arqueo-IAB, vol. 1, págs. 14-28. Rio de Janeiro: 1988.

DONATTI, P.B. *A Ocupação Pré-Colonial da Área do Lago Grande, Iranduba, AM.* Tese de Mestrado, MAE, USP. São Paulo, 2003.

EHENREICH, R. M.; CRUMLEY, C. L.; LEVY, J. E. (Eds.). *Heterarchy and the analysis of complex societies*. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, n° 6. Arlington: American Anthropological Association, 1995.

ERICKSON, C. "Amazonia: The Historical Ecology of a Domesticated Landscape" in SILVERMAN, Helaine e ISBELL, William (Eds.). *The Handbook of South American Archaeology*, págs. 157-183. New York: Springer, 2008.

FEARNSIDE, Philip. "Barragens do rio Madeira – Crédito de Carbono para Jirau 4: Impactos da Barragem" em *Amazônia Real*, 08.09.2014. http://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-impactos-3-peixes.

FERREIRA PENNA, Domingos S. "Apontamentos sobre os cerâmios do Pará". *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II, 1877.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, 2a. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

FRIEDMAN, John. "General Theory of Polarized Development" in HANSEN, Niles (Ed.) *Growth Centers in Regional Economic Development.* New York: Free Press, 1972.

GALLO, Giovanni. *Motivos Ornamentais da Cerâmica Marajoara, modelos para o artesanato de hoje*. Belém: SECULT, 1996.

__________. *Marajó, a Ditadura da água*. 3a. ed. Coletânea de artigos publicados nos jornais "O Liberal" e "O Estado do Pará". Cachoeira do Arari, Pará: Edições O Museu do Marajó, 1997.

GARCIA, Lorena Luana Wanessa Gomes. "Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins: a ocupação tupi no Cateté". Tese de Mestrado. Orientadora Fabíola Silva. MAE-USP, 2012.

GOELDI, Emílio A. *Excavações em 1895 executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guyana Brasileira entre o Oyapock e o Amazonas.* Pará, Brasil, 1900. Citado em BARATA, Frederico. *Op. cit.*, 1952.

GOMES, Denise M. C. *Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

__________. "A Amazônia antes da Complexidade Social: Um Estudo de Comunidades Pré-Coloniais no Baixo Tapajós". http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/5-2y5-3/gomes.pdf

GRANN, David. *The Lost City of Z: a tale of deadly obsession in the Amazon*. New York, USA: Vintage Books, 2009.

GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. "Fontes Históricas e Arqueológicas sobre os Tapajó de Santarém: a Coleção Frederico Barata do Museu Paraense Emílio Goeldi". Tese de Mestrado orientada por Gabriela Martín. Recife: UFPE, 1993.

__________; MACHADO, Ana L. C. "O Potencial Arqueológico da Região do Rio Maracá, Igarapé do Lago (AP)". *Boletim do MPEG, Antropologia,* vol. 13, nº 1, págs. 67-102. Belém: julho de 1997.

__________. "Além da margem do rio – a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA". Tese de doutorado, orientada por Levy Figuti. MAE-USP, 2008.

__________; LOPES, D. "Estudos Arqueológicos na Região de Porto Trombetas, PA". *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, v. 24, págs. 50-73. São Paulo: SAB, 2011.

__________; AIRES DA FONSECA, J. "Relatório de Atividade de Campo Sítio PA-OR-127: Cipoal do Araticum". Manuscrito. Belém: MPEG, MRN, FADESP, 2012.

HARTT, Charles Frederick. "The Ancient Indian Pottery of Marajó". *American Naturalist*, vol. 5. Salem/USA: 1871.

HECKENBERGER, M.J. *War and peace in the shadow of empire: sociopolical change in the Upper Xingu of southeastern Amazonia, ca. A.D. 1400-2000*, ph.d. dissertation, University of Pittsburgh, Annn Arbor, UMI, Inc., 1996.

__________; NEVES, E. G. e PETERSEN, J. B. "De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central" em *Revista de Antropologia*, vol. 41, nº 1. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1998.

__________. "Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality and the Amazonian Formative" em JONATHAN, D. e SANTOS GRANER, F. (Eds.), *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2002.

__________ *et al.* "Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?" em *Science* 301: págs. 1710-1714, 2003.

__________. *The Ecology of Power: Culture Place and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000.* Nova York e Londres: Routledge, 2005.

__________. "Deep History, Cultural Identities and Ethnogenesis in the Southern Amazon" in HORNBORG, Alf e HILL, Jonathan (Eds.). *Ethnicity in Ancient Amazonia*, págs. 57-74. University of Colorado Press, Boulder, 2011.

HILBERT, Klaus e BARRETO, Mauro V. "Relatório de Viagem do Projeto de Levantamento de Sítios Pré-cerâmicos no rio Maracá - AP". Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 43 págs. (Relatório Interno - Datilografado), 1998.

__________. "Uma biografia de Peter Paul Hilbert: a história de quem partiu para ver a Amazônia" em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 4, nº 1, págs. 135 a 154. Belém: MPEG, janeiro/abril de 2009.

HILBERT, Peter Paul. "A Cerâmica Arqueológica da região de Oriximiná". Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Publicação nº 9, págs. 1-76, 1955.

__________. *Archäologische Untersuchungen am mittlern Amazonas*. Berlim: Marburger Studien zur Völkerkunde, 1968.

HUMBOLDT, Alexander von. *Voyages dans l'Amérique équinoxiale*. Paris: Maspero, 1980.

ISKENDERIAN AGUILERA, Emir. "Arqueología del Paisaje en el Beni". *Bolpress*. Bolívia: 2014.

JACKSON, Joe. *O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Petróglifos Sul-Americanos*. Organizado por Edithe Pereira. Tradução de João Batista Poça da Silva. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Voyage sur l'Amazone*. Paris. Éditions La Découverte, 2004.

LATHRAP, Donald W. *El Alto Amazonas.* Lima (Peru): Chataro Editores, 2010. Edição original: *The Upper Amazon*. New York: Praeger Publishers Inc., 1970.

LATINI, Rose Mary. "Caracterização, Análise e Datação de Cerâmicas Arqueológicas da Bacia Amazônica através de Técnicas Nucleares". Tese de Doutorado em Geociências (Geoquímica). Universidade Federal Fluminense, 1998.

LEHMAN J.; KERN, D.; GERMAN, L.; MACCAN, J.; MARTINS, G.C., MOREIRA, A. "Soil Fertility and Production Potential" e TEIXEIRA, W. G. e Martins, G. C. "Soil Physical Caracterization" em LEHMAN, J; KERN, D.; GLASER, B..; WOODS, W. *Amazonian Dark Earth: Origin, Properties, Managements.* Kluwe Academic Publishers: págs. 29-50 e 272-286, 2003.

LIMA, Helena Pinto. "História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central". Tese de doutorado no PPG MAE-USP, orientador Eduardo Neves, 2008.

__________; MORAES, Bruno Marcos; PARENTE, M. Tereza Vieira. "'Tráfico' de Material Arqueológico, Turismo e Comunidades Ribeirinhas: Experiências de uma Arqueologia Participativa em Parintins, Amazonas". *Revista de Arqueologia Pública*. Laboratório de Arqueologia Pública. Campinas, SP: Unicamp, nº 8, dezembro de 2013.

LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2003.

LOURDEAU, A. "Le Technocomplexe Itaparica - Définition techno-fonctionnelle des industries à pièces façonnées unifacialement à une face plane dans le centre et le nord-est du Brésil pendant la transition Pleistocène-Holocène et l'Holocène ancien". Tese de Doctorat d'Etat. Université Paris-Ouest Nanterre La Défense - Paris X. Nanterre, França: 2010.

MAGALHÃES, Amilcar A. B. *Pelos Sertões do Brasil*. 2a. ed. Brasiliana, Vol. 195. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Rio de Janeiro *A Arqueologia de Carajás, A Presença Pré-histórica do Homem na Amazônia.* Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1994.

MANN, Charles C. *1491. Uma nueva historia de las Américas antes de Colón*. México: Santillana Ediciones Generales, 2ª reimpr., 2008.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. “Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX”. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC/RS, 2004.

___________. “Investigação arqueológica na Feliz Lusitânia” em PARÁ - Secretaria Executiva do Estado (Org.). *Feliz Lusitânia/Forte do Presépio - Casa das Onze Janelas - Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém: SECULT-PA, vol. 4, págs. 147-190, 2006.

___________. “Um Sítio Indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas Recentes em Arqueologia Urbana, em Belém do Pará” em SIMONIAN, Ligia T.L. (Org.). *Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Vol. 1, págs. 49-58. Belém: Editora do NAEA, 2010.

MARTÍN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Recife: Universitária UFPE, 5ª ed., 2008.

MEGGERS, Betty J. “The Beal-Steere Collections of Pottery from Marajó Island, Brazil. Michigan: *Papers of the Michigan Academy of Sciences, Arts and Letters*, vol. XXXI, 1945. Published 1947.

___________; EVANS, Clifford. “Como interpretar a linguagem da cerâmica”. Tradução datilografada da publicação do Smithsonian Institution, Washington D.C., 1970.

___________; EVANS, Clifford. “Lowland South America and Antilles” in JENNINGS, Jesse (Ed.). *Ancient South Americans*. San Francisco: W. H. Freeman, págs. 287-335, 1983.

___________; DIAS O.F., MILLER E.T. E PEROTA, C. “Implications of archaeological distributions in Amazonia”, in HEYER, W.R. AND VANZOLINI, P.E. (eds.), *Proceeding of a workshop on neotropical distribution patterns*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, págs. 275-294, 1988.

___________. “The Mistery of the Marajoara: an ecological solution” em *Amazoniana* XV, págs. 421-440, 2001.

___________. *Prehistoric America, An Ecological Perspective (Third Expanded Edition)*. Transaction Publishers, New Brunswick, New Jersey. Autographed Copy. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 2010. Originalmente publicado em 1972.

MELLO BASTOS, Paulo. *Salvo-Conduto, Um Voo na História*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2a. ed., 2003.

___________. *A Caixa Preta do Golpe de 64, a República Sindicalista que Não Houve*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2006.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. *Dicionário de Arqueologia*. Publicação póstuma. Rio de Janeiro: ADESA - Associação de Docentes da Estácio de Sá, Setembro de 1997.

MILLARD, Candice. *O rio da Dúvida, a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MILLER, Eurico Th. Relatório preliminar das pesquisas arqueológicas realizadas nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA BACIA AMAZÔNICA – PRONAPABA/SI/GERO. 1983.

___________. "Pesquisas Arqueológicas Paleoindígenas no Brasil Ocidental" em NUÑEZ, L. e MEGGERS, B. (Orgs.). *Investigaciones paleoindias al sur de la linea ecuatorial*, págs. 37-61. San Pedro de Atacama: Estudios Atacameños, no. 8, 1987.

___________. "Pesquisas Arqueológicas no Pantanal do Guaporé: A Sequência Seriada da Cerâmica da Fase Bacabal" in MEGGERS, Betty (org.). *Arqueologia Interpretativa: o método quantitativo para estabelecimento de sequências cerâmicas*, págs. 103-117. Porto Nacional, TO: UNITINS, 2009.

___________. "A cultura cerâmica do Tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia", *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, vol. 1, n° 1, julho de 2009.

___________. "Arqueologia na Amazônia Brasileira, no Sudoeste da Amazônia, de Rondônia ao Rio Grande do Sul: Dos 'fatos' de ontem e do presente." XV CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Anais - Trabalhos Científicos – Simpósios (2010).

MORAES, Claide de Paula; NEVES, Eduardo Góes. "O Ano 1000: Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central" em *Amazônica - Revista de Antropologia*, Vol. 4, nº 1. Belém: UFPA, 2012.

___________. "Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais". Tese de Doutorado orientada por Eduardo Neves. MAE-USP, 2013.

__________. "Além da Cerâmica: A Diversidade da Indústria Lítica dos Tapajó, Santarém - PA" em SAB-Norte, Macapá/AP, agosto de 2014.

MOUTINHO, Marcelo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. *Memórias de Rondônia, povos e culturas do Rio Madeira*. Rio de Janeiro: Arte Ensaios Editora Ltda, 2010.

NETO, Ladisláu. "Investigações sobre a Arqueologia Brasileira". *Arquivos do Museu Nacional*, vol. VI. Rio de Janeiro: 1885.

NEVES, E. G. e PETERSEN, J. "Warfare in Precolonial Amazonia: When Carneiro meets Clastres" em NILSEN, Axel e WALKER William (Org.). *Warfare in cultural context: Practice Theory and the Archaeology of Violence.* Tucson: University of Arizona Press, 2008.

__________. *Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Northwest Amazon*. Orientador Geoffrey Conrad. Tese de Doutorado. Indiana University, Bloomington/EUA, 1997.

__________. "Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-term History and Political Change in the Amazonian Floodplain". *Handbook of Souh American Archaeology,* editado por Helaine Silverman e William Isbell, págs. 359-379. Nova York: Springer, 2008.

__________; GUAPINDAIA, Vera L. C.; LIMA, Helena Pinto; COSTA, Bernardo L. S.; GOMES, Jaqueline. "A Tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas" em ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Amazonía Memorias de las Conferencias Magistrales del 3er. Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica.* Quito: Ikiam, Secretaría de Educación Superior, Ciencia, Tecnología y Inovación, 2013.

NEVES, Walter Alves. (org.) *Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

__________. *Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas.* 2a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

__________; PILÓ, Luís Beethoven. *O povo de Luzia, em busca dos primeiros americanos.* São Paulo: Editora Globo, 2008.

NICOLI, Iêda Gomes. "Estudo de Cerâmicas de Sítios Arqueológicos Circulares da Bacia Amazônica por meio de Métodos Geoquímicos: Datação e Caracterização". Tese de Doutorado em Geociências (Geoquímica). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.

NIMUENDAJU, Curt. “Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, 1927” em *Journal de la Société des Américanistes de Paris,* N. S. XXXIX, págs. 125-282. Paris: 1950.

__________. “Os Tapajó”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. X. Belém: MPEG, 1949.

NOELLI, Francisco Silva. “Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar”, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, págs. 285-302. São Paulo: 1999.

__________; FERREIRA, Lúcio Menezes. “A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 14, nº 4. Rio de Janeiro: Outubro/Dezembro de 2007.

NORDENSKIÖLD, Erland. *Ars Americana. L'Archéologie du bassin de l'Amazonie.* Paris, 1930.

OBERG, Karlevo. “Types of Social Structure Among the Lowland Tribes of South and Central America”, 1955. Citado em CARNEIRO, Robert F. “A Base Ecológica dos Cacicados Amazônicos” (s. d.). Tradução de Denise Schaan. *Revista de Arqueologia,* 20, págs. 117-154, 2007.

PALMATARY, Helen C. “The Archaeology of the Lower Tapajos Valley: Brasil”. *Transactions of the American Philosophical Society*. New Series, 50, 1960.

PALMATARY, Helen C. *The pottery of Marajo Island*. American Philosophical Society, New Series, Volume 39, Part 3. Filadélfia: 1950.

PALMEIRA, Vladimir e DIRCEU, José. *Abaixo a Ditadura*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

PEREIRA, Edithe. “Análise Preliminar das Pinturas Rupestres de Monte Alegre – PA”. Belém: *Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi, Ser. Antropologia*, Vol. 8, nº1, págs. 5-24, jul. 1992.

__________. *Las pinturas y grabados rupestres del noroeste de Pará, Amazônia, Brasil.* Tese de doutorado. Departamento de Arqueologia e Pré-História. Valencia, Espanha: Universidad de Valencia, 1996.

__________. *Arte Rupestre na Amazônia – Pará*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2003.

___________; GUAPINDAIA, Vera (orgs.). *Arqueologia Amazônica 1 e 2*. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010.

PORRO, Antonio. *O Povo das Águas*. Ensaios de Etno-História Amazônica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, EDUSP, 1996.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

___________; ANDRADE LIMA, Tania (eds.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

PUTTKAMER, W. J. van. "Man in the Amazon: Stone Age present meets Stone Age past" em *National Geographic Magazine*, 155, págs. 60-85, 1979.

RANZI, Alceu. "Geoglifos: Patrimônio Cultural do Acre" em PÄRSSINEM M. e KORPISAARI A. (orgs.). *Western Amazonia. Multidisciplinary Studies on Ancient Expansionistic Movements, Fortifications and Sedentary Life*, págs. 135-172. Helsinki: University of Helsinki, Renvall Institute, 2003.

___________; AGUIAR, Rodrigo. *Geoglifos da Amazônia: Perspectiva Aérea*. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.

___________. *Paleontologia da Amazônia: mamíferos fósseis do Juruá*. Rio Branco: M. M. Paim, 2008.

RAPP PY-DANIEL, Anne. *Arqueologia da Morte no Sítio Hatahara durante a Fase Paredão*. Dissertação de Mestrado. MAE-USP, 2009.

___________. "Como os contextos funerários nos ajudam a entender os vivos na Amazônia Pré-Colombiana" em ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Anais do III EIAA*. Quito, Equador, 2013.

___________. *Os Contextos Funerários na Arqueologia da Calha do Rio Amazonas*. Tese de Doutorado, orientada por Levy Figuti. MAE-USP. 2015.

REBELLATO, Lilian. *Interpretando a Variabilidade Cerâmica e as Assinaturas* .Mestrado. Orientador Eduardo Neves. Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2007.

RIBEIRO, Berta G. (coordenação Vol. 2) *Suma Etnológica Brasileira. Tecnologia Indígena*. Edição atualizada de STEWARD, Julian H. (ed.) *Handbook of South American Indians,* 1949 (editor Darcy Ribeiro). 2a. ed. Rio de Janeiro: FINEP; Petrópolis: Vozes, 1987.

__________. *Arte Indígena, Linguagem Visual / Indigenous art, visual language*. Coleção Reconquista do Brasil. Série especial v. 9. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

__________. *Os índios das águas pretas: modos de produção e equipamento produtivo.* São Paulo: Companhia das Letras, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Editora Schwarcz, 1995.

ROCHA, Bruna C. "What can ceramic decoration tell us about the pré- and post-colonial past on the Upper Tapajos River?" Tese de mestrado. Institut of Archaeology, University College London. Londres, Inglaterra: 2011.

__________; HONORATO, Vinicius. "Arqueologia Regional no Alto Tapajós" em *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento II, págs. 57-62. São Paulo: 2011.

__________; BELETTI, Jaqueline; RAPP PY-DANIEL, Anne; MORAES, Claide de Paula; OLIVEIRA, Vinicius Honorato. "Na Margem e à Margem: Arqueologia Amazônica em Territórios Tradicionalmente Ocupados". *Amazônica, Rev. Antropol.* (Online) 6(2): págs. 358-384. Belém: UFPA, 2014.

RODRIGUES DOS SANTOS, Fernando. *História do Amapá*, 7a. ed. Belém: Grafinorte, 2006.

ROGGE, Jairo H. e BEBER, Marcus Vinicius. Arqueologia das Estruturas Subterrâneas do Sul do Brasil", Revista *Tempos Acadêmicos.* Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, n° 11. Criciúma, Santa Catarina: 2013.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. *Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco.* New York, EUA: Academic Press, 1980.

__________; HOUSLEY, R.A.; IMAZIO DA SILVEIRA, M.; MARANCA, S. e JOHNSON, R. "Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon". *Science*, 254, págs. 1621-1624, 1991.

__________. "Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia" em NEVES, W. A. (Org). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia.* Belém: SCT/CNPq/Museu Paraense Emilio Goeldi, págs. 103-141, 1991.

___________. “Arqueologia Amazônica” em CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*, págs. 53-86. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

___________. “Secrets of the Forest: An Archaeologist Reappraises the Past – and Future – of Amazonia”. *The Sciences*, págs. 22-28, novembro-dezembro de 1992.

___________. “The Excavations at Corozal, Venezuela. Stratigraphy and Ceramic Seriation”. *Yale University Publications in Anthropology*, nº 83, New Haven, Department of Anthropology and the Peadbody Museum, Yale University, 1997.

___________. “Interpreting Certain Female Images in Prehistoric Art” em MILLER, V. E. (Ed.) *The Role of Gender in Precolumbian Art and Architecture,* págs. 1-34. Lanham: University Press of America, 1998.

___________. “Geophysical Archaeology in the Lower Amazon: A Research Strategy” em EL BAZ, F. e WISEMAN, J. R. (Eds.) *Remote Sensing in Archaeology*, págs. 435-467. New York: Springer, 2007.

___________. *Relatório Preliminar sobre o Levantamento e Escavações na Caverna da Pedra Pintada, Monte Alegre, Pará, Brasil 1991: A segunda etapa de campo do Projeto Arqueológico Santarém*. Cópia do manuscrito, gentilmente cedido por Nelsi Sadeck, Monte Alegre, 2009.

___________. “A historical memoir of archaeological research in Brazil (1981-2007)” em *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Arqueologia amazônica: história e identidades*, v.4, nº 1, págs. 155-170, janeiro/abril de 2009.

___________; DOUGLAS, John E.; AMARAL, Anderson Marcio; SILVEIRA, Maura I.; BARBOSA, Carlos P.; BARRETO, Mauro; SILVA, Wanderley Souza; BROWN, Linda J. “Early Hunter in the Terra Firme Rainforest: Stemmed Projectile Points from the Curuá Goldmines”. *Amazônica, Revista de Antropologia*. Vol. 1, nº 2, setembro de 2009.

ROSTAIN, STÉPHEN. “L’Occupation Amérindienne Ancienne du Litoral de Guyane”. Editions de l’ORSTOM, coll. Travaux et Documents Micro-fichés, 129, 2 vol. Paris: Université Paris I Panthéon-Sorbonne, 1994.

ROWE, John Howland. “Harry Tschopik, Jr.” em *American Anthopologist,* vol. 60, págs. 132-140. Washington, D.C.: American Anthropological Association - AAA, fevereiro de 1958.

SALDANHA, João D. M. "A Emergência e Contextos de cerâmicas polícromas na região da Guiana Oriental". *Caderno de Resumos do XVII Congresso da SAB*. Aracaju: agosto de 2013.

SAMPAIO, Fernando G. *As Amazonas*. São Paulo: Editora Aquarius, 1976.

SANJAD, Nelson. *Emílio Goeldi (1859-1917), A Ventura de um Naturalista entre a Europa e o Brasil*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2009.

SAUNALUOMA Sanna. "Precolumbian Earthworks in the Riberalta Region of Bolivian Amazon" em *Amazônica - Revista de Antropologia*, Vol. 2, nº 1 - págs. 88-115. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

SCHAAN, Denise Pahl. *A LInguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara. Um Estudo da Arte Pré-Histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400 – 1300 AD).* Coleção Arqueologia nº 3. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.

___________. "Os Geoglifos e a Implantação pela Eletronorte do Sistema de Transmissão do Acre" em *Geoglifos da Amazônia: Perspectiva Aérea*. 2ª edição. Brasília: Eletronorte, 2005.

___________. "Manejo Ecológico e o Desenvolvimento de Sociedades Complexas na Ilha de Marajó, Brasil" em *Marajó: Arqueologia, Iconografia, História e Patrimônio – textos selecionados.* Erechim/RS: Habilis Editora, 2009. Artigo originalmente publicado em *Pueblos y Paisajes Antiguos de la Selva Amazónica*. Editado por Morcote, Gaspar; Mora, Santiago; Franky, Carlos, pág,.349-365. Bogotá, Washington: Taraxacum, 2006.

___________; PÄRSSINEN, M.; RANZI, A.; PICCOLI, J.C. "Geoglifos da Amazônia Ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme". *Revista de Arqueologia,* 20, págs. 67-82, 2007.

___________; RANZI, Alceu; PARSINEN, Marti. *A Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre*. Belém: EDUFPA; Rio Branco: Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008.

___________. *Cultura Marajoara - edição trilingue.* Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

___________. *Marajó: Arqueologia, Iconografia, História e Patrimônio.* Erechim/ RS: Habilis, 2009.

___________; BUENO, M.; RANZI, A.; BARBOSA, A. D.; SILVA, Arlan; CASAGRANDE, E.;, RODRIGUES A. I. M.; DANTAS A.;

RAMPANELLI, I. "Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre". *Revista de Arqueologia* 23 (1), págs. 30-41, 2010.

__________, PÄRSSINEN Martti, SAUNALUOMA Sanna. "New radiometric dates for precolumbian (2000 - 700 B P) earthworks in Western Amazonia, Brazil". *Journal of Field Archeology*, 37, págs. 132-142 , maio de 2012.

SCHMIDT, Morgan J. "Amazonian Dark Earth Formation in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, Mato Grosso, Brazil". Tese de Doutorado (PhD). Orientação de Nigel Smith e Michael Heckenberger. Departamento de Geografia da Universidade da Flórida, 2015.

__________; SANTOS, Daniel S. do C. "Atributos químicos na caracterização de solos com Terra Preta Arqueológica na Amazônia Oriental". Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Florianópolis, 2013.

__________. "Formação de Sítios Arqueológicos na Amazônia: Estudos Pedoarqueológicos e Topográficos". Manuscrito inédito. Belém: Programa de Capacitação Institucional (PCI), MPEG, 2013.

__________; PY-DANIEL, A. R.; MORAES, C. P.; VALLE, R. B.; CAROMANO, C. F.; TEIXEIRA, W. O.; BARBOSA, C. A. P.; AIRES DA FONSECA, João; SANTOS, D. S. C.; SILVA, R. S. E.; GUAPINDAIA, Vera; LIMA, Helena; NEVES, E. G.; HECKENBERGER, M.; "Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthroposol formation". *Journal of Archaeological Science*, v. 42, págs. 152-165, 2014.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. "Prehistoric Hunters and gatherers of Brazil" em *Journal of World Prehistory*, págs. 53-126, 1987.

__________ (Ed.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 10*. São Leopoldo/Rio Grande do Sul: Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, pág. 15, 2005.

__________. "Prehistoric Hunters and gatherers of Brazil" em *Journal of World Prehistory*, págs. 53-126, 1987.

__________. *A ocupação indígena do Oeste Catarinense*. Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS. São Leopoldo/RS: 2011.

__________; ROGGE, J.H. *107 'casas subterrâneas' no povoamento inicial do Jê Meridional em Santa Catarina*. Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS. São Leopoldo, RS: 2011.

SEKI, Lucy. "Línguas Indígenas do Brasil no limiar do Século XXI" in *Revista Impulso*, volume 12, nº 27 (edição para os 500 anos do Brasil). Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, 2000.

SHEPARD, Anna O. *Ceramics for the Archaeologist*, 12a. ed. Washington, D.C.: Carnegie Institution of Washington, 1985.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff.* Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

SILVEIRA, Maura Imázio. "Você é o que você come: Aspectos da subsistência no Sambaqui do Moa – Saquarema, Rio de Janeiro". Tese de doutorado, orientada por Silvia Maranca. São Paulo: MAE-USP, 2001.

__________; OLIVEIRA, Elisangela R. & RODRIGUES, Maria Christina Leal F. *Sexto Relatório do Projeto Salvamento Arqueológico na Área do Projeto Salobo/PA (Sítios Abraham, Orlando e Edinaldo, Ocorrências Castanheira, Nascente e Cinzento).* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, junho de 2008.

SIMÕES, Mário F. "Considerações Preliminares sobre a Arqueologia do alto Xingu". *PRONAPA I - Resultados Preliminares do Primeiro Ano de Pesquisas*. Pub. Av. Museu Paraense Emilio Goeldi 6, págs.129-152. Belém: 1967.

__________; CORREA, C. G. "Pesquisas arqueológicas no baixo Uatumã – Jatapu (AM). *Revista de Arqueologia*, v. 4, n° 1, págs. 29-48. Belém: Junho de 1987.

__________; LOPES, Daniel. "Pesquisas Arqueológicas no baixo/médio Rio Madeira (Amazonas)". *Revista de Arqueologia* 4(1), págs.117-133. Belém: 1987.

SMITH, Nigel J.H. "Anthrosols and Human Carrying Capacity in Amazonia". *Annals of the Association of American Geographers* 70, págs. 553-566, 1980.

SOUTHEY, Robert. *História do Brazil*. Tomo V. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

STEGLICH, Júlio Meirelles. "Arqueologia e imperialismo ianque na Amazônia", *A Nova Democracia*. Ano 1, n° 7, março de 2003.

STEWARD Julian H. General editor. "Culture Areas of the Tropical Forest", *Handbook of South American Indians*, Vol. 3, *Tropical Forest Tribes*. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1948.

TAMANAHA, Eduardo Kazuo. "Ocupação Policroma do Médio e Baixo Rio Solimões, estado do Amazonas". Dissertação de Mestrado. PPG em Arqueologia, MAE-USP, 2012.

__________; NEVES, Eduardo Góes. "800 anos de Ocupação da Tradição Policroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Rio Solimões" em *Anuário Antropológico*, v. 39, págs. 45-67, 2014.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro. *História Regional (Rondônia)*, 4a. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

TIZUKA, Michelle M. "Geoarqueologia e Paleohidrologia da Planície Aluvial Holocênica do rio Madeira entre Porto Velho e Abunã/RO". *Amazônica,* Revista de Antropologia, Vol. 4, nº 1, 2012.

TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico.* São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

UMÚSIN PANLÕN KUMU e TOLAMÃN KENHÍRI. *Antes o Mundo Não Existia. A mitologia heroica dos índios Desana*. Introdução de Berta G. Ribeiro. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.

URBAN, Greg. "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas" em CUNHA, M. C. *História dos Índios no Brasil*, págs. 87-102. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros Ensaios de Antropologia*. 5a. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Miguel. *Piauí Entocado*. Documentário. DVD encartado em BASTOS, Solange. *Op.cit*., 2010.

WAGNER, Roy. "The Fractal Person" em STRATHERN, Marilyn e GODELIER, Maurice (Orgs.). *Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WHITEHEAD, Neil L., HECKENBERGER, M. J. e SIMON, George. "Materializing the Past among the Lokono (Arawak) of the Berbice River, Guyana" em *Antropológica,* tomo LIV, nº 114, págs. 87-127. Caracas, Venezuela: ICAS, Fundación La Salle, 2010.

WILLIAMS, D. "Petroglyphs in the Prehistory of Northern Amazonia and the Antilles" em Wendorf & Close (ed.), *Advances in World Archaeology*, V. 4. Texas: Academic Press, 1985.

WUST, Irmhild. "Relatório dos Sítios Arqueológicos Guapé 1 e 2 nas Áreas das Obras Construtivas da UHE-Guapé, MT". Relatório Final. Museu Antropológico, Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2001.

ZIMPEL NETO, Carlos Augusto. "Arqueologia na Bacia do rio Ji-Paraná – Rondônia". Tese de Mestrado sob orientação de Silvia Maranca. MAE-USP, 2008.

anexos.indd 674 27/08/2015 15:35:45

APRESENTAÇÃO DO FILME

MUNDURUKÂNIA, NA BEIRA DA HISTÓRIA

Direção e realização:
Miguel Viveiros de Castro

Produção:
Família Bastos Produções
Ano: 2015

Mundurukânia, Na Beira da História começa com uma narração em munduruku: o diretor quer expressamente nos tirar do lugar de conforto dos que sempre tomam a palavra dos índios. Ao buscar os vestígios do passado desse e de outros povos amazônicos, os arqueólogos de hoje estão descobrindo uma história indígena de longa duração, em que não cabe o velho conceito de pré-história para tudo que aconteceu antes da chegada dos europeus.

Ao som impressionante de um bando de macacos guaribas, a câmera viaja pelas pinturas milenares da Pedra Pintada, no Pará, onde foi descoberto o mais antigo vestígio de paleoíndios de toda a região amazônica. Na escavação de agora, o arqueólogo Claide Moraes nos revela uma camada mais profunda do que aquela datada por Anna Roosevelt, nos anos 1990, já com muitos milhares de anos.

Os Munduruku têm muitas histórias a nos contar, num tempo diferente do nosso. O mito e o chamado real se misturam para explicar o surgimento dos porcos do mato que já foram homens e desceram à terra num lugar sagrado, Daje Kapap, marcado na paisagem por uma garganta à beira do rio Tapajós. Alunos da universidade em Santarém (UFOPA), alguns índios munduruku assumiram o relato da história do seu povo e começam, na prática, uma arqueologia indígena.

Mas eles estão com pressa: sua história escrita na paisagem pode ficar submersa se o governo federal levar adiante o megaprojeto de construir várias hidrelétricas na bacia do rio Tapajós. O mais lindo afluente do Amazonas seria transformado numa sucessão de lagos mortos, em que os peixes não conseguiriam se reproduzir. Certamente por essa flagrante

ameaça às populações que não estão sendo ouvidas, a FUNAI não concluiu a demarcação da Terra Indígena dos Munduruku no Médio Tapajós.

O documentário registra a autodemarcação das terras Munduruku. Fiéis ao glorioso passado como guerreiros, esses índios nos ensinam a dignidade de lutar por sua história. Trabalhando nessas áreas de conflito, os arqueólogos se perguntam: arqueologia para quem? Para quê?

O cineasta Miguel Viveiros de Castro se dedica a documentários sobre temáticas sociais. Realizou, entre outros, "A Tornallom", sobre a luta de uma comunidade rural em Valência, na Espanha, e "Brad, Uma Noite Mais nas Barricadas", sobre o assassinato do jornalista norte-americano Brad Will em Oaxaca, no México. Em 2010, lançou "Piauí Entocado", documentário sobre o trabalho da arqueóloga Niède Guidon no Piauí, onde se registraram vestígios humanos de pelo menos 60 mil anos. Ganhador de prêmios na Espanha, Turquia, Itália e México.

Saiba mais em www.familiabastos.net

FOTOS

Solange Bastos, Val Moraes, Jaqueline Gomes, Eduardo Neves, Marion Lloyd, Morgan Schmidt, Marta Cavallini, Nelsi Sadeck (foto da contracapa).

IMAGENS DE ACERVOS (FOTOS STILL E REPRODUÇÕES)

Museu do Encontro Forte do Presépio (Belém), Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu do Marajó, Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, Museu Sacaca (Macapá), Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (Presidente Médici - RO), Biblioteca da Floresta (Rio Branco), Centro de Memória Chico Mendes (Xapuri - AC), Museo de Historia Natural Pedro Villalobos (Puerto Cobija - Bolívia), Museu do Centro de Proteção Ambiental de Vila Balbina (Presidente Figueiredo - AM), Museu Amazônico (Manaus), Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (São Paulo).

FOTOS HISTÓRICAS

Acervo do IAB (Ondemar Dias e Jandira Neto), Fernando Marques

DVD INCLUÍDO NO LIVRO

Documentário "Mundurukânia, Na Beira da História", direção e realização de Miguel Viveiros de Castro. Participação do LAVAI - Laboratório de Arte Visual e Arqueologia Indígena da UFOPA (Santarém - PA)

BY NC SA

Permitida a reprodução total ou parcial deste livro e do documentário, desde que sem fins comerciais, citando a autora e/ ou o diretor, com a transcrição desta nota.

Os direitos desta edição pertencem à Família Bastos Produções Ltda

www.familiabastos.net

anexos.indd 678 27/08/2015 16:11:25

anexos.indd 679 27/08/2015 16:11:25